

Decisões em Consultas

# Prejulgados

Atualizado até sessão de 09.08.2004

Tribunal de Contas de Santa Catarina

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Consultoria Geral - COG  
Assessoria de Comunicação Social - ACOM

**Decisões em Consultas - Prejulgados**

**Coordenação**

Elóia Rosa da Silva

**Edição**

Valdelei Rouver (ACOM)

**Comissão de Revisão (Portaria nº TC-297/02)**

Neimar Paludo – Coordenador

Evaldo Ramos Moritz

Enio Luiz Alpini

Hamilton Hobus Hoemke

Joseane Aparecida Corrêa

**Revisão**

Michel da Silva

**Revisão Geral**

Valdelei Rouver

**Editoração Eletrônica e Capa**

Fábio F. Nunes

**Atualização**

Simone Cunha de Farias – Coordenadora

Caroline de Souza Alberton

Suzana Matos Gattringer

Renata Ramos Dekker

**Impressão**

Moore Brasil

**Tiragem**

2.000 exemplares (Dez/2004)

---

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Prejulgados 1989/2004. Edição consolidada, revista e ampliada.  
Florianópolis : Tribunal de Contas, 2004.  
644p.

1. Santa Catarina - Jurisprudência. I. Título.

CDU. 340.143098164

---

Pedidos desta publicação para

**Tribunal de Contas de Santa Catarina**

Assessoria de Comunicação Social

Rua Bulcão Vianna, 90

88.010-970 - Florianópolis - SC

E-mail acom@tce.sc.gov.br

Fone/fax (48) 221-3602

# Apresentação

O Tribunal de Contas é um órgão que atua em apoio ao poderes do Estado e especialmente auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo.

No caso de Santa Catarina, o mesmo Tribunal de Contas auxilia as câmaras de vereadores no exercício de suas funções de fiscalização da execução orçamentária e financeira.

Ao cumprir essas funções, o TCE decide sobre as matérias de sua competência constitucional e legal. Essas decisões podem ser classificadas como opinativas, orientadoras, corregedoras e de julgamento administrativo.

Todas as formas de atuação do Tribunal de Contas são relevantes, mas pelo sentido pedagógico, as orientadoras se revestem de fundamental importância à medida que se busca, com elas, evitar que a ilegalidade ocorra; impedir que o desperdício leve ao prejuízo. É o caso das respostas às consultas, competência atribuída ao Tribunal de Contas pela atual Carta Magna Catarinense (art. 59, XII) depois de ampla discussão na Assembléia Estadual Constituinte.

Ao orientar, o TCE obriga-se a agir antes do fato concreto, como ocorre quando responde a consultas, ainda que a sua atuação seja em tese. Consultar significa buscar aconselhamento, parecer, orientação sobre como agir diante de determinada situação jurídica ou de fato.

A regra constitucional foi repetida no art. 6º, XVI, da LC nº 202, de 15.12.2000 (Lei Orgânica do TCE), estabelecendo, ainda, no § 3º do referido dispositivo, que as decisões do Tribunal de Contas em processo de consulta têm caráter normativo e constituem prejudgamento da tese.

O Regimento Interno do Tribunal de Contas, instituído pela Resolução nº TC-06/2001, em seu artigo 154 c/c o § 3º, define prejudgado como o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno, de natureza interpretativa de direito em tese, em matéria de competência do Tribunal de Contas, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência, devendo ser aplicado sempre que invocado no exame processual.

No caso catarinense, o dever de responder às consultas é absoluto. A limitação existe apenas quanto à necessária formulação em tese, à matéria sujeita à fiscalização do próprio Tribunal, e à legitimidade do consulente. Com efeito, os artigos 103 e 104 do Regimento Interno do TCE indicam as pessoas legitimadas a formular consultas ao Tribunal e estabelecem os requisitos de sua admissibilidade.

O caráter normativo das decisões em consulta e o princípio da publicidade, aliados à necessidade da ampla divulgação das orientações desta Corte aos órgãos e entidades sujeitos à sua fiscalização, impõem ao Tribunal de Contas a edição periódica da consolidação dos prejudgados.

Esta obra é um importante instrumento que o TCE coloca à disposição dos gestores públicos estaduais e municipais para dar-lhes maior segurança na prática dos atos de gestão e de ordenação da despesa sujeitos ao controle externo, e, por isso mesmo, deve ser utilizado com mais frequência pelos agentes públicos em geral.

Registra-se, ainda, a importância da consolidação dos prejudgados como instrumento para subsidiar a elaboração dos relatórios técnicos (Auditores Fiscais de Controle Externo) e dos votos dos relatores (Conselheiros e Auditores Substitutos) com o objetivo de uniformizar a jurisprudência, em cumprimento à expressa disposição regimental que torna obrigatória a sua aplicação sempre que invocado no exame processual (art. 155, § 3º).

Os prejudgados podem ser revogados e reformados sempre que o Tribunal de Contas firmar nova interpretação sobre a matéria objeto da decisão que o constituiu. Contudo, respeitam-se os atos concretos praticados na vigência da orientação precedente à modificação ou revogação do prejudgado que serviu de fundamento para a prática desses atos.

Esta edição, revista e ampliada, reúne as decisões em consulta prolatadas pelo Tribunal Pleno até 09 de agosto de 2004, constituindo 1.570 prejudgados.

Além da edição dos prejudgados em formato de livro, o TCE mantém um sistema informatizado das decisões em processos de consulta, cabendo à Consultoria Geral o acompanhamento diário das decisões, incluindo no sistema as reformas, revogações e os novos prejudgados.

Portanto, os prejudgados constituídos após a edição desta obra, assim como as reformas e revogações, são inseridos automaticamente no sistema, sendo recomendável aos administradores públicos que façam pesquisa através do site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br), link "Decisões em Consultas", a fim de acompanhar a evolução de decisões do Tribunal Pleno em consultas e verificar se o prejudgado que o orienta permanece inalterado e em vigor.

*Salomão Ribas Jr.*  
Presidente do TCE/SC

# Notas do Editor

---

**Versão atualizada até 09.08.2004**

Ao consultar esta obra verifique no site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br) se o prejulgado sofreu revogação ou reforma.

## Notas de rodapé

Em virtude de revogações de decisões, o leitor encontrará algumas notas de rodapé fora da ordem de paginação sem que isso acarrete quaisquer prejuízos na pesquisa dos prejulgados.



# Prejulgados por Assunto

## Acordo

Acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho .....	1272, 1377, 1436, 1481
Acordo ou convênio com organização não-governamental visando exclusivamente contratação de pessoal .....	1205
Estagiário. Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de estágio celebrado entre a Câmara Municipal e Instituições de Ensino. Local do estágio .....	838
Competência. Objeto. Requisitos. Abrangência .....	767, 1493
Acordo judicial ou extrajudicial.	
Acordo ou convenção coletiva. Requisitos .....	886, 895

## Administração Pública

Administrador público. Atuação. Limites. Previsão .....	1259
Aluguel. Cobrança pela Administração. Impossibilidade .....	1100
Arquivo público. Eliminação de documentos .....	812
Atos Administrativos. Publicidade .....	743
Atos do Poder Público. Validade. Requisitos .....	1259
Auditoria Independente. Contratação e pagamento .....	42
Autarquia. Aparelhos celulares. Aquisição. Uso em serviço. Requisitos .....	905
Bem Público. Instalações e equipamentos.	
Vistorias. Reparos. Responsabilidade. Despesas. Pagamento .....	673
Cargos e funções. Provimento. Atividades típicas .....	637, 1461
Cargos com atribuições iguais ou assemelhadas. Vencimentos .....	675
Cessão de pessoal. Requisitos .....	721, 1364
Cessão ou disposição de servidores a órgãos ou entidades públicas de outras esferas. Requisitos .....	1009, 1364

## Prejulgados por Assunto

### Administração Pública

CIDASC. Cessão de veículo de sua propriedade a outro órgão. Requisitos .....	776
Comissão de Trabalho. Gratificação .....	1374
Concurso público 628, 629, 667, 1138, 1243, 1455, 1466, 1468, 1529, 1541, 1551	
Contratação de obras, serviços, compras e alienações .....	694
Contratação de pessoal por tempo determinado.	
Requisitos. Condições. Proibições. Prazo. Responsabilidade .....	682, 746, 785
Contratações irregulares. Providências. Responsabilidade .....	1265
Despesa sem dotação orçamentária específica.	
Abertura de crédito especial. Requisitos .....	1264
Entidade que explora a difusão de tecnologia agropecuária.	
Bens móveis inservíveis. Alienação. Requisitos .....	727
Execução de obras e fornecimento de produtos e serviços a qualquer esfera de governo. Contratação .....	1257
Licitação. Obtenção e apresentação de documentos necessários à habilitação .....	747
Obrigações.	
Fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. Pagamento.	
Obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades .....	704
Publicidade .....	743, 1359, 1389, 1405
Rateio FUNDEF. Remuneração .....	1258
Recepção de pessoas. Gastos. Requisitos .....	715
Requisição de documentos. Direito de petição .....	1397
Reestruturação do Plano de Cargos e Salários .....	1302
Saúde. Estado. Responsabilidade. Providências .....	1242
Saúde. Execução das ações e serviços de saúde .....	680, 1348, 1404, 1523
Saúde. Prestadores de serviços. Indícios de irregularidade ou crime.	
Medidas para verificação. Responsabilidade .....	1242
Segurança Pública. Órgãos responsáveis. Manutenção .....	884
Serviço de informática. Deficiência de pessoal. Concurso. Contratação .....	718
Setor elétrico. Seleção de projetos para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Procedimento .....	1266
Telefone celular. Aquisição. Requisitos .....	905



**Administração Pública Estadual**

Acordo extrajudicial .....	580
BADESC. Definição de diretrizes para a recuperação de créditos em liquidação .....	702
Bandeira oficial. Modificação quanto à apresentação .....	1290
BESC. Averbação de tempo de serviço .....	1465
CASAN. Advogados vinculados. Impedimentos .....	1485
CELESC. Aplicação de multas a entidades da administração indireta por atraso no pagamento das faturas de fornecimento de energia elétrica. Requisitos .....	784
CELESC. Cessão de pessoal .....	1481
CELESC. Compensação de créditos. Requisitos .....	1392
Cessão de servidores. Ampliação da cessão. Forma .....	1144
CIDASC. Contratação do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho .....	874
CIDASC. Utilização de máquinas cedidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural .....	928
CODESC. Cessão de servidores à Justiça Eleitoral. Despesas. Ressarcimento .....	1064
Consultoria Jurídica. Procuradoria Geral do Estado .....	580
Contrato em vigor. Cumprimento. Aditamento .....	726
Empresa privada. Cedência de funcionário para Administração Pública- .....	447
Empresa pública. Sociedade de economia mista e suas subsidiárias e controladas. Vantagens remuneratórias. Concessão .....	832
Entidade estatal. Demandas judiciais em diversas comarcas. Contratação de advogado. Procedimento. Requisitos .....	1244
Impressão de material promocional. Requisitos .....	1389
Informática. Sistema de Informática e Automação do Governo do Estado. Órgão Central e gestor do sistema. Competência. Efeitos .....	972
Jeton. Pagamento. Previsão .....	710
JUCESC. Acordo com associações e indústrias .....	1493
Modificação da estrutura administrativa. Implicações .....	1365
PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense. Receita ...	956
Secretaria de Estado da Educação. Consecução dos Programas - PROFORT e MAGISTER .....	856

## Prejulgados por Assunto

### Administração Pública Estadual

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e da Família.	
Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQP.	
Consecução. Contratação de instituições de ensino. Requisitos .....	857
Sistema estadual de saúde. Gestão plena. Habilitação .....	845
Subvenções à entidade privada .....	1426
Transporte de servidores públicos ao local de trabalho .....	1550
UDESC. Programa Especial de Treinamento.	
Recursos recebidos em decorrência de convênio. Aplicação .....	952
UDESC. Receitas próprias. Utilização. Destino .....	881
Unidades Hospitalares da SES.	
Implantação de sistema de cobrança através de cartões de crédito .....	596

### Advogado

Atuação em Execução Fiscal. Responsabilidade .....	1182
Assessoria jurídica. Serviços. Características .....	1007, 1121
Contratação de assessoria jurídica a órgãos colegiados do Legislativo .....	326
Contratação para defesa dos atos do Prefeito Municipal .....	327
Contratação. Procedimento .....	699, 1304, 1427, 1485
Contratação. Requisitos .....	818, 873, 942, 1121, 1427
Contratação sem vínculo empregatício .....	1121
Contrato de risco .....	1427
Entidade estatal. Demandas judiciais em diversas comarcas.	
Contratação de advogado. Procedimento. Requisitos .....	1244
Exercício das atividades de advocacia. Requisitos. Regime .....	1007
Honorários contratados. Pagamento. Retenção de valores pelo advogado ....	1180
Honorários de sucumbência. Percepção .....	902, 1007, 1427
Incompatibilidades .....	1384

### Agentes Políticos

Adicional de férias .....	1510
Candidatura. Impugnação. Motivo .....	876
Características .....	1014
Contratação com o Município .....	099, 170, 174, 221, 403, 510
Contrato com o Município .....	041, 083, 099, 170, 174, 221

**Agentes Políticos**

Contribuição. Seguridade Social .....	578
Décima terceira remuneração. Percepção .....	1057
Décimo terceiro salário ou gratificação equivalente. Percepção .....	922
Férias. Pagamento .....	890, 1271
Infrações cometidas. Indicação. Procedimento .....	734
Parente. Participação em licitação .....	394
Participação em licitação .....	014, 395
Percepção acumulada de subsídio de mandato eletivo com vencimentos de cargo, emprego ou função .....	1049
Prefeito e Vice-Prefeito. Décimo terceiro salário, férias e um terço de férias. Percepção .....	1206, 1510
Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal. Férias anuais não-gozadas. Indenização .....	1271
Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Benefícios previdenciários .....	1236
Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Remuneração. Fixação. Alteração. Requisitos .....	650, 991, 1271
Presidente de Câmara	
• Verba de caráter indenizatório. Instituição .....	991, 1161
• Verba de caráter indenizatório. Percepção. Cômputo .....	797, 1137, 1159, 1161, 1170, 1220, 1275
Projeto de Decreto legislativo. Pagamento de subsídio de Prefeito e Vice- Prefeito. Legalidade .....	768
Remuneração	
• Alteração no curso da legislatura .....	282, 1098
• Infração art. 167, VI da CF/88 .....	305
• Decreto em vigor com vício formal. Efeitos .....	728
• Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Remuneração. Alteração .....	1271
• Sistemática remuneratória .....	660
• Teto remuneratório. Limite .....	653
• Vereadores e Presidente da Câmara. Alteração. Fixação. Prazo. Vigência .....	1127
• Vício na norma fixadora. Retificação. Procedimento. Efeitos .....	626
Secretário Municipal	
• acumulação com cargo de médico .....	036
• acumulação com função de membro ou conselheiro em empresa estatal ..	288
• acumulação com outros cargos. Limite .....	1261
• características. Remuneração .....	991, 1022, 1023, 1063

## Prejulgados por Assunto

### Agentes Políticos

#### Secretário Municipal

- cargo. Características ..... 1261
- décimo terceiro salário, férias  
e um terço de férias. Percepção ... 744, 991, 1063, 1206, 1215, 1270, 1271
- exercício da atividade de magistério. Requisitos ..... 1243
- investidura no cargo. Subsídios. Nomeação. Exoneração ..... 991, 1082
- subsídio. Fixação.  
Alteração. Vigência. Procedimento ..... 1214, 1156, 1165, 1270, 1271

Seguridade social. Contribuição ..... 660, 1524

Servidor público. Promoção por merecimento ..... 1488

#### Subsídio

- Cômputo ..... 729
- Fixação extemporânea. Efeitos ..... 1214
- Fixação. Alteração. Vigência. Teto ..... 650, 660, 1098, 1104
- Fixação. Majoração ..... 1076, 1149, 1226
- Fixação. Parâmetros. Previsão ..... 933, 1090
- Fixação. Prazo ..... 872, 958
- Imposto de Renda. Matéria tributária afeta à Secretaria da Receita Federal 1161
- Lacuna normativa. Procedimento ..... 768
- Norma fixadora. Previsão ..... 1016
- Prefeito e Vice-Prefeito. Décimo terceiro subsídio. Percepção .... 1215, 1271
- Presidente da Câmara e  
Vereador. Alteração. Fixação. Prazo. Vigência ..... 1127, 1137
- Revisão geral anual. Previsão ..... 1153, 1163, 1203, 1264, 1462

### Aposentadoria

Acumulação de proventos de aposentadoria. Previsão ..... 780, 918, 1385

Aposentadoria e pensão. Complementação. Requisitos ..... 860, 1525

Aposentadoria especial ..... 1357

Aposentadoria junto ao INSS. Efeitos ..... 1010, 1326

Aposentadoria pela CLT. Retorno ao serviço público ..... 658, 1385

Aposentadoria por invalidez ..... 1175, 1352, 1530

Aposentadoria proporcional. Cômputo ..... 1150, 1504

Aposentadoria voluntária ..... 688, 765

Aposentadoria. Efeitos ..... 842, 1360

Atividade rural. Averbação e contagem

recíproca do tempo de serviço ..... 593, 623, 672, 772, 1489

Averbação de tempo de serviço ..... 665, 1357, 1424, 1460, 1511

**Aposentadoria**

Benefícios do programa de demissão voluntária .....	842
Cargo efetivo vago em decorrência de aposentadoria. Efeitos .....	1150
Cargo efetivo vago. Provimento .....	1150
Causa extintiva do contrato de trabalho .....	1010, 1346, 1559
Compulsória .....	606, 625, 659, 780, 1325, 1339
Contagem recíproca de tempo .....	635
Continuidade na prestação do serviço. Concurso público .....	502, 606
Contrato de trabalho posterior à aposentadoria. Efeitos .....	639, 1559
Cumulação .....	1206
Direito adquirido. Implicações legais. Cômputo .....	804
Empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista. Equiparação entre ativos e inativos .....	1360, 1367, 1410
Função gratificada e hora extra. Incorporação .....	593, 1463
Invalidez .....	312, 1206, 1325
Invalidez. Normatização .....	363, 1530
Invalidez. Suspensão para cumprimento de pena disciplinar .....	401
Prefeito. Averbação de tempo de serviço prestado na função .....	635
Professor municipal aposentado. Exercício de outro cargo de professor. Requisitos .....	1165, 1363
Professor. Aposentadoria especial .....	625, 1432, 1469
Proventos. Concessão. Cálculo .....	804
Relação de emprego público regido pela CLT .....	1150, 1494
Requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria .....	844, 1352
Retorno ao serviço público. Concurso. Efeitos .....	559, 650, 658, 903
Rompimento do vínculo empregatício .....	502
Servidor aposentado. Continuidade no serviço público. Efeitos .....	1150
Servidor aposentado. Exercício de cargo de comissão .....	1165
Servidor aposentado por outro ente. Aprovação em concurso público municipal .....	1216, 1385
Servidor efetivo. Proventos de aposentadoria. Cálculo .....	1136
Servidor ocupante de cargo em comissão. Tempo de serviço. E. C. 20/98 ...	688
Servidor ocupante de cargo público. Aposentadoria. Efeitos .....	1150, 1346

## Prejulgados por Assunto

### Aposentadoria

Servidor ocupante de cargo público vinculado ao Regime Geral da Previdência Social. Efeitos .....	1154
Servidor público municipal aposentado. Cumulação de proventos e vencimentos. Requisitos .....	1165
Tempo de atividade privada. Cômputo .....	406, 1357
Tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana .....	406, 482
Tempo de contribuição previdenciária .....	688, 1008, 1357
Tempo de serviço .....	1504
Tempo de serviço. Qualificação. Cômputo. Direito adquirido .....	1008, 1047, 1316, 1424
Tempo de serviço rural. Contagem recíproca. Vigência .....	110, 1106, 1489
Transposição de regime .....	658
Voluntária .....	347, 498, 1325

### Associação de Municípios

Coordenação de edição de editais de licitação de municípios associados ...	331, 545
Contribuições mensais feitas pelos municípios .....	955
Pagamento pelo Município de percentual oriundo do FPM a título de contribuição .....	289
Percentual do FPM a título de contribuição. Débito automático .....	289, 292
Recursos repassados por entidades públicas. Fiscalização pelo Tribunal de Contas .....	432
Sujeição à escrituração contábil e fiscalização pelo Tribunal de Contas .....	210
Veículo de comunicação para divulgação de atos oficiais dos municípios ..	432, 540

### Associação dos Magistrados

Empregados da Associação. Salário. Pagamento .....	693
Lei de Diretrizes Orçamentárias. Repasse de recursos a associações de servidores ou outras entidades congêneres .....	899
Recursos. Aplicação. Repasse .....	693, 1093

### Atos Administrativos

Delegação de atribuições. Requisitos. Responsabilidade .....	846, 1533
Acordo judicial ou extrajudicial. Acordo ou convenção coletiva. Requisitos .....	886

### Atos Administrativos

Administrador público. Recursos. Utilização. Requisitos .....	941
Anulação. Revogação .....	713, 1490
Validade. Requisitos .....	1259, 1324
Certidões, informações ou cópias de documentos.	
Pedido. Interesse particular, coletivo ou geral. Requisitos .....	690
Entidades privadas. Parceiras para a confecção de equipamentos destinados a colher sugestões e denúncias da população. Requisitos .....	1193
FGTS. Liberação mediante simulação de dispensa de empregado. Efeitos ...	858
Irregularidades. Indícios. Providências da Administração .....	817, 855
Município. Atos que produzem efeitos externos. Publicidade e divulgação .	696, 769
Objeto. Clareza. Abrangência .....	767
Poder Executivo. Atos administrativos. Edição. Responsabilidade .....	1216
Acordo ou convênio com organização não-governamental visando exclusivamente contratação de pessoal .....	1205
Processos de Tomadas de Contas Especiais.	
Desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos ou dano ao erário. Instauração. Procedimento .....	1181, 1561
Publicidade .....	135, 743, 829, 951, 1315, 1359
Publicidade. Alteração da forma .....	194

### Autarquia

Aparelhos celulares. Aquisição. Uso em serviço. Requisitos .....	905
Controles. Procedimentos financeiros. Movimentação. Competência .....	1108
Autarquia interestadual. Tempo de serviço .....	1424
Autarquia intermunicipal. Instituição. Orçamento. Apreciação das contas.	
Criação, extinção e fixação de cargos .....	798

### Auxílios e Subvenções

APAE. Custeio de despesas de manutenção. Auxílio do Município. Requisitos .	1209
Assistência social. Auxílio-funeral e auxílio-natalidade. Concessão .....	1369
Autarquia municipal. Concessão de empréstimos a servidores da municipalidade .....	796
Concessão aos agricultores. Vedações e procedimentos .....	1445, 1507
Cultos religiosos e Igreja .....	655, 748

## Prejulgados por Assunto

### Auxílios e Subvenções

Educação Ambiental. FATMA .....	1376
Empresa privada. Implantação ou ampliação de atividades.	
Percepção de ajuda e auxílio financeiro .....	1077
Entidade de direito privado. Recursos financeiros recebidos.	
Aplicação. Comprovação .....	613
Entidade privada. Concessão pela Câmara .....	025
Entidade privada. Inadimplente .....	1426
Entidade tradicionalista (CTG). Concessão pelo Município .....	23, 1158
Entidades assistenciais .....	175
Entidades com fins lucrativos.	
Percepção de auxílio financeiro pela Administração .....	1243
Entidades esportivas .....	254, 909
FATMA. Educação ambiental .....	1376
Instituições públicas ou privadas. Percepção de Subvenções. Despesas .....	1154
Intermediação de repasse .....	203
Norma disciplinadora .....	495
Pagamento de mensalidades escolares a servidores públicos. Requisitos ...	1338
Pessoas carentes. Concessão pela Câmara .....	090
Pessoas carentes. Concessão pelo Município .....	314
Prestação de contas. Saldo financeiro .....	1307
Prestação de contas. Comprovantes .....	1540
Projetos de lei de concessão. Iniciativa .....	528
Proprietários rurais atendidos pelo PROSOLO .....	219
Servidor inativo. Percepção de auxílio alimentação .....	901
Sindicatos .....	1162, 1454
Subvenções sociais. Concessão .....	615, 1445
Utilização para pagamento de dívidas preexistentes .....	317

### Bancos

Abertura de contas em outros municípios .....	080
Atividade financeira. Empréstimo em moeda. Competência .....	707
Credenciamento pelo Município para cobrança de tributos via rede bancária .....	311
Depósito das disponibilidades financeiras das prefeituras .....	005



**Bem Público**

Brita. Produção e alienação .....	1303
Entidade que explora a difusão de tecnologia agropecuária.	
Bens móveis inservíveis. Alienação. Requisitos .....	727, 788, 1291
Alienação de Bens Móveis	
• forma .....	296, 504, 328
• registros contábeis .....	504
• dação em pagamento .....	504
Alienação de Bens Imóveis	
• Dispensa de licitação por ausência de interessados .....	057
• Requisitos .....	932, 1291, 1344, 1503
Bens móveis. Recebimento a título de doação por instituição estrangeira ....	525
Bens móveis e imóveis. Reavaliação. Competência .....	880
Bens imóveis municipais em desuso. Alienação ou permuta. Condições .....	1060
Danos, desaparecimento ou extravio de bens.	
Responsabilidade. Apuração. Procedimento. Efeitos .....	1164
Doação .....	493, 1344, 1396, 1553
Eliminação de Softwares em desuso. Procedimento .....	1164
Exploração .....	185, 711, 1341
Cessão de uso .....	208, 188, 512, 921, 966, 1308, 1447
Classificação contábil .....	091
Classificação de materiais .....	490
Comodato. Contrato .....	966
Comodato entre órgãos e entidades públicas .....	088
Concessão de direito real de uso .....	1291, 1344, 1396, 1553
Dação em pagamento. Transferência de bens do Município para autarquia .....	544
Doação a cultos e igrejas .....	205
Doação de imóvel a particular .....	493
Doação. Requisitos legais .....	493, 1479, 1486
Empreendimento. Incentivo para instalação no município.	
Disponibilização de bem imóvel público a particular. Requisitos ...	969, 1077, 1344
Forma de transferência de casas populares a particular .....	178, 561
Instalações e equipamentos. Vistorias.	
Reparos. Responsabilidade. Despesas. Pagamento .....	673
Imóveis. Destinação para uso especial. Requisitos .....	982, 1045, 1184

## Prejulgados por Assunto

### Bem Público

Patrimônio. Titularidade .....	416, 450, 460
Permissão de uso de bem móvel.	
Termo de permissão de uso. Requisitos. Conteúdo .....	1018
Permissão remunerada de uso de bem público .....	227, 1569
Recebimento a título de doação .....	1566
Uso especial de bens públicos. Forma. Requisitos .....	853
Uso por particular .....	386, 853
Utilização. Desvio de Finalidade .....	1381
Venda de passagens. Concessão de uso de box em terminais rodoviários.	
Terceirização .....	711

### Câmara Municipal

Ação Civil Pública. Defesa de ex-vereador .....	1109
Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei municipal. Competência .....	835
Acordo judicial ou extrajudicial. Servidores reintegrados .....	507
Advogado. Falta transitória de titular do cargo. Procedimento .....	1232
Agência de publicidade. Contratação .....	491, 1250
Alteração terminológica.	
Verba de representação por verba indenizatória. Efeitos .....	1170
Ambulância. Aquisição.	
Cessão por meio de comodato para o Poder Executivo .....	1111
Aplicações financeiras. Rendimentos .....	461
Assessor jurídico. Alegação de impedimento para o exercício de suas atribuições funcionais. Efeitos .....	871
Assessoria jurídica e contábil.	
Contratação de empresa que presta o serviço. Requisitos .....	1250
Assessoria parlamentar. Estrutura de cargos .....	1137
Atos administrativos. Divulgação .....	829
Atos de publicidade obrigatória. Forma de divulgação ....	297, 405, 410, 496, 1537
Atos, campanhas ou serviços. Divulgação. Requisitos .....	1250
Atribuições constitucionais. Abrangência .....	1139
Balancete da Câmara. Irregularidades. Efeitos .....	936
Cadastro geral de contribuintes. Inscrição .....	450
Câmara Municipal. Regime Geral da Previdência Social. Filiação dos servidores ...	906

**Câmara Municipal**

Cargo comissionado .....	408, 1501
Cargo efetivo. Provimento .....	637, 1110
Cargo. Competência. Remuneração .....	1264
Cargos e funções. Remuneração .....	1136, 1541
Cargos, empregos e funções.	
Criação, transformação ou extinção. Competência .....	1196, 1501, 1541
Competência .....	1315, 1501
Consultoria jurídica. Contratação por inexigibilidade de licitação .....	1122
Contabilidade própria. Responsabilidade. Implementação ....	368, 781, 963, 1072
Contabilidade. Realização .....	553, 949, 988, 1072, 1136, 1238
Contador. Cargo comissionado .....	963
Contador. Cargo efetivo. Provimento. Forma .....	1110, 1277
Contador. Contratação .....	428, 949
Contas do Município. Julgamento. Rito da votação .....	854
Contratação de assessor jurídico. Requisitos. Procedimento .....	699, 1066
Contratação de empresa de radiodifusão .....	863
Contratação de pessoal por tempo determinado .....	518
Contratação de serviço de auditoria independente .....	042
Contrato de locação. Previsão .....	1024
Contrato ilegal. Rescisão. Invalidação. Pagamento. Responsabilidade .....	706
Contribuição mensal à entidade associativa das Câmaras .....	266
Controle interno. Otimização .....	988
Convocações. Pagamento .....	954, 1161
Créditos decorrentes de ressarcimento .....	1112
Criação de cargo de assessor jurídico .....	418
Criação. Extinção ou transformação de cargo. ....	340, 820, 1136, 1378, 1501
Dívida ativa tributária. Cobrança. Valor da receita arrecadada.	
Limite da despesa do Poder Legislativo. Cômputo .....	1134
Organização, funcionamento, polícia, criação .....	1110
Despesas	
• adiantamento para viagens .....	491, 1274
• coffee break .....	1456
• coroa de flores .....	491
• irregulares .....	090, 1497

## Prejulgados por Assunto

### Câmara Municipal

#### Despesas

- combustível de veículos particulares ..... 1268
- empenhamento, pagamento e contabilização ..... 994
- eventos. Seminários, cursos e fóruns ..... 1562
- fora da finalidade de suas funções ..... 679, 742
- gravação/reprodução das sessões legislativas ..... 1255
- limites ..... 980, 1017, 1062, 1184, 1212, 1225, 1233, 1274, 1329, 1471
- manutenção de serviços básicos ..... 949
- pesquisa popular de avaliação de desempenho ..... 742
- Plano de Saúde ..... 1101
- recepções a autoridades ..... 491

Diárias. Fixação de valores ..... 491

Diárias. Pagamento ..... 709

Diárias. Vereadores. Pagamento. Requisitos ..... 1013

Lei de Diretrizes Orçamentárias. Projeto de lei.

Encaminhamento ao Poder Legislativo. Competência. Prazo ..... 1118

Disponibilidades de caixa. Aplicação no mercado financeiro. Requisitos .. 1231

Doações orçamentárias. Anulação. Autorização legislativa ..... 670

Documentos. Remessa ao executivo ..... 077

Dotação orçamentária. Repasse ..... 074, 1558

Dotação orçamentária. Suplementação. Forma ..... 1232

#### Duodécimo

- contabilização ..... 949
- devolução de numerário. Efeitos ..... 1274, 1329
- natureza ..... 948, 1128
- realização de despesas ..... 028
- repasse pelo Executivo ..... 310, 454, 140, 106, 1128
- cálculo ..... 234, 948

Emissora de rádio. Contratação ..... 297, 496, 513, 1537

Estagiário. Acordo de Cooperação e

Termo de Compromisso de estágio celebrado entre a

Câmara Municipal e Instituições de Ensino. Local do estágio ..... 838

Ex-Prefeito. Contas municipais rejeitadas pela Câmara.

Decreto Legislativo. Anulação. Competência ..... 833

Fiscalização pelo Tribunal de Contas ..... 781, 1501

Folha de pagamento. Abrangência ..... 1107, 1146, 1169, 1212, 1223

Folha de pagamento. Gastos além do limite. Efeitos ..... 1215

**Câmara Municipal**

Folha de pagamento. Gastos.	
Limites. Cálculo. Abrangência .....	1053, 1067, 1111, 1135, 1146, 1274
Funções. Atribuições Constitucionais. Concessão de auxílio financeiro .....	025
Gastos. Limite. Controle. Competência .....	1128
Imposto incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título. Recolhimento .....	461
Imóvel. Aquisição. Requisitos .....	1114
Inativos e pensionistas.	
Transferência de pagamento da Câmara para o Poder Executivo .....	651
Indenização. Concessão a vereadores por uso de veículo próprio .....	1153
INSS servidores. Recolhimento .....	300
Lei de Diretrizes Orçamentárias.	
Aprovação após 30 de junho. Prorrogação do primeiro período da sessão legislativa. Sessões consideradas ordinárias .....	474
Lei municipal. Revogação. Competência .....	835
Lei Orçamentária Anual. Repasse inferior ao previsto .....	1558
Mensagens alusivas a datas festivas e/ou campanhas educativas. Forma de veiculação .....	518, 679
Motorista. Provimento .....	637
Contratação e execução de obra. Prédio para a Câmara Municipal. Requisitos ....	1184
Orçamento. Numerário referente às dotações.	
Empenramento, pagamento e contabilização .....	994
Patrimônio. Titularidade. Município .....	416, 450
Pedido de informação ao Poder Executivo .....	480
Pensão especial. Concessão a Vereador .....	499
Percentual de 5% sobre a receita municipal. Cálculo. Incidência. Limite ....	720
Pessoal. Despesa total. Apuração .....	1034, 1220
Pessoal. Gastos. Percentuais e limites. Fiscalização. Competência .....	1019
Plano de assistência médica a vereadores .....	045
Plano de saúde. Concessão a servidores .....	420
Assistência médica a ex-agentes políticos e seus familiares. Concessão .....	861
Plano Plurianual. Elaboração .....	244
Plenário. Divulgação de trabalhos .....	297, 491, 496, 1537
Despesas. Repasse de verbas para custeio .....	720

## Prejulgados por Assunto

### Câmara Municipal

Funções típicas e permanentes. Execução. Competência .....	1232
Presidente da Câmara	
• Gabinete. Manutenção. Encargos .....	1137
• Ordenador de despesa. Atribuições .....	724
• Remuneração. Forma. Quantum .....	1090, 1091
• Subsídio. Valor. Cômputo .....	986, 988, 1137
• Servidor público ocupante de cargo efetivo investido em mandato eletivo .....	1215, 1375
• Substituição regular ao Prefeito. Remuneração .....	794
• Verba de caráter indenizatório. Percepção. Cômputo .....	797, 1137, 1159, 1161, 1170, 1220, 1275
• Verba de caráter indenizatório. Instituição .....	991, 1161
Procedimentos. Descentralização .....	290
Quorum para maioria absoluta. Câmara composta por nove membros .....	284
Receita. Composição .....	1240, 1450
Receita. Previsão .....	1223
Recesso Legislativo. Pagamento subsídio .....	010
Recursos financeiros destinados ao Poder Legislativo. Fixação. Forma .....	1128, 1212, 1232, 1233, 1274, 1329, 1435
Recursos financeiros. Concessão a entidades beneficentes .....	679
Repasse ao Poder Legislativo. Valores. Cômputo .....	1143, 1169, 1184, 1212
Recursos hídricos, exploração de recursos minerais ou extração de petróleo. Compensação financeira .....	943
Recursos recebidos. Despesas do mês anterior. Apresentação do balanço em plenário. Competência. Prazo .....	936
Regime de Suprimento adotado. Responsabilidade .....	598, 622
Regime Geral da Previdência Social. Filiação dos servidores. Competência .....	906
Saldo do Suprimento não utilizado. Restituição .....	1067, 1111, 1329
Sede da Câmara. Locação de imóvel. Transferência .....	706
Sede própria. Construção .....	398, 461, 601, 1240, 1329
Serviço de Atendimento ao Cidadão. Implantação e manutenção. Requisitos ...	1142
Serviços de contabilidade. Competência .....	843
Serviços jurídicos. Função. Provimento .....	1232
Servidor estranho ao quadro de pessoal. Efeitos .....	704
Sessão Legislativa	
• extraordinária. Pagamento .....	1153, 1190, 1232, 1353

## Câmara Municipal

### Sessão Legislativa

- extraordinária. Ocorrência. Condições. Pagamento ... 1059, 1161, 1170, 1232
- extraordinária.  
Recesso parlamentar. Gastos de pessoal. Apuração ..... 1189, 1220
- extraordinária.  
Recesso parlamentar. Pagamento ..... 988, 1036, 1161, 1170, 1353
- extraordinária. Recesso parlamentar.  
Valores recebidos a título de indenização ..... 1170, 1232, 1263, 1353
- extraordinária. Pagamento. Previsão ..... 1189, 1220
- extraordinária. Período legislativo ordinário. Pagamento ..... 954, 1161
- matéria ordinária ou fora do recesso parlamentar. Pagamento 1161, 1189, 1263
- realização temporária fora da sede ..... 417
- transmissão ao vivo ..... 297, 1537
- vereador de atestado médico ..... 1353
- Solicitação de documentos ao executivo ..... 041
- Suplementação de dotação sem autorização legislativa ..... 098
- Subsídios. Fixação. Alteração ..... 986, 1214
- Subsídios. Fixação. Prazo ..... 991, 1119
- Subsídios. Limite. Apuração. Auxílio-Moradia ..... 1020
- Subsídios percebidos em excesso. Devolução. Procedimento. Efeitos ... 1137, 1502
- Subvenções sociais. Gastos. Custeio ..... 1139
- Suprimentos. Limite dos repasses ..... 1297, 1329, 1558
- Suprimentos repassados ao Poder Legislativo.
- Prestação de Contas. Despesas irregulares. Efeitos ..... 1269
- Suprimentos. Repasses mensais pelo Poder  
Executivo ..... 647, 649, 728, 975, 982, 1019, 1042, 1067, 1111, 1297, 1558
- Suprimento. Valor não utilizado pelo Poder  
Legislativo e devolvido ao Tesouro Municipal. Efeitos ..... 1202, 1329
- Verbas de gabinete. Instituição. Procedimento ..... 1220

## Cargo Comissionado

- Acesso ..... 785
- Acumulação
  - com outro cargo comissionado ..... 307, 704, 1070
  - com outro cargo efetivo ..... 653, 1375
  - com mandato de vereador ..... 069, 547, 1375
  - com cargo proveniente de cedência  
mediante convênio de municipalização de ensino ..... 34

## Prejulgados por Assunto

### Cargo Comissionado

#### Acumulação

- com mandato de vereador ..... 547, 1375
- com cargo de Vice-Prefeito ..... 100, 642, 643, 644, 657, 744, 1570
- por servidor inativo ..... 650
- no poder executivo e no poder legislativo ..... 761, 1375

Características ..... 642, 704, 1014, 1232

Cargo comissionado não codificado. Remuneração ..... 669

Contribuição para o Fundo Municipal de Seguridade Social ..... 304

Criação. Extinção. Previsão ..... 704

Demissão voluntária. Incentivo ..... 412

Desempenho de atividade não inerente ao cargo. Concessão de gratificação .... 553

Direitos e vantagens ..... 408, 554

Estágio probatório. Cômputo do lapso temporal ..... 662

Estrangeiro. Nomeação ..... 381, 112

Exercido no Poder executivo. Acúmulo com mandato de vereador ..... 547

Exoneração no período gestacional ..... 437

Falecimento de servidor em exercício no cargo.

Pagamento de pensão aos dependentes ..... 878

Gratificação por dedicação exclusiva. Regulamentação. Pagamento ..... 783

Hora extra ..... 275, 277

Incorporação ao vencimento do cargo efetivo ..... 1463

Indenização compensatória por ocasião da exoneração ou dispensa ..... 529

Lei Complementar 90/93 - redação dada Lei 1.149/93 ..... 839

Licença para tratamento de saúde ..... 312

Pensão especial ..... 037

Preenchimento por servidor de carreira. Atribuições ..... 732

Preenchimento por servidor inativo ..... 752

Provimento. Remuneração ..... 704

Provimento. Requisitos. Não-atendimento. Efeitos ..... 920, 1433

Regime jurídico celetista. Efeitos ..... 1012

Servidor aposentado. Efeitos ..... 1165

Servidor efetivo designado para ocupar cargo em comissão. Efeitos ..... 700

Secretaria de Estado da Educação.

Controle de frequência de cargo comissionado ..... 725



### Cargo Comissionado

Servidor público efetivo ocupante de cargo comissionado. Previdência .....	704
Servidor público. Exercente de cargo efetivo.	
Assunção de cargo comissionado. Vinculação a regime de previdência ....	1082
Servidor ocupante de cargo comissionado.	
Exoneração. Nomeação imediata em outro cargo. Efeitos .....	700
Servidor público inativo. Exercício de cargo comissionado .....	650

### Casas Populares

Forma de transferência aos interessados habilitados .....	178
Construção de casas populares mediante celebração de convênio .....	1230
Instituto da concessão real de uso .....	1247

### Certidão Negativa de Débito - CND

Débito com Sistema de Seguridade Social. FGTS .....	145
Débito parcelado com a Fazenda Pública .....	176
INSS. Pessoa Física .....	246
Licitação. Apresentação INSS e FGTS .....	264, 489
Município. Contratação com sociedade de economia mista. Exigência CND ....	546
Procuradores legalmente constituídos.	
Apresentação CND pelos outorgantes .....	147
Seguridade Social. Comprovação de inexistência de débito para contratar com o Poder Público .....	084

### Comodato

Celebração entre a Prefeitura e grupo de agricultores.	
Financiamento de tratores .....	157
Celebração entre ente público e entidade religiosa .....	1564
Celebração entre órgãos e entidades públicas .....	088

### Comprovante de Despesa Pública

Documentação comprobatória dos atos administrativos financeiros e jurídicos. Arquivamento. Prazo .....	302, 521
Documentos regulares à comprovação de despesa .....	238
Nota fiscal de serviço avulsa .....	237

## Prejulgados por Assunto

### Comprovante de Despesa Pública

Nota fiscal emitida por matriz ou filial .....	249
Pessoa física. Nota fiscal ou recibo .....	579

### Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Atividade de caráter permanente. Efeitos .....	984
Conselheiro	
• acumulação com outro cargo .....	432, 388, 1475
• aposentado. Remuneração .....	940
• gratificação .....	612
• natureza do cargo .....	432, 388, 605, 612, 802, 1273
• percepção de jeton ou similar .....	388
• remuneração .....	432, 388, 605, 612, 802, 940, 1273
Definição. Previsão legal.	
Funcionamento. Membros. Pagamento .....	753, 1054, 1273, 1293
Pessoal especializado. Assessoramento .....	984

### Consórcio

Associações. Escrituração contábil. Fiscalização pelo Tribunal de Contas ....	210
Bens móveis duráveis. Aquisição pela Prefeitura .....	008
Intermunicipal. Previdência complementar .....	1387
Intermunicipal. Constituição. Prestação de Contas .....	1545

### Contabilidade

Adicional trienal. Lançamento na folha de pagamento .....	671
Balanços e balancetes. Remessa. Normatização .....	17
Câmara Municipal. Devolução de numerário correspondente ao duodécimo. Efeitos. Lançamento contábil. ....	1274
Câmara Municipal. Percentual de 5% sobre a receita municipal. Cálculo. Incidência. Limite .....	720
Rejeição da Lei Orçamentária. Créditos Especiais .....	840
Câmara Municipal. Competência .....	843, 1238
Concurso regularmente instituído e realizado. Prêmio devido. Despesa .....	698
Contabilização. Regras .....	1235
Contador. Atribuições do cargo .....	988
Contador. Provimento do cargo. Requisitos .....	996

**Contabilidade**

Contratação por Tempo Determinado .....	1347
Contribuição sindical .....	1292
Controles contábeis. Elaboração quando da implantação do Plano Real .....	257
COSIP. Normatização e contabilização .....	1370, 1535
Crédito adicional. Fundo .....	1300
Crédito especial. Abertura. Objetivo. Contabilização .....	1180
Créditos suplementares. Requisitos .....	1320
Créditos suplementares e especiais. Lei Orçamentária .....	1312
Curso. Modalidade à distância.	
Contrato entre a UDESC e municípios. Contabilização .....	1043, 1048
Despesas de exercícios anteriores. Empenho e pagamento ..	698, 1315, 1366, 1393
Despesas irregulares pagas. Responsabilidade.	
Registro contábil de responsabilização financeira .....	875
Detalhamento da despesa. LDO e LOA .....	1498
Dívidas inscritas em restos a pagar. Prescrição .....	269
Documentos contábeis. Tempo de arquivamento .....	060, 302
Duodécimo. Devolução de numerário. Lançamento contábil .....	1274
Entidade de direito privado.	
Recursos financeiros recebidos. Aplicação. Comprovação .....	613
Entidade sujeita à Lei nº 6.404/76 e às regras da Contabilidade Comercial .....	1217
Entidade de direito privado sem fins lucrativos. Transferência de recursos .....	1522
Entidade cultural e comunitária sem fins lucrativos. Percepção de recursos decorrente de transferência pelo Poder Público. Rubrica contábil .....	1251
Entidade. Plano de Contas da Contabilidade. Organização. Forma .....	1217
Fazenda Pública. Compensação de créditos. Procedimento .....	652
FUNDEF. Classificação de receita e despesa .....	526, 571
FUNDEF. Recursos. Contabilização .....	1235
Fundo Previdenciário Municipal.	
Extinção. Numerário. Destino. Contabilização .....	779, 895
Fundo. Crédito adicional .....	1300
Ministério Público. Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - FECEAF. Percepção de recursos financeiros. Contabilização .....	1172
Município. Concessão de Auxílio a produtor rural. Despesas. Empenhamento ...	1507

## Prejulgados por Assunto

### Contabilidade

Município. Receitas de indenização ou restituição recolhidas ao Município	834
Município. Viaturas da Polícia Militar. Despesa com combustíveis .....	866
Órgãos e entidades da administração pública	
estadual sujeitos à Lei 4.320/64. Percepção de recursos financeiros	
do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados. Contabilização ....	1160
Pessoal. Regime de competência. LRF .....	1423
Policial Militar. Transferência.	
Despesas com transporte. Indenização. Contabilização .....	937, 1224
Precatórios judiciais não pagos durante a execução do	
orçamento em que houveram sido incluídos. Efeitos .....	1235, 1457
Receita corrente líquida. Conteúdo .....	1235
Receita patrimonial. Registros .....	1341
Recursos disponíveis. Aplicações pelo Poder Público	
em bancos oficiais. Perdas financeiras. Efeitos. Contabilização .....	1234
Recursos. Categoria Programática.	
Transposição, remanejamento ou transferência. Previsão .....	651, 1312
Segregação de funções. Contabilidade e Finanças .....	1333
Sementes e mudas de plantas. Aquisição. Despesas. Classificação .....	691
Serviço de contabilidade. Natureza. Responsabilidade. Execução .....	996
Servidores à disposição de outros Poderes e órgãos.	
Despesa de pessoal. Pagamento. Contabilização .....	1221
SUS. Contabilização dos recursos financeiros .....	039
Terceirização de mão-de-obra. Contrato. Substituição de servidores	
e empregados públicos. Despesas. Contabilização .....	1221, 1235, 1438
Vale-transporte. Tickets. Despesa. Classificação .....	1147
Veículos. Manutenção. Despesa. Classificação .....	1147

### Contrato

Adequação do contrato de concessão da Rodovia SC-401 .....	591
Alteração contratual. Acréscimo financeiro .....	774, 869
Alteração pela administração. Lei n.º 8.666/93 .....	319, 1528
Anterior à Lei 8.666/93. Alterações .....	199
Atos do Poder Público. Divulgação.	
Contratação de emissora de televisão/rádio. Requisitos .....	927, 935, 951, 1405

## Contrato

Atualização do preço inicial do objeto do contrato. Competência .....	678
Carteira de Trabalho. Falta de anotação da data da despedida. Efeitos .....	588
Celebrado	
• após implantação da URV. Reajuste ou revisão de preços .....	260
• com órgão ou entidade integrante da administração pública .....	387
• com Emissora de rádio .....	513
• com particulares .....	694
• com Profissional do setor artístico .....	299
• com sociedades de economia mista .....	189
• entre a COHAB e Municípios. Forma repasse dos recursos .....	371
• pelo Executivo.	
Prévia autorização legislativa. Previsão na Lei Orgânica .....	265
Comodato. Despesa com encargos e manutenção de tratores de terceiros...	157
Contratado. Suspensão do cumprimento de suas obrigações .....	633, 1528
Contrato administrativo. Características .....	759, 771, 1024, 1039, 1296
Contrato administrativo. Prorrogação .....	885
Contrato administrativo. Prorrogação sucessiva. Previsão .....	923
Contrato administrativo. Pagamento a ex-sócio .....	351
Contrato anterior à Lei 8.666/93. Alteração .....	199
Contrato de prestação de serviço. Empenho global e subempenho .....	1356
Contrato de risco. Condições .....	1199, 1213, 1427
Contrato com prazo inferior a 3 anos. Pagamento de resíduos mensais .....	350
Contrato de Concessão.	
Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Requisitos .....	889
Contrato decorrente de licitação. Cláusulas e condições .....	617
Contrato de gestão. Qualificação de sociedade civil sem fins lucrativos ....	533, 560
Contrato de locação .....	517, 1024
Contrato de trabalho.	
Encargos previdenciários e trabalhistas. Responsabilidade .....	755
Contrato de trabalho posterior à aposentadoria. Efeitos .....	639, 1559
Contrato em vigor. Cumprimento. Aditamento .....	726
Contrato ilegal. Pagamento. Responsabilidade .....	706
Contrato por prazo determinado.	
Duração. Prorrogação .....	055, 179, 561, 676, 1336
Contrato por prazo determinado. Extinção extemporânea. Efeitos .....	1012

## Prejulgados por Assunto

### Contrato

Contrato por prazo determinado.

Tempo de serviço prestado ao Município. Efeitos ..... 959

Contrato regido pela Lei 8.666/93. Prorrogação. Requisitos ..... 1254

Contrato regido pela Lei 8.666/93. Alteração.

Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ..... 677

Contrato instituição de ensino e fundação. Requisitos ..... 856

Cooperativa. Contratação ..... 1336, 1526

Correção monetária ..... 052

Correção contratual. Aplicação do IPCR ..... 280

Dispensa de licitação. Previsão ..... 758

Educação. Curso. Modalidade à distância.

Contrato entre a UDESC e municípios. Requisitos ..... 1043, 1048

Empresa administradora de cartão de crédito.

Celebração de contrato com o Município ..... 258

Empresa privada. Contratação através de parceria e por tempo determinado ... 656

Empresa privada. Empresa pública. Sociedade de economia mista.

FGTS e INSS. Comprovação de regularidade ..... 917

Equilíbrio econômico-financeiro ..... 350, 677, 763

Gestante. Pagamento de licença após

o término do contrato por prazo determinado ..... 549

Licitação. Contratado. Suspensão do cumprimento das obrigações ..... 633

Modificação da estrutura administrativa. Implicações ..... 1365

Município. Contrato de execução

de obra celebrado com particular. Vigência ..... 668

Município. Não podem firmar contrato com o Município ..... 617, 1039

Nulidade. Serviço prestado. Pagamento pela Administração ..... 032

Pessoa Jurídica em débito com a

seguridade social. Contrato com Poder Público ..... 056

Preços. Reajuste. Requisitos ..... 869

Prorrogação. Requisitos ..... 1084

Prorrogação. Impossibilidade.

Licitação para novo contrato não concluída. Efeitos ..... 984

Reajuste. Índice pactuado entre as partes ..... 372

Rescisão unilateral. Invalidação. Competência ..... 706, 1528

## Contrato

Revisão .....	848
Serviços	
• Mão-de-obra através de Cooperativa. Critérios .....	594, 1526
• Município. Serviços executados através de empresas ou cooperativas ...	823
• Prestação de serviço contínuo. Prorrogação .....	161
• Serviços de saúde .....	389
• Serviços de sonorização. Divulgação de atos de interesse da administração pública .....	228
• Serviços de telefonia móvel celular .....	204
Terceirização de mão-de-obra. Características .....	1221
Terceirização de serviços. Abrangência. Requisitos .....	1084
Termo aditivo. Valor inicial. Acréscimo financeiro .....	1272
Termo de contrato. Conteúdo .....	563
Transferência de titularidade de contrato .....	736
Unidades Hospitalares da SES. Implantação de sistema de cobrança através de cartões de crédito.	
Contratação de empresa administradora de cartões. Procedimento .....	596
Variação contratual. Acréscimo ao objeto do contrato. Limites .....	736
Vigência além do exercício financeiro. Empenhamento .....	1342

## Convênio

Administração Indireta .....	762
Alteração da finalidade. Utilização dos recursos para outros fins .....	129, 1486
Ampliação .....	385, 1422
Aplicação de recurso no Mercado Aberto .....	048
Aplicação de recurso no exercício seguinte ao repasse .....	105
Apreciação pelo Legislativo .....	528
Aquisição de bens permanentes .....	460
Associação de funcionários. Assistência a menores da PROMENOR e APAE ....	154
Cessão de pessoal .....	1004, 1319, 1364
Contratação de veterinário .....	272
Entidades beneficentes ou filantrópicas. Inclusão de contribuição espontânea de consumidores na fatura de água. Previsão .....	741
Entidades privadas.	
Recursos financeiros recebidos. Prestação de contas .....	616, 1518, 1540

## Prejulgados por Assunto

### Convênio

Entre APP e Secretaria da Educação .....	003
Entre municípios e organizações não-governamentais. Documentação .....	396
Entre entes públicos.	
Realização de obras ou serviços públicos. Requisitos .....	1174
Entre Estado e Município .....	130, 1458, 1486
Entre Estados e Municípios vizinhos. Requisitos .....	1335, 1478
Índice de reajuste dos contratos. IPCR .....	280
Município. Concessão de empréstimos pessoais a servidores mediante convênio .....	1265
Município. Trânsito. Órgãos e entidades executivas .....	940, 1056
Partícipes. Ingresso e retirada do convênio. Previsão .....	620
Recursos financeiros. Destino .....	602
Saúde. Pessoas jurídicas de direito público. Termo de aditamento .....	195, 1422
Trânsito. Pagamento de estagiário e membros da JARI .....	1298, 1337, 1476
Tributos cobrados indevidamente. Restituição. Atualização monetária .....	103
Vantagem pecuniária paga com atraso a servidor .....	173

### Cooperativa

Natureza jurídica. Forma de implantação .....	868
Licitação .....	1526

### Correção Monetária

Contrato. Aplicabilidade de índice de reajuste .....	052
Diárias. Indexador para atualização monetária .....	144
Dívida Municipal. Atualização Monetária .....	071
Remuneração paga indevidamente. Restituição. Atualização monetária .....	063

### Deputados

Acumulação com cargo de Secretário de Estado .....	134
Contrato com o município .....	082

### Desapropriação

Desapropriação de terras de propriedade do Estado .....	539
Efeitos .....	816



## Despesa Pública

Aquisição de veículo. Pagamento. Responsabilidade .....	684
Ações e Serviços Públicos de Saúde .....	1068, 1523
Administração Pública. Despesas inadiáveis em razão do interesse público. Efeitos .....	828
Analfabetismo. Programa de erradicação. Execução .....	867, 1517
Agricultor. Custeio de despesas .....	999
Aplicação dos princípios da Administração Pública. Observância .....	961, 1366
Aquisição de urnas funerárias. Sistema de registro de preços .....	253
Assistencial .....	1369, 1403
Aumento da despesa. Requisitos .....	1318
Município. Assunção de compromissos financeiros de outros entes da federação. Forma .....	974, 1001, 1009, 1150
Câmara Municipal. Obras realizadas. Cômputo .....	1184, 1240, 1329
Câmara Municipal. Recursos financeiros repassados pelo Tesouro Municipal. Pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar. Efeitos .....	1208, 1420
Câmara Municipal. Despesas não pagas no exercício de sua liquidação ...	1208
Câmara Municipal. Despesas com a realização de eventos. Seminários, cursos e fóruns .....	1562
Características .....	1001, 1366
Caráter continuado. Requisitos .....	1373
Cartão de crédito. Realização e pagamento de despesa pública .....	258
Cessão de servidores. Apuração da despesa .....	1009, 1064, 1364
Cestas básicas. Pagamento. Responsabilidade .....	1075
Classificação funcional programática .....	029
Comissão Municipal de Esportes. Despesas de exercícios anteriores. Regularização .....	627
Comprovação de Despesa	
• através de cupom fiscal. Comprovação de despesa pública. Requisitos .....	760
• combustível. Comprovação perante o Tribunal de Contas .....	333
• documentos regulares à comprovação .....	238
• indenização por atividade parlamentar .....	1398
• medicamentos adquiridos no exterior. Substitutivo da nota fiscal .....	066
• nota fiscal de serviço avulsa .....	237
• nota fiscal emitida por matriz ou filial .....	249
• realizadas junto à EPAGRI .....	714

## Prejulgados por Assunto

### Despesa Pública

#### Comprovação de Despesa

- recibo ..... 321
- viagem. Substitutivo a ordem de tráfego ou bilhete de passagem. Diárias ... 186

Concurso público. Nomeação de candidatos. Despesas ..... 1252

Conselho Estadual do Meio Ambiente. Diária e passagem a membro ..... 965

Credores. Pagamento. Transferência eletrônica de recursos ..... 1141

Pagamento. Procedimento ..... 1216, 1366

Pagamento extemporâneo. Efeitos ..... 1038

Realização. Requisitos ..... 1267, 1366

Não contemplada no orçamento. Procedimento ..... 604, 1002

Despesa realizada com auxílio financeiro. Requisitos ..... 990

Despesa a ser realizada sob o regime de adiantamento ..... 1188

Despesas empenhadas, liquidadas e inscritas em restos a pagar.

Dispêndios de exercícios anteriores. Configuração ..... 1189, 1366, 1420

Despesas contraídas. Efeitos ..... 1040

Despesas irregulares pagas. Responsabilidade. Efeitos ..... 875

Despesas obrigatórias. Características. Efeitos ..... 1235

Despesas liquidadas no mês de dezembro. Registro ..... 1216

Despesas. Registro ..... 1132

Despesas de pessoal. Recursos de transferências voluntárias ..... 1186

Despesa vinculada. Anulação de dotações ..... 1185

Detalhamento da despesa. LDO e LOA ..... 1498

Diárias. Natureza. Previsão. Pagamento ..... 1003, 1509

Diárias, transportes e outros. Pagamento. Previsão ..... 778

Dívida de curto e longo prazos. Pagamento. Responsabilidade ..... 1040

Dívida pública. Pagamento na ordem cronológica ..... 171, 704

Doação de bens móveis por instituição estrangeira ..... 525

Exercícios encerrados ..... 004, 587, 809, 997, 1038, 1040, 1366, 1393

Folha de pessoal. Irregularidades. Pagamento. Apuração. Efeitos ..... 875

Honorários advocatícios. Defesa de atos praticados pelo Prefeito ..... 327

Educação. Restos a Pagar. Contabilização ..... 676

Inscritas em restos a pagar. Liquidação ..... 593, 1040

Restos a pagar. Processadas e não-processadas .. 1040, 1208, 1232, 1372, 1303

## Despesa Pública

Instituições públicas ou privadas. Percepção de Subvenções. Despesas .....	1154
Irregularidades. Indícios. Providências da Administração .....	817, 855
Legalidade	
• boletim Informativo Municipal .....	279
• dependente químico .....	1464
• coffee break .....	1456
• concessão de vale transporte a estudantes bolsistas .....	240
• cursos de natureza supletiva .....	033
• mudanças intermunicipais .....	1314
• passagens aéreas e diárias de autarquia municipal .....	687
• refeitório .....	1328
Limites impostos pelo art. 29-A da CF .....	1189, 1450, 1471
Maestro. Regência do Coral Municipal Adulto .....	786
Município. Cargos de serventes no quadro de pessoal.	
Concessão de subvenções à APP. Despesas .....	1083, 1154
Município. Despesa irrelevante. Fixação.	
Competência. Características. Efeitos .....	1235
Município. Publicidade .....	817
Município. Despesas com cessão de	
servidores municipais ao Poder Judiciário .....	1056, 1097, 1364
Município. Convênio com a Secretaria de	
Estado da Segurança Pública e Polícia Militar.	
Serviços e materiais de consumo ou permanentes. Despesas. Registro .....	1147
Utilização do veículo particular em serviço. Requisitos .....	961
Ordenação de despesa. Registro contábil .....	875
Ordenador de Despesa	
• originário. Delegação de atribuições. Requisitos. Responsabilidade ..	846, 1533
• responsabilizado por irregularidade. Falecimento. Responsabilidade .....	808
Pagamento de despesa. Origem. Objeto. Verificação .....	674, 1366
Pagamento de fornecedores através de sistema de linha direta .....	486
Poder legislativo. Contratação de empresa de radiodifusão .....	863
Polícia Militar. Assunção de despesas pelo município .....	1056, 1071
Polícia Militar. Viaturas. Despesa com combustíveis .....	866
Propriedades rurais particulares. Serviços gratuitos de máquinas. Requisitos ....	891
Publicidade. Limite de gastos .....	892
Recepção de pessoas. Gastos. Requisitos .....	715

## Prejulgados por Assunto

### Despesa Pública

Recursos financeiros. Centralização de adiantamentos .....	067
Recursos financeiros. Descentralização de adiantamentos .....	334
Regularização. Bens cedidos em comodato .....	966
Saúde. Despesas com a prestação de serviços de assistência médica .....	762
Servidor público. Viagens a serviço. Custeio de despesas. Forma .....	1001
Servidores à disposição de outros	
Poderes e órgãos. Despesa de pessoal. Efeitos .....	1221
Substituição de servidores.	
Terceirização de mão-de-obra. Despesas consideradas .....	1146
Transporte de estudantes da rede estadual de ensino. Previsão. Efeitos .....	1201
Turismo. Incentivo .....	323
Veículo particular. Conversão do valor da passagem em combustível .....	322
Vereador. Gabinete. Despesas decorrentes da manutenção .....	1220
Vereador. Participação em cursos. Despesas. Contabilização .....	1125
Despesas do exercício corrente. Empenhamento .....	960

### Diárias

Comprovante de viagem.	
Documentos considerados para a concessão de diárias .....	186
Câmara. Concessão a Vereadores e servidores .....	018
Deslocamento temporário da sede do seu trabalho .....	646
Fixação. Competência .....	220
Pagamento. Requisitos .....	778, 1509, 1515
Possibilidade de pagamento a servidor .....	018, 836
Professor. Deslocamento temporário da sede do seu trabalho. Diárias .....	646
Reajuste. Indexador .....	144
Servidor ou agente político, e prestador de serviço em férias. Pagamento de diárias .....	734

### Doação

Entidade que explora a Difusão de tecnologia agropecuária.	
Bens móveis inservíveis. Alienação. Requisitos .....	727
Entidade comunitária sem fim lucrativo. Possibilidade .....	1553
Bens materiais. Doação a igrejas .....	205

## Doação

IAZPE. Acervo elétrico. Doação à concessionária de energia elétrica estadual. Previsão. Efeitos .....	1198
Imóvel. Doação com ou sem encargo visando instalação de empresa	250, 1396

## Educação

Aplicação do percentual de 25%. Forma de controle.	
Apuração de receitas e despesas.	
Associação de Pais e Professores. Percepção de recursos. Requisitos ...	1083, 1154
Bem público. Utilização. Desvio de Finalidade .....	1381
Contrato entre instituição de ensino e fundação. Requisitos .....	856
Curso. Modalidade à distância. Pedagogia.	
Contrato entre a UDESC e municípios. Requisitos .....	1043, 1048
Despesas. Finalidade do art. 212 da CF. Requisitos. Contabilização .....	963
Ensino fundamental. Profissionais em efetivo exercício. Concessão de gratificação .....	1050
Ensino público municipal. Administração.	
Orientação pedagógica. Competência .....	592
Ensino. Recursos provenientes do Estado. Despesas .....	851
Escola estadual. Processo de municipalização. Requisitos .....	1061
Especialistas em educação. Concessão de abono. Requisitos .....	1140
Expressão “efetivo exercício em funções de magistério”. Entendimento do STF .....	1179
Fundação Educacional de Santa Catarina.	
Extinção. Servidores. Vantagens adicionais .....	915
Publicação de relatórios. Instituição do Fundo .....	471, 109
Receita decorrente do cancelamento de restos a pagar. Efeitos .....	1194
Restos a Pagar. Contabilização .....	676
UDESC. Programa Especial de Treinamento.	
Recursos recebidos em decorrência de convênio. Aplicação .....	952
<b>FUNDEF</b>	
• Profissionais em efetivo exercício. Concessão de gratificação .....	1050
• Professor à disposição do Município.	
Valores a compensar entre o Estado e o Município .....	618
• Administração Pública. Aplicação de recursos do FUNDEF. Responsabilidade. Efeitos .....	666, 667, 968

## Prejulgados por Assunto

### Educação

#### FUNDEF

- Aplicação dos recursos ..... 571, 582, 619, 631,  
730, 800, 953, 1080, 1081,  
1239, 1245, 1382, 1431, 1453
- Cotas-partes do Município ..... 1240
- Educação especial ..... 1442
- Pagamento de professor ..... 1237
- Prestação de contas ..... 589
- Receita. Apuração da Receita Corrente Líquida ..... 1228
- Recursos. Normas. Contabilização ..... 1235
- Saldos financeiros apurados no  
final do exercício. Aplicação. Requisitos. Rateio ..... 1258, 1516

Gêneros alimentícios. Aquisição pelas unidades escolares ..... 648, 1547

#### Inclusão no Percentual de 25%

- alimentação para creches ..... 109, 220
- ampliação e reforma de escolas ..... 564, 582
- ampliação de escola estadual pelo município ..... 564
- aquisição de microônibus. Odontomóvel ..... 101
- aquisição de viaturas para Secretaria da Educação ..... 582
- assistência à saúde ..... 019
- atividades desportivas, culturais e recreativas ..... 1382
- cursos de natureza supletiva ..... 033
- despesas de exercício anterior ..... 096
- educação de jovens e adultos .....
- ensino médio e superior ..... 464
- ensino fundamental e educação infantil ..... 466
- livros didáticos ..... 015
- pagamento de remuneração de  
empregado sem vínculo com o Município ..... 571
- transporte escolar ..... 093, 535, 543, 548, 582

Maestro. Regência de Coral Municipal Adulto ..... 786

Magistério municipal. Carga horária. Alteração. Requisitos ..... 971, 1113

Município. Aplicação de recursos. Valores ..... 730, 914

Município. Ensino médio, graduação e pós-graduação.

Pagamento de parte das mensalidades. Requisitos ..... 1133

Município. Ensino médio ou superior. Despesas. Cálculo ..... 1058

Não-cumprimento do percentual. Implicação ..... 524

Projeto Guias Mirins. Implantação. Convênio. Requisitos ..... 756

**Educação****Professor**

- À disposição do Município.  
Valores a compensar entre o Estado e o Município ..... 618
- Ampliação de carga horária. Efeitos ..... 1215
- Atuação como árbitro em competições locais.  
Pagamento pelos serviços prestados ..... 883
- Atuação na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Habilitação ..... 1237
- Carência de professores. Contratação temporária ..... 1157, 1363, 1418
- Carga horária. Estabelecimento. Alteração. Competência ..... 1138
- Cargos iniciais da carreira. Habilitação ..... 1138
- Diárias. Deslocamento temporário da sede do trabalho ..... 646
- Efetivo estadual. Nomeação para cargo técnico ou científico no Município. Requisitos ..... 1261
- Estrangeiro. Contratação ou admissão ..... 716
- Gratificação mensal. Instituição ..... 1258
- Lei 9.424/96. Profissionais do magistério ..... 733
- Município. Admissão de professor. Condições ..... 1083, 1363
- Município. Plano de cargos ..... 1138
- Município. Professor concursado. Ex-servidor aposentado. Efeitos ..... 903
- Município. Professor. Cursos em níveis de pós-graduação ..... 1138
- Profissionais do magistério. Lei 9424/96. Características ..... 619
- Recusa em cursar Pedagogia. Efeitos ..... 1237

**Programa**

- Erradicação do analfabetismo. Execução. Despesas ..... 867, 1517
- Dinheiro na Escola. Recursos. Destino. Prestação de Contas ..... 648
- PROFORT e MAGISTER. Consecução ..... 856

Transporte escolar. Gastos com seguro total de veículos ..... 827

Transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino. Despesas. Custeio .... 1058

Transporte escolar de alunos. Despesa municipal com transporte de estudantes da rede estadual de ensino. Previsão. Efeitos ..... 1201

Uniformes. Alunos carentes da rede municipal. Aquisição. Gastos ..... 790

Uniformes. Alunos carentes da rede municipal. Aquisição e doação ..... 1173

Uniformes. Alunos do Ensino Fundamental da rede municipal. Gastos ..... 1105

**Empenho**

- Associações Municipais. Sujeição à escrituração contábil ..... 210
- Concurso. Instituído e realizado. Prêmio devido. Despesa ..... 698
- Despesas de exercícios anteriores. Empenho e pagamento ..... 004, 698, 1393

## Prejulgados por Assunto

### Empenho

Despesas do exercício corrente. Empenhamento .....	960
Despesas realizadas no sábado. Empenhamento .....	155
Empenho único. Repasse de subsídios a proprietários rurais .....	219
Procuradores legalmente constituídos.	
Necessidade de empenhamento em nome do outorgante .....	147, 1507
Secretário de Estado. Emissão de empenho e autorização de pagamento. Delegação. Competência. Responsabilidade .....	875
Subempenho. Possibilidade de emissão .....	198, 1356

### Fundação

Criadas e mantidas pelo Poder Público .....	465
Fundações estaduais. Serviços gráficos. Procedimento .....	611
Fundação pública. Características .....	807
Mantida pelo Estado. Remuneração. Alteração. Competência .....	931

### Fundo

Aplicação no mercado financeiro .....	207
Aquisição de bens .....	207, 532, 712
Contabilidade .....	049, 634, 1411
Crédito adicional .....	1300
Criação .....	049, 634, 852, 1411, 1557
Criação de Fundo Único .....	132
Despesas. Responsabilidade pelos atos assinados. Competência .....	731
Extinção. Requisitos. Efeitos .....	634, 1123
Fundo de Aposentadoria, Pensão e Plano Assistencial.	
Empréstimo em dinheiro a seus contribuintes .....	751
Fundo de Aposentadoria, Pensões e Seguridade Social.	
Concessão de empréstimo à Prefeitura .....	415
Fundo de Assistência à Saúde do Servidor.	
Características. Instituição. Contribuição. Despesas .....	1055
Fundo de Assistência aos Servidores.	
Contribuição financeira do Município. Extinção. Efeitos .....	945
Fundo de Assistência e Previdência.	
Parcelamento de débito junto ao fundo. Requisitos .....	764



**Fundo**

Fundo de Aval. Instituição .....	770, 805
Fundo de Melhoria da Polícia Militar. Despesas decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei Estadual nº5.645/79. Empenhamento .....	937
Fundo de Previdência e Assistência do Município. Gestão .....	442
Fundo de Reparelhamento da Justiça.	
Receitas. Despesas. Prestação de Contas .....	691, 1093, 1307
Fundo do Sistema Municipal de Assistência.	
Confissão e parcelamento de dívida da Prefeitura e da Câmara. Previsão ....	767
Fundos Especiais. Aquisição de bens imóveis .....	353, 712
Fundos Especiais. Celebração de contratos .....	736
Fundo Especial. Criação. Características .....	712, 1262, 1411
Fundos estaduais e municipais de saúde.	
Identificação dos recursos financeiros recebidos da União .....	638
Fundo Estadual de Saúde. Servidor.	
Desempenho de atividade especial. Gratificação .....	058
Fundo financeiro de organização civil sem fins lucrativos. Constituição .....	993
Fundo Municipal de Previdência e	
Assistência. Recursos financeiros. Aplicação .....	609
Fundo Municipal de Saúde	
• Aquisição de Medicamentos. Comissão de Licitação .....	332
• Aquisição de bem móvel .....	712
• Receitas e Despesas. Aplicação. Contabilização .....	1033
• Recursos. Destino .....	712
• Orçamento e contabilidade .....	1557
Fundo Municipal dos Direitos da	
Criança e do Adolescente. Despesas pertinentes .....	224
Fundo Previdenciário. Concessão de empréstimo a servidores públicos .....	608
Fundo Previdenciário Municipal	
• Custeio. Base de incidência de alíquota. Previsão .....	1082
• Extinção. Efeitos. Responsabilidade .....	878, 911, 983
• Extinção. Numerário. Destino. Contabilização .....	779, 895, 983
Fundo Rotativo da Penitenciária. Contratação com dispensa de licitação ....	156
Fundo ou Instituto de Previdência Municipal Extinção. Efeitos .....	947
Imóveis integrantes do patrimônio. Locação .....	120
Licitação .....	049

## Prejulgados por Assunto

### Fundo

Ministério Público. Concurso público. Receita de inscrição em Concurso Público. Despesas. Prestação de contas .....	1172, 1411
Objetivos. Competência.	
Criação. Contabilidade. Extinção. Orçamento .....	634, 852, 1411
Orçamento. Recursos. Ordenador de despesa.	
Transferências a entidades privadas. Quadro de pessoal .....	049
Saldos e disponibilidade financeiras. Transferência para o exercício seguinte ...	049
Valores recolhidos. Conta específica .....	815
Venda de bens à Secretaria Estadual .....	156

### Incentivos Concedidos Pelas Esferas Municipais ou Estadual

Atletas. Concessão de incentivos materiais .....	308
Incentivos tributários e não-tributários. Isenção.	
Doação de imóveis. Terraplenagem. Instalação de empresas .....	250, 530, 1396
Incentivos a empresas. Observância da legislação local .....	514
Prestação de contas .....	1540
Programa de desenvolvimento rural. Subsídio .....	245
Subvenções econômicas. Concessão a empresas .....	250, 514, 530, 1540
Inserção de jovens no mercado de trabalho. Concessão às empresas .....	1563

### Instrução Normativa

Instrução Normativa nº 001/92 da SJA.	
Classificação de materiais de caráter permanente e de consumo .....	255

### Juros

Incidência de pagamento .....	372, 573
Pagamento. Aplicação de índices oficiais .....	446

### Lei

Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei municipal. Competência .....	835
Acordo judicial ou extrajudicial. Acordo ou convenção coletiva. Requisitos ....	886
Acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho. Efeitos .....	1272
Adicionais trienais. Agregações. Concessão .....	654
Administração Pública Municipal. Obediência aos princípios constitucionais .....	732

## Lei

Adolescentes infratores.	
Centro de Internamento Provisório. Manutenção. Previsão legal .....	789
Art. 29-A, caput, da Constituição Federal. Limite. Apuração ..	1168, 1450, 1471
Concurso público. Período eleitoral. Homologação .....	567, 1541
Créditos suplementares. Autorização .....	692, 1312
Consolidação das Leis do Trabalho. Diretores admitidos.	
Exoneração. Verbas rescisórias e indenizatórias. Previsão .....	755
Decreto Legislativo. Fases processuais .....	768
Detentores de cargos ou empregos públicos.	
Percepção de vantagens. Requisitos .....	1258
Entes públicos. Normas constitucionais.	
Normas infraconstitucionais. Hierarquia. Cumprimento .....	1006
Férias .....	985, 1087, 1271
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	
Entes públicos. Recolhimento .....	1026, 1430, 1494
Folha de pagamento. Conceito .....	1189
Horas Extras. Fixação pelo Município .....	1299
ICMS. Débito automático em conta bancária .....	1216
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Incidência. Abrangência .....	1171
Lei de Diretrizes Orçamentárias	
• Prazo de encaminhamento ao Legislativo .....	281, 1448
• Projeto de lei. Conteúdo. Rito processual legislativo .....	681
• Repasse de suprimentos. Forma .....	484
• Repasse de recursos a associações ou outras entidades congêneres .....	899
Lei Orçamentária Anual	
• Créditos suplementares e especiais .....	1312
• Edição. Conteúdo .....	791
• Metas. Prioridades .....	683
• Programas ou Projetos não incluídos na lei. Início .....	603
• Repasse de valores financeiros inferior ao previsto .....	1558
Lei Eleitoral. Nomeação para cargo efetivo. Readaptação e/ou supressão de vantagem. Criação de cargos. Efeitos .....	913, 1541
Lei Federal nº 8.666/93. Prazos de publicidade .....	719
Lei Municipal. Revogação. Competência .....	835
Lei Municipal. Apreciação de inconstitucionalidade de artigo .....	1179

## Prejulgados por Assunto

### Lei

Licença-prêmio. Conversão em pecúnia. Requisitos .....	1087
Matéria previdenciária. Competência legislativa .....	1028, 1236
Publicação .....	1315, 1359
Registros públicos. Competência para legislar .....	661
Remissão, renúncia, parcelamento e transação fiscais .....	1299, 1321
Remuneração de cargos, empregos e funções. Iniciativa .....	1378
Retroatividade. Observância do art. 5º, inc. XXXVI da CF e art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil .....	575
Revisão geral anual.	
Remuneração dos servidores. Subsídio dos agentes políticos .....	1264
Seguridade Social. Competência legislativa .....	660, 1028, 1236
Servidor em caráter temporário. Regulamentação .....	1299
Trabalho em domingos e feriados. Requisição de servidor .....	1299
Valores pagos indevidamente. Ressarcimento. Ausência de lei municipal ....	063

### Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Apuração de receitas e despesas. Diferença. Trimestralmente. Art. 69 da Lei Federal nº 9.394/96 .....	471
Apuração de receitas e despesas. Bimestralmente.	
Publicação do Relatório. Art. 72 da Lei Federal nº 9.394/96 .....	471
Aplicação do percentual de 25%.	
Formas de controle. Leis nºs 9.394/96 e 9.424/96 .....	471
Professor. Educação Infantil. Formação mínima. Lei Federal nº 9.424/96 .....	435

### Lei de Responsabilidade Fiscal

Alienação de bens e direitos. Aplicação .....	1473
Aumento de despesas de pessoal em final de mandato. Efeitos .....	920
Autarquias. Contratos. Atos. Previsão .....	941
Benefício ou incentivo tributário. Princípio da anterioridade.	
Concessão antes da LRF. Vigência. Prorrogação .....	1099
Benefício tributário. Renúncia de receita .....	1218, 1396
Benefício. Imunidade tributária .....	1073
Câmara Municipal. Despesas totais com pessoal. Aumento. Limites .....	967
Câmara Municipal. Cessão de servidores. Remuneração. Pagamento. Ônus ...	1009

**Lei de Responsabilidade Fiscal**

Cancelamento de crédito tributário. Renúncia de receita .....	1451
Cessão de servidores. Apuração da despesa .....	1009
Consolidação das contas públicas. Empresa estatal dependente .....	1400
Contrato regido pela Lei 8.666/93. Prorrogação. Requisitos .....	1254
Despesa de caráter continuado. Requisitos .....	1373
Despesa de pessoal. Requisitos da LRF .....	826, 1379, 1386, 1423
Despesa de pessoal. Servidores cedidos. Cômputo .....	1097, 1115
Despesa total com pessoal .....	1155, 1379, 1413, 1423
Diárias. Previsão. Pagamento .....	1003
Empresas controladas. Demonstração do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 47 .....	904
Exercícios anteriores. Despesas com pagamento de salários não-pagos na época devida .....	907
Gestão fiscal. Controle. Dados e informações .....	1235, 1250
Incentivos e benefícios fiscais. Concessão .....	898, 910, 1073, 1295, 1396
Limitação de empenho .....	1435
Limite prudencial. Exceções à regra .....	1421
Medidas de compensação. Princípio da anterioridade .....	1099
Novos incentivos fiscais. Demonstração e cálculo. Requisitos .....	1235
Realização da receita. Metas. Descumprimento. Efeitos .....	1259
Tributo. Concessão de Desconto. Requisitos .....	1148
Vigência. Efeitos legais .....	887
<b>Município</b>	
• Cessão de pessoal à Cadeia Pública Municipal. Pagamento .....	1004
• Despesas com pessoal. Limite máximo e prudencial. Readequação .....	968, 1379
• Despesas irrelevantes . Fixação. Competência. Características. Efeitos ....	1235
• Operações de crédito com instituições financeiras estatais .....	925
• Receita Corrente Líquida. Apuração. Percentual máximo de comprometimento .....	975, 1088, 1155
• Valores decorrentes de operações de crédito. Lançamentos .....	940
Operação de crédito .....	1041, 1402, 1554
Pessoal. Atos que resultem aumento de despesa nos últimos 180 dias de mandato. Efeitos .....	1235, 1252
Pessoal. Aumento de despesas. Efeitos .....	1052

## Prejulgados por Assunto

### Lei de Responsabilidade Fiscal

Pessoal. Despesa total. Art. 71 da LRF. Correta interpretação .....	1051
Pessoal. Despesas. Limites máximos estabelecidos .....	978
Pessoal. Servidores à disposição. Remuneração e encargos. Despesas. Limites ...	1056
Poderes Executivo e Legislativo. Renúncia de receitas.	
Ações para o cumprimento das prescrições da LRF .....	1218
Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.	
Remuneração. Fixação. Alteração. Requisitos .....	1271
Programa de recuperação fiscal. Renúncia de receita. Efeitos .....	1010
Receita Corrente Líquida. Contribuição previdenciária .....	1309
Receita. Renúncia. Efeitos .....	1218, 1235
Recursos. Transferência para programas não previstos na Lei Orçamentária .....	1117
Regras dos arts. 70 e 71. Abrangência .....	1235
Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.	
Padronização e atualização. Competência .....	1235
Remuneração. Alteração. Servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Estado. Requisitos .....	931
Remissão, renúncia, parcelamento e transação fiscais .....	1299, 1321
Renúncia de receita .....	1394, 1467, 1492
Reserva de contingência. Utilização .....	1079, 1147, 1235
Restos a Pagar. Disponibilidade financeira .....	1420
Reestruturação do Plano de Cargos e Salários .....	1302
Revisão Geral Anual .....	1379, 1544, 1565
Secretário Municipal. Subsídios. Fixação. Alteração .....	1271
Servidor Público. Abono. Incorporação ao vencimento. Requisitos .....	1260
Servidor Público. Nomeação. Requisitos .....	978, 1468, 1541
Servidor Público. Revisão geral anual. Previsão .....	931, 1264, 1565
Servidor público. Substituição.	
Contratação de mão-de-obra. Despesas. Classificação .....	1235
Servidor Público substituído. Despesa .....	1122
Servidor Público. Transcurso do tempo	
no exercício do cargo. Vantagens. Efeitos .....	978
Sistema de custos. Implementação .....	1361
Suprimento. Valor não utilizado pelo	
Poder Legislativo e devolvido ao Tesouro Municipal. Efeitos .....	1202

### Lei de Responsabilidade Fiscal

Terceirização de mão-de-obra. Características .....	1221
Transferências voluntárias. Recebimento. Exigências .....	1067
Tributos. Alíquotas. Redução. Previsão. Efeitos .....	970

### Licitação

Administração Pública. Regra geral .....	864, 865
Advogado .....	1304, 1427, 1485
Apresentação de proposta via FAX-SIMILE .....	110

#### Aquisição

• combustível .....	121, 139
• equipamentos de informática .....	189
• gêneros alimentícios .....	1547
• material de consumo .....	1444
• medicamentos .....	113, 137, 152, 1318
• medicamentos, órteses e próteses. Projeto Ajuda Supletiva. Aquisição ...	168
• medicamentos. Sistema de registro de preços .....	253
• medicamentos da FURP .....	291
• passagens rodoviárias .....	469
• peças e serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários ...	803
• pneus .....	419
• sistema de segurança .....	1434
• urnas funerárias. Sistema de registro de preços .....	253
• veículos. Permuta .....	328

Arrendamento mercantil. Bens retomados. Alienação. Dispensa de licitação 390

Ausência de interessados à licitação anterior. Impossibilidade de petição.

Dispensa. Legalidade. Arts. 24 e 26 da Lei nº 8.666/93 .....
 344 |

Autarquias. Contratos. Atos. Previsão .....
 941 |

#### Bem

• Bem móvel. Alienação. Limite superior ao previsto no art. 23, II, b, da Lei 8.666/93. Modalidade adequada. Concorrência .....	328
• Bem móvel. Alienação. Sujeição a procedimento licitatório .....	296
• Bem imóvel. Alienação quando não acudirem interessados à licitação ..	057
• Bem imóvel. Concessão de uso para órgão ou entidade da administração pública .....	512
• Bem imóvel. Locação .....	318

Boletim informativo. Edição. Sujeição a procedimento licitatório .....
 279 |

Cadastro de fornecedores . Instituição. Competência .....
 705 |

Comissões permanentes. Investidura dos membros. Substituição dos membros ....
 294 |

## Prejulgados por Assunto

### Licitação

Consórcio Intermunicipal de Saúde. Realização de Licitação .....	448
Contratação. Condições .....	1527
Contrato administrativo. Conceito .....	1296
Contrato com particulares .....	694
Contrato decorrente de licitação. Cláusulas e condições .....	617, 1482
Contrato. Alteração contratual. Acréscimo financeiro .....	774, 869
Convite	
• Exigência de CND junto ao INSS e FGTS .....	489
• Idoneidade dos licitantes .....	056
• Interessados. Cadastrados ou não .....	287
• Proponente único. Adjudicação da proposta .....	278, 332
Cooperativa. Contratação .....	1336, 1526
Credenciamento de instituições bancárias. Sujeição a procedimento licitatório ...	311
Desmembramento .....	1102, 1458, 1491
Dispensa	
• Instituição brasileira sem fins lucrativos. Contrato para pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional. Requisitos ..	1191, 1567
• Instituição brasileira sem fins lucrativos incubida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou do desenvolvimento institucional. Produção e finalização de vídeo para gravação de sessões plenárias ...	1566
• Por amparo legal .....	758
• Por ausência de interessados. Alienação de imóvel .....	056
• Por inabilitação dos proponentes .....	056
• Por baixo valor. Parcelamento de contratação de obra, serviço ou compra .....	430, 488
• Requisitos .....	689, 822, 1310, 1482
• Situação emergencial ou calamitosa .....	1311, 1395
• Valor limite para compras e contratação de serviços .....	689, 1399
Doação de materiais esportivos às entidades esportivas. Dispensa de licitação ....	528
Entidade privada. Casos de sujeição a procedimento licitatório .....	366
Entidade que explora a Difusão de tecnologia agropecuária.	
Bens móveis inservíveis. Alienação. Requisitos .....	727, 1291, 1503
Equipamentos. Aquisição em lote único composto por diversos itens .....	1096
Franquia. Correio. Sujeição a procedimento licitatório .....	374
Fundamento normativo .....	633
Fundação Vida. Sujeição a procedimento licitatório .....	175
Habilitação. Obtenção e apresentação de documentos .....	264, 747



## Licitação

Habilitação. CND. Parcelamento de débito junto à Fazenda Pública .....	176
Illegalidades. Efeitos .....	706
Impedidos de participar .....	759, 1415
Inexigibilidade	
• Assinaturas de revistas, periódicos e publicações similares. Aquisição de livros. Requisitos .....	1124
• Comprovação da regularidade junto ao INSS e FGTS quando da contratação .....	525
• Contratação de artista .....	977
• Exclusividade em razão de padronização .....	440
• Impossibilidade de competição .....	1399
• Notória especialização .....	444, 476, 1122, 1341, 1485
• Valor. Limite para a contratação .....	1124
Inviabilidade de competição. Interesse público.	
Contratação inadiável. Requisitos .....	917
IOESC - Aquisição de impressos com dispensa de licitação .....	183
Leasing. Edital de licitação. Previsão de opção de compra .....	517
Leilão. Pessoa jurídica de direito público interno. Participação obstada .....	325, 455
Licitação Internacional .....	061
Linha telefônica. Locação. Licitação. Exigência .....	276
Modalidades. Critérios de definição .....	1354
Município. Contratação de terceiros para a realização de Licitação. Inviabilidade .....	388
Município. Não podem participar de licitação nem firmar contrato com o Município .....	600, 617, 759, 771, 883, 1102, 1056, 1415
Museologia. Contratação de serviços .....	585
Negociação. Valor ofertado .....	509
Operacionalização. Requisitos .....	597, 1526
Obra	
• Acréscimo quantitativo de até 25% .....	1380, 1383
• Empreitada por preço global. Acréscimo quantitativo .....	457
• Entidade privada. Realização de obra municipal .....	703
• Execução de obra. Requisitos .....	982
• Obras e serviços de engenharia .....	810
• Obras, serviços, compras e alienações .....	680, 694
• Obras, serviços ou compras. Descentralização. Realização local ou regional .....	270

## Prejulgados por Assunto

### Licitação

#### Obra

- Obras, serviços ou compras. Parcelamento ou realização por etapas ..... 270
- Estudo de impacto ambiental e Licença Ambiental ..... 1560

Pagamento. Ordem cronológica ..... 421, 431, 505, 704

Parente de agente político. Contrato com o Município ..... 094, 170, 223

Parente de agente político. Participação em licitação ..... 394, 395

Parente de servidor ou dirigente. Possibilidade de firmar contrato com o Município ..... 143, 1415

Permissão remunerada de uso de bem público ..... 227, 1569

Pessoa jurídica de direito público interno. Aquisição de bens ou serviços produzidos por órgão ou entidade pública. Dispensa de licitação. .... 267, 487

Pessoa jurídica de direito público interno. Contratação. Dispensa de licitação .... 265

Prazos. Contagem ..... 268

Princípio da igualdade ..... 1296

Produtos hortifrutigranjeiros ..... 537

Proposta. Possibilidade de empresa concorrente apresentar proposta com faturamento direto de fábricas não cadastradas ..... 200

Prova de regularidade fiscal. CND ..... 345

Publicidade. Divulgação através de órgãos de comunicação de atividades desenvolvidas por autarquia ..... 229

Publicidade. Prazos ..... 719

Rádio emissora. Transmissão de sessões legislativas ..... 297, 1537

Reajuste de preços ..... 424

Realização de procedimento licitatório. Obrigatoriedade ..... 263

Realização de procedimento licitatório por terceiros contratados ... 331, 388, 545

Recursos repassados a Entidades não governamentais. Fundação Vida ..... 175

Regularidade fiscal. Documentação. Art. 29 da Lei 8.666/93 ..... 373

SEBRAE. Possibilidade de o município firmar contrato com dispensa de licitação ..... 172

Secretário Municipal. Participação em licitação ..... 014, 125

Serviço de assistência médico-hospitalar. Natureza contínua ..... 425

Serviço de assessoria e ministração de cursos.

Aplicabilidade do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93 ..... 243

Serviço de publicidade ..... 1405

### Licitação

Serviços continuados. Contratação. Critérios. Prazo .....	1151
Servidor Público. Fornecimento de bens ou serviços para o município .....	222
Sistema de registro de preços.	
Implementação. Regulamentação por decreto .....	365
Telecomunicações. Privatização dos serviços. Efeitos .....	1116
Único estabelecimento comercial no município. Procedimento .....	1056
Varição contratual. Acréscimo ao objeto do contrato. Limites .....	736
Veículos de comunicação. Contratação pela Câmara Municipal .....	496, 1537

### Locação de Imóvel

Contratação por dispensa de licitação .....	318
Locação de imóvel para ocupação de órgãos estranhos à administração municipal. Irregular .....	085
Locação de imóveis destinados à moradia de policiais militares. Despesa irregular .....	551

### Mercado Financeiro

Ações. Vendas .....	148
Aplicações financeiras. Destino do rendimento .....	48

### Multas

CELESC. Aplicação de multas a entidades da administração indireta por atraso no pagamento das faturas de fornecimento de energia elétrica. Requisitos .....	784
Pagamento .....	446
Multa de mora. Entidades paraestatais .....	142
Multa de trânsito. Pagamento. Responsabilidade .....	1216, 1478
Pagamento .....	446
Recursos de multas de trânsito. Aplicação .....	841, 940, 1056, 1279, 1440, 1459, 1476, 1480, 1483, 1487, 1496, 1518, 1556

### Município

Acidente de trânsito. Pagamento de indenização. Previsão legal .....	630
Acordo judicial. Lei autorizativa .....	534, 538, 568

## Prejulgados por Assunto

### Município

Acordo judicial ou extrajudicial. Pagamento de verbas indenizatórias a servidores reintegrados .....	507
Autorização legislativa .....	507
Administração Pública Municipal. Atuação. Competência. Limites .....	929
Advogado ou serviços jurídicos. Contratação. Requisitos .....	873, 902
Agente de serviços especiais. Contratação. Forma .....	1032
Alienação de área de terras adquirida do BADESC a posseiros já instalados. Requisitos .....	1197
Alimentação destinada a policiais militares .....	551
Aquisição de imóvel fora de seus limites territoriais. Observância de dispositivos legais .....	483
Aquisição de medicamentos. Sistema de registro de preços .....	253
Assistência à saúde de servidores. Custeio. Facultado .....	376
Assistência social. Despesas. Obediência ao Plano Municipal de Assistência Social. Prestação de Contas .....	436
Assistência social. Auxílio-funeral e auxílio-natalidade. Concessão .....	1369
Associação de agricultores. Contratação para prestação de serviços .....	515
Atividade financeira. Empréstimo em dinheiro a agricultores .....	707
Atos administrativos. Competência. Objeto. Clareza. Abrangência .....	767
Ausência lei municipal sobre ressarcimento de valores pagos indevidamente .....	063
Auxiliar de enfermagem. Contratação. Procedimento .....	1154
Auxílio	
• à Associação de Municípios. Débito automático em conta bancária de percentual oriundo de FPM, a título de contribuição irregular .....	289
• a associações recreativas .....	909
• a Cultos religiosos e Igreja .....	655, 748
• a entidades. Requisitos .....	717
• a entidades associativas. Realização de eventos sociais e comunitários .....	411
• a entidades privadas. Previsão. Requisitos .....	750
• a pessoas carentes .....	314
• a produtor rural .....	1507
• moradia. Concessão a Juízes e Promotores de Justiça .....	354
• norma disciplinadora .....	495
• repasse a clubes esportivos profissionais ou não profissionais .....	236
Bens imóveis urbanos. Créditos tributários .....	661
Bens pertencentes às APPs e APAEs. Inventário .....	1568

**Município**

Boletim Oficial. Instituição. Lei autorizativa .....	441, 456
Bolsas. Concessão. Oferta de vagas na rede pública .....	356
Bolsistas. Estagiários. Recrutamento. Características .....	1270
Cadastro sócio-econômico de munícipes. Determinação dos requerentes de serviços colocados à disposição da população .....	737
Calamidade pública. Abertura de créditos extraordinários .....	524
Cargos de atribuições assemelhadas. Fixação de vencimentos .....	595
Cessão	
• de máquinas e implementos agrícolas .....	411
• de pessoal à Cadeia Pública Municipal. Pagamento .....	1004
• de pessoal à Câmara Municipal. Requisitos .....	1115
• de pessoal à CASAN. Efeitos .....	1228
• de pessoal. Requisitos .....	721, 1056, 1364
• de servidor à entidade filantrópica e não-governamental .....	1129, 1209
• de servidor à Justiça Eleitoral.	
Requisitos. Vedações. Pagamento .....	893, 1009, 1056, 1097, 1364
• de servidor a Sindicato representativo da sua categoria profissional .....	1539
• de servidor ao Poder Judiciário. Condições .....	1056, 1097, 1115 – 1364
• de servidor mediante acordo entre Prefeitura e Ministério Federal .....	360
• de servidor. Remuneração. Pagamento. Ônus .....	1009
• de uso de veículo. Gastos. Responsabilidade .....	1056
Concessão de direito real. Requisitos .....	853
Concurso público .....	433, 628, 629, 667, 1138, 1243, 1455, 1466, 1468, 1529, 1541, 1551
Concurso público. Impugnação.	
Ausência de decisão judicial definitiva sobre o mérito. Continuidade dos serviços públicos. Procedimento .....	1215
Concurso público. Realização em época eleitoral .....	1305, 1541
Contador da Prefeitura. Limites de atuação .....	963, 1137
Contador ou serviços contábeis. Contratação. Requisitos .....	873
Contas do Município. Julgamento. Competência .....	768
Contratação de advogados. Requisitos .....	799
Contratação de pessoal por tempo determinado.	
Requisitos. Proibições. Prazo. Responsabilidade .....	682, 746, 785
Contratação de serviços através de empresas ou cooperativas .....	823
Contratação temporária. Requisitos .....	695, 920, 1262

## Prejulgados por Assunto

### Município

Contratação de serviços prestados por servidores públicos de outras esferas de governo .....	243
Contrato administrativo. Características .....	759
Contrato de gestão. Qualificação de sociedade civil sem fins lucrativos ....	533, 560
Contrato. Celebração entre a COHAB e Município. Repasse de recursos ....	371
Contribuição Previdenciária. Pagamento extemporâneo. Efeitos .....	1067, 1155
Contribuintes em débito. Divulgação .....	534
Controle interno. Relatório. Elaboração. Responsabilidade .....	478
Controle interno. Rejeição do Projeto de Lei pelo Legislativo. Responsabilidade .....	1555
Convênio com a Polícia Militar visando a aquisição de automóvel.....	551
Cooperativa de crédito. Utilização pelo Município para movimentação financeira .....	357
COSIP. Normatização e contabilização .....	1370, 1535
Consórcio Intermunicipal.Constituição. Prestação de Contas .....	1545
Cota de Participação Comunitária Provisória. Receita. Aplicação .....	890
Crédito especial .....	1180, 1312
Crédito suplementar. Abertura. Observância de dispositivos .....	479, 670, 1312
Crédito suplementar. Abertura.	
Redução do valor proposto pelo Poder Executivo .....	793
Créditos tributários. Compensação .....	316, 685
Créditos tributários. Extinção. Autorização legislativa .....	494
Créditos suplementares. Limite para abertura .....	883
Curso profissionalizante para adolescente. Operacionalização mediante recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ...	364
Dano ao erário. Tomada de Contas Especial .....	1561
Demissão. Servidores não concursados e não estabilizados .....	824
Despesa pública. Índícios de irregularidades. Providências da Administração ....	817
Despesas com mudanças intermunicipais .....	1314
Despesas de outros entes .....	908, 1056
Despesas realizadas junto à EPAGRI. Comprovação da despesa .....	714
Devedor inadimplente. Inscrição no SPC .....	315
Disponibilidades financeiras. Depósito .....	723, 1536

**Município**

Distrito. Desmembramento. Proporcionalidade de encargos .....	075
Dívida ativa. Cobrança. Forma .....	888, 902, 957
Dívida ativa. Território desmembrado. Titularidade .....	511
Dívida ativa em execução judicial.	
Cobrança de honorários e custas judiciais. Forma .....	792
Dívida fundada interna. Inscrição de débito .....	767
Dívida. Incidência de correção monetária. Previsão .....	767
Dívida. Remissão. Previsão. Requisitos .....	792, 1321
Dívidas inadimplidas. Forma de extinção. Prescrição ou pagamento .....	372
Dívida. Renegociação. Autorização .....	1512
Doação para entidades comunitárias sem fins lucrativos .....	1552
Documentos. Número de vias a serem arquivadas. Procedimento .....	749
Documentos. Eliminação. Autorização da instituição arquivística pública .....	409
Eleição Federal e Estadual. Efeitos .....	1355
Emancipação .....	375, 1310
Empresa. Instalação no Município. Incentivo. Forma .....	1228
Empresa. Participação societária da Prefeitura Municipal.	
Transferência de recursos financeiros. Aumento de capital .....	683
Empréstimo. Agricultores. Pagamento pelo Município. Impossibilidade .....	1100
Empréstimos em dinheiro a contribuintes através do	
Fundo de Aposentadoria, Pensão e Plano Assistencial .....	751
Empréstimos em dinheiro a servidores.	
Convênio com a Caixa Econômica Federal .....	1227
Encargos trabalhistas da APAE. Pretensão de assunção pelo Município .....	211
Entidades sem fins lucrativos. Percepção de	
auxílio financeiro para despesas de custeio .....	890
Escola de ensino fundamental da rede pública estadual.	
Assunção de encargos decorrentes de ampliação e manutenção .....	506
Escola estadual. Processo de municipalização. Requisitos .....	1061
Estatuários. Contratação. Forma .....	053
Estrutura administrativa. Secretaria Administrativa .....	1014
Fazenda Municipal. Contribuintes devedores.	
Quitação de débito. Dação em Pagamento .....	599

## Prejulgados por Assunto

### Município

Fazenda Municipal. Pagamentos devidos em razão de sentença judiciária. Precatórios .....	713, 722, 1546
Fazenda Pública. Compensação de créditos. Procedimento .....	652
Formulários e receituários. Uso restrito ao Poder Público .....	384
Função de motorista. Atribuições específicas do cargo .....	704
Funcionalismo. Organização. Competência .....	894
Fundação Municipal. Prestação de contas.	
Fiscalização pelo Tribunal de Contas .....	558
Fundo de Aval. Instituição .....	770, 805
Gerentes. Vencimentos. Limites .....	1014
Homepage Contas Públicas. Implementação. Regras .....	837
Iluminação Pública .....	024
Imissão na posse de imóvel particular em litígio. Realização de obra pública .....	497
Imóvel. Aquisição. Casos de dispensa de licitação .....	539
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS. Incidência .....	1046, 1351
Incentivo à cultura .....	801
Instalação ou expansão de empreendimentos no Município. Incentivos econômicos. Concessão .....	1077
Inventário do patrimônio do Município de origem. Inexistência .....	214
Jornal semanário. Possibilidade de instituição pelo Município .....	213
Julgamento da Contas do Município. Rito da votação .....	854
Juros. Pagamento .....	573
Lei de Diretrizes orçamentárias. Projeto de lei. Conteúdo. Rito processual legislativo .....	681, 1448
Lei Orçamentária Anual. Metas. Prioridades. Limites .....	683
Lei Orçamentária Anual. Edição. Conteúdo .....	791
Lei Orçamentária. Rejeição. Créditos Especiais .....	840
Lei Orgânica .....	740, 1472
Licitação. Regra geral. Inviabilidade do competitivo. Efeitos .....	864, 865
Licitação. Contratação de terceiros para realização .....	331, 388, 545
Licitação. Impedidos de participar .....	759
Licitação. Não podem participar de licitação nem firmar contrato com o Município .....	600, 617, 771, 883, 1056



**Município**

Locação de imóveis destinados à moradia de policiais militares .....	551
Macadame. Aquisição. Requisitos .....	1243
Mão-de-obra. Contratação através de Cooperativa.	
Critérios. Procedimentos. Efeitos .....	594
Matéria tributária. Iniciativa .....	528
Moradia. Disponibilização de lotes e materiais para construção. Requisitos .....	1095
<b>Município Novo</b>	
• Contabilidade .....	051, 362
• Contratação de Pessoal .....	087
• Demonstrativo de evolução da receita .....	087
• Direitos e Obrigações. Assunção. Início .....	511
• Fixação de excesso de arrecadação .....	087
• Fixação de subsídios de agentes políticos .....	087
• Formas de efetivação da despesa .....	087
• Instalação .....	087
• Orçamento. Elaboração .....	087
• Partilha de bens. Observância da L.C. Nº 135/95 .....	458
• Servidor público oriundo do Município sede. Direitos .....	1310
Contribuição ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde .....	645
Nota Fiscal de Serviço Avulsa. Fornecimentos. Imposto Sobre Serviços .....	500
Obra ou serviço particular. Utilização de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza de propriedade do Município .....	896
Obra municipal. Viabilidade de engenheiro servidor municipal responsabilizar-se por obras executadas por terceiros .....	034
Obras e serviços de engenharia. Execução e responsabilidade .....	034
Operação de crédito. Resolução nº 69/95 do Senado Federal .....	445
Orçamento. Sujeição aos ditames da Lei 4320/64.	
Estimativa da receita. Base de cálculo .....	303
Pagamento de custas e emolumentos pelo Município .....	40
Perdão de suas próprias dívidas. Impossibilidade .....	767
Permuta de servidores .....	787
Pessoal. Gastos. Apuração .....	729
Piso salarial determinado pela categoria. Pagamento .....	1094
Poder Executivo. Competência. Limites constitucionais e legais. Princípios .....	816
Poder Executivo. Gestão municipal. Competência. Responsabilidade .....	940
Posto de saúde. Construção em parceria com a associação de moradores ...	703

## Prejulgados por Assunto

### Município

Precatórios judiciais. Pagamento .....	722, 1546
Prefeito. Prestação de Contas. Rejeição ou aprovação. Decisão. Competência ...	876
Prefeitura de município beneficiário de repasse de recursos financeiros. Efeitos. Procedimentos .....	743
Presidente da Câmara. Substituição regular ao Prefeito. Remuneração .....	794
Prestação de serviços em terrenos particulares com equipamentos da municipalidade .....	167, 531
Processo legislativo. Simetria com a Constituição Federal .....	1358
Programa de pavimentação de vias municipais. Participação dos proprietários no pagamento dos custos. Operacionalização. Requisitos ....	1177
Programas de caráter transitório. Execução.	
Contratação de pessoal temporário .....	1083, 1095, 1186, 1347, 1419
Publicação de atos administrativos .....	462, 534, 769
Publicidade. Limite de gastos .....	892
Reajuste salarial. Concessão. Legalidade .....	664
Recebimento de bens móveis doados por associações civis, assistenciais, pessoas físicas ou jurídicas .....	298
Recontratação por tempo determinado dos mesmos servidores .....	676
Recursos	
• de terceiros em poder do Município. Destino .....	821
• não consignados na Lei Orçamentária. Repasse .....	472
• provenientes de royalties. Aplicação .....	943
• transferidos. Retenção para o FUNDEF. Contabilização .....	526
Regime jurídico dos servidores municipais. Alteração. Requisitos .....	819
Regime Jurídico Único Estatutário. Instituição. Efeitos .....	959
Regime de Previdência. Instituição para servidores efetivos. Requisitos. Efeitos ...	939
Regime próprio de previdência. Extinção. Implicações. Providências .....	811
Remissão de dívida. Previsão .....	767, 1321
Remuneração. Modificações inseridas na sistemática remuneratória. Parâmetros ...	958
Responsabilidade civil .....	422, 816
Responsabilidade técnica por atos de servidores públicos no exercício de função profissional regulamentada. Efeitos .....	940
Revisão Geral Anual .....	1379, 1499, 1531- 1544, 1565
Saúde. Recursos. Aplicação. Percentuais em ações e serviços .....	1006, 1523

**Município**

Serviço de assessoria tributária. Contratação. Procedimento licitatório .....	335
Serviço de mão-de-obra. Contratação. Licitação .....	449
Serviço de saúde. Contratação. Sistema de credenciamento .....	519
Serviços da Prefeitura.	
Eventuais necessidades. Pessoal habilitado. Procedimento .....	1270
Servidor contratado em caráter temporário.	
Pagamento de férias proporcionais .....	847
Servidor estadual cedido mediante convênio. Contratação pelo Município para ocupar cargo de provimento em comissão. Opção pela remuneração .....	341
Servidor estadual. Complementação de remuneração pelo Município .....	306, 341
Servidor nomeado pelo	
Presidente da Câmara. Inclusão na folha de pagamento .....	453
Servidor público. Pagamento de férias, 13º salário e FGTS .....	271
Servidor público. Pagamento de verba indenizatória .....	271
Servidor público. Transferência pelo	
Município de origem para o novo Município. Autorização .....	481
Servidor regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Efeitos .....	736
Símbolo Municipal .....	1315
Sistema de Assistência ao Servidor. Instituição. Abrangência. Requisitos ...	1069
Sistema de Previdência Municipal. Benefícios previstos .....	757
Sistema de Registros de Preços. Implementação. Procedimento .....	1276
Subsídio a Programa de Desenvolvimento Rural .....	245
Subvenção econômica.	
Concessão para empresas com fins lucrativos .....	250, 514, 530
Subvenção social. Previsão. Concessão. Requisitos .....	615, 741
Subvenção social. Concessão à entidade esportiva .....	254
Suprimentos. Repasses mensais pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores .....	647, 649, 728, 975, 982, 1019, 1042, 1067, 1111, 1558
Telefonia. Competência das concessionárias. Fiscalização .....	1362
Terceirização de mão-de-obra. Intermédio de Cooperativa .....	429, 449
Terceirização e privatização de serviços. Procedimentos .....	556
Trânsito. Órgãos e entidades executivas. Convênios .....	940, 1056
Transporte coletivo. Prestação de serviços gratuitos .....	576

## Prejulgados por Assunto

### Município

Tributo. Concessão de subsídio, isenção ou redução de base cálculo. Lei autorizativa .....	528
Tributo. Instituição em proveito de empresa privada .....	516
Tributo. Recolhimento. Programa de incentivo .....	572
Unidade gestora nova. Registro. Lei de criação e decreto regulamentador ....	451
Unidade pública de pronto-socorro. Operacionalização. Competência .....	1095

### Orçamento

Abertura de crédito suplementar e especial .....	072, 670
Anulação de doações orçamentárias. Forma .....	670
Câmara Municipal. Duodécimo. Repasse .....	310, 1558
Câmara Municipal. Recebimento de recursos. Dotações. Repasse .....	028
Câmara Municipal. Recebimento de suprimentos .....	234
Classificação programática da despesa .....	029
Crédito adicional. Abertura. Utilização de recursos não comprometidos provenientes de convênio .....	522
Crédito especial. Abertura para despesas novas .....	241
Crédito extraordinário. Calamidade pública. Ausência de prévia autorização .....	524
Crédito suplementar e especial. Abertura .....	072, 555
Déficit orçamentário. Efeitos .....	1200
Excesso de arrecadação. Apuração .....	1185
Exercício financeiro subsequente. Elaboração do orçamento .....	979
Execução de atividades dos órgãos ou entidades. Recursos contemplados no orçamento .....	908
Fixação de orçamento. Poder Legislativo .....	140
Fontes de recursos. Especificação .....	1185
Fundos Municipais .....	049, 1557
Isenção de tributos. Concessão. Previsão na LDO .....	528
Lei de Diretrizes Orçamentárias .....	1235, 1448
Lei orçamentária anual. Benefícios fiscais. Concessão .....	1218
Município. Lei orçamentária anual. Metas. Prioridades .....	683
Município. Custeio de despesas de competência de outros entes. Requisitos .....	908, 1486

### Orçamento

Obra. Execução. Prazo. Previsão .....	982
Orçamento Municipal. Sujeição aos ditames da Lei 4.320/64. Estimativa da receita. Base de cálculo .....	303
Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias .....	038, 1448
Programas ou Projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Início .....	603
Proposta Orçamentária. Redução pela Câmara .....	047
Recurso orçamentário. Transposição, remanejamento ou transferência .....	522
Reorganização administrativa. Alteração orçamentária .....	187
Suplementação de dotação sem autorização legislativa. Anulação das despesas .....	098

### Ordenador de Despesa

Câmara Municipal. Regime de Suprimento adotado. Responsabilidade .....	598
Delegação de atribuições. Requisitos. Responsabilidade .....	846, 1533

### Permissão

Porto de São Francisco do Sul. Uso das instalações por operadores portuários .....	475
--	-----

### Polícia Militar

Assistência judiciária a policiais militares. Procedimento .....	818
Assunção de despesas pelo município .....	1056, 1071
Atribuições. Cumprimento. Recursos .....	1056, 1071
Combustíveis. Pedido de fornecimento. Arquivamento .....	987
Convênios. Requisitos e condições .....	919, 926, 1335, 1422, 1440, 1459
Convênio de Trânsito. Pagamento de estagiário e membros da JARI .....	1298, 1337
Documentação comprobatória de regularidade com a previdência social e com o FGTS .....	917
Município. Aquisição de bens para a Polícia Militar mediante convênio .....	460
Policiamento Ostensivo de Trânsito. Termo "Equipamentos e materiais". Abrangência .....	1120
Policiais militares. Diárias. Concessão. Condições .....	1188
Publicidade em uniformes e equipamentos .....	831
Transferência de policial. Despesas com transporte. Indenização. Contabilização .....	937, 1224

## Prejulgados por Assunto

### Polícia Militar

Veículo particular. Utilização em serviço público .....	018, 1074
Viaturas. Despesa com combustíveis .....	866

### Prefeito

Adicional de férias .....	1510
Contratação com o Município .....	403
Contrato com o Município .....	041, 083, 099, 170
Crimes de responsabilidade .....	1180, 1184, 1297, 1329
Décimo terceiro subsídio .....	1063, 1215, 1510
Décimo terceiro e gozo de férias .....	048
Diárias. Indexador de reajuste .....	144
Ex-Prefeito. Décimo terceiro e gozo de férias .....	454
Férias .....	031, 407, 1249
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço .....	541
Licenciado em missão autorizada pela Câmara. Concessão de diária .....	329
Parentes de Prefeito. Possibilidade de contratar com o Município ...	094, 170, 223
Possibilidade de contratar com o Município .....	041
Prefeito. Prestação de Contas.	
Rejeição ou aprovação. Decisão. Competência .....	876
Repasse do duodécimo. Valor Inferior aos limites. Responsabilidade ...	1184, 1435
Rejeição contas anuais de Prefeito. Contador não-habilitado .....	021
Remuneração. Alteração. Índice de atualização monetária .....	123
Remuneração. Fixação .....	106
Remuneração. Prefeito detentor de cargo efetivo .....	192, 1345
Subsídio. Fixação .....	1119
Servidor público ocupante de cargo efetivo.	
Averbação de tempo de serviço prestado na função de Prefeito .....	635
Viabilização do acesso a informações e documentos afetos à contabilidade da Câmara Municipal .....	454

### Prestação de Contas

Antecipações de recursos sob a forma de adiantamentos.	
Prazo para a prestação de contas .....	162
Apreciação e julgamento pela Câmara Municipal .....	027

**Prestação de Contas**

Auditoria independente. Contratação pela Câmara para análise das contas ....	042
Caixa escolar. Prestação de contas perante o Tribunal de Contas .....	309
Câmara Municipal. Prestação de Contas .....	077
Câmara Municipal. Regime de Suprimento adotado. Efeitos .....	622
Contas anuais de Prefeito. Rejeição. Contador não-habilitado .....	021
Contas do exercício. Análise. Procedimento para apreciação e julgamento ...	027
Consórcio Intermunicipal .....	1545
Emissão do Parecer Prévio. Contas prestadas pelos Prefeitos municipais.	
Despesas em ações e serviços de saúde .....	1068
Entidade privada.	
Recursos financeiros recebidos. Prestação de contas .....	616, 1518, 1540
Escrita contábil assinada por profissional não-habilitado .....	021
Gastos com recepção de pessoas. Requisitos .....	715
Piso de Atenção Básica/PAB .....	1409
Programa Dinheiro na Escola. Prestação de Contas .....	648
Recursos do SUS .....	039
Recursos públicos repassados a entidades privadas. Sujeição .....	366
Recursos públicos repassados a instituições	
oficiais ou particulares. Transferências, auxílios e contribuições .....	754
Recursos Financeiros. FUNDEF .....	589
Sujeição às normas regulamentares.	
Estabelecimento de critérios diferenciados .....	359
Sujeita-se à prestação de contas .....	1160, 1518 1540
SUS. Recursos. Dispensa de prestação de contas .....	039

**Prestação de Contas**

Benefício previdenciário. Instituição .....	835
Benefício financeiro. Criação. Previsão .....	1548
Câmara Municipal.	
Regime Geral da Previdência Social. Filiação dos servidores .....	906
Cargos em comissão .....	939
Compensação financeira. Contagem recíproca de tempo de contribuição ...	906
Contribuições em atraso. Juros e multa .....	426
Fundo Previdenciário. Custeio. Base de incidência de alíquota. Previsão ..	1082

## Prejulgados por Assunto

### Prestação de Contas

Fundo Previdenciário. Extinção. Efeitos .....	911
Instituto de Previdência. Extinção. Efeitos .....	906
Magistrados. Pensionistas. Eventual processamento da folha e o pagamento pelo Tribunal de Justiça. Requisitos. Procedimento .....	1089
Pensão por morte. Despesa de pessoal. Cômputo .....	1413
Pensionista do Estado. Habilitação. Concessão de pensões. Processamento e pagamento da folha de pensões. Competência .....	1089
Poder Legislativo e Executivo.	
Servidores de cargos efetivos não filiados ao Regime de Previdência do Serviço Público - RPSP .....	939, 1387, 1306
Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores .....	939, 1330
Regime Geral da Previdência Social.	
Exercentes de mandato eletivo .....	1028, 1330, 1524
Regime Geral da Previdência Social.	
Sistema de Previdência Complementar .....	1525
Regime Geral da	
Previdência Social. Vinculação .....	1026, 1387, 1306, 1326, 1330, 1524
Regime Próprio de Previdência .....	939, 1086, 1373, 1387, 1326, 1430, 1460, 1484, 1494, 1500, 1513
Regime Próprio de Previdência Social. Autarquia.	
Valor de contribuição do Município .....	1029
Regime Próprio de Previdência. Regime Geral de	
Previdência Social. Dados relativos aos benefícios. Remessa. Prazo .....	964
Repasse de valores concernentes à obrigação patronal de aposentadoria de servidores .....	924
Sistema de Previdência e Assistência Social. Contribuição. Instituição .....	620, 1021

### Procuradoria Geral Junto ao Tribunal de Contas

Membros. Garantia inserta no art. 130 da Constituição Federal. Atos de gestão ....	1176
--	------

### Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Execução do Programa. Contratação de pessoal .....	1095, 1186, 1347, 1419
--	------------------------

### Programa de Demissão Voluntária

Aposentadoria. Benefícios. Cômputo do tempo de serviço .....	842
--	-----



**Programa de Demissão Voluntária**

Empregados já aposentados junto ao INSS e que permanecem trabalhando. Inclusão no programa ..... 989

**Programa de Saúde da Família - PSF**

Execução do Programa. Contratação de pessoal ... 1095, 1186, 1347, 1419, 1531  
Revisão Geral Anual. Servidores ..... 1531

**Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQP**

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e da Família.  
Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQP. Consecução.  
Contratação de instituições de ensino. Requisitos ..... 857

**Reajustes**

Contrato. Reajuste do preço inicial ..... 158  
Contrato anterior à vigência da Lei 8666/93. Alteração ..... 199  
Diária. Indexador de reajuste ..... 144

**Receita**

Arrecadação. Omissão do administrador. Responsabilização ..... 336  
Contabilização ..... 1033  
Receita corrente líquida. Conteúdo ..... 1235  
Receita tributária. Percentual de limite da  
despesa do Poder Legislativo Municipal. Somatório ..... 1169, 1192  
Receita Tributária. Sem prévia existência de fato gerador ..... 1554  
Decorrente do cancelamento de restos a pagar ..... 1031, 1194  
FUNDEF. Apuração da receita corrente líquida ..... 1228  
Município. Receita corrente líquida. Apuração ..... 975, 1088, 1095  
Município. Serviços prestados aos municípios. Arrecadação das receitas  
municipais. Instrumento adequado. Controle dos serviços prestados ..... 1243  
Recursos naturais. Exploração. Receitas. Aplicação ..... 1027, 1246  
Registro ..... 1132, 1216

**Recursos Financeiros**

Abertura de créditos adicionais suplementares e adicionais ..... 692, 1320, 1312  
Aplicações em instituições financeiras. Requisitos. Responsabilidade .. 1145, 1322

## Prejulgados por Assunto

### Recursos Financeiros

Aquisição de veículo. Pagamento. Responsabilidade .....	684
Associação dos Municípios da Microrregião.	
Repasse pela Administração Municipal .....	789
Categoria Programática. Transposição, remanejamento ou transferência. Previsão .....	651
Convênio. Recursos financeiros. Destino .....	602
Créditos suplementares e especiais. Abertura. Condições .....	1187, 1320, 1312
Depósito das disponibilidades e caixa .....	1322
Empresa. Participação societária da Prefeitura Municipal.	
Transferência de recursos financeiros. Aumento de capital .....	683
Entidade privada.	
Recursos financeiros recebidos. Prestação de contas .....	616, 1518, 1540
Entidades culturais e comunitárias sem fins lucrativos. Percepção de recursos decorrente de transferência pelo Poder Público .....	1251, 1522
Excesso de arrecadação .....	692
Fundo de Saúde. Aplicação .....	712, 1557
Município. Repasse de recursos a grupo específico de municípios .....	636
Município.	
Recursos oriundos de royalties. Aplicação. Responsabilidade .....	1246
Oriundos da alienação de bens. Aplicação .....	984
Período eleitoral. Tribunal de Justiça. Transferência de recursos ao município para construção de Casas da Cidadania. Requisitos. ....	1174
Pessoa jurídica. Caráter assistencial ou cultural sem fins lucrativos. Destinação de recursos .....	1095, 1154, 1158
Prefeitura Municipal beneficiária de repasse financeiro.	
Efeitos. Procedimentos. Prazo .....	743
Prestação de contas .....	589, 1519, 1540
Projetos de recuperação de bens lesados.	
Destinação de recursos. Operacionalização do repasse .....	1160
Recursos financeiros de terceiros em poder do Município. Destino .....	821
Recursos financeiros do PAB. Destino. Utilização. Requisitos .....	638, 1409
Recursos financeiros.	
Utilização pelo Administrador Público. Responsabilidade .....	1125
Repasse. Sociedade desportiva e Recreativa .....	1532

### Recursos Financeiros

Repasse. Entidades privadas.	
Despesas. Sujeição à prestação de contas .....	366, 1241, 1518, 1520
Repasse. Forma. Lei 4320/64 .....	348, 1437
Repasse. Fundo financeiro de organização civil sem fins lucrativos .....	993
Transferência. Entidades privadas sem fins lucrativos de caráter assistencial ou cultural. Requisitos .....	1211, 1403, 1437, 1522
Transferência. Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados para outros órgãos e entidades da administração pública estadual .....	1160
Transferência. Setor privado. Procedimento .....	1002, 1520
Transferências intragovernamentais, obrigatórias ou voluntárias. Apuração. Receita Corrente Líquida Municipal .....	963
Vereador. Participação em entidades não governamentais com ou sem aporte de recursos públicos .....	735

### Regime Jurídico Único

Adoção do regime estatutário. Dispensa de concurso público para os servidores estáveis e concursados .....	086
Averbação de tempo de serviço prestado no regime celetista .....	230
Estatutário celetista .....	153

### Saúde

Ações e serviços públicos de saúde .....	680, 1348, 1404, 1523
Cadastro sócio-econômico de munícipes. Determinação dos requerentes de serviços colocados à disposição da população .....	737
Estado. Providências .....	1242
Farmácia. Instalação pelo Município ou Fundo Municipal de Saúde .....	137
Fundo Municipal .....	137, 332, 712, 1033, 1557
Implantação do SUS na existência de autarquias atuando na área da saúde .....	095
Município. Aquisição de medicamentos. Requisitos .....	944
Participação de instituições privadas. Requisitos .....	762
Plano de Assistência à Saúde .....	938, 1373
Planos de Saúde .....	712
Prestação dos serviços de saúde. Forma .....	1242

## Prejulgados por Assunto

### Saúde

Prestadores de serviços de saúde. Índícios de irregularidade ou crime. Medidas para verificação. Responsabilidade .....	1242
SUS. Internações além do disponibilizado. Responsabilidade de pagamento ....	1416
SUS. Autorização de Internação Hospitalar - AIH. Recursos financeiros ....	1439
Unidades Hospitalares da SES.	
Implantação de sistema de cobrança através de cartões de crédito .....	596

### Seguro

Seguro obrigatório. DPVAT. Contratação .....	501
--	-----

### Serviço de Proteção ao Crédito

Contribuinte inadimplente. Inviabilidade de inscrição no SPC pelo Município ....	315
--	-----

### Serviço Público

#### Acesso

- a cargo ou emprego público ..... 676, 695, 785, 849, 992, 1005, 1110, 1121, 1130, 1131
- a cargo efetivo ..... 503, 701, 1032, 1529
- a cargo comissionado ..... 785, 1025
- a cargo e funções de museologia ..... 585
- a carreira do magistério ..... 849
- estrangeiro. Acesso a cargo, emprego ou função pública. Requisitos ... 1165

#### Acumulação de Cargos Públicos

- acumulação de cargo ou emprego ..... 100, 115, 553
- auxiliar de enfermagem e técnico de enfermagem. Requisitos ..... 1262
- regra geral ..... 036, 717
- secretário ou diretor e médico ..... 036
- servidor aposentado e em exercício de suas funções ..... 650
- servidor e assessor jurídico ..... 477
- servidor e cargo de Secretário Municipal ..... 1025, 1301
- servidor e cargo eletivo ..... 391
- servidor e prefeito ..... 380
- servidor e vereador ..... 068, 069, 621
- servidor estável do Poder Executivo ou Legislativo e em exercício de função e/ou cargo técnico em outro Município ..... 766

Ações e Serviços Públicos de Saúde. Despesas .....	1348, 1404
--	------------

Adicional por tempo de serviço. Concessão pelo Município .....	044
--	-----

Advogado ou serviços jurídicos. Contratação. Requisitos .....	873, 902, 1485
---	----------------

**Serviço Público**

Afastamento para concorrer eleição. Remuneração .....	1563
Ascensão funcional .....	992, 1130, 1138
Atividade-fim da Administração. Execução por terceiros .....	560
Atividade de caráter permanente. Execução .....	1538
Auditoria interna e controle. Natureza. Competência .....	923
Auditoria externa, consultoria ou assessoria. Contratação. Forma. Requisitos .....	923
Carga horária. Alteração. Aumento das despesas com pessoal .....	1265, 1449
Cargos com atribuições iguais ou assemelhadas. Vencimentos .....	675
Cargo de agente de serviços gerais. Características .....	1032
Cargo efetivo. Efetividade. Requisitos .....	1086
Cargo público. Atribuições específicas. Desempenho .....	814
Cargo público. Carga horária semanal. Aumento. Requisitos .....	1265
Cargo público. Cargo técnico. Definição .....	766
Cargos remunerados. Acumulação .....	1095
Cargos temporários. Instituição de Quadro de cargos temporários .....	1186
Cessão de servidor. Procedimento .....	1144, 1364
Cessão de servidor. Justiça Eleitoral. Requisitos. Vedações. Pagamento ...	893, 1364
Cessão de servidor. Instituições ou entidades privadas .....	963, 1542
Concessão de serviços públicos. Requisitos .....	879, 885, 1331, 1511
Concurso Público .....	1131, 1138, 1455, 1466, 1468, 1529, 1541, 1551, 1559
Conselho Tutelar. Membros. Direitos trabalhistas/estatutários .....	1273, 1293
Consultoria jurídica. Escopo genérico .....	923
Contador ou serviços contábeis. Contratação. Requisitos .....	873
Cooperativa. Contratação .....	1336, 1526
Delegação através do instituto da autorização .....	126
Desincompatibilização para concorrer eleição. Remuneração .....	1563
Estacionamento em via pública. Natureza do serviço. Cobrança. ....	885
Execução de obras por terceiros não credenciados no CREA. Viabilidade de engenheiro servidor municipal responsabilizar-se pelas obras .....	034
Função de digitação. Natureza. Provimto .....	1092
Função pública. Desempenho. Requisitos .....	1090
Hora extra. Remuneração .....	716
Inatividade. Efeitos .....	1150

## Prejulgados por Assunto

### Serviço Público

Justiça Eleitoral. Requisição de servidores .....	1064
Licenciamento Ambiental. Atividade de caráter permanente. Execução .....	1538
Obra ou serviço particular. Utilização de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza de propriedade do Município .....	896
Órgãos responsáveis pela Segurança Pública. Manutenção .....	884
Propriedade particular. Prestação de serviços com equipamento e/ou pessoal do Município. Remuneração .....	896, 1077
Propriedades rurais particulares. Serviços gratuitos de máquinas. Requisitos .....	891
Remuneração. Espécies remuneratórias. Equiparação ou vinculação .....	986
Pessoal. Vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias .....	642
Pessoal irregular. Desligamento.	
Responsabilidade. Competência. Efeitos .....	1150, 1154
Propriedades particulares. Serviços gratuitos de máquinas .....	891, 896, 1095
Reestruturação administrativa. Provedimento de cargos públicos .....	1324
Saúde. Iniciativa privada. Prestação complementar de serviços .....	414, 579
Segregação de funções. Contabilidade e Finanças .....	1333
Serviço de controle. Natureza. Competência .....	923
Serviço de informática. Deficiência de pessoal. Concurso. Contratação .....	718
Serviços Públicos afetos ao Estado. Possibilidade do Município prestar auxílio financeiro para a sua execução .....	130
Telefonia Celular. Contratação pelo Poder Público .....	204
Telefonia. Competência das concessionárias. Fiscalização .....	1362
Terceirização e privatização. Procedimentos .....	556
Transporte de passageiro através de ferry-boat e balsa.	
Natureza do serviço. Concessão de travessia. Requisitos. Efeitos .....	877
Utilização em favor de particular .....	167, 531
Venda de passagens. Concessão de uso de box em terminais rodoviários.	
Terceirização .....	711

### Servidor Público

Abono. Incorporação ao vencimento. Requisitos .....	1260
Abono de férias .....	001
Acordo judicial ou extrajudicial. Pagamento de verbas indenizatórias. Servidores reintegrados .....	507

**Servidor Público****Acumulação**

- Acúmulo de encargos no Executivo e Legislativo Municipal .... 339, 1326, 1375
- Acumulação de proventos e vencimentos ..... 653, 1385
- Acumulação com função pública ..... 1371, 1476

**Adicional**

- atividades penosas, insalubres ou perigosas. Previsão ..... 343, 775, 1000, 1302
- décimo terceiro salário e adicional constitucional de férias ..... 976
- dedicação exclusiva ..... 163
- tempo de serviço ..... 044, 367, 671, 978, 1316, 1343, 1424
- tempo de serviço. Serviço militar obrigatório ..... 520
- trienal. Concessão ..... 654
- trienal. Cômputo ..... 402
- trienal. Tempo decorrente da aplicação da “Lei Mineira” e de férias e licença-prêmio não gozadas ..... 392
- trienal e quinquenal. Percepção simultânea ..... 399

**Admissão**

- admissão e aposentadoria de Servidor público.  
Apreciação pelo Tribunal de Contas. Requisitos ..... 912, 964
- com infração ao art. 37, II, da CF ..... 574
- em caráter temporário ..... 283
- em caráter temporário. Lei autorizativa. Art. 37, §§ 2º e 4º ..... 347
- gradual em substituição a pessoal irregular ..... 1367
- sem concurso. Contribuição para o  
Fundo Municipal de Seguridade Social ..... 304

**Aeronauta. Certificados de habilitação**

técnica e capacidade física. Despesas. Custeio ..... 934

Afastamento para concorrer eleição. Remuneração ..... 1563

Agregação de mandato eletivo disciplinada na lei Estadual nº 6.745/85 ..... 259

Agregações. Previsão legal ..... 654, 1327, 1505

Alegação de impedimento para o exercício de suas funções. Efeitos ..... 871

**Aposentadoria**

- compulsória ..... 1339
- especial ..... 1357
- por invalidez ..... 1175, 1352, 1530
- causa extintiva do contrato de trabalho ..... 1559
- retorno ao serviço público. Celetista ou estatutário ..... 639, 1326, 1346, 1559

Ascensão funcional ..... 197, 1130

Autorização legislativa ..... 507

Auxílio a servidores visando assistência a seus dependentes deficientes mentais . 508

## Prejulgados por Assunto

### Servidor Público

Averbação de tempo de serviço .....	665, 782, 795, 1424, 1460, 1511
Benefício. Auxílio-doença. Concessão. Requisitos .....	1175, 1495
Benefício. Salário-maternidade .....	1534
Benefícios a servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista .....	1443
Capacitação de servidores .....	1367, 1518, 1521, 1556
Carga horária .....	562, 1432, 1449
Cargo comissionado. Acumulação remunerada de cargos .....	307, 400, 553
Cargo de administrador. Habilitação .....	870
Cargo de Chefia. Concessão de gratificações. Pagamento de hora extra .....	277
Cargo efetivo. Vantagens inerentes. Percepção .....	1082
Cargo e/ou emprego. Acesso. Ausência de normas próprias. Aplicação subsidiária de norma federal .....	485
Celetista. Hora extra. Limite .....	399
Cessão de Servidor Público	
• a entidades filantrópicas e não-governamentais .....	571
• apuração da despesa total com pessoal .....	1009, 1319, 1364
• Art. 104 da Lei nº 8.245/91 .....	447
• à disposição. Órgão de origem. Ressarcimento. Efeitos .....	587, 1319
• à Cartório eleitoral. Prazo de cedência .....	624, 1364
• à Justiça Eleitoral .....	1009, 1364
• a Sindicato representativo de sua categoria profissional .....	1539
• às associações .....	515
• ato de cessão. Conteúdo .....	447, 1319
• benefícios que não constituem verbas salariais. Despesas. Pagamento. Competência .....	930
• de empresa de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública .....	1056, 1481
• de empresa privada para administração pública. Sociedade de Economia Mista .....	447
• de sociedade de Economia Mista Estadual para o Município .....	065
• para órgãos públicos e entidades assistenciais .....	423
• para entidade ou instituição privada .....	963, 1542
• procedimento .....	1144
• regra da lei 8.245/91 .....	447
• remuneração pela cessionária .....	146, 981
• requisitos .....	1009, 1319, 1364, 1513
• ressarcimentos do valor da remuneração .....	976



## Servidor Público

### Cessão de Servidor Público

- servidor federal. Cessão para  
órgãos e entidades estaduais e municipais. Hipóteses. Remuneração .... 981

Contratado em caráter temporário. Pagamento de férias proporcionais ..... 847

Cirurgião dentista do quadro efetivo.

Contratação como Assessor jurídico. Acúmulo de cargos ..... 477

Cláusulas pétreas ..... 1000, 1302

### Concurso Público

- Atribuições inerentes ao cargo ..... 667
- Período de validade não vencido. Cargos vagos  
excedentes. Preenchimento por candidatos habilitados ..... 358, 1466
- Período eleitoral. Homologação ..... 059, 1541
- Postergação ..... 1551
- Realização sem previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias ..... 128

Contador. Acumulação de empregos ou funções ..... 352

Contratação temporária de médicos e  
profissionais da saúde. Serviços de natureza contínua ..... 427

Contratação temporária de professores pelo Município  
para prestarem serviços em escola estadual municipalizada ..... 393

Contratação temporária. Contribuição previdenciária ..... 552, 577

Contratação temporária. Fundação pública ..... 463

Contratação temporária. Prazo contratual. Prorrogação ..... 355, 566, 676

Contratação temporária.

Prestação de serviço em órgão de outra esfera de Poder ..... 561

Contribuição sindical ..... 1292

Correção monetária de vantagem pecuniária ..... 173

Cursos de aperfeiçoamento. Treinamento. Condições ..... 940, 1518

Décimo terceiro salário ..... 035, 976

Décimo terceiro salário. Cálculo ..... 035

Demissão voluntária ..... 556, 412

Demissão. Reintegração.

Decisão do Tribunal de Contas e decisão trabalhista ..... 824

Desincompatibilização para concorrer eleição. Remuneração ..... 1563

Desvio de função ..... 586, 814

Diárias de servidor. Indexador de reajustes ..... 144

## Prejulgados por Assunto

### Servidor Público

Direitos e vantagens .....	408, 554
Efetivo. Nomeado em comissão para exercer atividades relacionadas ao Conselho Tutelar da Criança e da Adolescência .....	388
Empregado público. Contribuição sindical .....	1292
Empregado público. Investidura em cargo público. Remuneração .....	574
Engenheiro servidor municipal. Impossibilidade de responsabilizar-se por obras executadas por terceiros .....	034
Entidade de classe. Contribuição paga pelo servidor .....	1262
Equiparação entre ativos e inativos .....	1360, 1367, 1410
Estabilidade funcional e sindical .....	180
Estabilidade. Artigo 19 do ADCT .....	503, 1406, 1410, 1430, 1446
Estabilidade. Interstício para aquisição. Artigo 41 da CF .....	379
Estabilidade. Requisitos. Cômputo de tempo de serviço .....	777
Estágio probatório .....	662, 1429
Estrangeiro. Condições para contratação .....	381
Exercício de função de membro ou conselheiro em empresa estatal .....	288
Exercício simultâneo com a vereança. Efeitos .....	882, 1375
Exoneração de cargo ou emprego público. Nova nomeação. Efeitos .....	1452
Férias não gozadas. Pagamento. Autorização legislativa .....	313 1474
Férias não usufruídas. Gozo após o término do mandato eletivo .....	468
Férias. Previsão .....	700, 1271
Férias. Cancelamento .....	850
Férias. 13º Salário e FGTS. Pagamento independente de autorização legislativa .....	271
Férias. Remuneração .....	413, 1249
Função de confiança. Exercício .....	650
Gratificação	
• Concessão a servidores postos à disposição do Município .....	565
• natalina .....	700
• natalina. Remuneração suplementar ou hora extra .....	397
• desempenho de atividade especial .....	058
Hora extra. Cômputo. Limite. Previsão legal .....	378, 708, 716, 1299, 1302
Incentivo à exoneração. Indenização. Fundamento legal .....	654
Indenização .....	434, 1474

**Servidor Público**

INSS. Obrigatoriedade de recolhimento .....	300
Jeton ou similar. Percepção. Acumulação de cargo não configurada .....	388
Jornada de trabalho de médico. Possibilidade de redução .....	212
Licença	
• especial a servidor por assiduidade. Concessão .....	894
• para tratamento de saúde .....	312
• para tratar de assuntos particulares. Exercício de outras atividades .....	285
• prêmio .....	239, 555, 1391, 1474, 1505
Licenciado. Circulação em prédios públicos .....	383
Licenciado. Vedado o acesso aos bens de uso especial ou do patrimônio administrativo .....	382
Mandado eletivo. Aposentadoria no curso da legislatura.	
Percepção cumulativa dos proventos e da remuneração .....	467
Mandato eletivo. Exercício cumulativo. Compatibilidade de horário .....	547, 1375
Mandato eletivo.	
Opção pela remuneração. Art. 38, II, da CF .....	380, 391, 1345, 1375
Médico veterinário. Contratação sem concurso público .....	272
Médico. Piso salarial .....	1094
Município emancipado .....	1310
Município. Cargos de atribuições assemelhadas. Fixação de vencimentos .....	595
Município. Tempo de serviço. Período cursado em escola agrotécnica .....	520
Nova função. Designação. Efeitos .....	663
Ordenador primário. Secretário Municipal .....	226
Orientador Educacional e Supervisor Escolar. Vencimentos .....	581
Pagamento de diárias .....	018, 1509, 1515
Parente de servidor. Participação em licitação .....	143
Pensão Especial .....	037
Período eleitoral. Nomeação e demissão .....	567, 1541
Permuta de servidores .....	787
Plano de assistência médica .....	046, 1373
Plano ou serviço de saúde. Inscrição obrigatória de servidor como beneficiário. Cobrança de contribuição .....	1021, 1292
Prefeito servidor público. Opção pela remuneração .....	192, 1345
Prestação de serviços afetos a outra esfera de governo .....	542

## Prejulgados por Assunto

### Servidor Público

Prestação de serviços de assessoria e ministração de cursos .....	243
Previdência. Encargos previdenciários do Município .....	459
Professor da rede municipal. Diretor de ensino e professor com carga horária de 40 horas/semanais na área estadual. Licença remunerada na rede municipal .....	338
Professor	
• Ampliação de carga horária .....	124
• Contratação temporária .....	355, 1363, 1418
• Dedicção exclusiva .....	163, 361
• Acumulação de cargos. Licença-Prêmio .....	1477
Profissionais da educação .....	586
Progressões funcionais horizontais .....	978
Promoção por merecimento .....	1488
Promoção por antigüidade .....	1323
Promoção. Transporte de cargo para outra classe. Remuneração .....	662, 671
Provento de aposentadoria, subsídio de agente político e vencimento pelo exercício de cargo público. Aglutinação. Teto remuneratório .....	653
Proventos. Percepção simultânea com remuneração .....	870, 1326
Reenquadramento na classe e referência .....	1340
Regido pela CLT. FGTS. Efeitos .....	916, 1407, 1430, 1494
Regime Geral da Previdência social. Vinculação. Efeitos ...	1026, 1387, 1306, 1514
Regime jurídico único .....	086, 153, 230
Reintegração de servidor. Despesa com o pagamento .....	166
Reintegração de servidor. Dois servidores em um mesmo cargo .....	998
Remuneração	
• Ano eleitoral. Índice revisional. Apuração .....	859, 1355, 1544, 1565
• Ato fixatório. Competência .....	1119
• Aumento. Requisitos .....	1219
• Complementar. Pagamento pelo Município a servidor estadual .....	306
• Opção pela do cargo efetivo ou pela do cargo de mandato já exercido .	536
• Reajuste. Diretores de Departamento. Requisitos .....	1203
• Revisão geral anual .....	859, 1153, 1163, 1203, 1263, 1264, 1310, 1428, 1499, 1531, 1544, 1565
• Revisão. Índice econômico. Indicação. Competência .....	859
Secretário escolar. Cargo efetivo .....	1358
Secretário municipal. Participação em licitação .....	014, 125

**Servidor Público**

Secretário municipal. Designação como ordenadores primários .....	226
Segurado. Cessação da incapacidade. Conclusão. Perícia .....	1175
Serviço fora das atribuições ordinárias do cargo. Gratificação. Requisitos .....	1265
Servidor da Saúde. Gratificação por desempenho de atividade especial .....	058
Servidor da Saúde. Técnico em Atividades de Saúde.	
Técnico em Radiologia. Habilitação para os cargos .....	686
Servidor do executivo. Gratificação. Concessão pelo Poder Legislativo .....	913
Servidor em exercício ininterrupto de suas funções.	
Período de 5 anos. Concessão de três meses de licença. Requisitos .....	739
Servidor estatutário. Hora extra. Limite .....	399
Servidor inativo. Percepção de auxílio-alimentação .....	901
Servidor inativo. Efeitos .....	745, 897
Servidor inativo. Retorno ao exercício da função pública .. 650, 1385, 1346, 1363	
Servidor municipal. Reajuste salarial. Ausência de lei autorizativa. Efeitos .....	664
Servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.	
Exoneração. Nomeação imediata em outro cargo efetivo. Efeitos .....	700
Servidor público. Acréscimos pecuniários. Cômputo .....	708, 738
Servidor público. Exercício simultâneo de mandato eletivo.	
Remuneração. Subsídio. Opção .....	068, 069, 890, 1375
Servidor público. Fornecimento de bens ou serviços para o Município .....	222
Servidor público. Serviço que refoge das	
atribuições do cargo. Remuneração. Gratificação .....	716
Servidor público efetivo ocupante de cargo de Vice-Prefeito. Efeitos .....	900
Servidor público à disposição com ônus	
para a origem. Gozo de licença-prêmio na origem.	
Percepção de remuneração pelo órgão para o qual foi cedido .....	584
Servidor público considerado estável. Requisitos .....	701
Servidor público nomeado. Normas a serem observadas .....	1094
Servidor regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Efeitos .....	736
Sistema Municipal de Assistência.	
Valores provenientes da contribuição. Destino .....	1078
Tempo de Serviço Militar Obrigatório. Averbação .....	1106
Tempo de serviço prestado ao Município. Cômputo .....	700, 1460

## Prejulgados por Assunto

### Servidor Público

Tempo de serviço prestado ao Município sob regime celetista. Cômputo para todos os efeitos no regime estatutário .....	286, 1460
Terço de férias. Pagamento. Restituição de pagamento indevido .....	850
Vale-refeição .....	026
Vantagem individual. Concessão. Burla ao inciso VIII do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97. Efeitos .....	859
Vantagens e restrições .....	894
Vantagem pecuniária. Concessão. Requisitos .....	915, 1505
Vantagens. Transcurso do tempo no exercício do cargo. LRF. Efeitos .....	978
Veículo particular. Utilização em serviço público .....	018, 1074
Verba indenizatória. Pagamento a servidor público .....	271
Vice-Prefeito. Servidor público estadual. Exercício do cargo de Secretário Municipal. Opção pela remuneração .....	216
Vice-Prefeito. Servidor público estadual. Percepção da verba de representação mais o vencimento do cargo efetivo .....	216
Vice-Prefeito. Servidor público federal. Percepção de subsídio .....	160
Vínculo funcional .....	1083

### Sociedade de Economia Mista

Acordo coletivo expirado. Regularização .....	1436
Contrato de trabalho. Encargos previdenciários e trabalhistas. Responsabilidade .....	755
Advogado. Contratação temporária. Requisitos .....	1121
Apoio cultural. Lei Rouanet .....	1011
Aquisição de imóvel .....	070
Arrendamento mercantil. Bens retomados. Alienação .....	390
Benefícios. Instituição .....	930, 1412, 1443, 1517
Cedência de funcionário de empresa privada para Sociedade de Economia Mista .....	447
Cedência de servidor para o Município .....	065
Cessão de servidores. Requisitos. Despesas. Ressarcimento .....	1064
CIDASC. Consolidação das contas públicas. Condições .....	1195
COHAB. Concessão de desconto. Renúncia de receita .....	1417
COHAB. Contratos de financiamento de conjuntos habitacionais. Requisitos. Efeitos .....	1248, 1417

**Sociedade de Economia Mista**

COHAB. Operação de crédito com o Município .....	1210
COHAB. Período de eleição.	
Empregados aposentados mantidos irregularmente no serviço. Efeitos .....	950
Compensação de créditos. Requisitos .....	1392
Contratação de Fundação de Seguridade Social.	
Convênio de adesão com a COHAB/SC .....	116
Contratação. Forma .....	995
Empregados. Dispensa. Efeitos .....	858, 1401
Fiscalização .....	242
Instituição de benefícios. Requisitos .....	930
ISS. Pagamento. Imunidade .....	273
Leiloeiro. Escolha. Procedimento .....	614
Projetos culturais. Apoio. Gastos. Limites .....	1011
Sistema de registro de preços. Implementação. Regulamentação por decreto .....	365
Contribuições financeiras a sociedades civis organizadas sob a forma de agências de desenvolvimento .....	632
Plano de Carreira .....	1543
Regime de trabalho .....	1543
Sucumbência. Efeitos .....	962

**Tarifa Pública**

Tarifas. Isenção. Concessão .....	1235
CELESC. Compensação de créditos. Requisitos .....	1392

**Tribunal de Contas**

Ato fundado em norma contrária à Constituição. Efeitos .....	914
Atos de admissão e aposentadoria.	
Apreciação para fins de registro. Requisitos .....	964
Auxílio-moradia. Deputados Estaduais.	
Caráter remuneratório. Efeitos .....	1207, 1219, 1263
Competência .....	781, 844, 845, 1409, 1501, 1547, 1560
Decisões emanadas do Egrégio Plenário. Execução. Competência ....	825, 1508
Emissão de certidão. Conteúdo .....	1085
Emissão do Parecer Prévio. Contas prestadas pelos Prefeitos municipais. Despesas em ações e serviços de saúde .....	1068, 1404
Regime de suprimento. Função legislativa .....	1269

## Prejulgados por Assunto

### Tribunal de Contas

Servidor Público. Admissão e aposentadoria.

Apreciação do ato pelo Tribunal de Contas. Requisitos ..... 912

### Tributos

Sociedade de Economia Mista. Sucumbência. Efeitos ..... 962

Benefícios e incentivos de

natureza tributária. Concessão ..... 984, 1065, 1099, 1295, 1299, 1321

Benefícios de natureza tributária a empresas. Instalação

ou expansão de atividades econômicas no Município ..... 1077, 1344, 1396

Benefícios ou incentivos tributários.

Leis concessivas ou ampliativas. Adaptações ..... 1235

Bens imóveis urbanos ou rurais. Tributos ..... 661

Certidão negativa. Débito tributário

relativo a imóveis localizados no Município. Emissão ..... 813

Comprovante de quitação. Recibo de depósito ..... 1390

Contribuinte. Isenção de tributo. Concessão ..... 1218

Correção monetária ..... 1408

CPMF. Ausência de recolhimento. Responsabilidade ..... 1294

CPMF. Hipótese de não incidência ..... 583

Crédito tributário. Ação para cobrança. Prescrição. Cômputo ..... 1216

Créditos tributários. Compensação pelo Município ..... 316, 685

Certidão negativa de débito. Expedição. Requisitos ..... 640

Créditos tributários. Extinção pelo Município ..... 494

Dívida ativa. Cancelamento ..... 1317

Dívida ativa. Cobrança. Efeitos ..... 640

Dívida ativa tributária. Cobrança. Valor da receita arrecadada.

Limite da despesa do Poder Legislativo. Cômputo ..... 1134

Execução Fiscal. Procedimentos ..... 1321

Falecimento do contribuinte. Efeitos ..... 1299

Imposto incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título.

Câmara Municipal. Recolhimento aos cofres do Poder Executivo ..... 461

Imunidade de tributos municipais em relação às autarquias ..... 164

Inscrição em dívida ativa. Procedimentos ..... 1299

Instituição. Exclusão. Extinção. Isenção ..... 610

Instituição pelo Município em proveito de empresa privada ..... 516

IPTU. Realização de obra. Dedução de IPTU ..... 324



## Tributos

Isenção. Condições para a concessão .....	1313, 1396
ISS. Pagamento por Sociedade de Economia Mista .....	273
ISS. Incidência sobre serviços notariais e de registro .....	1332
ISS. Cobrança. Contratação de advogado .....	1427
ISS. Redução de alíquota. Requisitos da LRF .....	1492
ISSQN. Requisitos para exigibilidade .....	1351, 1388
Município. Dívida tributária.	
Títulos públicos para quitação. Aceitabilidade. Requisitos .....	1126
Município. Matéria tributária. Iniciativa .....	528
Obrigações tributárias vencidas. Acréscimo de multa e juros .....	604
Pagamento à vista. Desconto. Concessão. Requisitos .....	1148, 1366
Recolhimento. Programa de incentivo .....	572
Sociedade de Economia Mista. Sucumbência. Efeitos .....	962
Subsídio, isenção ou redução de base de cálculo. Concessão .....	528
Taxas e tarifas. Pagamento pelo poder público .....	387
Tributos. Pagamento. Prestação de serviços pelo contribuinte .....	1178

## Veículo

Aquisição. Leasing .....	697
Aquisição de peças e a contratação de serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários. Procedimentos .....	597
Autarquia. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores .....	862
Cessão para outro ente .....	1308
CIDASC. Cessão de veículo de sua propriedade a outro órgão. Requisitos .....	776
Função de motorista. Atribuições específicas do cargo .....	704, 984
Fundo de Saúde. Aquisição de veículos .....	712
Município. Aquisição de veículo. Pagamento. Responsabilidade .....	684
Município. Veículo oficial. Uso. Limites. Responsabilidade .....	377, 607
Veículo oficial. Contratação do seguro obrigatório DPVAT. Forma .....	917
Veículo particular. Utilização em serviço público .....	018, 1074
Veículo particular. Utilização em serviço público. Policiais militares .....	322

## Vereador

Acumulação com cargo efetivo ou cargo comissionado .....	068, 069, 1375
Adicional de férias .....	1510
Câmara mediante processo regular. Remuneração .....	470

## Prejulgados por Assunto

### Vereador

Assistência Médica .....	045
Auxílio-moradia. Impossibilidade ....	946, 1020, 1152, 1153, 1183, 1219, 1263
Contrato com o Município .....	099, 170, 174, 221, 403, 510
Décimo terceiro subsídio .....	922, 1037, 1510
Diárias. Pagamento. Requisitos .....	1253
Exercício de cargo comissionado no âmbito estadual. Compatibilidade de horário .....	337
Exercício de cargo, função ou emprego público. Requisitos .....	621
Férias anuais .....	1249
Gabinete. Manutenção. Despesas .....	1220
Licença-saúde .....	1495
Licenciado por motivo de doença. Efeitos .....	1263
Pagamento de diárias .....	018
Parente de vereador. Contrato com o Município .....	170
Participação em Comissão de Licitação de Empresa Pública .....	043
Participação em comissão de licitação .....	043
Participação como membro de Conselhos de Municípios .....	830, 1030, 1425
Participação em cursos. Despesas. Requisitos .....	1125
Participação em entidades não governamentais com ou sem aporte de recursos públicos .....	735, 1441
Pensão especial .....	499
Plano de saúde. Concessão a ex-vereadores e dependentes .....	861
Plano de saúde. Instituição inclusive para os dependentes .....	089
Previdência Social. Vinculação .....	1330, 1524
Recesso legislativo. Percepção de verba de representação .....	010
Recesso legislativo. Percepção de subsídio .....	557
Recesso Parlamentar. Pagamento de sessão extraordinária .....	922, 1353
Recesso Parlamentar. Pagamento subsídio .....	010, 590
Remuneração	
• Alteração no curso da legislatura .....	123, 282, 797, 973, 1334, 1462
• Cálculo. Limite .....	404, 550, 1334
• Cálculo. Recursos repassados a título de auxílio. Exclusão .....	330
• Comprometimento além do limite de 5% .....	122, 190
• Fixação .....	012, 106, 986, 1334
• Limites e percentuais. Fiscalização. Competência .....	1019
• Infringência do art. 167, VI, da CF. Arguição de inconstitucionalidade .....	305

## Vereador

### Remuneração

- Pagamento irregular. Responsabilidade ..... 1019
- Parte variável. Forma de pagamento ..... 136
- Prazo para fixação ..... 119, 986
- Revisão geral anual. Proposição. Competência ..... 1263
- Suplente ..... 346, 946
- Vinculação ao reajuste salarial dos servidores ..... 117

Secretário Municipal. Remuneração. Opção ..... 133

Servidor eleito vereador.

Exercício de cargo, função ou emprego. Remuneração ..... 621, 1375

Servidor público. Aposentadoria no curso da legislatura. Percepção cumulativa dos proventos e da remuneração do mandato eletivo ..... 467

Servidor público. Exercício simultâneo com a vereança. Efeitos ..... 882, 1375

Servidor público. Permanência no exercício do cargo ..... 068, 069

Servidor público. Possibilidade de exercer a presidência da Câmara ..... 107, 1375

Sessão extraordinária de Comissão Permanente.

Pagamento a vereador pela participação ..... 473

Sessão extraordinária. Pagamento. Cômputo para o limite remuneratório .... 342

Sessão extraordinária realizada sem amparo legal. Pagamento. Efeitos ..... 1267

### Subsídio

- Apuração do limite ..... 1076, 1334, 1470
- Ato fixador para a legislatura subsequente. Redução do valor. Efeitos ..... 1166
- Cálculo ..... 1233
- Desconto. Vereador faltante à sessão. Previsão ..... 1204
- Fixação. Alteração. Majoração ..... 1076, 1104, 1119, 1152, 1153, 1183, 1189, 1207, 1225, 1226, 1334
- Instrumento legal para fixação ..... 1214, 1232, 1233
- Pagamento cumulativo com remuneração ou proventos ..... 653, 1375
- Pagamento. Previsão constitucional e LRF ..... 1159
- Revisão ..... 1044
- Revisão geral anual ..... 1152, 1153, 1183, 1214, 1226, 1462
- Vereadores atuais. Limite ..... 1035
- Extrapolação do limite. Efeitos ..... 1189, 1232, 1233

Utilização de Mandato em benefício próprio.

Doação à empresa da qual é Diretor ..... 320

Subsídio. Pagamento de diferença ..... 1159, 1161

Valores recebidos indevidamente. Procedimento ..... 1549

Vereador falecido. Concessão de pensão especial à cônjuge. Previsão legal ..... 835

## Prejulgados por Assunto

### Vereador

Servidor público concursado. Exercício simultâneo do mandato .....	641, 1375
Vereador-Presidente. Remuneração. Forma. Quantum .....	1090, 1091
Vereadora gestante. Remuneração. Licença à gestante. Percepção .....	773

### Vice-Prefeito

Acumulação com o cargo de Secretário	
Municipal. Opção pelo subsídio .....	650, 652, 1016, 1022, 1167, 1301
Acumulação com cargo comissionado .....	100, 642, 643, 644, 657, 744, 1570
Acumulação com cargo de confiança .....	1005
Acumulação de remuneração. Cargo de provimento	
efetivo com o subsídio de Vice-Prefeito .....	1103, 1414
Adicional de férias .....	1510
Contrato com o Município. Impossibilidade .....	170, 174, 1296
Décimo terceiro subsídio .....	1063, 1215, 1510
Exercício de cargo, emprego ou função pública .....	653
Investidura em cargo comissionado. Subsídios. Opção .....	642, 643, 644, 744
Nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função.	
Opção pela remuneração .....	647, 1414
Parentes. Fornecimentos de bens ou serviços para o Município .....	223
Remuneração. Alteração. Índice de atualização monetária .....	123

### Vice-Prefeito

Remuneração. Fixação .....	106
Remuneração. Percepção de subsídio .....	160
Servidor público. Subsídios. Opção .....	1049, 1103
Servidor público efetivo do Estado. Afastamento do cargo efetivo. Previsão .....	806
Servidor público efetivo. Efeitos .....	900, 1414
Subsídio. Fixação. Iniciativa .....	1214
Substituição do Prefeito.	
Percepção da remuneração do agente político substituído .....	114

Decisões em Consultas

# Prejulgados

**001.** É obrigatório o pagamento de abono de férias aos servidores estatutários relativo a 1/3 do salário normal, em conformidade com o artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Processo nº: 06.739/94  
Parecer nº: AT/CJ-048/89  
Sessão: 07.06.1989

Origem: Secretaria de Estado da Educação  
Processo nº: 04.340/97  
Parecer nº: AT/CF-072/89  
Sessão: 26.06.1989

## 002. REVOGADO<sup>1</sup>

**003.** A Secretaria de Estado da Educação pode realizar convênios com as Associações de Pais e Professores - APP, para a reforma de Unidades Escolares da Rede Estadual, desde que sejam tais reformas consideradas pelo Departamento Autônomo de Edificações - DAE, como de pequeno porte, mediante Parecer técnico.

Na prestação de contas por parte das Associações de Pais e Professores deverão ser anexadas cópias das referidas autorizações executadas pelo DAE.

**004.** Despesas de Exercícios Encerrados, não empenhadas nas épocas próprias, que não tenham por base prévia autorização legal, cujas dotações em que deveriam ser empenhadas no exercício de origem, não dispunham de créditos orçamentários suficientes para comportá-las poderão ser regularizadas mediante Crédito Especial ou através do seu reconhecimento por Lei da Câmara Municipal, e o seu conseqüente empenhamento nas dotações próprias de Despesas de Exercícios Anteriores, liquidação e pagamento, sem prejuízo da verificação de responsabilidade pela realização das mesmas nessas circunstâncias.

Origem: Câmara Municipal de Palmitos  
Processo nº: 9.341/94  
Parecer nº: DMU-014/89  
Sessão: 28.06.1989

<sup>1</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "As despesas com o Escritório da CODESUL - Florianópolis serão classificados à conta do elemento 3.2.2.0 - Transferências Intergovernamentais, subelemento 3.2.2.4 - Transferências a Instituições Multigovernamentais, prestando conta em conformidade com a Resolução TC-07/83.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**005.** As disponibilidades financeiras das Prefeituras, quer sejam de recursos próprios ou de transferências da União, podem ser depositadas em qualquer instituição financeira oficial, salvo os casos definidos em norma legal (Artigo 164, § 3º, da Constituição Federal de 1988).

Origem: Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

Processo nº: 08.385/94

Parecer nº: AT/CF-066/89

Sessão: 03.07.1989

.....

**006. REVOGADO<sup>2</sup>**

.....

**007. REVOGADO<sup>3</sup>**

.....

**008.** É facultado às Prefeituras Municipais participarem, mediante contrato coletivo de adesão, de GRUPOS DE CONSÓRCIOS para aquisição de bens móveis duráveis (veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e outros), observados os requisitos seguintes:

- a) obrigatoriedade de lei autorizativa municipal para firmar o contrato coletivo de adesão (autofinanciamento);

- b) observância das regras de endividamento público previstas na legislação federal específica;
- c) comprovação da entrega efetiva do bem móvel consorciado quando do primeiro pagamento, de uma ou mais quotas;
- d) existência de crédito orçamentário para atender a despesa no exercício, bem como previsão de dotações próprias nos orçamentos subsequentes;
- e) atendimento às normas de licitação previstas no Decreto-Lei nº 2.300/86 para a escolha da Administradora de Grupos de Consórcio e, se for o caso, para a aquisição do bem móvel consorciado<sup>4</sup>;
- f) execução dos registros contábeis adequados, mantendo-os atualizados, de todas as operações de receita e despesa orçamentárias, de incorporação do bem móvel e inscrição da dívida no patrimônio municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça

Processo nº: 09.969/98

Parecer nº: DMU-018/89

Sessão: 04.10.1989

.....

**009. REVOGADO<sup>5</sup>**

<sup>2</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 466. Texto revogado: “As despesas abrangidas pelo percentual de 25% previsto no art. 212 da Carta Magna são todas aquelas relacionadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, definidas no art. 6º da Lei Federal nº 7.348/85.”

<sup>3</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 466. Texto revogado: “Os Recursos Financeiros repassados pelos Municípios aos institutos e estabelecimentos oficiais, bem como aos particulares, na forma de subvenções, para aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino enquadram-se nos 25% que os Municípios, no mínimo, devem aplicar em educação em conformidade com o artigo 212 da Constituição Federal.”

<sup>4</sup> Decreto-lei nº 2.300/86 – revogado. Observar artigo 2º e 6º, III da Lei Federal nº 8.666/93.

<sup>5</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 501. Texto revogado: “As despesas oriundas de serviços de seguro de vida em grupo com funcionários e seguro de responsabilidade civil facultativo de veículos, não possuem caráter público por contrariar os preceitos da Lei Orgânica do Município (LC nº 5/75, artigos 133 e 134).”

**010.** Durante o recesso legislativo, o Vereador tem direito à percepção do subsídio integral, tanto a parte fixa quanto a parte variável.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Processo nº: 20.248/96  
Parecer nº: DMU- 025/89  
Sessão: 23.04.1990

face de proibição contida no artigo 8º, inciso II, do Decreto-Lei 2.300/86.<sup>9</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Canoinhas  
Processo nº: 3.019/06  
Parecer nº: AT/CJ-017/90  
Sessão: 28.05.1990

**011. REVOGADO<sup>6</sup>**

**015.** As despesas com livros didáticos para bibliotecas públicas locais são incluíveis no percentual de 25%, destinados a gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino previsto no artigo 212, da Constituição Federal.

**012. REVOGADO<sup>7</sup>**

Origem: Secretaria de Estado da Educação  
Processo nº: 21.660/97  
Parecer nº: AT/CF 001/90  
Sessão: 28.05.1990

**013. REVOGADO<sup>8</sup>**

**014.** É vedada a participação de Secretário Municipal em licitações realizadas pelo Município, em

**016. REVOGADO<sup>10</sup>**

<sup>6</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Somente poderão ser remuneradas até quatro sessões extraordinárias por mês, desde que observadas as normas locais que regem a matéria, as quais consequentemente deverão estar ajustadas à norma constitucional (inciso V, artigo 29 da Constituição Federal).”

<sup>7</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A remuneração dos Vereadores há que ser fixada em cada legislatura para vigorar na seguinte (artigo 29, V, da C.F.). Portanto, a infringência deste preceito enseja a anulação da alteração que se introduzir na remuneração. Somente poderão ser remuneradas até quatro sessões extraordinárias no mês, desde que observadas as normas locais que regem a matéria, as quais, consequentemente, deverão estar ajustadas à norma constitucional.”

<sup>8</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A alienação de bens por Sociedade de Economia Mista à Fundação Pública deve efetivar-se mediante procedimento licitatório em conformidade com o artigo 86 do Decreto-Lei 2.300/86.

<sup>9</sup> Decreto-lei nº 2.300/86 – Revogado. Observar Lei nº 8.666/93 – artigo 9º, III.

<sup>10</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A remuneração do Deputado Estadual, base de cálculo, em alguns casos, para estabelecer a remuneração de Vereador, compreende todo e qualquer pagamento percebido em função do exercício do mandato parlamentar, incluído aí, o subsídio, a representação, auxílios, ajuda de custos e outros.”



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**017.** A organização das funções de fiscalização a serem exercidas pelo Legislativo (controle externo) e pelo Executivo (controle interno) devem ser normatizadas em legislação local obedecidos os princípios e preceitos constitucionais.

A legislação local que instituir as normas de controle externo poderá determinar a remessa do balancete mensal à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo.

Na existência de legislação local que determine a remessa de balancete mensal, compete ao Presidente adotar as medidas cabíveis para o seu cumprimento.

Origem: Câmara Municipal de Saleté

Processo nº: 15637/00

Parecer nº: DMU 12/90

Sessão: 01.08.1990

.....

**018.** É possível a concessão de diárias aos Vereadores quando em missão de representação ou a serviço da Câmara de Vereadores, bem como aos servidores quando a serviço fora da sede do Município, na forma prevista em lei que discipline a matéria.<sup>11</sup>

Origem: Câmara Municipal de Campo Erê

Processo nº: 16278/05

Parecer nº: DMU-13/90

Sessão: 22.08.1990

.....

**019.** Programas suplementares de alimentação e assistência à saúde prestada ao educando no ensino fundamental, deverão ser financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, não compreendidos entre aqueles de aplicação constitucional obrigatória em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra

Processo nº: 23.533/00

Parecer nº: DMU-032/90

Sessão: 12.11.1990

.....

**020.** REVOGADO<sup>12</sup>

.....

**021.** A Câmara Municipal, julgando pela rejeição das contas de Gestão Anual do Prefeito, deverá o seu Presidente, no prazo de sessenta dias, remetê-

<sup>11</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Poderão ser concedidas diárias aos Vereadores, através de lei municipal, quando em missão de representação ou serviço da Câmara de Vereadores. Também aos servidores poderão ser concedidas diárias, por lei municipal, para atendimento de despesas quando a serviço e em deslocamento para fora da sede do Município. São irregulares as despesas com combustíveis e lubrificantes de veículos estranhos à administração municipal.”

<sup>12</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 466. Texto Revogado: “A aplicação de receita de impostos em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, deve atender ao ensino em todos os graus regular ou ministrado pela via supletiva, amplamente considerada. As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino são aquelas que se façam dentro ou fora das instituições educacionais, cujas atividades estejam abrangidas pela legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sejam supervisionadas pelos competentes sistemas de ensino, entre outras citadas na legislação reguladora. Despesas com aquisição de maquinários agrícolas, desde que destinadas a atender a atividades curriculares de ensino regular, são consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino.”



las ao Ministério Público, para os devidos fins, em atendimento ao estabelecido no artigo 37, IV, da Lei Orgânica do Município de Monte Castelo. Poderá ainda, no caso presente, ser providenciada a remessa de cópia do processo ao Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para os fins que couber, em razão de ter sido apurado a ausência de habilitação para o exercício da profissão de Contabilista de quem assinou a escrita Contábil.

Origem: Câmara Municipal de Monte Castelo  
Processo nº: 22.642/00  
Parecer nº: DMU 24/90  
Sessão: 17.12.1990

022. REVOGADO<sup>13</sup>

023. Em sua competência de legislar sobre assuntos de interesse local, cabe ao Município decidir acerca de concessão de auxílio a entidades dedicadas à promoção de movimentos tradicionalistas, a exemplo dos CTGs, observados os princípios básicos estabelecidos na Constituição Federal, em seu artigo 30. Na concessão de auxílio às entidades tradicionalistas a Prefeitura deverá observar:

- a) legislação municipal dispondo sobre condições e requisitos para a sua concessão;
- b) autorização de crédito (orçamentário, suplementar), obedecida a classificação institucional, funcional - programática e econômica, instituída na Lei 4.320/64;

- c) atendimento às fases da despesa pública, notadamente quanto ao empenho, liquidação e pagamento.

Origem: Associação dos Municípios da Região do Contestado  
Processo nº: 25.207/02  
Parecer nº: DMU-002/91  
Sessão: 08.04.1991

024. A geração e distribuição de energia elétrica são monopólio da União, que poderá transferir a outrem a exploração desses serviços, mediante concessão.

Nesta condição, a responsabilidade pela transmissão, transformação e fornecimento de energia elétrica passa a ser da concessionária do serviço público.

Cabe ao Município a manutenção, através de retribuição pecuniária ao agente distribuidor, da iluminação pública prestada à comunidade.

Em casos excepcionais, os investimentos com obras de iluminação pública poderão ser assumidos pelo Município, quando, sendo de interesse da comunidade, ultrapassarem a capacidade de investimento da concessionária, mediante contrato assinado entre as partes, ficando o Município com o crédito, perante a distribuidora, do investimento realizado.

Origem: Prefeitura Municipal de Coronel Freitas  
Processo nº: 22.114/08  
Parecer nº: DMU 051/90  
Sessão: 04.09.90

<sup>13</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 205. Texto revogado: "Em conformidade com o artigo 9º, inciso II, da Constituição Federal é vedado a concessão, pelo Município, de auxílios financeiros de quaisquer espécie a entidades religiosas ou igrejas. Excepcionalmente, será possível a concessão de auxílio financeiro quando caracterizada, na forma de lei específica a colaboração visando a satisfação de interesse público."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**025.** No desempenho de suas atribuições constitucionais, a Câmara Municipal deve restringir suas funções às de normatização, fiscalização, controle e assessoramento ao Poder Executivo e à organização de seus serviços. Considera-se ingerência indevida do Legislativo, o desempenho de funções de competência do Executivo, como a de concessão de auxílio financeiro à entidade privada.

Origem: Câmara Municipal de Santa Cecília  
Processo nº: 0397/13  
Parecer nº: DMU-012/90  
Sessão: 22.04.1991

.....

**026.** É admissível a concessão de vale refeição a servidor público estadual, com fulcro no artigo 115, § 1º, inciso V, da Lei 6.745/85, com o devido empenhamento no item orçamentário 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais - DETER  
Processo nº: 05.543/16  
Parecer nº: DMU-036/91  
Sessão: 05.06.1991

.....

**027.** Os procedimentos para apreciação e julgamento de contas de gestão do Prefeito, pela Câmara Municipal, são aqueles definidos na Lei Orgânica do Município. A Lei Orgânica do Município, estabelecendo prazo para julgamento das contas e medidas decorrentes, quando vencido o prazo de julgamento, devem ser observadas essas providências pela Câmara Municipal. O não-cumprimento de disposições da Lei Orgânica do Município poderá ser motivo de reparação, mediante pro-

vidências a serem tomadas nas esferas administrativa, legislativa e judicial.

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Cecília  
Processo nº: 12.080/12  
Parecer nº: DMU-022/91  
Sessão: 05.06.1991

.....

**028.** A Câmara Municipal, tendo autonomia para a realização de suas despesas, deverá receber transferências de recursos financeiros periódicos, na forma de duodécimo ou de programação financeira de desembolso que vier a ser estabelecida. O duodécimo corresponde a 1/12 das dotações atribuídas à Câmara no Orçamento Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Iraceminha  
Processo nº: 21.455/02  
Parecer nº: DMU-003/91 Quesito nº 06  
Sessão: 24.06.1991

.....

**029.** A classificação funcional programática da despesa com programas que objetivem a ampliação de edifícios-escola, bibliotecas públicas, garagens municipais e outros, são classificadas, nos termos da Portaria SEPLAN Nº 9/74, como Projeto, por caracterizarem-se como um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto final que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do Governo.

Origem: Câmara Municipal de Forquilha  
Processo nº: 13.273/13  
Parecer nº: DMU-021/91  
Sessão: 01.07.1991

030. REVOGADO<sup>14</sup>

.....

031. Ao Prefeito Municipal, na condição de agente político, não cabe a aplicação da norma constitucional de gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (Constituição Federal artigo 7º inciso XVII).

Também não cabe ao Prefeito, pagamento em pecúnia de férias não gozadas, por ocasião do final do mandato, por não haver amparo legal. Lei Municipal que estabelecer gratificação de Natal a funcionários Municipais não tem alcance ao cargo de Prefeito, considerado agente político e não funcionário público.

O benefício de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais da remuneração, bem como, a de gratificação de Natal ou 13º salário, poderão ser estabelecidos ao Prefeito Municipal, no ato de fixação de sua remuneração, pela Câmara Municipal, a ser baixado no final de cada legislatura para vigorar na seguinte.

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Processo nº: 02.813/10  
Parecer nº: DMU-14/91  
Sessão: 03.07.1991

.....

032. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que for declarada a sua nulidade. Caso a efetivação do pa-

gamento resulte em prejuízo para o erário, justificar-se-á a indenização aos cofres públicos por aquele que deu causa à ação ou omissão contrária ao ordenamento jurídico.

Origem: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina  
Processo nº: 13.855/18  
Sessão: 31.07.1991  
Parecer nº: PG-365/91

.....

033. As despesas com transferências a Entidades por Município, para atendimento de cursos de natureza supletiva, somente poderão ser consideradas como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito das aplicações obrigatórias das receitas de impostos, nos termos do artigo 212, da Constituição Federal, quando as entidades promotoras tiverem suas atividades pertinentes reconhecidas pelo competente Conselho de Educação.

Origem: Prefeitura Municipal de Lages  
Processo nº: 06.944/10  
Parecer nº: DMU-019/91  
Sessão: 22.05.1991

.....

034. A realização de obras ou serviços de engenharia, pela Administração Municipal, poderá ser efetuada pelo regime de execução direta ou execução indireta.

<sup>14</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Na fixação da remuneração dos Vereadores deverá ser observado o preceituado na Constituição Federal, artigo 29, inciso V, na Lei Orgânica do Município e, em legislação local específica. Caso a remuneração dos Vereadores seja estabelecida com base na receita efetivamente arrecadada, para fins de cálculo desta exclui-se da receita total arrecadada, as provenientes de alienações, empréstimos, financiamentos, auxílios, convênios, receitas industriais, contribuição de melhoria e outras receitas que, de qualquer forma, traduzam ressarcimento de investimentos e os Restos a Pagar cancelados.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

As obras e serviços de engenharia, executada diretamente pela Administração ou no sistema de mutirão, terão a responsabilidade técnica da Prefeitura, a quem caberá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Na realização de obras e serviços de engenharia pelo regime de execução indireta, o contrato deverá ser firmado com profissional ou empresa registrada no Conselho de Engenharia, a quem caberá a Anotação de Responsabilidade Técnica.

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador

Processo nº: 18.475/11

Parecer nº: DMU-039/91

Sessão: 23.10.1991

.....

**035.** O décimo terceiro salário a ser pago ao funcionário público, nos termos do art. 7º, VIII, da Constituição Federal, em vigor, deve ser calculado com base na remuneração integral ou nos proventos de aposentadoria. A legislação municipal que dispuser diferentemente sobre o assunto em questão deixará de ser aplicada, por ter sido sobreposta pela norma constitucional que passa a prevalecer.

Quem tenha percebido pagamento de 13º salário, a partir da promulgação da Constituição Federal, calculado com base no vencimento do cargo ou função e não remuneração integral ou proventos de aposentadoria, tem direito de requerer pagamento de eventuais diferenças, observada a prescrição quinquenal, nas esferas administrativa ou judicial.

Origem: Prefeitura Municipal de Massaranduba

Processo nº: 19.052/10

Parecer nº: DMU-053/91

Sessão: 04.11.1991

**036.** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, para o exercício de dois cargos de Professor; de um cargo de Professor e um outro técnico ou científico; de dois cargos privativos de médico.

Pelo princípio da incompatibilidade, é proibido acumulações de empregos públicos, abrangendo inclusive a prestação de serviços.

É incompatível o exercício do cargo de Secretário Municipal ou de Diretor de Departamento, conjuntamente com outro cargo de médico, por ser o primeiro exercido por agente político, caracterizando, assim a acumulação indevida.

Origem: Câmara Municipal de Ascurra

Processo nº: 08.549/13

Parecer nº: DMU-048/91

Sessão: 04.11.1991

.....

**037.** A pensão especial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, item II, alínea “d”, *in fine* e 6º da Lei Estadual nº 3389, de 27 de dezembro de 1963, e alterações posteriores, pode ser concedida ao servidor ocupante de cargo em comissão acometido de doença incapacitante para o trabalho, provado nos termos da legislação própria; não se admite, contudo, a concessão de aposentadoria para o servidor nas mesmas condições. A observar, ainda, o preenchimento de todos os requisitos estabelecidos na lei mencionada. Válido o critério para a fixação do valor da pensão, igual ao da aposentadoria, nas mesmas condições de incapacidade para a atividade laboral devidamente apurada.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de SC

Processo nº: 22.923/00

Parecer nº: AT-089/90 e AT-103/90

Sessão: 06.11.1991

**038. REVOGADO<sup>15</sup>**

.....

**039.** Com relação aos recursos provenientes do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde deverá proceder, apenas, o lançamento no Sistema de Compensação de todas as transferências feitas ao Estado e sua distribuição às Prefeituras e Instituições Hospitalares, cujo resíduo remanescente passará a ser contabilizado como Receita Orçamentária, sendo, portanto, dispensada a apresentação da Prestação de Contas, a este Tribunal, no que concerne àqueles recursos.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
 Processo nº: 19.573/17  
 Parecer nº: DBB-900/91  
 Sessão: 16.11.1991

.....

**040.** Não existe qualquer impedimento legal para a cobrança, pelos Cartórios, de prestação de seus serviços, após a revogação da Lei Complementar nº 05/75, que estabelecia a isenção desses serviços aos Municípios.

As custas e emolumentos cartorários não são impostos, por isso, inaplicável à espécie o artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal; trata-se de pagamento por prestação de serviços dos órgãos auxiliares da justiça (Lei Estadual 5.624/79).

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
 Processo nº: 19.069/17  
 Parecer nº: DMU-045/91 Sessão: 10.02.1992

**041.** É incompatível o fornecimento de bens e serviços ao Município pela pessoa física do Prefeito ou por empresa de sua propriedade ou da qual seja sócio majoritário, segundo os princípios constitucionais expressos no artigo 37 da Constituição Federal. Subentende-se que:

- a) a incompatibilidade de contratação com o Município estende-se aos parentes, consangüíneos ou afins até o 3º grau, do Prefeito.
- b) desde que regularmente instituída, dispõe a Comissão Especial da Câmara Municipal de prerrogativa para requisitar cópias ou certidões de documentos relacionados à matéria em investigação:
  - os documentos originais devem ser examinados na repartição em que se localizem, sem retirada de livros e documentos.
  - a Prefeitura não pode impedir ou negar o exame dos documentos, dentro das condições citadas acima.
  - a retirada de documentos originais deve ser impedida pelo funcionário responsável, a quem será imputada originariamente, responsabilidade por eventual extravio, quando constatado.

Origem: Prefeitura Municipal de Galvão  
 Processo nº: 09.506/10 Parecer nº: DMU-085/91  
 Sessão: 11.03.1992

.....

**042.** O Poder Legislativo Municipal, no exercício das atribuições de fiscalização que lhes são conferidas

<sup>15</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "Enquanto inexistir lei complementar federal regulando a elaboração e organização do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do artigo 165, § 9º, da Constituição Federal, estarão os Municípios desobrigados de elaborar esses instrumentos de programação e execução orçamentária. Contudo, caso sejam aprovadas leis de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, o município as encaminhará ao Tribunal de Contas, no prazo estabelecido conforme dispõe o artigo 10, inciso IV, da Resolução nº TC-06/89, de 17.05.89, para fins de consideração no exame das contas respectivas."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

pela Constituição e pelas leis, poderá contratar serviços de auditoria independente para fazer verificações, levantamentos ou acompanhamentos das contas do Prefeito, incluídas aí as da própria Câmara Municipal, reforçando o auxílio emprestado pelo Tribunal de Contas, no exercício da fiscalização.

Não poderá o Prefeito, sob pena de responsabilidade, negar a liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive dos créditos suplementares e especiais, atribuídos à Câmara Municipal.

A suplementação de dotações e os créditos especiais necessários à Câmara Municipal serão concedidos dentro das disponibilidades de recursos, obedecidos o disposto no artigo 167 da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa  
Processo nº: 13.679/19  
Parecer nº: DMU-05/92  
Sessão: 16.03.1992

.....

**043.** É incompatível a participação de Vereador em comissão de licitação de órgãos integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo, por caracterizar o exercício de atividades executivas, não próprias de membros do Poder Legislativo.

Origem: Prefeitura Municipal de São Joaquim  
Processo nº: 12.396/19  
Parecer nº: DMU-082/91  
Sessão: 25.03.1992

**044.** O Adicional por Tempo de Serviço pode ser concedido no âmbito do serviço público municipal, desde que previsto em Lei.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Processo nº: 13.663/19  
Parecer nº: DMU-03/92  
Sessão: 25.03.1992

.....

**045.** A concessão de assistência médica a vereadores pelo Município é irregular, por constituírem cargos que representam mandato popular, desvinculados, portanto, da administração pública por relação funcional ou hierárquica.

Origem: Câmara Municipal de Otacílio Costa  
Processo nº: 13.894/16  
Parecer nº: DMU-02/92  
Sessão: 15.04.1992

.....

**046.** REVOGADO<sup>16</sup>

.....

**047.** Não pode o Legislativo Municipal desconsiderar todo o planejamento de governo, e, através de emenda reduzir o total da proposta orçamentária em 50%, sem discriminar os itens, uma vez que no Orçamento Anual a discriminação dos créditos orçamentários deve ser em termos de programas a executar e vinculados, no mínimo, à despesa.

<sup>16</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Mediante lei, compete ao Município conceder assistência à saúde a seus servidores estatutários, em caráter geral, por meio de participação dos custos, e de filiação obrigatória à instituição pública ou privada conveniada. A vinculação à instituição pública ou privada de Previdência Social estranha à administração municipal se fará atendendo-se às determinações do Decreto-Lei 2.300/86 e à execução da despesa pública.”



Origem: Prefeitura Municipal de União do Oeste  
 Processo nº: 00380/24  
 Parecer nº: COG-062/92  
 Sessão: 22.04.1992

048. É facultado às Prefeituras Municipais efetuarem aplicações financeiras no mercado aberto, inclusive de recursos recebidos decorrentes de convênios, acordos, auxílios, bem como de transferências resultantes de participações em tributos estaduais e federais, vinculados ou não, desde que atendam às seguintes condições:

- a) existência de autorização legislativa prévia;
- b) se restrinjam a recursos em disponibilidade e não comprometidos no período de aplicação;
- c) sejam realizadas em instituição financeira do Estado ou da União e mediante lastro em títulos públicos;
- d) não venham interferir ou prejudicar a execução orçamentária e o cumprimento das obrigações financeiras do Município;
- e) os rendimentos decorrentes das aplicações serão creditados nas contas a que se referem e serão contabilizados como receitas patrimoniais;
- f) os rendimentos sejam aplicados exclusivamente nos fins para os quais tenham sido repassados os respectivos recursos;
- g) sejam mantidos registros permanentes, claros e específicos sobre cada operação.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Processo nº: 11.263/85  
 Parecer nº: AT/CF 034/89  
 Sessão: 15.05.89

049. Os Fundos são criados por Lei e regulamentados por Decreto.

O ordenador de despesa do Fundo deve ser o seu Administrador.

O Fundo deverá possuir escrita contábil própria, que poderá estar sob a responsabilidade técnica do contabilista do Município, observada a proibição constitucional de acumulação remunerada de cargo público.

A Constituição veda a vinculação de impostos a Fundo, podendo haver, no entanto, a vinculação de outros tributos ou receita.

Os recursos que o Município destinar ao Fundo deverão estar autorizados no orçamento municipal e serão liberados mediante empenhamento como despesa, através do processo de execução da despesa.

Os recursos destinados ao Fundo são autorizados na própria lei de criação e serão liberados mediante programação constante de seu plano de aplicação.

As transferências a entidades privadas, a serem feitas pelo Fundo, a título de subvenções sociais, contribuições correntes, auxílios e/ou contribuições para despesas de capital devem ser autorizadas em lei, geral ou específica, conforme o caso.

Os Fundos deverão atender às normas de licitação determinadas pelo Decreto-lei nº 2.300/86, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.348/87 e Decreto-lei nº 2.360/87.<sup>17</sup>

Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, os saldos disponíveis dos Fundos, apurados em balanço, transferem-se para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Os Fundos não possuem quadro de pessoal próprio, devendo utilizar-se daqueles servidores que são colocados à sua disposição. O pagamento da folha de pessoal poderá ficar a cargo do Fundo, desde que prevista em orçamento e no Plano de Aplicação.

<sup>17</sup> Decretos-leis nºs 2.300/86, 2.348/87 e 2.360/87 – Revogados. Observar Lei nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

As normas para prestação de contas dos Fundos Municipais ao Tribunal de Contas estão consubstanciadas nas determinações da Resolução nº TC-06/89<sup>18</sup>, de 17.05.89, especificamente nos artigos 11 e 37 a 44.

Origem: Fed. Catar. de Associações de Municípios  
Processo nº: 18.399/18 Parecer nº: DMU-01/92  
Sessão: 04.05.1992

.....

**050. REVOGADO<sup>19</sup>**

.....

**051. REVOGADO<sup>20</sup>**

.....

**052.** É perfeitamente legal a aplicabilidade do índice de reajuste contido no artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Criciúma, promulgada em 05.07.90, para os contratos firmados após a sua promulgação, desde que esteja expressamente previsto no contrato a hipótese de reajuste ou atualização monetária.

Para os contratos anteriores deverão ser observadas e respeitadas as cláusulas contratuais pertinentes.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Processo nº: 04.265/20 Parecer nº: COG-143/92  
Sessão: 01.06.1992

.....

**053.** Pode a Prefeitura de Faxinal dos Guedes aceitar estagiários, mediante termo de compromisso firmado entre a Administração Municipal e o estudante, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.

A relação de compromisso entre a Prefeitura e o estudante estagiário não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício.

Fica a critério da Administração Municipal fixar o valor da bolsa-auxílio, não devendo, entretanto, ser superior ao menor vencimento da escala padrão a fim de não causar nenhum demérito aos demais servidores.

Origem: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Processo nº: 00313/21 Parecer nº: COG-054/92  
Sessão: 08.06.1992

.....

**054. REVOGADO<sup>21</sup>**

<sup>18</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

<sup>19</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “É facultado à Administração Municipal, dada a sua autonomia administrativa e financeira, a realização de despesas com a complementação de aposentadorias de servidores regidos pela CLT, mediante prévia autorização legislativa, desde que observadas as implicações de ordem de recursos financeiros e orçamentários.”

<sup>20</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 375. Texto Revogado: “Enquanto não for instalado o novo Município, os órgãos competentes das Prefeituras dos Municípios que lhes deram origem, farão em separado, a administração e a contabilidade de sua receita e despesa, obedecidos o que preceitua a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 29, de 21.06.90 e suas alterações, e o disposto nos artigos 62 a 71 da Resolução TC-06/89 de 17.05.89.”

<sup>21</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: “Cabe ao Administrador Municipal, na qualidade de gestor dos recursos transferidos, dar cumprimento ao estabelecido no objeto do convênio, desobrigando-se das vinculações pretendidas pela entidade repassadora dos recursos. Observando, ainda, no presente caso, que os recursos transferidos correm a conta do elemento de Despesa de Custeio e não de Transferências Correntes, conforme consta na Cláusula Segunda do Termo de Convênio.”



**055.** Os contratos por prazo determinado terão a duração máxima de dois anos, podendo ser prorrogados uma única vez, desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse a dois anos.

Somente após seis meses do término do primeiro contrato por prazo determinado, é que outro poderá ser firmado com as mesmas partes.

Origem: SAMAE de Herval do Oeste  
Processo nº: 03.652/20 Parecer nº: COG-160/92  
Sessão: 06.07.1992

.....

**056.** Em face da inabilitação dos licitantes, é lícita a hipótese de aquisição de combustíveis, mediante dispensa de licitação, consoante o disposto no inciso VI do artigo 22, do Decreto-Lei 2.300/86, mantidas as condições estabelecidas no instrumento convocatório inicial.<sup>22</sup>

A realização de licitação através da modalidade Convite, não exime a Administração Pública de verificar, para todos os efeitos, a idoneidade dos licitantes antes da contratação.

A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, não poderá contratar com o Poder Público (§ 3º do artigo 195, da C.F.).

Origem: Prefeitura Municipal de Correia Pinto  
Processo nº: 02.822/27  
Parecer nº: COG-202/92  
Sessão: 12.08.1992

.....

**057.** Quando não acudirem interessados à licitação anterior, por duas vezes consecutivas, é lícita

a a hipótese de alienação com dispensa de licitação, desde que esta não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração, consoante o disposto no artigo 22, inciso VI, do Decreto-Lei 2.300/86, mantidas as condições estabelecidas no instrumento convocatório inicial<sup>23</sup>.

A dispensa de procedimento licitatório deverá ser devidamente justificada e submetida à autoridade superior para ratificação, para que o contrato possa ser celebrado, consoante o artigo 24, do Decreto supramencionado.

Origem: Banco do Estado de Santa Catarina - BESC  
Processo nº: 13.435/92  
Parecer nº: COG-298/92  
Sessão: 09.09.1992

.....

**058.** O artigo 3º da Lei nº 5.254/76, alterado pela Lei nº 7.548/89, não autoriza a concessão de gratificação; somente autoriza o Secretário de Estado da Saúde a dispor dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, para pagamento de gratificações específicas anteriormente autorizadas.

Poderá o Secretário de Estado da Saúde conceder, aos seus servidores, gratificação pelo desempenho de atividade especial com base no artigo 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745/85, desde que devidamente regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Processo nº: 13.217/22  
Parecer nº: COG-304/92  
Sessão: 16.09.1992

<sup>22</sup> Decreto-lei nº 2.300/86 – Revogado. Observar Lei Federal nº 8.666/93.

<sup>23</sup> Decreto-lei nº 2.300/86 – Revogado. Observar Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

### 059. REVOGADO<sup>24</sup>

.....

**060.** Os documentos contábeis deverão permanecer arquivados pelos Órgãos e Entidades Públicas, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da publicação de decisão definitiva ou terminativa, no Diário Oficial do Estado, prolatada pelo Tribunal de Contas, cujo aresto lhe diga respeito.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC  
Processo nº: 10.120/29 Parecer nº: COG-353/92  
Sessão: 14.10.1992

.....

**061.** O Decreto Federal nº 30/91 não tem o condão de inanimar a ação do Estado, no atendimento de seus legítimos interesses, uma vez observado o regramento fundamental a que está submetido. Sendo, portanto, admissível a realização de licitação internacional com julgamento das propostas constituindo-se do tipo técnica e preço, conferindo a cada um dos fatores peso diferenciado, na hipótese, 0,7 para nota técnica e 0,3 para a do preço, resultando em média ponderada, na qual o preço está situado em patamar secundário.

Origem: Secretaria de Estado dos Transportes e Obras  
Processo nº: 08.104/28 Parecer nº: COG-219/92  
Sessão: 21.10.1992

.....

### 062. REVOGADO<sup>25</sup>

.....

**063.** Na ausência da Lei Municipal que estabeleça o procedimento a ser aplicado para o ressarcimento de valores pagos indevidamente, poderá a Administração Municipal adotar, a seu critério, observados os princípios gerais da Administração, a forma de reposição de valores praticada pelo Estado ou pela União.

O primeiro impõe que a reposição pecuniária seja parcelada, não podendo a parcela exceder à décima parte dos vencimentos. O segundo, vai além, exigindo, ainda, a atualização monetária dos valores a serem repostos.

Origem: Prefeitura Municipal de Água Doce  
Processo nº: 16.573/21 Parecer nº: COG-411/92  
Sessão: 03.11.1992

.....

### 064. REVOGADO<sup>26</sup>

<sup>24</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “De 1º de junho a 23 de julho de 1992, a homologação de concurso público, bem como a prática dos demais atos elencados no artigo 29, da Lei Federal nº 8.214/92, não estão sujeitos a quaisquer restrições. De 24 de julho a 31 de dezembro de 1992, a prática de tais atos é vedada, com exceção daqueles mencionados no § 1º do artigo 29 da referida Lei.”

<sup>25</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 444. Texto Revogado: “Poderá a Secretaria de Estado da Saúde proceder à contratação de profissionais especializados para a execução de programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, diretamente, mediante dispensa de licitação, desde que o mesmo se enquadre nos pressupostos estabelecidos pelo artigo 23, e seu inciso II, ou seja: se houver inviabilidade de competição, se o serviço for de natureza singular; e, se os profissionais ou empresas a contratar forem de notória especialização.”

<sup>26</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Inexiste óbices para negociar a redução do preço, por ocasião da celebração do contrato desde que todos os atos anteriores tenham resguardado o direito de competir em igualdade de condições.”

**065.** 1. As requisições promovidas pela Justiça Eleitoral, com fundamento na Lei Federal nº 6.999, de 07 de junho de 1982, aplicam-se exclusivamente aos servidores da Administração Direta e das autarquias estaduais e municipais.

2. A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC não está sujeita aos ditames da Lei nº 6.999/82, cabendo à CODESC solicitar ao Tribunal Regional Eleitoral o ressarcimento das despesas com remuneração e encargos sociais dos servidores à disposição da Justiça Eleitoral, salvo para prestação de serviços em dias de eleição (Lei nº 4.737/65, art. 120), ou determinar o retorno do servidor à origem.

3. A cessão de servidores de empresas de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, de qualquer esfera administrativa, somente se deve operar com o compromisso da entidade cessionária em promover o ressarcimento à entidade cedente das despesas com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, para não caracterizar desvio de finalidade para a qual foi criada a entidade e preservar os interesses dos acionistas minoritários.

Os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes devem atentar para a circunstância das despesas relati-

vas ao ressarcimento de remuneração e encargos de servidores recebidos à disposição integrarem a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou Órgão constitucional, para fins de verificação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00.<sup>27</sup>

Origem: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC

Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha

Processo nº: 19.592/20

Parecer nº: COG-492/92

Sessão: 07.12.1992

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00390900

Parecer nº: COG-481/01

Decisão nº: 3008/01

Sessão: 19.12.2001

Item 3

Processo nº: 01/01590296

Parecer nº: COG-591/01

Decisão nº: 2970/01

Sessão: 17.12.2001

.....

**066.** Pode a Secretaria de Estado da Saúde utilizar a Companhia Aérea VARIG S/A como intermediária para aquisição de medicamentos no exterior.

<sup>27</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Resolvidas as condições relacionadas ao ônus decorrente das cedências, inexistente vedação para que os órgãos da administração indireta do Estado promovam cedência para outros órgãos ou esferas de governo. O artigo 104 da Lei 8.245/91, não se aplica para cedências de servidores em geral. Trata-se de norma para atender situações especificadas. Ausente outro disciplinamento, inclusive, consultados os instrumentos que constituem as instituições, além do regramento disposto na Lei nº 8.245/91, ao qual se submetem, deverá ser observado o disposto no artigo 18, § 1º, da Lei nº 6.745/85. Aplicam-se no que couber, as diretrizes do Decreto Estadual nº 2.920/92, que informa o modo de pagamento de servidores cedidos. Atentar para a Resolução nº 06/81, do Conselho de Política Financeira do Estado, artigo 18, que dispõe sobre a matéria. Considerando a reserva de poder outorgada ao Chefe do Executivo Estadual, atos individuais poderão dar trato específico às cedências, conforme prevê a legislação. Diante dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, incluídas as sociedades de economia mista, não devem ser assumidos ônus para o erário, sob pena de responsabilização.”*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A comprovação das referidas despesas poderá ser realizada mediante recibo, onde constam os dados indispensáveis para identificar a origem da despesa, o credor, e demais elementos, a fim de suprir a ausência da Nota Fiscal.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Processo nº: 14.125/23  
Parecer nº: COG-385/92  
Sessão: 16.12.1992

.....

**067.** É possível a centralização de adiantamentos de recursos, desde que os pagamentos sejam efetuados pelo responsável ou em seu nome.

Origem: Tribunal de Justiça  
Processo nº: 11.350/23  
Parecer nº: COG-406/92  
Sessão: 23.12.1992

.....

**068.** Sobre a licitude de servidor público exercer cumulativamente mandato eletivo de Vereador:

A hipótese é perfeitamente viável e legal, uma vez que enquadrada nos ditames do artigo 38 da Constituição Federal.

Quanto à percepção cumulativa das respectivas remunerações, o dispositivo constitucional assegura explicitamente essa possibilidade, desde que haja compatibilidade horária entre o exercício de um e outro cargo.

Procedência da opção pela remuneração mais conveniente.

A mesma norma constitucional estabelece que, não ocorrendo compatibilidade horária, o servidor deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, podendo optar pela remuneração deste (cargo, emprego ou função pública), ao exercer o mandato de Vereador.

Origem: Prefeitura Municipal de Capinzal  
Processo nº: 18.113/20  
Parecer nº: COG-507/92  
Sessão: 10.02.1993

.....

**069.** O servidor público quando investido no mandato de Vereador pode permanecer no exercício de suas funções, desde que haja compatibilidade de horários (artigo 38, inciso III, da C.F.).

O servidor público quando for investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo conforme dispõe o inciso III do artigo 38 da Constituição Federal. A regra inserta no artigo 17, incisos I e II, alínea “b”, da Lei Orgânica do Município, aplica-se aos Vereadores que à época da expedição do diploma não eram servidores públicos.

É admissível o vereador exercer a vereança e simultaneamente ser ocupante de cargo comissionado no âmbito do Governo Estadual, percebendo cumulativamente a remuneração do mandato e os vencimentos do cargo, desde que haja compatibilidade de horários.<sup>28</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Mondaí  
Processo nº: 02.563/31      Parecer nº: COG-043/93  
Sessão: 13.10.1993

<sup>28</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 337. Redação inicial: “Um suplente à Vereança, ocupante de cargo comissionado, se investido no mandato de Vereador, poderá permanecer no exercício de suas funções, percebendo as respectivas vantagens sem prejuízo dos subsídios a que faz jus no cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.”

**070.** Aquisição de imóvel por Sociedade de Economia Mista poderá processar-se mediante os institutos jurídicos da compra, permuta, doação, dação em pagamento, ou compulsoriamente por desapropriação ou, ainda, por força de lei.

Origem: Companhia de Urbanização e Desenvolvimento de Tubarão  
Processo nº: 13.207/26  
Parecer nº: COG-045/93  
Sessão: 08.03.1993

.....

**071.** É devida a atualização monetária de dívidas do Município a partir do dia do vencimento até a data de sua liquidação, com suporte na Lei Orgânica Municipal.

Por liquidação deve entender-se o pagamento, o resgate ou o cumprimento da obrigação conforme conceituado na Lei Federal nº 4.320/64.

A atualização monetária relativa ao exercício em curso será considerada como despesa desse mesmo exercício. A resultante de dívidas de exercícios anteriores será lançada à conta de despesas de exercícios anteriores.

Origem: Prefeitura Municipal de Fraiburgo  
Processo nº: 10.756/32  
Parecer nº: COG-400/93  
Sessão: 11.08.1993

.....

**072.** Não contemplando o orçamento anual do Município crédito orçamentário à realização dos

Jogos Abertos, poderá o Executivo Municipal, observada a existência de recursos e autorização específica em lei, abrir, mediante decreto, o necessário crédito especial.

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Processo nº: 03.595/30  
Parecer nº: COG-086/93  
Sessão: 10.03.1993

.....

**073.** REVOGADO<sup>29</sup>

.....

**074.** O repasse de recursos financeiros pela Prefeitura Municipal à Câmara de Vereadores sob a forma de suprimentos implica em que a Câmara pos-sua serviço interno para o empenhamento, contabilização e pagamento das despesas por ela efetuada. À vista da inexistência deste órgão interno, faz-se necessário a adoção de procedimento diverso, incumbindo assim, ao executivo municipal a efetuação do empenhamento, contabilização e pagamento das despesas realizadas no âmbito do Legislativo.

Origem: Prefeitura Municipal de Laguna  
Processo nº: 13.717/20  
Parecer nº: COG-511/93  
Sessão: 22.03.1993

.....

**075.** A proporcionalidade das responsabilidades em termos de aplicações em obras públicas e ser-

<sup>29</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da Resolução nº 16/94 . Texto revogado: “A prestação de contas relativa à alimentação de detentos deve ater-se aos termos da Resolução nº TC-06/89, sendo inviável a sua comprovação mediante demonstrativo nominal de presos denominado Controle de Alimentação.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

viços realizados na área desmembrada será transferida para aqueles criados ou acrescidos, e sua fixação se fará mediante comum acordo. Não havendo acordo, a Lei Complementar Estadual nº 29/90 prevê que a fixação de proporcionalidade dos encargos deverá ser estabelecida por peritos indicados pela Câmara.

Persistindo a divergência caberá ao Tribunal de Contas do Estado dirimir o dissídio, mediante pedido devidamente formalizado, ou então, resta, pois, recorrer à esfera judiciária, se for o caso.

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Processo nº: 18.285/25

Parecer nº: COG-023/93

Sessão: 22.03.1993

.....

**076. REVOGADO<sup>30</sup>**

.....

**077.** A Câmara Municipal, no que concerne à verificação de suas contas, deverá prestá-las a par do

controle interno exercido pelo órgão específico ao Tribunal de Contas do Estado.

A responsabilização pelas contas da Câmara Municipal será atribuída ao seu Presidente se adotada a forma de suprimento; será imputada ao Chefe do Executivo do Município quando o empenhamento, a contabilização e o pagamento das despesas forem realizados pelos serviços internos da Prefeitura Municipal. Na hipótese de o empenhamento, contabilização e o pagamento das despesas da Câmara de Vereadores serem realizados pelos serviços internos da Prefeitura Municipal, aquela deverá atender solicitação de envio de documentos formulada por esta.<sup>31</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

Processo nº: 11.026/21

Parecer nº: COG-042/93

Sessão: 17.03.1993

.....

**078. REVOGADO<sup>32</sup>**

.....

**079. REVOGADO<sup>33</sup>**

<sup>30</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: “O Decreto Legislativo 002/92, confrontando a dicção do inciso IV, do artigo 7º, da Constituição Federal (veda a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim), tem patenteado a sua inconstitucionalidade, não se prestando, destarte, para estabelecer o subsídio e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.”

<sup>31</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, por conflitar com os artigos 31 da Constituição Federal e 113 da CE. Redação inicial: “[...] formulada por esta. Caso o controle interno seja feito pela própria Câmara, situação em que deverá dispor de serviços de tesouraria e de contabilidade, a obrigação de apresentação de documentos inexistente.”

<sup>32</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 238. Texto revogado: “Os comprovantes da despesa estão normatizados na Seção II, do Capítulo V, da Resolução TC-06/89, desta Corte de Contas, sendo o recibo documento hábil para evidenciar gastos do Poder Público. Pode a Prefeitura comprovar o recebimento de serviços sujeitos à tributação, inclusive gerando receitas oriundas do ISS, através de Nota Fiscal Avulsa por ela mesmo fornecida ou por intermédio de um de seus órgãos, em se tratando de pessoa jurídica.”

<sup>33</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Pode o Município, pessoa jurídica de direito interno, doar bens imóveis, mediante prévia avaliação, especificação do bem e lei autorizadora que estabeleça as condições do bem a ser doado. (Doação de área de terra pelo Município ao CDL).”



**080.** É possível a abertura de conta em Agência Bancária sediada fora dos limites do Município para os fins de cobrança de tributos, desde que não implique em despesas adicionais, tais como: transportes, telefone, entre outras, para fazer a movimentação bancária, ou desde que esta, examinada a relação custo-benefício, comprovadamente, este supere àquele.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapema  
 Processo nº: 04.085/30  
 Parecer nº: COG-100/93  
 Sessão: 05.04.1993

#### 081. REVOGADO<sup>34</sup>

**082.** Conforme preceitua o artigo 54, inciso I, da Lei Maior e artigo 43, inciso I, da Constituição do Estado é vedado aos Deputados, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, o que não se constitui no caso presente.

A transferência do bem de propriedade de Deputado para terceiros, para posterior transação com o Município é mero artifício para burlar a legislação pertinente. Permanece a vedação do artigo 54, da Lei Maior e 43, da Constituição do Estado. Não se modificou, pois, no caso sob exame, o impedimen-

to consagrado nos textos constitucionais que procuram resguardar o caráter ético e moral das operações comerciais promovidas pelo agente público.

Origem: Câmara Municipal de Xaxim  
 Processo nº: 0409A/30  
 Parecer nº: COG-084/93  
 Sessão: 12.04.1993

**083.** Princípios de direito público expressos na Constituição Federal, artigo 37, e pela doutrina, são contrários à celebração de negócios, pelo Município, com a única Farmácia localizada neste âmbito, de propriedade do Prefeito Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de União do Oeste  
 Processo nº: 01489/38  
 Parecer nº: COG-085/93  
 Sessão: 14.04.1993

**084.** A comprovação de inexistência de débito com a Seguridade Social para fins de contratação com o Poder Público deve ser feita através de Certidão Negativa de Débito, conforme disposto no artigo 195, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91.

Origem: Prefeitura Municipal de São José do Cedro  
 Processo nº: 09200/37  
 Parecer nº: COG-193/93  
 Sessão: 18.08.1993

<sup>34</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, por contrariar o artigo 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93. Texto revogado: "A participação de empresas não cadastradas nos registros de órgãos e entidades governamentais encontra-se vedada em face do disposto no § 2º, do artigo 20, do Decreto-Lei 2.300/86. Visando à tomada de preços, a contratação do licitante que oferecer a proposta mais vantajosa à Administração Pública, não cabe indagar quanto aos supostos prejuízos que podem advir de tal proibição."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**085.** São irregulares as despesas com locação de imóveis, para ocupação de órgãos estranhos à administração municipal, ou ainda, que beneficiem direta ou indiretamente qualquer pessoa física.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Processo nº: 05797/34  
Parecer nº: COG-119/93  
Sessão: 19.04.1993

.....

**086.** A Lei Municipal nº 1.673/90, que instituiu o regime jurídico único, transformou em cargos os empregos ocupados por servidores municipais admitidos através de concurso público. Desta forma, os servidores celetistas que preencherem os requisitos previstos no seu artigo 211, passam a ser estatutários, sendo juridicamente perfeita a alteração prevista na Lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Processo nº: 05.004/37      Parecer nº: COG-107/93  
Sessão: 19.04.1993

.....

**087.** Somente após a aprovação do orçamento poderá o município realizar despesas e assumir encargos que impliquem em gastos públicos. No interregno entre a instalação do Município e a aprovação da Lei de estrutura administrativa, havendo necessidade urgente de pessoal para suprir esse período de transição, atendidas as condições estabelecidas na Constituição Federal, artigo 37, inciso IX, poderá a administração realizar contratação de serviço temporário. A fixação da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do município emancipado deverá ser fixada em critérios estabelecidos em legislação local, observado o estabelecido na Constituição Federal, artigo 27, § 2º (Emenda Constitucional 01/92) e artigo 29, inciso V.

Tratando-se de Município recém instalado, o Quadro Demonstrativo da evolução da Receita e Despesa omitirá dados de exercícios anteriores, por não serem pertinentes a suas receitas e despesas próprias. O Quadro Demonstrativo para apuração do excesso de arrecadação considerará a receita prevista e a arrecadada no exercício, por inexistir arrecadação anterior. A Constituição Federal contém disposições relativas à elaboração orçamentária que revogam as do Decreto-Lei 1.875/81, dentre as quais estabelece o orçamento-programa como instrumento de previsão orçamentária das administrações públicas.

Origem: Prefeitura Municipal de Bombinhas  
Processo nº: 19.577/24  
Parecer nº: COG-093/93  
Sessão: 03.05.1993

.....

**088.** No âmbito da Administração Pública permite-se o contrato de comodato, quando esta figura na relação contratual como comodatária, sendo desnecessária a autorização legislativa.

O comodato não se presta para instrumentalizar a transferência da posse de bens entre órgãos e entidades públicas.

Apesar da omissão verificada na Lei Orgânica do Município de Joinville quanto à necessidade de autorização legislativa para efetuar a cessão de uso, de forma diversa, a Carta Magna Estadual e a doutrina indicam esta exigência, sobretudo, quando os contratantes pertencem a entidades diferentes.

A transferência de bem público para um particular poderá ser feita através da concessão de uso ou da concessão de direito real de uso, dependendo ambas as modalidades de autorização legislativa e de processo licitatório.



Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
 Processo nº: 06.575/30 Parecer nº: COG-133/93  
 Sessão: 05.05.1993

.....

**089.** Os Vereadores, na qualidade de agentes políticos, não gozam dos benefícios assegurados aos servidores públicos.

Nesse sentido, qualquer programa de assistência médica, que ampare os Vereadores e seus familiares, deverá correr à conta de recurso extra-orçamentário para o seu custeio, com base nas contribuições dos beneficiários.<sup>35</sup>

Origem: Câmara Municipal de Indaial  
 Processo nº: 05.975/38 Parecer nº: COG-125/93  
 Sessão: 15.05.1993

.....

**090.** São irregulares os dispêndios decorrentes de aquisição de passes escolares, laboratórios, remédios, combustíveis (quando não possui veículo), hospitais, funeral, refeições, e serviços de transporte, quando efetuados pela Câmara Municipal por serem estranhos a sua competência institucional.

Origem: Câmara Municipal de Laguna  
 Processo nº: 03.357/38 Parecer nº: COG-040/93  
 Sessão: 29.03.1993

**091.** Os bens de uso comum do povo após a sua entrega ao domínio público não serão contabilizados, inventariados ou avaliados. Os bens de uso especial e dominial são contabilizados, inventariados e avaliados conforme as normas estabelecidas na Lei 4.320/64, entre as quais o atendimento à classificação contábil do anexo XIV.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
 Processo nº: 04.635/31 Parecer nº: COG-102/93  
 Sessão: 17.05.1993

.....

**092.** REVOGADO<sup>36</sup>

.....

**093.** Podem os Municípios aplicar parte das receitas resultantes de impostos, nos termos do artigo 212, da C.F., em programas suplementares de transporte escolar.

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Oeste  
 Processo nº: 06.571/31 Parecer nº: COG-137/93  
 Sessão: 26.05.1993

.....

**094.** Desde que inexistentes vedações na Lei Orgânica ou em Lei Ordinária, é legal o Município adquirir bens e serviços de empresas de que sejam pro-

<sup>35</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Redação inicial do 2º parágrafo: “[...]deverá prever a fonte de recurso extraordinário[...]”

<sup>36</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A dispensa de aprovação em concurso público para a investidura nos cargos, dos servidores atingidos pela Lei Municipal nº 1.702/90, só procede quando o servidor for estável, ou quando já tenha sido aprovado em competitório anterior que observou os princípios contidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal. Os mandamentos constitucionais pertinentes à instituição do regime jurídico único não exime o servidor estável (artigo 19 - ADCT), da aprovação em concurso público para fins de efetivação, entretanto, a inobservância daquelas regras é freqüente nas demais legislações instituidoras do regime jurídico único, com poucas exceções, o que lhe atribui traços de matéria controversa.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

prietários o sogro e o conchunhado do Prefeito Municipal, obedecidos o processo de despesa pública.

Origem: Prefeitura Municipal de Massaranduba  
Processo nº: 08.144/31 Parecer nº: COG-154/93  
Sessão: 09.06.1993

.....

**095.** A implantação do Sistema Único de Saúde não veda a utilização de entidades autárquicas para o desenvolvimento de atividades nessa área, posto que caracteriza uma forma de execução direta deste serviço, sendo desnecessária a extinção de tais entes.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Processo nº: 07.755/33 Parecer nº: COG-141/93  
Sessão: 16.04.1993

.....

**096.** As despesas dos exercícios anteriores pertencem ao exercício em que foram legalmente empenhadas. As receitas e despesas que não tiverem sido arrecadadas ou pagas no encerramento do exercício são transferidas para o orçamento do exercício seguinte.

Em decorrência, as despesas empenhadas com manutenção e desenvolvimento do ensino provenientes de exercícios anteriores são consideradas para aplicação no percentual de 25% da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, como dispõe o artigo 212, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará  
Processo nº: 09.316/32 Parecer nº: COG-292/93  
Sessão: 09.06.1993

**097. REVOGADO<sup>37</sup>**

.....

**098.** A utilização pelo Prefeito Municipal da anterior gestão, de recursos orçamentários da Câmara Municipal para suplementação sem autorização legislativa caracteriza infração aos artigos 167 da Constituição Federal e 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Em consequência são consideradas nulas as despesas empenhadas no exercício de 1992 à conta dos créditos anulados sem autorização legal.

Compete à atual Administração responsabilizar o Ordenador Primário das despesas empenhadas irregularmente, abrindo crédito especial à Câmara Municipal, observada a vedação constante do artigo 167, inciso I, da Constituição Federal, até o limite das despesas ou do crédito anulado.

Origem: Prefeitura Municipal de Praia Grande  
Processo nº: 01.327/30 Parecer nº: COG-288/93  
Sessão: 07.07.1993

.....

**099.** Nos termos da Lei Orgânica do Município de Vidal Ramos, artigo 18, inciso I, alínea “a”, não poderá o Vereador, sob pena de perda do mandato, firmar contrato com o Município e suas entidades, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Não poderá o Município adquirir bens e serviços de empresa em que o Prefeito participe como proprietário, controlador, diretor ou nela exerça função remunerada, nos termos do artigo 58, inciso I e V, da Lei supramencionada.

<sup>37</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O Presidente da Câmara, em licença para tratamento de saúde, faz jus ao pagamento dos subsídios fixos e da verba de representação, como se estivesse no efetivo exercício do cargo, em conformidade com o artigo 38, inciso I, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Porto União.”

Origem: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
 Processo nº: 1.051A/32 Parecer nº: COG-289/93  
 Sessão: 07.07.1993

102. REVOGADO<sup>38</sup>

100. A acumulação de cargo envolvendo o de Vice-Prefeito e o de comissionado de Diretor de Indústria e Comércio, no caso em tela, é vedado ante o artigo 61, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Porto União.

103. Deve a municipalidade ao devolver as quantias recebidas a maior ou indevidamente, relativas a tributos, fazê-lo com acréscimo de Correção Monetária nos padrões e pelos índices concedidos pela própria Administração.

Não incidem juros de mora, no caso em tela, por não se tratar de inadimplemento obrigacional caracterizador de uma penalização à Administração.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
 Processo nº: 10.302/30 Parecer nº: COG-312/93  
 Sessão: 07.07.1993

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Processo nº: 11.257/37  
 Parecer nº: COG-325/93  
 Sessão: 19.07.1993

101. As despesas com a aquisição de um veículo microônibus, equipado com gabinete médico e odontológico, visando atendimento exclusivo aos alunos da rede municipal de ensino, bem como a sua manutenção e pagamento de motorista, não estão dentre aquelas custeadas pela receita resultante de impostos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da C.F.

104. REVOGADO<sup>39</sup>

105. Recebendo o Município recurso para execução de programa a cargo do Estado, mediante delegação em um exercício, e não havendo cumprido as etapas da licitação, contratação e execução das obras até o final deste exercício, seu posterior cumprimento dependerá do estabelecido no convênio e da previsão de recursos suficientes.

Origem: Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco  
 Processo nº: 01.674/36 Parecer nº: 368/93  
 Sessão: 14.07.1993

<sup>38</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "É cabível o pagamento de correção monetária nos contratos de obras públicas, no caso sob consulta, podendo utilizar-se o Município dos índices de atualização para obrigações tributárias nos moldes preconizados pelo artigo 58, da Lei Orgânica do Município de Criciúma, ou, pactuar outro índice setorial a teor do inciso II, do artigo 4º, da Lei nº 8.178/91. O termo inicial para a incidência de correção monetária deve ser a data de 01.03.1993."

<sup>39</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, por ferir o princípio da independência dos Poderes. Texto revogado: "O Chefe do Poder Executivo Municipal deve remeter à Câmara todos os contratos, acordos, convênios e outros ajustes, para a devida ratificação, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, artigo 26, XVII e 55, XXXVII, bem como o artigo 113 da Carta Magna Estadual."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Não sendo possível a execução do convênio, a prestação de contas consistirá em termo de cancelamento de convênio e devolução do recurso recebido.

A possibilidade de aplicação do recurso transferido ao Município no exercício subsequente dependerá de suficiência financeira, que poderá ser suprimida por recursos já previstos no convênio, ou mediante novos a serem transferidos.

O prazo para a aplicação e prestação de contas deverá estar previsto no termo de convênio e poderá ser alterado mediante aditivo ou novo convênio.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia

Processo nº: 01.338/33

Parecer nº: COG-281/93

Sessão: 19.07.1993

.....

**106.** É de competência do Município de Vargem Bonita a fixação da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em cujos atos há o exercício da sua autonomia como estabelecido na Constituição Federal, artigo 29, inciso V. Os recursos a serem repassados à Câmara poderão corresponder ao duodécimo da dotação orçamentária ou ao valor da cota estabelecida em programação financeira, que ao final do exercício corresponda à dotação, acrescidos dos créditos adicionais atribuídos ao Órgão.

Os fundamentos legais do repasse ao legislativo encontram-se na C.F., artigo 168 e na Lei Federal

4.320/64, artigos 47 e seguintes. O montante repassado à Câmara é calculado sobre as dotações atribuídas ao Órgão. O montante que o legislativo pode gastar no elemento 3.1.1.0 - Pessoal é aquele consignado na sua dotação orçamentária, obedecidos os limites constitucionais relativos aos servidores mencionados no artigo 37, incisos XI, XII, XIII, XVI e ADCT, artigo 38 e aos constantes da Emenda Constitucional nº 01/92, de 31.03.1992, artigo 2º e, ainda, o artigo 29, inciso V, também da Constituição Federal, que trata da remuneração de Vereadores.

Origem: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita

Processo nº: 1.034A/30

Parecer nº: COG-282/93

Sessão: 21.07.1993

.....

**107.** O servidor público investido em mandato eletivo municipal poderá assumir a Presidência da Câmara, observadas as disposições do artigo 38 da Magna Carta.

Origem: Câmara Municipal de Romelândia

Processo nº: 09.311/36

Parecer nº: COG-377/93

Sessão: 03.08.1993

.....

**108.** REVOGADO<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da edição de legislação superveniente (E.C. nº 19/98). Texto revogado: “É legal a percepção de verba de representação pelos Vereadores desde que esteja prevista na norma que estabelece a remuneração dos mesmos. O Vice-Prefeito pode receber a título de remuneração quantum referente a subsídio quando previsto em lei, devendo, contudo, desempenhar algumas atividades perante a Administração Municipal, a exemplo do que ocorre com o Vice-Presidente, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 79, da Constituição Federal. Os Decretos Legislativos nºs 09/92 e 10/92 não ferem o disposto na Emenda Constitucional nº 01/92, se prestando, assim, a estabelecer as remunerações do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.”

**109.** Podem os Municípios aplicar parte das receitas resultantes de impostos, nos termos do artigo 212 da C.F., em gastos com alimentação destinadas ao atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade, uma vez que as restrições constantes da Constituição Federal, dizem respeito somente ao ensino fundamental.

Os Municípios não estão obrigados a considerar as receitas provenientes de aplicações financeiras para o cálculo dos 25%, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme preceituado no *caput* do artigo 212 da C.F.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho  
Processo nº: 10.371/37  
Parecer nº: COG-389/93  
Sessão: 09.08.1993

**110.** O sigilo das propostas é obrigatório até o momento da abertura dos envelopes em uma licitação, devendo o subscritor atentar detalhadamente para a Lei nº 8.666 de 21.06.1993, mais precisamente seu artigo 43, inciso I, § 1º, § 2º e § 4º, no que diz respeito aos procedimentos, bem como o artigo 89 e seguintes da mesma Lei, que tratam dos crimes e penas em caso de não observância dos dispositivos legais, sendo, portanto, vedada a apresentação de proposta licitatória via fac-símile.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Processo nº: 12.925/36  
Parecer nº: COG-436/93  
Sessão: 11.08.1993

**111.** REVOGADO<sup>41</sup>

**112.** Os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados, e aos estrangeiros na forma da lei, conforme prescrito no art. 37, inciso I e art. 207, § 1º, da Constituição Federal, alterados, respectivamente, pela Emenda Constitucional nº 19, de 05 de junho de 1998 e pela Emenda Constitucional nº 11, de 02 de maio de 1996.<sup>42</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima  
Processo nº: 01.598/32  
Parecer nº: COG-017/93  
Sessão: 16.08.1993

**113.** É obrigatória a licitação para a aquisição de medicamentos de laboratórios farmacêuticos, nos termos da Lei nº 8.666/93. A única hipótese, no caso sob consulta de dispensa de licitação, por óbvio, seria o recebimento por doação de medicamentos fabricados por laboratórios estatais.

<sup>41</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Não tendo sido fixada a verba de representação, a qual faz jus o Presidente da Câmara Municipal no prazo constitucional, a mesma deverá obedecer as regras que estabeleceram a remuneração dos agentes políticos municipais na legislatura anterior. A infrigência do texto da Carta Magna Estadual gera a inconstitucionalidade da norma destinada à fixação da verba representativa do citado agente político.”

<sup>42</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos e naturalizados, em conformidade com o artigo 37, inciso I, combinado com o artigo 12, ambos da Constituição Federal.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Processo nº: 09.857/32  
Parecer nº: COG-410/93  
Sessão: 16.08.1993

.....

**114.** O Vice-Prefeito ao substituir o Prefeito licenciado adquire o direito de receber a remuneração inerente ao cargo substituído.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 12.708/34      Parecer nº: COG-412/93  
Sessão: 16.08.1993

.....

**115.** A compatibilidade de horário, ou não encontro de horários entre os cargos excepcionados no artigo 37, inciso XVI, e ocupados cumulativamente por servidor, inscreve-se como *conditio sine qua non* para a legalidade da acumulação.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Processo nº: 10.086/33      Parecer nº: COG- 394/93  
Sessão: 11.08.1993

.....

**116.** Depende de autorização legal da Assembléia Legislativa e da concordância do Poder Executivo a participação de Sociedade de economia mista integrante da Administração Pública Estadual, como patrocinadora de entidade de previdência privada.

A escolha da entidade de previdência privada, de quem a sociedade de economia mista pretenda tornar-se patrocinadora, deverá ser realizada através de licitação, na forma da legislação vigente.

Origem: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina  
Processo nº: 19.598/24  
Parecer nº: COG-492/92  
Sessão: 18.08.1993

.....

**117.** A norma fixadora da remuneração dos legisladores locais que prevê seu reajustamento vinculado ao dos servidores municipais, não permite sua majoração em razão de aumento médio ou global dos vencimentos dos servidores resultantes de reclassificação ou reenquadramento.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Processo nº: 12.945/39  
Parecer nº: COG-468/93  
Sessão: 23.08.1993

.....

**118.** REVOGADO<sup>43</sup>

.....

**119.** Os Decretos Legislativos nº 12/92, 14/92 e 17/92 não são hábeis para estabelecer a remuneração da atual legislatura em face da inobservância do prazo prescrito no artigo 111, inciso V, da Constituição Estadual.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A legislação que rege a remuneração dos Agentes Políticos, em especial do Município de Penha é: A Constituição Federal, artigo 29, V; Emenda Constitucional nº 1 de 31.03.92, artigo 2º; Constituição do Estado de Santa Catarina, artigo 111, V; Lei Orgânica do Município de Penha, Lei nº 1.071, de 05.04.90.”

<sup>44</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Redação inicial: “[...] Estadual, o que determina a aplicação da legislação anterior, ou seja, a mesma que estabeleceu a remuneração da legislatura precedente.”



Origem: Câmara Municipal de São João do Sul  
 Processo nº: 10.761/32  
 Parecer nº: COG-418/93  
 Sessão: 23.08.1993

#### 120. REVOGADO<sup>45</sup>

121. A aquisição de combustível e lubrificantes por parte da Administração Pública Estadual e Municipal está sujeita à realização do processo licitatório, uma vez que a Lei Federal nº 8.666/93, que instituiu normas para as licitações, não contempla no seu texto, nenhuma regra específica no sentido de que os órgãos públicos fiquem dispensados de tal exigência, ressalvando-se os casos concretos nos quais ficar caracterizada a dispensa ou inexigibilidade, na forma da legislação aplicada à matéria em questão.<sup>46</sup>

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
 Processo nº: PD-11.801/34 Memorando nº: 044/93  
 Sessão: 25.08.1993

122. Caso a remuneração dos vereadores tenha a perspectiva de ultrapassar o limite de 5% da arrecadação, deve ser ajustada para situar-se nesse percentual, sob pena de responsabilização do ordenador da despesa e ulterior recolhimento pelos beneficiários, dos recebimentos irregulares.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
 Processo nº: 10.350/37  
 Parecer nº: COG-284/93  
 Sessão: 30.08.1993

123. As normas fixadoras da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores só podem ser elaboradas ou alteradas na legislatura anterior, com antecedência mínima de seis meses do seu término - artigo 111, V, da Constituição Estadual.

Os subsídios dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito não podem ser alterados no curso da legislatura, admitindo-se apenas a atualização monetária mediante a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, por meio de lei específica incluindo todos os servidores públicos municipais, ob-

<sup>45</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "A adoção do instituto da locação dos bens disponíveis pode ser exercida pelo Fundo de Previdência Parlamentar, devendo, entretanto, submeter a processo licitatório tanto as locações, como, se for o caso, a administração destas."

<sup>46</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto reformado: "É obrigatório a realização de certame licitatório para a aquisição de combustíveis e lubrificantes, por parte da Administração Pública Estadual e Municipal, vinculada aos ditames da legislação aplicável à espécie, mais precisamente o Decreto-Lei 2.300/86, e suas alterações, por haverem no mercado entes não administrativos capacitados para o fornecimento do produto. É dispensável a licitação quando na área do Município existir somente um posto de revenda de combustível, observados assim o preceituado no artigo 70, da Constituição Federal, devendo ser devidamente justificada e submetida à autoridade superior para ratificação, a teor do disposto no artigo 24, do Decreto-Lei nº 2.300/86. Ou, sob o enfoque do novel Estatuto: A aquisição de combustível e lubrificantes por parte da Administração Pública Estadual e Municipal está sujeita à realização do processo licitatório, uma vez que a Lei Federal nº 8.666/93, que instituiu normas para as licitações, não contempla no seu texto, nenhuma regra específica no sentido de que os órgãos públicos ficassem dispensados de tal exigência, ressalvando-se é claro, os casos concretos onde ficasse caracterizada a dispensa ou inexigibilidade, na forma da legislação aplicada à matéria em questão."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

servando-se os limites de gastos com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e, quanto aos Vereadores, os limites adicionais fixados no art. 29, VI e VII, e art. 29-A, *caput*, e § 1º, todos da Constituição Federal, com redação das Emendas Constitucionais nº 01/92, 19/98 e 25/00.

Ao Vice-Prefeito, exercendo ou não funções executivas na Administração do Município, e em razão do cargo para o qual foi eleito, cabe a percepção da remuneração regularmente fixada em lei de iniciativa da Câmara Municipal, constituída de subsídio.<sup>47</sup>

Origem: Câmara Municipal de Penha  
Processo nº: 10.973/34 Parecer nº: COG-370/93  
Sessão: 01.09.1993

.....

124. Para que se processe a ampliação da carga horária dos membros do Magistério Público Municipal, faz-se necessário a existência de vaga, a solicitação do professor interessado e o deferimento da Administração de acordo com as suas necessidades. Na hipótese de haver mais de um postulante, caberá à Administração Pública a escolha, mediante a aplicação de critérios objetivos de sua livre eleição, para concessão a um deles.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
Processo nº: 1.372A/33 Parecer nº: COG-532/93  
Sessão: 08.09.1993

.....

125. É vedado expressamente o fornecimento de bens ou serviços por Secretário Municipal, na condição de pessoa física ou jurídica, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, considerados ainda os princípios previstos expressamente no artigo 37, da Constituição da República.

Origem: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos  
Processo nº: 14.556/30 Parecer nº: COG-509/93  
Sessão: 08.09.1993

.....

126. Não pode o Município delegar serviços públicos através do instituto da Autorização, por não ser forma prevista nos artigos 30, incisos V e 175, *caput*, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Processo nº: 10.996/39 Parecer nº: COG-507/93  
Sessão: 08.09.1993

<sup>47</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto reformado: “As normas fixadoras da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores só podem ser elaboradas ou alteradas na legislatura anterior, com antecedência mínima de seis meses do seu término - artigo 111, V, da Constituição Estadual. A infringência ao artigo 111, V, do citado diploma legal, gera a inconstitucionalidade da norma destinada a estabelecer remuneração dos agentes políticos municipais. A atualização monetária da remuneração dos agentes políticos municipais é aquela adotada pelo próprio ato que fixou a remuneração, em razão da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 29, V, da C.F. Ao Vice-Prefeito exercendo, ou não funções executivas na Administração do Município, e em razão do cargo para o qual foi eleito, cabe a percepção da remuneração regularmente fixada por ato da Câmara Municipal, constituída de subsídio.”

<sup>48</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Para a doação e utilização de bens e serviços do Município, por particulares, faz-se mister autorização legislativa específica e interesse público devidamente justificado. A finalidade pública na forma da lei presidirá atos administrativos desse gênero.”



127. REVOGADO <sup>48</sup>

.....

128. Na ausência de previsão de concurso público na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo realizado o competitório e havendo admissão de pessoal aprovado, os atos adquirem caráter de inconstitucionalidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 10.966/39  
Parecer nº: COG-507/93  
Sessão: 08.09.1993

.....

129. Não pode o Chefe do Poder Executivo utilizar recursos destinados, mediante convênio específico, à construção de casas populares para fim diverso daquele previsto no objeto do convênio, em conformidade com o disposto no artigo 37, *caput*, da C.F.

Origem: Prefeitura Municipal de Arvoredo  
Processo nº: 11.869/30  
Parecer nº: COG-491/93  
Sessão: 08.09.1993

.....

130. Pode a Prefeitura firmar convênio e conceder auxílio financeiro para melhoramento de servi-

ços públicos que sejam constitucionalmente de responsabilidade do Estado, mas que são de interesse municipal, desde que munida de prévia autorização legislativa, devendo tais gastos serem empenhados em Despesa de Capital, sob a rubrica 4.3.2.2 - Transferências Intergovernamentais.

Origem: Prefeitura Municipal de Campos Novos  
Processo nº: 14.798/30  
Parecer nº: COG-564/93  
Sessão: 08.09.1993

.....

131. REVOGADO <sup>49</sup>

.....

132. Os recursos destinados a aplicações específicas, entre outros, na área da saúde, educação, trabalho ou agricultura poderão ser geridos por fundos especiais, instituídos por lei, com sistema próprio de contabilidade, controle orçamentário, financeiro e patrimonial, obedecidas as normas de controle contidas na lei de instituição do Fundo, na Constituição Federal, em leis complementares ou ordinárias. <sup>50</sup>

Origem: Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense  
Processo nº: 15.367/37  
Parecer nº: COG-505/93  
Sessão: 20.09.1993

<sup>49</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Sendo a verba de representação parte integrante da remuneração dos agentes políticos municipais, deve a mesma adequar-se aos limites remuneratórios constitucionalmente fixados, artigos 29, VI e VII e 37, XI, da C.F.”

<sup>50</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 18.11.1998. Redação inicial: “[...] agricultura poderão ser geridos por fundos individuais, instituídos por lei, devendo possuir sistema próprio de contabilidade, controle orçamentário, financeiro e patrimonial, obedecidas as normas de controle contidas na lei de instituição, na Constituição Federal, em lei complementar e nas leis locais.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

133. Os vereadores guindados aos cargos de Secretários do Município, que optarem pela remuneração do mandato eletivo, fazem jus à sua percepção integral, inclusive a parte variável.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó

Processo nº: 09.207/38

Parecer nº: COG-152/93 Quesito nº 03

Sessão: 04.10.1993

.....

134. Com suporte nos textos constitucionais Federal e Estadual, artigos 56, § 3º e 45, § 3º, respectivamente, não pode o Parlamentar investido no cargo de Secretário de Estado, perceber cumulativamente a remuneração do primeiro com a adição da parcela correspondente à verba de representação do segundo.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

Processo nº: 05.903/39

Parecer nº: COG-124/93

Sessão: 27.09.1993

.....

135. A imposição normativa à publicação dos atos administrativos está prevista nos artigos 37, *caput*, da Constituição Federal e 21, da Lei Federal nº 8666/93, e no caso do Município de Capinzal, hão de ser observados as prescrições da Lei Orgânica. A contratação de serviços de publicidade e propaganda por parte da Administração Pública deverá ser precedida de licitação.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal

Relator: Conselheiro Eptácio Bittencourt

Processo nº: 11.907/33

Parecer nº: COG-533/93

Sessão: 29.09.1993

.....

136. A forma de processamento do pagamento dos Edis deve obedecer ao prescrito na Lei Federal nº 4.320/64, posto que é uma despesa pública. Satisfeitos os ditames da prefalada lei, o pagamento dos Vereadores, no que concerne a datas, fica a critério da Câmara, é questão *interna corporis*.<sup>51</sup>

Origem: Câmara Municipal de Imbituba

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 10.986/32

Parecer nº: COG-585/93

Sessão: 29.09.1993

.....

137. Não há óbice quanto à forma de instalação de Farmácia por parte da municipalidade, diretamente através de sua Secretaria ou Diretoria própria, ou, pelo Fundo Municipal de Saúde.

A aquisição de medicamentos deverá ser precedida de procedimento licitatório.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba

Processo nº: 16.976/33

Parecer nº: COG-618/93

Sessão: 29.09.1993

<sup>51</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A forma de processamento do pagamento dos Edis, inclusive da parte variável, deve obedecer ao prescrito na Lei Federal nº 4.320/64, posto que é uma despesa pública. Satisfeitos os ditames da prefalada lei, o pagamento dos Vereadores, no que concerne a datas, fica a critério da Câmara; é questão interna corporis.”

**138. REVOGADO<sup>52</sup>**

.....

**139. REVOGADO<sup>53</sup>**

.....

**140.** Cabe à Lei Municipal prever as receitas e fixar as despesas integrantes do Orçamento Anual do Município. Ao Prefeito Municipal compete a atribuição de colocar à disposição da Câmara, nos prazos e na forma fixada em Lei, o numerário referente às dotações que lhes são destinadas do Orçamento Municipal e dos créditos adicionais.

O direito da Câmara Municipal de receber recursos correspondentes às dotações orçamentárias encontra-se concretizado em regras jurídicas insertas no texto supremo e leis federal e municipal, não podendo, pois, ser desprezado a sua aplicação pela autoridade respectiva que, se ofendê-la, será colhida pela sanção declaradamente cominada no Decreto-Lei nº 201/67.

A Câmara Municipal, tendo autonomia para a realização de suas despesas, deverá receber transferências de recursos financeiros periódicos, na forma

de duodécimo ou de programação financeira de desembolso que vier a ser estabelecida. O duodécimo corresponde a 1/12 das dotações atribuídas ao Legislativo no Orçamento Municipal.

Na realização de despesas, o Poder Público só pode gastar, ordenar despesas e liquidá-las, se prévia e explicitamente tiver autorização legislativa para tal, sob pena de responsabilização do ordenador da despesa, devendo prestar contas, na forma da Lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba

Processo nº: 17.366/39

Parecer nº: COG-680/93

Sessão: 13.10.1993

.....

**141. REVOGADO<sup>54</sup>**

.....

**142.** Não cabe a cobrança de multa de mora de entidades públicas e paraestatais, de todas as esferas (Municipal, Estadual e Federal), por atraso no pagamento de tarifas das concessionárias de serviços públicos, se inexistente norma legal que a preveja.

<sup>52</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/02 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: *“Os funcionários estatutários do Quadro Suplementar têm direitos e poderão obter as vantagens previstas na Lei Municipal nº 12, de 15.06.71, por disposição expressa do artigo 3º, da Lei Municipal nº 370, de 22.06.90, que instituiu o regime celetista como regime jurídico único dos servidores do Município de Rio Negrinho, e bem assim, os direitos previstos no § 2º, do artigo 39, da Constituição Federal.”*

<sup>53</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: *“Quando a correção da remuneração dos agentes políticos for vinculada ao reajuste salarial dos servidores, o acréscimo no menor vencimento elevando o valor do salário-mínimo só poderá ser repassado à remuneração dos agentes políticos se processada sob a forma de reajuste, e extensivo aos demais servidores. Se tal acréscimo for conferido como diferença ou complementação salarial ou qualquer outra forma, o repasse é vedado.”*

<sup>54</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 209. Texto revogado. *“O aparente confronto verificado entre a Lei Municipal nº 1.326/84, que se alinha à Lei Orgânica do Município de Mafra e à Lei Federal nº 8.666/93, deve ser solucionado no Supremo Tribunal Federal, Corte competente para apreciar ação direta de inconstitucionalidade de Lei Federal, artigo 102, da C.F. Somente em tal instância será obtida a segurança jurídica para se processar a doação de bem imóvel pertencente ao município.”*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Processo nº: 17.234/21 Parecer nº: COG-614/93

Sessão: 13.10.1993

.....

**143.** O artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, não veda a participação em processo licitatório de parente de servidor lotado no órgão ou entidade contratante. Os vícios constatados no competitivo podem ensejar a sua invalidação por duas vias, pelos recursos inerentes à licitação ou pela ação popular, quando afrontado os princípios insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, princípios estes que não obstam a participação de parentes de servidores em licitação promovida pelo órgão ou entidade onde esteja lotado.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba

Processo nº: 17.546/37

Parecer nº: COG-619/93

Sessão: 13.10.1993

.....

**144.** O índice oficial para a atualização monetária das diárias concedidas a agentes públicos municipais em viagem a serviço é aquele adotado pelo próprio Município, através de lei, em razão da competência que lhe foi conferida pelo artigo 30, inciso II, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de São Joaquim

Processo nº: 11.791/36

Parecer nº: COG-501/93

Sessão: 18.10.1993

**145.** A pessoa jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social, como o estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Origem: Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC

Processo nº: 14.471/30

Parecer nº: COG-490/93

Sessão: 18.10.1993

.....

**146.** Os servidores do Estado cedidos ao Município através do convênio SUS/SC-01/91, podem receber remuneração complementar às custas do erário municipal, mediante lei municipal autorizativa.

A contratação de pessoal deve se dar pela via do concurso público, podendo ser dispensado para aquelas efetivadas na forma prevista no artigo 37, inciso IX. Há possibilidade de elaboração de Plano de Carreira específico para os profissionais da saúde, em face de peculiaridades de suas atividades.

Por força de legislação federal, Lei nº 3999/61, a carga horária máxima diária para médicos, cirurgiões dentistas e seus auxiliares é de 4 (quatro) horas.<sup>55</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Pomerode

Processo nº: 12.712/37

Parecer nº: COG-605/93

Sessão: 20.10.1993

.....

**147.** As Notas de Empenho deverão ser expedidas em favor das empresas fornecedoras ou prestadoras de serviço à Administração quando as contratações

<sup>55</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 18.11.1998. Redação inicial do 1º parágrafo: “Os servidores do Estado cedidos ao Município através do convênio SUS/SC-01/91, não integram o Quadro de Pessoal da cessionária, não podendo, desta forma, ser remunerados pela mesma.”

se efetuarem com a interveniência de Procuradores legalmente constituídos.

O Instrumento Procuratório, atendidos os seus requisitos formais, poderá autorizar o mandatário a receber importâncias do Poder Público, ou realizar outros atos em nome do outorgante, vedada, porém, a emissão de Notas de Empenho em nome do outorgado.<sup>56</sup>

Origem: Secretaria de Estado de Comunicação Social  
Processo nº: 15.702/34 Parecer nº: COG-632/93  
Sessão: 20.10.1993

148. A venda de ações ordinárias e preferenciais do capital da CELESC, pertencentes aos Municípios, se faz mediante autorização legislativa específica, interesse público devidamente justificado, prévia avaliação dos bens e licitação, dispensada esta no caso de negociação em Bolsa de Valores (regidas pelas Leis Federais nº 4.728, de 17.07.65 e nº 6.385 de 07.12.76) ao preço do dia. O resultado auferido com a venda de ações deverá ser contabilizado como Receitas de Capital na conta 22.11.00.00 - Alienação de Títulos Mobiliários.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Processo nº: 12.415/32 Parecer nº: COG-584/93  
Sessão: 03.11.1993

149. A existência no Município de apenas dois fornecedores de combustíveis não impede a realização do processo licitatório na modalidade de convite em conformidade com o § 7º, do artigo 22, da Lei nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Fortuna  
Processo nº: 10.291/34 Parecer nº: COG-278/93  
Sessão: 04.11.1993

150. REVOGADO<sup>57</sup>

151. REVOGADO<sup>58</sup>

152. É dispensável a licitação para o fornecimento de bem à pessoa jurídica de direito público inter-

<sup>56</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "As Notas de Empenho deverão ser expedidas em favor das empresas fornecedoras ou prestadoras de serviço à Administração quando as contratações se efetuarem com a interveniência de Procuradores legalmente constituídos. O Instrumento Procuratório, atendidos os seus requisitos formais, poderá autorizar o mandatário a receber importâncias do Poder Público, ou realizar outros atos em nome do outorgante, vedada, porém, a emissão de Notas de Empenho em nome do outorgado. As CNDs deverão ser exigidas das empresas prestadoras de serviços (jornais e rádios), acrescentando-se que este Tribunal de Contas somente exigirá a relativa ao FGTS a partir de 1º de janeiro de 1994, consoante decisão exarada nos autos do Processo nº C-04102/33 de 19.04.93."

<sup>57</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: "É defeso a aquisição de alimentos por parte do FUNREBOM, de Porto União, visto não constituir atribuição do Fundo, além de ser procedimento estranho aos fins a que se destina, conforme a lei que o instituiu."

<sup>58</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 519. Texto revogado: "O credenciamento ou a contratação de entidades privadas de assistência à saúde para complementar os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, não é condicionado à realização prévia de processo licitatório, devendo, entretanto, serem observados as diretrizes impostas pela Lei Federal nº 8.080/90."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

no, por órgãos ou entidades que integrem à Administração Pública, criados para esse fim específico (artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Medida Provisória nº 360/93).

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima  
Processo nº: 17.781/37  
Parecer nº: COG-682/93  
Sessão: 10.11.1993

.....

153. O regime jurídico único normal dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, é o regime estatutário, consoante ensinam os mais renomados juristas pátrios. Não obstante isso, é admissível, se assim dispuser a legislação própria, a adoção do regime celetista. Inexiste incompatibilidade na coexistência de dois regimes (estatutário e celetista), uma vez que o estatutário é originário de vínculo laboral dantes constituído com o Poder Público, estando os servidores alcançados pelo artigo 11, do Ato das Disposições Finais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal, com seus direitos adquiridos assegurados.

Origem: Prefeitura Municipal de Forquilha  
Processo nº: 17.537/38  
Parecer nº: COG-711/93  
Sessão: 17.11.1993

.....

154. A inclusão de menores carentes, prestadores de serviços como *office-boys* e *office-girls*, mediante convênios com a PROMENOR e a APAE, como beneficiários de auxílio alimentação, não poderá ocorrer pela via de Termo Aditivo àquele firmado entre o IPESC e a AFIPEC. É lícita a concessão do benefício aos menores em pauta nos termos da Car-

ta Estadual (artigos 9º, X, 157, II e III, 163, VII e 187, Parágrafo único, inciso XI).

Para a implementação desse mister, poderá o órgão consulente firmar novo convênio com a AFIPEC para a concessão do auxílio alimentação pretendida, exclusivamente em relação aos jovens carentes referidos, com a necessária interveniência da PROMENOR e APAE, considerada a situação excepcional da relação laboral, e, aplicar a mesma fórmula adotada no que respeita à contrapartida financeira dos beneficiários.

Deverá, ainda, a administração do Instituto, atentar para o disposto no artigo 20, da Constituição do Estado.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC  
Processo nº: 18.150/32      Parecer nº: COG-730/93  
Sessão: 17.11.1993

.....

155. O repasse de recursos para o servidor público em viagem a serviço dar-se-á sob a forma de adiantamento ou pagamento de diárias, com o devido empenhamento prévio da despesa, pouco importando se esta feita a posterior realizou-se em um sábado.

Origem: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi  
Processo nº: 18.429/35  
Parecer nº: COG-801/93  
Sessão: 17.11.1993

.....

156. Sob a égide da legislação em vigor, mais precisamente artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, não pode a Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desporto adquirir bens diretamente do Fundo Rotativo da Penitenciária Estadual de Florianópolis, com dispensa de licitação, sendo obrigatório a prática do competitivo.



Origem: Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desporto  
 Processo nº: 12.930/36  
 Parecer nº: COG-401/93  
 Sessão: 17.11.1993

.....

157. São ilegais os repasses efetuados ou a serem efetuados, por parte do Município, mediante contrato, a um grupo de pequenos agricultores, para pagamento de financiamento de trator, uma vez que dispêndios dessa natureza não objetivam a satisfação de necessidades coletivas, ou seja, não possuem caráter público. São, portanto, despesas que oneram os cofres públicos, sem constituírem em gasto com a criação, manutenção ou ampliação dos serviços públicos municipais. É nulo o contrato firmado entre as partes sob pena de, se admitido, poder constituir-se em crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, frente ao que dispõe o artigo 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 201/67.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho  
 Processo nº: 18.152/37  
 Parecer nº: COG-686/93  
 Sessão: 22.11.1993

158. A atualização do preço inicial do objeto do contrato, com base em índice indexador, só poderá se efetivar quando previsto em edital e consequentemente, em instrumento contratual.

Os contratos celebrados com dispensa ou inexigibilidade de licitação deverão prever, em cláusula específica, a forma de atualização do preço inicial indicando o índice adotado como indexador.

Origem: Prefeitura Municipal de Jardinópolis  
 Processo nº: 18.415/30  
 Parecer nº: COG-652/93  
 Sessão: 22.11.1993

.....

159. REVOGADO<sup>59</sup>

.....

160. Ao Vice-Prefeito, exercendo ou não funções executivas na Administração do Município, e em razão do cargo para o qual foi eleito, cabe a percepção da remuneração regularmente fixada por lei de iniciativa da Câmara Municipal, constituída de subsídio em parcela única.<sup>60</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
 Processo nº: 1.035A/37  
 Parecer nº: GAC/SRJ  
 Sessão: 29.11.1993

<sup>59</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da edição da Lei Federal nº 8.666/93. Texto revogado: "As disposições legais sobre licitações constantes do Decreto-Lei nº 2.300/86, nos termos do seu artigo 85, aplicam-se aos Estados e Municípios, pelo princípio da recepção. As normas sobre dispensa e inexigibilidade de licitação vigorantes também para os Municípios são as constantes dos artigos 22 e 23. À União, dentro de sua competência de legislar privativamente sobre as normas gerais de licitação, cabe a previsão das hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Os Municípios podem complementar a legislação sobre licitação em questões que não se inserem dentro da generalidade do processo licitatório. O Município não possui competência para legislar dispondo sobre ampliação ou restrição das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme o artigo 85, parágrafo único, alínea <sup>a</sup>, do Decreto-Lei Federal nº 2.300/86."

<sup>60</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "Ao Vice-Prefeito, exercendo ou não funções executivas na Administração do Município e em razão do cargo para o qual foi eleito, cabe a percepção da remuneração regularmente fixada por ato da Câmara Municipal, constituída de subsídio e ou representação."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**161.** A previsão contida no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, faculta ao Poder Público a prorrogação da duração dos contratos relativos à prestação de serviços contínuos, sendo essa prorrogação igual a vigência do crédito orçamentário, no exercício subsequente. Ressalva-se que dita prorrogação sujeita-se às demais determinações da referida Lei.

Origem: Banco do Estado de Santa Catarina - BESC S.A.

Processo nº: 18.884/39

Parecer nº: COG-687/93

Sessão: 01.12.1993

.....

**162.** As prestações de contas, em se tratando de antecipações de recursos na forma de adiantamento, devem ser feitas no prazo estabelecido, e na conformidade de leis, regulamentos ou normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

A Câmara, para fins orçamentários, é considerada a unidade orçamentária.

O numerário a ser repassado pelo Executivo à Câmara, para realização de suas despesas, será na forma de duodécimo ou de programação financeira de desembolso.

O duodécimo tem por base as dotações atribuídas à Câmara no Orçamento Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Irati

Processo nº: 18.715/36

Parecer nº: COG-800/93

Sessão: 01.12.1993

**163.** Ao professor de Ensino Superior que perceba o adicional de dedicação exclusiva é vedada a retribuição pecuniária pelo exercício de outras atividades, mediante pagamento de gratificações ou horas-atividades ou por qualquer outro título, de conformidade com o disposto no artigo 14, § 1º, da Lei Complementar nº 39, de 09 de outubro de 1991, que não permite, nesse caso, o exercício de outra atividade remunerada.

Origem: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

Processo nº: 19.481/30

Parecer nº: GAC/SRJ

Sessão: 01.12.1993

.....

**164.** A Administração do Porto de São Francisco, autarquia estadual, é beneficiária da imunidade tributária recíproca nos termos da Lei Maior (artigo 150, VI, a).

Origem: Administração do Porto de São Francisco

Processo nº: 20.804/35

Parecer nº: COG-805/93

Sessão: 06.12.1993

.....

**165.** REVOGADO<sup>61</sup>

.....

**166.** A despesa com o pagamento dos servidores reintegrados por ordem judicial deve ser atrelada ao

<sup>61</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: “Não é possível a correção monetária de itens orçamentários sem que haja autorização do texto da Lei de Diretrizes em vigência. Ocorrendo excesso de arrecadação, cumpre ao Executivo, mediante autorização legislativa, decretar abertura de créditos suplementares, nos mesmos moldes que vem fazendo a administração consulente. A Constituição da República veda, em seu artigo 167, inciso VII, a concessão ou utilização de créditos ilimitados.”



elemento 3.1.1.1 - Pessoal Civil, posto que o item orçamentário 3.1.9.1, vincula-se ao artigo 100 da Carta Magna.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Processo nº: 21.999/39  
Parecer nº: COG-924/93  
Sessão: 08.12.1993

A realização de despesas decorrentes da implementação do referido projeto ao desabrigo do competitivo prévio acarreta a irregularidade das mesmas.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Processo nº: 13.932/35  
Parecer nº: COG-713/93  
Sessão: 15.12.1993

167. A realização de investimentos em imóveis estranhos ao acervo da municipalidade, bem como a manutenção dos mesmos só pode se efetivar mediante a autorização legal, conforme disposto no artigo 10, inciso II, da Lei Federal nº 8.429/92. A norma autorizativa em questão poderá objetivar o incentivo à instalação ou permanência de indústrias no Município, ou ainda declarar de utilidade pública os imóveis que receberão os investimentos e a manutenção por parte da Administração Pública Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita  
Processo nº: 1.039A/32  
Parecer nº: COG-297/93  
Sessão: 13.02.1993

169. REVOGADO<sup>62</sup>

170. Não poderão contratar com o Município o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau, incluídos os adotados, nos exatos termos do artigo 98, da Lei Orgânica Municipal. Nos moldes do mesmo dispositivo, a única hipótese possível é a dos contratos com cláusulas uniformes, aqueles cujos conteúdos forem predeterminados por um dos contratantes, sendo suas cláusulas sempre as mesmas, quaisquer que sejam os demais contratantes.

Origem: Prefeitura Municipal de Ituporanga  
Processo nº: 21.695/25  
Parecer nº: COG-679/93  
Sessão: 20.12.1993

168. A aquisição dos bens necessários à execução do projeto Ajuda Supletiva pode ser efetivada através do sistema de registro de preços que impõe a concorrência como modalidade licitatória adequada.

171. Para aquelas despesas constituídas a partir da vigência da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho

<sup>62</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da edição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Texto revogado: "São consideradas como despesas dos Municípios com a manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212, C.F.): 1. As despesas relativas a transporte escolar, entendido este relativamente ao ensino fundamental, nos moldes do artigo 208, VII, da Carta Magna. 2. O pagamento de bolsas de estudos a teor do mesmo artigo acima citado em seu inciso V e do artigo 6º, §1º, alínea e, da lei 7.348/85, de 24.07.85. 3. As concernentes a investimentos com o ensino superior, com base no artigo 6º, da Lei retro-mencionada, e em consonância com decisão deste Tribunal em Sessão do dia 04.10.89, no processo C-05.676/98."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

de 1993, cada unidade da Administração Pública deverá obedecer quando do pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestações de serviços, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, nos termos do *caput* do artigo 5º, sob pena de infringência ao disposto no artigo 92, em sua parte final.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Processo nº: 22.006/35  
Parecer nº: COG-917/93  
Sessão: 20.12.1993

.....

172. A contratação do SEBRAE é dispensada da realização de licitação por satisfazer, a entidade, os pressupostos do artigo 24, XIII, da Lei Federal nº 8666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Processo nº: 21.675/30  
Parecer nº: COG-936/93  
Sessão: 21.12.1993

.....

173. É cabível a correção monetária sobre vantagem pecuniária devida a Servidor Municipal paga com atraso.

Não incidem Juros de Mora, no caso em tela, por não se tratar de inadimplemento obrigacional caracterizador de uma penalização à Administração.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Processo nº: 21.668/36  
Parecer nº: COG-842/93  
Sessão: 21.12.1993

.....

174. A vedação de contratar com o Município atinge o Vice-Prefeito desde a sua diplomação exercendo ou não funções administrativas no executivo municipal.

Os vereadores, por força do artigo 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Videira, estão proibidos de firmar ou manter contrato com a administração municipal.

Origem: Câmara Municipal de Videira  
Processo nº: 2.074A/36  
Sessão: 21.12.1993

.....

175. Não cabe a esta Corte de Contas dispor sobre ampliação de hipóteses de dispensa de licitação, nem tampouco autorizá-la.

As despesas realizadas pela Fundação Vida, decorrentes do uso de recursos públicos repassados sob a forma de transferências a títulos de Auxílios e Contribuições (subcategorias econômicas 3.2.0.0 ou 4.3.0.0) não estão sujeitas às regras pertinentes à licitação de acordo com o artigo 38, da Res. nº TC-06/89<sup>63</sup>, em face do disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica a Fundação Vida sujeita aos procedimentos licitatórios, quando o repasse de recursos efetuar-se de forma diversa de Transferência a Título de Auxílios e Contribuições (subcategorias econômicas 3.2.0.0 ou 4.3.0.0).

<sup>63</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

Origem: Fundação Vida  
 Processo nº: 21452/35  
 Parecer nº: COG-910/93  
 Sessão: 22.12.1993

176. Os fornecedores participantes dos processos licitatórios que apresentarem certidão negativa de débitos para com a Fazenda Estadual, constando nesta que o débito se encontra parcelado e com o respectivo pagamento de cada parcela vencida quitada no vencimento ou, constando que o débito está ajuizado e garantido com penhora de bens, fazem prova de sua regularidade para com a Fazenda, nos termos do inciso III, do artigo 29, da Lei nº 8.666/93, combinado com o artigo 205 e 206 do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN  
 Processo nº: 22.387/30 Parecer nº: COG-950/93  
 Sessão: 09.02.1994

177. REVOGADO<sup>64</sup>

178. Podem os Municípios, dentro da autonomia que lhes é outorgada pela Constituição Federal, construir diretamente ou em cooperação casas populares, e mediante lei autorizadora transferi-las através de contrato, com cláusulas detalhadas que regulem direitos e obrigações advindos do negó-

cio, àqueles que se encontram cadastrados e devidamente habilitados, amparados inclusive na ADIN nº 927-3 de 03.11.1993.

Origem: Prefeitura Municipal de Piratuba  
 Processo nº: 20.042/32  
 Parecer nº: COG-952/93 Quesito nº 01  
 Sessão: 17.02.1994

179. O provimento no cargo efetivo de professor deve se dar por meio do concurso público. Havendo necessidade de ampliar o quadro de professores titulares, a criação de novos cargos se fará por lei. A contratação de professor substituto temporário a exemplo do que ocorre na esfera federal, pode efetuar-se sob a égide do artigo 37, inciso IX, sendo, porém, necessária a sua regulamentação no âmbito municipal. A norma disciplinadora em questão estabelecerá o regime a ser adotado para as contratações, prazo dos contratos e a possibilidade de sua prorrogação ou não, entre outros pressupostos a serem regrados em conformidade com o interesse e conveniência do Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
 Processo nº: 22.002/36 Parecer nº: COG-970/93  
 Sessão: 17.02.1994

180. A estabilidade é atributo do servidor legalmente investido em cargo ou emprego público na forma prevista no artigo 41 e no artigo 19, do ADCT, ambos da Constituição Federal.

<sup>64</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: "Da confrontação das Leis Municipais nºs 1.873/85 e 1.960/86, com a Lei Federal nº 8.429/92, restou demonstrado o conflito entre o artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.873/85, com o inciso IV, do artigo 10, da Lei Federal, do qual resultou a revogação parcial da Lei Municipal em conflito, e portanto, a vedação da prática de preços inferiores aos de mercado para a cobrança dos serviços prestados em terrenos particulares e de entidades, com equipamentos da Municipalidade ou por ela locados, conforme autorizava o preceito revogado."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O artigo 8º da Constituição veda a dispensa de servidor regido pela CLT que, sindicalizado, ocupe cargo de direção ou representação sindical, até 01 (um) ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei.<sup>65</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Rio do Oeste

Processo nº: 21.712/36

Parecer nº: COG-965/93

Sessão: 17.02.1994

.....

**181. REVOGADO<sup>66</sup>**

.....

**182. REVOGADO<sup>67</sup>**

.....

**183.** Com fulcro no artigo 24, inciso XVI, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Medida Provisó-

ria nº 351, de 16.09.1993, artigo 1º, ratificado conforme as Medidas Provisórias nºs 360 de 18.10.1993 e 372, de 18.11.1993, e enquanto vigente essa redação modificada, nada obsta que o Poder Público realize a aquisição de formulários e impressos padronizados de uso da Administração da Imprensa Oficial, com dispensa do procedimento licitatório, observadas as normas do artigo 26, do citado diploma legal.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde

Processo nº: 15.704/39

Parecer nº: COG-987/93

Sessão: 07.03.1994

.....

**184. REVOGADO<sup>68</sup>**

.....

**185.** O uso especial de bem público por particular, a título remunerado, pode processar-se nas for-

<sup>65</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A estabilidade é atributo do servidor legalmente investido em cargo ou emprego público na forma prevista no artigo 41 e no artigo 15, do ADCT, ambos da Constituição Federal. O artigo 8º da Constituição veda a dispensa de servidor regido pela CLT, que, sindicalizado, integre cargo de direção ou representação sindical, até 01 (um) ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei”.

<sup>66</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Sendo os vereadores e funcionários da Câmara Municipal agentes públicos (políticos e servidores), o montante que o legislativo pode gastar no que diz respeito a Pessoal, está incluído no limite de 65% das receitas correntes, contido no artigo 38, do ADCT, da Constituição Federal.

<sup>67</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, na qualidade de agentes políticos, estão igualmente inseridos no item Pessoal previsto pela Lei Federal nº 4.320/64. O montante que o Município pode despendar está incluído no limite de 65% das receitas correntes, estipulado no artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.”

<sup>68</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Os atos fixadores de reajustes de remuneração dos agentes políticos do Município de Irani para a atual legislatura, definidos em conformidade com o artigo 29, inciso V, da Constituição Federal, não admitem que eventuais aumentos decorrentes de reclassificação ou reenquadramento constituam-se em reajustamento de remuneração de seus agentes políticos. Ficam, portanto, estritamente, vinculadas aos índices de atualização dos salários dos servidores públicos municipais.”

mas de concessão de uso ou permissão de uso. A concessão remunerada de bem público, em que se enquadra a questão consultada, reside em outorgar ao concessionário a exploração de um bem público segundo a sua específica destinação. O ato de concessão de bem público sujeita-se ao prévio procedimento licitatório, em conformidade com as normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93. A dispensa de licitação, neste caso, somente é aplicável na hipótese prevista no artigo 24, inciso V, da Lei em comento, ou seja, quando não acudirem interessados.

Origem: SANTUR  
Processo nº: 20.241/36  
Parecer nº: COG-896/93  
Sessão: 07.03.1994

.....

**186.** Na ausência de ordem de tráfego ou bilhete de passagem, pode a Administração utilizar-se de relatório, acompanhado de cópia de livro presença e da ata da reunião ou outro documento que supra esta exigência, como comprovante regular de efetiva realização de viagem, a qual se deve a respectiva concessão de diárias.

Origem: Conselho Estadual de Cultura  
Processo nº: 00761/47  
Parecer nº: COG-007/94  
Sessão: 09.03.1994

.....

**187.** A adequação do orçamento em vigor às alterações na estrutura administrativa da Prefeitura, que venham a ser aprovadas no decorrer do exercício, pode ser efetivada mediante créditos especiais.

As alterações orçamentárias a serem efetivadas devem observar o prescrito no artigo 167, inciso

I, da Constituição Federal, que veda o início do programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual.

A vista desta vedação constitucional e considerando o lapso de tempo a ser utilizado para operacionalizar as alterações que se fizerem necessárias, é preferível fazer-se a opção pela manutenção da execução do orçamento em vigor, procedendo-se apenas as alterações estritamente necessárias, de modo a viabilizar a realização das despesas não previstas no orçamento originário.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Processo nº: 05.015/30  
Parecer nº: COG-109/93  
Sessão: 09.03.1994

.....

**188.** Pode o DETER, examinado o interesse público, mediante Decreto Autorizativo do Chefe do Executivo Estadual, e de acordo com o artigo 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, portanto, com dispensa de licitação, formalizar contrato de direito real de uso ou de concessão de direito real de uso, de imóvel de sua propriedade com sociedade de economia mista estadual.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais - DETER  
Processo nº: 22.794/36  
Parecer nº: COG-995/93  
Sessão: 16.03.1994

.....

**189.** Ao Município é dispensável a licitação, entre outros casos possíveis, para contratação de serviços de informática ou de natureza industrial e a aquisição de bens de sociedade de economia mista de capital ma-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

joritário do próprio Município ou mesmo de outros órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, desde que criadas para esse fim específico, com fundamento no que prescreve o artigo 24, inciso XVI, da Lei 8666/93, com redação da Medida Provisória nº 450, de 17.03.1994, e enquanto em vigor esta ou outra legislação com redação semelhante. A contratação de prestação de outros serviços e de obras, não abrangidos pela dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso XVI, da Lei 8.666/93, com redação da Medida Provisória nº 450, de 17.03.1994, de empresa de economia mista do Município, ou de outros órgãos ou entidades da Administração Pública sujeita-se ao competente procedimento licitatório.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Processo nº: 00106/42  
Parecer nº: COG-148/94  
Sessão: 04.05.1994

.....

**190.** O mandamento do artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, ao limitar as despesas com a remuneração dos Vereadores em até 5% da receita municipal, determina que todo e qualquer dispêndio, inclusive a remuneração de sessões extraordinárias, seja contido nesse limite.

Os repasses de duodécimos à Câmara Municipal devem observar as determinações expressas na Lei Orgânica do Município, bem como na Lei Orçamentária anual.

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Processo nº: 14.241/30  
Parecer nº: COG-035/94  
Sessão: 28.03.1994

.....

**191.** REVOGADO<sup>69</sup>

.....

**192.** Tendo o Prefeito optado pela percepção do vencimento do seu cargo efetivo, é vedado o pagamento da diferença existente entre este e a remuneração do mandato, de acordo com o artigo 38, inciso II, da Magna Carta.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Processo nº: 00088/42  
Parecer nº: COG-097/94  
Sessão: 30.03.1994

.....

**193.** REVOGADO<sup>70</sup>

.....

**194.** A forma de publicação dos atos da Administração Estadual, no Diário Oficial do Estado, opera-se ao arbítrio da autoridade competente, observado o ordenamento jurídico vigente. A alteração da forma desses atos deve ter presente a necessidade de demonstração dos seus elementos essenciais, de modo a fornecer informação suficiente à coletividade.

<sup>69</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A disposição ou a cessão de servidores a órgãos ou entidades públicas de outras esferas pode se dar desde que respaldada em autorização legislativa vigente e constando do ato as condições, sendo aplicável somente aos servidores efetivos.”

<sup>70</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Em face do Prejulgado nº 282. Texto revogado: “Não estando previsto nas normas fixadoras da remuneração da presente legislatura, torna-se indevido qualquer acréscimo ou correção dos valores percebidos pelos Vereadores que não estejam compreendidos nos percentuais do reajuste geral de vencimentos concedidos aos servidores públicos municipais.”



Origem: Casa Civil

Processo nº: 0064/40

Parecer nº: COG-201/94

Sessão: 06.04.1994

.....

**195.** Em conformidade com os princípios gerais do direito que regem a vigência das leis nacionais e os seus efeitos, entende-se que inexistem óbices para a celebração de termos de aditamento de convênios firmados segundo as normas legais vigentes anteriormente à Lei Estadual nº 9.188/93, desde que o ajuste inicial contenha cláusula prevendo a hipótese de aditamento e que não haja alteração no objeto.

Origem: Secretaria dos Transportes e Obras

Processo nº: 0158A/46

Parecer nº: COG-238/94

Sessão: 11.04.1994

.....

**196. REVOGADO<sup>71</sup>**

.....

**197.** É possível a elevação na carreira ou nas linhas de ascensão funcional preestabelecidas no Plano de Cargo e Carreira, quando se trata de servidor público, desde que a elevação se processe para os cargos e empregos de mesma natureza daquele para o qual o servidor haja prestado concurso de ingresso, uma vez estabelecido em lei, juntamente com as formas e critérios de sua aplicação. O não cumprimento dos princípios da acessibilidade aos cargos e empregos públicos

implica em desrespeito à regra constitucional (artigo 37, I e II), sujeitando a autoridade administrativa à responsabilidade e à sanção a teor do que dispõem os §§ 2º e 4º, do artigo 37, da Magna Carta Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani

Processo nº: 22.395/31

Parecer nº: COG-012/94

Sessão: 11.04.1994

.....

**198.** É permissível a emissão, por parte das Administrações Públicas, de subempenhos por ocasião do recebimento da nota fiscal ou de serviços, independente do mês de pagamento, desde que as mesmas disponham de sistemas de controle acessíveis aos órgãos fiscalizadores.

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Processo nº: 12.942/29

Parecer nº: COG-006/94

Sessão: 13.04.1994

.....

**199.** Os contratos firmados pela Administração Estadual em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93, são regidos pela legislação anterior vigorante, ou seja, pelo Decreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações. Não cabe a efetuação de alterações em desacordo com cláusulas contidas nos respectivos contratos originários ou nas licitações que lhes deram origem ou, ainda, na legislação a que estão subordinadas por falta de amparo legal.

<sup>71</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 405. Texto revogado: "O Poder Legislativo Municipal de São Miguel do Oeste pode divulgar seus atos administrativos - os atos da Mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que vier a promulgar - somente nos órgãos de imprensa local, mediante prévia licitação, obedecidas as normas dos artigos 37, § 1º, da Constituição Federal, art. 16, § 6º, da Constituição Estadual, art. 88, da Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste, e Lei Federal nº 8.666/93."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Sec. de Estado da Administração e Justiça  
Processo nº: 22.654/35 Parecer nº: COG-979/93  
Sessão: 20.04.1994

.....

**200.** É admissível que numa licitação, a proposta apresentada pelos participantes compreenda faturamento efetivado diretamente pela fábrica, e não pelo proponente devidamente habilitado de acordo com a modalidade da seleção, desde que tal possibilidade esteja previamente expressa no edital da licitação para não frustrar o princípio que resguarda a igualdade de condições para competir.

Origem: Prefeitura Municipal de São José  
Processo nº: 11.860/35 Parecer nº: COG-502/93  
Sessão: 20.04.1994

.....

**201. REVOGADO<sup>72</sup>**

.....

**202. REVOGADO<sup>73</sup>**

.....

**203.** As transferências de recursos financeiros são destinadas à despesa de manutenção ou de investimentos ou de inversões financeiras de outras pessoas

de direito público ou privado e devem ser aplicadas pelas respectivas entidades receptoras, não cabendo serem repassadas por estas a outras entidades. Não compete ao Município intermediar a transferência de recursos financeiros a serem repassados pelo Estado à entidade de direito privado, por desatender o que prescreve a Lei nº 4.320/64, artigo 12, §§ 2º e 6º e a Resolução nº TC-06/89, artigos 27 e 28.<sup>74</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Processo nº: 02.154/49 Parecer nº: COG-237/94  
Sessão: 25.04.1994

.....

**204.** Nos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público, não se aplica o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o estabelecido no artigo 62, § 3º, II, da mesma norma. A vigência do contrato de prestação de serviços de telefonia móvel celular está vinculada ao interesse do usuário em utilizá-lo.

A rescisão do contrato se dará quando a administração não mais desejar dispor do serviço público contratado.

Origem: Secretaria de Estado de Segurança Pública  
Processo nº: 21.303/35 Parecer nº: COG-935/93  
Sessão: 25.04.1994

<sup>72</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 306. Texto revogado: “Os servidores do Estado cedidos ao Município através do Convênio SUS/SC nº 01/91, não integram o Quadro de Pessoal da cessionária, mantendo integralmente o vínculo empregatício com a entidade cedente, não podendo, desta forma, serem remunerados pelo Município.”

<sup>73</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O Fundo de Previdência Parlamentar pode alienar seus bens imóveis, conforme o preconizado no artigo 21, alínea “e”, da Lei Estadual nº 1.051, de 19.01.67. A alienação dos referidos bens deverá se dar mediante a existência de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa, sendo esta específica para a alienação, indicando inclusive o bem a ser alienado, e de licitação na modalidade de concorrência, em cumprimento ao artigo 17, I, da Lei Federal 8.666/93.”

<sup>74</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.



**205.** Em vista do disposto no artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, não pode o Estado brasileiro concorrer com dinheiro, ou qualquer outro auxílio de bens materiais públicos para o desempenho de cultos ou igrejas, salvo a exceção constitucional. A proibição do citado dispositivo impede qualquer aliança entre igrejas e Estado, e o estabelecimento de qualquer vínculo entre, seja, o Estado na sua acepção total, União, seja na sua significação regional Estados Membros, seja no seu sentido local, Municípios e Distrito Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
 Processo nº: 2.023A/32  
 Parecer nº: COG-854/93  
 Sessão: 02.05.1994

.....

#### 206. REVOGADO<sup>75</sup>

.....

**207.** Os fundos especiais são criados por lei e regulamentados por decreto, conforme previsão legislativa. Os fundos especiais não têm personalidade jurídica própria, exercendo os gestores a sua representação ativa e passiva, podendo, em seu nome e por sua conta, contrair obrigações e exercer direitos. Os fundos especiais não possuem quadro de pessoal próprio, devendo utilizar-se daqueles servidores que são colocados à sua disposição.

O pagamento da folha de pessoal poderá ficar a cargo do fundo, desde que previsto em orçamento e no plano de aplicação.

Podem os fundos especiais efetuar aplicações financeiras no mercado aberto, visto que os rendimentos auferidos visam tão somente a recomposição dos valores monetários em disponibilidade. Esta assertiva é válida, desde que o resultado das aplicações financeiras venha a ser utilizado exclusivamente nos fins para os quais foram criados os fundos, sendo necessário registros contínuos, claros e específicos acerca de cada operação, e desde que se trate de recursos disponíveis no período e que não prejudique o cumprimento das obrigações.

É defeso a aquisição de ações, haja vista não se constituir atribuição dos fundos a participação no capital social de empresas. Não podem os fundos especiais efetuar compra de imóveis por ser procedimento estranho aos fins a que se destinam, podendo, contudo, utilizar-se deles, quando colocados à sua disposição por órgãos ou entidades a que estão vinculados.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
 Processo nº: 13.417/31  
 Parecer nº: COG-528/93  
 Sessão: 11.05.1994

.....

**208.** É possível a cessão de uso de bens de órgãos da Administração Pública da mesma esfera de poder (federal, estadual e municipal), mediante termo e anotação cadastral. Todavia, se a cessão ocorrer à outra entidade, mister se faz a autorização legal para a transferência de posse.

<sup>75</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da edição da Lei Federal nº 9.069/95. Texto revogado: "A cotação direta para a aquisição de bens ou serviços licitados, sem a menção dos valores em cruzeiros reais, para serem cumpridas ou liquidadas com prazo superior a 30 dias, serão obrigatoriamente expressos em URV, desde que contraídos a partir de 15 de março de 1994, consoante o disposto no artigo 10 da Medida Provisória nº 482, de 28.04.94."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

Processo nº: 12.703/38

Parecer nº: COG-602/93

Sessão: 16.05.1994

.....

### 209. REVOGADO<sup>76</sup>

.....

210. As associações em geral, inclusive as Associações de Municípios, por força de legislação fiscal, Decreto-Lei nº 486/69 e Parecer Normativo nº 37, de 31 de outubro de 1967, estão sujeitas à escrituração contábil comercial. As associações submetem-se à fiscalização dos Tribunais de Contas somente quando recebem e aplicam recursos do Poder Público.

Origem: Prefeitura Municipal de Urupema

Processo nº: 01.584/45

Parecer nº: COG-280/94

Sessão: 25.05.1994

.....

211. É defeso ao Poder Público assumir encargos trabalhistas de entidades de direito privado, podendo o mesmo, com fulcro nas normas de Direito Financeiro estatuídas pela Lei Federal nº 4.320/64, conceder subvenções sociais, que devem constituir, precipuamente, suplementação aos recursos de origem privada

aplicados na prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar

Processo nº: 22.666/36

Parecer nº: COG-204/94 Quesito nº 01

Sessão: 30.05.1994

.....

212. A jornada de trabalho dos médicos é normatizada pela Lei Federal nº 3.999/61. Nada obsta que o Município implante um plano de carreira para os cargos dos mencionados profissionais, obedecidos os parâmetros da prefalada Lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar

Processo nº: 22.666/36

Parecer nº: COG-204/94 Quesito nº 03

Sessão: 30.05.1994

.....

213. Nada obsta ao Município, mediante lei autorizativa, a instituição de um jornal semanário que atue como Órgão de Divulgação Oficial do Município, examinado o interesse público, e em especial, a relação custo-benefício decorrente da adoção desse procedimento.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar

Processo nº: 22.666/36

Parecer nº: COG-204/94 Quesito nº 04

Sessão: 30.05.1994

<sup>76</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “É viável a doação de bens imóveis públicos, conforme artigo 17, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 8.666/93, observado que: pode ser dispensada a licitação; deve subordinar-se ao interesse público devidamente justificado; deve ser precedida de avaliação; deve contar com prévia autorização legislativa; podem ser estipulados encargos atendidas as prescrições do § 4º, do artigo 17, do referido diploma legal; devem ser cumpridas as normas legais locais (isto é, do Município de Timbó Grande) acerca dos bens imóveis municipais. O entendimento expresso vige nos termos expostos enquanto não houver alteração na legislação pertinente, em especial, atentando para a decisão no mérito do STF na ADIn nº 927/93.”

214. A inexistência de inventário do patrimônio do Município de origem, em caso de emancipação, nos prazos estabelecidos na L.C nº 29/90, com as alterações da L.C. nº 37/91, enseja o inventário judicial, que poderá ser promovido pelo Prefeito ou pela Câmara de Vereadores do Município de origem ou do Município emancipado, meio legal para resolver as pendências relatadas nos autos.

Origem: Prefeitura Municipal de Riqueza  
Processo nº: 01.583/48 Parecer nº: COG-252/94  
Sessão: 30.05.1994

215. REVOGADO<sup>77</sup>

216. REVOGADO<sup>78</sup>

217. O concurso público, como forma de competitivo, regra-se pelo edital como lei interna,

vinculando a Administração a todos os seus termos, exigindo-se, na condução do certame, não apenas o atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal), mas também ao julgamento objetivo dos candidatos.<sup>79</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Processo nº: 0218A/49 Parecer nº: COG-260/94  
Sessão: 14.06.1994

218. REVOGADO<sup>80</sup>

219. O repasse de subsídios aos proprietários rurais atendidos pelo PROSOLO, por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, poderá ser realizado com a emissão de empenho único, devendo a Nota de Empenho ser acompanhada de uma relação que indicará acerca dos proprietários beneficiados, nome, CPF e o valor individualmen-

<sup>77</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002, exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A remuneração do Vice-Prefeito, conforme se infere dos artigos 37, 38 e parágrafos da Lei Orgânica e Decreto Legislativo nº 005/92, do Município de Palma Sola, corresponde, exclusivamente, a 50% da verba de representação atribuída ao Prefeito Municipal.”

<sup>78</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O servidor público estadual eleito Vice-Prefeito poderá perceber a verba de representação mais a remuneração auferida do Estado. Não está o Vice-Prefeito impedido de assumir uma Secretaria Municipal (artigo 25, § 1º, CE), fato que o afastará do outro cargo ou função pública, com direito de opção de remuneração (artigo 25, inciso II, CE), sem prejuízo da verba de representação de Vice-Prefeito, que cumulativamente pode perceber, observados os limites da remuneração do Prefeito (artigo 37, XI).”

<sup>79</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 18.11.1998. Redação inicial: “(...) dos candidatos. Cabe à Administração Pública, provado o interesse público, havendo vacância nos cargos e existindo candidatos concursados habilitados, modificar as condições e requisitos de admissão, para adequá-los àquele interesse, respeitando o princípio isonômico (Constituição Federal, art. 5º, *caput*).”

<sup>80</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Não havendo norma impeditiva, pode o Vice-Prefeito assumir o cargo de Secretário Municipal, cumulativamente, com direito de receber a verba de representação mais a remuneração de Secretário Municipal, observando o limite para a esfera municipal, estabelecido pela Constituição Federal, artigo 37, XI.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

te repassado, a par de outros dados pertinentes aos repasses, como instrui o artigo 53 da Resolução nº TC-06/89, prestando-se tal relação como um dos comprovantes da despesa - artigo 48 do mesmo Diploma Legal.<sup>81</sup>

No caso de o repasse não se restringir a subsídio, implicando, destarte em lançamento contábil no sistema patrimonial e de compensação, o empenhamento da despesa deverá ser individualizado.

Origem: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Processo nº: 0189A/49

Parecer nº: COG-246/94

Sessão: 15.06.1994

.....

**220.** As despesas relativas a diárias, quando contempladas na Lei de Orçamento, autorizadas por lei específica, podem ser fixadas por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, quando se tratar da Administração Direta ou Indireta, ou por Resolução, quando se destinarem à Câmara Municipal, observados os preceitos de isonomia indicados no § 1º do artigo 39 da Constituição Federal. Os gastos com combustíveis e diárias decorrentes de serviços em atividades assistenciais, quando realizados pela Câmara Municipal, são irregulares, por serem estranhos a sua competência institucional.

Conforme decisão proferida no processo de nº C-10371/37, na Sessão de 09.08.93, podem os Municípios aplicar parte das receitas resultantes de impostos, nos termos do artigo 212, da C.F., em gastos com alimentação destinada ao atendimento em creche, uma vez que as restrições constantes da Constituição Federal, dizem respeito somente ao ensino fundamental.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras

Processo nº: 2.318A/32

Parecer nº: COG-017/94

Sessão: 15.06.1994

.....

**221.** É vedada a participação em licitação e a conseqüente realização de obra ou fornecimento de bens e serviços - decorrente de contrato firmado com pessoa jurídica de direito público do Município - pela pessoa física do vereador ou por empresa da qual seja proprietário, diretor ou que nela exerça função remunerada, em face do disposto no artigo 34, inciso I e II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 29, VII e 54, I e II, da Constituição Federal.

A infringência dos dispositivos supramencionados implica em perda de mandato, conforme dispõem os artigos 92, 93 e seus incisos, da Carta Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul

Processo nº: 0000A/43

Parecer nº: COG-249/94 Quesito nº 01

Sessão: 22.06.1994

.....

**222.** É expressamente vedada a participação em licitação e a posterior realização de obra ou fornecimento de bens ou serviços por servidor municipal, concursado ou não, por dirigente, na condição de pessoa física ou jurídica, consoante o que dispõe o artigo 9º, da Lei 8666/93 e, ainda, aos princípios insculpidos no artigo 37, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul

Processo nº: 0000A/43

Parecer nº: COG-249/94 Quesito nº 02

Sessão: 22.06.1994

<sup>81</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução nº TC-16/94.

223. Estão expressamente proibidos de contratar com a municipalidade, e por extensão, de participar de licitação, o cônjuge e os demais parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive (correspondente a pais, irmãos, tios e primos) do Prefeito e do Vice-Prefeito, conforme dispõe o artigo 83, inciso VI, alínea “a”, e o artigo 103, incisos I e II, e seu Parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal.

O artigo 9º, III, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a Lei Orgânica Municipal não vedam a participação em processos licitatórios de parentes de vereador ou de servidor lotados no Órgão ou entidade contratante.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
Processo nº: 0000A/43  
Parecer nº: COG-249/94 Quesito nº 03  
Sessão: 22.06.1994

.....

224. As despesas a serem realizadas à conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são aquelas pertinentes à execução das suas atividades, na forma da legislação aplicável, em especial a Lei nº 8.069, de 13.06.90 (Estatuto da Criança).

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Processo nº: 01.851/40 Parecer nº: COG-281/94  
Sessão: 27.06.1994

.....

225. A forma de prestar contas dos recursos relativos à assistência financeira do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme o disposto no artigo 170, da Constituição Estadual, é a estipulada pela Secretaria de Estado através da qual o Estado efetua o re-

passe, que deverá ater-se aos termos da Resolução nº TC-06/89<sup>82</sup>, de 17 de maio de 1989 e, quem deve prestar contas é a entidade que receber os recursos repassados pelo Estado, individualmente, segundo os critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias, consoante determinação Constitucional.

Origem: Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina  
Processo nº: 02.038/23  
Parecer nº: COG-271/94  
Sessão: 29.06.1994

.....

226. No que concerne à fixação, para fins de responsabilidade, de quem seja ordenador de despesa nas diversas entidades da administração municipal, conforme disposições da Lei Complementar nº 111, de 31.01.1994, haverá o Corpo Técnico deste Tribunal que, diante da notícia de delegação de competência, procederá ao exame minucioso do ato correspondente. Do mencionado exame deverá constar a apreciação preliminar da competência para delegar, a qual se restringe, no âmbito da administração direta municipal de Rio do Sul, às pessoas do Prefeito e dos Secretários Municipais.

Em função dos requisitos de admissibilidade, a delegação administrativa deverá obedecer forma escrita com a indicação dos agentes delegando e delegado e a discriminação da matéria.

Também em face dos requisitos da admissibilidade, a autoridade deve ser legítima e deter a competência a ser transferida, o que implica sejam examinados os limites de tal competência de conformidade com os atos normativos que regulem o funcionamento do respectivo órgão ou entidade auditada.

<sup>82</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução nº 16/94.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A função administrativa é, por si, matéria de natureza delegável pelo que, em princípio, não se vislumbra impossibilidade jurídica a que o ordenador de despesa originário delegue atribuições inerentes à administração contábil, financeira, operacional e patrimonial da entidade pela qual responda ou órgão a ela subordinado.

Ao ato de delegação deverá ser dada publicidade para que possa a autoridade delegada, a partir daí, exercer regularmente as atribuições que lhe são transferidas.

No que concerne à responsabilidade administrativa, o ordenador de despesa original, assim definido em lei, responde pelos atos e fatos praticados em sua gestão.

Em casos de existência de ato de delegação regular, serão partes nos processos de prestação e de tomada de contas, de auditoria e outros de competência desta Corte, somente os ordenadores de despesa delegados.

Serão solidariamente responsáveis, e com isso também partes jurisdicionadas nos mesmos expedientes, os agentes delegantes, nos casos de delegação com reserva de poderes ou de comprovada participação na realização de atos dos quais provenham consequências antijurídicas ou mesmo em razão de culpa pela má escolha da autoridade delegada.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio do Sul  
Processo nº: 14.242/38  
Parecer nº: COG-277/94  
Sessão: 29.06.1994

.....

**227.** A permissão remunerada de uso de bem público, objeto da questão consultada, traduz-se em outorgar ao permissionário a exploração de um bem público, segundo a sua específica destinação.

O ato de permissão remunerada de bem público está sujeito ao prévio procedimento licitatório, de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

A dispensa de licitação, neste caso, é aplicável na hipótese colacionada no art. 24, inciso V, da Lei supramencionada.

Origem: CEASA/SC  
Processo nº: 04.314/43  
Parecer nº: COG-374/94  
Sessão: 06.07.1994

.....

**228.** Para contratar empresas especializadas em sonorização, com a finalidade de divulgar mensagens de interesse da administração estadual em eventos públicos, deverá ser realizado, previamente, o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos artigos 37, XXI e § 1º, da Constituição Federal, 17, 16, § 6º e 19 da Constituição Estadual e 1º, 2º e 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ressalvadas as hipóteses de dispensa, legalmente previstas.

Origem: Secretaria de Estado da Comunicação Social  
Processo nº: 04.720/42  
Parecer nº: COG-367/94  
Sessão: 06.07.1994

.....

**229.** Para divulgar através dos órgãos de comunicação, sistematicamente, a atividade portuária desenvolvida pela autarquia, deverá a mesma, previamente, realizar o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos artigos 37, XXI e § 1º da Constituição Federal, 17, 16, § 6º e 19, da Constituição Estadual e 1º e 2º e 25, II, da Lei nº 8.666/93.



Origem: Administração do Porto de São Francisco do Sul

Processo nº: 03.560/42

Parecer nº: COG-318/94

Sessão: 11.07.1994

231. REVOGADO<sup>83</sup>

.....

232. REVOGADO<sup>84</sup>

.....

230. À vista de omissão da Lei Municipal nº 619/91, instituidora do Regime Jurídico Único para os servidores de Morro da Fumaça, o tempo de serviço anteriormente prestado ao Município por servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, não pode ser computado para a concessão de vantagens estatutárias.

Os efeitos da averbação do tempo de serviço prestado ao Município, anteriormente à instituição de Regime Jurídico Único, devem estar definidos em lei municipal, considerando, inclusive, que a Administração pública somente pode agir sob a égide de autorização legislativa.

233. REVOGADO<sup>85</sup>

.....

234. Os repasses de suprimento para a Câmara de Vereadores, na hipótese de inexistência de dispositivo legal que fixe o percentual a ser observado para esse fim, tomarão por base a proporção contida na Lei de Orçamento, entre o montante da despesa orçada e o volume de dotações destinadas ao Poder Legislativo. Esses repasses serão calculados aplicando-se o percentual sobre o valor da Receita Orçamentária própria do Município efetivamente arrecadada.

Origem: Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça

Processo nº: 03.100/42

Parecer nº: COG-364/94

Sessão: 13.07.1994

Origem: Prefeitura Municipal de São José

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02402/49

Parecer nº: COG-301/94

Sessão: 25.05.1994

<sup>83</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "Na aquisição de passagens de empresas aéreas, com descontos variáveis entre 50% e 75% sobre a tarifa normal, e as fornecidas sem qualquer custo - free, é cabível a não realização de licitação, com fundamento na inviabilidade de competição prevista no caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que justificado e comprovado documentalmente tal situação, em respeito aos princípios da economicidade e da razoabilidade e no interesse da proposta mais vantajosa para a Administração."

<sup>84</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 16.11.1998. Texto revogado: "Em caráter excepcional a Câmara Municipal de Galvão, através de Decreto Legislativo, poderá alterar o Decreto Legislativo nº 008/92, adequando a remuneração dos agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores - em moeda corrente nacional, em conformidade com o artigo 2º da Lei Orgânica e estabelecendo a forma de reajuste a ser aplicada. Da alteração mediante Decreto Legislativo, não poderá decorrer a majoração da remuneração, posto que esta se legitima apenas para adequar o Decreto Legislativo nº 008/92 ao Sistema normativo pátrio e assegurar o direito subjetivo à remuneração ao Prefeito e ao Vice-Prefeito - artigo 29, V da Constituição Federal."

<sup>85</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: "A norma fixadora da remuneração dos legisladores locais que prevê seu reajuste vinculado ao reajuste concedido aos servidores Municipais, ou ainda, ao dos Secretários dos Municípios ou para os cargos equivalentes, quando for feito de forma diferenciada, não permite sua majoração em razão da reestruturação do Quadro dos Servidores, que venha a aumentar os vencimentos dos mesmos."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

### 235. REVOGADO<sup>86</sup>

.....

236. Pode a Administração Municipal repassar auxílios a clubes esportivos profissionais ou não profissionais, mediante prévia autorização legislativa e obediência aos ditames da Lei nº 4.320/64, relativamente à forma contábil e orçamentária. Ressalta-se a necessidade das devidas prestações de contas e a observância das atividades dos entes beneficiados, no que respeita ao disposto na Constituição Federal, artigo 217.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Irani  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 04009/47  
Parecer nº: COG-440/94  
Sessão: 25.07.1994

.....

237. Podem as Prefeituras Municipais comprovar o recebimento de serviços através de Nota Fiscal de Serviço Avulsa por elas fornecida.

Origem: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 22926/37  
Parecer nº: COG-349/94  
Sessão: 25.07.1994

238. Os comprovantes da despesa estão normatizados na seção II, do capítulo V, da Resolução TC-06/89<sup>87</sup>, desta Corte de Contas, sendo o recibo um dos documentos hábeis para comprovar despesas como as relacionadas ao Fundo de Previdência e Seguridade do Servidor Público Municipal, observada a indicação precisa do beneficiário e do prestador de serviços.<sup>88</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 04315/40  
Parecer nº: COG-406/94  
Sessão: 27.07.1994

.....

239. Não encontra suporte legal a concessão de diferença decorrente de reajuste salarial concedido em momento ulterior ao efetivo pagamento de importância requerida por servidor municipal, a título de conversão em pecúnia de licença-prêmio. Leis Complementares Municipais nº 01, artigos 121 e 126, § 2º e nº 03, artigo 40 e seus parágrafos.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 04465/48  
Parecer nº: COG-380/94  
Sessão: 27.07.1994

<sup>86</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Não estando previsto nas normas fixadoras da remuneração da presente legislatura, torna-se indevido qualquer acréscimo ou correção dos valores percebidos pelos agentes políticos municipais que não esteja compreendido nos percentuais do reajuste geral de vencimentos concedidos aos servidores públicos do Município.”

<sup>87</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

<sup>88</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto reformado: “[...]sendo o recibo documento hábil para evidenciar despesas[...]”.



**240.** Não pode o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, conceder vale-transporte aos estudantes bolsistas que prestam serviços à Instituição, uma vez que a norma que institui o Programa Bolsa de Trabalho no Estado de Santa Catarina, não prevê esta hipótese.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 06790/46  
Parecer nº: COG-491/94  
Sessão: 27.07.1994

.....

**241.** É possível a abertura de crédito especial pelo Município, para o caso de despesas novas; deverá ser precedida de autorização legislativa e será efetivada por decreto do Executivo. É necessária a existência de recursos e de justificativa aceitável; tudo isto nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e observados as peculiaridades de cada Lei Orgânica Municipal.

Origem: Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03996/47  
Parecer nº: COG-417/94  
Sessão: 03.08.1994

.....

**242.** A Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense, sociedade de economia mista municipal, submete-se ao controle legislativo, ao controle jurisdicional e ao controle popular. O controle legislativo é exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas, de acordo com o arti-

go 113, combinado com os artigos 58 a 62 da Constituição do Estado. A HIDROESTE, entidade fiscalizada pela Câmara de Vereadores, não pode se furtar ao atendimento de Pedido de Informação a ela endereçada pelo Poder Legislativo Municipal, sobretudo quando abordarem questões pertinentes à gestão da coisa pública, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, como estabelece o artigo 32, inciso XV, da Lei Orgânica do Município.

Origem: Câmara de Vereadores de Águas de Chapecó  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 06087/42  
Parecer nº: COG-424/94  
Sessão: 03.08.1994

.....

**243.** O Município, na contratação de serviços a serem prestados por servidores públicos de outras esferas de governo, deverá observar o cumprimento do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal; artigo 9º, inciso VIII, da Lei Federal 8.429/92; e artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

A hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de serviços de assessoria e de ministração de cursos, somente será possível quando estiverem conjugados os requisitos da especialização e da singularidade do serviço, a serem examinados, na oportunidade, pelo Administrador Público.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 04734/48  
Parecer nº: COG-488/94  
Sessão: 08.08.1994

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**244.** A Câmara Municipal, dentro das funções institucionais que lhe foram atribuídas, não tem competência para tomar a si a incumbência de elaborar e aprovar lei compreendendo o plano plurianual, uma vez que a iniciativa dessa lei é de competência privativa do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 165, incisos I, II e III da Constituição Federal, reproduzido na Lei Orgânica do Município de Gaspar em seu artigo 68, incisos I, II e III, ao qual se adiciona o artigo 47, inciso IX.

Qualquer iniciativa da Câmara de Gaspar em editar o Plano Plurianual encontra óbice nos artigos 47, inciso IX e 68, § 8º, inciso II da Lei Orgânica do Município promulgada pela Câmara.

As leis municipais contrárias à Lei Orgânica são passíveis de impugnação via judicial.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 07838/46  
Parecer nº: COG-500/94  
Sessão: 08.08.1994

.....

**245.** A Lei Municipal nº 1.487/ 93, que autoriza o Poder Executivo a subsidiar Programa de Desenvolvimento Rural, visando a execução de serviços específicos de esterqueiras, silos, açudes e terraplenagens para construção de galpões, não colide com os preceitos da Lei Federal nº 8.429/92,

dessarte, a sua aplicação não configura a prática de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário.

Origem: Prefeitura Municipal de Ituporanga  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 07279/46  
Parecer nº: COG-484/94  
Sessão: 08.08.1994

.....

**246.** É inexigível a apresentação de CND do INSS para pessoa física, consoante o que dispõe o artigo 195, § 3º da Lei Fundamental, ressalvada as condições impostas pela Ordem de Serviço nº 52/92, do INSS, que atualizou as normas de sua expedição com fundamento legal na Lei Federal nº 8.212/91.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 06956/45  
Parecer nº: COG-481/94  
Sessão: 10.08.1994

.....

**247.** REVOGADO<sup>89</sup>

.....

**248.** REVOGADO<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A Prefeitura Municipal de Canoinhas poderá descentralizar à FUNPLOC, os serviços afetos à seleção de candidatos para o preenchimento de cargos em caráter temporário, mediante norma delegante. A seleção dos candidatos deverá nortear-se, entre outros, pelo artigo 36 da Lei Municipal nº 2.306/90, os quais se destinarão exclusivamente ao desempenho de atividades docentes, consoante o disposto no artigo 34 da mesma Lei. A admissão em caráter temporário para o preenchimento de vagas no Quadro do Magistério Público Municipal deverá efetivar-se por ato do Prefeito ou do Secretário da Pasta da Educação, de acordo com o preceito insculpido na Lei Orgânica do Município de Canoinhas, artigo 66, IX, combinado com o seu parágrafo único.”

**249.** É cabível a comprovação de despesa pública mediante nota fiscal emitida por matriz ou filial da mesma empresa, em face do disposto nos artigos 47 *usque* 51, da Resolução TC-06/89<sup>91</sup>, considerando a unidade das mesmas e a pluralidade de domicílios que lhes são peculiares, não se constituindo em óbice o fato do processamento do empenho discriminar unidade (matriz ou filial) diversa daquela que emitirá a nota fiscal.

Havendo matriz ou filial sediadas no Estado Catarinense, com o propósito de evitar a evasão de tributos, o órgão ou entidade pública adquirente poderá dar preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 06086/45  
Parecer nº: COG-503/94  
Sessão: 17.08.1994

.....

**250.** Para promover incentivos a empresas, dentro de programa específico, visando atraí-las para que se estabeleçam no território municipal, é permitido à Administração:

- devolver mediante lei autorizativa (artigo 16, III da LOMDP.), valores parciais correspondentes aos montantes recolhidos a título de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços, da soma que retorna, por disposição constitucional, ao Município (Constituição Federal, artigo 158, IV e CE, artigo 133, II, “a”), observados os requisitos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00;

- promover concessão do direito real de uso, com encargo, de imóvel para suas instalações, mediante autorização legislativa específica e justificado interesse público e ainda, fazer constar do instrumento de concessão os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão;
- executar gratuitamente serviços de terraplenagem e infra-estrutura nas áreas públicas de distritos industriais compreendidos em programas de incentivos e, mediante cobrança, em áreas particulares, observando os ditames constantes nas Leis Federais nº 8.429/92 e nº 4.320/64, vedada a destinação de auxílios financeiros a entidades de direito privado com fins lucrativos, conforme art. 19 desta lei.<sup>92</sup>

Origem: Câmara Municipal de Doutor Pedrinho  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02366/40  
Parecer nº: COG-329/94  
Sessão: 22.08.1994

.....

**251. REVOGADO<sup>93</sup>**

<sup>90</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face da edição de nova Lei dispondo sobre eleições. Texto revogado: “*Existente Lei Municipal que estabeleça as condições previstas pela norma do inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública poderá admitir pessoal em caráter temporário, desde que sejam candidatos habilitados em competitivo público, realizado segundo os princípios contidos no caput do artigo 37 da Magna Carta, em se tratando do decurso do prazo restritivo estipulado pela Lei Federal nº 8.713, de 30 de setembro de 1993, que dispõe sobre as eleições de 1994. Excetuam-se, exclusivamente as hipóteses de emergência ou calamidade pública, regularmente declaradas.*”

<sup>91</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

### 252. REVOGADO<sup>94</sup>

.....

253. O procedimento recomendável para processar a aquisição de medicamentos e custear sepultamentos a título de auxílios para carentes, é o sistema de registro de preços, que deve ser precedido de licitação na modalidade de concorrência, conforme o preceituado no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93.

É viável a criação de um Fundo para atender despesas com a compra de medicamentos, bem como gastos com sepultamento de pessoas carentes do Município, desde que observados os artigos 167 da Constituição Federal e 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64, além de a prestação de contas submeter-

se às regras definidas pelo Tribunal de Contas, em textos legais e regulamentares.

Origem: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Conselheiro Eptácio Bittencourt  
Processo nº: 19823/38  
Parecer nº: COG-712/93  
Sessão: 19.09.1994

.....

254. O Poder Executivo Municipal, para fins de concessão de subvenções sociais, deverá pautar-se pelos ditames constantes na Lei Federal nº 4.320/64, em especial os artigos 12, § 3º, inciso I, 16 e 17, bem como na Resolução nº TC-06/89<sup>95</sup>, que dentre

<sup>92</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Para promover incentivos a empresas, visando atraí-las para que se estabeleçam no território municipal, é permitido à Administração: 1- devolver mediante lei autorizativa (art. 16, III da LOMDP), valores parciais correspondentes aos montantes recolhidos a título de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, da soma que retorna, por disposição constitucional, ao Município (Constituição Federal, artigo 158, IV e CE, art. 133, II, a); 2- doar, com encargo, imóvel para suas instalações, atentando para a autorização legislativa específica, avaliação prévia, o interesse público devidamente justificado e ainda, fazer constar do instrumento de doação os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, em conformidade com o artigo 17, I, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicando quando cabível, o preceituado no § 5º do mesmo dispositivo jurídico; ou 3- doar, sem encargo, imóvel com fulcro no artigo 17, I, b, do Estatuto das Licitações, em face da supressão havida em sua redação por força de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade; 4- executar serviços de terraplenagem e infra-estrutura, bem como a construção parcial ou total de benfeitorias, observando os ditames constantes nas Leis Federais nº 8429/92 e nº 4320/64; 5- transferir recursos financeiros por meio de subvenções econômicas, para empreendimentos da espécie admitida em lei, sendo, para tanto, imprescindível a competente autorização legislativa (Lei Federal nº 4320/64, art. 12, § 3º, II e artigos 17 e 19).”*

<sup>93</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: *“Em conformidade com a decisão prolatada em 14.04.94 pelo Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, não está proibida a realização de concursos para a admissão de servidores públicos, quer a nível federal, estadual ou municipal, no decorrer de todo o exercício, porque, assim, a lei reguladora das eleições de 3 de outubro de 1994, não previu expressamente.”*

<sup>94</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: *“É possível a aquisição de material permanente por conta da arrecadação proveniente do Convênio nº 158/92, realizado entre a Prefeitura Municipal e a SSP - Polícia Militar, desde que observadas as disposições das cláusulas terceira, item 2, letras “c” e “d” e sexta do mencionado Termo. Cabe ao órgão financeiro/contábil da municipalidade adotar o respectivo elemento da despesa, de acordo com a legislação vigente.”*

<sup>95</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

outros prescreve que as subvenções devem visar à prestação de serviços de assistência social, médica e educacional. Em se tratando de entidades esportivas, subsidiariamente, deverá ser adotado, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.672/93, artigos 39 e 43, inciso I, alínea “f”.

Cumpre atentar ainda para a Lei Orgânica do respectivo Município, *in casu*, os artigos 16,V e 67 XXVII, do Diploma Maior do Município de Águas Frias, que impõe como imprescindível para a concessão de subvenções, a existência de prévia autorização legislativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Águas Frias  
Relator: Conselheiro Eptácio Bittencourt  
Processo nº: 10187/44  
Parecer nº: COG-631/94  
Sessão: 19.09.1994

255. Os administradores estaduais não estão jungidos aos ditames da Instrução Normativa nº 001/92, da SJA, bem como ao Manual de Classificação de Materiais de Caráter Permanente e de Consumo, naquilo que conflitar com o preceituado no Decreto Estadual nº 345/87, em face do princípio da hierarquia das normas jurídicas.

Origem: Sec. de Estado dos Transportes e Obras  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 7131/47

Parecer nº: COG-607/94

Sessão: 19.09.1994

256. REVOGADO<sup>96</sup>

257. REVOGADO<sup>97</sup>

258. É inviável a celebração de contrato com firma administradora de cartões de crédito, cuja aquisição se destina à utilização por parte de Ordenadores de Despesa, em face da impossibilidade de prévio empenho da despesa por estimativa, em decorrência do não conhecimento dos respectivos credores, em atenção ao que prescrevem os artigos 60 e 61, da Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 11718/36  
Sessão: 07.10.1994

259. A agregação percebida no exercício de mandato eletivo, disciplinada no artigo 90, § 6º, da Lei Estadual nº 6.745/85, revogado pela Lei nº 7.373/88, só alcança os mandatos exercidos na esfera estadual, consoante

<sup>96</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Pode a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho firmar convênio e realizar despesas de interesse local, que sejam constitucionalmente de responsabilidade do Estado, desde que munida de prévia autorização legislativa, com a observação das normas disciplinadoras da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 116.”

<sup>97</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: “Os controles contábeis a serem realizados pelas Unidades Fiscalizadas por este Tribunal de Contas, em decorrência do Programa de Estabilização Econômica e Sistema Monetário Nacional - Lei 8.880/94, Plano Real - Medidas Provisórias 542 e 566/94, devem moldar-se às orientações formuladas pela Diretoria Geral de Controle de Municípios (Memorando nº 114/94).”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

o estabelecido no artigo 18, da Constituição Federal, assegurador da autonomia financeira do Estado.

Origem: Prefeitura Municipal de Garopaba  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 07528/43  
Parecer nº: COG-639/94  
Sessão: 24.10.1994

.....

**260.** Nos contratos celebrados após a implantação da URV, somente é admitida a inclusão de cláusula de reajuste ou revisão de preços, se constar que seus efeitos ficam suspensos para a aplicação em prazo inferior a um ano - artigo 11, da Lei Federal nº 8.880/94.

É nula e nenhum efeito surtirá, cláusula que conflite com o preceituado no artigo 11, *caput*, da Lei em comento, conforme a literalidade do artigo 12 do mesmo Diploma Legal.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário de Camboriú  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 08775/49  
Parecer nº: COG-608/94  
Sessão: 26.10.1994

.....

**261.** REVOGADO<sup>98</sup>

**262.** REVOGADO<sup>99</sup>

.....

**263.** A licitação é a regra, portanto, há obrigatoriedade de sua realização por disposição constitucional - artigo 37, XXI e da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, ressaltados os casos expressamente previstos na legislação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Origem: Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 07516/42  
Parecer nº: COG-726/94  
Sessão: 31.10.1994

.....

**264.** A norma do § 1º, artigo 32, da Lei Federal nº 8.666/93 faculta ao Administrador a dispensa de apresentação, no todo ou em parte, da documentação de habilitação de que tratam os artigos 28 a 31, da mesma Lei, quando na modalidade de convite, concurso, leilão, e na hipótese de fornecimento de bens para pronta entrega, estando, portanto, sujeito tão somente a sua discricionariedade, o uso dessa faculdade, estabelecendo em cada caso qual a documentação exigida ou dispensada. Não se inclui nessa faculdade a exigência das Certidões Negati-

<sup>98</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A forma legalmente prevista, que a Prefeitura Municipal de Florianópolis tem para repassar recursos financeiros para entidades públicas e privadas, é através de convênio, nos termos do artigo 116, seus parágrafos e respectivos incisos, da Lei Federal nº 8.666/93, ad referendum, da Câmara Municipal.”

<sup>99</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O Poder Público Municipal pode licitar a realização de obras, reformas, e serviços em bens imóveis pertencentes ao patrimônio de outras esferas de governo ou entidades privadas, desde que objeto de cláusulas específicas de convênio celebrado entre as Unidades Administrativas ou com entidades privadas, que obrigatoriamente serão submetidas à apreciação do Poder Legislativo Municipal.”



vas de Débito com a Seguridade Social (INSS), e o FGTS, nos termos das Leis Federais nº 8.212/91 (artigo 95) e 8.036/90 (artigo 27), as quais devem ser apresentadas de acordo com a decisão do Tribunal de Contas, com caráter normativo, no Processo nº C-04102/33, exarada em sessão do Tribunal Pleno de 19 de abril de 1993, que deve ser observada integralmente pelas Unidades Administrativas.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 12201/44  
Parecer nº: COG-711/94  
Sessão: 21.11.1994

265. O Executivo Municipal de Blumenau não necessita de prévia autorização legislativa para a celebração de contratos, considerando as normas da vigente Lei Orgânica do Município.

A contratação por pessoa jurídica de direito público interno, de órgão ou entidade integrante da Administração Pública, constitui-se em hipótese de dispensa de licitação, em conformidade com o disposto no artigo 24, XVI, combinado com os artigos 2º e 6º, todos da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Eptácio Bittencourt  
Processo nº: 12995/49  
Parecer nº: COG-728/94  
Sessão: 23.11.1994

266. Podem as Câmaras Municipais efetuar dispendios a título de contribuições mensais, a associ-

ações de natureza privada que congregam as Câmaras de Vereadores, desde que haja lei especial que autorize ou que constem da Lei Orçamentária.

Origem: Câmara Municipal de Quilombo  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 12603/40  
Parecer nº: COG-742/94  
Sessão: 28.11.1994

267. As pessoas jurídicas de direito público interno entre si podem adquirir, com dispensa de licitação, bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o do mercado, nos termos do artigo 24, VIII, combinado com os artigos 2º, *caput* e 6º, XI, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

Excetua-se da exigência e criação anteriores à vigência da Lei nº 8.666/93, os serviços arrolados no inciso XVI, do artigo 24.

A comprovação de que o órgão ou entidade tenha sido criado para esse fim específico, através de seus atos constitutivos e bem assim, a demonstração de que o preço contratado é compatível com o praticado no mercado, são requisitos essenciais e necessários para a validade do ato administrativo vinculado à Lei nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 08785/45  
Parecer nº: COG-722/94  
Sessão: 28.11.1994

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**268.** Os critérios para a contagem de prazo de qualquer natureza previstos pela Lei Federal nº 8.666/93 são os estabelecidos em seu artigo 110. Especificamente para abertura de proposta de licitação, há que se observar o artigo 21, § 3º, do mesmo Diploma Legal.

Origem: Prefeitura Municipal de Correia Pinto  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 14506/46  
Parecer nº: COG-752/94  
Sessão: 14.12.1994

.....

**269.** As dívidas inscritas em restos a pagar preservem em cinco anos, conforme o estabelecido no Decreto nº 20.910/32. Requerido o pagamento pelo credor antes de vencido o prazo prescricional, ocorre a interrupção da prescrição do empenho inscrito, devendo o pagamento efetuar-se na forma do artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64, regulamentada pelo Decreto Federal nº 62.115/68.

Origem: Prefeitura Municipal de Correia Pinto  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 14506/46  
Parecer nº: COG-752/94  
Sessão: 14.12.1994

.....

**270.** Em conformidade com o preceito do artigo 20, da Lei Federal nº 8.666/93, os procedimentos licitatórios podem ser realizados descentralizadamente, com a adoção da modalidade correspondente às obras, serviços ou compras a serem efetivados local ou regionalmente, conforme o caso, atentando para a ressalva da norma legal em sua parte final.

O artigo 23, em seus parágrafos 1º, 2º e 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, permite os seguintes procedimentos:

- obras, serviços e compras podem ser parceladas ou realizadas por etapas, desde que observada a cada evento a modalidade de licitação correspondente à execução total do objeto em licitação (§§ 1º e 2º, do artigo 23);
- obras e serviços da mesma natureza a serem realizados no mesmo local, deverão observar a modalidade licitatória pertinente ao objeto global em licitação (§ 5º, do artigo 23);
- obras e serviços, ainda que da mesma natureza, a serem realizados em locais diferentes, podem ser licitados na modalidade correspondente a cada objeto em licitação (§ 5º, do artigo 23);
- obras e serviços realizados no mesmo local, cujas parcelas ou etapas possam ser executados, por sua natureza, por empresas especializadas diversas, serão licitadas individualmente, observando a modalidade correspondente a cada objeto em licitação.

Origem: Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 07130/40 Parecer nº: COG-688/94  
Sessão: 19.12.1994

.....

**271.** Considerando a autonomia municipal insculpida no artigo 30 da Lei Maior, pode o Município, mediante lei autorizativa especial, efetuar gastos com pessoal a título de verba indenizatória, desde que atendidos os pressupostos básicos da despesa pública, bem como o disposto no artigo 169 da Carta Magna e no artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.



Pagamentos relativos a 13º salário, FGTS e férias devem ser realizados, independentes de autorização legislativa, aos servidores contratados sob a égide da CLT, considerando-se que ao tempo da contratação tenha sido consignada dotação orçamentária para este fim.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapema  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 15199/48 Parecer nº: COG-853/94  
Sessão: 21.12.1994

.....

272. Não pode o Município contratar, sem a realização de concurso público, profissional da área de medicina veterinária, seja em decorrência de convênio de municipalização da agricultura ou qualquer outra forma, por ferir o disposto no artigo 37, inciso II, do Magno Diploma.

Origem: Câmara Municipal de Treze de Maio  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 15184/45 Parecer nº: COG-787/94  
Sessão: 08.03.1995

.....

273. A CELESC S/A não está sujeita ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, previsto na Constituição Federal em seu artigo 156, IV, de competência dos Municípios, por gozar de “imunida-

de tributária”, por força do disposto no artigo 150, VI, “a”, combinado com os artigos 21, XII, “b”, 150, § 3º e 173, § 1º, todos da Constituição Federal de 1988, e por desenvolver atividade definida constitucionalmente como de “serviço público”, cuja titularidade é deferida pela própria Constituição ao Estado.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 08364/43 Parecer nº: COG-622/94  
Sessão: 08.03.1995

.....

274. REVOGADO<sup>100</sup>

.....

275. O pagamento de horas extras a servidor em cargo de provimento comissionado, segundo a doutrina, é indevido, posto que nesta condição deve dedicação plena ao trabalho, não somente no horário normal de expediente.

Ao Município é facultado, frente a sua autonomia, estabelecer a forma de remunerar seus servidores, sempre em conformidade com autorização legislativa específica.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapoá  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0190603/59 Parecer nº: COG-045/95  
Sessão: 20.03.1995

<sup>100</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O artigo 37, XII, da Constituição Federal estabelece a isonomia salarial entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, pretendendo suprimir a ocorrência de disparidade de vencimento de cargos semelhantes entre tais Poderes, a qual submete-se ao disciplinamento do artigo 39 da Carta Magna, combinado com o artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A instituição do Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo do Município de Celso Ramos tem por modalidade normativa adequada a Resolução, conforme o disciplinado no artigo 23, II, da sua Lei Orgânica. O limite para repasse de recursos financeiros à Câmara Municipal pelo Poder Executivo é aquele fixado na programação orçamentária de desembolso ou o duodécimo.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**276.** É indispensável a realização de licitação para a locação de linha telefônica, em obediência aos princípios constitucionais da isonomia, da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da licitação, e, em havendo mais de um interessado, como garantia à observância de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, com o estabelecimento do competitório, tudo nos termos do artigo 37, XXI, da Constituição Federal e artigos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94.

Cabe ao Administrador Público, dentro do poder discricionário pela Lei Federal nº 8.666/93 a este conferido, optar dentre as modalidades permitidas, qual se ajusta ao valor do objeto ou objetos a serem adquiridos pela Administração.

Ao Tribunal de Contas a Constituição conferiu outras atribuições, que não a de tomar decisões dos atos que cabem única e exclusivamente ao Administrador Público.

As locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, nos termos do artigo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 37, XXI, da Carta Magna.

Origem: Câmara Municipal de São Domingos  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0353403/50  
Parecer nº: COG-050/95  
Sessão: 20.03.1995

.....

**277.** No campo doutrinário, os administrativistas vêem com impropriedade a concessão de horas extras a servidor ocupante de cargo comissionado, pois devem dedicação plena ao trabalho e não somente no horário normal de expediente.

O Município, unidade federativa autônoma, é

competente para estabelecer a forma de remunerar os seus servidores nos termos fixados em norma local específica.

Ao servidor ocupante de cargo de chefia poderá ser concedida gratificação de função referente ao cumprimento desse desiderato, e ainda, outras que tenham por base fato gerador diverso.

Aos servidores ocupantes de cargos de chefia é admitido o pagamento de horas extras, porém, caso sejam detentores de cargos comissionados, recomenda-se a observância dos itens acima.

É facultado ao Município, mediante norma legal adequada à espécie, conceder o pagamento de incentivo - percentual incidente sobre o vencimento - a servidor que conclua a formação de nível superior.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0215005/58      Parecer nº: COG-048/95  
Sessão: 27.03.1995

.....

**278.** É admissível a adjudicação do objeto licitado ao único interessado entre os convidados na modalidade de licitação convite, desde que, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que estas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite, nos termos do § 7º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0455703/50  
Parecer nº: COG-056/95  
Sessão: 27.03.1995

**279.** São legais os gastos com Boletim Informativo Municipal, desde que atendidos os pressupostos do artigo 37, § 1º, da Magna Carta, as normas de direito financeiro insculpidas na Lei nº 4.320/64, o procedimento licitatório (Lei nº 8.666/93) quando não for editado pela própria municipalidade, e, artigo 13, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0352505/51  
Parecer nº: COG-057/95  
Sessão: 27.03.1995

.....

**280.** Pode a Administração Pública Municipal utilizar-se do IPCR para as correções contratuais, ou de outros índices oficiais, observadas as melhores vantagens, os ditames das Leis nº 8.666/93, e nº 8.880/94 suas normas complementares, e a legislação municipal pertinente, em serviços como: locação de imóveis, linhas telefônicas, implantação de software e contratos com órgãos de imprensa.

Origem: Câmara Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 035450354  
Parecer nº: COG-070/95  
Sessão: 03.04.1995

.....

**281.** A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária exige observância ao que preceitua o artigo 165 da Constituição Federal, explicitador do novo processo orçamentário que reforça a necessidade do planejamento articulado, através de três instrumentos que se interligam de forma hierarquizada: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

No encaminhamento das Leis pelo Executivo ao Legislativo e para efetivamente cumprir com suas finalidades, a LDO deve ter os seus prazos para envio ao Poder Legislativo e para sanção pelo Executivo subordinados aos prazos antecedentes fixados para o Plurianual e à data limite para a remessa do orçamento ao Legislativo, visando a ser concretamente, o elemento balizador do orçamento a ser elaborado.

Ressalta-se que o artigo 35, § 2º, inciso II, do ADCT da Constituição Federal, prevê o envio da LDO até oito meses e meio antes do final do ano e devolvido para sanção até o encerramento da primeira sessão Legislativa.

Origem: Câmara Municipal de Massaranduba  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 1621A/41  
Parecer nº: COG-841/94  
Sessão: 05.04.1995

.....

**282.** Quando a Constituição estabelece que a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores deve ser fixada em cada legislatura para a subsequente, significa dizer que deverá ser fixado um único critério de remuneração e respectivo reajustamento para toda a legislatura, não podendo haver alteração no curso da mesma.

.....

Uma vez fixado o subsídio e as respectivas representações, não se pode alterá-los na legislatura vigente.

Nada impede que a Câmara Municipal fixe o reajuste dos valores estabelecidos na legislatura anterior, nos mesmos índices concedidos aos servidores do Município, seguindo como parâmetro o que preconiza o artigo 37, X, da Constituição Federal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Maravilha  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 1171A/46  
Parecer nº: COG-723/94  
Sessão: 05.04.1995

.....

**283.** Pode o Chefe do Executivo Municipal de Herval D'Oeste contratar por tempo determinado pessoal para atender necessidade de excepcional interesse público, nos moldes do artigo 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais nº 1.073/89 e 1.390/93. É recomendável que o administrador dê ampla publicidade ao ato e realize alguma forma de seleção prévia, a seu arbítrio. Na contratação temporária não há o preenchimento de vagas, dada a excepcionalidade de sua ocorrência.

.....

Origem: Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 0352101/52  
Sessão: 10.04.1995

.....

**284.** Sendo a Câmara Municipal composta de 9 (nove) membros, o *quorum* mínimo necessário para traduzir-se em maioria absoluta para a aprovação ou rejeição de projetos de lei constitui-se de 5 (cinco) Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Angelina  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 15507/48  
Parecer nº: COG-846/94  
Sessão: 12.04.1995

**285.** O servidor em licença para tratar de assuntos particulares, pode exercer qualquer outra atividade lícita enquanto perdurar o benefício. Ao Administrador cabe a concessão da licença, levando em conta a oportunidade e a necessidade do serviço.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0435106/55  
Parecer nº: COG-055/95  
Sessão: 12.04.1995

.....

**286.** É lícito o cômputo do tempo de serviço sob o regime celetista de servidores municipais que posteriormente, em face do regime adotado pela municipalidade, tornaram-se estatutários, para todos os efeitos legais, incluindo-se a licença-prêmio, desde que os servidores tenham prestado serviços ao Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Agrolândia  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 14687/40  
Parecer nº: COG-785/94  
Sessão: 12.04.1995

.....

**287.** Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, na forma preconizada pelo § 3º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93, estando a Administração obrigada a contratar o objeto da licitação com o vencedor, conforme estipula o artigo 50 do mesmo Diploma Legal.

Origem: Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0504507/56  
Parecer nº: COG-083/95  
Sessão: 12.04.1995

.....

**288.** O exercício remunerado da função de membro ou conselheiro de órgão de deliberação de empresas estatais, não se confunde com a vedação contida nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Carta Magna, isto é, não implica em acumulação remunerada ilegal.

Os agentes políticos, como tal entendidos os Secretários de Estado, não estão impedidos de remunerada e cumulativamente exercer a função de membro ou conselheiro de órgão de deliberação, assim como os dirigentes de estatais, ressalvado se originariamente foram ocupantes de cargo, emprego ou função, do qual se encontram afastados temporariamente.

Os servidores públicos ocupantes de cargos, empregos ou funções, entre estes os nomeados em comissão submetidos ao regime estatutário, estão impedidos de receber qualquer remuneração a título de participação como membro ou conselheiro de quaisquer órgãos de deliberação, por força das disposições contidas na Lei Estadual nº 8.675/92 e no Decreto Estadual nº 3.348/93.

Origem: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0230506/53  
Parecer nº: COG-041/95  
Sessão: 19.04.1995

.....

**289.** A autorização de débito automático em conta bancária de percentual incidente sobre recurso

oriundo do Fundo de Participação dos Municípios para pagamento de contribuição financeira mensal à Associação de Municípios é irregular, por caracterizar vinculação de receita à despesa, o que é vedado pelo artigo 167, IV, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Origem: Associação dos Municípios da Região Serrana  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 13061/46  
Parecer nº: COG-765/94  
Sessão: 19.04.1995

.....

**290.** O Poder Legislativo Municipal, em vista de sua autonomia administrativa, observados os regramentos próprios, pode descentralizar procedimentos no interesse de seus membros. Em se tratando de recursos financeiros, deverá ser preservada a unidade orçamentária, processando-se as despesas segundo as normas de direito público, consideradas globalmente neste caso.

A responsabilidade pela prestação de contas é exclusiva do Ordenador da Despesa responsável pela Unidade Gestora.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0512903/58  
Parecer nº: COG-098/95  
Sessão: 24.04.1995

.....

**291.** A licitação para compra de medicamentos da Fundação para o Remédio Popular do Estado de São Paulo - FURP, por órgãos ou entidades do Estado ou por Municípios, é dispensável, com fundamento no

## Decisões em Consultas – Prejulgados

artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94.

Origem: Prefeitura Municipal de Major Vieira  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0236A/47  
Parecer nº: COG-849/94  
Sessão: 03.05.1995

.....

### 292. REVOGADO<sup>101</sup>

.....

### 293. REVOGADO<sup>102</sup>

.....

294. A investidura dos membros das comissões permanentes não poderá exceder a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente,

nos exatos termos do § 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

Quantos e quais os membros que serão substituídos é decisão que cabe à autoridade competente, atentando para a norma constante no § 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

Inexistem restrições à designação de mais de uma comissão permanente de licitações, quando então, deverá especificar sua área de atuação, assim como, de comissões especiais, sendo que estas são exigidas em algumas espécies de licitação, como prevê o Estatuto das Licitações.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0936807/55 Parecer nº: COG-216/95  
Sessão: 12.05.1995

.....

### 295. REVOGADO<sup>103</sup>

<sup>101</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “É admissível que o Município estabeleça contribuição a ser paga à Associação de Municípios, em valor percentual vinculado à receita do Fundo de Participação dos Municípios, cujo pagamento se efetivará com receitas compreendidas no fundo geral, observado pois, o princípio da unidade de caixa.”

<sup>102</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998. Texto revogado: “Os serviços prestados pelo SIMAE são caracterizados como serviço público municipal, e por consequência, assim são qualificados os serviços que prestam os servidores da referida Autarquia Intermunicipal, nos termos da Lei Municipal nº 654, de 26 de abril de 1972. As vantagens atribuíveis aos servidores do Município de Capinzal, entre elas os adicionais por tempo de serviço, são concedidas na forma preconizada pelos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 006/91, que estabelece o estatuto e o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Capinzal, a contar da data da admissão do funcionário no serviço público do Município, alcançando os servidores das autarquias, nos termos do artigo 1º da Lei nº 1446/90, ambas do Município de Capinzal. O período de tempo em que o servidor deixou de receber o adicional por tempo de serviço por ato unilateral da Administração, tratando-se de direito resguardado por lei, deve ser reembolsado nos respectivos valores, atualizados monetariamente, retroagindo à data em que deixou de recebê-los, com fundamento na Lei nº 1446/90 e na Lei Complementar nº 006/91.”

<sup>103</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Podem ser remuneradas até seis sessões extraordinárias, convocadas de acordo com o artigo 46 da Resolução nº 07/93, que estabelece normas regimentais de organização do Poder Constituinte Municipal de Vargem Bonita, e realizadas por aquele Poder Legislativo, conforme o disposto no artigo 41, § 2º, IV, da Lei Orgânica de Catanduvas, momentaneamente aplicável àquele Município, por força das Leis Complementares nº 29/90, artigo 30, inciso I, e nº 135/95, artigo 29, inciso I.”



**296.** Somente poderá o Chefe do Poder Executivo alienar bens móveis que pertençam ao Ativo Permanente do Município com prévia autorização legislativa, específica ou genérica, vez que a Lei Orgânica do Município Consulente não prevê essa hipótese (somente o faz em relação aos bens imóveis).

Há a necessidade ainda, do atendimento do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 referente ao procedimento licitatório e às normatizações contidas na Lei Federal nº 4.320/64 (artigo 105, § 2º).

Origem: Câmara Municipal de Xanxerê  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0828311/51  
Parecer nº: COG-033/95  
Sessão: 17.05.1995

**297.** Pode a Câmara Municipal de Videira efetuar gastos com a contratação de rádio emissora para a transmissão ao vivo das sessões legislativas, observadas as normas constantes do artigo 37, inciso XXI e § 1º, da Constituição Federal; do artigo 2º, em especial da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94; e os dispositivos da Lei Orgânica Municipal que tratam da matéria.

É permitido à Câmara Municipal de Videira firmar contrato com jornal local objetivando manter uma página semanalmente para divulgação dos trabalhos realizados pela Casa, bem como para enviar mensagens diversas aos cidadãos, observadas igualmente as prescrições do inciso XXI e § 1º, do artigo 37 da Constituição Federal; do artigo 2º e demais normas da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, e do § 3º, do artigo 82 e artigos 84 e 119, da Lei Orgânica do Município de Videira, de 05 de abril de 1990.

Origem: Câmara Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0428203/56  
Parecer nº: COG-150/95  
Sessão: 17.05.1995

**298.** é necessária a autorização legislativa, específica ou genérica, ao Chefe do Executivo para receber bens móveis permanentes a serem doados por associações civis, assistenciais ou mesmo pessoas físicas ou jurídicas, em atenção ao princípio da legalidade (C.F. artigo 37) e ao poder fiscalizador do Legislativo Municipal, conforme prevê o artigo 15, inciso IV, da Lei Orgânica de Mafra.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0953004/59  
Parecer nº: COG-191/95  
Sessão: 05.06.1995

**299.** É possível a contratação de profissional de qualquer setor artístico diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, nos termos do inciso III do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, observados os demais dispositivos legais pertinentes à matéria.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0865408/51  
Parecer nº: COG-198/95  
Sessão: 05.06.1995



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**300.** A obrigação de recolher ao INSS os valores referentes a encargos sociais só recai sobre a Câmara Municipal de Vargem Bonita se seus servidores, ainda que regidos pelo regime estatutário, não estejam vinculados a sistema próprio de previdência social, conforme o preconizado no artigo 13 da Lei Federal nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

Origem: Câmara Municipal de Vargem Bonita  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0743802/52  
Parecer nº: COG-148/95  
Sessão: 12.06.1995

.....

**301. REVOGADO<sup>104</sup>**

.....

**302.** A documentação comprobatória dos atos administrativos, financeiros e jurídicos, praticados e apresentados por meio informatizado ou documental a esta Corte de Contas, deverão permanecer sob a guarda das unidades gestoras sujeitas ao controle externo pelo prazo de 5 (cinco) anos. Tais documentos ficarão à disposição do Tribunal de Contas, que poderá solicitar a remessa dos mesmos, conforme o estabelecido no artigo 8º da Resolução nº TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994.

Origem: Prefeitura Municipal de São Joaquim  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0900709/53  
Parecer nº: COG-188/95  
Sessão: 14.06.1995

.....

**303.** Os Municípios, em matéria orçamentária, estão obrigados aos ditames da Lei Federal nº 4.320/64. O cálculo da estimativa da receita deverá levar em conta o desempenho dos últimos três anos, consoante o artigo 30 do referido diploma legal; o que for arrecado além da média é o excesso de arrecadação.

Origem: Prefeitura Municipal de Urupema  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0341606/57  
Parecer nº: COG-192/95  
Sessão: 19.06.1995

.....

**304.** As admissões sem concurso após a promulgação da Constituição de 1988, salvo nos casos nela previstos, nos termos do § 2º do artigo 37 da Lei Maior, implica a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei, devendo referida nulidade ser reconhecida e proclamada pela Administração, ou pelo Judiciário, se provocado.

As admissões sem concurso antes da vigência da Constituição de 1988, em que o funcionário até

<sup>104</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.11.1998, em face do Prejulgado nº 416. Texto revogado: “Pode a Câmara Municipal, por Resolução da Mesa, doar bens inservíveis à entidade filantrópica após declaração de inservibilidade, avaliação e respectiva baixa contábil do patrimônio. Na espécie é dispensado o procedimento licitatório a teor do artigo 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/93 - Lei de Licitações. Exemplificativamente pode o Administrador pautar seus procedimentos com a observância do disposto na Lei Estadual nº 5.164/75, que versa exatamente sobre a matéria questionada e cuja cópia do texto integral deve ser enviada como parte deste Parecer. Não ocorrendo a hipótese de doação de bens inservíveis para entidade filantrópica, a sua desafetação do patrimônio público deverá efetivar-se através de leilão, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94.”

então não contasse com cinco anos de serviço público, não conferem estabilidade aos servidores admitidos nesta situação; a estabilidade está conferida pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aos que tivessem cinco anos continuados e em exercício na data da promulgação da Constituição.

Nas situações descritas nos itens acima, enquanto não for reconhecida e proclamada a nulidade do ato, seja pela Administração, seja pelo Judiciário, se provocado, e estando o servidor contribuindo obrigatoriamente para o Fundo Municipal de Seguridade Social (Lei nº 2.609/92), é, por conseguinte, beneficiário das vantagens concedidas nos termos da lei supracitada, da Lei nº 2.610/92 e da Lei Complementar nº 02/91.

A Lei nº 2.609, de 22 de maio de 1992, que “institui o Plano de Seguridade Social” no âmbito da municipalidade, é clara em seu artigo 5º ao dispor que “os servidores efetivos e os ocupantes de cargos de provimento em comissão, da Administração direta, Autárquica e Fundacional, serão aposentados na forma prevista na Constituição Federal e nesta Lei, definido desde logo os beneficiários”.

A concessão de benefícios por parte do Fundo Municipal de Seguridade Social, a servidores admitidos em cargo de confiança, vem regulada pelas Leis Municipais nº 2.609/92, nº 2.610/92 e nº 02/91, no exercício de sua autonomia.

Ocorrendo contribuição previdenciária mensal dos segurados obrigatórios, nos termos das Leis Municipais nº 2.609/92, nº 2.610/92 e nº 02/91, cria para o Fundo a obrigatoriedade de concessão dos benefícios em leis previstos, e em caso de recolhimento indevido pelo Fundo, cabe direito à restituição, nos termos da legislação civil em vigor, pois a ninguém, nem mesmo à Administração Pública, é dado locupletar-se com o alheio.

Origem: Câmara Municipal de Curitiba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 10186/47 Parecer nº: COG-702/94  
Sessão: 21.06.1995

.....

305. Cabe a arguição de inconstitucionalidade da fórmula indicada na Resolução nº 022/92, elaborada pela Câmara Municipal de Laurentino, para o cálculo da remuneração dos Vereadores, por infringir efetivamente o artigo 167, IV, da Constituição Federal; o mesmo se deu em relação ao Decreto Legislativo nº 02/88, que fixava a remuneração desses agentes políticos, na legislatura anterior. Mas isto não é motivo para que se deixe de assegurar aos edis o direito à remuneração pelo exercício do cargo, que o artigo 29, V, da Constituição Federal lhes confere.

É anulável, administrativa ou judicialmente, a referida Resolução.

A edição de nova norma que estabeleça critérios para o cálculo da remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Laurentino será extemporânea, mas tolerável em caráter excepcional, pois visará extinguir ato inconstitucional.

A alteração da Resolução nº 022/92, com vistas à correção do vício existente, não poderá conter autorização para que seja fixada a remuneração dos Vereadores acima dos níveis atuais.

Origem: Câmara Municipal de Laurentino  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 0936201/51 Parecer nº: COG-230/95  
Sessão: 26.06.1995

.....

306. Pode a Administração Municipal, mediante lei autorizativa e justificadamente, sem que incorra nas vedações contidas no artigo 37 da Constituição

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Federal, pagar remuneração complementar a professores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Estado, cedidos ao Município em decorrência de convênio de Municipalização da Educação.

Origem: Prefeitura Municipal de Cerro Negro  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0900507/59  
Parecer nº: COG-234/95  
Sessão: 26.06.1995

.....

**307.** A acumulação remunerada de dois cargos comissionados é vedada pelo artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.<sup>105</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 10086/33  
Parecer nº: COG-394/93  
Sessão: 11.08.1993

.....

**308.** Os incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho concedidos aos atletas que praticam o desporto de rendimento de modo não-profissional, compreendendo o desporto semiprofissional, podem ser expressos através de bolsas de estudo ou emprego, mantimentos para reforçar a alimentação, pagamento para ensinar ou treinar outros para competir no desporto e ajuda de custo para pagar os transportes e deslocações que os treinos diários obrigam, nos termos do artigo 3º, III, e parágrafo único, II, “a”, da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Tais incentivos deverão ser contem-

plados nos textos normativos que vierem a ser editados pelas esferas Estadual e Municipal.

Origem: Fundação Catarinense de Desporto - FESPORTE  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1150802/55      Parecer nº: COG-245/95  
Sessão: 17.07.1995

.....

**309.** A responsabilidade da Caixa Escolar e de seus dirigentes por consequência, perante o Tribunal de Contas, é a de prestar contas nos termos da Constituição Federal (artigos 70 e 71), da Constituição Estadual (artigos 58 e 59), e da Lei Orgânica do Município de Lages (artigos 73 e 74), e demais normas legais pertinentes à matéria.

Origem: Prefeitura Municipal de Lages  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0992402/53  
Parecer nº: COG-196/95  
Sessão: 17.07.1995

.....

**310.** Está o Executivo Municipal obrigado ao repasse do duodécimo orçamentário à Câmara Municipal, atendidos os princípios da autonomia e independência dos Poderes inscritos na Constituição da República.

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0649404/57  
Parecer nº: COG-232/95  
Sessão: 17.07.1995

<sup>105</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A acumulação remunerada de cargos envolvendo cargo comissionado é vedada pelo artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.”

**311.** Pode o Município consulente, para a cobrança de seus carnês de tributos, utilizar-se da rede bancária nas seguintes hipóteses:

- credenciar somente os bancos oficiais com agências no território municipal; ou - credenciar os bancos oficiais e um da rede privada com agências no Município, escolhido por processo licitatório regular; ou
- credenciar toda a rede bancária (privada e pública), com agências no Município, sendo, neste caso, dispensada a licitação por inviabilidade de competição nos moldes do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0392105/54  
Parecer nº: COG-149/95  
Sessão: 17.07.1995

.....

**312.** Os servidores licenciados regularmente para tratamento de saúde estão sob o amparo estatutário, que não diferencia os nomeados para cargos de provimento efetivo e os nomeados para cargos em comissão.

O Estatuto dos Servidores do Município de Florianópolis, observados os requisitos que se encontram especificados, oferece respaldo para a concessão de aposentadoria por invalidez aos comissionados, sem outro vínculo funcional, conjugado com as normas da Lei Orgânica do Município.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 1146110/57  
Parecer nº: COG-302/95  
Sessão: 17.07.1995

**313.** Inexistindo dispositivo legal no Estatuto dos Servidores Municipais de Florianópolis, ou mesmo na legislação ordinária do Município, que autorize o pagamento de férias não gozadas, na hipótese consultada, a despesa não pode ser realizada.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 1040308/59  
Parecer nº: COE/ADC  
Sessão: 19.07.1995

.....

**314.** Pode o Município consulente implementar, mediante lei autorizativa, ações administrativas no sentido de auxiliar pessoas carentes a se deslocarem a outros Municípios visando o atendimento médico especializado. Deverá a legislação observar os preceitos da Lei nº 4.320/64, no que respeita à despesa pública; disciplinar a triagem necessária para determinar quais os munícipes beneficiários; os meios de locomoção que poderão ser utilizados; definição do órgão municipal responsável pelo seu controle, além de indicar a fonte de recurso orçamentário.

Origem: Prefeitura Municipal de Peritiba  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1252002/54  
Parecer nº: COG-299/95  
Sessão: 02.08.1995

.....

**315.** Não pode o Município, ente federativo de direito público interno, ser inscrito como devedor inadimplente no Serviço de Proteção ao Crédito e nem inscrever, no mesmo serviço, contribuintes de tributo em atraso, porque essa atividade é exclusiva para relações mercantis de direito privado, sendo

## Decisões em Consultas – Prejulgados

vedada a sua participação. Deverá o Consulente valer-se de sua consolidação legislativa tributária e das normas gerais de direito tributário e financeiro para o equacionamento das pendências.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1282207/55 Parecer nº: COG-306/95  
Sessão: 07.08.1995

.....

**316.** O Código Tributário Nacional e a legislação tributária do Município consulente autorizam o Chefe do Poder Executivo a compensar créditos tributários, desde que atendidos os requisitos legais para tanto. Esta operação pode ter lugar, inclusive, no curso de execução fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 953408/58 Parecer nº: COG-333/95  
Sessão: 07.08.1995

.....

**317.** As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos repassados a título de subvenção social ou equivalente, podem comprometer este numerário com dívidas preexistentes à data do repasse, desde que tais dívidas sejam oriundas do desenvolvimento de atividades afetas à área da saúde, educação ou assistência social e a concessão do recurso tenha sido efetivada para este fim, em conformidade com o artigo 9º da Lei Estadual nº 5.867/81.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0952802/50 Parecer nº: COG-308/95  
Sessão: 07.08.1995

**318.** Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 16901/32  
Parecer nº: COG-651/93  
Sessão: 14.03.1994

.....

**319.** É viável a modificação do contrato originalmente celebrado, na forma e nos limites previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, com a redação da Lei Federal nº 8.883/94, em especial, em seu artigo 65, cabendo ao administrador a decisão de alterar ou não o contrato à vista de fundamentada comprovação dos fatos alegados.

Incumbe ao administrador adotar as decisões de interesse e conveniência, no caso, da Administração Municipal, com observância da legislação vigente, não podendo prevalecer os interesses individuais.

Origem: Prefeitura Municipal de Guatambu  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 1347511/51  
Parecer nº: COG-319/95  
Sessão: 16.08.1995

.....

**320.** O vereador, no exercício de suas funções, não pode se beneficiar com doação à empresa da qual é diretor, por existir aí, uma incompatibilidade declara-

da em lei e cujo mote, em última instância, é preservar a independência do Poder Legislativo, bem como impedir que o agente político utilize o mandato em benefício próprio. Caso o ato negocial se efetue, o vereador estará sujeito às penas da lei, por descumprir a Carta Federal e a Lei Orgânica Municipal.

A Lei Municipal que prevê a doação em tela tem caráter autorizativo e diante disso cabe ao Prefeito abster-se de medidas executórias que visem implementar doação írrita, restando legítima tal oposição, pois ao Chefe do Executivo cabe zelar pelo interesse coletivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Anchieta  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 1365908/59  
Parecer nº: COG-321/95  
Sessão: 28.08.1995

.....

**321.** O recibo é um dos documentos hábeis para comprovação de despesa, nos termos do artigo 58, parágrafo único da Resolução nº TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994.

Origem: Fundação Parque Ecológico Zoobotânico de Brusque  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 1360610/55  
Parecer nº: COG-329/95  
Sessão: 28.08.1995

.....

**322.** É admitida a conversão do valor da passagem em combustível quando o servidor militar usar para deslocamento o seu veículo particular, desde que seja por um dos motivos citados nos incisos do § 2º do artigo 51 da Lei Estadual nº 5.645/79.

O valor despendido com a conversão poderá ser pago por conta de adiantamento para as despesas de combustível.

Todos os veículos particulares de propriedade dos policiais militares, sujeitos à utilização para os fins previstos nos incisos do § 2º do artigo 51 da Lei Estadual nº 5.645/79, devem ser cadastrados.

A Corporação deverá editar instrumento normativo a respeito do assunto, estabelecendo os requisitos a serem satisfeitos pelos interessados, bem como os procedimentos para formalizar o cadastramento, resguardando-se de eventuais responsabilidades pelo uso optativo, pelo policial militar, de veículo de sua propriedade privada.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1247804/59  
Parecer nº: COG-334/95  
Sessão: 28.08.1995

.....

**323.** As despesas com promoção e incentivo ao turismo, mesmo aquelas, exemplificativamente, como transportes, alimentação e hospedagem de agentes de viagem e jornalistas especializados, podem ser consideradas de interesse público, em face da notória vocação turística dos Municípios consulentes, ao fim legítimo a que se destina, ao bem estar que almeja e à reconhecida necessidade de divulgação junto ao público alvo, estando sua realização condicionada à prévia autorização legislativa da alçada de cada um dos Municípios, podendo:

- constituir-se de diploma legal contendo disposições genéricas a respeito da realização de despesa desta natureza; ou
- tratar-se de textos de leis específicos para realização de determinadas despesas; ou



## Decisões em Consultas – Prejulgados

- a despesa ser prevista no Plano de Diretrizes Orçamentárias Anual. Em conformidade com autorização legal que vier a ser editada, as despesas deverão ser objeto de ato administrativo fundamentado da autoridade competente.

Os dispêndios deverão ser empenhados junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal, assim definido pela legislação ou pelo Prefeito, devendo ser objeto de rubricas específicas, inseridas oportunamente nas respectivas Leis Orçamentárias e obedecendo aos ditames da Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 1250408/50  
Parecer nº: COG-512/95  
Sessão: 09.10.1995

.....

**324.** O IPTU é um imposto periódico, lançado anualmente, antecipado à instituição do crédito tributário, considerando-se que a base de cálculo do imposto – valor venal - é variável no tempo.

A dedução do IPTU em contrato estabelecido pelo Município para a realização de obra não encontra amparo legal. Primeiro, porque não é aceitável que o interessado esteja obrigado ao pagamento do imposto citado por ser exigência impertinente para o contrato. Segundo, porque faltaria para estabelecimento de valores a quantificação do tributo só existente após a constituição do crédito tributário com o lançamento, cuja periodicidade é anual.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 1406608/55  
Parecer nº: COG-432/95  
Sessão: 11.09.1995

**325.** Ao Poder Público é obstado participar de leilões – públicos ou privados - na condição de adquirente dos bens colocados em leilão, considerando que o procedimento contraria as normas da Lei de Licitações.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1495102/51  
Sessão: 09.09.1996

.....

**326.** Ao Poder Legislativo é garantido, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, promover de acordo com sua discricionariedade os atos necessários ao cumprimento dos seus misteres, incluindo-se a hipótese de contratar advogado para assessorar os Órgãos Colegiados, às expensas do erário, quando comprovadamente não existir, em seu Quadro de Pessoal, cargo de Advogado (ou outra nomenclatura) provido por profissional habilitado para prestar o serviço pretendido.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1495102/51  
Sessão: 09.09.1996

.....

**327.** Em tese, não se considera ilegal a despesa efetivada às expensas do erário na contratação de advogado para defesa de atos da reputação do Prefeito Municipal, atos esses praticados no exercício da função pública, posto que se reconhece interesse público na realização dessas despesas. São ilegais as despesas dessa natureza se os atos se relacionam



onarem à pessoa física do cidadão, ou se, praticados os atos na condição de agente político, revertirem em indenização para a pessoa física.

A característica dos processos administrativos ou judiciais é a decisão favorável ou desfavorável ao autor ou ao réu; ao processante ou ao processado. Nestas circunstâncias, não há que se falar em ressarcimento de despesas realizadas com a defesa de atos decorrentes da função pública. Res-salva-se o controle jurisdicional, ao qual se submete a maioria dos atos e fatos produzidos na Administração.

A realização das despesas deve observar as normas de direito financeiro pertinentes às despesas públicas, inclusive contar com a autorização legislativa genérica ou específica, além de o valor despendido corresponder aos limites fixados na tabela de honorários da OAB, exemplificativamente.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1495102/51  
Sessão: 09.09.1996

.....

**328.** A CELESC S.A. ao pretender adquirir veículos novos para a sua frota não poderá entregar os veículos usados como parte do pagamento dos novos. Deverá, pois, proceder à alienação por leilão ou concorrência, observando, ainda, as prescrições dos artigos 45 e 53 da Lei Federal nº 8.666/93.

A alienação de bens inservíveis da Administração Pública, quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, conforme Lei Estadual nº 5.164/75. Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no artigo 23, inciso II, alínea “b”

da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá permitir o leilão.

A concorrência pública é a modalidade adequada para a alienação de bens móveis de valor superior ao limite indicado no artigo 23, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 1395305/51  
Parecer nº: COG-459/95  
Sessão: 20.09.1995

.....

**329.** É legítima a concessão de diárias a Prefeito licenciado, em missão autorizada pela Câmara de Vereadores, ou afastado temporariamente para tratar, fora do Município, de interesse da própria municipalidade.

Se licenciado, por motivo de saúde, para tratar de interesses particulares ou outro motivo impedi-ente de exercício do cargo, não tem direito ao recebimento de diárias para custear despesas de viagem, pois durante esse período perde a condição e o dever de representar o Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Mondaí  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 1422502/53  
Parecer nº: COG-450/95  
Sessão: 25.09.1995

.....

**330.** Os recursos transferidos, repassados ao Município a título de auxílios, convênios ou instrumentos congêneres, possuem uma finalidade determinada e específica, não podendo, portanto, estarem atrelados à remuneração dos Vereadores.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Angelina  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1422502/53  
Parecer nº: COG-450/95  
Sessão: 25.09.1995

.....

331. Em conformidade com o disciplinado na Lei Federal nº 8.666/93, com a redação da Lei Federal nº 8.883/94, é inviável a administração pública contratar com terceiros a realização de licitações. Trata-se de uma atividade que deve ser executada diretamente pelo Poder Público.

Poderá a Associação de Municípios contribuir para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, através da coordenação da edição de editais de licitação simultâneos, pelos municípios associados, bem como sua divulgação junto às fornecedoras ou prestadoras de serviço.

Origem: Associação dos Municípios da Região Serrana  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha – Art. 293, III, RI  
Processo nº: 1279210/54      Parecer nº: 453/95  
Sessão: 27.09.1995

.....

332. A norma contida no inciso VIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 é dirigida à pessoa jurídica de direito público interno (União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Autarquias), no que não se enquadra o Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú. No entanto, a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú pode adquirir tais medicamentos, observadas as prescrições legais e, *a posteriori*, repassá-los ao Fundo Municipal de Saúde, com as implicações contábeis e financeiras correspondentes.

É admissível a adjudicação do objeto licitado ao único interessado entre os convidados na modalidade de licitação Convite, desde que, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite, nos termos do § 7º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

O Fundo de Saúde de Balneário Camboriú não pode ter sua própria comissão de licitação, uma vez que, sendo órgão que executa atividades atinentes à competência da entidade instituidora, na busca dos fins por esta almeçados, não possui personalidade jurídica, nem de direito público, nem de direito privado, logo não lhe é permitido contratar por si só, mas somente com a interveniência da entidade instituidora, devendo esta possuir Comissão de Licitação para a aquisição dos bens e serviços pelo Fundo pretendidos.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 1347309/57  
Parecer nº: COG-389/95  
Sessão: 02.10.1995

.....

333. É admissível a comprovação de despesas relativas à aquisição de combustível perante o Tribunal de Contas mediante nota fiscal que englobe diversos pedidos de fornecimento, os quais deverão ser juntados à referida nota, indicando, entre outros dados, o número da placa, a data do abastecimento, a quantidade do combustível, a quilometragem registrada no hodômetro do automóvel abastecido.

O processamento da despesa deverá observar os ditames constantes na Lei Federal nº 4.320/64, e a nota fiscal, os requisitos citados no artigo 60 da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1422704/58  
Parecer nº: COG-482/95  
Sessão: 04.10.1995

.....

**334.** Considerando as normas estatuídas na Lei 4.320/64 e Resolução TC/SC nº 16/94, é admissível o procedimento de adiantamento de recursos pela Polícia Militar do Estado aos Batalhões e à Diretoria de Apoio Logístico, bem como às Companhias isoladas, para o atendimento de pequenas despesas de caráter emergencial, como, por exemplo, a aquisição de peças para reparo de veículos de vital importância para o atendimento das Comunidades Estaduais, ou dos sistemas elétricos, hidráulicos, de comunicação e informática, principalmente dos Centros de Operações Policiais e Militares.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 1427003/59  
Parecer nº: COG-508/95  
Sessão: 23.10.1995

.....

**335.** Compete ao Município, de acordo com a autonomia que lhe é assegurada constitucionalmente, entretanto, mediante anterior procedimento licitatório, decidir sobre a contratação

de empresa prestadora de serviço de assessoria na área tributária.

Não poderá, no entanto, vincular-se à receita auferida com impostos à despesa, ou seja, com o pagamento do serviço prestado, em face da vedação constitucional contida no artigo 167, IV da C.F.

O contrato que vier a ser firmado deverá obedecer às normas editalícias do processo licitatório, e conter o preço certo a ser empenhado a teor da Lei nº 4.320/64 e Lei nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Biguaçu  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1451405/56  
Parecer nº: COG-526/95  
Sessão: 30.10.1995

.....

**336.** Na hipótese de ser averiguado prejuízo para o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, decorrente do recolhimento de contribuições apenas parcialmente satisfeitas, a responsabilidade recai sobre o gestor ou ordenador da despesa do Instituto, quer seja por ação quer seja por omissão, segundo as disposições dos artigos 70, parágrafo único e 71, inciso II, da Constituição Federal; 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Carta Estadual; e 73 da Resolução nº TC-06/89<sup>106</sup>; e ainda a doutrina e jurisprudência que pertinem à matéria.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 1440708/56  
Parecer nº: COG-525/95  
Sessão: 30.10.1995

<sup>106</sup> A Resolução nº TC-06/89 foi substituída pela Resolução TC-16/94.

Decisões em Consultas – Prejulgados

337. É admissível o vereador exercer a vereança e simultaneamente ser ocupante de cargo comissionado no âmbito do Governo Estadual, percebendo cumulativamente a remuneração do mandato e os vencimentos do cargo, desde que haja compatibilidade de horários.

Origem: Câmara Municipal de Araranguá  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 1440910/50  
Parecer nº: COG-536/95  
Sessão: 20.11.1995

.....

338. A eventual concessão de licença remunera- da relativa a cargo de professor da rede municipal, com carga horária de 20 horas/semanais, quando o servidor, além de ocupar o cargo de Diretor da rede de ensino estadual, ocupa, também, o cargo de Pro- fessor na rede estadual, com carga horária de 40 horas/semanais, é inconstitucional, por infringir pre- ceitos contidos no artigo 37, inciso XVI, alínea “a”, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapema  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1279502/56  
Parecer nº: COG-388/95  
Sessão: 20.11.1995

.....

339. A hipótese de acúmulo de cargos no Execu- tivo e Legislativo Municipal encontra óbice no arti- go 37, inciso XVI da Magna Carta. Deve, portanto, o servidor, neste caso, optar por um ou outro venci- mento, sendo exigível a devolução das importânci- as percebidas indevidamente, mediante desconto em folha de pagamento, sob pena de responsabilidade

do Chefe do Poder Executivo. Admite-se que o ser- vidor cedido com ônus para o órgão cedente (ori- gem do servidor) perceba gratificação pelo exercí- cio de posto de confiança (função gratificada) no órgão cessionário, desde que a legislação local dis- ponha a esse respeito, autorizando o procedimento.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapema  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1279502/56  
Parecer nº: COG-388/95  
Sessão: 20.11.1995

.....

340. É da competência exclusiva da Câmara Mu- nicipal dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções; e suas atri- buições e a fixação da respectiva remuneração, ob- servados os parâmetros estabelecidos na Lei de Di- retrizes Orçamentárias (Artigo 13, inciso II, da Lei Orgânica Municipal) e obedecidos os princípios e diretrizes constitucionais.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapema  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 1279502/56  
Parecer nº: COG-388/95  
Sessão: 20.11.1995

.....

341. Pode a Administração Municipal nomear ser- vidor público estadual, cedido ao Município em de- corrência de Convênio de Municipalização do Ensi- no, para ocupar cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal, devendo o nomeado optar pela remuneração de um ou outro cargo, conside- rando a vedação constitucional constante do artigo 37, incisos XVI e XVII da Magna Carta.

Pode a Administração Municipal, mediante lei autorizativa, e justificadamente, sem que incorra nas vedações contidas no artigo 37 da C.F., pagar remuneração complementar a professores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Estado, cedidos ao Município em decorrência de Convênio de Municipalização do Ensino, a título de compensação, ante as responsabilidades que lhes forem cometidas.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 1463707/56 Parecer nº: COG-535/95  
Sessão: 04.12.1995

342. A retribuição pecuniária devida aos Vereadores pela participação em sessões extraordinárias é parte integrante de sua remuneração para fins da observância do limite estabelecido pelo inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Paulo Lopes  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1489804/52 Parecer nº: COG-585/95  
Sessão: 11.12.1995

343. É juridicamente perfeita a expedição de Decreto Regulamentador de concessão de adicionais de periculosidade e insalubridade, previstos em lei, aos servidores estatutários da administração direta do Município. Está conforme o direito e a doutrina administrativa corrente.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 1493710/52

Parecer nº: COG-586/95  
Sessão: 11.12.1995

344. Na hipótese de não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, é admissível a contratação direta, via dispensa de licitação, mantidas as condições estabelecidas no edital que lhe serviu de baliza, inclusive quanto ao prazo, nos termos do inciso V do artigo 24, observada a prescrição do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 1494911/53  
Parecer nº: COG-607/95  
Sessão: 18.12.1995

345. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal é feita com a apresentação de Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, se não especificada em Edital qual a Certidão ou Certidões que os licitantes deveriam apresentar.

Origem: Universidade do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 1482901/55  
Parecer nº: COG-616/95  
Sessão: 07.02.1996

346. O Suplente de Vereador convocado para ocupar a vaga somente fará jus a qualquer remuneração após a sua posse, quando se inicia o exercício do mandato.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Laguna  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1511804/58  
Parecer nº: COG-650/95  
Sessão: 14.02.1996

.....

347. A Administração do Município de Ponte Alta terá de ficar no aguardo da edição de legislação federal específica no que se refere à aposentadoria voluntária pelo exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, para poder então conceder aos servidores aposentadorias dessa natureza, por força do que dispõe o artigo 115, § 1º da Lei Orgânica Municipal.<sup>107</sup>

A lei que vier a regulamentar os casos de contratação de pessoal por tempo determinado na esfera municipal, deve autorizar a hipótese tão-somente para as situações de excepcional interesse público referidas na Constituição, como, por exemplo, a ocorrência de surtos epidêmicos, calamidade pública, execução de serviços essencialmente transitórios, manutenção de serviços que possam ser sensivelmente prejudicados em decorrência de demissão, exoneração ou falecimento de seus executantes, etc., estabelecendo prazos máximos de contratação, salários, direitos e deveres, proibição ou possibilidade de prorrogação de contrato e de nova contratação das mesmas pessoas, ainda que para outra função, além da responsabilidade a que está sujeita a autoridade administrativa por contratações consideradas irregulares, frente ao que dispõem os parágrafos 2º e 4º do artigo 37 da Constituição Federal.

As admissões temporárias efetuadas pelo Município e conforme disciplinado em Lei serão objeto de controle *a posteriori* por parte do Tribunal de Contas, como impõe o artigo 59, inciso III, combinado com o artigo 113, § 1º da Constituição Estadual, reproduzidos no artigo 120, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Ponte Alta.

Origem: Prefeitura Municipal de Ponte Alta  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 1502106/58      Parecer nº: COG-606/95  
Sessão: 14.02.1995

.....

348. Considerando as normas estatuídas na Lei Federal nº 4.320/64, o repasse de recursos a estabelecimento hospitalar para o fim específico de execução de obra de saneamento, deverá pautar-se nos artigos 12, § 6º e 21, que prescrevem as Transferências de Capital a entidades privadas sem fins lucrativos, através de Contribuições para Despesas de Capital, item orçamentário 4.3.3.2, mediante lei especial que autorize expressamente esse repasse.

Somente o Poder Executivo poderá estabelecer se as entidades preenchem as exigências estipuladas na legislação vigente, examinando para tanto a documentação constitutiva dessas organizações (estatutos sociais).

Origem: Prefeitura Municipal de Seara  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1496404/50      Parecer nº: COG-647/95  
Sessão: 14.02.1996

<sup>107</sup> Ver Art. 40, § 4º, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 20/98.

<sup>108</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 19.04.1999, através da decisão no processo nº CON-0461000/83. Texto revogado: “A acumulação de cargos envolvendo cargo de Vice-Prefeito e cargo comissionado de Secretário Municipal é vedada no caso em tela, ante o que dispõe o artigo 68, incisos I e II da Lei Orgânica do Município de Formosa do Sul.”



349. REVOGADO<sup>108</sup>

.....

350. A garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é matéria com assento constitucional (artigo 37, inciso XXI), sendo em tese, admissível, devendo ser observado para a sua consecução a norma do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, com redação da Lei Federal nº 8.883/94, não se constituindo em impedimento para implementar essa medida as disposições do artigo 2º da Medida Provisória nº 1.106, de 29.08.95, à qual se seguiram as de números 1.138 de 28.09.95, 1.171, de 27.10.95, 1.205 de 24.11.95, 1.240 de 14.12.95 e 1.277 de 12.01.96, considerando que esse preceito relaciona-se exclusivamente às hipóteses de reajuste e correção monetária, que implicam em revisão contratual com periodicidade anual.

Ao órgão da Administração, examinados todos os fatores e cada contrato individualmente, caberá estabelecer se se trata de hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme prodigamente tratado pela Doutrina, ou se o caso insere-se nas hipóteses de reajuste ou correção monetária, atentando para os prazos e periodicidade estabelecidos nos artigos 11, 12, 13 e 15 da Lei Federal nº 8.880/94, bem assim no artigo 23 da Lei Federal nº 9.069/95.

É inadmissível o pagamento de resíduos mensais em contratos com prazo inferior a três anos e celebrados anteriormente a 28 de outubro de 1995 (artigo 2º, §§ 4º e 5º, das Medidas Provisórias nº 1.171/95, 1.205/95, 1.240/95 e 1.277/96).

O entendimento adotado por esta Corte de Contas prevalece enquanto não alterados os dispositivos legais atualmente em vigor, recomendando-se ao Consulente que se mantenha informado das eventuais modificações em razão da reedição da Medida Provisória, que vem se materializando mensalmente.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 1459105/55  
Parecer nº: COG-032/96  
Sessão: 20.03.1996

.....

351. As relações entre sócios e ex-sócios de uma sociedade qualquer estão delimitadas no respectivo contrato social e na legislação aplicável à espécie, configurando-se em ajuste diverso e independente daquele celebrado entre a sociedade - pessoa jurídica e Órgão do Poder Público, o qual se constitui de contrato administrativo regulado pelo Direito Público, não encontrando amparo legal o pagamento direto a ex-sócio por conta do referido contrato administrativo.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 1496505/57  
Parecer nº: COG-039/96  
Sessão: 25.03.1996

.....

352. Não poderá ser remunerado cumulativamente o contador exercente de cargo em comissão, em decorrência de funções que porventura venham a ser acrescidas às suas atribuições, relativas à contabilidade de Fundos Municipais, por se caracterizar acumulação indevida de empregos ou funções, vedada pela Constituição da República no seu artigo 37, XVI e XVII.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0006005/68  
Parecer nº: COG-072/96  
Sessão: 03.04.1996



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**353.** É vedado aos Fundos Especiais adquirirem bens imóveis, pois se constitui em atividade estranha aos seus objetivos; e porque não detêm personalidade jurídica própria estando necessariamente vinculados a algum órgão da Administração.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli - Artigo 5º Res. TC-02/86  
Processo nº: 1504508/50 Parecer nº: COG-078/96  
Sessão: 10.04.1996

.....

**354.** Não poderá, por ausência de amparo legal, o Município instituir gratificação denominada auxílio-moradia destinada a Juízes e Promotores de Justiça que venham a residir na sede da Comarca, por se tratar de verba remuneratória, cuja competência para decidir por sua criação é, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0058704/69 Parecer nº: COG-043/96  
Sessão: 15.04.1996

.....

**355.** A Contratação de professores em caráter temporário pode efetuar-se sob a égide do artigo 37, IX da C.F., sendo, porém, necessária a sua regulamentação no âmbito municipal através de lei ordinária. O texto normativo disciplinador deverá estabelecer o regime jurídico a ser adotado para essas contratações, bem como o prazo contratual e a possibilidade de sua prorrogação ou não, entre outros pressupostos a serem regrados, segundo o interesse e a conveniência da Administração Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0028903/67 Parecer nº: 075/96  
Sessão: 22.04.1996

.....

**356.** Não poderá a Administração Municipal conceder bolsas de estudo a alunos do 1º grau, se existentes escolas públicas com oferta de vagas suficientes para o atendimento da demanda. Obediência ao disposto no artigo 213 da Carta Política da República.

Origem: Prefeitura Municipal de Correia Pinto  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0006903/63 Parecer nº: COG-081/96  
Sessão: 24.04.1996

.....

**357.** Inexiste amparo legal para a Administração Municipal utilizar-se de Cooperativa de Crédito para depósito e movimentação financeira. Nos termos do artigo 164, § 3º da Magna Carta, as disponibilidades de caixa do Município e de seus Órgãos serão depositadas em bancos oficiais, sendo admitido, à falta desses no território do Município, ao Poder Público Municipal, valer-se de estabelecimento bancário da rede privada.

Origem: Prefeitura Municipal de Seara  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0002705/63 Parecer nº: COG-077/96  
Sessão: 08.05.1996

.....

**358.** Estando no prazo de validade o concurso realizado para preenchimento de cargos e existindo vagas excedentes, deverá a Administração supri-las com candidatos habilitados nesse certame, em obediência ao disposto no artigo 37 da C.F.

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0129003/62  
Parecer nº: COG-116/96  
Sessão: 13.05.1996

.....

**359.** As prestações de contas, em princípio, devem sujeitar-se às normas regulamentares vigentes. A hipótese de estabelecer critérios diferenciados é admissível, contudo, condicionada à demonstração particularizada de que os procedimentos exigidos superam as possibilidades operativas dos órgãos e entidades convenientes.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0003210/63  
Parecer nº: COG-167/96  
Sessão: 03.06.1996

.....

**360.** A celebração de acordo pela Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul objetivando a cessão ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária de técnicos que venham a efetuar em empresa privada, sediada no Município, serviços de inspeção sanitária de competência da União, é ato cuja decisão é de competência do Chefe do Executivo Municipal, observada a legislação que normatiza as questões relacionadas ao ajuste e execução do ato.

Origem: Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0116106/65  
Parecer nº: COG-165/96  
Sessão: 17.06.1996

**361.** Ao Professor de Ensino Superior que perceba o adicional de dedicação exclusiva é vedada a retribuição pecuniária pelo exercício de qualquer outra atividade pública ou privada, conforme o preceituado na L.C. nº 39/91, mais precisamente em seu artigo 14, § 1º.

Origem: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0116005/68  
Parecer nº: COG-131/96  
Sessão: 19.06.1996

.....

**362.** Em cumprimento ao artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 135/95, a contabilidade da receita e da despesa dos novos municípios, enquanto não instalados, será feita em separado pelos órgãos competentes das Prefeituras dos Municípios que lhes deram origem. Poderá a Administração, tomando por base o valor arrecadado, fixar um percentual desse montante, a título de receita – o suficiente para cobertura das despesas relacionadas aos novos Municípios, na fase de transição, ou quando não for possível determinar o *quantum* precisamente, fixar, por estimativa, um percentual do total da receita arrecadada, proporcionalmente, à população, território e extensão de rodovias existentes na área desmembrada, levando-se em consideração, ainda, o ativo e o passivo do Município de origem, tudo sob o comando do artigo 32 da Lei Complementar nº 135/95.

Origem: Prefeitura Municipal de Campos Novos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0050106/64  
Parecer nº: COG-159/96  
Sessão: 24.06.1996

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**363.** A normatização da aposentadoria por invalidez inserta no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lindóia do Sul é imprecisa e merece alterações visando a segura aplicação do inciso I do artigo 40 da Constituição Federal.

Recomenda-se ao Município, a exemplo do regramento federal e estadual, que a concessão de aposentadoria por invalidez seja precedida de afastamento do servidor através de licença para tratamento de saúde; que atente para o rol de doenças consideradas graves, contagiosas ou incuráveis, inserido na Lei Federal nº 8.112/90, para fins de distinguir as aposentadorias por invalidez a serem retribuídas com proventos integrais ou proporcionais, e que defina o prazo para converter a aposentadoria provisória em definitiva ou a reversão do servidor ao serviço.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0098506/66  
Parecer nº: COG-196/96  
Sessão: 08.07.1996

.....

**364.** Pode a Prefeitura Municipal de São Lourenço d'Oeste, mediante prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, utilizar recursos do Fundo para a Infância e Adolescência objetivando a operacionalização de Cursos Profissionalizantes voltados aos adolescentes.

Origem: Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0159309/60  
Parecer nº: COG-286/96  
Sessão: 15.07.1996

**365.** O Sistema de Registro de Preços, implementado em sociedade de economia mista estadual, deverá ser regulado por meio de decreto a ser expedido pelo Senhor Governador do Estado, consoante dispõe o artigo 15, § 3º, combinado com o parágrafo único do artigo 119, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0120102/62      Parecer nº: COG-194/96  
Sessão: 15.07.1996

.....

**366.** A Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural “Jerônimo Coelho”, de natureza jurídica privada, sujeita-se a prestar contas de recursos públicos repassados pelo Estado ou por Município mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres à Unidade Administrativa repassadora.

O Titular da entidade beneficiada responde pelos prejuízos que causar à Fazenda Pública, bem como o responsável pela Unidade Gestora a que pertencer o crédito (Ordenador da Despesa), consoante artigos 44 da L.C. nº 31/90 e 50 da Resolução TC-16/94.

A Fundação, na condição de entidade privada, sujeita-se aos procedimentos licitatórios estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93 somente quando os recursos que lhe forem repassados destinarem-se a obras ou serviços próprios da unidade repassadora (delegação de recursos e encargos).

Origem: Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural “Jerônimo Coelho”  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli – Artigo 5º.  
Res. TC-02/86  
Processo nº: 0157008/66      Parecer nº: COG-293/96  
Sessão: 31.07.1996

**367.** De acordo com a Lei Municipal nº 2.069 de 18.04.94, de Dionísio Cerqueira, a concessão de adicionais por tempo de serviço somente pode ser efetivada em relação aos funcionários, conceituados no Texto Estatutário como aqueles que estão investidos em cargos públicos, inexistindo dispositivo legal que agasalhe a hipótese de cômputo de tempo de serviço prestado ao Município em caráter temporário ou contratual, para efeitos de deferimento dessa vantagem.

É irrelevante para a concessão do adicional por tempo de serviço o fato de o servidor encontrar-se cumprindo estágio probatório.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0133302/61  
Parecer nº: COG-303/96  
Sessão: 12.08.1996

**368.** É facultado à Câmara Municipal o exercício de sua autonomia financeira e orçamentária, tendo a seu encargo o empenhamento, pagamento e contabilização de suas despesas e a gestão dos recursos referentes às dotações que lhe são destinadas no Orçamento Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Guatambu  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0128902/61  
Parecer nº: COG-296/96  
Sessão: 12.08.1996

**369.** REVOGADO<sup>109</sup>

**370.** REVOGADO<sup>110</sup>

**371.** A título de orientação, porque expressas as cláusulas contratuais a respeito do assunto, esclarece-se que os materiais e recursos financeiros repassados pela COHAB/SC nos termos do Contrato nº 133/96 são transferidos diretamente para o Município. As unidades habitacionais deverão ser construídas e, depois de finalizadas, vendidas pelo Município para famílias de baixa renda (mutuários), cadastradas.

Tratando-se de recursos públicos, é imprescindível a realização de licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 para aquisição dos materiais e da mão de obra para construção das unidades habitacionais.

<sup>109</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “É facultado ao Município de Indaial, respeitadas as implicações de ordem financeira e orçamentária, mediante lei específica, dispor sobre a concessão de aposentadoria aos ocupantes de cargos em comissão, que não detenham quaisquer outros vínculos funcionais com a Administração Municipal. A Lei Municipal nº 2.446, de 22.08.95, é aplicável tão-somente para as hipóteses de aposentadorias previstas pelo artigo 40, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Carta Política, ou seja, aposentadorias com proventos integrais, alcançando os eventos surgidos após a entrada em vigor.”

<sup>110</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Inexiste em nível de diretriz, na esfera federal ou na estadual, dispositivo legal que permita ou proíba a vinculação do aumento da remuneração de agentes políticos na mesma proporção daquele concedido para os servidores públicos municipais. Pode a Câmara Municipal, em estrita observância ao princípio constitucional da anterioridade, inscrever, no Decreto Legislativo ou na Resolução que estabelecer a remuneração de seus agentes políticos, critérios e limites para a atualização monetária, podendo, o índice, ser o mesmo adotado para o reajuste geral dos servidores públicos municipais.”

Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0194206/63  
Parecer nº: COG-398/96  
Sessão: 07.10.1996

.....

372. As dívidas inadimplidas pelo Poder Público extinguem-se pela prescrição ou pelo pagamento. A prescrição fundamenta-se no Decreto Federal nº 20.910 de 06.01.1932, que estabelece que as dívidas passivas da União, Estados e Municípios prescrevem em 5 (cinco) anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. O pagamento poderá ser efetuado se a despesa tiver sido inscrita em Restos a Pagar, os quais têm vigência por cinco exercícios, ou se o compromisso for reconhecido pelo Administrador, sendo pago à conta de dotação específica consignada no orçamento.

O pagamento de correção monetária, sendo usado como fundamento legal o artigo 117 da Constituição Estadual, compreende os mesmos critérios usados pela Administração Municipal para a atualização das obrigações tributárias. Na hipótese de contrato entre as partes, os índices são aqueles pactuados, e, mais recentemente, aqueles que representam a variação de preços dos insumos ou de custo dos materiais, no período superior a um ano.

O pagamento de juros somente poderá ser efetivado se estiver previamente previsto em lei, ou no contrato celebrado entre as partes, ou decorrer de decisão judicial, no percentual que for previsto nessas alternativas.

A decisão de efetivar ou não o pagamento da dívida, observada a legislação vigente, é do Administrador. Em considerando prescrita a obrigação (Decreto Federal nº 20.910/32), a baixa dos registros deve obedecer às normas da contabilidade pública.

Origem: Câmara Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0156806/68  
Parecer nº: COG-287/96  
Sessão: 07.10.1996

.....

373. A exigência em edital de licitação da documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá discriminada nos incisos I, II, III e IV, do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de inibir ou frustrar o caráter competitivo do certame, estando, portanto, afastada a exigência de comprovantes de contribuição sindical.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0143808/63      Parecer nº: COG-356/96  
Sessão: 09.10.1996

.....

374. Os serviços prestados por firmas franqueadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deverão ser contratados mediante prévio processo de licitação pública que propicie igual oportunidade a todos quantos tenham interesse em contratar com o Poder Público.

Origem: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0216711/63      Parecer nº: COG-404/96  
Sessão: 09.10.1996

.....

375. No intervalo de tempo que medeia a aprovação da emancipação de Distrito e a instalação do novo

Município, as despesas afetas à área emancipada devem ser suportadas pelo Município de origem, de acordo com a Lei Complementar nº 135/95. A contabilidade da receita e da despesa, o patrimônio, a distribuição dos servidores municipais e atos correlatos, deverão ser objeto de registro em separado, contemplando o Município de origem e o Distrito Emancipado, até a data de instalação deste, cujos procedimentos devem observar, em especial, os artigos 8º, parágrafo único, 25 e 26 da Lei Complementar Estadual nº 135, de 11 de janeiro de 1995.<sup>111</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0181904/60 Parecer nº: COG-340/96  
Sessão: 14.10.1996

376. Ao Município é facultado subsidiar o custeio de sistema de assistência à saúde de seus servidores, incluindo os seus dependentes, mediante lei autorizativa, conforme preconiza o *caput* do artigo 142 da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza, devendo atentar para os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 82/95, referentes à despesa com pessoal.

Criado um ente público de previdência, a competência da sua administração deverá estar disciplinada na própria lei de criação.

Compete ao Prefeito Municipal a decisão acerca de procedimentos para a implantação de sistemas de assistência à saúde e à previdência dos servidores municipais.

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Veneza  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: 0191209/64

Parecer nº: COG-410/96

Sessão: 21.10.1996

377. Os limites à utilização de veículos oficiais do Poder Público são estabelecidos pela própria natureza do bem – qualificado que é como bem de uso especial ou do patrimônio administrativo, sendo recomendável que a legislação local estabeleça os limites de uso. Nesta condição, destina-se especialmente à execução dos serviços públicos, quer sejam veículos próprios, quer sejam de propriedade de terceiros. O uso indevido configura a prática de ato de improbidade administrativa, sujeitando-se o seu autor às cominações estabelecidas no artigo 12 da Lei Federal 8.429/92.

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

378. O limite de prestação de horas-extras indenizáveis deve estar previsto em norma legal ou regulamentar, cabendo ao consulente consultar a legislação local a respeito, considerando o regime jurídico adotado - estatutário.

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

<sup>111</sup> Prejugado aplicável até a edição da Emenda Constitucional nº 15/96.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**379.** O interstício para aquisição de estabilidade em cargo efetivo no serviço público por servidores nomeados em virtude de concurso público é de três anos de efetivo exercício, conforme os termos do artigo 41 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 19/98.<sup>112</sup>

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

**380.** Eleito Prefeito, deverá o servidor afastar-se do cargo, emprego ou função pública, assistindo-lhe o direito de optar pela sua remuneração – artigo 38, inciso II da C. F.

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

**381.** Ao estrangeiro é permitido o acesso a cargo, emprego ou função pública na forma regulada em lei, nos termos do artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucio-

nal nº 19/98, bem como pode ser admitido por universidades brasileiras e instituições de pesquisas científicas e tecnológicas, neste caso, exclusivamente, professores, técnicos e cientistas, nos termos da Emenda Constitucional nº 11/96.<sup>113</sup>

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

**382.** Licenciado do cargo, emprego ou função, o servidor não age mais em nome da Administração, mas em interesse próprio. Nesta condição, não deve acessar aos bens de uso especial ou do patrimônio administrativo.

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

**383.** A circulação de servidor licenciado de seu cargo, emprego ou função, em prédios públicos sujeita-se às restrições impostas ao acesso dos demais cidadãos que não integram os quadros da Administração.

<sup>112</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O interstício para aquisição de estabilidade no serviço público é de dois anos de efetivo exercício, conforme os termos do artigo 41 da Constituição Federal.”

<sup>113</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “É vedado ao estrangeiro exercer cargo comissionado ou função de confiança, assim como, prestar concurso público - artigo 37, inciso I da C.F. Ao estrangeiro é permitido o acesso a emprego temporário – contratação a ser firmada com fulcro no artigo 37, inciso IX – bem como, pode ser admitido por universidades brasileiras e instituições de pesquisas científicas e tecnológicas, neste caso, exclusivamente, professores, técnicos e cientistas – E.C. nº 11/96.”



Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65 Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

384. Constituindo-se os formulários e receituários em papéis de trabalho do serviço público, a sua utilização só é possível em razão da efetiva prestação de serviço público.

Origem: Câmara Municipal de Guabiruba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0199201/65  
Parecer nº: COG-399/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

385. O acordo firmado entre entidades públicas para a realização de objetivos de interesse comum das partes envolvidas pode ser ampliado, por entendimento comum dos partícipes, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 4.320/64 e da legislação local pertinente.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0197506/64 Parecer nº: COG-409/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

386. O uso especial de bem público por particular, a título remunerado, pode processar-se nas formas de concessão de uso ou permissão de uso.

A concessão remunerada de bem público reside em outorgar ao concessionário a exploração de um bem público, segundo sua específica destinação.

O ato de concessão de bem público sujeita-se ao prévio procedimento licitatório, em conformidade com as normas estabelecidas nas Leis Federais 8.987/95, 9.074/95 e 8.666/93, e artigo 175 da Constituição Federal.

A dispensa de licitação, neste caso, se restringe à hipótese prevista no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0224905/60  
Parecer nº: COG-439/96  
Sessão: 30.10.1996

.....

387. É legal o pagamento de taxa ou tarifa pelo Poder Público em contraprestação à utilização de serviço contratado com órgão ou entidade integrante da Administração Pública.

No contrato celebrado com órgão ou entidade integrante da Administração Pública é dispensável a licitação, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos no inciso VIII do artigo 24 e atendidas as formalidades do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Saudades  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0224703/66 Parecer nº: COG-456/96  
Sessão: 13.11.1996

.....

388. 1. O Conselho Tutelar, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo e seus membros não se classificam como servidores municipais, como tais entendidos na legislação e na melhor doutrina. O Conselho Tutelar previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente terá

## Decisões em Consultas – Prejulgados

disciplinado o seu funcionamento e eventual remuneração de seus membros através de lei municipal.

O exercício de funções como membro de conselho, remunerado através de jetons ou similar, por si só não implica em acúmulo de cargos, empregos ou funções.

A legislação local deve estabelecer a espécie de remuneração e a que título fazem jus os membros dos Conselhos constituídos nos Municípios, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade.

Necessária a observância da legislação municipal quanto à vedação ou não de servidor receber qualquer verba referente ao exercício em funções dessa natureza, a exemplo das normas federais e estaduais.

2 - Inviável, nos termos da Lei nº 8.666/93, a contratação pela Administração Pública, de terceiros para a realização de Licitações, por se tratar de uma atividade que deve ser executada diretamente pelo Poder Público. A Associação somente se obriga à realização de licitação na hipótese prevista no artigo 53, parágrafo único da Resolução nº TC-16/94 de 21.12.94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0052306/61 Parecer nº: COG-471/96  
Sessão: 02.12.1996

.....

**389.** A contratação de serviços de saúde através de entidades privadas, sob os auspícios do Sistema Único de Saúde – SUS, em regra, deve ser precedida de licitação.

Nada obsta que a Administração Pública promova procedimento administrativo de inexigibilidade

de licitação, por inviabilidade de competição, considerando que se trata de hipótese expressamente prevista no artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo exigível, nesses casos, a demonstração de que os demais pressupostos e formalidades dessa Lei foram integralmente atendidos.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0264303/69  
Parecer nº: COG-526/96  
Sessão: 16.12.1996

.....

**390.** Os bens objetos de contratos de arrendamento mercantil, que forem retomados pela arrendadora, empresa estatal, sob a forma de sociedade de economia mista, podem ser alienados sem a realização de licitação, que está dispensada, atentando-se para a necessária avaliação prévia, nos termos do artigo 17, inciso II, letra “e”, de Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: BESC S.A. – Arrendamento Mercantil  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0266301/61 Parecer nº: COG-593/96  
Sessão: 17.02.1997

.....

**391.** A opção pela remuneração do cargo, emprego, ou função, ou a do cargo eletivo tem amparo no artigo 38, II, da Carta Magna Federal, cabendo o encargo, na primeira hipótese, de opção pela remuneração do cargo, emprego ou função, ao respectivo empregador; e, na segunda, de opção pela remuneração do cargo eletivo, ao respectivo Poder público em que o cargo eletivo é exercido.<sup>114</sup>

<sup>114</sup> Observar a Emenda Constitucional nº 19/98. A nova redação do capu do art. 38 da Constituição Federal é restrita à administração direta, autárquica e fundacional.

Origem: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0082108/71 Parecer nº: COG-010/97  
Sessão: 03.03.1997

Parecer nº: COG-036/97  
Sessão: 10.03.1997

392. É irregular o aproveitamento do tempo de serviço derivado da aplicação da Lei Estadual nº 5.533/79 ("Lei Mineira"), bem como daquele que decorre do cômputo em dobro de férias e licença-prêmio não gozadas para a concessão de adicional por tempo de serviço.

394. É vedado ao Município de Abelardo Luz contratar com empresas titularizadas por parentes do Prefeito, sejam consangüíneos ou afins, até o terceiro grau inclusive, o fornecimento de bens, serviços e a realização de obras, nos exatos termos do inciso VI do artigo 60 da Lei Orgânica Municipal.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0080604/75  
Parecer nº: COG-026/97  
Sessão: 10.03.1997

Origem: Prefeitura Municipal de Abelardo Luz  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0046605/71  
Parecer nº: COG-077/97  
Sessão: 17.03.1997

393. Por força do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto e o Município de Jacinto Machado, é facultado à Administração Municipal contratar temporariamente Professores, ou admiti-los mediante concurso público, para lecionarem em Escolas Estaduais cuja gestão tenha sido descentralizada ao Município.

395. É vedado ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, bem como às pessoas ligadas a qualquer deles, por matrimônio, firmar ou manter contrato com o Município de Treze Tílias, nos termos do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal.

Para a contratação temporária de pessoal faz-se necessária a existência de lei municipal autorizando e estabelecendo os critérios para a contratação.

Nos moldes do mesmo dispositivo, a única hipótese é a dos contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

A admissão de pessoal para provimento de cargo efetivo deve se dar com a observância do artigo 37, II e 169 da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Treze Tílias  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0064003/76  
Parecer nº: COG-071/97  
Decisão nº: 17.03.1997

Origem: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0082703/75

396. A documentação exigida pelas Secretarias de Estado aos Municípios deve obedecer ao disposto no artigo 30 da Lei nº 10.191, de 24.07.96, para o corrente exercício, e também, no artigo 116, § 1º,

## Decisões em Consultas – Prejulgados

da Lei Federal nº 8.666/93, à qual se submetem, igualmente, as organizações não-governamentais.

Origem: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0065204/77 Parecer nº: COG-067/97  
Sessão: 17.03.1997

.....

**397.** A remuneração decorrente de serviço suplementar ou hora extra integra o cálculo da gratificação natalina prevista na lei que dispõe sobre o estatuto dos servidores municipais de Ibicaré.

Inexistindo no Município de Ibicaré lei ordinária que discipline o cálculo para pagamento de adicional de férias, entendemos possa, o mesmo, adotar o que se aplica para os servidores públicos da União, ou seja, cálculo com base na remuneração habitual (vencimento e vantagens permanentes), excluindo-se as vantagens suplementares, horas extras, dentre outras.

Origem: Prefeitura Municipal de Ibicaré  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0042710/73  
Parecer nº: COG-092/97  
Sessão: 24.03.1997

.....

**398.** A Câmara, como órgão legislador do Município, havendo interesse, finalidade pública e a existência de recursos orçamentários, poderá contratar mediante licitação prévia a construção de sua sede própria, para atender as necessidades do órgão político.

Origem: Câmara Municipal de Jaguaruna  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0083803/79 Parecer nº: COG-095/97  
Sessão: 24.03.1997

**399.** É irregular a percepção simultânea de adicional por tempo de serviço trienal e quinquenal por servidor público.

Os servidores municipais de Braço de Norte, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, devem observar os seguintes limites de horas extras: 2 horas diárias no caso de acordo de prorrogação; 44 horas semanais quando implementado sistema de compensação; 4 horas diárias para a prestação de serviços inadiáveis; 2 horas diárias, no máximo, em 45 dias por ano para recuperação de horas.

Aos servidores estatutários do Município de Braço do Norte, o limite de horas extras diárias será aquele estabelecido no Estatuto dos Servidores ou em outra norma regulamentar local.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0097003/71 Parecer nº: COG-084/97  
Sessão: 24.03.1997

.....

**400.** A acumulação remunerada de cargos envolvendo cargo comissionado é vedada pelo artigo 37, XVI, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0066304/70 Parecer nº: COG-109/97  
Sessão: 26.03.1997

.....

**401.** A concessão de aposentadoria por invalidez aos servidores públicos é direito assegurado pela Carta Constitucional de 1988, artigo 40, inciso I, atendidos os pressupostos fixados em lei, na hipótese, a legislação do Município de Florianópolis que rege suas relações com os servidores públicos. Uma vez aperfeiçoadas as con-

dições do ato aposentatório, inexistente amparo legal para obrigar o retorno do servidor à atividade, mesmo que seja para cumprir pena disciplinar de suspensão decidida em processo administrativo disciplinar.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0293902/62 Parecer nº: COG-523/96  
Sessão: 26.03.1997

.....

**402.** Frente ao disposto no artigo 37, inciso XIV da Constituição Federal, o cálculo do adicional por tempo de serviço deve incidir sobre o vencimento padrão do cargo, desconsideradas, para tanto, as vantagens pecuniárias já percebidas pelo servidor.

O pagamento a título de adicional por tempo de serviço efetuado fora dos parâmetros estabelecidos pelo inciso XIV do artigo 37 da Constituição Federal é irregular, merecendo, destarte, revisão.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0099809/72 Parecer nº: COG-088/97  
Sessão: 07.04.1997

.....

**403.** A Constituição Federal (artigo 37) e a Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal nº 8.666/93 (artigo 9º, III), proíbem, por seus dispositivos, as contratações entre o Prefeito e a Municipalidade, e por extensão, a

sua participação em processos licitatórios, ainda que não expressa em lei municipal própria.

Esta vedação alcança igualmente a aquisição de bens, por parte da municipalidade, de único estabelecimento existente no Município do qual seja proprietário o Prefeito.

Independentemente do que preceituam as Leis Orgânicas dos Municípios integrantes da AMERIOS, por força do disposto no artigo 29, VII, combinado com o artigo 54, I e II, da Constituição Federal, é vedada a participação em licitação e a consequente realização de obra ou fornecimento de bens e serviços - decorrente de contrato firmado com pessoa jurídica de direito público do Município - pela pessoa física do Vereador ou por empresa da qual seja proprietário, diretor ou que nela exerça função remunerada.

É permitida a participação direta ou indiretamente em processo licitatório, do cônjuge e demais parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau inclusive, do Prefeito e do Vice-Prefeito, exceto quando expressamente vedada em lei municipal própria, a exemplo da Lei Orgânica do Município de São Carlos, integrante da Associação consulente.

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0082905/70 Parecer nº: COG-076/97  
Sessão: 07.04.1997

.....

**404.** REVOGADO<sup>115</sup>

<sup>115</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A remuneração dos Vereadores deve ser fixada com a observância dos limites expressos no artigo 29, incisos V, VI e VII da Constituição Federal, não podendo ser superior à remuneração do Prefeito, nem ultrapassar a setenta e cinco por cento da remuneração percebida por Deputado Estadual, ficando adstrita, ainda, a cinco por cento da receita do Município. Esses limites devem ser observados tanto no ato de fixação da remuneração, quanto no pagamento durante o curso da legislatura, o que impõe a retenção de parcela da remuneração que avance os balizamentos destacados mês a mês.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**405.** O Poder Legislativo Municipal deve divulgar os atos que produzam efeitos externos, dentre eles, Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que vier a promulgar, no órgão oficial do Município ou da respectiva associação municipal declarado por lei municipal, ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer, ou conforme dispuser a Lei Orgânica Municipal, em obediência às normas contidas no artigo 37, § 1º, da Constituição Federal, e nos artigos 16, § 6º, e 111, parágrafo único, da CE.<sup>116</sup>

Origem: Câmara Municipal de São Bento do Sul  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0044405/74  
Parecer nº: COG-083/97  
Sessão: 09.04.1997

.....

**406.** Para efeitos de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, conforme o disposto no artigo 202, § 2º, da Constituição Federal.

A exigência de 20 (vinte) anos de serviço municipal para a contagem do tempo de serviço privado prevista no artigo 128 da Lei Complementar nº 002/90, do Município de Cunha Porã, é incompatível com o artigo 202, § 2º, da Constituição em vigor.

Origem: Prefeitura Municipal de Cunha Porã  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 0070906/71

Parecer nº: COG-143/97

Sessão: 09.04.1997

.....

**407.** Findo o mandato do Prefeito Municipal sem o gozo das férias a que tinha direito no curso do mandato, conforme o preconizado no § 3º do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, é indevida a indenização, posto que a norma legal assegura apenas o afastamento remunerado pelo período de trinta dias por ano, a título de férias.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0294003/63  
Parecer nº: COG-180/97  
Sessão: 28.04.1997

.....

**408.** Os servidores do Poder Legislativo de Ipira, detentores de cargo de provimento em comissão, farão jus aos direitos e vantagens aplicáveis aos detentores de cargos efetivos, consoante dispõe o Estatuto dos Servidores do Município, exceto as que requeram estabilidade para sua fruição.

Origem: Câmara Municipal de Ipira  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0181501/79  
Parecer nº: COG-163/97  
Sessão: 28.04.1997

<sup>116</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O Poder Legislativo Municipal deve divulgar os atos que produzam efeitos externos, dentre eles, Resoluções, Decretos Legislativos e as Leis que vier a promulgar, no órgão oficial do Município ou da respectiva associação municipal declarado por lei municipal, e em jornal local ou da microrregião a que pertencer, em obediência às normas contidas nos artigos 37, § 1º, da Constituição Federal, 16, § 6º e 111, parágrafo único da CE e 88 da Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul. A escolha do órgão oficial do município deve se fazer mediante procedimento licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93.”



**409.** A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada em conformidade com normas da instituição arquivística pública, no caso a Gerência do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, consoante Lei Federal nº 8.159/91 e Lei Estadual nº 9.747/94, e observada a legislação local.

A documentação comprobatória dos atos administrativos, contábeis, financeiros e jurídicos praticados pela Administração Pública, apresentada por meio informatizado ou documental a este Tribunal, deverá permanecer sob a guarda da Unidade Gestora sujeita ao controle externo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal Pleno, publicada no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 16/94.

Origem: Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0042003/72 Parecer nº: COG-177/97  
Sessão: 28.04.1997

.....

**410.** O Poder Legislativo Municipal de Guaramirim pode divulgar seus atos administrativos, os atos da Mesa, as Resoluções, Decretos legislativos e as leis que vier a promulgar somente nos órgãos de imprensa local, mediante prévia licitação, obedecidas as normas dos artigos 37, § 1º, da C.F.; 16, § 6º, da CE; 88, da Lei Orgânica do Município de Guaramirim e Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Câmara Municipal de Guaramirim  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0092805/78  
Parecer nº: COG-158/97  
Sessão: 28.04.1997

**411.** É facultado ao Município de Campo Erê, segundo o seu peculiar interesse e dentro da livre administração de seu patrimônio, firmar convênio de cessão de máquinas e implementos agrícolas, observados o interesse público e ainda o disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal.

Em sua competência para legislar acerca de assuntos de interesse local, cabe ao município decidir sobre a concessão de auxílios a entidades associativas para a realização de eventos sociais e comunitários, observada a existência de recursos financeiros e orçamentários na forma da Lei nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Erê  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0092906/75  
Parecer nº: COG-168/97  
Sessão: 30.04.1997

.....

**412.** Aos ocupantes de cargo em comissão não é cabível incentivo à demissão voluntária em face do artigo 37, II, da Constituição Federal, artigo 21, I, da CE e artigo 109, da Lei Orgânica Municipal, em razão do cargo ser de livre nomeação e exoneração e para o qual o servidor não adquire estabilidade.

Aos servidores com estabilidade adquirida por concurso público ou mediante o artigo 19 do ADCT é facultado participar de programa de incentivo à demissão voluntária.

Os servidores não estáveis, admitidos originariamente pelo regime da CLT, e posteriormente transformados em estatutários, não são amparados pela Lei Municipal nº 3.132/96, posto que podem ser exonerados de ofício por conveniência da administração ou inadaptção ao cargo.

Os servidores admitidos por tempo determinado para atender necessidade temporária, segundo o ar-



Decisões em Consultas – Prejulgados

tigo 37, IX, da Constituição Federal e artigo 114 da Lei Orgânica Municipal, igualmente não são amparados pela Lei Municipal nº 3.132/96, em razão do rompimento automático do vínculo entre as partes no decurso do prazo estipulado no contrato.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Auditor Cóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0092210/74 Parecer nº: COG-179/97  
Sessão: 30.04.1997

.....

**413.** A remuneração a ser percebida pelo servidor municipal quando entra em férias é a do cargo que ocupa naquele momento, em atendimento ao disposto no artigo 23, § 2º, IX, da Lei Orgânica Municipal, artigo 101, § 4º e 102, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaborá.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaborá  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0135604/74 Parecer nº: COG-201/97  
Sessão: 05.05.1997

.....

**414.** Prefeitura Municipal de Urussanga poderá celebrar contrato de prestação de serviços na área da saúde com a iniciativa privada, de forma complementar, vedada a contratação dos serviços na sua integralidade, obedecidas as normas estabelecidas pelos artigos 197 e 199 da Constituição Federal, e ainda, os ditames da Lei Federal nº 8.080/90 e da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Urussanga  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0154001/75 Parecer nº: COG-206/97  
Sessão: 05.05.1997

**415.** O Fundo de Previdência de Servidores Municipais, por não se constituir em instituição financeira autorizada a funcionar no país pelo Banco Central, nos termos da Lei Federal nº 4.595/64, não pode realizar operação financeira que consista em concessão de empréstimo a Prefeituras Municipais.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0022001/71 Parecer nº: COG-204/97  
Sessão: 05.05.1997

.....

**416.** A transferência de bens públicos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo implica tão somente na faculdade de administração, ou seja, utilização, guarda, conservação e aprimoramento, vez que referidos bens são de propriedade do Município e não de seus Órgãos e Poderes.

Origem: Câmara Municipal de Xanxerê  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0112201/75  
Parecer nº: COG-188/97  
Sessão: 07.05.1997

.....

**417.** A Câmara Municipal poderá realizar temporariamente sessões ordinárias e extraordinárias fora de sua sede mediante deliberação plenária tomada na forma regimental.

Origem: Câmara Municipal de Xanxerê  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0112201/75  
Parecer nº: COG-188/97  
Sessão: 07.05.1997

**418.** À Câmara Municipal de Guaramirim é facultado criar por lei o cargo de Assessor Jurídico de provimento efetivo ou em comissão. Considerando mais conveniente a terceirização, poderá a Câmara de Vereadores contratar serviços de Assessoramento Jurídico, observados os preceitos contidos na Lei Federal nº 8.666/93 – Lei das Licitações.

Origem: Câmara Municipal de Guaramirim  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0058705/77 Parecer nº: COG-160/97  
Sessão: 12.05.1997

.....

**419.** A aquisição de pneus feita mediante procedimento licitatório deve, no julgamento das propostas, nortear-se pelo menor preço, posto que os tipos de licitação citados no artigo 46 da Lei Federal nº 8.666/93 não se aplicam à compra do referido bem, por não ser albergada pelo seu § 3º.

É recomendável que o edital contemple o oferecimento de garantia, podendo, ainda, prever que o fornecimento dos materiais possa ser efetuado de forma parcelada.

Origem: Prefeitura Municipal de Xanxerê  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0162004/78 Parecer nº: COG-234/97  
Sessão: 21.05.1997

.....

**420.** É vedado à Câmara de Vereadores efetuar despesas com Plano de Saúde para seus servidores

consoante o disposto na Constituição Federal, artigo 199, § 2º e na Lei Orgânica do Município de Itajaí, artigo 183, § 3º.

É possível a Câmara de Vereadores celebrar convênio com empresa prestadora de serviços médico-hospitalares desde que o ônus seja suportado integralmente pelos beneficiários.

Origem: Câmara Municipal de Itajaí  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0232929/71  
Parecer nº: COG-238/97  
Sessão: 26.05.1997

.....

**421.** A ordem cronológica de pagamentos instituída pelo artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 só não prevalecerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Origem: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0186810/72  
Parecer nº: COG-264/97  
Sessão: 26.05.1997

.....

**422.** REVOGADO <sup>117</sup>

.....

**423.** É possível a cessão de funcionários da administração municipal, mas somente os efetivos e para

<sup>117</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “A indenização pelos prejuízos causados à pessoa jurídica ou física é dever do município. Na fase conciliatória do processo judicial é possível firmar acordo com o autor da ação, desde que o laudo pericial demonstre responsabilidade civil e haja dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa, condicionado, ainda, o acordo à conveniência da Administração.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

órgãos públicos municipais, estaduais e federais, desde que fundamentada na finalidade da Administração. É necessário lei autorizativa, ainda que contemple as cessões de modo abrangente, não podendo a cessão efetivar-se mediante portaria ou decreto do prefeito.<sup>118</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0180704/77  
Parecer nº: COG-249/97  
Sessão: 26.05.1997

.....

**424.** O reajuste de preços poderá ser concedido decorrido um ano da data prevista para entrega da proposta ou do orçamento a que esta se referir, conforme definido no instrumento convocatório da licitação e no contrato, nos termos dos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 1.540-22, de 13 de março de 1997, combinado com o artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A alteração contratual para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato pode ser efetuada a qualquer tempo, desde que atendidos os pressupostos para a sua efetivação.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0144302/63  
Parecer nº: COG-198/97  
Sessão: 26.05.1997

**425.** Serviços de assistência médico-hospitalar podem ser enquadrados como de natureza contínua para os fins do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Os contratos de prestação de serviços de natureza contínua admitem prorrogações nos termos da Medida Provisória nº 1.531-4, de 26 de março de 1997, que altera a Lei nº 8.666/93, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório da licitação e no contrato.

Origem: Administradora Hidroviária Docas Catarinense  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0029802/74 Parecer nº: COG-214/97  
Sessão: 02.06.07

.....

**426.** As contribuições previdenciárias recolhidas com atraso devem sofrer o acréscimo de juros e multa, conforme determina a legislação. O IPESC não pode reduzir ou dispensar a cobrança destes valores.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0010103/70 Parecer nº: COG-260/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**427.** É irregular a contratação temporária de médicos e profissionais da saúde pelo Município de Laguna para prestarem serviços no Hospital de Carida-

<sup>118</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“É possível a cessão de funcionários da administração municipal, mas somente os efetivos, para entidades assistenciais e órgãos públicos estaduais e federais, desde que fundamentada na finalidade da Administração. É necessário lei autorizativa, não podendo a cessão efetivar-se mediante portaria ou decreto do prefeito. A Lei Municipal n 687, de 18 de agosto de 1993, atende ao princípio da legalidade. Não é preciso uma lei para cada espécie de cessão, desde que a lei esteja tecnicamente elaborada de modo que contemple as cessões de caráter abrangente.”*

de Senhor Bom Jesus dos Passos, por não se tratar de substituição de pessoal, como preconizado em lei municipal, bem como, por constar nos termos do convênio celebrado pelas duas entidades que a contratação de pessoal compete ao Hospital de Caridade.

Origem: Prefeitura Municipal de Laguna  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0094410/71 Parecer nº: COG-273/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**428.** É possível a contratação de contador pela Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu, consoante os artigos 35, III e IV, 34, X, e 47, VIII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 085/94 e Regimento Interno da Câmara.

Quanto à forma da Câmara gerenciar seus recursos, cabe ao Presidente da Câmara receber e aplicar os recursos atribuídos por lei ao Poder Legislativo, depositados em conta corrente, em nome do Órgão, e o saldo orçamentário deve ser devolvido anualmente à Prefeitura.<sup>119</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Guatambu  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0140902/70 Parecer nº: COG-248/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**429.** A Administração Pública do Município de Braço do Norte pode terceirizar a contratação de mão-de-obra, inclusive por intermédio de coopera-

tivas, desde que os serviços prestados não constituam atividade-fim da Administração, não façam parte do quadro funcional, e sempre mediante realização de processo licitatório, em atendimento aos artigos 2º e 6º, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0142406/76  
Parecer nº: COG-215/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**430.** Não pode o Administrador Público parcelar obra ou serviço com o intuito de burlar a Lei e enquadrá-los na hipótese de dispensa por baixo valor, para favorecer determinadas pessoas em detrimento de outras - diante das oportunidades que a Administração oferece - sob pena de sujeição a crime de responsabilidade, consoante dispõe o artigo 89 da Lei nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0170703/71 Parecer nº: COG-263/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**431.** Para que a ordem cronológica de pagamento seja quebrada, faz-se necessário, primeiro, a demonstração de relevantes razões de interesse público; segundo, a devida publicação dessas razões.

<sup>119</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *"É possível a contratação de contador pela Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu, consoante os artigos 35, III e IV, 34, X, e 47, VIII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 085/94 e Regimento Interno da Câmara. Quanto à forma da Câmara gerenciar seus recursos, cabe ao Presidente da Câmara receber e aplicar os recursos atribuídos por lei à Câmara, depositados em conta corrente, em nome da Mesa, e o saldo orçamentário deve ser devolvido anualmente à Prefeitura."*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Compete à autoridade administrativa, no caso o Prefeito, reconhecer a ocorrência dos motivos que justificam a ofensa à cronologia dos pagamentos e dar-lhes publicidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Xanxerê  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0171803/75  
Parecer nº: COG-223/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**432.** Obedecidos aos ditames da Lei Federal nº 8069/90, em seu artigo 34, aos Conselheiros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe o pagamento de eventual remuneração definida na legislação municipal, e em especial quando exercem a função com dedicação exclusiva.

Tendo em vista que os Conselheiros exercem apenas função pública, não se classificando como servidores, não podem ser investidos em cargos efetivos ou de provimento em comissão.

A Associação dos Municípios constitui-se em entidade civil, sem fins lucrativos, regida pelas normas do Código Civil - Parte Especial e nada impede que edite jornal próprio para a veiculação dos atos oficiais dos

municípios, sendo que os mesmos deverão atentar para as disposições de sua Lei Orgânica e leis ordinárias que regem o assunto, obedecidas as normas da Constituição Estadual (artigo 111, parágrafo único). No pagamento de despesas relativas às publicações legais à Associação dos Municípios, deverão ser observados os princípios gerais da despesa pública.

A aplicação dos recursos repassados por Entidades Públicas Municipais e Estaduais, às Associações Cíveis sem fins lucrativos, para despesas de custeio (manutenção), fica sujeito à fiscalização por parte desta Corte de Contas e, neste caso, estarão as mesmas sujeitas aos dispositivos constantes nas Leis nº 4.320/64<sup>120</sup>.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0099102/71  
Parecer nº: COG-190/97  
Sessão: 02.06.1997

.....

**433.** O Poder Executivo Municipal poderá autorizar despesa para realização de concurso público no intuito de admitir servidores públicos municipais, desde que a mesma esteja prevista na Lei de Orçamento

<sup>120</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Obedecidos aos ditames da Lei Federal nº 8069/90, em seu artigo 34, aos Conselheiros mais votados do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe o pagamento de eventual remuneração. Contudo, tendo em vista que os mesmos não se classificam como servidores, não poderão ser investidos em cargos de provimento em comissão. Cabe ressaltar que a matéria atinente aos Conselhos Tutelares deve ser regida por legislação municipal própria, nos termos da lei federal, conforme já ocorre em outros municípios. A Associação dos Municípios constitui-se em entidade civil, sem fins lucrativos, regida pelas normas do Código Civil - Parte Especial, e nada impede que edite jornal próprio para a veiculação dos atos oficiais dos municípios, sendo que os mesmos deverão atentar para as disposições de sua Lei Orgânica e leis ordinárias que regem o assunto, obedecidas as normas da Constituição Estadual (Artigo 111, parágrafo único). No pagamento de despesas relativas às publicações legais à Associação dos Municípios, deverão ser observados os princípios gerais da despesa pública. Os recursos repassados por Entidades Públicas Municipais, Estaduais e Federais às Associações Cíveis, ficam sujeitos à fiscalização por parte desta Corte de Contas e, neste caso, estarão as mesmas sujeitas aos dispositivos constantes nas Leis nº 4.320/64 e nº 8.666/93”.*

Municipal anual, em atendimento ao disposto nos artigos 22, I, 60, III e XIII, da Lei Orgânica do Município de Braço do Norte, artigo 22, II, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 165, I, II e III, e artigo 169, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e de acordo com o prejulgado nº 128 desta Corte de Contas.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0171208/71  
Parecer nº: COG-254/97  
Sessão: 09.06.1997

.....

**434.** Quanto à aplicabilidade do disposto no artigo 7º, I, da Constituição Federal, para o pagamento de indenizações nos moldes questionados pela Consulente, a servidores municipais, caso sejam contratados pela CLT - a consulta é omissa a este respeito - não estáveis e demitidos sem justa causa, não é possível, visto que o referido artigo carece de regulamentação por lei complementar. E quanto aos servidores estatutários também não se aplica o disposto no artigo 7º, I, da C.F., visto que são regidos pelo artigo 39, § 2º, da C.F., Lei Orgânica Municipal e leis municipais sobre o assunto.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0158401/70  
Parecer nº: COG-185/97  
Sessão: 09.06.1997

.....

**435.** Ante o que dispõe a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei Federal nº 9.424/96, não pode o Município admitir professores não titulados para o exercício das atividades docentes.

A formação mínima admitida para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental é de curso de nível médio na modalidade Normal.

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0021507/71 Parecer nº: COG-237/97  
Sessão: 11.06.1997

.....

**436.** As despesas na área de assistência social efetuadas pelo Poder Executivo de Guarimir devem se dar com obediência ao Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, o que dispensa a consulta para a sua efetivação.

A prestação de contas do Município de Guarimir contemplará os dispêndios públicos afetos à assistência social, sejam eles submetidos ou não à consulta do Conselho Municipal de Assistência Social, e assim estarão sujeitos ao controle e fiscalização da Câmara de Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Guarimir  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0145403/75 Parecer nº: COG-222/97  
Sessão: 16.06.1997

.....

**437.** O estado de gravidez de ocupante de cargo comissionado não obsta a sua exoneração, tendo em vista a natureza do cargo que por imposição constitucional é de livre nomeação e exoneração.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0288604/67 Parecer nº: COG-181/97  
Sessão: 16.06.1997



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**438.** Diante da imprevisão legal verificada na Lei Orgânica do Município de Gaspar e da não-fixação no Decreto-Legislativo nº 03/92, não assiste direito ao ex-Prefeito à percepção de décimo terceiro salário e ao gozo de férias.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0288604/67  
Parecer nº: COG-181/97  
Sessão: 16.06.1997

.....

### 439. REVOGADO<sup>121</sup>

.....

**440.** A inexigibilidade de licitação só poderá originar compra da Administração Pública, em se tratando de exclusividade e, em função de processo de padronização, caso reste claramente comprovado, nos termos da legislação vigente, que existe somente uma firma que poderá fornecer o bem desejado.

O atestado fornecido deverá assegurar de forma clara e inequívoca que somente referida empresa poderá fornecer à administração. Para tanto deverá se embasar em pesquisa de mercado e não em declaração do próprio interessado.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 0185104/75  
Parecer nº: COG-219/97  
Sessão: 16.06.1997

**441.** A Lei é o instrumento legal para se instituir o Boletim Oficial do Município de Jaborá e deverá estabelecer quais as matérias que poderá conter e a periodicidade de sua veiculação, obedecidas as normas insculpidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal. Inexistindo previsão legal acerca do patrocínio, e em havendo mais de uma empresa interessada, a aplicação da Lei Federal nº 8.666/93 se impõe como obrigatória, em obediência aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e igualdade, insertos no artigo 37 da Carta Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaborá  
Relator: Conselheiro Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0175911/78  
Parecer nº: COG-291/97  
Sessão: 16.06.1997

.....

**442.** A gestão do Fundo de Previdência e Assistência do Município de Arvoredo, na forma da lei municipal, fica a cargo de um Conselho Diretor composto de três membros com mandato de dois anos, indicados pelos servidores, pelo Presidente da Câmara e pelo Chefe do Poder Executivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Arvoredo  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0067606/79  
Parecer nº: COG-313/97  
Sessão: 25.06.1997

<sup>121</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Perante a Corte de Contas, o ordenador de despesa é o Prefeito, que responsabilizado por irregularidade cometida na Câmara, no caso de repasse na modalidade suprimento, poderá acionar regressivamente contra o Presidente do Poder legislativo.”



443. REVOGADO<sup>122</sup>

.....

444. A contratação direta de profissional por inexigibilidade de licitação fundamentada no artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, só é legal quando o serviço a ser prestado for singular, incomum à Administração, e o profissional for notoriamente especializado, ou seja, reconhecido no meio da comunidade de especialistas da qual pertence, além de a sua especialidade ser pertinente à natureza do serviço a ser prestado.

Origem: Serviço Autônomo Municipal de Terminais Rodoviários de Blumenau  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0026805/75 Parecer nº: COG-322/97  
Sessão: 02.07.1997

.....

445. Para que o Município possa cogitar da possibilidade de realizar operação de crédito, é indispensável o cumprimento dos requisitos citados no artigo 13, incisos I a IX, da Resolução Nº 69/95 do Senado Federal, além do dever de observância à Lei nº 4.595/64, que instituiu o sistema financeiro nacional, e às prescrições dos artigos 52, inciso VII, 163, 165 e 192 da Constituição Federal e artigos 9º, inciso IV e 99, § 3º, incisos II e III da Lei Orgânica Municipal.

É possível a vinculação de parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nas ressalvas contidas no inciso IV, do artigo 167 da Constituição Federal.<sup>123</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0168503/72  
Parecer nº: COG-278/97  
Sessão: 07.07.1997

.....

446. É admissível a previsão de pagamento de juros, desde que os índices fixados estejam de acordo com taxas oficiais, e a sua aplicação seja *pro rata die* conforme artigo 40, XIV, “d”, da Lei nº 8.666/93.

Não é recomendável a previsão de pagamento de multa, por contrariar o interesse público, uma vez que não há previsão legal expressa e por caracterizar o oferecimento de um ganho real para o contratado.

Origem: Companhia Catar. de Águas e Saneamento  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 1453504/56  
Parecer nº: COG-261/97  
Sessão: 07.07.1997

.....

447. A Administração Pública, nela compreendida as sociedades de economia mista, está impedida

<sup>122</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “Os edis do Município de São Francisco do Sul fazem jus a uma parcela da parte variável por sessão extraordinária realizada, ou seja R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de 05 (cinco) sessões por mês. O pagamento pelo comparecimento a sessões extraordinárias integra o cômputo dos limites remuneratórios constitucionalmente previstos, ou seja, máximo da remuneração do Prefeito, 75 % (setenta e cinco por cento) da remuneração estabelecida para os Deputados Estaduais, e, ainda, o limite de 5 % (cinco por cento) da receita municipal. É legal o aumento da remuneração dos vereadores, quando este decorrer de reajuste destinado a manter o equilíbrio financeiro, desde que obedecido o princípio da anterioridade, ou seja, fixado na legislação anterior para vigorar na subsequente.”

<sup>123</sup> Observar a Lei Complementar nº 101/00 e Resoluções nº 40/01 e 43/01 do Senado Federal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

de receber em cedência funcionários de empresa privada, com posterior reembolso de remuneração, haja vista que a cedência de servidor é prevista somente nas esferas de âmbito público, sem a participação de entidades privadas.

A Administração Pública Estadual, segundo o estabelecido no artigo 104 da Lei nº 8.245/91 com a redação das Leis nºs 8.488/91 e 10.113/96, poderá utilizar-se do instituto da cessão de servidores públicos nos casos ali especificados.

O ato de cessão de servidor público deve contemplar o modo pelo qual se efetivarão os ressarcimentos de remuneração, observado o que dispõem os artigos 3º e 4º do Decreto nº 2.920/92.

Origem: SCGÁS – Companhia de Gás de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0274304/64  
Parecer nº: COG-172/97  
Sessão: 07.07.1997

.....

**448.** Não é admissível que o CIS-AMOSC realize licitação para aquisição de medicamentos em nome dos municípios que o integram, por absoluta falta de previsão legal.

Origem: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0030206/79  
Parecer nº: COG-343/97  
Sessão: 09.07.1997

.....

**449.** A Administração Pública do Município de Lindóia do Sul pode contratar os serviços de mão-de-obra enumerados na presente consulta, por in-

termédio de cooperativas de trabalho ou empresas prestadoras de serviços, desde que os serviços prestados não constituam atividade-fim da Administração, não façam parte do quadro funcional, e sempre deve ser realizado mediante processo licitatório, consoante artigo 2º e 6º, II, da Lei federal nº 8.666/93, artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e artigo 11, XVIII, da Lei Orgânica Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0151307/78  
Parecer nº: COG-279/97  
Sessão: 09.07.1997

.....

**450.** Diante do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 1.041/94, a Câmara de Vereadores deve possuir inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

A formalização do patrimônio dos bens municipais submetidos à administração da Câmara Municipal deve ser processada pelo Executivo, na qualidade de representante do Município, proprietário dos bens da municipalidade.

Origem: Câmara Municipal de Curitiba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0173206/74  
Parecer nº: COG-358/74  
Sessão: 16.07.1997

.....

**451.** A documentação necessária para o registro de uma nova unidade gestora, no caso um Fundo Municipal, no âmbito da Corte de Contas, constitui-se de sua lei de criação e decreto regulamentador, nos termos da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0017511/74  
Parecer nº: COG-318/97  
Sessão: 21.07.1997

.....

**452. REVOGADO<sup>124</sup>**

.....

**453.** O Prefeito Municipal, ante a autonomia administrativa e financeira da Câmara de Vereadores, não se pode negar a incluir na folha de pagamento de pessoal do Poder Legislativo servidor legalmente nomeado pelo Presidente da Câmara.

Origem: Câmara Municipal de Guatambu  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0016310/73  
Parecer nº: COG-335/97  
Sessão: 21.07.1997

.....

**454.** Deve o Prefeito Municipal dar acesso a informações e documentos afetos à contabilidade da Câmara Municipal, bem como efetuar o repasse das dotações orçamentárias destinadas à Câmara até o dia vinte de cada mês, conforme preceituado no artigo 96 da LOM.

Ao negar-se o repasse do suprimento (duodécimo) para a Câmara Municipal, o acesso a informações e documentos contábeis a ela afetos, e a inclusão na folha de pagamento de pessoal do Poder Legislativo de servidor legalmente nomeado, o Chefe do Poder Executivo Municipal

abusa de seu poder, ficando sujeito a Mandado de Segurança.

Origem: Câmara Municipal de Guatambu  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0016310/73  
Parecer nº: COG-335/97  
Sessão: 21.07.1997

.....

**455.** A licitação na modalidade leilão consoante dispõe o § 5º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93 – promovido por órgãos públicos, quer da esfera federal, estadual ou municipal, ou, ainda, por instituições financeiras oficiais ou privadas – não se presta para a aquisição de bens, por parte do Poder Público, visto que o critério orientador para a Administração, nessa modalidade, é a obtenção de maior lance ou oferta; enquanto que o tipo básico de licitação a ser empregado pela Administração, para a aquisição de bens, obras ou serviços é o de menor preço.

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0011708/70  
Parecer nº: COG-364/97  
Sessão: 23.07.1997

.....

**456.** Nada impede que os Municípios, mediante lei autorizativa, instituem um periódico mensal, que atue como Órgão de divulgação oficial dos mesmos, examinado o interesse público e, especialmente, a relação custo-benefício decorrente da adoção desse procedimento.

<sup>124</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 19.04.1999, através da decisão no processo nº CON-0461000/83. “O Vice-Prefeito Municipal de Vidal Ramos não pode exercer cargo comissionado, em razão da vedação contida no inciso II, do artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, aplicável a matéria em razão da autonomia municipal.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0018005/74  
Parecer nº: COG-337/97  
Sessão: 28.07.1997

.....

**457.** O contrato de execução de obra pública sob o regime de empreitada por preço global somente admite acréscimo quantitativo se este estiver relacionado às obras elencadas no contrato original, com as devidas justificativas, e nos limites estabelecidos no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 (vinte e cinco por cento do valor atualizado do contrato), sendo vedada a inclusão de outras obras (ruas) não elencadas no contrato.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 126007/71  
Parecer nº: COG-392/97  
Sessão: 28.07.1997

.....

**458.** A Lei Municipal nº 3.131/96 que autoriza a partilha de bens móveis entre o Município de Curitiba e o Município de Frei Rogério, criado por desmembramento, se afasta dos comandos da Lei Complementar Estadual nº 135/95, à qual deve observância, não conferindo assim, amparo legal à transferência de bens nela fulcrada.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0248309/71  
Parecer nº: COG-344/97  
Sessão: 30.07.1997

**459.** O servidor público que, a partir da instituição do Regime Jurídico Único, optou por associar-se ao IPESC, está automaticamente excluído do INSS. Sendo assim, quem deve arcar com a aposentadoria do servidor é o município, caso não exista fundo municipal para este fim. Pois, dentre os benefícios que o IPESC oferece aos seus associados não consta o pagamento de aposentadoria.

Origem: Prefeitura Municipal de Imaruí  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0035010/76  
Parecer nº: COG-370/97  
Sessão: 04.08.1997

.....

**460.** É cabível a aquisição, pela Prefeitura, de bens permanentes requisitados pela Polícia Militar de Santa Catarina ou pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, na forma do Convênio nº 290/94, de 23.02.94, celebrado com o Estado de Santa Catarina, se o equipamento destinar-se às finalidades do convênio.

A compra do equipamento requisitado será processada de conformidade com as normas de direito financeiro e do convênio em vigor, incorporando-se o bem permanente ao patrimônio do Município.

Origem: Prefeitura Municipal Ituporanga  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0246311/79  
Parecer nº: COG-399/97  
Sessão: 04.08.1997

.....

**461.** Os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras efetuadas pelas Câmaras pertencem às mesmas, sem prejuízo ou abatimentos de parcelas duodecimais futuras.

Desde que compatível com as metas estabelecidas no processo de planejamento orçamentário, ou seja, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual, poderá a Câmara, ante a existência de recursos orçamentários, contratar, mediante prévio processo licitatório, a construção de prédio para instalação de sua sede.

Cabe à Câmara Municipal recolher aos cofres do Executivo local o produto da arrecadação do imposto incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, vez que pertence ao Município, consoante dispõe o artigo 158, I, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0136805/75  
Parecer nº: COG-405/97  
Sessão: 04.08.1997

.....

**462.** A imposição normativa à publicação dos atos administrativos, no âmbito municipal, está prevista nos artigos 37, *caput*, da Constituição Federal, artigo 111, parágrafo único, da Constituição Estadual e artigos 2º e 21 da Lei Federal nº 8.666/93. No caso do Município de Capivari de Baixo, não de ser observadas, ainda, as prescrições do artigo 63 da Lei Orgânica.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 029510/72  
Parecer nº: COG-365/97  
Sessão: 04.08.1997

.....

**463.** É facultado à Fundação Municipal de Cultura de Joaçaba contratar agente público por tempo determinado, desde que seja para atender a necessidade tem-

porária de excepcional interesse público e mediante lei autorizativa que estabeleça inclusive o limite temporal, em atendimento ao inciso IX, do artigo 37, da C.F.

Origem: Fundação Municipal de Cultura de Joaçaba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0011102/77  
Parecer nº: COG-371/97  
Sessão: 04.08.1997

.....

**464.** As despesas efetuadas pelos Municípios com ensino médio ou superior não são consideradas para o cômputo da aplicação de no mínimo 25% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, consoante dispõe o artigo 11, inciso V da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0031205/75  
Parecer nº: COG-374/97  
Sessão: 06.08.1997

.....

**465.** A Fundação Hospitalar de Bom Jardim da Serra é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado inserida no âmbito da Administração Pública Indireta Municipal.

O Tribunal de Contas do Estado possui competência para julgar as contas das fundações mantidas e criadas pelo Poder Público Municipal, com base na Constituição Estadual (artigo 113) e, especificamente, no caso de Bom Jardim da Serra, no artigo 57 da LOM, desde que o erário concorra com mais de 50% da receita anual (artigo 65, da LC nº 31/90, com a redação dada pela LC nº 111/94).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Quando se configurar a contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações em que sejam partes, de um lado, a FHBJS, e, de outro, “terceiros”, conforme a dicção do artigo 2º, incidem com plena eficácia os comandos da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Fundação Hospitalar de Bom Jardim da Serra  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0034707/70  
Parecer nº: COG-397/97  
Sessão: 13.08.1997

.....

**466.** As aplicações em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino decorrentes de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, são aquelas definidas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96.

O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (creche e pré-escola) permitida a atuação nos níveis médio e superior somente com recursos que ultrapassem a aplicação obrigatória de no mínimo 25% da referida receita em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecem a Constituição Federal, artigo 211, § 2º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14 e a Lei Federal nº 9.394/96, artigo 11, inciso V.

Com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério a partir de 1º de janeiro de 1998, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 9.424/96, que o instituiu, em especial seus artigos 4º, inciso IV, 5º, 7º e 8º.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 030307/76  
Parecer nº: COG-368/97  
Sessão: 13.08.1997

.....

**467.** Servidor detentor de mandato eletivo, aposentado no curso da legislatura, faz jus à percepção dos proventos da aposentadoria e à remuneração inerente ao exercício da vereança, cumulativamente durante o período do mandato eletivo, consoante dispõe o artigo 38, inciso III da Constituição Federal. O cálculo da remuneração devida no mês da aposentadoria, a servidor detentor de mandato eletivo, deve ser efetuado proporcionalmente, ou seja, a contar da data que passou a desfrutar da excepcionalidade prevista no inciso III, artigo 38 da Carta Maior.<sup>125</sup>

Origem: Câmara Municipal de Imbituba  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 121607/73  
Parecer nº: COG-449/97  
Sessão: 18.08.1997

.....

**468.** O exercício de mandato eletivo de Prefeito por servidor público municipal efetivo suspenso temporariamente das vantagens do cargo que ocupa como servidor, referente a licenças, férias e outras similares, interrompendo a prescrição desses direitos. Férias anteriores não usufruídas na condição de servidor poderão ser gozadas após o término do mandato eletivo.

<sup>125</sup> Observar artigo 39, inciso XI da Constituição Federal - Emenda Constitucional nº 19/98.



Origem: Prefeitura Municipal de Xavantina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0032305/79  
Parecer nº: COG-470/97  
Sessão: 20.08.1997

.....

**469.** A aquisição de passagens rodoviárias para atender necessidades da Administração Pública deverá ser precedida de licitação. Existindo, comprovadamente, apenas uma empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros que atenda ao Município, a compra dos bilhetes de passagem poderá ser feita com fundamento em inexigibilidade de licitação, por inviabilidade do competitivo, por força do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, atendendo para o artigo 26 e demais dispositivos dessa Lei, que devem ser observados.

Origem: Prefeitura Municipal de Belmonte  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0031407/70  
Parecer nº: COG-426/97  
Sessão: 25.08.1997

.....

**470.** Ao Vereador afastado em processo regular por decisão da Câmara de Vereadores ou judicial, fica interrompido o pagamento da remuneração a que faz jus quando em efetivo de suas funções, vez que cessada a causa legal ensejadora da remuneração.

Origem: Câmara Municipal de Fraiburgo  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0137007/73  
Parecer nº: COG-378/97  
Sessão: 25.08.1997

**471.** O Município deve aplicar anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (artigo 69, *caput*, da Lei Federal nº 9.394/96), sendo de sua competência oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental (artigo 11, V da Lei Federal nº 9.394/96).

Bimestralmente, devem ser apuradas as receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, e publicadas no relatório resumido de que trata o artigo 72 da Lei Federal nº 9.394/96, combinado com o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal.

Trimestralmente, devem ser apuradas e corrigidas as diferenças entre a receita e a despesa previstas e efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento do percentual mínimo obrigatório (artigo 69, § 5º, da Lei Federal nº 9.394/96). A instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério a partir de 1º.01.98, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.494 de 24.12.96, resume-se ao âmbito dos Estados e do Distrito Federal, não se fazendo necessária a edição de lei municipal para instituição do Fundo.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério é de natureza contábil, conforme estabelece a Constituição Federal, no artigo 60, § 1º, do Ato das Disposições Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96.

Origem: Prefeitura Municipal de Barra Bonita  
Relator: Auditor Thereza Marques  
Processo nº: 030610/78  
Parecer nº: COG-422/97  
Sessão: 25.08.1997



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**472.** É vedado ao Poder Público repassar recursos não consignados na lei orçamentária à autarquia municipal, sem prévia autorização legislativa conforme estabelece o inciso VI do artigo 167 da Constituição da Federal.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 183207/70 Parecer nº: COG-484/97  
Sessão: 25.08.1997

.....

**473.** É vedado o pagamento a Vereador pela participação em reunião extraordinária de Comissão permanente ou não da Câmara Municipal de Criciúma.

Origem: Câmara Municipal de Criciúma  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 029903/71 Parecer nº: COG-469/97  
Sessão: 25.08.1997

.....

**474.** As sessões da Câmara que ocorrerem em período originariamente destinado ao recesso parlamentar, o qual foi suspenso em razão da não aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, devem ser consideradas como ordinárias, haja vista a prorrogação do primeiro período da sessão legislativa, por força do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, que se alinha ao preceituado no § 2º do artigo 57 da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Agrônômica  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 188808/75  
Parecer nº: COG-416/97  
Sessão: 25.08.1997

**475.** É facultada à Administração do Porto de São Francisco do Sul realizar Termo de Permissão de Uso das instalações portuárias para a execução de serviços de capatazia, bem como para realização de serviços de manutenção de equipamentos utilizados nas operações portuárias, o qual pode ser efetivado a título gratuito ou oneroso.

Origem: Administração do porto de São Francisco do Sul  
Relator: Auditor Thereza Marques  
Processo nº: 0163407/73  
Parecer nº: COG-417/97  
Sessão: 25.08.1997

.....

**476.** A contratação de jurista de notório saber e reconhecida competência por órgãos e entidades da administração pública, por inexigibilidade de licitação, é admitida desde que sejam observados os princípios constitucionais que regem a administração pública e as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993.

Sendo o serviço de natureza singular e possuindo o profissional a ser contratado notória especialização que demonstre ser o seu trabalho o mais adequado aos interesses da administração, a contratação pode ser feita nos termos dos artigos 25, II e § 1º, combinado com o artigo 13, V e § 3º, observando-se, também, os artigos 25, § 2º, 26, 54 e 55, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0191502/74  
Parecer nº: COG-444/97  
Sessão: 19.09.1997

477. É vedada a contratação, para o cargo de Assessor Jurídico, de servidor que exerce cargo de Cirurgião Dentista no Quadro de Pessoal da Prefeitura, por se configurar acúmulo de cargos públicos, o que contraria o artigo 37, inciso XVI, da Carta Magna Federal e o artigo 23, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município de Irani.

Origem: Câmara Municipal de Irani  
Relator: Conselheiro Octacílio Pedro Ramos  
Processo nº: 127107/75  
Parecer nº: COG-482/97  
Sessão: 01.09.1997

.....

478. O Relatório de Controle Interno, exigido pelo § 5º do artigo 5º da Resolução nº TC/SC 15/96, constitui encargo do responsável pelo setor de controle interno da Unidade Gestora e na sua falta, do Contabilista, sendo que, neste caso, versará sobre atos sujeitos a exame e registro pela contabilidade do órgão ou entidade. Limitar-se-á a responsabilidade do Contador à matéria inerente à sua formação e competência.

O Relatório deverá retratar o acompanhamento da execução dos atos de arrecadação, guarda e aplicação de bens, direitos e valores públicos, na Unidade, e servir para comunicar falhas ou irregularidades verificadas, assim como as medidas porventura adotadas pela autoridade competente para o seu saneamento. Além disso, avaliza a credibilidade dos dados encaminhados ao Tribunal de Contas, por meio informatizado, nos termos da Resolução nº TC-16/94.

Se o exame dos atos administrativos contábeis mensais não evidenciar divergências a serem comunicadas ao Tribunal, o Relatório afirmará a sua correção.

Não caracteriza ato de mero cumprimento de formalidade, a elaboração do Relatório de Controle Interno, sendo, portanto, inviável a adoção de quaisquer modelos de Relatório, ficando a critério de cada administrador a sua composição, em face do seu conteúdo.

Origem: Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0220405/77  
Parecer nº: APRE-050/97  
Sessão: 01.09.1997

.....

479. É facultado ao Chefe do Executivo de Pinhalzinho, consoante autorização contida no artigo 5º da Lei Orçamentária - utilizando recursos provenientes de 'superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior', ou outros disponíveis na forma do artigo 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, abrir, mediante decreto, créditos suplementares até o limite de 10 % (dez por cento) da receita orçamentária estimada para o exercício de 1997, devidamente atualizado nos moldes estabelecidos naquele instrumento (artigos 6º e 7º).

Origem: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho  
Relator: Conselheiro Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0035908/71  
Parecer nº: COG-478/97  
Sessão: 03.09.1997

.....

480. O pedido de informação do Poder Legislativo ao Poder Executivo deve observar os seguintes requisitos: ser devidamente fundamentado; mencionar o fim a que se destina; ser pertinente às atribuições de fiscalização da Câmara Municipal; e não dar mar-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

gem a que venha ensinar o seu não atendimento, por eventualmente conter solicitações absurdas ou ilegais.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho  
Relator: Conselheiro Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 128207/79  
Parecer nº: COG-457/97  
Sessão: 03.09.1997

.....

**481.** A transferência de servidor do quadro de pessoal do Município de origem para o quadro de pessoal do novo Município criado por desmembramento só pode se dar com a sua concordância, caso esteja lotado na área desmembrada e nominado na relação prevista no inciso V do artigo 8º da Lei Complementar nº 135/95, conforme o comando do artigo 30, § 1º da mesma norma legal. Para aqueles servidores não relacionados nos termos do artigo 8º, inciso V, a L.C. 135/95 em seu artigo 30, § 2º, exige a formulação de requerimento no prazo de três meses após a instalação do novo Município, o que requer o seu manifesto interesse do servidor na transferência.

É vedada a transferência de servidor inativo do Município de origem para novo Município criado por desmembramento, em face de ausência de previsão expressa na Lei Complementar nº 135/95.

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0164507/77 Parecer nº: COG-452/97  
Sessão: 10.09.1997

.....

**482.** A Administração Pública, quer estadual, quer municipal, por força do mandamento da Constituição Federal expresso no artigo 202, § 2º, somente procederá a averbação e a contagem recíproca do

tempo de serviço prestado em atividade rural para fins de aposentadoria de seus servidores, quando comprovados os recolhimentos das contribuições previdenciárias em época própria, ou seja, contemporâneos ao período alegado.

Os comprovantes de contribuições devem ser contemporâneos ao fato gerador e só produzem efeitos para o titular da respectiva contribuição, conforme dispõe a Ordem de Serviço nº 581/97, da Diretoria de Seguro Social do INSS, publicada no DOU de 12 de setembro de 1997, que trata especificamente da contagem de tempo de serviço.

Diante da ausência de comprovantes de contribuição, condição sem a qual resta vedada a contagem recíproca prevista no § 2º do artigo 202 da Constituição Federal, não é cabível a averbação da certidão de tempo de serviço.

Origem: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0195307/75 Parecer nº: COG-500/97  
Sessão: 15.09.1997

.....

**483.** É possível a aquisição de bem imóvel pelo município, desde que observado o processo licitatório (Constituição Federal/88 - Artigo 37, XXI e LF 8.666/93); precedida de autorização legislativa (LOM, Artigo 81); precedida de avaliação prévia (LF 8.666/93, Artigo 24, X e LOM - Artigo 81); devidamente justificada quanto a sua finalidade e necessidade (LF 8.666/93, artigo 26).

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0013504/79 Parecer nº: COG-366/97  
Sessão: 15.09.1997

484. REVOGADO<sup>126</sup>

.....

485. Inexistindo no Município normas próprias dispondo sobre a acessibilidade aos cargos e/ou empregos públicos, deve a municipalidade aplicar, como parâmetro, as condições estabelecidas em Lei Federal.

Sendo o regime jurídico único adotado pelo Município de Faxinal dos Guedes o da Consolidação das Leis do Trabalho, a disciplina laboral nela estatuída não pode ser recepcionada em seu inteiro teor pelo Poder Público, por ser pessoa jurídica de direito público e não de direito privado.

Origem: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0011001/70 Parecer nº: COG-349/97  
Sessão: 01.10.1997

.....

486. Nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 4.320/64, é possível que autarquia municipal efetue

os pagamentos de seus fornecedores através do sistema de linha direta, via *moden*, de estabelecimentos bancários credenciados.

Caberá, contudo, à Administração o respeito às fases de empenhamento e liquidação da despesa.

O pagamento da despesa deverá ser comprovado através de documento hábil.

Origem: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0182702/70 Parecer nº: COG-498/97  
Sessão: 06.10.1997

.....

487. A Prefeitura Municipal de Blumenau pode adquirir produtos fabricados e/ou serviços da Companhia de Urbanização de Blumenau com dispensa de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o do mercado, nos termos do artigo 24, VIII, combinado com os artigos 2º, *caput* e 6º, XI, todos da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as normas do artigo 26 do citado diploma legal.

<sup>126</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “*Legislação Municipal (Lei Orgânica, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Ordinária) deve regular a forma de repasses mensais de suprimentos pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É recomendável que os valores a serem repassados à Câmara de Vereadores, a título de suprimentos, sejam calculados com base na receita efetivamente arrecadada, ou na receita líquida disponível a exemplo do estabelecido pelo Estado aos seus Órgãos e Poderes com autonomia financeira e orçamentária, conforme legislação própria. Na ausência de legislação reguladora, pode ser estabelecido, entre os Poderes Executivo e Legislativo, um cronograma financeiro de desembolso a ser utilizado como base para a efetivação dos repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores. Inexistindo legislação reguladora e não sendo estabelecido um cronograma financeiro de desembolso, os repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores devem ser calculados com base em 1/12 (um doze avos) das dotações atribuídas à Câmara na Lei Orçamentária do Município. Verificando-se que a receita arrecadada apresenta-se aquém da estimada e inexistindo regulamentação na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Legislação Municipal pertinente, torna-se necessária a adoção de providências para garantir a manutenção do equilíbrio da execução orçamentária, de modo a evitar déficit. No âmbito do Poder Executivo, essas providências dar-se-ão mediante o ajuste do quadro de cotas trimestrais de despesa de cada unidade orçamentária (Lei 4.320/64, artigos 47 e 48) e, no âmbito do Poder Legislativo, através do ajuste dos valores dos repasses mensais sob a forma de suprimentos, observada sempre a relação entre o montante das dotações atribuídas à Câmara, o total do Orçamento Municipal e a receita efetivamente arrecadada.*”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Companhia de Urbanização de Blumenau  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 232505/72  
Parecer nº: COG-593/97  
Sessão: 29.10.1997

.....

**488.** É vedado o parcelamento de contratações de uma mesma obra, serviço ou compra que possa ser realizada conjunta ou concomitantemente – com o intuito de se enquadrar na hipótese de “dispensa por baixo valor” ou em modalidade inadequada de licitação com limite de valor inferior – por contrariar o artigo 8º e 24, II, da Lei de Licitações e o interesse público, além de frustrar o princípio da moralidade administrativa, preconizado no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0207003/71  
Parecer nº: COG-551/97  
Sessão: 13.10.1997

.....

**489.** Para as contratações com pessoas jurídicas, ainda que decorrentes da modalidade convite, deve a administração pública, consoante dispõe o § 3º do artigo 195 da Constituição Federal, exigir Certidão Negativa de Débito com o INSS, bem como com o FGTS, nos termos das Leis Federais n.ºs. 8.212, de 24.07.91 (artigo 95) e 8.036, de 11.05.90 (artigo 27).

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0207003/71  
Parecer nº: COG-551/97  
Sessão: 13.10.1997

**490.** Os códigos e periódicos adquiridos pelo Tribunal de Justiça, embora a princípio deveriam ser classificados como Materiais Permanentes, contudo, pela forma de distribuição, destinação e utilização que lhes é dada e tendo em vista a necessidade de constante atualização, o que não lhes garante vida útil superior a 2 (dois) anos, podem ser classificados como materiais não incorporados ao patrimônio público.

Não sendo incorporáveis ao patrimônio, a aquisição de códigos e periódicos pode ser classificada em dotação de subelemento 3.1.3.2 – Outros Serviços e Encargos, constante do Adendo IV – Especificação da Despesa, a Portaria SOF nº 8, de 04.02.85, Anexo IV da Lei nº 4.320/64.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0312805/78  
Sessão: 13.10.1997

.....

**491.** É facultado à Câmara de Vereadores, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, cumpridas as normas prescritas na Lei Federal nº 8.666/93 e atendidos os pressupostos da despesa pública:

- a) proceder a divulgação dos seus trabalhos de Plenário ou de Comissões, podendo para isso contratar agências de publicidade;
- b) adquirir passagens de transporte coletivo urbano – blocos de passes para uso de seus servidores, quando em deslocamento a serviço;
- c) adquirir medicamentos para uso em serviço por servidores e vereadores;
- d) realizar despesa com coroas de flores, para fins de prestar homenagem póstuma a autoridade e pessoas ilustres;

- e) efetuar despesas com recepções a autoridades, de almoços e jantares, restrita à comitiva da autoridade visitante e ao grupo de autoridade visitante e ao grupo de autoridades que compõem o comitê de recepção;
- f) fixar os valores das diárias a serem concedidas aos servidores da Câmara Municipal e aos Vereadores, quando em viagem a serviço ou em missão de representação do Poder Legislativo;
- g) realizar adiantamentos a servidores, para atender a despesas de viagens, relativamente a refeições e pernoite, mediante a comprovação com documentos hábeis, quando inexistente a fixação de diárias;
- h) efetuar gastos com repasses com passagens para viagens por via aérea ou rodoviária de Vereadores, quando a serviço ou em missão de representação do Poder Legislativo.

Origem: Câmara Municipal de Capivari de Baixo  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 0201009/73 Parecer nº: COG-290/97  
 Sessão: 27.10.1997

**492.** Nos termos do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, é defeso à Câmara Municipal pro-

mover gastos com estacionamento de veículos de vereadores, servidores e visitantes por não se caracterizar como despesa pública.

A concessão desse benefício a vereadores e servidores ocasionaria remuneração indireta, afrontando as normas do artigo 29, V da Constituição Federal e artigo 15, V da LOM e artigo 39, parágrafo 1º da Constituição Federal, respectivamente.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 0218306/75 Parecer nº: COG-542/97  
 Sessão: 27.10.1997

**493. REVOGADO**<sup>127</sup>

**494.** É juridicamente possível o Município proceder a extinção de créditos tributários através de remissão e de transação, mediante autorização legislativa, observadas as situações restritivas constantes do artigo 172 do Código Tributário Nacional.<sup>128</sup>

Dentro da competência municipal para legislar sobre assuntos de seu exclusivo interesse, nada obsta a criação de Conselho Municipal de Remissão e de Transação, desde que autorizado por lei.

<sup>127</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 25.06.2003, através da decisão nº 2017/2003, exarada no processo nº CON-01/00756581. Texto revogado: “Nos termos do artigo 17, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 13, inciso I, alínea “b” da Lei Orgânica de Indaial, é possível o Município utilizar-se do instituto da doação de bem imóvel público a particular, em face da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº 973-3, suspendendo parte do artigo 17, inciso I, alínea “b”. São requisitos legais para a realização da doação, nos termos dos artigos citados: comprovação da existência de interesse público devidamente justificado; avaliação prévia; autorização legislativa. Pela dicção do § 1º do artigo 13 da LOM, é recomendável a adoção do instituto da concessão do direito real de uso, por ser este mais apropriado à Administração Pública e atender os princípios da moralidade administrativa e da finalidade pública. Neste caso, deve ser observada a licitação na modalidade de concorrência e a celebração de contrato com prazo de vigência determinado.”

<sup>128</sup> Observar exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 232606/70  
Parecer nº: COG-587/97  
Sessão: 27.10.1997

.....

**495.** O texto normativo disciplinador para a concessão de auxílios a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de filhos, entre outros critérios. Além disso, deve haver um acompanhamento do serviço de assistência social de modo a restringir o benefício aos que se encontram realmente necessitados.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0218407/72  
Parecer nº: COG-559/97  
Sessão: 27.10.1997

.....

**496.** É facultado à Câmara de Vereadores contratar emissoras de rádio (locais e da região) sintonizadas no território municipal, bem como de jornais que circulam no Município, para divulgação de atos oficiais, como portarias, editais, convocações, avisos públicos, resoluções, decretos legislativos, leis promulgadas, etc., assim também para divulgação ou acompanhamento de sessões plenárias, informações sobre matérias apreciadas nas sessões, assuntos de interesse da comunidade, mediante prévio processo licitatório, garantindo-se a maior participação possível de interessados, observados os termos do artigo 37, XI da Constituição Federal, artigo 16, § 6º da Constituição Estadual, artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Capinzal e Lei nº 8.666/93.

É facultada à Câmara de Vereadores a contratação, por dispensa de licitação, de veículo oficial de imprensa do Município ou do Estado, para publicação de atos oficiais, nos termos do artigo 24, VIII e XVI da Lei nº 8.666/93 e artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Capinzal.

É vedada ao Município a contratação de veículos de comunicação (jornais, revistas, emissoras de rádio) para divulgação de manifestações pessoais de Vereadores, inclusive entrevistas, matérias de interesse exclusivo dos Vereadores ou outras matérias cujo teor e forma de apresentação caracterizem promoção pessoal de Vereadores, por contrariar a Constituição Federal (artigo 37, § 1º), Constituição Estadual (artigo 16, § 6º) e Lei nº 8.666/93 (artigo 2º).

Origem: Câmara Municipal de Capinzal Relator:  
Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0227802/70  
Parecer nº: COG-601/97  
Sessão: 03.11.1997

.....

**497.** A decisão judicial, autorizando a imissão na posse de imóvel em litígio, tem caráter provisório, ou seja, por ocasião da decisão definitiva a Justiça poderá se manifestar contrariamente à desapropriação.

A decisão provisória da Justiça autoriza a imissão na posse, mas não a edificação de quaisquer obras. Em razão disso e, tendo em vista que o princípio basilar da Administração Pública trata da supremacia do interesse público, entendeu-se que para iniciar as obras o Município deve aguardar a decisão judicial definitiva.

Se o Ordenador Primário insistir na execução da obra, colocando em risco o erário municipal, poderá ser responsabilizado caso a desapropriação não se concretizar em virtude da decisão judicial definitiva.



Origem: Prefeitura Municipal de Princesa  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 199707/70 Parecer nº: COG-583/97  
Sessão: 03.11.1997

498. Quanto à aposentadoria voluntária de servidor, a Constituição Federal, em seu artigo 40, § 1º, determina que lei complementar poderá estabelecer diferenciação de tempo de serviço no caso de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, consoante dispõe o inciso III, “a” e “c”, do referido artigo, legislação esta ainda não editada.

Assim sendo, segundo o disposto no artigo 26, § 1º da LOM, a redução do tempo de serviço e de idade para efeito de aposentadoria no exercício de atividades penosas e insalubres ou perigosas, depende da edição de lei complementar federal.

Origem: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 234907/74 Parecer nº: COG-573/97  
Sessão: 10.11.1997

499. A concessão de pensão especial a Vereadores, instituída pelo artigo 203 da Lei Orgânica do Município de Orleans, é contrária à estipulação constitucional, haja vista não ter o Município poder constituinte originário nem derivado, não podendo legislar acerca da matéria. Cabe ao Município, entre outros, argüir a inconstitucionalidade do citado dispositivo da LOM perante o Poder Judiciário.

Origem: Câmara Municipal de Orleans  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 189302/75 Parecer nº: COG-616/97  
Sessão: 17.11.1997

500. Considerando a competência municipal no que se refere ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços, o fornecimento das Notas Fiscais de Serviços Avulsas deverá ser efetuado pela Prefeitura.

A Nota Fiscal de Serviços Avulsa não necessariamente precisa ser instituída por lei, bastando a edição de ato administrativo, da competência do Prefeito Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 0350508/75 Parecer nº: COG-623/97  
Sessão: 17.11.1997

501. A contratação do seguro obrigatório DPVAT para veículos categorias 01, 02, 09 e 10 deve se dar por inexigibilidade de licitação, mediante instauração do competente processo, nos termos do *caput* do artigo 25 e artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em decorrência da inviabilidade de competição, já que é oferecido somente pelo consórcio de empresas integrantes do Convênio DPVAT.

Já a contratação do seguro obrigatório DPVAT para veículos categorias 03 e 04 deve se dar através de licitação pública que assegure igualdade de condições a todas as Companhias Seguradoras, atendendo assim ao princípio da isonomia e o da impessoalidade, nos termos da legislação.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 245907/76 Parecer nº: COG-648/97  
Sessão: 17.11.1997

502. O pedido de aposentadoria espontânea pelos empregados das empresas públicas e sociedades

## Decisões em Consultas – Prejulgados

de economia mista implica, necessariamente, na ruptura da relação de emprego.

A continuidade da prestação de serviços, seja por acordo tácito, seja expresso, constitui um novo contrato de trabalho.

Considerando que o artigo 37 da Constituição Federal, dentre os seus incisos aplicáveis às estatais, exige a prévia realização de concurso para a admissão em cargos, empregos e funções públicas, torna indiscutível que o novo contrato de trabalho, se não precedido de processo seletivo, é nulo de pleno direito.

Na hipótese de haver relações de emprego nessas condições, quais sejam, a continuidade ininterrupta de prestação de serviços, após concessão de aposentadoria espontânea, esses contratos devem ser declarados nulos, e, por consequência, estarão extintos, não decorrendo o pagamento de verbas rescisórias.

Com o advento da Medida Provisória nº 1.523, reeditada em 10.01.97, quando introduziu o parágrafo único do artigo 453, da Consolidação das Leis do Trabalho, mantendo esse dispositivo nas edições subsequentes, é evidente que a aposentadoria nas empresas públicas e sociedades de economia mista não comporta qualquer transação. Tão logo concedido o benefício, automaticamente, a readmissão (mesmo sob o rótulo de continuidade da prestação de serviços) depende de prévia aprovação em concurso público.

A existência de servidor de empresas públicas e de sociedades de economia mista, já aposentado, mas mantido no emprego, constitui situação irregular, caracterizando infração ao disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, requerendo a adoção de providências imediatas por parte do Administrador, com vistas à cessação da sua permanência no emprego.

Não se aplicam essas providências aos casos de aposentadorias por invalidez, tendo em vista que se trata de situação de exceção. No que se refere às aposentadorias especiais, pertinentes ao trabalho em atividades insalubres ou perigosas (e mais as penosas), pelo próprio contexto em que se situam, que prevê a redução do tempo de serviço com direito à aposentadoria, é incogitável que sejam exercidas atividades após a aposentação pelo fator de risco que representam.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 0228307/70 –

Parecer nº: COG-642/97

Sessão: 19.11.1997

. . . . .

**503.** Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a única forma admitida para ingresso de servidores em cargo de provimento efetivo na Administração Pública é através de concurso público de provas e títulos (artigo 37, II).

Os servidores públicos que na data da promulgação da Constituição não preenchiam os requisitos estabelecidos no artigo 37, II da Constituição Federal foram considerados estáveis no serviço público, desde que estivessem em exercício há pelo menos cinco anos continuado, nos termos do artigo 19 do ADCT.

Os servidores admitidos sem concurso público, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal por prazo inferior a 05 (cinco) anos, encontram-se em situação irregular.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 234402/78

Parecer nº: COG-563/97

Sessão: 19.11.1997

**504.** A alienação de bens móveis inservíveis deve ser realizada através de licitação na modalidade de concorrência e, quando o valor se situar até o limite constante do artigo 23, II, "b", da Lei nº 8.666/93, poderá a Administração realizar sob a modalidade de leilão.

As compras e alienações devem se dar através de processos licitatórios distintos, utilizando-se as modalidades licitatórias adequadas, previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.666/93.

Excepcionalmente, quando devidamente justificado no processo da licitação, atendendo o interesse público e demonstrada a ausência de prejuízo, através de licitação na modalidade de concorrência pública, poderá a Administração adotar a dação em pagamento, oferecendo bem móvel inservível como parte do pagamento de compra.

Nos registros contábeis devem ser procedidos todos os lançamentos pertinentes às operações realizadas, registrando-se, conforme o caso: a receita pela alienação dos bens; a despesa pela aquisição dos bens; a baixa dos bens, no Passivo Permanente, pela alienação; a inscrição dos bens no Ativo Permanente, pela aquisição efetivada; o lançamento de correção dos bens alienados, no Ativo ou Passivo Permanente, quando couber.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 250105/71 Parecer nº: COG-641/97  
Sessão: 01.12.1997

.....

**505.** Para a efetivação dos pagamentos da Administração deve ser respeitada a ordem cronológica determinada pelo artigo 5º da Lei nº 8.666/93.

Para que a ordem cronológica seja quebrada, faz-se necessária a demonstração de relevantes razões de interesse público e a devida publicação dessas razões.

Compete à autoridade administrativa, no caso o Prefeito, reconhecer a ocorrência dos motivos que justificam a ofensa à ordem cronológica dos pagamentos e dar-lhes publicidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: nº: 0018510/70 Parecer nº: COG-539/97  
Sessão: 08.12.1997

.....

**506.** É facultado ao Município, mediante Convênio, assumir encargos decorrentes da ampliação e manutenção de escola de ensino fundamental, da rede pública estadual, localizada no âmbito do Município, visando o cumprimento da aplicação do percentual mínimo destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino consoante dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Iomerê  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0243808/76 Parecer nº: COG-543/97  
Sessão: 13.10.1997

.....

**507.** A celebração de acordo judicial ou extrajudicial, visando o pagamento de verbas indenizatórias, com servidores reintegrados em seus cargos por decisão judicial transitada em julgado, para se revestir do caráter de legalidade necessita de aprovação do Poder Legislativo.

Firmado o acordo com os servidores municipais reintegrados em seus cargos, por decisão judicial transitada em julgado, este deverá ser apreciado pela Câmara Municipal, sem o que a execução do ato reveste-se de ilegalidade, por contrariar o artigo 21, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Tijuca  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 0305307/75  
Parecer nº: COG-678/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**508.** O auxílio a servidores visando assistência a seus dependentes deficientes mentais para tratamento especializado em fonoaudiologia, psicologia e psicopedagogia, desde que atestado por especialista em educação escolar, pode ser concedido através de convênio ou termo aditivo a convênio já existente, firmado entre o ente público e a entidade representativa dos servidores, com amparo nos artigos 194, 203, IV e 227, § 1º, II da Constituição Federal, nos artigos 157, IV, 163, V e 191 da Constituição Estadual, nos artigos 6º e 11 § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), e nos artigos 114 e 115, § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei nº 6.745/85).

Origem: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0258108/72  
Parecer nº: COG-687/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**509.** A negociação admitida nas licitações, na busca do menor valor ofertado, deve se dar na fase prevista pelo artigo 46, § 1º, II, vez que, sendo um procedimento formal e vinculado (artigos 4º e 43, *caput*), não cabe que ser efetuada após a adjudicação do objeto por ferir os princípios da igualdade, da competitividade, do julgamento objetivo, entre outros, insculpidos no artigo 3º, todos da Lei federal nº 8.666/93.

A quantidade estimativa de consumo mensal para a contratação dos serviços de impressão dos materiais é condição essencial e deverá constar do instrumento convocatório, admitida a ampliação ou a redução da quantidade, nos limites permitidos pelo § 1º do artigo 65 da Lei de Licitações e Contratações Públicas.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 263001/79 Parecer nº: COG-684/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**510.** É vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, nos termos do artigo 28, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica do Município de Novo Horizonte.

Origem: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 253708/74  
Parecer nº: COG-659/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**511.** A titularidade da dívida ativa inscrita e em processo de execução - ainda não concluídos, portanto, dívida não recebida, não realizada - relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujo imóvel situe-se no território do município desmembrado, é deste, como também, assume este Município a posição de sujeito ativo das relações jurídicas, em cujos direitos sub-rogou-se, nos termos do artigo 120 do Código Tributário Nacional, combinado com o artigo 29, I, da Lei Complementar Estadual nº 135/95.

A assunção de direitos e obrigações pelo município desmembrado tem início a partir da data da publicação da lei de sua criação, mas a posição dos créditos tributários relativos ao IPTU se transfere *in totum* para este município, que assume a titularidade das relações jurídicas sobre os imóveis que se situam em seu território municipal, uma vez que se subrogou nos direitos pertencentes anteriormente ao município de origem.

Origem: Prefeitura Municipal de Sombrio  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 254808/78 Parecer nº: COG-676/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**512.** A concessão de uso de bem imóvel para utilização por outro Órgão ou Entidade da Administração Pública pode ser realizada através de dispensa de licitação, conforme dispõe o artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser observado, ainda, o disposto no artigo 26 do citado diploma legal.

O pagamento antecipado do valor total da concessão de uso não encontra respaldo na legislação e contraria expressamente o disposto nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

Origem: Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 266201/72 Parecer nº: COG-698/97  
Sessão: 15.12.1997

.....

**513.** A contratação de emissora de Rádio para a transmissão das Sessões Legislativas da Câmara Municipal de Tijucas se sujeita as normas constantes do artigo 37, inciso XXI e § 1º da Constituição Federal, do artigo 16, § 6º da Constituição Estadual e as dis-

posições da Lei federal nº 8.666/93 e da sua Lei Orgânica Municipal.

A Administração Pública ao contratar com terceiros, na impossibilidade de realizar o devido processo licitatório por inviabilidade de competição, se subordina ao preceituado pelo artigo 25, combinado com os artigos 26 e 89, todos da Lei federal nº 8.666/93.

É vedado ao Município manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos, expressões ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do artigo 37, § 1º da Constituição Federal, do artigo 16, § 6º da Constituição Estadual e do artigo 8º, inciso XIV da Lei Orgânica Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Tijucas  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0258007/75 Parecer nº: COG-691/97  
Sessão: 17.12.1997

.....

**514.** Visando a promoção de incentivos a empresas, para a sua instalação ou ampliação no Município de Siderópolis devem ser observadas as Leis Municipais nºs 753/89, 1.002/94 e 803/90, que concedem inúmeros incentivos econômicos e estímulos fiscais às empresas que se estabeleçam no Município ou nele ampliem suas atividades.

A subvenção econômica tem por finalidade, a cobertura dos déficits de manutenção ou funcionamento de entidades da Administração indireta; a cobertura de diferença entre os preços de mercado e de revenda de gêneros alimentícios ou outros materiais; e pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Para as empresas de fins lucrativos a concessão de subvenção econômica deve limitar-se aos casos específicos previstos no parágrafo único do artigo 18 da Lei Federal nº 4.320/64 (cobertura de diferença entre preço de mercado e preço de revenda de gêneros alimentícios e outros materiais, e pagamento de bonificações a produtores) e ser autorizada por lei municipal especial conforme disposto no artigo 19 da citada Lei, e sempre observada a necessidade de caracterização de interesse público.

Origem: Prefeitura Municipal de Siderópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 240003/79  
Parecer nº: COG-675/97  
Sessão: 22.12.1997

.....

**515.** A contratação de Associação de Agricultores para a prestação de serviços, entre os quais o de terraplenagem, depende de prévio processo licitatório, evitando assim o favorecimento, em atendimento ao princípio da isonomia e ao disposto no artigo 27, XXXVIII, “b” da Lei Orgânica Municipal, no artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e também no artigo 37, XXI da Constituição Federal.

É vedada a cessão de funcionário municipal às associações, por não se enquadrarem como entidades públicas prestadoras de serviços públicos, em face do princípio da legalidade prescrito no artigo 37, *caput* da Constituição Federal e à proibição expressa contida no artigo 9º, inciso IV da Lei Federal nº 8.429, de 02 de dezembro de 1992.

Origem: Prefeitura Municipal de Armazém  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 263103/76 Parecer nº: COG-697/97  
Sessão: 22.12.1997

**516.** É vedada ao Município a instituição de tributo específico para limpeza de determinado loteamento, com arrecadação por empresa privada prestadora de serviços contratada para realizar a limpeza e conservação do loteamento, sem a participação do Poder Público Municipal, por contrariar a Constituição Federal (artigo 145) e Código Tributário Nacional (artigo 7º).

É vedado instituir tributo específico para limpeza e conservação de determinado loteamento, cujo serviço será executada pelo seu proprietário, onde a arrecadação do tributo será efetuada pela municipalidade, com posterior dedução do IPTU devido pelo proprietário do loteamento, por contrariar a Constituição Federal (artigos 37, XXI, e 145), Código Tributário Nacional (artigos 7º e 170) e Lei 8.666/93 (artigo 2º).

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 252507/73  
Parecer nº: COG-673/97  
Sessão: 22.11.1997

.....

**517.** De acordo com o artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.032/95, os contratos de locação firmados pela Administração Pública devem, obrigatoriamente, ser precedidos de certame licitatório e a eles se aplica, no que couber, o disposto nos artigos 55 e 58 a 61, conforme prevê a regra do inciso I do § 3º do artigo 62 do mesmo diploma legal.

O Edital de Licitação para locação de bens, caracterizando operação de *leasing* deve prever expressamente a condição de opção de compra, em cumprimento à disposição legal que rege a matéria.



Origem: Fundação Cultural de Joinville  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 250408/73  
Parecer nº: COG-618/97  
Sessão: 22.12.1997

518. É facultado à Câmara Municipal veicular na imprensa mensagens alusivas a datas festivas e/ou campanhas educativas, atendidos os pressupostos constantes do inciso XXI e § 1º do artigo 37 da Constituição Federal e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, especialmente o artigo 2º.

É facultada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal ou, excepcionalmente, mediante contrato de locação civil de serviços, obedecidos os princípios contidos na Lei nº 8.666/93, sendo que, para ambos os casos é necessária autorização legislativa.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 245806/79  
Parecer nº: COG-621/97  
Sessão: 22.12.1997

519. A regra geral expressa no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Em conformidade com o artigo 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de

saúde deve ser feita diretamente ou através de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o artigo 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do sistema único de saúde, de forma complementar. Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o Poder Público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da Administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de absorver todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do Poder Público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no *caput* do artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo artigo 3º da Lei de Licitações.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0217307/79  
Parecer nº: COG-521/97  
Sessão: 22.12.1997

520. A concessão de adicionais por tempo de serviço somente pode ser efetivada em relação aos fun-



## Decisões em Consultas – Prejulgados

cionários do Município de Dionísio Cerqueira, conceituados na Lei Municipal nº 2.069/94 como aqueles que estão investidos em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, inexistindo perceptivo legal que agasalhe a hipótese de vínculo de serviço prestado ao Município em caráter temporário ou contratos regidos pela CLT, tampouco o tempo de serviço militar.

A requerimento do servidor, a licença-prêmio poderá ser convertida em dinheiro, nos termos do artigo 105, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Dionísio Cerqueira.

A averbação do período em que servidor público municipal cursou Escola Agrotécnica, na condição de aluno-aprendiz, é possível, desde que tal período seja alcançado pela vigência do Decreto-Lei nº 4.073/42 (de 30.01.1942 a 16.04.1959, quando da entrada em vigor da Lei nº 3.552/79) e que tenha sido concedido ao mesmo retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0252305/79  
Parecer nº: COG-728/97  
Sessão: 04.02.1998

.....

**521.** A guarda e manutenção de documentos públicos devem ser efetuadas nos termos da Lei Federal nº 8.159, de 08.01.91 e da Lei Estadual nº 9.747, de 26 de novembro de 1994.

As Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações têm o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Lei Estadual nº 9.747/94, para designarem as comissões de avaliação dos documentos e, posteriormente, elaborarem as tabelas de temporalidade.

As respectivas tabelas de temporalidade serão submetidas à apreciação do Arquivo Público do Estado.

Documentos referentes à Prestação de Contas de Adiantamentos, Despesas e Receitas, relativas aos Balancetes Mensais, Balanços e Balancetes já aprovados e com decisão final do Tribunal de Contas deverão permanecer a disposição desta Corte pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal Pleno, publicada no Diário Oficial do Estado, nos termos da Resolução nº TC-16/94, de 21.12.94.

Origem: Fundação do Meio Ambiente  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 251003/70  
Parecer nº: COG-613/97  
Sessão: 11.03.1998

.....

**522.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro só pode ocorrer quando previamente autorizados por lei, consoante dispõe o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

É lícita a utilização de recursos não comprometidos provenientes de convênio para a abertura de crédito adicional, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, na Unidade Orçamentária com o qual foi firmado, e dentro do projeto/atividade específico, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado, desde que adotadas providências de modo a garantir a manutenção do equilíbrio financeiro, a fim de evitar déficit.

Origem: Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 271510/78 Parecer nº: COG-008/98  
Sessão: 16.03.1998

523. REVOGADO <sup>129</sup>

.....

524. O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, em obediência ao artigo 212, *caput*, da Constituição Federal, ao artigo 173 da Lei Orgânica Municipal, e ao artigo 69, *caput*, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O não-cumprimento das determinações contidas no artigo 212, *caput*, da Constituição Federal, no artigo 173 da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 69, *caput*, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, podem implicar na intervenção no Município pela não aplicação do mínimo exigido da receita de impostos em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 11, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989), entre outras consequências que podem resultar deste ato.

Decretada a calamidade pública no Município, o artigo 167, § 3º, da Constituição Federal, o artigo 44, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o artigo 151, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, prevêem a possibilidade de abertura de créditos extraordinários para atender a despesas imprevísíveis e

urgentes, os quais não dependem de recursos hábeis para sua abertura, nem de autorização prévia da Câmara de Vereadores.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 0273508/70 Parecer nº: COG-762/97  
Sessão: 16.03.1998

.....

525. É admissível o recebimento de bens móveis através de doação de instituição estrangeira devendo-se proceder a análise da conveniência, considerando-se a relação custo/benefício do bem doado, levando-se em conta (i) as despesas com o transporte do bem até o Brasil; (ii) o tempo de vida útil do bem e (iii) a existência, no mercado brasileiro, de peças de reposição do bem doado, cuja aquisição é indispensável para o seu perfeito funcionamento, em face de desgaste natural decorrente do seu uso.

O recebimento de bens em doação pode se efetivar mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, verificada a inexistência de óbices diplomáticos e/ou comerciais com a instituição doadora, devendo o termo de celebração ser submetido à apreciação da Câmara Municipal, consoante dispõe o artigo 76, XVII, combinado com o artigo 33, X da Lei Orgânica Municipal de Chapecó.

<sup>129</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.09.2000, através da decisão nº 2593/2000 no Processo TC8702310/90. Texto revogado: “A contratação por parte da Prefeitura Municipal de Gaspar de instituições financeiras oficiais, entre elas, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC, para o recebimento dos tributos municipais, encontra amparo no artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 67 da Lei Orgânica Municipal. Com base no artigo 164, § 3º, da Constituição Federal, no artigo 67 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as suas alterações, tem-se como possível a efetivação da dispensa de licitação para a contratação de instituições financeiras oficiais visando o recebimento dos tributos municipais, observada as prescrições do artigo 26 da citada Lei Federal. A utilização de todas as instituições financeiras (públicas e privadas) com sede no município de Gaspar para o recebimento dos tributos municipais, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, observada a prescrição contida no artigo 26 do diploma legal acima citado.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

É admissível o pagamento das despesas referentes aos custos para viabilizar a doação, observados os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 4.320/64. Entidade com representação exclusiva do doador poderá ser contratada, sem prévio processo licitatório, com fundamento no artigo 25 da Lei de Licitações, desde que essa condição conste do termo de doação ou instrumento congênere, condicionado, ainda, à justificativa da conveniência do seu recebimento nestes termos.

Na contratação por inexigibilidade de licitação deve a empresa contratada comprovar a sua regularidade com a seguridade social e FGTS, nos termos do artigo 195, § 3º da Constituição Federal, artigo 27, “a” da Lei nº 8.036/90, artigo 47, I, “a” da Lei nº 8.212/91 e artigo 2º da Lei nº 9.012/95.

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0246603/70  
Parecer nº: COG-615/97  
Sessão: 25.03.1998

.....

**526.** Os recursos transferidos aos Municípios por força do disposto nos artigos 158, IV, 159, I, “b” e 159, § 3º, da Constituição Federal, relativamente às cotas partes do ICMS, FPM e IPI-Exportação, mesmo considerando que parte deles é retido para constituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, devem ser contabilizados pelos seus valores integrais, ou seja, 100% (cem por cento) dos valores repassados.

Esses recursos, sendo contabilizados pelos valores integrais transferidos (100% dos valores repassados), não caracterizam a ocorrência de duplicidade de lan-

çamento sob a ótica da execução orçamentária, tendo em vista que as receitas e despesas efetuadas possuem, a cada registro, classificações específicas determinadas pela Lei nº 4.320/64, seus anexos e portarias de atualização da classificação da receita e da despesa.

A classificação da receita<sup>130</sup> proveniente dos recursos retidos na conta única do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério a ser efetuada pelo Município é a seguinte:

- 3.2.0.0 Transferências Correntes;
- 3.2.2.0 Transferências Intergovernamentais;
- 3.3.2.4 Transferências a Instituições Multigovernamentais – Contribuições ao Fundo do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

A classificação da receita repassada pelo Fundo ao Município com base no número de alunos regularmente matriculados em escolas da rede municipal de ensino fundamental é a seguinte:

- 1700.00.00 Transferências Correntes;
- 1722.00.00 Transferências do Estado;
- 1722.09.00 Outras Transferências do Estado;
- 1722.09.01 Transferência do Fundo de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

Origem: Federação Catarinense de Associações de Municípios  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0243606/71  
Parecer nº: COG-755/97  
Sessão: 25.03.1998

.....

**527.** O pedido de informação do Poder Legislativo ao Poder Executivo deve observar os seguintes requisitos:

<sup>130</sup> Para classificação da Receita, observar as Portaria Interministerial STN-MF/SOF-MOG nº 163/01 e 325/01 e a Portaria STN nº 325/01.

- ser devidamente fundamentado;
- mencionar o fim a que se destina;
- ser pertinente às atribuições de fiscalização da Câmara Municipal; e
- não dar margem a que venha ensejar o seu não-atendimento, por eventualmente conter solicitações absurdas ou ilegais.

No caso específico da Prefeitura Municipal de Atalanta, o balancete a ser enviado à Câmara Municipal deve observar a forma e o conteúdo, se previstos na Lei Orgânica.

Os documentos originais de despesas – notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, roteiro de viagens, bilhete de passagem, entre outros, devem ser arquivados no órgão de contabilidade, à disposição dos agentes incumbidos do controle interno e externo, conforme determina o artigo 92 da Resolução nº TC – 16/94, de 21.12.94.

As normas atinentes à fiscalização exercida pela Câmara Municipal devem ser fixadas na Lei Orgânica ou em lei ordinária do município, não cabendo ser estabelecida por requerimento aprovado em plenário.

Os requerimentos aprovados em plenário pela Câmara de Vereadores, pertinentes a pedido de informações, devem se referir a situações concretas e casos específicos, de modo a ensejar o seu atendimento de forma plena pelo Poder Executivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Atalanta  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0273205/79 Parecer nº: COG-758/97  
Sessão: 01.04.1998

.....

528. A iniciativa de matéria tributária é privativa do Chefe do Poder Executivo, não sendo admitida

iniciativa pela Câmara de Vereadores por implicar em violação manifesta à Lei Maior, ensejando a nulidade da lei, ainda que sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, autoridade competente para apresentar o projeto. A Câmara, no exercício de sua função legislativa, não pode tomar para si as atribuições reservadas ao Poder Executivo. Os projetos de lei de concessão de auxílios e subvenções são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o artigo 50, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e a própria Constituição Federal que exige respeito ao princípio da divisão de Poderes.

Os convênios, consoante dispõe o inciso XVII do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, são objetos de apreciação a *posteriori* pela Câmara, no prazo de trinta dias a contar da celebração.

O desconto concedido pelo artigo 5º da Lei nº 3.805/93 do Município de Chapecó, não caracteriza vinculação de receita à despesa, consoante dispõe o artigo 167, inciso IV, da Constituição da República. É perfeitamente compatível com a Lei Maior, que em seu artigo 150 § 6º, prevê a possibilidade de concessão, pela União, pelos Estados ou Municípios, de subsídio, isenção ou redução de base de cálculo relativos a impostos, taxas ou contribuições mediante lei específica.

Por acarretar alteração na legislação tributária e, conseqüentemente, na receita, a concessão de isenção, a ser estabelecida em lei específica, deve estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias que compreenderá as metas e prioridades da Administração para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da Lei Orçamentária, em consonância com o disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal.<sup>131</sup>

<sup>131</sup> Observar exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O repasse de materiais esportivos previsto no artigo 2º da Lei nº 3.805/93 do Município de Chapecó poderá efetuar-se na forma do artigo 17, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93 (Estatuto de Licitações), ou seja, por doação, com dispensa de licitação, haja vista destinar-se exclusivamente para fins e uso de interesse social.

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0058400/83  
Parecer nº: COG-049/98  
Sessão: 01.04.1998

.....

**529.** É vedado o pagamento, pelos cofres públicos, de indenização compensatória aos ocupantes de cargos em comissão, por ocasião da exoneração ou dispensa, visto ferir o princípio da livre nomeação e exoneração, principal característica diferenciadora em relação ao cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

O pagamento pelos cofres públicos de indenização compensatória aos ocupantes de cargos em comissão, por ocasião da exoneração ou dispensa, é inconstitucional por afrontar o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

Origem: Associação dos Municípios da Região Serana - AMURES  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 271903/77  
Parecer nº: COG-030/98  
Sessão: 01.04.1998

.....

**530.** Para promover incentivos a empresas deve o Município atentar para a Lei Municipal nº 635/97, que dispõe sobre inúmeros incentivos econômicos

e fiscais a empresas que se estabeleçam ou ampliem suas atividades no território municipal.

A subvenção econômica tem por finalidade a cobertura dos déficits de manutenção ou funcionamento de entidades da administração indireta; a cobertura de diferença entre os preços de mercado e de venda de gêneros alimentícios ou outros materiais.

Para as empresas de fins lucrativos a concessão de subvenção econômica deve limitar-se aos casos específicos previstos no parágrafo único do artigo 18 da Lei Federal nº 4.320/64 (cobertura de diferença entre preço de mercado e de venda de gêneros alimentícios e outros materiais, e pagamento de bonificações a produtores) e ser autorizada por lei municipal especial conforme disposto no artigo 19 da citada Lei, e sempre observada a necessidade de caracterização de interesse público.

Origem: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0257603/72  
Parecer nº: COG-686/97  
Sessão: 01.04.1998

.....

**531.** A execução de serviços em propriedades particulares pela Administração Municipal depende de lei autorizativa reguladora.

O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo deve estabelecer as condições gerais sob as quais devem ser prestados esses serviços e a forma de seu pagamento, podendo prever a fixação da tabela de valores pelo Chefe do Executivo.

Na hipótese de o projeto de lei estabelecer inclusive a tabela de valores a serem cobrados pelos serviços, quando da apreciação pela Câmara de Vereadores, esta poderá alterar os valores para mais ou para menos, desde que observada e mantida a rela-

ção custo benefício, que representa o parâmetro a ser seguido no estabelecimento das tarifas dos preços públicos.

Origem: Prefeitura Municipal de Formosa do Sul  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 266706/79  
Parecer nº: COG-726/97  
Sessão: 08.04.1998

.....

532. O Fundo Municipal de Previdência de São Lourenço do Oeste não detém personalidade jurídica, nos termos do disposto no artigo 14 do Código Civil Brasileiro, bem como nas normas de direito financeiro, presentes na Lei nº 4.320, de 17.03.64, razão pela qual lhe é vedado a aquisição de bens imóveis.

Origem: Prefeitura Municipal de São Lourenço D'Oeste  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 235502/71  
Parecer nº: COG-713/97  
Sessão: 08.04.1998

.....

533. É vedado à administração municipal contratar mão-de-obra através de cooperativas, para a realização de serviços que constituam atividade fim da administração pública ou cujas funções sejam próprias de cargos integrantes do Quadro de Pessoal do Órgão, em face do disposto no artigo 37, II da Constituição Federal.

À administração municipal é facultado contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade meio do órgão público, mediante lei municipal reguladora e

observado o procedimento licitatório, conforme artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e artigos 2º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

É facultado à administração municipal qualificar sociedade civil sem fins lucrativos, que tenha finalidade dirigida ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, para o fomento e execução dessas atividades no âmbito da administração municipal, por meio de contrato de gestão, desde que haja lei específica dispondo sobre a matéria, a exemplo da disciplina implantada no âmbito federal pela Medida Provisória nº 1.591, editada em 09 de outubro de 1997.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0258602/79  
Parecer nº: COG-650/97  
Sessão: 13.04.1998

.....

534. Na fase conciliatória do processo judicial é possível firmar acordo com o autor da ação, desde que laudo pericial demonstre a responsabilidade do Município e haja dotação própria e lei autorizativa condicionado o acordo, ainda, à conveniência da Administração.

A publicação e divulgação atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados, obedecida a ordem, no órgão oficial do Município ou da respectiva Associação Municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer ou conforme dispuser a Lei Orgânica Municipal, nos termos do artigo 111, parágrafo único, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 21/00.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

A publicação de leis municipais e de outras normas legais como decretos e resoluções da Câmara deve ser realizada no órgão oficial de imprensa, nos termos do art. 1º da Lei 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil). Inexistindo imprensa oficial, permite-se a publicação em imprensa privada, selecionada mediante processo licitatório e qualificada como oficial por lei municipal. Havendo motivo legítimo e suficiente capaz de afastar as alternativas anteriores, a publicação se dará na conformidade da Lei Orgânica Municipal, inclusive, se nela prevista, mediante afixação dos textos legais, em lugar visível e de amplo acesso, nas sedes do Executivo e do Legislativo municipais.

É vedada a divulgação da relação dos contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, de acordo com o artigo 198 do Código Tributário Nacional.<sup>132</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Orleans  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 266605/71  
Parecer nº: COG-730/97  
Sessão: 22.04.1998

.....

**535.** Os valores despendidos pelo Município em razão de convênio celebrado pelo Estado, visando o transporte de alunos da rede municipal de ensino fundamental e educação infantil, podem ser incluídos

no cômputo do percentual mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, que deve ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Município.

Caso o transporte atenda alunos do ensino fundamental e educandos infantis, ainda que da rede estadual, os valores repassados poderão igualmente ser creditados em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Pertencendo à rede estadual os alunos a serem transportados em nível de ensino diverso daqueles de competência prioritária do Município - ensino fundamental e educação infantil - a despesa só será legalmente admitida quando estiverem plenamente atendidas as necessidades do ensino fundamental e da educação infantil, devendo ser efetuadas com recursos não compreendidos dentro do percentual mínimo obrigatório.

Origem: União Nacional de Dirigentes em Educação  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0004800/80  
Parecer nº: COG-091/98  
Sessão: 15.04.1998

.....

**536.** A opção do servidor entre a remuneração do seu cargo efetivo e a do cargo de vereador já exercido, prevista no artigo 142 da Lei Orgânica do

<sup>132</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Na fase conciliatória do processo judicial é possível firmar acordo com o autor da ação, desde que laudo pericial demonstre a responsabilidade do Município e haja dotação própria e lei autorizativa condicionado o acordo, ainda, à conveniência da Administração. A publicação e divulgação de leis e atos municipais de Orleans que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município ou da respectiva Associação Municipal e em jornal local ou da microrregião a que pertencer e, na falta deles, em edital que será fixado em mural na sede Prefeitura e da Câmara Municipal, nos termos do artigo 111, parágrafo único, da Constituição Estadual e artigo 88 da Lei Orgânica Municipal. É vedada a divulgação da relação dos contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, de acordo com o artigo 198 do Código Tributário Nacional.*



Município de São João do Sul, contraria os princípios da moralidade e da impessoalidade estabelecidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

A atribuição de vantagens relativas à diferença remuneratória entre o vencimento de cargo de provimento efetivo, historicamente, está atrelada ao exercício de cargos de confiança, ou seja, cargos em comissão ou funções gratificadas criadas por lei, e que integram planos de cargos e salários. É totalmente estranho a esses planos a concessão de vantagens a servidores que tenham exercido mandato eletivo.

Em face do conflito explícito entre o texto da Lei do Município e os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, é incabível o direito à opção pela remuneração de Vereador.

As despesas decorrentes da opção prevista no artigo 142 da Lei Orgânica do Município de São João do Sul, se vier a ser aplicada, devem correr a conta da unidade, órgão ou Poder a que pertencer o servidor.

A parte variável da remuneração do Vereador é de natureza exclusiva do exercício do mandato de cargo eletivo.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0061800/83  
Parecer nº: COG-095/98  
Sessão: 15.04.1998

.....

537. As exceções ao dever de licitar estão estampadas no artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93. No caso de compra de produtos hortifrutigranjeiros só é admitida a dispensa de licitação durante o tempo necessário à realização do processo licitatório, conforme o inciso XII do dispositivo em realce.

A indicação de situações que autorizem o afastamento do dever de licitar é de competência exclusiva do legislador federal, por força do artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal.

Origem: Secretaria da Saúde  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0057500/84  
Parecer nº: COG-112/98  
Sessão: 22.04.1998

.....

538. Quando demandada a Justiça pela parte que se sentir prejudicada, é dever do Poder Público exercer a defesa de seus atos até esgotados todos os recursos judiciais, sendo admissível a celebração de acordo, homologada pelo competente órgão do Poder Judiciário, observado estritamente o disposto na Constituição Federal.

A proposta de acordo deve ser fundamentada a fim de demonstrar a predominância do interesse público, e não pode ir além do legalmente devido, isto é, o pagamento do serviço prestado.

O acordo deve ser precedido de autorização legislativa devendo sua celebração observar as prescrições legais.

Assentou-se jurisprudência nos Tribunais do Trabalho no sentido de que a admissão do servidor público, após a promulgação da atual Constituição Federal, sem prévio concurso público, torna o ato nulo de pleno direito. A nulidade opera retroativamente, fulminando o ato na sua origem, atuando como se ele jamais tivesse existido. No âmbito da Justiça do Trabalho, em face da impossibilidade do restabelecimento do *status quo ante*, posto que não há como devolver ao trabalhador a sua força laborativa despendida na execução de suas atribuições, mas apenas o salário em sentido estrito que

## Decisões em Consultas – Prejulgados

corresponde à indenização pelos serviços prestados, não cabe nenhuma parcela de natureza trabalhista, tal como férias, décimo terceiro salário, FGTS, etc.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0238802/72  
Sessão: 27.04.1998

.....

**539.** Ao Município é vedado desapropriar área de terras de propriedade de empresa de economia mista estadual, consoante dispõe o § 2º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41, que trata da desapropriação por utilidade pública.

É viável a aquisição de imóvel pelo Município, com dispensa de licitação nos termos preconizados pelo inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, quando caracterizada a inviabilidade de competição, ou seja, a impossibilidade de o interesse público ser satisfeito com outro imóvel que não o escolhido.

É facultado à empresa de sociedade de economia mista alienar imóvel com dispensa de licitação para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, consoante dispõe o artigo 17, inciso I, alínea 'e', da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 0269602/70  
Parecer nº: COG-004/98  
Sessão: 13.05.1998

.....

**540.** É facultada à Associação Municipal a criação de instrumento que possibilite a publicação dos atos municipais que produzam efeitos externos, pra-

tificados por seus associados, conforme dispõe o artigo 111, parágrafo único, da Carta Estadual, respeitadas as normas relativas à execução da despesa.

A publicação dos atos municipais deve ser efetuada nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Carta Política e nos artigos 16, § 6º e 111, parágrafo único, da Constituição Estadual.

Origem: Associação dos Municípios da Região Ser-  
rana - AMURES  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 273407/73  
Parecer nº: COG-111/98  
Sessão: 13.05.1998

.....

**541.** O Prefeito como chefe do Executivo Municipal, dirigente supremo da Administração Municipal, enquadra-se como agente político e não como funcionário público.

A relação jurídica que o Prefeito mantém com o Município é de natureza político-institucional e seus direitos e deveres não advêm de contrato firmado com o Poder Público, mas descendem diretamente da Constituição e das leis.

Não existindo amparo fático e legal para o reconhecimento de vínculo de emprego, e considerando ser o Prefeito agente político, é incabível o pagamento, a título de indenização, pela ausência de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por não se constituir em despesa própria da Administração Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Campos Novos  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 262407/71  
Parecer nº: COG-694/97  
Sessão: 13.05.1998

**542.** Ao Município é outorgada a autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, artigo 18 e da Constituição Estadual, artigo 110.

Nesta circunstância, não se sujeita o Município a ter que designar funcionários para a realização de serviços afetos a outros níveis de governo.

Por interesse da administração municipal, é facultado ao Poder Executivo, autorizar a cedência de seus servidores para realização de tarefas específicas de outras esferas de Governo, como as relacionadas à cobrança judicial de dívida ativa municipal e de tributos municipais, entre outras.

Origem: Prefeitura Municipal de Papanduva  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 188707/78  
Parecer nº: COG-557/97  
Sessão: 13.05.1998

.....

**543.** As despesas com transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino, de educação infantil e ensino fundamental, podem ser custeadas pelo Município sendo consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 70, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394/96, podendo, destarte, ser computada no percentual mínimo da receita que deve ser aplicada em educação, conforme determina o *caput* do artigo 212 da Constituição Federal.

O transporte de alunos de ensino médio ou superior da rede estadual pelo Município só poderá ocorrer quando plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência, conforme dispõe o artigo 11, inciso V, da Lei Federal nº 9.394/96, no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental.

As despesas efetuadas pelo Município com ensino médio ou superior não são compreendidas no percentual mínimo (vinte e cinco por cento) da receita que deve ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de Paraíso  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00059600/84  
Parecer nº: COG-118/98  
Sessão: 20.05.1998

.....

**544.** Não existe impedimento legal perante a legislação vigente, para a transferência de bens do Município para Autarquia, através de lei municipal, autorizando a dação em pagamento de bens do Município àquela entidade pública para a quitação de débito existente.

Em obediência aos princípios de direito público, deverá ser observado para a efetivação da alienação certos requisitos e determinadas formalidades, tais como:

- a) existência de débito vencido;
- b) que a coisa dada em pagamento seja outra que não o objeto da prestação;
- c) que o credor dê sua concordância a tal substituição;
- d) necessidade de prévia avaliação dos bens por parte da municipalidade;
- e) subordinação à existência de interesse público devidamente justificado;
- f) autorização legislativa;
- g) licitação dispensada na impossibilidade de selecionar proposta mais vantajosa para a administração;
- h) apreciação pelo Conselho Administrativo da Autarquia.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Vargão  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0069000/86  
Parecer nº: COG-196/98  
Sessão: 25.05.1998

.....

545. Em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, é vedado à administração pública contratar com terceiros a realização de licitações, por se tratar de atividade que deve ser executada diretamente pelo Poder Público.

É facultado à Associação de Municípios atuar na coordenação de edição de editais de licitação simultâneos, dos Municípios associados, e na sua divulgação junto às fornecedoras ou prestadoras de serviços, objetivando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Origem: Associação dos Municípios da Região Serrana  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0512000/87  
Parecer nº: COG-126/98  
Sessão: 25.05.1998

.....

546. O Município não poderá dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND, ao contratar sociedade de economia mista da qual é detentor de 99,99% das ações, em face de vedação constante no artigo 195, § 3º, da Constituição Federal, que proíbe à pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social contratar com o Poder Público.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0060100/86  
Parecer nº: COG-134/98  
Sessão: 25.05.1998

.....

547. O cargo público, sendo de provimento efetivo e estando o servidor assegurado pelo instituto da estabilidade, poderá ser exercido cumulativamente com o mandato de Vereador. Havendo compatibilidade de horário, a remuneração do mandato eletivo e o vencimento do cargo podem ser acumulados, nos termos do artigo 38, III, da Constituição Federal.

Na hipótese de o cargo ser de provimento em comissão, opera-se a restrição ao acúmulo de cargos em decorrência do princípio da separação dos Poderes, haja vista a nítida submissão a que está sujeito o Vereador frente ao Chefe do Poder Executivo, enquanto exercente de cargo demissível *ad nutum*.

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 239206/75  
Parecer nº: COG-171/98  
Sessão: 01.06.1998

.....

548. Sendo o ensino fundamental prioritário tanto para o Estado quanto para o Município, o transporte escolar de alunos do nível de ensino referenciado, na ausência de convênio de cooperação firmado entre o Estado e o Município, deve ser prestado pelo ente ao qual o aluno está ligado, se a rede de ensino municipal, pelo Município, se a rede estadual, pelo Estado. É facultada ao Município, respeitada a sua disponibilidade financeira, a extensão do programa de transporte escolar a alunos da rede

estadual que integrem os níveis de ensino cuja atuação prioritária compete ao Município - educação infantil e ensino fundamental.

Os valores despendidos pelo Município com educandos infantis e alunos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, em decorrência de programa de transporte escolar, poderão ser contabilizado como gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino, integrando os 25% que o Município deve aplicar em educação, consoante determinação constitucional.

Origem: Prefeitura Municipal de Xanxerê  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0059200/85 Parecer nº: COG-205/98  
Sessão: 01.06.1998

.....

549. É indevido o pagamento em dinheiro de licença à gestante, no valor equivalente a quatro meses de trabalho, após o término do contrato laboral temporário firmado, em conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

As férias proporcionais e as férias não gozadas constituem patrimônio do funcionário, tendo o direito de percebê-las em pecúnia, quando do término do contrato, até o máximo de dois períodos, desde que comprovada a necessidade de serviço, frente ao que dispõe o artigo 86, combinado com o artigo 84 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piçarras.

Origem: Prefeitura Municipal de Piçarras  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0057600/81 Parecer nº: COG-151/98  
Sessão: 03.06.1998

550. As despesas com remuneração dos Vereadores estão limitadas a 5% (cinco por cento) da receita do Município, conforme estabelecido no artigo 29, VII, da Constituição Federal, sendo irregulares despesas realizadas que extrapolem o referido limite.

As despesas com pagamento da remuneração do Secretário ou de outros servidores da Câmara de Vereadores estão excluídas do limite de 5% da receita do Município.

O limite máximo de que trata a Constituição se refere a gastos com remuneração dos Vereadores, neles se compreendendo os subsídios fixados para a legislatura, parte fixa e variável, verbas por sessões extraordinárias, além de toda e qualquer verba recebida a título remuneratório, inclusive verba de representação do Presidente da Câmara, segundo a Lei Orgânica ou outra norma legal do Município.<sup>133</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Cerro Negro  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0057900/83  
Parecer nº: COG-233/98  
Sessão: 03.06.1998

.....

551. Objetivando prover interesses da comunidade e devidamente autorizados pelo Legislativo, é viável o Município efetuar despesas com refeições destinadas aos policiais militares em serviço, mediante instrumento de convênio firmado com o Estado, apenas para eventos especiais.

As despesas com locação de imóveis por parte do Município, destinados à moradia de policiais militares são irregulares por serem estranhas à competência municipal.

<sup>133</sup> Observar a Emenda Constitucional nº 19/98 - § 4º do art. 39 da Constituição Federal, remuneração composta exclusivamente por subsídio.

Decisões em Consultas – Prejulgados

É facultado ao Município celebrar convênio com Polícia Militar para aquisição de automóvel, participando do valor conveniado, desde que respeitados os seguintes pressupostos:

- possuir o Município dotação própria para fins de empenhamento da despesa;
- a despesa deve ser classificada no subelemento 4.3.2.2 - Transferências ao Estado e ao Distrito Federal, no caso do Município transferir os recursos à Polícia Militar para esta realizar a aquisição;
- nos convênios em que ocorrer a situação inversa, isto é, a Polícia Militar efetuar o repasse ao Município, cabe a ela a realização do empenhamento no subelemento 4.3.2.3 - Transferências a Municípios; neste caso, há o ingresso de receitas no Município, que deve ser contabilizada sob a rubrica 2.4.2.2.00.00 - Outras Transferências dos Estados.

A entidade que receber parte dos recursos a ser despendido na aquisição dos bens será responsável pela compra e pela incorporação do bem ao seu patrimônio, classificando a despesa em dotação de elemento 4.1.2.0.

Origem: Prefeitura Municipal de Arabutã  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 184902/77  
Parecer nº: COG-504/97  
Sessão: 03.06.1998

.....

**552.** As contribuições previdenciárias dos servidores contratados temporariamente pelo Município de Curitiba, em decorrência da restrição do direito à aposentadoria pelos cofres municipais expressa no artigo 5º, e à pensão por morte, artigo 13, ambos da Lei Municipal nº 2.609/94, instituidora

do Plano de Seguridade Social, devem ser efetivadas junto ao INSS, em consonância com o disposto no artigo 13 da Lei Federal nº 8.212/91 - Lei Orgânica da Seguridade Social.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0277403/79  
Parecer nº: COG-007/98  
Sessão: 08.06.1998

.....

**553.** É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, frente ao disposto no artigo 37, XVI e XVII, da Constituição Federal. Destarte, é ilegal a concessão de gratificação a ocupante de cargo comissionado como retribuição ao desempenho de atividade não inerente às atribuições de seu cargo.

A contabilidade da Câmara Municipal deve ser realizada por contabilista ocupante do cargo público que exija habilitação em Técnico de Contabilidade ou Contador, com competência legal para o exercício dessa função, o que obsta a contratação de escritório contábil para prestação desse serviço.

Origem: Câmara Municipal de Guatambu  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0067600/87  
Parecer nº: COG-113/98  
Sessão: 10.06.1998

.....

**554.** Os servidores ocupantes de cargo comissionado da Administração Pública do Município de Agronomia que com ela não detenham vínculo efetivo, farão jus aos direitos e vantagens aplicáveis aos detentores de cargos efetivos, consoante dispõem os artigos 39, § 2º, da Constituição Fede-



ral, 52 e 62 da Lei Complementar nº 01/90 do referido Município, exceto as que requeiram a estabilidade para sua fruição.

Dentre as vantagens concedidas aos detentores de cargos efetivos, é reconhecido, consoante dispositivos supramencionados, o direito, aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, da percepção do décimo terceiro salário, do salário-família e do gozo de férias remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal.

Origem: Prefeitura Municipal de Agronômica

Relator: Conselheiro Dib Cherem

Processo nº: 0004500/88

Parecer nº: COG-155/98

Sessão: 10.06.1998

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/00394924

Parecer nº: COG-616/02

Decisão nº: 3370/02

Sessão: 11.12.2002

.....

555. Após 18.11.1997, o benefício de licença-prêmio é devido somente aos servidores públicos de Itajaí enquadrados no Regime Jurídico Único daquele Município, ocupantes de cargos efetivos, aprovados em concurso público, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.220/97.

Até 18.11.97, e desde a vigência da Lei Municipal nº 1.999, de 08.09.82, além de servidores ocupantes de cargo efetivo e aprovados em concurso público, também tinham direito à licença-prêmio os ocupantes de cargo em comissão, desde que atendidas as condições para obtenção do direito previstas naquela Lei.

A partir de 05.01.1993, o período aquisitivo passou a ser de 05 (cinco) anos, com período de gozo de 03 (três) meses, sendo que os servidores podiam

aproveitar o período ininterrupto do exercício em cargo efetivo ou em comissão anterior a 05.01.1993, desde que não utilizado para gozo da licença-prêmio prevista na Lei nº 1.999/82, quando o período aquisitivo era decenal.

A abertura de crédito suplementar sem decreto do Poder Executivo constitui irregularidade de natureza orçamentária, por contrariar o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64. A edição posterior de decreto, não regulariza a abertura de crédito, mesmo que exista lei autorizativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Itajaí

Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: 0058700/85

Parecer nº: COG-180/98

Sessão: 10.06.1998

.....

556. 1. A redução do quadro funcional por intermédio de um plano de demissão voluntária é possível, mas, em observância ao artigo 38, IV, da Lei Orgânica Municipal, deve ser elaborada lei de iniciativa do Poder Executivo, estabelecendo parâmetros e fixando os limites, em atendimento ao princípio da legalidade.

2. A demissão de servidor efetivo em estágio probatório por extinção de cargos do quadro funcional é possível, mas diante de Lei, de acordo com o artigo 38, IV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61, § 1º, I, "a", da Constituição Federal.

3. O procedimento adequado relativo à terceirização e privatização dos serviços públicos pelo município é o seguinte:

- no caso de serviços de fabricação de tubos, produção de pedra britada e usina de asfalto, pode a Prefeitura privatizar os serviços mediante autorização legislativa;



## Decisões em Consultas – Prejulgados

- no caso de serviço de transporte escolar, é facultado à Administração utilizar o instituto da concessão, precedido de licitação;
- para o serviço de coleta de lixo, é possível o Poder Público utilizar a terceirização de serviço em sentido estrito, ou seja, contratar uma empresa especializada para que preste os serviços à Prefeitura;
- é vedado à Administração Pública vincular a alienação de seus bens e os serviços de seus servidores à terceirização de serviços, tendo em vista a impossibilidade de cedência de servidores públicos e cessão de bens públicos a empresas privadas que objetivem lucro.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 0018308/76 Parecer nº: COG-157/98

Sessão: 15.06.1998

.....

### 557. REVOGADO<sup>134</sup>

.....

558. A Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ, pessoa jurídica de direito privado, criada pela Lei Municipal nº 439/73, sujeita-se à fiscalização do Tribunal de Contas, se mantida pelo Poder Público Municipal, desde que para seu custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) da sua receita anual, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Complementar nº 31, de 27 de setembro de 1990.

Em qualquer circunstância, a Fundação deve prestar contas ao Município de Jaraguá do Sul dos recursos públicos repassados pela municipalidade, nos termos do artigo 50, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, e dos artigos 70, parágrafo único, da Constituição Federal, e 58, parágrafo único, da Constituição Estadual.

A Fundação não estando enquadrada na hipótese aventada no primeiro questionamento - para cujo custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) da sua receita anual - somente estará sujeita a prestar contas da parte dos recursos recebidos do Município a título de Transferências Operacionais (3.2.1.1), ou Auxílios para Despesas de Capital (4.3.1.1), ou Contribuições para Despesas de Capital (4.3.1.2), na forma prescrita pela Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 (Adendo I, à Portaria SOF nº 8, de 04.02.85), combinado com o Estabelecido pela Resolução TC nº 16/94, de 21 de dezembro de 1994.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 0004400/80

Parecer nº: COG-050/98

Sessão: 24.06.1998

.....

559. Ao servidor aposentado, celetista ou estatutário, é facultado o retorno ao serviço público desde que se submeta a concurso público de provas ou de provas e títulos, em atendimento ao disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal.

Os contratos de trabalho posteriores à concessão da aposentadoria, firmados com ofensa a disposi-

<sup>134</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O subsídio dos Vereadores, fixado conforme determinam as normas constitucionais vigentes, quando estabelecido em partes fixa e variável, pode ser pago integralmente - inclusive a parte variável - durante o recesso parlamentar, mesmo inexistindo sessões da Câmara nesse período.”

ções constitucionais (artigo 37, II), impõe a decretação de nulidade e a imediata interrupção da prestação de serviços, inexistindo nesses casos, o direito à percepção de verbas rescisórias, vez que não se verifica rescisão contratual.

Contratos, ajustes ou acordos dessa espécie são nulos de pleno direito e não produzem efeitos futuros, inexistindo o direito a qualquer verba indenizatória.

O servidor público aposentado, celetista ou estatutário, pode exercer cargo em comissão, por tratar-se de função especial e temporária, cujo ocupante não adquire qualquer direito pelo seu exercício.

Origem: Prefeitura Municipal de Seara  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0195200/86  
Parecer nº: COG-248/98  
Sessão: 24.06.1998

.....

**560.** A manutenção de creche é um serviço que deve ser prioritariamente oferecido pelo Município, não se inserindo, contudo, no ensino fundamental, mas na educação infantil que assiste às crianças de 0 a 06 anos de idade.

É vedado à Administração Municipal contratar mão-de-obra através de cooperativas, para a realização de serviços que constituam atividades-fim da administração pública, ou cujas funções sejam próprias das de cargos integrantes do quadro de pessoal do órgão, em face do disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal. A Administração pode contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade-meio do órgão público, mediante lei municipal reguladora e

observado o procedimento licitatório, conforme disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e artigos 2º e 6º, da Lei Federal nº 8.666/93.

É permitido à Administração Municipal qualificar sociedade civil sem fins lucrativos, que tenha finalidade dirigida ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, para o fomento e execução dessas atividades no âmbito da Administração Municipal, por meio de contrato de gestão, desde que haja lei específica dispondo sobre a matéria, a exemplo da disciplina implantada no âmbito federal pela Medida Provisória nº 1.591, editada em 09 de outubro de 1997.

É permitida ao Município a concessão de subvenção social a entidades privadas que atuam no setor da educação infantil (creches), observada a norma do artigo 16 da Lei nº 4.320/64, e mediante lei municipal autorizativa.<sup>135</sup>

O Município de Gaspar, observando a regra da licitação, pode terceirizar o serviço de água e esgoto, concedendo a prestação de serviço público nos moldes do artigo 175 da Constituição Federal e artigo 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/95.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 271701/72  
Parecer nº: COG-248/98  
Sessão: 24.06.1998

.....

**561.** O artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal, atribui competência ao Município para implantar programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais.

<sup>135</sup> Observar requisitos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A destinação de bens e serviços públicos municipais em favor de particular deve atender à finalidade pública e se efetivar em consonância com a norma instituidora e regulamentadora do programa habitacional.

A contratação de pessoal por tempo determinado, conforme disposto na Constituição Federal, artigo 37, inciso IX, visa o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. A contratação de pessoal pelo Município, para desempenho de serviço público junto a órgão do Poder Judiciário, não se constitui em hipótese a ser albergada por lei que regulamente a contratação para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público pelo Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Palmeira  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0067700/84  
Parecer nº: COG-243/98  
Sessão: 01.07.1998

.....

**562.** Mediante lei municipal que modifique o disposto no inciso I do artigo 35 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é facultado ao Município de Jaborá elevar a carga horária dos servidores até o limite fixado no artigo 23, § 2º, inciso VI, da Lei Orgânica daquele Município e artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal.

A elevação na carga horária diária e semanal pode gerar direito aos ocupantes dos cargos atingidos a acréscimo proporcional nos vencimentos, observada a isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhadas com idêntica carga horária, em face do disposto no artigo 39, § 1º, da Constituição Federal, e artigo 23, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Jaborá.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaborá  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0196500/84      Parecer nº: COG-263/98  
Sessão: 01.07.1998

.....

**563.** É vedado termo de contrato cujo conteúdo se restrinja a fazer menção às regras do edital de licitação, sem especificar, de forma clara e precisa, no próprio termo, todas as regras pactuadas, nos termos dos artigos 54, 55 e 60 da Lei Federal nº 8.666/93, exceto nos casos de inexigibilidade do instrumento contratual, conforme artigo 62 da citada Lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0219600/81      Parecer nº: COG-315/98  
Sessão: 01.07.1998

.....

**564.** A aplicação de recursos pelo Município na ampliação de unidade escolar integrante do acervo patrimonial do Estado, sediada no Município, é considerada como despesa com a manutenção e desenvolvimento do ensino, sobretudo, quando transferida a execução das atividades de gestão integral e o corpo discente da unidade escolar para a municipalidade.

O recurso despendido pelo Município com esse escopo compõe a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências - artigo 212, *caput*, da Constituição Federal, que o Município deve aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0218800/80      Parecer nº: COG-317/98  
Sessão: 06.07.1998

**565.** Por não contrariar normas hierarquicamente superiores - Lei Orgânica do Município de Herval D'Oeste, Constituição Estadual e Constituição Federal - o contido no inciso II do artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 003/94, que trata da concessão de gratificação especial a servidores à disposição daquele Município, está em plena vigência.

Ante a autonomia municipal para a normatização da administração e da remuneração dos seus servidores, e estando o disposto do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 003/94 em plena vigência, é facultada ao Poder Executivo de Herval D'Oeste, atendido o interesse público, a concessão de gratificação especial aos servidores de outros Municípios e de outras esferas administrativas colocados à disposição daquele Município.

A referida norma só poderá ser modificada ou revogada por outra lei complementar.

Origem: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0218900/87  
Parecer nº: COG-264/98  
Sessão: 06.07.1998

.....

**566.** O contrato por prazo determinado, realizado mediante permissão legal, é lícito consoante preceito do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. A prorrogação, quando já expirado o termo final, se a lei autorizativa não estabelecer a possibilidade de prorrogação de contrato, torna-o nulo.

Origem: Prefeitura Municipal de São Joaquim  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0219000/88  
Parecer nº: COG-301/98  
Sessão: 06.07.1998

**567.** A legislação eleitoral não veda a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos pelo Município no período eleitoral, que compreende os três meses antes das eleições até a posse dos eleitos.

As nomeações, contratações ou admissões dos servidores são proibidas no período eleitoral, exceto, no âmbito municipal, nos seguintes casos expressamente permitidos nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso V do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97:

- a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções;
- a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- a nomeação ou contratação necessária à instalação ou funcionamento inadiável de serviços essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0069100/83  
Parecer nº: COG-227/98  
Sessão: 13.07.1998

.....

**568.** Os agentes do Estado somente podem praticar atos para os quais estejam autorizados por norma válida. O poder de transigir ou de renunciar não se configura se a lei não o prevê. O acordo judicial, portanto, é possível, desde que existente norma legal autorizativa.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0276700/82  
Parecer nº: COG-258/98  
Sessão: 13.07.1998

## Decisões em Consultas – Prejulgados

### 569. REVOGADO<sup>136</sup>

.....

### 570. REVOGADO<sup>137</sup>

.....

571. É vedado ao município repassar mensalmente verba para a remuneração de servidores contratados pela própria entidade e, portanto, sem vínculo empregatício com a municipalidade, uma vez que os recursos do fundo devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do seu magistério, nos moldes previstos pelo artigo 2º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, combinado com o artigo 70, I, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e demais disposições legais pertinentes à espécie.

O Município não pode disponibilizar servidores a ele vinculados, para atuarem em entidades filantrópicas e não-governamentais que prestam atendimento na área de educação infantil (creches e pré-escolas), séries iniciais (primeira a quarta séries) e educa-

ção especial de portadores de deficiência, para manutenção das atividades pedagógicas dessas unidades educacionais, com ônus para o Município, por absoluta falta de amparo constitucional, e por ferir princípios norteadores do direito administrativo.

Quando da aplicação dos recursos recebidos do Fundo, o Município realiza as despesas classificadas em 3.1.0.0 - Custeio; 4.1.0.0 - Investimentos; ou 4.2.0.0 - Inversões Financeiras, conforme normas contábeis contidas na Lei Federal nº 4.320/64, para atender as despesas admitidas pelas Lei Federal nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei Federal nº 9.394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação, e pelo o artigo 212 da Constituição Federal.<sup>138</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Lages

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 0072700/88

Parecer nº: COG-348/98

Sessão: 10.08.1998

<sup>136</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “É vedada a realização da contabilidade do Poder Legislativo de Quilombo por servidor que não seja ocupante do cargo do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, para o qual seja exigida a habilitação em Técnico em Contabilidade ou Contador. A efetivação da contabilidade por outro servidor, detentor de cargo diverso, caracteriza desvio de função.”

<sup>137</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Texto revogado: “O critério de reajuste dos subsídios dos agentes políticos municipais, estabelecidos nos Decretos Legislativos nºs 001/96 e 002/96, editados pela Câmara Municipal de Urubici, fere o artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, porquanto é vedado vincular a majoração desses subsídios ao percentual de reajuste do salário-mínimo nacional. É admitido que no instrumento legal que fixar subsídios dos agentes políticos se institua critério de reajuste em idênticos parâmetros fixados na legislação local para reajuste dos vencimentos dos servidores.”

<sup>138</sup> Primeiro parágrafo revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 27.08.2003, através da decisão nº 2918/2003, exarada no processo nº CON-03/03668288. Redação do parágrafo revogado: “Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério, podendo ser destinado às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público e para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 60 e 77, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.”

572. Não há impedimento de ordem legal para que o Município regulamente por lei, programa de incentivo ou recolhimento de tributos de sua competência, mediante a distribuição gratuita de prêmios.

O programa, contudo, deve ser implantado e formalizado em processo específico, de acordo com as normas federais e os regulamentos baixados pelo Ministério da Justiça, Órgão detentor da competência para autorizar a distribuição de prêmios nessas condições.

A medida deve ser precedida de justificativa que demonstre a conveniência, a oportunidade e a plena satisfação do interesse público. A despesa com a aquisição dos prêmios deve ser realizada na conformidade da lei e dos princípios que regem a administração pública.

Origem: Associação dos Municípios da Região Ser-  
rana  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0512100/84  
Parecer nº: COG- 62/98  
Sessão: 10.08.1998

573. O Município de Pinheiro Preto tem legitimidade passiva para o pagamento de juros, quando sua incidência decorre do texto legal ou cláusula contratual.

Em se tratando de juros de mora, devidos em função de atraso de pagamento pelo Município, a responsabilidade recairá sobre o Ordenador da Despesa, caso não reste comprovada a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

O procedimento para cobrança dos juros devidos pelo Município de Pinheiro Preto é através do contencioso administrativo ou judicial.

Origem: Fundo de Aposentadoria Pensões e  
Serviços Municipais de Assistência So-  
cial e Saúde dos Servidores de Pinhei-  
ro Preto  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 254707/70  
Parecer nº: COG-674/97  
Sessão: 10.08.1998

574. Constitui-se posição jurisprudencial ma-  
joritária aquela que considera nula a relação de  
emprego entre a Administração Pública e os ser-  
vidores admitidos com infração ao artigo 37, II,  
da Constituição Federal, ou seja, sem prévia apro-  
vação em concurso público, considerada a exce-  
ção do inciso IX do citado artigo. Dessa forma, os  
Tribunais do Trabalho tem reconhecido como de-  
vidos apenas os valores correspondentes aos dias  
efetivamente trabalhados, não incidindo nenhu-  
ma parcela de natureza trabalhista, tal como a  
multa rescisória de 40% sobre o saldo do FGTS.

O servidor ocupante de emprego público que  
for investido em cargo público, passando a receber  
a retribuição a ele inerente, fixada em lei, mesmo  
que inferior à situação anterior, não está amparado  
pelo direito constitucional da irredutibilidade. A  
mudança do regime celetista para o estatutário es-  
tabelece nova vinculação jurídica entre o Municí-  
pio e o servidor ocupante de emprego, que passa a  
ocupar cargo. A nulidade da relação contratual não  
importará reflexo à nova situação.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço de Norte  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0059800/89  
Parecer nº: COG-204/98  
Sessão: 10.08.1998



## Decisões em Consultas – Prejulgados

575. O direito brasileiro permite a retroatividade da lei, desde que esta não desrespeite o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º, *caput*, da Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942.

Editada lei convalidando todos os atos praticados relacionados à alienação do imóvel, ficam estes atos revestidos das formalidades legais.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0279000/80 Parecer nº: COG-380/98  
Sessão: 10.08.1998

.....

576. Compete ao Município organizar ou prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, nos termos do artigo 30, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Santa Cecília.

Para que o Município institua a prestação de serviços de transporte coletivo municipal, de forma gratuita, necessita de estrutura e suporte financeiros para arcar com o ônus do encargo, uma vez que terá que disponibilizar seus próprios recursos, haja vista a proibição de utilizar os recursos recebidos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, previstos na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Cecília  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0219200/82  
Parecer nº: COG-365/98  
Sessão: 17.08.1998

577. A Lei Federal nº 9.630, de 23 de abril de 1998, tem vinculação direta com a Lei Federal nº 8.112, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, de 11 de dezembro de 1990, e sua aplicação se circunscreve ao âmbito dos Poderes da União, suas autarquias e as suas fundações públicas, consoante os seus próprios e específicos termos, não alcançando as normas estatuídas no âmbito da municipalidade acerca da matéria.

A teor do artigo 1º do Decreto Municipal nº 5.517, de 18 de abril de 1997, que alterou o artigo 1º do Decreto Municipal nº 2.534, de 14 de maio de 1992, os servidores públicos civis ocupantes de cargos de provimento em comissão ou admitidos em caráter temporário, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Municipal, vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de que trata a Lei Federal nº 8.212/91.

Origem: Fundo do Sistema Municipal de Previdência de Chapecó  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 0220700/87  
Parecer nº: COG-391/98  
Sessão: 24.08.1998

.....

578. Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, nos termos da Constituição Federal, artigo 22, inciso XXIII.

A Lei Federal nº 8.212/91, artigo 12, inciso I, alínea "h", com a redação da Lei Federal nº 9.506/97, equiparou para os efeitos da seguridade social, como empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

A legislação em vigor, portanto, exige contribuição para com a seguridade social sobre a re-



muneração do agente político, não vinculado a regime próprio de previdência social.

Somente por decisão judicial ou por alteração da legislação atualmente vigente, poderão ser isentados os agentes políticos da contribuição para com seguridade social devida, por força de norma legal.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 0334100/89  
Parecer nº: COG-382/98  
Sessão: 24.08.1998

.....

**579.** Pode a Administração buscar na iniciativa privada a contratação de serviços privados para atender as necessidades da rede pública da saúde, conforme dispõe o artigo 197 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.080/90. A contratação deverá ser precedida de licitação ou, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, diretamente, através de dispensa ou inexigibilidade.

A inexigibilidade de licitação decorre da inviabilidade de competição e tem fundamento no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93. A necessidade de contratação de todo o universo de interessados, para executar determinado objeto, por preço certo e prefixado pela Administração, caracteriza situação de inexigibilidade de licitação.

O credenciamento não pode ser utilizado em substituição à licitação ou ao contrato. Quando a Administração pretende contratar determinado objeto com todo o universo de interessados, estando caracterizada a situação de inexigibilidade de licitação, é recomendável a utilização do credenciamento como mecanismo de seleção dos possíveis interessados.

No caso da adoção do credenciamento, os preços devem ser previamente definidos pela Administração, seguindo os mesmos valores constantes da tabela do sistema único de saúde, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.080/90.

O documento a ser emitido por pessoa física referente a serviços prestados é a nota fiscal ou o recibo, conforme o enquadramento fiscal em que o profissional se encontra, e conseqüentemente, este será o documento de comprovação da despesa pública.

Origem: Prefeitura Municipal de Itá  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 252103/74  
Parecer nº: COG-314/98  
Sessão: 24.08.1998

.....

**580.** Os agentes do Estado, integrantes da administração direta e indireta, somente poderão praticar atos para os quais estejam autorizados por norma legal válida. O poder de transigir ou de renunciar não se configura se a lei não o prevê. O acordo extrajudicial, portanto, é possível, desde que existente norma legal autorizativa.

As atividades de consultoria jurídica das Secretarias de Estado, das autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias ou controladas, serão desenvolvidas de forma articulada sob a coordenação da Procuradoria Geral do Estado (artigo 32, parágrafo único, da Lei nº 9.831/95).

A efetivação de acordos com valores a menor que o devido, ainda a negociar, é impraticável, uma vez que só é admitido pelo Estado a celebração de acordo judicial relativamente às condições de pagamento, à forma de pagamento do valor devido, com as correções legais, e não em termos de valores, se a mais ou menos que o efetivamente devido.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Santa Catarina Turismo S.A  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 0222200/83  
Parecer nº: COG-411/98  
Sessão: 26.08.1998

.....

**581.** O Orientador Educacional e o Supervisor Escolar perceberão os mesmos vencimentos, sendo equivalente a 40 horas de Professor nível III, quando formado em curso superior com a referida habilitação, e o equivalente a 40 horas de Professor nível V, quando pós-graduado em uma das duas habilitações, nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.194, de 13 de dezembro de 1994.

O vencimento deverá ser correspondente ao de Professor nível V, do Quadro do Magistério Municipal de Tijucas, para o Orientador Educacional e para o Supervisor Escolar que concluir curso de pós-graduação em nível de especialização em Pedagogia, posto que amparado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 1.194, de 13 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 8º da Lei Municipal nº 850, de 02 de julho de 1991.

Origem: Prefeitura Municipal de Tijucas  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0276900/87  
Parecer nº: COG-454/98  
Sessão: 31.08.1998

.....

**582.** Na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei Federal nº 9.424/96), deverá o Município observar as prescrições específicas da Constituição e da Lei, como no caso do Magistério, e atentar para as dis-

posições do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata acerca do que considera como sendo despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis.

A aquisição de viaturas para a Secretaria da Educação e a construção de um prédio para a mesma Secretaria, não são consideradas como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos incisos I a VIII do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As despesas com construção, ampliação e reformas de escolas, bem com a aquisição de ônibus para transporte escolar, encontram amparo no artigo 70, incisos II e VIII, respectivamente, da Lei Federal nº 9.394/96, sendo consideradas como gasto em desenvolvimento e manutenção do ensino.

O percentual de 60% dos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério deve, em consonância com o artigo 7º ser aplicado na remuneração do Magistério e na capacitação de professores leigos, nos termos do artigo 9º, § 1º, ambos da Lei Federal nº 9.424/96. A aplicação de eventual saldo remanescente deverá se dar com a observância do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96.

Origem: Prefeitura Municipal de Cerro Negro  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0219500/84  
Sessão: 09.09.1998

.....

**583.** No exercício corrente, o orçamento aprovado pela Lei nº 2.108, de 09 de julho de 1995, do Fundo Municipal de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Porto União - FUSESP, transformado

na Autarquia União - IMPRESS, através da Lei nº 2.308/98, deverá ser executado por esta Autarquia, como estabelece o artigo 5º da Lei antes referida.

A partir do próximo exercício, a Lei Orçamentária Municipal deverá contemplar orçamento para a Autarquia IMPRESS.

Em sendo executado o orçamento do Fundo no corrente exercício, a emissão de empenhos deve dar continuidade à seqüência de numeração de empenhos emitidos até a presente data.

A organização das Autarquias se opera por decreto, que aprova o regulamento ou estatuto da entidade; sendo que a implantação se completa por atos da diretoria, na forma regulamentar ou estatutária.

A hipótese de não incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, no lançamento nas contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, suas autarquias e fundações, está prevista no artigo 4º da Instrução normativa nº 3, da Secretaria da Receita Federal, de 13 de janeiro de 1997.

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, sendo esta vedação extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, como dispõe o artigo 150, VI, 'a', § 2º, da Constituição Federal.

Origem: Fundo Municipal de Seguridade Social dos Servidores. Públicos de Porto União  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 0221300/84 Parecer nº: COG-453/98  
Sessão: 26.08.1998

.....

**584.** É vedado ao Município de Porto União o pagamento de salário a servidor do Estado do

Paraná à disposição do Município, e que percebe por opção o salário do Estado, durante o período em que mencionado servidor estiver em gozo de licença-prêmio na origem, por caracterizar acumulação remunerada de cargos públicos, nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 0222500/85  
Parecer nº: COG-478/98  
Sessão: 14.09.1998

.....

**585.** O provimento e exercício de cargos e funções técnicas de museologia na Administração Pública Direta e Indireta não dispensa a prestação de concurso público, nos termos do disposto na Lei Federal nº 7.287/84, artigo 4º, parágrafo único.

A contratação de serviços de consultoria e assessoria na área de museologia apenas é possível se caracterizada a natureza eventual da necessidade ou não continuada da prestação, de modo a não configurar infração ao artigo 37, II, da Constituição Federal. A contratação de serviços de consultoria e assessoria na área de museologia deve ser precedida de processo licitatório, nos termos do estatuído no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e no artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

No caso em tela, a licitação pode ser inexigível, desde que comprovada a inviabilidade de competição, em razão da natureza singular do serviço e da notória especialização do profissional a ser contratado, cujo trabalho se mostre o mais adequado aos interesses da Administração, nos termos do artigo 25, II e § 1º combinado com artigo 13, V e § 3º e o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Biguaçu  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0334600/85 Parecer nº: COG-387/98  
Sessão: 14.09.1998

.....

586. Desvio de função é a atribuição a servidor de funções não próprias do cargo para o qual foi nomeado.

Desvio de função de pessoal docente e demais profissionais da educação ocorre quando é atribuída ao servidor funções não próprias de seu cargo e não relacionadas às atividades de ensino.

Demais profissionais da educação são aqueles que exercem outras funções relacionadas às atividades de ensino, dentre as quais as de suporte pedagógico às atividades de docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Origem: Prefeitura Municipal de Ilhota  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: 0059300/82 Parecer nº: COG-421/98  
Sessão: 14.09.1998

.....

587. O órgão de origem do servidor público convocado à disposição será ressarcido das despesas pelo tempo em que perdurar a convocação ou disposição, consoante o disposto no parágrafo 2º do art. 104 da Lei Estadual nº 8.245/91, com as alterações das Leis Estaduais nº 8.488/91 e 10.035/95.

A responsabilização lançada ao ordenador de despesa do órgão cedente, à época da disposição do servidor, em face da ausência de iniciativas para a consecução do ressarcimento dos valores devidos, não exime o órgão cessionário do respectivo pagamento.

As despesas de exercícios encerrados, ainda que não empenhados nas épocas próprias, que não te-

nam por base prévia autorização legal, e cujas dotações em que deveriam ser empenhadas no exercício de origem não dispunham de créditos orçamentários suficientes para comportá-las, poderão ser regularizadas mediante crédito especial ou através do seu reconhecimento por lei da Câmara Municipal, e o seu conseqüente empenhamento nas dotações próprias de despesas de exercícios anteriores, liquidação e pagamento, sem prejuízo da verificação de responsabilidade pela realização das mesmas nessas circunstâncias.

Origem: Câmara Municipal de Palhoça  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0250806/80 Parecer nº: COG-486/98  
Sessão: 28.09.1998

.....

588. A falta da anotação da data da despedida do empregado no espaço reservado na CTPS não significa a continuidade do contrato com a conseqüente obrigação ao recolhimento dos encargos, posto que a partir da data do despacho do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, tornando sem efeito o contrato de trabalho, cessou a contraprestação dos serviços.

A baixa do contrato reservado na CTPS pode ser processada, a qualquer momento, para cumprimento das formalidades impostas pela legislação trabalhista, considerando-se como data da saída a data do despacho do presidente do Tribunal de Justiça que anulou o contrato de trabalho, conforme anotações às fls. 57, da carteira de trabalho.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0389505/87 Parecer nº: COG-370/98  
Sessão: 30.09.1998

**589.** As prestações de contas dos recursos financeiros provenientes do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, repassados pelo Estado aos municípios por via de convênio, em decorrência da transferência de matrículas da rede estadual de ensino para a rede municipal, podem ser apresentadas juntamente com a prestação de contas anual dos municípios, afastando-se, excepcionalmente, a incidência do artigo 44, *caput*, da Resolução TC-16/94.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0115605/81 Parecer nº: COG-531/98  
Sessão: 21.10.1998

.....

**590.** O subsídio dos vereadores, fixado conforme determinam as normas constitucionais vigentes, pode ser pago integralmente durante o recesso parlamentar, mesmo inexistindo sessões da Câmara nesse período.<sup>139</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0345100/80 Parecer nº: COG-566/98  
Sessão: 21.10.1998

.....

**591.** Nos termos da legislação vigente, não há impedimento para a adequação do contrato de

concessão da Rodovia SC-401, no que toca à variação de tráfego, para se ajustar aos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, desde que não acarrete ônus e nem dispêndios para o Estado, demonstrada a predominância do interesse público.

Origem: Departamento de Estradas de Rodagem  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC0345500/80  
Parecer nº: COG-613/98  
Sessão: 26.10.1998

.....

**592.** A administração do ensino público municipal é de responsabilidade direta do poder público municipal, sendo intransferível a particulares.

A responsabilidade pela formulação da orientação pedagógica do sistema de ensino público municipal compete privativamente ao poder público municipal.

Para formulação da proposta pedagógica e boa administração da educação pública, o município pode buscar subsídios e orientações junto a entidades privadas, mediante acordos, onerosos ou não, observado o processo licitatório, sempre que exigido, e as normas relativas à prestação de contas.

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0280700/80  
Parecer nº: COG-552/98  
Sessão: 26.10.1998

<sup>139</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *"O subsídio dos vereadores, fixado conforme determinam as normas constitucionais vigentes, quando estabelecido em partes fixa e variável, pode ser pago integralmente - inclusive a parte variável - durante o recesso parlamentar, mesmo inexistindo sessões da Câmara nesse período. O recesso parlamentar será remunerado, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 04, de 14 de junho de 1996, que fixou a remuneração dos vereadores para a legislatura 1997/2000."*

**593.** Quanto à liquidação de despesas inscritas em restos a pagar: despesas de exercícios encerrados, não empenhados nas épocas próprias, que não tenham por base prévia autorização legal, cujas dotações em que deveriam ser empenhadas no exercício de origem, não dispunham de créditos orçamentários suficientes para comportá-las, poderão ser regularizadas mediante crédito especial ou através de seu reconhecimento por lei da Câmara Municipal, e o seu consequente empenhamento nas dotações próprias de despesas de exercícios anteriores, liquidação e pagamento, sem prejuízo da verificação de responsabilidade pela realização das mesmas nessas circunstâncias.

Quanto à averbação de tempo de serviço rural para os servidores públicos municipais após o advento da Lei Federal nº 9.528 de 10.12.97: diante da ausência de comprovantes de contribuição, condição sem a qual resta vedada a contagem recíproca prevista no parágrafo 2º do art. 202 da Constituição Federal, não é cabível a averbação do tempo de serviço em atividade rural para efeitos de aposentadoria.

Da incorporação de função gratificada e horas extras, aos proventos de aposentadoria por tempo de serviço referente de servidor público municipal: não há possibilidade jurídica de servidor público municipal incorporar função gratificada e horas extras, para efeito de aposentadoria, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, quando o Estatuto dos Servidores Municipais de Lacerdópolis não prevê esta hipótese, caracterizando afronta ao art. 61, § 1º, II, “C”, e ao art. 30, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 47, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis, de 1990.

Origem: Prefeitura Municipal de Lacerdópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0279300/82 Parecer nº: COG-544/98  
Sessão: 26.10.1998

**594.** A contratação de mão-de-obra pela administração municipal, através de cooperativa, somente é possível quando se tratar de serviços especializados ligados à atividade-meio e desde que inexistente a personalidade e a subordinação, vedada a contratação para a realização de serviços que constituam atividade-fim da administração pública ou cujas funções sejam próprias de cargos integrantes do seu quadro de pessoal, em face do disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal. A administração municipal ao contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade-meio, deverá fazê-lo mediante lei municipal reguladora e observando o procedimento licitatório, conforme artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e artigos 2º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

Os procedimentos legais a serem tomados pelo município para a contratação de terceiros, para a realização de obras, prestação de serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações da administração pública, serão necessariamente os previstos na Lei Federal nº 8.666/93, ou mediante concurso público, conforme o caso, nos termos do artigo 37, incisos II e XXI, da Constituição Federal.

Se a cooperativa não pagar os seus trabalhadores, poderá o município ser responsabilizado, nos termos da legislação vigente, uma vez que está garantida a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços no caso de inadimplemento de empresa interposta. A não-observância das características que distinguem as cooperativas das demais sociedades enseja fraude à lei, devendo esta ser considerada mera intermediadora de mão-de-obra, fazendo emergir, inclusive, a existência do vínculo empregatício com o município.



Origem: Prefeitura Municipal de Ipumirim  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0196600/81  
Parecer nº: COG-527/98  
Sessão: 26.10.1998

.....

595. O poder público municipal, mediante lei específica, poderá fixar idênticos vencimentos para cargos de atribuições assemelhadas da administração direta e indireta, observada a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade e as peculiaridades de cada cargo, nos termos do art. 39, parágrafo 1º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Para promover a equiparação de vencimentos entre cargos de atribuições assemelhadas, deverá observar-se o direito dos servidores ocupantes à irredutibilidade de vencimentos, prevista no art. 37, XV, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0334800/80  
Parecer nº: COG-538/98  
Sessão: 26.10.1998

.....

596. É viável a implantação de sistema de cobrança através de cartões de crédito no âmbito das unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde.

A contratação de empresa administradora de cartões de crédito requer a realização de prévio processo licitatório, por implicar em despesas financeiras para a administração pública, bem como a oportunidade de captação de clientela pela administradora ante a disponibilização do sistema para pagamento de serviços públicos.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0346000/80  
Parecer nº: COG-537/98  
Sessão: 04.11.1998

.....

597. Ressalvados os casos especificados na legislação, a aquisição de peças e a contratação de serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários deve ser precedida de licitação.

A operacionalização das licitações deve se dar de acordo com as características e peculiaridades de cada órgão/entidade, observando-se a legislação.

A contratação dos serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários pode se dar através de diversas licitações, uma para cada necessidade (observando-se a modalidade adequada para o conjunto das licitações), incluindo-se ou não o fornecimento das peças, ou, através de licitação cujo contrato contemple o regime da empreitada por preço unitário, incluindo-se todos os serviços necessários, e utilizando-se da relação do preço homem/hora para a remuneração, sem o fornecimento de peças.

A aquisição de peças pode se dar juntamente com a contratação dos serviços, na forma do parágrafo anterior, ou através de processo licitatório específico, ou ainda, mediante a utilização do sistema de registro de preços.

Origem: Departamento de Estradas de Rodagem  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0222600/82 Parecer nº: COG-517/98  
Sessão: 04.11.1998

.....

598. Se adotado o regime de suprimento, pelo qual a Câmara gere seus recursos e realiza suas des-



## Decisões em Consultas – Prejulgados

pesas, a responsabilidade de ordenador de despesa recai no Vereador-Presidente.

Perante a Corte de Contas, o ordenador de despesa e o Prefeito Municipal, que responsabilizado por irregularidade cometida na Câmara, no caso de repasse na modalidade suprimento, poderá acionar regressivamente contra o Presidente do Poder Legislativo Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Piçarras  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0346100/87  
Parecer nº: COG-570/98  
Sessão: 04.11.1998

.....

**599.** A Lei Municipal nº 299/96, de Bombinhas, permite que contribuintes devedores se utilizem do instituto da dação em pagamento para quitar débitos com a fazenda municipal, dispensando conseqüentemente a realização de processo licitatório para a aquisição dos bens móveis e serviços ofertados.

Salvo previsão em contrário na legislação local, quando o município recebe um imóvel em dação em pagamento, não é devido o ITBI - imposto sobre a transmissão de bens inter vivos, porquanto o contribuinte deste imposto é o adquirente, que no caso, é o próprio município.

A utilização da dação em pagamento no âmbito administrativo, pelos contribuintes devedores do fisco municipal, com entrega de bens móveis, execução de obras ou prestação de serviços, contraria o disposto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, porquanto caracteriza quebra do princípio da isonomia e da impessoalidade, e também o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal combinado com os artigos 1º, 2º e 24, da Lei Federal nº 8.666/93, além de que permitiu ao município adquirir bens, obras e serviços, sem o prévio processo licitatório.<sup>140</sup>

Origem: Câmara Municipal de Bombinhas  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0350000/87  
Parecer nº: COG-529/98  
Sessão: 04.11.1998

.....

**600.** Não poderão participar de licitação e firmar contrato com o município de Fraiburgo, o prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os secretários municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, adoção ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções, nos termos do art. 85, da Lei Orgânica Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 9º, da Lei nº 8.666/93.<sup>141</sup>

<sup>140</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "A Lei Municipal nº 299/96, permite que contribuintes devedores se utilizem do instituto da dação em pagamento para quitar débitos com a fazenda municipal, dispensando conseqüentemente a realização de processo licitatório para a aquisição dos bens e serviços ofertados. Salvo previsão em contrário na legislação local, quando o município recebe um imóvel em dação em pagamento, não é devido o ITBI - imposto sobre a transmissão de bens inter vivos, porquanto o contribuinte deste imposto é o adquirente, que no caso, é o próprio município. A utilização da dação em pagamento no âmbito administrativo, pelos contribuintes devedores do fisco municipal, contraria o disposto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, porquanto caracteriza quebra do princípio da isonomia e da impessoalidade, e também o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal combinado com os artigos 1º, 2º e 24, da Lei Federal nº 8.666/93, porquanto estaria permitindo o município adquirir bens, obras e serviços, sem o prévio processo licitatório."

Origem: Prefeitura Municipal de Fraiburgo  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0369300/81  
Parecer nº: COG-590/98  
Sessão: 04.11.1998

Origem: Prefeitura Municipal de Ponte Alta  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0345700/84  
Parecer nº: COG-569/98  
Sessão: 09.11.1998

**601.** Como órgão legislador do município e objetivando atender às suas necessidades, poderá a Câmara contratar, mediante processo licitatório, a construção de prédio para instalação de sua sede, ante a existência de recursos orçamentários.

A contratação deverá ser compatível com as metas estabelecidas no processo de planejamento orçamentário, ou seja, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual.

Origem: Câmara Municipal de Guatambu  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0366400/80  
Parecer nº: COG-600/98  
Sessão: 09.11.1998

**603.** É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, nos termos do art. 167, inciso I, da Constituição Federal, que proíbe, igualmente, a abertura para o caso de crédito especial.

Origem: Prefeitura Municipal de Lacerdópolis  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC0278900/80  
Parecer nº: COG-508/98  
Sessão: 09.11.1998

**602.** Os recursos destinados, mediante convênio, com fim específico, não podem ser utilizados para fim diverso daquele previsto no objeto do convênio, em conformidade com o disposto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, com a redação dada pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

**604.** Toda a despesa que não estiver contemplada no orçamento ou em lei específica carece de autorização, não podendo, portanto, ser considerada legal.

O acréscimo de juros e multa quando do pagamento de obrigações tributárias vencidas, somente poderá ser efetivado, se estiver previamente previsto em lei. A ausência de autorização legal constituirá aplicação indevida de recursos públicos, irregularidade administrativa, incorrendo na responsabilidade de gestão.

<sup>141</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Não poderão participar de licitação e firmar contrato com o município de Fraiburgo, o prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os secretários municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, adoção ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções, nos termos do art. 85, da Lei Orgânica Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 9º, da Lei nº 8.666/93. Das empresas mencionadas na consulta, está impedida de firmar contrato aquela cujo sócio é cunhado de Secretário Municipal, pela relação de parentesco de 2º grau entre os mesmos, e inexistente impedimento de firmar contrato com a empresa cujo proprietário é sobrinho de vereador, ante a relação de parentesco de 3º grau.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0350600/80  
Parecer nº: COG-623/98  
Sessão: 16.11.1998

.....

**605.** Os membros do Conselho Tutelar previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente ocupam função pública, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade.

Lei municipal específica deve estabelecer a remuneração dos membros do Conselho Tutelar. A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade.<sup>142</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0349500/85  
Parecer nº: COG-572/98  
Sessão: 16.11.1998

.....

**606.** Ao completar setenta anos de idade, o servidor público, independentemente da sua vontade, obrigatoriamente, deve ser aposentado pelo ente público (aposentadoria compulsória), por expressa determinação do art. 40, II, da Constituição Federal,

não podendo, sob qualquer hipótese, permanecer no serviço público, mesmo em período eleitoral.

Com a aposentadoria de servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego público, cessa o vínculo do mesmo com a administração pública, sendo vedada a permanência no serviço público, pois implicaria em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19.

Origem: Prefeitura Municipal de Treviso  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0342800/82 Parecer nº: COG-604/98  
Sessão: 16.11.1998

.....

**607.** Os limites à utilização de veículo de propriedade do município são estabelecidos pela própria natureza do bem, qualificado como bem de uso especial ou do patrimônio administrativo, só se admitindo a sua utilização como instrumento a bem do interesse público, objetivando a consecução de uma atividade da administração.

O veículo de propriedade do município utilizado para o exercício da função pública de conselheiro do conselho tutelar da criança e do adolescente, deverá ser conduzido por motorista dos quadros de servidores da municipalidade.

<sup>142</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O conselho tutelar previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, está disciplinado quanto à eventual remuneração de seus membros, no parágrafo 1º do artigo 28 da Lei Municipal nº 024, de 19 de abril de 1993, com a redação dada pela Lei Municipal nº 289, de 14 de maio de 1996. Lei municipal específica poderá fixar a remuneração dos membros do conselho tutelar, na forma de gratificação, ou através de jetons ou similar. A legislação local deve estabelecer a espécie de remuneração e a que título fazem jus os membros do conselho constituído no município, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade. A remuneração eventualmente fixada não gera relações de emprego com a municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder ao nível de professor III, do quadro do magistério municipal de Capivari de Baixo, a teor do parágrafo 1º do artigo 28 da Lei nº 024/93, alterado pela Lei Municipal nº 289, de 14 de maio de 1996.”

A legislação local deve estabelecer os limites de utilização de veículo de propriedade do município, que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos.

O uso indevido do veículo, a teor da Lei Federal nº 8.429, de junho de 1992, configura a prática de ato de improbidade administrativa, sujeitando-se o seu autor, às cominações estabelecidas no seu art. 12.

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0428100/83 Parecer nº: COG- 579  
Parecer nº: COG-579/98  
Sessão: 16.11.1998

**608.** É vedado aos fundos previdenciários instituídos pelos municípios a concessão de empréstimo aos servidores públicos ou ao ente criador contribuinte do fundo, por não se constituírem instituições financeiras e terem objetivos incompatíveis com entidades autorizadas a realizar operações de empréstimos.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0346200/84  
Parecer nº: COG-603/98  
Sessão: 18.11.1998

**609.** Inexistindo legislação impeditiva no âmbito do município, é lícito ao Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social de Belmonte aplicar os recursos financeiros disponíveis em títulos de capitalização, desde que essas aplicações não venham a interferir na execução dos objetivos que lhe incumbe executar.

Origem: Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social de Belmonte  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0350500/83  
Parecer nº: COG-611//98  
Sessão: 18.11.1998

**610.** O Código Tributário Nacional, em seu art. 97, incisos I e IV, dispõe que somente lei poderá instituir um tributo e estabelecer as hipóteses de exclusão e extinção de crédito tributário, dentre os quais encontram-se as isenções (art. 175, I).

Os princípios constitucionais que regem o instituto da isenção são os mesmos aplicados ao sistema da tributação, não se podendo falar em isenções que contrariem ou o princípio da isonomia ou da capacidade contributiva ou qualquer outro princípio Constitucional.

Considerando que um tributo pode ter um caráter extrafiscal, a isenção reveste-se, também, desse caráter, podendo ser concedida com fundamento em razões sociais.

A Lei Complementar nº 017/98, do município de Indaial, que concede isenção de IPTU a aposentados, pensionistas e deficientes físicos visuais e/ou auditivos, não afronta aos preceitos insculpidos no inciso II do art. 150 da Constituição Federal e no inciso VII do art. 10 da Lei Orgânica, dado o caráter extrafiscal da medida.

Origem: Prefeitura Municipal de Indaial  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC0344900/82 Parecer nº: COG-598//98  
Sessão: 18.11.1998

**611.** As fundações criadas e mantidas pelo poder público Estadual, obrigatoriamente, deverão solicitar à Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina -

## Decisões em Consultas – Prejulgados

IOESC, todos os serviços gráficos de que necessitam, nos termos do art. 58 da Lei Estadual nº 9.831/95 e Decreto nº 192/91.

Caso a IOESC não tenha condições de atender o pedido, deverá autorizar a contratação dos serviços gráficos junto a empresas privadas.

A contratação de empresa privada para execução de serviços gráficos depende de prévio processo licitatório, consoante determinação do art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Imprensa Oficial do Estado - IOESC  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0429400/81 Parecer nº: COG-606/98  
Sessão: 25.11.1998

. . . . .

**612.** Os membros do conselho tutelar constituem-se em agentes honoríficos que desempenham função pública em caráter transitório, cuja remuneração está condicionada à previsão em lei municipal que determinara seus parâmetros, conforme determina o art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A legislação local deve estabelecer a espécie de remuneração e a que título fazem jus os membros do conselho constituído no município, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com esta finalidade.

É indevida a concessão de gratificação, a título de décimo terceiro salário, aos membros do conselho tutelar, visto que inexistente vínculo empregatício entre os mesmos e a administração.

Origem: Prefeitura Municipal de Ipuacu  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0059400/80 Parecer nº: COG-167/98  
Sessão: 25.11.1998

**613.** É regular e legítimo que entidade de direito privado comprove a aplicação de recursos financeiros recebidos a título de subvenções sociais, também com documentos (recibos, notas fiscais, folha de pagamento, guia de encargos sociais e de tributos, entre outros), cuja data de emissão seja anterior a do recebimento dos valores conveniados, mas coincidente com o período de vigência do acordo e desde que posterior à extração da nota de empenho respectiva. Na hipótese da associação civil ter desembolsado antecipadamente dinheiro seu para realizar gastos vinculados ao convênio (constatada a precedente emissão da nota de empenho pelo órgão ou entidade pública), o uso dos comprovantes destas despesas, no processo regular de prestação de contas, permitirá a conseqüente devolução aos cofres da associação dos valores que lhe pertencem; deverá, porém, ficar claramente evidenciado a que dispêndios se refere cada valor transposto da conta bancária vinculada ao convênio para a conta própria da associação.

Quando da aplicação de recursos, recebidos a título de subvenções sociais, pode a associação civil conveniada pagar, através de um só cheque nominal, despesas relativas a diversas notas fiscais emitidas por uma mesma empresa comercial. As notas fiscais de mesmo credor, cujos valores integram o montante de despesas a ser pago com apenas um só cheque nominal, deverão ser adequadamente identificadas.

A oposição de declaração formal, datada e assinada por pessoa competente, no documento comprobatório da despesa a que se refere o art. 44, inciso VII, da Res. nº TC-16/94, tem por fim confirmar o controle de que realmente se efetivou o recebimento do material comprado, ou a prestação do serviço contratado, e que alguém assumiu a função de assim verificar e reconhecer, respondendo pelo

ato; não é exigido o uso da palavra “certifico” como única forma de ser atestado o recebimento do objeto contratual; importa que fique expresso, de forma indubitável, ter sido aceito o material ou o serviço, independentemente das expressões usadas.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0349400/88  
Parecer nº: COG-675/98  
Sessão: 30.11.1998

.....

**614.** As sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas, sujeitas ao regime das empresas privadas, nos termos do artigo 167, § 1º, da Constituição Federal, podem promover a escolha de leiloeiro através de processo licitatório.

É vedado às sociedades de economia mista concessionárias de serviço público ou aquelas cujo patrimônio público foi destinado a atender objetivo de interesse público relevante, a escolha discricionária de leiloeiro oficial para promover leilão de bens móveis inservíveis, devendo ser obedecida escala, pelo critério de antiguidade, conforme previsto no Decreto nº 29.981/32.

Origem: Banco do Estado de Santa Catarina S/A  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0434000/86  
Parecer nº: COG-720/98  
Sessão: 07.12.1998

.....

**615.** As subvenções sociais destinam-se precipuamente a auxiliar entidades privadas na prestação de serviços essenciais de assistência social, assistência médica e educacional, consoante arts.

16 e 19, § 3º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 41 da Resolução nº TC-16/94.

Na esfera municipal a concessão de subvenções sociais exige previsão na lei orçamentária anual (dotação orçamentária) e autorização legislativa, genérica ou específica para cada concessão. A lei concessiva poderá estabelecer a forma e a periodicidade dos repasses de recursos, ou determinar a sua regulamentação através de decreto do Executivo.

A concessão de subvenções deverá levar em consideração as possibilidades financeiras do ente concedente, de forma criteriosa e após atendidas as necessidades próprias do poder público municipal, segundo orientação do art. 16, *caput* e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64.

É vedada a concessão de subvenção vinculada à percentual dos recursos disponíveis do município ou para a Câmara, nos termos do art. 167, IV da Constituição Federal.

As suplementações orçamentárias devem estar previstas em lei e abertas por decreto executivo, conforme mandamento do art. 167, V e VI, da Constituição Federal e arts. 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0348000/82  
Parecer nº: COG-642/98  
Sessão: 07.12.1998

.....

**616.** É incompatível a acumulação, pela mesma pessoa, da função de ordenador de despesa de órgão ou entidade pública com a de dirigente de entidade privada, quando esta for beneficiada com recursos financeiros decorrentes de convênio firmado entre as partes, por ferir o princípio da moralidade, consubstanciado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

A entidade privada beneficiada com recursos decorrentes de convênio deve prestar contas ao ente público que libera os recursos, competindo a este, assim também ao poder legislativo, verificar se as despesas efetuadas estão em consonância com os objetivos do convênio.

Origem: Câmara Municipal de Siderópolis  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0334500/88 Parecer nº: COG-536/98  
Sessão: 07.12.1998

.....

**617.** A realização de licitação pública não significa que o contrato dela decorrente possa ser considerado como de cláusulas e condições uniformes para todos os interessados. Contrato de cláusulas e condições uniformes é aquele cujas cláusulas foram definidas integralmente por uma das partes, inclusive o preço, sendo que o mesmo se aplica indistintamente a todo e qualquer interessado, restando à outra parte, simplesmente, aceitar ou rejeitar o instrumento contratual.

Não poderão participar de licitação e firmar contrato com o município as pessoas que estejam impedidas nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 111, VII, da CE, combinado com o art. 43, I, “a”, da CE e art. 54, I, “a”, da Constituição Federal, e ainda, do que consta das respectivas leis orgânicas municipais.

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0432000/83 Parecer nº: COG-651/98  
Sessão: 07.12.1998

.....

**618.** Os valores que o município compensar com o Estado, para pagar em contrapartida a remuneração dos professores postos à disposição da

municipalidade em função do convênio celebrado, que objetiva a transferência de recursos para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da rede Estadual, podem ser considerados, para efeito de cumprimento do percentual mínimo de 60% dos recursos recebidos do FUNDEF, como sendo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0427400/89  
Parecer nº: COG-610/98  
Sessão: 07.12.1998

.....

**619.** Os recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério - FUNDEF, devem ser aplicados em percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos arrecadados em cada exercício, na remuneração de profissionais de magistério em efetivo exercício no ensino fundamental público, vedada a utilização para outras finalidades, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96. Para os fins da Lei 9.424/96, consideram-se profissionais de magistério, além dos profissionais em regência de classe, as funções de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, professores de educação especial, professores do ensino supletivo e o responsável pela TV Escola, desde que atuem no ensino fundamental público ( 1a. a 8a. séries).

A eventual sobra de recursos do FUNDEF, após as aplicações devidas conforme determinado pela legislação, poderá se constituir reserva para contingências - como oscilações de receitas e número de matrículas - visando manter o nível remuneratório



dos professores, podendo, inclusive ser utilizado no exercício seguinte, vedada a contabilização como recursos arrecadados no novo exercício<sup>143</sup>.

Os recursos do fundo destinados à remuneração dos professores em efetivo exercício no ensino fundamental (pelo menos 60% dos recursos) não podem ser utilizados para pagamento de remuneração de professores de educação infantil, demais profissionais de educação e inativos.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0349700/80  
Parecer nº: COG-668/98  
Sessão: 09.12.1998

**620.** A liberdade de ingresso e retirada dos partícipes de convênio é traço característico dessa cooperação associativa e, por isso mesmo, não admite cláusula obrigatória da permanência ou sancionadora dos denunciante. Qualquer partícipe poderá denunciá-lo e retirar a sua cooperação quando o desejar, só ficando responsável pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participou voluntariamente do acordo.

Nos termos do art. 149, parágrafo único, da Constituição Federal, e do art.79, da Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul, está o município autorizado a instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC0279100/88  
Parecer nº: COG-502/98  
Sessão: 14.12.1998

**621.** É vedado ao vereador, em consonância com o art. 29, inciso IX combinado com o art. 54, inciso I, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, e art. 22, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município de Palhoça, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público do município que o elegeu.

A vedação acima não se aplica ao servidor eleito vereador, que poderá continuar exercendo o cargo, função ou emprego de que era detentor, acumulando as remunerações, desde que haja compatibilidade de horário, nos termos do art. 38, da Constituição Federal.

Havendo incompatibilidade de horário, deverá o servidor, eleito vereador, afastar-se do cargo, podendo optar pela remuneração do cargo efetivo, conforme autorizado pelo art. 38, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Palhoça  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0073207/70  
Parecer nº: COG-209/97  
Sessão: 16.12.1998

**622.** Sendo adotado o regime de suprimento, a Câmara Municipal deverá remeter prestação de contas mensais ao Prefeito, nos termos do artigo 38 da Resolução nº TC16/94.

O prefeito municipal deverá determinar a incorporação da prestação de contas mensal da Câmara Municipal à contabilidade da Prefeitura.

<sup>143</sup> Observar o art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Treze de Maio  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0220100/83 Parecer nº: COG-368/98  
Sessão: 21.12.1998

.....

**623.** A Administração Pública, quer Estadual, quer Municipal, por força do mandamento da Constituição Federal expresso no art. 202, § 2º, somente procederá à averbação e a contagem recíproca do tempo de serviço prestado em atividade rural para fins de aposentadoria de seus servidores, quando comprovados os recolhimentos das contribuições previdenciárias em época própria, ou seja, contemporâneos ao período alegado.

Os comprovantes de contribuições devem ser contemporâneos ao fato gerador e só produzem efeitos para o titular da respectiva contribuição, conforme dispõe a ordem de serviço 581/97, da Diretoria de Seguro Social do INSS, publicada no DOU de 12 de setembro de 1997, que trata especificamente da contagem de tempo de serviço rural para fins de averbação e certidão de tempo de serviço.

Diante da ausência de comprovantes de contribuição, condição sem a qual resta vedada a contagem recíproca prevista no § 2º, do art. 202, da Constituição Federal, não é cabível a averbação do tempo de serviço referente à atividade rural para efeitos de aposentadoria.

Origem: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0123807/70  
Parecer nº: COG-577/97  
Sessão: 21.12.1998

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0199606/72  
Parecer nº: COG-584/97  
Sessão: 21.12.1998

Processo nº: TC0011203/74

Parecer nº: COG-347/97

Sessão: 23.12.1998

Processo nº: TC0029207/70

Parecer nº: COG-588/97

Sessão: 08.02.1999

Processo nº: TC0520004/94

Parecer nº: COG-112/99

Sessão: 19.04.1999

.....

**624.** A requisição de servidores da prefeitura municipal para prestação de serviços ao cartório eleitoral, durante o período eleitoral, encontra respaldo no art. 365 do Código Eleitoral e na Lei 6.999/82, desde que observadas as hipóteses e condições legais.

A cessão de servidor ao juízo eleitoral deve se dar, exclusivamente, durante o período eleitoral definido em lei, não podendo ultrapassá-lo, o que configuraria situação irregular.

Origem: Prefeitura Municipal de Laurentino  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0280300/80 Parecer nº: COG-407/98  
Sessão: 21.12.1998

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0278500/80  
Parecer nº: COG-458/98  
Sessão: 22.02.1999

.....

**625.** Ao completar setenta anos de idade, o servidor público, independente da sua vontade, obrigatoriamente, deve ser aposentado pelo ente público (aposentadoria compulsória), por expressa determinação do art. 40, inciso I, “b”, da Constituição Federal, não podendo, sob qualquer hipótese, permanecer no serviço público.

Nos termos do art. 40, III, “b”, da Constituição Federal, na aposentadoria compulsória os proventos serão proporcionais ao tempo de serviço público, contado até a data em que o servidor completou setenta anos de idade, vedado o aproveitamento de tempo posterior, para qualquer fim.<sup>144</sup>

Para aposentadoria especial de professor, deve ser computado exclusivamente o tempo de serviço de atividades específicas de magistério (em sala de aula), não se aproveitando para esse fim o tempo de serviço em atividades administrativas, ainda que ligadas à educação (administração escolar, coordenação, especialistas em assuntos educacionais e outras atividades correlatas).

Origem: Câmara Municipal de Brusque  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0344400/86  
Parecer nº: COG-567/98  
Sessão: 23.12.1998

626. A retificação de norma fixadora da remuneração de agentes políticos no curso da legislatura, para adequá-la ou suprimir-lhe um vício, só é admitida quando não implicar em majoração da remuneração, ou seja, quando tem caráter exclusivamente corretivo, e quando se mostrar inviável o aproveitamento do decreto legislativo anterior. A fixação da remuneração em norma intempestiva e inconstitucional, sujeita, portanto, a perder sua validade, conforme julgados do Poder Judiciário.

É válido perante os princípios que regem a Administração Pública, sobretudo o da impessoalidade e da moralidade, o aproveitamento do ato de fixação da remuneração da legislatura anterior.

Verificado idêntico vício na norma fixadora da remuneração da legislatura precedente, deve-se retroceder ainda mais até esgotada a busca de uma norma válida, procedendo-se então a sua atualização, segundo os ditames nela inscritos.

Origem: Câmara Municipal de Siderópolis  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0071200/85 Parecer nº: COG-373/98  
Sessão: 23.12.1998

627. As despesas realizadas pela comissão municipal de esportes de Brusque, pertinentes a exercícios anteriores e ainda não empenhadas, podem ser regularizadas, observadas as seguintes condições: I - reconhecimento das despesas por lei municipal, a qual deverá, se necessário, autorizar a abertura de crédito especial com dotações próprias de exercícios anteriores, conforme art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64 e Decreto nº 62.115/68. II - confirmação da liquidação dessas despesas, em atendimento ao prescrito nos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64. III - empenhamento em dotações próprias de despesas de exercícios anteriores, seguido do respectivo pagamento, observadas as disposições legais pertinentes.

Origem: Prefeitura Municipal de Brusque  
Relator: Conselheiro Salomão Ribas Junior  
Processo nº: TC0469800/82 Parecer nº: COG-750/98  
Sessão: 23.12.1998

628. O concurso público, como forma de certame público, rege-se pelo edital como lei interna, vinculando a administração a todos os seus termos.

<sup>144</sup> Norma atual: art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Estando no prazo de validade, existe a possibilidade da prorrogação do concurso, por parte da administração municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de São Joaquim  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0448400/86  
Parecer nº: COG-684/98  
Sessão: 23.12.1998

.....

**629.** De acordo com o estatuído no artigo 37, IV, da Constituição Federal, deverá a administração suprir as vagas surgidas após a realização do concurso público com candidatos aprovados neste certame, desde que o mesmo esteja dentro de seu prazo de validade.

Origem: Prefeitura Municipal de Corupá  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0220200/80  
Parecer nº: COG-367/98  
Sessão: 23.12.1998

.....

**630.** O Município de Pinheiro Preto poderá pagar indenização, em função de acidente de trânsito, com base no parágrafo 6º, do art. 37, da Constituição Federal, desde que o lesado acione a fazenda pública e demonstre o nexo causal entre o fato lesivo e o dano, bem como seu montante. Esses elementos devem restar comprovados.

Para a propositura da ação regressiva, pressuposto indispensável, é, pois, a condenação efetiva do município a ressarcir a vítima do prejuízo. Antes de apurado o *quantum* preciso da reparação, o município não tem elementos para acionar o funcionário, compelindo-o a devolver quantia

certa. É necessária a prova da conduta culposa ou dolosa do agente causador do dano.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0448500/83  
Parecer nº: COG-687/98  
Sessão: 23.12.1998

.....

**631.** Nos primeiros cinco anos, a contar da vigência da Lei Federal nº 9.424/96, é facultado ao município a aplicação de parte do percentual (60%) do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério destinado à remuneração dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério, estabelecido no § 5º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, na capacitação de professores leigos, conforme o preconizado no artigo 7º, parágrafo único, da referida lei Federal.

Para as demais despesas efetuadas pelo município com o aperfeiçoamento dos profissionais da educação, fica vedada a utilização dos recursos especificados no § 5º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, destinados à remuneração; contudo, essas despesas serão consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, em consonância ao disposto no artigo 70, inciso I, da Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0434400/85  
Parecer nº: COG-712/98  
Sessão: 23.12.1998

**632.** Inexiste amparo legal para sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina efetuarem pagamentos mensais de contribuições financeiras a sociedades civis organizadas sob a forma de agências de desenvolvimento. A despesa é ilegítima, pois não diz respeito às finalidades societárias das empresas, nem à manutenção das respectivas fontes produtoras, afrontando o disposto no artigo 52, parágrafo 3º, da Lei Estadual nº 9.831, de 17.02.95.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: TC0276800/80 Parecer nº: COG-761/98

Sessão: 08.02.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0278200/89

Sessão: 08.02.1999

Processo nº: TC0278300/86

Sessão: 08.02.1999

**633.** A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é o fundamento normativo do procedimento licitatório; tanto a administração como os interessados se sujeitam aos seus efeitos e às regras contidas no ato convocatório, nos termos do art. 41, da referida Lei.

A regra contida no art. 78, XV, da Lei Federal nº 8.666/93, pela qual é assegurado ao contratado a suspensão do cumprimento de suas obrigações, quando de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos, encontra-se vinculada à fase posterior ao procedimento licitatório, mais especificamente, no âmbito da formalização do contrato. No caso presente, a proposta, nos termos em que se encontra estabelecida, ao declarar a aceitação de todos os termos do edital e da minuta do contrato, não contraria o ato convocatório e não autoriza a desclassi-

ficação da proponente. É facultativo ao contratante neste particular, quando o convocado não assinar o termo de contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, a teor do parágrafo 2º do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: TC0453200/85

Parecer nº: COG-717/98

Sessão: 08.02.1999

**634.** Os fundos se destinam à consecução de objetivos específicos da administração pública, e só podem ser extintos por lei.

Os municípios possuem competência para a criação de fundos que atendam objetivos e necessidades locais, bem como de extingui-los, ressalvados aqueles cuja criação decorre de exigência de leis superiores à competência municipal, ou exigidos por estes órgãos ou entidades que transfiram recursos ao município.

Os fundos requerem orçamentos próprios integrados à lei orçamentária municipal, execução e contabilização próprias.

Em decorrência de sua autonomia, o fundo não pode integrar o orçamento da administração direta como unidade orçamentária, nem ter sua execução orçamentária e contabilidade integradas efetuadas pelo poder executivo municipal.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Irani

Relator: Conselheiro Dib Cherem

Processo nº: TC0364600/81

Parecer nº: COG-695/98

Sessão: 08.02.1999

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**635.** Ao servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, é assegurada, para fins de aposentadoria e de disponibilidade, a averbação de tempo de serviço prestado na função de prefeito municipal em outro município, ainda que exercida antes do ingresso no serviço público.

Por disposição Constitucional expressa no parágrafo 2º do art. 202, a contagem recíproca de tempo para efeito de aposentadoria é baseada exclusivamente no tempo de contribuição. Desde que comprovada a contribuição, o tempo de serviço poderá ser averbado, prestado-se para a concessão de aposentadoria, observada a norma contida no *caput* do art. 38 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 05 de junho de 1998.

O aproveitamento do tempo de serviço decorrente do exercício do cargo de prefeito em outro município, para percepção de outras vantagens, tais como adicionais, licenças-prêmio, promoções, dentre outras, depende das previsões contidas na legislação municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Seara  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0366500/87 Parecer nº: COG-696/98  
Sessão: 08.02.1999

.....

**636.** São ilegais os repasses efetuados ou a serem efetuados pelo município, a grupos específicos de munícipes, para pagamento de parte da parcela devida pelos mesmos no projeto “Viva a Luz”, instituído e implantado pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Isso porque, dispêndios dessa natureza não objetivam à satisfação de necessidades coletivas, ou seja, não possuem caráter público. São portanto, des-

pesas que oneram os cofres públicos, sem se constituírem em gasto com a criação, manutenção ou implantação dos serviços públicos municipais.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Erê  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0219400/87 Parecer nº: COG-455/98  
Sessão: 08.02.1999

.....

**637.** O provimento de cargos efetivos requer prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, I e II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19.

Os cargos efetivos da Câmara podem ser criados por Resolução aprovada pelo Plenário, previstos no plano de cargos do Poder Legislativo e provê-los mediante concurso público, com remuneração fixada por lei

A função de motorista deve ser atribuída a cargo efetivo, sendo incompatível com cargo em comissão ou função gratificada. Não incluída no quadro de cargos efetivos da Câmara, a função de motorista poderá ser suprida pela contratação de empresa especializada para disponibilização de pessoal para essa função, mediante processo licitatório, desde que haja lei municipal específica autorizando tal contratação. Para o exercício da função de motorista, em qualquer caso, é obrigatória a comprovação da habilitação específica, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) e normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. É inadmissível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços que visem suprir pessoal para cargos e funções enquadrados nas atividades típicas da Administração Pública.<sup>145</sup>

<sup>145</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial do segundo parágrafo: “Os cargos efetivos devem ser criados por lei e estar previstos no quadro de cargos da Câmara, mediante lei municipal, incluir este cargo específico e provê-lo mediante concurso público.”



Origem: Câmara Municipal de Forquilha  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: TC0347500/82  
 Parecer nº: COG-602/98  
 Sessão: 17.02.1999

638. Os recursos transferidos da União para Estados, Municípios e Distrito Federal, como também os provenientes de faturamento de serviços produzidos pelas unidades assistenciais públicas, deverão ser identificados nos fundos estaduais e municipais de saúde como receita operacional proveniente da esfera Federal e utilizados na execução de ações de saúde previstas nos respectivos planos de saúde.

Os recursos financeiros do PAB poderão ser utilizados em todas as despesas de custeio e capital relacionadas entre as responsabilidades definidas para a gestão da atenção básica e coerentes com as diretrizes do plano municipal de saúde, que é a base das atividades e programações desse nível de direção do SUS, sendo vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações nele não previstas e de acordo com as seguintes orientações:

- todas as despesas de custeio da atenção básica podem ser realizadas com recursos do PAB, excluindo: pagamento de servidores inativos; pagamento de gratificação de função de cargos comissionados, exceto aqueles diretamente ligados às unidades de atenção básica; pagamento de assessoria/consultorias prestadas por servidor público, quando pertencente ao quadro permanente dos municípios; - transferência de recursos na forma de contribuições, auxílios ou subvenções a instituições privadas, inclusive às filantrópicas;

- todas as despesas de capital relacionadas à rede básica podem ser realizadas com recursos do PAB, excluindo: a aquisição e reforma de imóveis não destinados à prestação direta de serviços de saúde à população; a aquisição de equipamentos e matérias permanentes, incluindo veículos de qualquer natureza, não destinados à realização das ações de atenção básica;
- as despesas decorrentes de ações de saúde de média e alta complexidade e de assistência hospitalar não devem ser realizadas com recursos do PAB;
- as ações de saneamento, que venham ser executadas supletivamente pelo SUS, serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o parágrafo 3º, do art. 31, da Lei nº 8080/90;
- os recursos do PAB não devem subsistir às fontes de recursos próprios do documento do município.

Origem: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: TC0432500/80  
 Parecer nº: COG-709/98  
 Sessão: 17.02.1999

639. Ao servidor aposentado, celetista ou estatutário, é facultado o retorno ao serviço público, desde que submeta-se a concurso público de provas ou provas e títulos, em atendimento ao disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.

Os contratos de trabalho posteriores à concessão do benefício da aposentadoria, firmados com ofensa a disposições constitucionais (arts. 37, II), impõe



## Decisões em Consultas – Prejulgados

a decretação de nulidade e a imediata interrupção de prestação de serviços, inexistindo, nesses casos, o direito à percepção de verbas, vez que não se verifica rescisão contratual.

Os contratos, ajustes ou acordos dessa espécie são nulos de pleno direito e não produzem efeitos futuros, inexistindo o direito a qualquer tipo de verba indenizatória.

Origem: Prefeitura Municipal de Schroeder  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0433100/87  
Parecer nº: COG-679/98  
Sessão: 17.02.1999

.....

**640.** A certidão negativa deve ser expedida desde que se constate a inexistência de créditos tributários a serem exigidos do sujeito passivo, verificando-se;

- a) se o crédito tributário foi extinto pelo pagamento;
- b) se o crédito tributário foi extinto pela compensação, transação ou remissão;
- c) se o crédito tributário foi extinto pela conversão do depósito em renda;
- d) se o crédito tributário foi extinto diante de prazo prescricional;
- e) se o crédito tributário foi extinto em decorrência da extinção da obrigação tributária pela decadência;
- f) e se foi constatada a inexistência de crédito tributário levado contra o sujeito passivo.

A expedição da certidão negativa deve atender aos pressupostos constitucionais e legais, a saber:

- a) a certidão ser requerida pela parte interessada;
- b) ser a certidão para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- c) a identificação do requerente interessado;
- d) o domicílio fiscal do sujeito passivo;
- e) o ramo de negócio ou atividade;

- f) o período a que se refere o pedido de certidão;
- g) e o fim a que se destina, nos termos do art. 5º, XXXIV, “b”, da Constituição Federal, combinado com o art. 205 do Código Tributário Nacional.

O contribuinte tem o direito de ser atendido no seu pleito, quanto ao pedido de certidão, se cumprido os requisitos e pressupostos constitucionais e legais, desde que existente créditos não vencidos, ou créditos em curso de cobrança executiva na qual tiver efetivado penhora, ou de créditos cuja exigibilidade esteja suspensa, ressaltando-se, no entanto, que sua expedição se proceda na forma do art. 206, do Código Tributário Nacional.

Ao contribuinte inscrito em dívida ativa há mais de cinco anos, sem providência alguma para a cobrança, contados da data da sua constituição definitiva, não sendo a prescrição interrompida pelos diferentes meios previstos no art. 174, parágrafo único, I a IV, extinguem o crédito tributário, através da prescrição, nos moldes do inciso V, do art. 156, ambos do Código Tributário Nacional.

A certidão negativa deve ser expedida, constatada a inexigibilidade de créditos tributários a serem exigidos do sujeito passivo, se extintos diante de prazo prescricional, a teor do art. 156,V do Código Tributário Nacional.

Origem: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0367000/87 Parecer nº: COG-666/98  
Sessão: 22.02.1999

.....

**641.** Poderá um vereador, através de concurso público, assumir concomitantemente ao exercício do mandato e o cargo de provimento efetivo no âmbito municipal.

Investido no mandato, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo efetivo.

Origem: Câmara Municipal de Xaxim  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0346900/85 Parecer nº: COG-599/98  
Sessão: 24.02.1999

.....

**642.** Facultando a Lei Orgânica Municipal, ao vice-prefeito, a investidura em cargo comissionado, necessário se faz a opção entre o subsídio afeto ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, pois a Constituição Federal não permite a percepção cumulativa.

O cargo comissionado é de livre nomeação e exoneração e o limite à investidura em cargo desta natureza deve ser firmado em lei do âmbito da entidade provedora do cargo, em cumprimento ao que estabelece o inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público - art. 37, XIII, da Constituição Federal; não sendo permitido, destarte, o estabelecimento de isonomia entre assessor legislativo e assessor executivo.

Origem: Câmara Municipal de Piratuba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0278100/81  
Parecer nº: COG-764/98  
Sessão: 01.03.1999

**643.** O vice-prefeito investido em cargo comissionado, considerando o permissivo expresso na Lei Orgânica Municipal, deve optar entre o subsídio afeto ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, pois a Constituição Federal (art. 29, V combinado com o art. 38, I e II) não permite a percepção cumulativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Dona Emma  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0460000/87  
Parecer nº: COG-771/98  
Sessão: 01.03.1999

.....

**644.** O vice-prefeito investido em cargo comissionado, considerada a ausência de proibitivo expresso na Lei Orgânica Municipal, deve optar entre o subsídio afeto ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, pois a Constituição Federal (art. 29, V combinado com o art. 38, I e II) não permite a percepção cumulativa.

Origem: Câmara Municipal de Herval D'Oeste  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0427900/85  
Parecer nº: COG-770/98  
Sessão: 03.03.1999

.....

**645.** São irregulares as contribuições das pastas de saúde dos municípios ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS/SC, dado o caráter eminentemente particular das despesas. Tais contribuições devem ocorrer unicamente às expensas dos membros interessados, se esta for a sua vontade.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0335400/87 Parecer nº: COG-751/98  
Sessão: 03.03.1999

. . . . .

**646.** Diante da necessidade da participação de professores em eventos do projeto de educação tributária, poderá o Secretário de Estado da Fazenda conceder diárias diretamente a pessoal da Pasta Estadual da Educação e do Desporto, pelo deslocamento temporário da sede do seu trabalho, observando o princípio da legalidade da despesa.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC0459200/83 Parecer nº: COG-732/98  
Sessão: 08.03.1999

. . . . .

**647.** Ao vice-prefeito nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função é facultado o direito

de optar pela sua remuneração, conforme disposto no § 1º. do art. 25 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Legislação municipal (lei orgânica, de diretrizes orçamentárias ou lei ordinária) deve regular a forma de repasses mensais de suprimentos pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores.

Os valores a serem repassados à Câmara de Vereadores, a título de suprimentos, devem estar fixados em dotação no orçamento municipal e transferidos conforme o Cronograma Mensal de Desembolso, previsto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00, não sendo recomendável a transferência em percentual da receita efetivamente arrecadada por não se compatibilizar com os princípios orçamentários e de responsabilidade na gestão fiscal.

Verificando-se que a receita arrecadada apresenta-se muito aquém da estimada, não permitindo o repasse integral dos recursos previstos para o Poder Legislativo, e inexistindo regulamentação na lei de diretrizes orçamentárias ou legislação municipal, tor-

<sup>146</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Ao vice-prefeito nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função é facultado pelo parágrafo 1º. do art. 25 da Constituição do Estado de Santa Catarina o direito de optar pela sua remuneração. Legislação municipal (lei orgânica, lei de diretrizes orçamentárias ou lei ordinária) deve regular a forma de repasses mensais de suprimentos pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores. É recomendável que os valores a serem repassados à Câmara de Vereadores, a título de suprimentos, sejam calculados com base na receita efetivamente arrecadada, ou na receita líquida disponível, a exemplo do estabelecido pelo Estado aos seus órgãos e poderes com autonomia financeira e orçamentária, conforme legislação própria. Na ausência de legislação reguladora, pode ser estabelecido, entre os Poderes Executivo e Legislativo, um cronograma financeiro de desembolso a ser utilizado como base para a efetivação dos repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores. Inexistindo legislação reguladora e não sendo estabelecido um cronograma financeiro de desembolso, os repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores devem ser calculados com base em 1/12 (um doze avos) das dotações atribuídas à Câmara na lei orçamentária do município. Verificando-se que a receita arrecadada apresenta-se aquém da estimada e inexistindo regulamentação na lei de diretrizes orçamentárias ou legislação municipal pertinente, torna-se necessária a adoção de providências para garantir a manutenção do equilíbrio da execução orçamentária, de modo a evitar déficit no âmbito do Poder Executivo; essas providências dar-se-ão mediante o ajuste do quadro de cotas trimestrais de despesa de cada unidade orçamentária (Lei 4.320/64, arts. 47 e 48) e, no âmbito do poder legislativo, através do ajuste dos valores dos repasses mensais sob a forma de suprimentos, observada sempre a relação entre o montante das dotações atribuídas à Câmara, o total do orçamento municipal e a receita efetivamente arrecadada.”

na-se necessária a adoção de providências para garantir a manutenção do equilíbrio da execução orçamentária, de modo a evitar déficit nas contas municipais, podendo ser adotadas as medidas previstas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (limitação de empenho)<sup>146</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Palmeira  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0348500/89  
Parecer nº: COG-029/99  
Sessão: 10.03.1999

.....

**648.** À Secretaria de Estado da Educação e Desporto, fazendo uso do Programa Dinheiro na Escola, instituído pelo art. 8º da Medida Provisória nº 1.178/98, é facultado o repasse de dinheiro oriundo do programa nacional de alimentação escolar, a título de delegação de encargos e recursos, para as unidades escolares procederem à compra de gêneros alimentícios destinando-os à merenda de seus alunos na região em que se situam.

A aquisição dos alimentos pelas unidades escolares se efetivará por licitação na modalidade convite, considerado os valores anualmente gastos, em média, com a observância da Lei Federal nº 8.666/93.

Precedendo à licitação, dada a urgência que decorre da proximidade do início do ano letivo, as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis podem se dar por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XII, da Lei em referência.

As prestações de contas dos recursos financeiros repassados deverá ser feita à Secretaria de Estado da Educação e Desporto, unidade repassadora, que remeterá informes sobre as mesmas ao Tribu-

nal de Contas do Estado, por transmissão de dados ou por meio magnético, e apresentará a esta Corte, se requisitadas, as prestações de contas não escorreitas e as não examinadas em inspeção *in loco*, em obediência aos arts. 43 e seguintes da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0322403/92  
Parecer nº: COG-014/99  
Sessão: 15.03.1999

.....

**649.** Legislação municipal (lei orgânica, de diretrizes orçamentárias ou lei ordinária) deve regular a forma de repasses mensais de suprimentos pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores.

Os valores a serem repassados à Câmara de Vereadores, a título de suprimentos, devem estar fixados em dotação no orçamento municipal e transferidos conforme o Cronograma Mensal de Desembolso previsto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00, não sendo recomendável a transferência em percentual da receita efetivamente arrecadada por não se compatibilizar com os princípios orçamentários e de responsabilidade na gestão fiscal.

Verificando-se que a receita arrecadada apresenta-se muito aquém da estimada, não permitindo o repasse integral dos recursos previstos para o Poder Legislativo, e inexistindo regulamentação na lei de diretrizes orçamentárias ou legislação municipal, torna-se necessária a adoção de providências para garantir a manutenção do equilíbrio da execução orçamentária, de modo a evitar déficit nas contas municipais, podendo ser adotadas as medidas pre-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

vistas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (limitação de empenho).<sup>147</sup>

Origem: Câmara Municipal de Presidente Getúlio  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0460100/84 Parecer nº: COG-043/99  
Sessão: 22.03.1999

. . . . .

**650.** Não são auto-aplicáveis as normas do art. 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal, na redação que lhes deram os arts. 3º e 5º, respectivamente, da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, dependendo da lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, que estabeleça a fixação do subsídio mensal, em espécie, de Ministro do Supremo Tribunal Federal - que servirá de teto -, nos termos do art. 48, XV, da Constituição, da redação do art. 7º da referida Emenda Constitucional nº 19/98.

Entende-se como em pleno vigor a norma contida no inciso V do art.111 da Constituição do Estado de Santa Catarina, pela qual a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores será fixada até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente.

Considera-se que a modificação da sistemática remuneratória dos agentes políticos municipais só será possível a contar da vigência da lei prevista no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº19/98, tendo em vista que as vinculações decorrentes dependerão de prévia fixação do subsídio considerado teto salarial, bem como de alteração do disposto no art. 111, inciso V, da Constituição do Estado.

Até que seja promulgada lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, nos termos do inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, na redação dada pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº19/98, e alterado o dispositivo supramencionado da Constituição Estadual,

<sup>147</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Legislação municipal (lei orgânica, de diretrizes orçamentárias ou lei ordinária) deve regular a forma de repasses mensais de suprimentos, pelo poder Executivo à Câmara de Vereadores. É recomendável que os valores a serem repassados à Câmara de Vereadores, a título de suprimentos, sejam calculados com base na receita efetivamente arrecadada ou na receita líquida disponível a exemplo do estabelecido pelo Estado, aos seus órgãos e poderes com autonomia financeira e orçamentária, conforme legislação própria. Na ausência de legislação reguladora, pode ser estabelecido, entre os poderes executivo e legislativo, um cronograma financeiro de desembolso a ser utilizado como base para a efetivação dos repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores. Inexistindo legislação reguladora e não sendo estabelecido um cronograma financeiro de desembolso, os repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores devem ser calculados com base em 1/12 (um doze avos) das dotações atribuídas à Câmara na lei orçamentária do município. Verificando-se que a receita arrecadada apresenta-se aquém da estimada e inexistindo regulamentação na lei de diretrizes orçamentárias ou legislação municipal conforme item 2.1 anterior, torna-se necessária a adoção de providências para garantir a manutenção do equilíbrio da execução orçamentária, de modo a evitar déficit no âmbito do Poder Executivo, estas providências dar-se-ão mediante o ajuste do quadro de cotas trimestrais de despesa de cada unidade orçamentária (Lei nº 4.320/64, arts. 47 e 48) e, no âmbito do Poder Legislativo, através do ajuste dos valores dos repasses mensais sob a forma de suprimentos, observada sempre a relação entre o montante das dotações atribuídas à Câmara, o total do orçamento municipal e a receita efetivamente arrecadada. O montante dos repasses mensais de suprimentos à Câmara de Vereadores deve ser suficiente para atender as suas despesas, não devendo ser menor do que suas reais necessidades de manutenção e funcionamento.”*

este Tribunal de Contas ao exercer a competência que lhe é atribuída pela Constituição do Estado de Santa Catarina, terá como em vigor as resoluções e decretos legislativos que fixaram, na legislatura anterior, a remuneração dos atuais vereadores, prefeitos e vice-prefeitos municipais.

As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes do cargo efetivo.

O vice-prefeito, investido na condição de secretário municipal, deverá optar entre o subsídio afeito ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo.

Ao servidor público não é possível, quando se aposenta, continuar exercendo normalmente suas funções, vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. É permitido ao servidor inativo retornar ao exercício da função pública, acumulando proventos e vencimentos, desde que as funções exercidas sejam acumuláveis também na atividade.

Poderá o aposentado que for aprovado em concurso público para ocupar cargo efetivo, optar pelos vencimentos deste cargo, solicitando, contudo, a renúncia de sua aposentadoria.

É permitido ao servidor público inativo, sem vínculo de acumulação indevida, exercer cargo de provimento em comissão.

Origem: Prefeitura Municipal de Corupá  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0471300/80  
Parecer nº: COG-120/99  
Sessão: 03.04.1999

.....

**651.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, só podem ocorrer quando previamente autorizados por lei, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

A transferência do pagamento dos inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Vereadores de Laguna, para o Poder Executivo Municipal, poderá ser efetivada, desde que previamente autorizada por lei especial, observada a norma constitucional e os ditames da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Origem: Câmara Municipal de Laguna  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: TC0464808/97  
Parecer nº: COG-054/99  
Sessão: 05.04.1999

.....

**652.** Na ausência de proibitivo expresso na Lei Orgânica Municipal, nada obsta que o vice-prefeito seja nomeado secretário da municipalidade.

Deverá o vice-prefeito, na hipótese de ser nomeado secretário municipal, optar entre o subsídio afeito ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, posto que a Constituição Federal não permite a percepção cumulativa.

Mediante autorização legislativa, poderá o município efetuar a compensação de créditos entre contribuintes devedores/credores da fazenda pública, devendo, os procedimentos contábeis seguirem à Lei Federal nº 4.320/64.

Na hipótese de permanência de débito por parte da municipalidade, a programação de desembolso deve ser seguida, dentro da estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0457400/85  
Parecer nº: COG-061/99  
Sessão: 05.04.1999



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**653.** A percepção acumulada de proventos e vencimentos só é admitida quando a acumulação tem respaldo no art. 37, incisos XVI, da Constituição Federal, devendo ainda ser lícita caso o servidor se encontrasse em atividade.

O subsídio de vereador só poderá ser pago cumulativamente com a remuneração de cargo, emprego ou função, se houver compatibilidade de horário. A percepção cumulativa de subsídio de vereador e proventos de aposentadoria não encontra impedimento legal.

O provento de aposentadoria, subsídio de agente político e o vencimento pelo exercício de cargo público, recebidos aglutinadamente, devem observar o teto remuneratório instituído pelo inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Ao vice-prefeito nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função é vedada a percepção cumulativa da remuneração do mandado mais o vencimento ou salário inerente ao cargo, emprego ou função pública, consoante precedente do STF - RE-140.269-5.

A Constituição Federal não permite no art. 37, incisos XVI e XVII, a acumulação remunerada de cargo de provimento efetivo com a de cargo de provimento em comissão.

Origem: Prefeitura Municipal de Iomerê  
Relator: Dib Cherem  
Processo nº: TC0428000/86  
Parecer nº: COG-013/99  
Sessão: 05.04.1999

.....

**654.** A indenização paga como incentivo à exoneração de servidores públicos estaduais, com fundamento na Lei estadual nº 8473/91, se trata de mero estímulo, uma mola a impulsionar o desligamento do vínculo que o servidor mantém com a administração. O fato

de ser nela computados adicionais e vantagens pecuniárias, à época integrantes da remuneração do servidor, não impede nova concessão do mesmo adicional ou vantagens em razão de outra nomeação para o serviço público, se estas tem amparo legal.

Os adicionais trienais e as agregações, de direito do servidor, devem ser concedidos à luz da legislação vigente e eficaz à época da nova investidura, sendo alteradas conforme as mudanças legais que vierem a ocorrer durante a sua nova vida funcional. Caso haja decaído o direito à agregação, esta não poderá ser concedida e o triênio será pago, se já vigente a Lei Complementar nº 31/91, na base de 3%.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0392508/90  
Parecer nº: COG-069/99  
Sessão: 12.04.1999

.....

**655.** Em vista do disposto no artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, não pode o Estado brasileiro, concorrer com dinheiro ou qualquer outro auxílio de bens materiais públicos para o desempenho de cultos ou igrejas, salvo a exceção constitucional expressa no mesmo inciso.

A proibição do citado dispositivo impede qualquer aliança entre igrejas e Estado e o estabelecimento de qualquer vínculo entre eles, seja o Estado na sua acepção total (a União), seja na sua significação regional (os Estados-Membros), seja no seu sentido local (municípios e Distrito Federal).

Origem: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0511206/90 Parecer nº: COG-126/99  
Sessão: 19.04.1999



**656.** A contratação de empresas privadas, através de parceria e por tempo determinado, para construção de obras e instalações em troca de área a ser explorada com publicidade, é possível nos termos do parágrafo 3º. do art. 7º., da Lei Federal nº 8.666/93, desde que observados os requisitos previstos no art. 7º., *caput* da Lei estadual nº 5.704, de 28 de maio de 1980, que exige: justificativa, decreto autorizativo e concorrência pública.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC0605903/94  
Parecer nº: COG-148/99  
Sessão: 19.04.1999

.....

**657.** O vice-prefeito investido em cargo comissionado deve optar entre o subsídio do mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo comissionado, pois a Constituição Federal não permite a percepção acumulativa.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC0461000/83  
Parecer nº: COG-102/99  
Sessão: 19.04.1999

.....

**658.** O servidor aposentado que prestou concurso público e foi efetivado no cargo sob o regimento da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, na prefeitura de Porto União, optando por permanecer no regime então vigente e não o implantado, estatutário, será mantido em quadro suplementar, até a extinção deste, com os direitos e vantagens legalmente previstos.

Encontra-se em situação jurídica regular o servidor que era aposentado pelo regime da consolidação das lei do trabalho - CLT quando foi contratado pela prefeitura de Porto União e que em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, foi efetivado de acordo com o art.19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias desde que tenha preenchido os requisitos constitucionais à época exigidos.

O servidor concursado de Porto União, quando da transposição de regime em 1994, tendo optado em permanecer no regime celetista e, após a opção, se aposentado pelo INSS, estabeleceu com a aposentadoria a ruptura do vínculo laboral com a administração pública, sendo daí em diante o contrato nulo de pleno direito, não produzindo efeitos futuros, inexistindo direito a qualquer verba rescisória.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC0251000/92  
Parecer nº: COG-106/99  
Sessão: 28.04.1999

.....

**659.** O servidor será aposentado compulsoriamente, ou seja, obrigatoriamente, aos setenta anos de idade. A Constituição Federal não dá ao servidor público direito subjetivo, pretensão e ação para ser aposentado. A fixação da aposentadoria compulsória do servidor público ao setenta anos de idade, deriva de regra jurídica cogente, sem, portanto, qualquer possibilidade, perante a Constituição, de diferente determinação negocial ou legal.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0568807/90 Parecer nº: COG-118/99  
Sessão: 28.04.1999

**660.** Não são auto-aplicáveis as normas do art.37, XI, e 39, parágrafo 4º., da Constituição Federal, na redação que lhes deram os art .3º. e 5º., respectivamente, da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, dependendo de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal que estabelece a fixação do subsídio mensal, em espécie, de Ministro do Supremo Tribunal Federal - que servirá de teto -, nos termos do art.48, XV, da Constituição Federal, na redação do art. 7º. da referida Emenda Constitucional nº19/98.

Entende-se como em pleno vigor na norma contida no inciso V do art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina, pela qual a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores será fixada até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente.

Considera-se que a modificação da sistemática remuneratória dos agentes políticos municipais só será possível a contar da vigência da lei prevista no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº19/98, tendo em vista que as vinculações decorrentes dependerão de prévia fixação do subsídio considerado teto salarial, bem como de alteração do disposto no art.111, inciso V, da Constituição do Estado.

Até que seja promulgada lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, nos termos do inciso XV do art.48 da Constituição Federal, na redação dada pelo art.7º da Emenda Constitucional nº19/98, e seja alterado o disposto supramencionado da Constituição Estadual, este Tribunal de Contas ao exercer a competência que lhe é atribuída pela Constituição do Estado de Santa Catarina terá como em vigor as resoluções e decretos legislativos que fixaram, na legislatura anterior, a remuneração dos atuais vereadores, prefeitos e vice-prefeitos municipais.

Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, nos termos da Constituição Federal, art.22, inciso XXIII; 6.3.2 - a Lei Federal nº 8.212/91, art.12, inciso I, letra “h”, com a redação da Lei Federal nº9.506/97, equiparou para os efeitos da seguridade social, como empregado, o exercente de mandato eletivo Federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

A legislação em vigor, portanto, exige contribuição para com a seguridade social sobre a remuneração do agente político não vinculado a regime próprio de previdência social.

Somente por decisão judicial ou por alteração da legislação atualmente vigente poderão ser isentos os agentes políticos da contribuição para com a seguridade social, devida por força de norma legal.

Origem: Câmara Municipal de Campo Belo do Sul

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC0347900/81

Parecer nº: COG-020/99

Sessão: 28.04.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0367900/82

Sessão: 30.11.1998

Parecer nº: COG-621/98

.....

**661.** Na transmissão inter vivos do domínio de bens imóveis urbanos ou rurais, conforme art.1., II, do Decreto Federal nº 93.240/86, é obrigatória a apresentação, pelo adquirente, do comprovante de pagamento de imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI), de competência municipal, consoante art.156, II, da Constituição Federal, sem o que os tabeliães ficam impedidos de lavrar os atos notariais relativos a registro das respectivas escrituras de transmissão.

Na transmissão inter vivos do domínio de bens imóveis urbanos, conforme determina o art.1º,III, “a”, combinado com parágrafo 2º, do Decreto Federal nº 93.240/86, é facultado ao adquirente comprovar, por certidão, a inexistência de débitos tributários municipais pendentes sobre os respectivos imóveis ou dispensar tal comprovação. Dispensada a comprovação, os tabeliães deverão registrar este fato na escritura de transmissão, assumindo, o adquirente, a responsabilidade pelos débitos porventura existentes sobre os respectivos imóveis.

Para a lavratura dos demais atos notariais relativos a imóveis, que não impliquem transmissão de domínio, não podem ser exigidas certidões negativas de débitos municipais, conforme art.1º, parágrafo 2º, do Decreto Federal nº 93.240/86.

É vedado ao município legislar sobre matéria de registros públicos ou que atribua exigências aos tabeliães, pois a matéria é de competência privativa da União, consoante art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal.

É vedado ao município recusar o recebimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis inter vivos, mesmo quando sobre eles pender débitos relativos a outros tributos municipais.

Compete ao município promover as medidas legais destinadas à cobrança dos créditos tributários relativos a imóveis urbanos localizados em seu território.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapoá  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0427500/86  
Parecer nº: COG-748/98  
Sessão: 28.04.1999

.....

**662.** O período que o servidor em estágio probatório permanecer no exercício de cargo de pro-

vimento em comissão não é considerado para o cômputo do lapso temporal estipulado no art. 41, *caput*, da Constituição Federal, interrompendo a contagem do prazo de estágio probatório. A avaliação prática procedida no estágio probatório só pode ser efetivada quando o servidor se encontra no efetivo exercício do cargo para o qual deu mostra de capacidade intelectual, por aprovação em concurso público.

A promoção de servidor, transportando seu cargo para outra classe e elevando sua remuneração, fulcrada na antigüidade, é meritória apenas quando completado o interstício de cinco anos no efetivo exercício de cargo. Assim, o tempo de serviço público progresso exercido em cargo distinto não se presta para os fins da Lei Complementar nº 011/92, vigente no Município de Pinheiro Preto.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0456400/89  
Parecer nº: COG-083/99  
Sessão: 28.04.1999

.....

**663.** A designação de nova função a servidor público respeitará as atribuições acometidas ao cargo ocupado pelo servidor, para não implicar em desvio de função. A investidura em cargo de provimento efetivo será procedida de aprovação em concurso público. As investiduras procedidas de outra forma afastam-se do contrato inscrito no art. 37, II, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Rio Fortuna  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0458800/80  
Parecer nº: COG-097/99  
Sessão: 03.05.1999

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**664.** É ilegítima e ilegal a concessão de reajuste salarial à servidora do quadro funcional do Poder Executivo do município, não havendo lei municipal que o autorize.

Origem: Câmara Municipal de Rio Fortuna  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: TC0459000/89  
Parecer nº: COG-114/98  
Sessão: 05.05.1999

.....

**665.** Na averbação de tempo de serviço prestado por servidor público, para fins de aposentadoria, deverá ele apresentar certidão desse exercício expedida pelo órgão próprio competente, ou produzir tal prova em Juízo, através de ação declaratória.

Origem: Prefeitura Municipal de Xavantina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC1441200/97  
Parecer nº: COG-142/99  
Sessão: 10.05.1999

.....

**666.** A administração pública deverá aplicar corretamente os recursos destinados ao FUNDEF, sujeitando-se aos mecanismos de controle, consoante o estabelecido pelo art.5º. e pelo art.11 da Lei Federal nº 9.424/96.

O não cumprimento pleno do disposto no art. 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.424/96 sujeita o município a intervenção do respectivo Estado, nos termos do artigo 35, inciso III, da Constituição Federal.

Se aplicados corretamente os recursos do FUNDEF e, em havendo saldo remanescente, estes serão transferidos para o exercício seguinte e deverão ser destinados para a mesma finalidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC0471400/88  
Parecer nº: COG-108/99  
Sessão: 10.05.1999

.....

**667.** Os servidores aprovados em concurso público para o provimento de cargos efetivos somente estão legalmente habilitados ao desempenho das atribuições inerentes aos cargos efetivos para os quais se qualificaram através do concurso público.

Os recursos repassados pelo FUNDEF ao município são de natureza vinculada, devendo ser aplicados exclusivamente em despesas referentes ao ensino fundamental, sendo vedada qualquer outra destinação que não seja a remuneração e o desenvolvimento de ensino fundamental e de valorização do magistério, conforme estabelece a Lei Federal nº 9.424/96.

Pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF serão destinados para a remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental. No caso de sobras de recursos dessa parcela de 60%, poderão as mesmas ser aplicadas na capacidade de professores leigos, nos termos do art.7º, parágrafo único, e do art.9º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 9.424/96.

Origem: Prefeitura Municipal de Mirim Doce  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC0471000/89  
Parecer nº: COG-140/99  
Sessão: 10.05.1999

.....

**668.** O contrato de execução de obra celebrado entre o município e o particular encontra-se em vigor, considerando que ocorreu a interrupção da execução do contrato por ordem e no interesse da ad-

ministração, ficando suspensas as obrigações assumidas e aberta a possibilidade de retomada do curso normal do contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que mantidas as demais cláusulas do contrato.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0732000/93  
Parecer nº: COG-161/99  
Sessão: 17.05.1999

669. O dirigente autárquico e um servidor público ocupante de cargo comissionado não codificado, no âmbito da administração indireta, por essa condição, deve observância à Lei estadual nº 8.675/92 e ao decreto estadual nº 3.348/93, que impedem a concessão de remuneração a servidor estadual da administração direta ou indireta, por integrar órgão colegiado da administração direta ou indireta, nas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas.

Origem: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0449600/87  
Parecer nº: COG-009/99  
Sessão: 17.05.1999

670. É legítima a abertura de créditos suplementares através de decreto do executivo, desde que a lei orçamentária contenha autorização para tal.

A anulação de doações orçamentárias com o objetivo de suplementar outras insuficientemente dotadas, deve ser sempre precedida de autorização legislativa específica.

Origem: Prefeitura Municipal de Urussanga  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0449500/80  
Parecer nº: COG-147/99  
Sessão: 17.05.1999

671. O pagamento de adicional por tempo de serviço não se confunde com a progressão do servidor no cargo e a conseqüente melhoria no vencimento que decorre da elevação do padrão. A utilização do mesmo parâmetro, tempo de serviço, não implica na repetição do mesmo benefício concedido por lei.

É correto o lançamento em separado, na folha de pagamento de servidor, da parcela correspondente ao adicional trienal.

A progressão e a promoção configuram a ascensão do servidor a um padrão e a uma classe superiores no cargo, conferindo-lhe um novo vencimento com valor majorado, não há porque apartar o montante correspondente ao aumento no vencimento se este lhe é integrado.

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0434300/88  
Parecer nº: COG-184/99  
Sessão: 19.05.1999

672. A Administração Pública, quer estadual, quer municipal, por força do mandamento da Constituição Federal expresso no art. 202, parágrafo 2º, somente procederá a averbação e a contagem recíproca do tempo de serviço prestado em atividade rural para fins de aposentadoria de seus servidores, quando comprovados os recolhimentos das contribuições previdenciárias

em época própria, ou seja, contemporâneos ao período alegado. Os comprovantes de contribuição devem ser contemporâneos ao fato gerador e só produzem efeitos para o titular da respectiva contribuição, conforme dispõe a ordem de serviço nº 581/97, da Diretoria de Seguro Social do INSS, publicada no DOU de 12 de setembro de 1997, que trata especificamente da contagem de tempo de serviço rural para fins de averbação e certidão de tempo e serviço. Diante da ausência de comprovantes de contribuição, condição sem a qual resta vedada a contagem recíproca prevista no parágrafo 2º do art. 202 da Constituição Federal, não é cabível a averbação do tempo de serviço referente à atividade rural para efeitos de aposentadoria.

O município terá, obrigatoriamente, que recepcionar, para efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço na forma certificada pelo INSS, ainda que convertido para mais quando decorrente de atividades prestadoras em condições especiais.<sup>148</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Rio das Antas (REEXAME)  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC0138006/70  
Parecer nº: COG-658/97  
Sessão: 19.05.1999

**673.** Compete aos responsáveis procederem regulares vistorias preventivas nas instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, visando prevenir problemas e defeitos quando da sua efetiva utilização.

Despesa com reparos e aquisições de materiais deve ser realizada através dos instrumentos normais de compras e contratações de serviços, ou seja, através de processo licitatório, admitindo-se, excepcionalmente, aquisições através de pronto pagamento, obrigatoriamente mediante utilização do regime de atendimento, observando-se as disposições do art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64, arts. 29 a 35 da Resolução nº TC-16/94 do Tribunal de Contas e Decreto Estadual nº 37/99.

As despesas de pequeno vulto, admitidas sob o regime de adiantamento, não podem ultrapassar o percentual de 0,15% (quinze centésimo por cento) do limite para dispensa de licitação (art. 24, II, “a” da Lei Federal nº 8.666/93, com redação da Lei Federal nº 9.648/98), nos termos do art. 10 do decreto estadual nº 037, de 05 de fevereiro de 1999, atualmente correspondendo a R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: TC2974400/98 Parecer nº: COG-219/99  
Sessão: 19.05.1999

<sup>148</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Modificar o item 1, “b”, da decisão, para que passa a ter a seguinte redação: a Administração Pública, quer estadual, quer municipal, por força do mandamento da Constituição Federal expresso no art. 202, parágrafo 2º, somente procederá a averbação e a contagem recíproca do tempo de serviço prestado em atividade rural para fins de aposentadoria de seus servidores, quando comprovados os recolhimentos das contribuições previdenciárias em época própria, ou seja, contemporâneos ao período alegado. Os comprovantes de contribuição devem ser contemporâneos ao fato gerador e só produzem efeitos para o titular da respectiva contribuição, conforme dispõe a ordem de serviço nº 581/97, da Diretoria de Seguro Social do INSS, publicada no DOU de 12 de setembro de 1997, que trata especificamente da contagem de tempo de serviço rural para fins de averbação e certidão de tempo e serviço. Diante da ausência de comprovantes de contribuição, condição sem a qual resta vedada a contagem recíproca prevista no parágrafo 2º do art. 202 da Constituição Federal, não é cabível a averbação do tempo de serviço referente à atividade rural para efeitos de aposentadoria. Manter o item 1, “a”, da decisão inicial, abaixo transcrito: “o município terá, obrigatoriamente, que recepcionar, para efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço na forma certificada pelo INSS, ainda que convertido para mais quando decorrente de atividades prestadoras em condições especiais”.



**674.** O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, nos termos dos artigos 62 e 63 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964. A verificação tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, tendo por base o documento comprobatório na forma de contrato, ajuste ou acordo celebrado com a administração pública municipal, a teor do disposto nos parágrafos, 1º e 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0511401/95  
Parecer nº: COG-057/99  
Sessão: 24.05.1999

**675.** Em se tratando da administração centralizada, cargos com atribuições iguais ou assemelhadas, terão o mesmo vencimento, ressalvando-se as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Origem: Câmara Municipal de Rio Fortuna  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0459100/86  
Parecer nº: COG-115/99  
Sessão: 24.05.1999

**676.** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II, Consti-

tuição Federal), podendo o município contratar por prazo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que deve se pautar na temporariedade que está intrinsecamente ligada à questão da necessidade, que justifique o interesse público da contratação, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

É vedado ao município proceder a recontração por tempo determinado dos mesmos servidores após o término do prazo de contratação estabelecido em lei municipal, ou exceder o prazo de 2 (dois) anos, aceitáveis para a contratação temporária, ainda que mediante autorização de outra lei municipal.

É vedado ao município computar as despesas inscritas em restos a pagar, parte ou total dos investimentos aplicados na edificação de uma sala de aula, nos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino (25% no mínimo da receita resultante de impostos), por já terem sido consideradas essas despesas quando do seu empenhamento, no exercício financeiro em que foram realizadas como despesas orçamentárias.

Origem: Prefeitura Municipal de Barra Bonita  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0069000/97  
Parecer nº: COG-124/99  
Sessão: 26.05.1999

**677.** Os contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do art. 65, inciso II, letra "d", poderão ser alterados, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. A alegação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato com base no reajustamento salarial dos trabalhadores, ocorrido durante a vigência do instrumento contratual, poderá ser aceita, com as devidas justificativas e devidamente comprovada, desde que a revisão pleiteada somente aconteça após decorrido um ano da última ocorrência verificada (a assinatura, a repactuação, a revisão ou o reajuste do contrato), contado na forma da legislação pertinente.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0731800/92  
Parecer nº: COG-167/99  
Sessão: 26.05.1999

.....

**678.** A atualização do preço inicial do objeto do contrato só poderá se efetivar quando prevista no edital, e, conseqüentemente, no instrumento contratual.

O reajuste somente poderá ser aplicado após doze meses contados da data da apresentação da proposta.

A escolha do índice de reajuste é de competência da administração municipal, observado como limite superior à variação geral dos preços do mercado, no período, de acordo com o art. 23 da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 9.648/98.

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0731907/99 Parecer nº: COG-164/99  
Sessão: 26.05.1999

**679.** É defeso à Câmara de Vereadores realizar despesa pública fora da finalidade de suas funções de legislar, fiscalizar, assessorar o Poder Executivo e administrar os seus próprios serviços.

A concessão de recursos financeiros a título de auxílio, contribuições e subvenções a conselhos municipais e entidades beneficentes não se enquadra entre as atribuições deferidas ao Poder Legislativo.

É facultado à Câmara Municipal veicular mensagens em jornal, rádio e televisão, de interesse histórico, comemorativo ou comunitário, atendidos os pressupostos constantes do inciso XXI e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal.

As normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, especialmente o art. 2º e o art. 81 e demais disposições da Lei Orgânica do Município de Blumenau.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0227207/77  
Parecer nº: COG-512/97  
Sessão: 26.05.1999

.....

**680.** A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde,

de forma complementar. Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no *caput* do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subseqüentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0733103/95  
Parecer nº: COG-169/99  
Sessão: 31.05.1999

.....

**681.** Seguindo o rito do processo legislativo previsto na lei orgânica municipal, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, aprovado pela Câmara de Vereadores com emendas, sancionado com vetos pelo prefeito municipal, sendo estes derrubados pelo poder legislativo, deve ser promulgado pelo chefe do executivo, no prazo de 48 horas. O prefeito não o promulgando, deverá fazê-lo o presidente do

legislativo municipal e, se não o fizer em igual prazo, caberá ao vice-presidente fazê-lo, obrigatoriamente.

A lei de diretrizes orçamentárias aprovada pela Câmara de Vereadores, com ou sem vetos, deverá ser sancionada e publicada, para ter eficácia.

A lei de diretrizes orçamentárias, que conterá as metas e prioridades da administração pública, deve orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária, conforme prescreve o art.165, § 2º, da Constituição Federal.

O projeto de lei do orçamento municipal tem que ser apreciado pela Câmara de vereadores, mesmo que não seja promulgada e publicada a lei de diretrizes orçamentárias, que deve orientar a elaboração da lei orçamentária anual.

Origem: Câmara Municipal de Pinhalzinho  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC0457700/87  
Parecer nº: COG-099/98  
Sessão: 31.05.1999

.....

**682.** A contratação de pessoal por tempo determinado, pelo município de Três Barras, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, para exercer funções que não sejam permanentes, com o caráter de eventualidade ou temporariedade, e para atender a um interesse público qualificado como excepcional, de situação que não possa ser atendida de outra forma, depende da edição de lei municipal.

A lei municipal autorizativa deverá estabelecer as condições do contrato, prazos máximos de contratação, proibição ou possibilidade de prorrogação de contrato e a nova contratação da mesma pessoa, além da responsabilidade a que está sujeita a autoridade administrativa por contratações consideradas irregulares.

Decisões em Consultas – Prejulgados

Os contratos por prazo determinado terão prazo máximo de dois anos, podendo ser prorrogados uma vez, desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse a dois anos, e somente após 6 (seis) meses do término do primeiro contrato, e que outro poderá ser firmado com as mesmas partes.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0456300/81  
Parecer nº: COG-082/99  
Sessão: 31.05.1999

.....

**683.** A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nos termos do § 5º, inciso I, do art. 165, da Constituição Federal, e do art. 26, da Lei Federal nº 4.320/64.

A transferência de recursos para a empresa da qual a prefeitura municipal tem participação societária, se efetuar, deverá ser classificada como despesa de transferência de capital, nos moldes previstos pelo § 1º, do art. 108, da Lei Federal nº 4.320/64, elemento 4.2.6.0., sendo vedado repassar recursos não consignados na lei orçamentária à entidade municipal, sem prévia autorização legislativa específica, conforme estabelece o inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

O aumento de capital da empresa Águas de Pratas Mineração Ltda pode ser efetuado, mediante autorização específica, uma vez que a transferência de recursos é destinada para a Constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, nos termos do art. 12, § 5º, inciso III, da Constituição, ou

aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, nos termos do art. 12, § 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0434100/83  
Parecer nº: COG-063/99  
Sessão: 31.05.1999

.....

**684.** Independentemente do repasse de recursos financeiros por parte do Governo do Estado, o município é responsável pelo pagamento relativo à aquisição de um veículo, visto que o contrato de compra e venda foi celebrado entre a prefeitura e o fornecedor.

A realização da despesa deverá obedecer ao princípio da legalidade e às normas de direito financeiro.

Origem: Prefeitura Municipal de Imituba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC3827109/91  
Parecer nº: COG-155/99  
Sessão: 31.05.1999

.....

**685.** Mediante autorização legislativa, poderá o município efetuar a compensação de créditos tributários entre contribuintes e devedores/credores da fazenda pública municipal, devendo os procedimentos contábeis seguirem a Lei Federal nº 4.320/64.

A lei que autorizar a compensação de créditos tributários deverá fixar as condições, garantias e outras exigências que devem ser feitas pela autoridade administrativa para concordar com a compensação.

Origem: Câmara Municipal de Lontras  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC5340100/91  
Parecer nº: COG-207/99  
Sessão: 31.05.1999

686. Ante a Lei complementar nº 81/93, está habilitado para o cargo de técnico em atividades de saúde e exercício da função de técnico em radiologia, aquele que apresentar o certificado de conclusão de curso técnico em radiologia e inscrição profissional no respectivo conselho regional.

A única hipótese de dispensa da exigência de conclusão do curso técnico é aquela prevista no art. 11 da Lei Federal nº 7.394/85, que conferiu a titularidade de técnico em radiologia aos que à época da sua edição eram operadores de raios X, ou auxiliares de radiologia que trabalhavam com câmara clara e escura.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC5548602/95  
Parecer nº: COG-241/99  
Sessão: 31.05.1999

687. São irregulares as despesas de autarquia municipal com passagens aéreas e diárias destinadas ao Presidente do Conselho de Autoridade Portuária, servidor do Ministério dos Transportes, por absoluta ausência de previsão legal.

Origem: Administradora Hidroviária Docas Catarinense - ADHOC  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: 05117/01-91 Parecer nº: COG-153/99  
Sessão: 31.05.99

688. O servidor ocupante de cargo em comissão, exclusivamente, da administração direta, autárquica ou fundacional do Município, que tenha cumprido os requisitos para a obtenção de aposentadoria até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, requerendo aposentadoria, poderá ser aposentado com base nos critérios estabelecidos na Constituição e na legislação municipal, então vigentes, nos termos estabelecidos no art. 3º, *caput*, §§ 2º e 3º, da E.C. 20/98.

O maior tempo de contribuição previdenciária, se para o Instituto Nacional de Previdência Social, ou Fundo de Previdência Municipal, não é determinante para a vinculação da aposentadoria, considerando-se a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada e a hipótese de compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, conforme prescrição contida no art. 201, § 9º, da C.F, com redação da E.C. 20/98. A aposentadoria voluntária somente pode ser concedida ao servidor que tenha cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, segundo dispõe o art. 40, inciso III, da Constituição Federal, com redação da E.C. 20/98.

A concessão de aposentadoria de servidor, sem a observância desses requisitos de tempo mínimo de efetivo exercício e de exercício no cargo efetivo, fere o preceito constitucional referidos no parágrafo anterior.

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 69100/92  
Parecer nº: COG-217/99  
Sessão: 31.05.1999

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**689.** O valor limite para compras e contratação de serviços por dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, se refere ao respectivo objetivo da aquisição, não tendo direta correlação com o item orçamentário pela qual se dará aquisição.

A aquisição, mesmo por dispensa de licitação, requer prévia indicação e aprovisionamento orçamentário, além de existência de recursos financeiros.

A dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98, constitui-se exceção, estando vinculada à justificativa plausível e inocorrência de parcelamento de uma mesma obra, serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

A administração deve planejar adequadamente as compras e contratações necessárias, evitando a necessidade de aquisições por dispensa de licitação.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC5592300/95  
Parecer nº: COG-215/99  
Sessão: 31.05.1999

.....

**690.** Por imperativo Constitucional (art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal), todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que deverão ser pedidas na forma da lei.

Os pedidos de informações, certidões ou cópias de documentos devem observar os seguintes requisitos: 1- ser apresentado por requerimento, devidamente fundamentado, mencionado o fim a que se destina; 2- não conter elementos que possam ensejar o seu não atendimento (solicitações absurdas ou ile-

gais); 3- ser cobrada taxa para cobrir os custos despendidos para o seu atendimento.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0069200/98  
Parecer nº: COG-201/99  
Sessão: 16.06.1999

.....

**691.** As despesas com aquisição de sementes e mudas de plantas para plantio e consumo da produção, pelo próprio órgão ou entidade adquirente, podem ser classificadas no código 3120 - Material de Consumo, nos termos do art. 12, parágrafo 1º, e adendo I da Lei Federal nº 4.320/64 e da Tabela Explicativa da Despesa, aprovada pelo decreto Estadual nº 345, de 05 de agosto de 1987.

Origem: Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC5630208/90  
Parecer nº: COG-235/99  
Sessão: 16.06.1999

.....

**692.** A dotação “0391.02040132.566 - Manutenção e Racionalização das Atividades Administrativas e Judiciárias”, integrante do orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça é cabível para a realização das despesas decorrentes da aplicação da Lei complementar nº175, de 28 de dezembro de 1998.

Faz-se necessário, contudo, a adequação da Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, quando a finalidade do fundo, com vistas a sua ampliação, para abrigar as atribuições, receitas e despesas, decorrentes da aplicação LC 175/98.

Existindo dotação própria para atender a despesas, sendo esta insuficiente, pode ser providenciado o seu reforço, mediante crédito adicional suplementar. Os créditos suplementares são autorizados por lei e abertos por decreto executivo, podendo a autorização legislativa constar da lei orçamentária, nos casos cabíveis.

Os recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais são os decorrentes do superávit financeiro, os provenientes do excesso de arrecadação, os resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais e o produto de operações de créditos autorizados.

Os recursos do excesso de arrecadação são os decorrentes do saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

No caso específico, para atender as despesas decorrentes da aplicação da lei, os procedimentos iniciais podem correr a conta do Fundo de Reparelhamento da Justiça, devendo a administração adotar as providências acima até o final do corrente exercício, para fins de regularização.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC6094801/97

Parecer nº: COG-270/99

Sessão: 16.06.1999

.....

693. Os salários dos empregados da associação dos magistrados catarinenses poderão ser pagos com verbas provenientes do recolhimento das custas judiciais se os serviços a eles acometidos pela associação sejam pertinentes ao aprimoramento profissional.

O custeio das despesas efetuadas com cursos de aperfeiçoamento dos magistrados, no que tange à

inscrição, alimentação, hospedagem e deslocamento, pela Associação dos Magistrados Catarinenses, é própria do aperfeiçoamento profissional, não sendo devida, entretanto, quando tais despesas tenham sido cobertas pelo Poder Judiciário, por meio da concessão de diárias ou adiantamento.

O repasse de valores pela Associação dos Magistrados Catarinenses às coordenadorias regionais só será regular se o montante repassado for aplicado exclusivamente no aprimoramento profissional. A contratação de palestrante se configura em uma despesa relacionada ao aperfeiçoamento do ofício do magistrado.

Os bens adquiridos pela associação dos magistrados catarinenses integram o seu acervo patrimonial e, em se tratando de livros o correto é que componham uma biblioteca ou bibliotecas, considerando as coordenadorias regionais, ficando as obras ao dispor dos magistrados para uso no local ou empréstimo.

A consideração de recursos aplicados na elaboração de boletins e jornais como gastos em aprimoramento profissional depende da matéria divulgada, a qual não poderá caracterizar promoção pessoal, mas sim priorizar a divulgação de matérias de cunho jurídico, sendo abordado decisões, artigos ou divulgando eventos da própria Associação dos Magistrados Catarinenses ou de outras entidades de interesse profissional dos magistrados.

A construção de auditório para uso exclusivo de promoção de cursos, seminários e simpósios de cunho profissional pode se dar com recursos oriundos do recolhimento das custas.

A transferência de recursos do Tribunal de Justiça para a Associação dos Magistrados Catarinenses, por meio de empenho assume a forma de contribuição, o que dispensa a realização de licitação nos moldes preconizados pela Lei Federal nº8.666/93, em consonância com o disposto na Resolução nº TC-16/94, art. 44, inciso IV.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

O repasse da receita arrecadada com as custas judiciais por meio de depósito direto na conta da Associação dos Magistrados Catarinenses, é um procedimento que se afasta da necessária inscrição no orçamento, ferindo, destarte, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Associação dos Magistrados Catarinenses  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC5987301/92  
Parecer nº: COG-282/99  
Sessão: 21.06.1999

.....

**694.** Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, nos termos do art.37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Nos termos do *caput* do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93, as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação legalmente previstas.

A Lei Federal nº 8.666/93 permite que a administração pública contrate com particulares sem estabelecer o procedimento licitatório, por intermédio da dispensa ou da inexigibilidade de licitação, desde que o fato concreto comprovado, aliado do comprovado interesse público específico, se enquadre em uma das hipóteses previstas pelo art. 24 ou pelo

art. 25, e apontarem excepcionalmente para a preferência a diretriz da contratação direta, observada a norma contida no art. 26.

Origem: Banco do Estado de Santa Catarina S/A  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6281701/90  
Parecer nº: COG-291/99  
Sessão: 21.06.1999

.....

**695.** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II, da Constituição Federal), podendo o município contratar por prazo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que deve se pautar na temporariedade que está intrinsecamente ligada à questão da necessidade, que justifique o interesse público da contratação, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

É imprescindível a existência de lei regulamentando o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, no âmbito de cada município, estabelecendo as hipóteses e condições em que serão realizadas admissões temporárias de pessoal para atender excepcional interesse público.

Origem: Câmara Municipal de Lontras  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC5340000/96 Parecer nº: COG-261/99  
Sessão: 28.06.1999

.....

**696.** Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados e divulgados, obedecido à seguinte ordem: no órgão oficial do Município ou da respectiva Associação Municipal; ou em jornal local



ou da microrregião a que pertencer; ou conforme dispuser a Lei Orgânica Municipal, nos termos do artigo 111, parágrafo único, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21/00. As leis municipais e outras normas legais como decretos e resoluções da Câmara devem ser publicadas no órgão oficial de imprensa, nos termos do art. 1º da Lei 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil). Inexistindo imprensa oficial, permite-se a publicação em imprensa privada, selecionada mediante processo licitatório e qualificada como oficial por lei municipal. Havendo motivo legítimo e suficiente capaz de afastar as alternativas anteriores, a publicação se dará na conformidade da Lei Orgânica Municipal, inclusive, se nela prevista, mediante afixação dos textos legais, em lugar visível e de amplo acesso, nas sedes do Executivo e do Legislativo municipais.

Origem: Câmara Municipal de Meleiro  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 5985001/97 Parecer nº: COG-257/99  
Sessão: 28.06.1999

.....

**697.** É facultado à administração pública a aquisição de veículos automotores por meio de arrendamento mercantil-leasing, devendo a contratação se processar em consonância com as seguintes normas: Resolução nº 2.309/96, Lei Federal nº 8.666/93 e, observada, ainda, a Resolução nº 78/98 do Banco Central, ressalvada esta última para as entidades integrantes da administração indireta.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6096706/97 Parecer nº: COG-294/99  
Sessão: 28.06.1999

**698.** É devido ao legítimo vencedor o prêmio fixado em concurso regularmente instituído e realizado, ainda que a despesa não tenha sido objeto de empenhamento no exercício correspondente.

As despesas liquidadas de exercícios anteriores, reconhecidas como compromissos financeiros do poder público através de autorização legislativa específica, não empenhadas na época própria, podem ser empenhadas e pagas à conta da dotação especificada no código “3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores”, sem prejuízo da verificação das responsabilidades pelo seu irregular processamento.

Origem: Prefeitura Municipal de Itá  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC5879301/95  
Parecer nº: COG-280/99  
Sessão: 30.06.1999

.....

**699.** É cabível a contratação de profissional do ramo de direito, pela Câmara municipal, desde que devidamente justificada para atender serviços que não possam ser realizados pela assessoria jurídica, dada a sua complexidade.

Para a contratação de serviços advocatícios destinados ao assessoramento da Câmara de Vereadores, deve o Poder Legislativo instaurar o devido processo licitatório, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, e dos arts. 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

A licitação poderá ser dispensada ou inexigível, caso sejam atendidos os requisitos insertos, respectivamente, no inciso II do art. 24 ou no inciso II, combinado com o § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

Havendo contratação direta deverá ser o observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC1441001/93 Parecer nº: COG-144/99  
Sessão: 05.07.1999

.....

**700.** Na exoneração de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, e na exoneração de servidor ocupante do cargo de provimento efetivo e a imediata nomeação em outro cargo efetivo, decorrente da realização de novo concurso público, não ocorre a ruptura do vínculo entre o município e o servidor, devendo a administração editar os respectivos atos administrativos e registrá-los na ficha funcional do servidor comissionado ou efetivo, uma vez que o que ocorre é mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a administração pública e o servidor.

O servidor efetivo designado para ocupar cargo em comissão, quando retornar ao cargo efetivo pela exoneração daquele em comissão, volta ao estado em que se achava anteriormente na estrutura da organização municipal, uma vez que o cargo em comissão é declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, da Constituição Federal).

O tempo de serviço prestado ao município deverá ser contado de forma ininterrupta para todos os efeitos legais, incluindo-se aquelas vantagens pecuniárias a que fizer jus, na conformidade da lei que as estabelecem, e que se incorporam aos vencimentos, nos termos da lei.

A mudança é no cargo, permanecendo o vínculo empregatício do servidor para com a municipalidade, uma vez que este não se quebra; não desaparece a relação jurídica institucional estabelecida entre as partes, não restando por isso, em tese, saldo da remuneração do servidor exonerado e imediatamente nomeado para cargo de provimento em comissão ou efetivo.

O pagamento da gratificação natalina é realizada no mês de dezembro (salvo disposição legal em contrário) tomando-se por base a remuneração do mês, na proporção de 1/12 avos, correspondente à remuneração do servidor, relativamente ao último cargo ocupado. Para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se mantém o vínculo com o ente público.

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0460900/82  
Parecer nº: COG-266/99  
Sessão: 05.07.1999

.....

**701.** Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a única forma admitida para ingresso de servidores em cargo de provimento efetivo na administração pública é através de concurso público de provas e títulos (art. 37, II).

Os servidores públicos que na data da promulgação da Constituição não preenchiam os requisitos estabelecidos no art. 37, II, da Constituição Federal fo-

<sup>149</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a única forma admitida para ingresso de servidores em cargo de provimento efetivo na administração pública é através de concurso público de provas e títulos (art.37, II). Os servidores públicos que na data da promulgação da Constituição não preenchiam os requisitos estabelecidos no art.37, II, da Constituição Federal foram considerados estáveis no serviço público, desde que estivessem em exercício há pelo menos 5 anos continuados, nos termos do art.19 do ADCT. Os servidores admitidos sem concurso público, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal por prazo inferior a 5 anos, encontram-se em situação irregular.”

ram considerados estáveis no serviço público, desde que estivessem em exercício há pelo menos cinco anos continuados, nos termos do art. 19 do ADCT.<sup>149</sup>

Origem: Câmara Municipal de Araranguá  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC5340400/98  
Parecer nº: COG-296/99  
Sessão: 05.07.1999

.....

**702.** Compete ao BADESC, em conformidade com as disposições legais e com as normas disciplinadoras e regulamentares que forem expedidas pelo Conselho Nacional Monetário e pelo Banco Central do Brasil, a definição de diretrizes para a recuperação de créditos em liquidação, respeitando, ainda, o trato isonômico que é devido aos seus mutuários e o interesse público.

Origem: BADESC - Agência Catarinense de Fomento S/A  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6276001/90  
Parecer nº: COG-320/99  
Sessão: 05.07.1999

.....

**703.** A licitação, no caso pertinente à consulta formulada pelo prefeito municipal de Criciúma, é necessária, por se tratar de transferência de verba pública à entidade privada para que realize uma obra pública que integrara o patrimônio do município. Trata-se de transferência a título de delegação de recursos e encargos, prevista no art. 40 da Resolução Normativa nº 16/94, deste Tribunal de Contas.

Nessa circunstância, a licitação é necessária porque junto com os recursos e os encargos da unidade gestora está sendo transferida à entidade privada

beneficiária, também a obrigação de realizar a licitação, que é decorrente do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Não há alternativa legal para a construção do posto de saúde em parceria com a associação de moradores do bairro São Defende, sem licitação, fora das hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 da lei de licitações, uma vez que o repasse se dará a título de delegação de recursos e encargos, por parte da unidade consulente.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC5592000/99  
Parecer nº: COG-227/99  
Sessão: 07.07.1999

.....

**704.** Os cargos em comissão, atualmente integrantes do plano de cargos e salários da Administração Pública, que não se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento, devem ser extintos por Lei, posto que estão em desacordo com o disposto no inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

Enquanto não normatizadas as condições e percentuais de cargos comissionados destinados aos servidores de carreira, em consonância com o preconizado no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, o provimento dos cargos em comissão se dará em conformidade com a discricionariedade do administrador público.

A acumulação de dois cargos de provimento em comissão não encontra amparo na Constituição Federal, art. 37, inciso XVI, sendo, portanto, vedada.

O servidor público efetivo que vier a ocupar cargo em comissão não se submete ao Regime Geral da Previdência, mantendo-se vinculado ao Fundo de Previdência dos servidores públicos, prevalecendo a regra do art. 40, *caput*, da Constituição Federal sobre a prevista no § 13 do mesmo artigo.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O ocupante do cargo em comissão percebe a remuneração do respectivo cargo, sendo impróprio remunerá-lo por meio de gratificação, vantagem pecuniária que se presta a outro fim. Para os servidores estranhos ao quadro de pessoal da Câmara Municipal não se aplica o estatuto dos servidores do município, sendo-lhes indevidas as vantagens e benefícios nele inseridos, de modo que somente por Lei específica lhes seria possível a concessão de gratificação.

A Administração Pública, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

A função de dirigir veículos pertencentes ao Poder Público municipal deve ser disciplinada na legislação local, podendo, em situações excepcionais, ser

atribuída a servidores que não sejam titulares do cargo específico de motorista, devidamente habilitados, como no caso de servidores que necessitam se deslocar a comunidades fora da sede do município para atendimento à comunidade (veterinários, profissionais do Programa de Saúde da Família etc.).<sup>150</sup>

Origem: Câmara Municipal de Chapecó

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: TC0485008/95

Parecer nº: COG-309/99

Sessão: 12.07.1999

.....

**705.** Nos termos da Lei nº 8.666/93, é deferido exclusivamente a órgãos ou entidades da Administração Pública a instituição de cadastro de fornecedores para fins de utilização em licitações públicas.

Não encontra amparo legal a instituição de cadastro de fornecedores por Associação de Municí-

<sup>150</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Os cargos em comissão atualmente integrantes do plano de cargos e salários da Administração Pública que não se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento, devem ser extintos por Lei, posto que estão em desacordo com o disposto no inciso V do art. 37 da Constituição Federal. Enquanto não normatizadas as condições e percentuais de cargos comissionados destinados aos servidores de carreira, em consonância com o preconizado no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, o provimento dos cargos em comissão se dará em conformidade com a discricionariedade do administrador público. A acumulação de dois cargos de provimento em comissão não encontra amparo na Constituição Federal, art. 37, inciso XVI, sendo, portanto, vedada; O servidor público efetivo que vier a ocupar cargo em comissão não se submete ao regime geral da previdência, mantendo-se vinculado ao fundo de previdência dos servidores públicos, prevalecendo a regra do art. 40, caput, da Constituição Federal sobre a prevista no parágrafo 13 do mesmo artigo. O ocupante do cargo em comissão percebe a remuneração do respectivo cargo, sendo impróprio remunerá-lo por meio de gratificação, vantagem pecuniária que se presta a outro fim. Para os servidores estranhos ao quadro de pessoal da Câmara Municipal não se aplica o estatuto dos servidores do município, sendo-lhes indevidas as vantagens e benefícios nele inseridos, de modo que somente por Lei específica lhes seria possível a concessão de gratificação. A Administração Pública, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. A função de dirigir veículo oficial é atribuição específica do titular do cargo de motorista, pois, o funcionário público possui competência para agir unicamente dentro das atribuições específicas do cargo, sob pena de cometimento de desvio de função. É vedado ao agente político, e aos servidores detentores de cargos diversos do de motorista, dirigir veículo oficial.”*

pio que tenha por finalidade a sua utilização pelos Municípios dela integrantes.

O ente público licitante poderá utilizar-se de cadastro de fornecedores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante previsão em norma própria ou nos editais de cada licitação, consoante autorização do art. 34, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

.....

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 58622/01-94 Parecer nº: COG-274/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**706.** Configuradas as ilegalidades no processo licitatório que originou o Contrato nº 006/98 da Câmara de Vereadores de Capinzal, nos procedimentos para contratações pelo Poder Legislativo local ou para mudança da sede da Câmara, previstos nas normas próprias, podem ser declarados nulos a licitação e o contrato, não estando configurado motivo de força maior para a aceitação das cláusulas do contrato, cuja execução não foi iniciada.

Comprovado que o valor do aluguel cotado na licitação e contratado está acima dos preços de mercado, o contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Câmara, por interesse público devidamente comprovado, nos termos do art. 78, XII, da Lei Federal nº 8.666/93, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo.

A requisição, pelo Prefeito Municipal, do espaço físico ocupado pela Câmara de Vereadores junto às dependências da Prefeitura, não tem o condão de convalidar qualquer ato irregular da Câmara para locação de imóvel para transferência da sede do Poder Legislativo.

A invalidação do contrato (se constatadas ilegalidades) ou sua rescisão (por interesse público devidamente comprovado) pode ser realizada administrativamente, por ato da autoridade competente - Presidente da Câmara ou da Mesa Diretora - conforme determinarem as normas do Poder Legislativo local.

Os pagamentos eventualmente realizados, relativos a contratos ilegais, podem ser atribuídos à responsabilidade do ordenador das despesas.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC2342400/91  
Parecer nº: COG-247/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**707.** A atividade financeira a qual está inserida a modalidade de empréstimo em moeda é exclusiva das instituições financeiras e cooperativas de crédito, que dependem de autorização específica do Banco Central.

Ao Município, que não se enquadra em tais hipóteses, é vedado efetuar empréstimos em dinheiro a agricultores, mesmo com autorização legislativa, pois não se trata, a mencionada entidade, de instituição financeira.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC5340607/90  
Parecer nº: COG-303/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**708.** Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos, sen-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

do vedado que uma mesma vantagem seja repetidamente computada sobre as demais vantagens, alcançando, inclusive, os proventos de aposentadoria.

A base de cálculo para o cômputo de horas extras é o vencimento do servidor, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em Lei.

Compete ao detentor do cargo de contador do quadro de pessoal permanente do município, a função de elaborar os relatórios de prestação de contas e de tomadas de contas.

Origem: Câmara Municipal de São Martinho  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC5398400/92  
Parecer nº: COG-328/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**709.** O pagamento de diárias a servidores do Legislativo, para atendimento de despesas de deslocamento para fora da sede do município, só será lícito quando a serviço ou representação da Câmara Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC5878301/90  
Parecer nº: COG-333/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**710.** A percepção de jeton por dirigente de estatal ou Secretário de Estado que não seja servidor público estadual, por exercer função como membro de con-

selho de administração, conselho fiscal, ou outros órgãos colegiados da administração direta ou indireta, nas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, não encontra óbice na Lei Estadual nº 8.675/92 e, tampouco, caracteriza duplicidade de pagamento, sendo, destarte, regular.<sup>151</sup>

Origem: Companhia de Habitação do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6555201/98  
Parecer nº: COG-327/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

**711.** A utilização de bem público para exploração remunerada de terceiros depende de justificativa, autorização legal e licitação na modalidade de concorrência.

A concessão de uso de *box* em terminais rodoviários para os serviços venda de passagens e de despachos, efetuada diretamente a empresas concessionárias de serviço de transporte público coletivo e contrato *intuito personae*, gratuito, e independe de licitação, mas necessita de autorização legal e contrato escrito e não desonera o concessionário das obrigações relativas à conservação, limpeza, e pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel concedido.

Quando os serviços de despacho e venda de passagens forem terceirizados, isto é, quando esses serviços não forem exercidos diretamente pela empresa transportadora concessionária do serviço público de transporte coletivo, a concessão de uso se iguala

<sup>151</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A percepção de jeton por dirigente de estatal ou Secretário de Estado que integre como membro de conselho de administração, conselho fiscal, ou outros órgãos colegiados da administração direta ou indireta, nas empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, não encontra óbice na Lei Estadual nº 8.675/92 e, tampouco, caracteriza duplicidade de pagamento, sendo, destarte, regular.”



a qualquer utilização de bem público para exploração com fins lucrativos por terceiros, e, neste caso, depende de justificativa, autorização legal, licitação na modalidade de Concorrência e contrato escrito.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC6671508/97  
Parecer nº: COG-258/99  
Sessão: 12.07.1999

.....

712. Desde que possua dotação orçamentária própria e o bem destine-se às suas finalidades específicas, o fundo de saúde do município poderá adquirir veículo em nome da municipalidade, para servir às atividades públicas e ao cumprimento dos objetivos que lhes são afetos e determinados no âmbito da saúde do município.

Ao fundo de saúde do município é permitido adquirir bem móvel, entre eles veículo, desde que para servir as atividades públicas de saúde do município, e, quando necessário, poderá manter o veículo adquirido, relativamente ao combustível, consertos de oficina, seguro e outros relacionados especificamente ao veículo.

Os fundos especiais, por não possuírem personalidade jurídica, não podem adquirir bens imóveis, que é atribuição da administração através de seus órgãos com a devida autorização legislativa. Aos fundos poderão ser destinados pela administração, bens imóveis para desincumbência de seus misteres, sem que com isso se esteja permitindo a formação de patrimônio imobilizado.

Os recursos do fundo de saúde podem ser destinados à aquisição de remédios a serem distribuídos para a população de baixa renda, bem como serem disponibilizados na farmácia básica, com a ressalva

de que estejam previstos na lei que o institui, em orçamento e no plano de aplicação, de acordo com os arts. 196 e 195, parágrafos 1º e 2º, da Constituição Federal, com o art. 18, IV, “c”, e XII, combinado com o art. 15, II, da Lei Federal nº 8.080/90, e com os arts. 71 e 24, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Os recursos do fundo de saúde podem ser destinados a adquirir cestas básicas para as famílias de baixa renda ou para atender a programas específicos de atendimento à criança e adolescentes ou programa de cárcenas nutricionais de crianças de 06 a 23 meses, desde que previstos na lei que o instituiu, no plano de aplicação, e obedecidas as metas e prioridades estabelecidas na Lei de diretrizes orçamentárias, elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde e assistência social (art. 195, parágrafos 1º e 2º, Constituição Federal, combinado com o art. 3º e art. 18, IV, “c”, e XII, da Lei Federal nº 8.080/90).

Os fundos especiais não possuem competência para realizar contratação ou admissão de pessoal, e não possuem quadro de pessoal próprio, devendo utilizar-se da cessão de servidores vinculados à administração municipal. O pagamento de folha de pessoal poderá ficar a cargo do fundo, com os recursos para tanto alocados, desde que previsto em orçamento e especificados no plano de aplicação.

Os planos de saúde serão a base das atividades e programações da direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), seu financiamento será previsto na respectiva Lei Orçamentária, e a receita efetivamente arrecadada transferida automaticamente ao fundo de saúde, sendo a contrapartida do município repassada a este, no valor correspondente às necessidades da política de saúde adotada, com a disponibilidade de recursos em planos de saúde no âmbito do município, conforme art. 36, § 1º, da Lei Federal nº 8080/90 e § 10, do art. 195 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20/98.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

Os recursos do fundo de saúde devem ser destinados ao atendimento da população, exclusivamente na área da saúde. Os recursos disponíveis não podem custear despesas operacionais e de manutenção da Secretaria da Saúde, uma vez que é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde (art. 36, § 2º, da Lei Federal 8080/90) e por fugir, assim, dos objetivos a que se destinam.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0295303/93  
Parecer nº: COG-221/99  
Sessão: 14.07.1999

.....

713. A Administração municipal pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal em razão de sentença judiciária sujeitam-se ao previsto no art. 100 da Constituição Federal, combinado com o art. 67 da Lei Federal nº 4.320/64, e far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios (requisições judiciais) e à conta dos créditos respectivos, vedada a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários (adicionais) abertos para esse fim. O orçamento deverá incluir obrigatoriamente a verba necessária ao pagamento de débitos constantes dos precatórios apresentados até 1º de julho (Constituição Federal, art. 100, § 1º), pagando-se os demais mediante abertura de créditos adicionais.

Origem: Prefeitura Municipal de Riqueza  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC2342508/95  
Parecer nº: COG-308/99  
Sessão: 14.07.1999

.....

714. O documento hábil para comprovar as despesas realizadas pelos municípios junto à EPAGRI, em razão da prestação de serviços, é a nota fiscal de prestação de serviços, em consonância com o disposto nos arts. 57 e 58 combinado com o art. 61, *caput*, da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnológica de SC  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6276206/98 Parecer nº: COG-299/99  
Sessão: 14.07.1999

.....

715. É admissível a realização de despesas com recepção de empresários, executivos e agentes públicos em eventos ou visitas para viabilização de negócios visando a consecução dos objetivos societários da empresa, atendidos o interesse público, os princípios a que está sujeita a Administração Pública e a legislação aplicável à realização e prestação de contas das despesas, e ao seguinte:

- a) aprovação da assembléia geral dos acionistas para a realização das despesas com essa finalidade, estabelecendo as condições, limites e normas para sua operacionalização;
- b) contratação de serviços pertinentes (estadias, alimentação, locação de veículos e locais para recepção, etc.), por meio de licitações, observadas as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

- c) restringir as despesas aos casos estritamente necessários, atendendo-se aos princípios da economicidade, moralidade, transparência, dentre outros;
- d) prestação de contas aos acionistas e ao Tribunal de Contas, mediante apresentação dos relatórios e comprovantes de despesas, nos termos da Resolução nº TC-16/94, contendo, dentre outros, os seguintes documentos: d.1) justificativas para realização dos eventos e das despesas; d.2) comprovantes sobre os eventos e visitas - denominação do evento, objetivos, público alvo, datas, horários, etc., juntando documentos comprobatórios, se existentes - como folders, convites, e outros elementos; d.3) justificativa e motivação para convite das pessoas recepcionadas com custos para a entidade, anexando documentos relativos ao convite - ofícios, correspondências, ou outros meios utilizados; d.4) relatório sobre o evento e os resultados obtidos com essa aplicação dos recursos.

Origem: Ibituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A.

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC2601700/97

Parecer nº: COG-232/99

Sessão: 19.07.1999

716. O serviço prestado com a extrapolação do seu horário normal de trabalho será remunerado como hora extraordinária, em conformidade com o art. 85, inciso III, combinado com o art. 23, parágrafo 1º, ambos da Lei Estadual nº 6.745/85, cujo pagamento deverá ser acrescido de no mínimo 50% sobre a hora normal, em atendimento ao asseverado no art. 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A forma legalmente assentada para a remuneração de serviço que refoge das atribuições do cargo de servidor público é o pagamento de gratificação pelo desempenho de atividade especial, prevista no art. 85, inciso VIII, da Lei Estadual nº 6.745/85.

A contratação ou a admissão de professor estrangeiro não encontra respaldo na legislação ordinária Estadual; imprescindível a aplicação do inciso I do art. 37 da Constituição Federal, que reclama para sua aplicação, normatização infraconstitucional, cuja competência legislativa, em razão da matéria, reside no próprio ente federativo, no caso, o Estado de Santa Catarina.

Origem: Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: TC5523300/94

Parecer nº: COG-245/99

Sessão: 19.07.1999

717. É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, observado o teto salarial dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A norma de proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Na concessão de auxílios ou contribuições por parte do município, não existe necessidade das entidades beneficiadas serem declaradas, por lei, de

## Decisões em Consultas – Prejulgados

utilidade pública. Não é permitida a concessão de auxílios para investimentos de empresas privadas de fins lucrativos (art. 19 da Lei 4.320/64).<sup>152</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Bom Jesus

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: TC6096502/97

Parecer nº: COG-339/99

Sessão: 19.07.1999

.....

718. A deficiência de pessoal para execução de serviço de informática no âmbito da Administração Pública pode ser superada com a admissão de servidores por via de concurso público - art. 37, inciso II, da Constituição Federal, para ocupar cargos criados por lei, observado, para tanto, a existência de prévia dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o preconizado no art. 169, parágrafo 1º, inciso I e II, da Constituição Federal.

A contratação de empresa prestadora de serviços de informática deve se dar com observância da Lei Federal nº 8.666/93, sendo o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC a entidade estadual competente para assessorar tecnicamente os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta.

Origem: Junta Comercial do Estado de SC

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC6636101/92

Parecer nº: COG-346/99

Sessão: 19.07.1999

.....

719. Os prazos de publicidade da Lei Federal nº 8.666/93 são mínimos e se contam contínua e progressivamente a partir do primeiro dia útil após a última publicação do edital, cujo termo final também deverá ocorrer em dia útil na repartição pública promotora da licitação.

A redução do prazo mínimo de publicidade do edital previsto no art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93 afronta o princípio constitucional da publicidade, tornando ilegal o processo licitatório, devendo ser anulado por não comportar convalidação.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC6638901/95

Parecer nº: COG-341/99

Sessão: 19.07.1999

.....

720. O percentual de 5% sobre a receita municipal incide apenas para o cálculo da remuneração da vereança, tal como previsto na Constituição Federal. Para o cálculo do percentual mencionado e, eventualmente qualquer regra jurídica local limitativa, deve incidir sobre o total da receita, excluindo-

<sup>152</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico e dois cargos privativos de médico, observado o teto salarial dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. A norma de proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público. Na concessão de auxílios ou contribuições por parte do município, não existe necessidade das entidades beneficiadas serem declaradas, por Lei, de utilidade pública. A restrição é aplicável, no caso de auxílios, para investimentos de empresas privadas de fins lucrativos.”

se apenas os ingressos provenientes de convênios, auxílios e instrumentos congêneres, alienação de bens, empréstimos e recursos com obrigações para com terceiros.

Para tais cálculos devem ser considerados, na execução orçamentária, os períodos mensais para a programação das despesas, podendo, eventualmente, sofrer variações em decorrência de situações concretas, devendo, nestes casos, haver compensação nos períodos subseqüentes, de forma a completar o período anual, enquadrados nos limites legais ou de forma a garantir o equilíbrio orçamentário.

O repasse da verba para custeio das despesas do Poder Legislativo pelo Executivo municipal deve guardar estrita observância com o equilíbrio da execução orçamentária, segundo o comportamento da receita, observando-se, ainda, o princípio da independência entre os Poderes.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC3827200/91  
Parecer nº: COG-284/99  
Sessão: 21.07.1999

.....

**721.** A cessão de pessoal entre a Administração Pública de todas as esferas de poder está sujeita ao princípio da legalidade, sendo viável o pagamento de complementação salarial pelo município, desde que autorizado por lei local.

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC5466900/92  
Parecer nº: COG-357/99  
Sessão: 21.07.1999

**722.** Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal em razão de sentença judiciária sujeitam-se ao previsto no art. 100 da Constituição Federal, combinado com o art. 67 da Lei Federal nº 4.320/64, e far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios (requisições judiciais) e à conta dos créditos respectivos, vedada a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários (adicionais) abertos para esse fim. O orçamento deverá incluir obrigatoriamente a verba necessária ao pagamento de débitos constantes dos precatórios apresentados até 1º de julho (Constituição Federal, art. 100, § 1º), pagando-se os demais mediante abertura de créditos adicionais.

Os ex-Vereadores deverão propor, perante o Poder Judiciário, a ação judicial própria para a execução da sentença proferida em ação popular, como forma de possibilitar que o município efetue pagamento através de precatórios judiciais, em conformidade com o art. 100, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC5469300/93  
Parecer nº: COG-277/99  
Sessão: 21.07.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0772703/98  
Parecer nº: COG-125/99  
Sessão: 24.05.1999

.....

**723.** As disponibilidades financeiras das Prefeituras, quer sejam de recursos próprios ou de transferências da União, podem ser depositadas em qualquer Instituição Financeira Oficial, salvo os casos definidos em norma legal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC5629500/95 Parecer nº: COG-343/99  
Sessão: 26.07.1999

.....

724. O presidente da Câmara de Vereadores detém a condição de ordenador de despesa, cabendo-lhe as atribuições de autorizar as despesas do Legislativo e assinar cheques e ordens de pagamento, juntamente com o tesoureiro.

Origem: Câmara Municipal de Urubici  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6487501/91  
Parecer nº: COG-386/99  
Sessão: 26.07.1999

.....

725. A Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no âmbito da discricionariedade que lhe é cometida pela lei, cabe disciplinar acerca do registro diário de frequência do pessoal nomeado para o exercício de cargo em comissão. Em face das circunstâncias concretas do caso, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, segundo critérios próprios de conveniência e oportunidade para avaliar e decidir quanto ao que lhe pareça ser o melhor meio de satisfazer ao interesse público, poderá adotar os mecanismos de controle que entender adequados, considerando a característica de confiabilidade que devem merecer os ocupantes de cargo em comissão, por isso mesmo nomeados livremente e exonerados *ad nutum*.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC6600901/98  
Parecer nº: COG-319/99  
Sessão: 26.07.1999

.....

726. Não há óbice para que o órgão da Administração Pública Estadual cumpra o contrato em vigor, desde que haja sido formalizado nos estritos limites dos permissivos legais pertinentes.

A possibilidade de aditamento dos contratos deve estar prevista no edital da licitação e no contrato principal; sua alteração está regulada na Seção III, artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser observadas ainda as demais normas pertinentes, especialmente a regra do art. 57, § 2º, da mesma Lei.

Origem: Centro de Informática e Automação do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6699501/90  
Parecer nº: COG-366/99  
Sessão: 26.07.1999

.....

727. Os bens móveis inservíveis para entidade da Administração Pública que explora a difusão de tecnologia agropecuária, inclusive semoventes, podem ser alienados, mediante as seguintes condições, comprovadas em regular processo administrativo:

- a) existência de interesse público devidamente comprovado;
- b) prévia avaliação;
- c) sempre que possível, pela reunião dos bens em um único local, para viabilizar economicamente a realização de licitação nas modalidades de leilão ou concorrência;
- d) através de licitação, nas seguintes modalidades:
  - Concorrência, seja qual for o valor da avaliação;

- Leilão, quando, cumulativamente;
- se tratar de bens moveis inservíveis;
- o valor da avaliação for inferior ao limite do art. 23, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93;

e) por doação, observados os seguintes requisitos da alínea “a” do inciso II do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente justificados e comprovados em regular processo administrativo:

- finalidade e uso de interesse social;
- avaliação da oportunidade e conveniência em relação à ausência de escolha da modalidade de concorrência ou leilão, conforme o caso.

Origem: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnológica de SC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0447500/87  
Parecer nº: COG-275/99  
Sessão: 28.07.1999

728. O decreto atualmente em vigor, cuja matéria trata da remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos Vereadores, contém vício formal, sendo passível de invalidação.

Para corrigir a falha inerente à norma fixadora da remuneração dos citados agentes é facultado à Câmara Municipal a edição de Lei, revogando o decreto maculado por inconstitucionalidade formal e firmado os subsídios, expressando-os em moeda corrente nacional, os quais, em face da não fixação do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal, deverão permanecer nos mesmos patamares fixados no decreto.

O percentual a ser repassado mensalmente pelo poder executivo à Câmara Municipal é aquele previsto na legislação municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0569103/98  
Parecer nº: COG-375/99  
Sessão: 02.08.1999

729. A apuração de gastos com pessoal, no âmbito do Município, terá por base a Receita Corrente Líquida Municipal.

Entende-se como Receita Corrente Líquida Municipal o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal, e computados os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEF), calculada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Os subsídios dos agentes políticos estão inseridos entre as Despesas de Pessoal, sendo que o montante que o Município poderá despender não pode ultrapassar o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Municipal, sendo o máximo de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

As despesas totais com pessoal são constituídas pelo somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quais-



## Decisões em Consultas – Prejulgados

quer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, incluindo valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, calculadas somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.<sup>153</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Xavantina

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: TC0732200/94

Parecer nº: COG-355

Parecer nº: COG-355/99

Sessão: 02.08.1999

.....

**730.** Os municípios aplicarão anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, nos termos do art. 212 da Constituição Federal combinado com o art. 11, V, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos arrecadados destinados à manutenção e desenvolvimento do

ensino fundamental, conforme determina o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério será composto por 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos das receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do IPI/exportação e da desoneração do ICMS nas exportações, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Os recursos recebidos do FUNDEF devem ser aplicados integralmente no ensino fundamental, dos quais pelo menos 60% (sessenta por cento) destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental.

Os recursos destinados ao FUNDEF (15%) podem ser considerados como aplicação no ensino fundamental, ainda que o retorno seja inferior ao remetido ao Fundo.

Os procedimentos contábeis a serem adotados quanto às receitas de transferências constitucionais e do FUNDEF são aqueles previstos na Portaria 328/01, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda.<sup>154</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: TC0457200/80

Parecer nº: COG-103/99

Sessão: 02.08.1999

<sup>153</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Para fins de apuração de gastos com pessoal, no âmbito do município, a receita a ser tomada como base é a receita corrente líquida municipal. Entende-se como receita corrente líquida municipal o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, como as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais. Os subsídios dos agentes políticos estão inseridos entre as despesas de pessoal, sendo que o montante que o município poderá despendar, esta incluído no limite de 60% da receita corrente líquida municipal. As despesas totais com pessoal são constituídas pelo somatório das despesas de pessoal e encargos sociais da administração direta e indireta do município, considerando-se os ativos, inativos e pensionistas, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive gastos com incentivos à demissão voluntária.”*



731. A responsabilidade pelos atos assinados referentes às despesas do FUPESC é da autoridade que lhes conferiu efetividade. O ato assinado por uma autoridade que não a legalmente competente, posto que praticado por agente despido de capacidade legal, sujeita-se à invalidação, salvo se validado o ato em face do resguardo da segurança jurídica e da boa-fé.

Documentos pendentes de assinatura devem ser subscritos pela autoridade legalmente investida na função de gestor do fundo. Compromissos a pagar, porventura existentes, são do fundo e não da autoridade responsável pela sua gestão. Na hipótese de não terem sido oportunamente assinados documentos inerentes a tais obrigações, a responsabilidade de verificar a legitimidade, e sendo o caso, validá-

las, assinando os atos correspondentes, é de quem, na atualidade, seja o gestor do fundo e, logo, detentor de competência para fazê-lo.

Origem: Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC6639801/94

Parecer nº: COG-358/99

Sessão: 02.08.1999

.....

732. Os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se

<sup>154</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Os municípios aplicarão, anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, combinado com o art. 11, V, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Não menos de 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal serão destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, conforme determina o art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias. O fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério será composto por 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos das receitas do fundo de participação dos estados (FPE), do fundo de participação dos municípios (FPM), do IPI/exportação e da desoneração do ICMS nas exportações, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Os procedimentos contábeis a serem adotados quanto às receitas de transferências constitucionais e do FUNDEF são aqueles já orientados pelo Tribunal de Contas através do Ofício Circular nº TC/GAB-33/97. A aplicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil deverá ser da seguinte maneira:*

- a) despesas realizadas tendo como fonte os 25% (vinte e cinco por cento) das receitas de impostos locais: devem ser destinados não menos de 60% (sessenta por cento) no ensino fundamental e 40% (quarenta por cento) na educação infantil;
- b) despesas com a retenção de 15% (quinze por cento) em favor do FUNDEF: devem ser aplicadas totalmente no ensino fundamental;
- c) despesas a conta de 10% (dez por cento) das receitas de transferências constitucionais: podem ser aplicadas total ou parcialmente tanto em ensino fundamental como em educação infantil;
- d) as despesas com os recursos vinculados do FUNDEF: devem ser aplicadas totalmente no ensino fundamental;
- e) despesas com retenções em favor do FUNDEF, no seu total ou até o limite dos recursos recebidos do FUNDEF, quando estes forem menores que aqueles: podem ser destinadas total ou parcialmente ao ensino fundamental;
- f) total dos 25% dos impostos e transferências mais a diferença positiva dos recursos recebidos do FUNDEF: aplicar mais ou igual a 60% no ensino fundamental e igual ou menos 40% na educação infantil;
- g) despesas decorrentes de outros recursos vinculados: podem ser destinadas total ou parcialmente, tanto no ensino fundamental como na educação infantil;
- h) aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e educação infantil: igual total geral.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.

A Administração Pública municipal obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a teor do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, com a redação dada ao *caput* pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei antecipadamente autoriza, e a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, em obediência ao art. 37 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19/98, que faz sua expressa proclamação como cânone regente da Administração Pública.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC5280500/95  
Parecer nº: COG-362/99  
Sessão: 04.08.1999

.....

733. Para os fins de Lei nº 9.424/96, consideram-se profissionais de magistério, além dos professores em regência de classe, as funções de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, professores de educação especial, professores de ensino supletivo e o responsável pela TV Escola, desde que atuem no ensino fundamental público (1ª a 8ª séries).

Origem: Câmara Municipal de Herval D'Oeste  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC5878702/90  
Parecer nº: COG-379/99  
Sessão: 04.08.1999

734. Em consonância com o art. 79, combinado com o art. 60, I, da Lei orgânica de São José do Cedro, há impedimento para o Secretário Municipal firmar contrato com o Município no qual exerce *munus público*, o que lhe pode acarretar a perda do cargo.

É indevido o pagamento de diária a servidor ou agente político que se encontra em férias, bem como a prestador de serviço contratado pela Administração.

A indicação de infrações cometidas por agente político não se pode dar baseada em fatos genéricos. Para tanto, se faz necessário o conhecimento das peculiaridades do ato ou fato praticado pelo agente, as quais podem agravar, amenizar ou isentar a sua responsabilidade.

Origem: Câmara Municipal de São José do Cedro  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6096901/91  
Parecer nº: COG-381/99  
Sessão: 04.08.1999

.....

735. É vedado, por disposição expressa na Lei Orgânica Municipal de São Miguel do Oeste, o exercício de função por Vereador, no âmbito da Administração municipal direta e indireta, abrangendo o impedimento à participação como membro em conselho e comissões municipais.

A participação de vereador em entidades não governamentais, em que há o aporte e gerenciamento de recursos públicos municipais, como tesoureiro ou membro de diretoria implica em incompatibilidade com o exercício da vereança, sendo apropriado ao edil, por considerações de ordem moral ou por interesse da entidade que integra, se abster de intervir e votar nas deliberações, justificando-se perante o plenário.

Inexistindo o aporte de recursos públicos para a entidade não-governamental, não se opera qualquer restrição à participação de vereador como presidente, secretário ou tesoureiro da entidade.

Origem: Câmara Municipal de São Miguel do Oeste  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC6283102/93  
Parecer nº: COG-383/99  
Sessão: 04.08.1999

.....

**736.** Os fundos especiais municipais criados nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, ante a ausência de personalidade jurídica, estão impedidos de celebrar contratos sem interveniência do Município.

É admissível a transferência de titularidade de contrato, legalmente celebrado, que tem por objeto a prestação de serviços de saúde aos servidores do Município, para entidade municipal criada para essa finalidade, quando constituída sob a forma de autarquia ou fundação pública - embora com denominação de Fundo -, por acordo entre as partes, mantidas as condições originais do contrato.

A variação contratual decorrente do acréscimo ao objeto do contrato está sujeita aos limites estabelecidos pelos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, excetuando-se a decorrente da aplicação de cláusulas contratuais relativas a reajustes dos preços inicialmente pactuados, conforme § 8º do art. 65 daquela Lei.

Será obrigatória nova licitação para contratações que excederem o limite previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, pois as dispensas de licitações estão restritas às hipóteses e condições impostas pelos arts. 24 a 26 da Lei de Licitações. O Município está sujeito às regras do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS quanto

aos servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, incluindo as indenizações e a contribuição sobre a remuneração dos servidores previstas nas normas daquele Fundo.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC5340500/93  
Parecer nº: COG-365/99  
Sessão: 09.08.1999

.....

**737.** É possível que o município, mediante lei municipal, adote Parecer embasado sócio-econômico através de um controle cadastral sobre questões pessoais dos requerentes, de cunho sócio-econômico, objetivando constatar quem realmente necessita dos serviços colocados à disposição da população, para determinar quais os munícipes beneficiários dos serviços de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio, podendo ressaltar que tal Parecer somente será usado quando não se puder atender a toda demanda, com suporte do art. 194, inciso III, da Constituição Federal.

Ainda que o município integre o Sistema Único de Saúde (art. 198 da Constituição Federal/88), os procedimentos poderão ser também usados em relação à concessão de medicamentos e exames não cobertos pelo SUS, uma vez que isso não invalida outras ações governamentais visando minorar as naturais deficiências do serviço prestado, posto que compete ao município, prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, consoante disposição contida no art. 30, inciso VII, da Constituição Federal.

O município poderá adotar Parecer sócio-econômico, e implementar a concessão de medica-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

mentos e exames não cobertos pelo SUS, dispondo, mediante lei municipal, acerca das ações e serviços de saúde, e sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, conforme art.197, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6235601/94  
Parecer nº: COG-352/99  
Sessão: 11.08.1999

.....

**738.** É vedada a concessão das vantagens pecuniárias previstas no art. 90, incisos XVIII, da Lei Orgânica Municipal, e no parágrafo 2º, do art. 56, da Lei Municipal nº 947, de 16 de abril de 1991, aos servidores que se aposentarem, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, do art. 40 da Constituição Federal, uma vez que o servidor inativo passará a perceber remuneração superior a que percebia quando em atividade.

Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos, sendo vedado que uma mesma vantagem seja repetidamente computada sobre as demais vantagens, alcançando, inclusive, os proventos de aposentadoria, nos termos do disposto no inciso XIV, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

O disposto no inciso XXI, do art. 90 da Lei Orgânica Municipal, e os parágrafos 1º, do art. 56 da Lei Municipal nº 947, de 16 de abril de 1991, conflitam com o previsto no inciso XIV, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de

1998, uma vez que é vedado o cálculo cumulativo de uma vantagem sobre a outra.

A Emenda Constitucional nº 19, de junho de 1998, à Constituição Federal, não impede a concessão de vantagens, mas estabelece a base de cálculo para o cômputo destas, que é o vencimento do servidor, acrescido das vantagens permanentes, estabelecidas em Lei, e veda o cálculo cumulativo de uma vantagem sobre a outra, a teor do inciso XIV, do art. 37, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC0534605/96  
Parecer nº: COG-335/99  
Sessão: 16.08.1999

.....

**739.** Nos termos do estatuto dos servidores públicos municipais de Campos Novos, completando o servidor cinco anos ininterruptos no exercício de suas funções, poderá de pleno direito usufruir três meses de licença, uma vez alcançado este requisito base.

Não sendo intenção do servidor o gozo integral de tal licença, e pretendendo ele a conversão em pecúnia, impõe-se observar a proporcionalidade de um terço, admitida pela regra legal.

Origem: Câmara Municipal de Campos Novos  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC6601111/95  
Parecer nº: COG-408/99  
Sessão: 16.08.1999

.....

**740.** O Município, com a promulgação da Constituição Federal de 1998, passou a reger-se por Lei Orgânica própria (Constituição Federal, art.

29, *caput*), votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, e na Constituição do respectivo Estado, estando revogada a Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 1975, do Estado de Santa Catarina.

Origem: Câmara Municipal de Cerro Negro  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6702901/90  
Parecer nº: COG-402/99  
Sessão: 16.08.1999

.....

**741.** Mediante assinatura de convênio, a inclusão de contribuição espontânea advinda de consumidores na fatura de água do SAMAE, em favor de entidades beneficentes ou filantrópicas é possível, desde que expressamente autorizada pelo usuário.

Poderá o Município, devidamente autorizado por lei, conceder subvenções sociais à entidade filantrópica, que visa a prestação de serviços de assistência social, médica e educacional.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6374101/90  
Parecer nº: COG-394/99  
Sessão: 18.08.1999

.....

**742.** É vedado à Câmara de Vereadores realizar Despesa Pública fora da finalidade de suas funções de legislar, fiscalizar, assessorar o Poder Executivo e administrar os seus próprios serviços.

Os dispêndios com pesquisa popular de avaliação do desempenho da Câmara não se configuram como de finalidade pública, não se enquadrando entre as atribuições deferidas ao Poder Legislativo.

Origem: Câmara Municipal de Descanso  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6697901/92  
Parecer nº: COG-413/99  
Sessão: 18.08.1999

.....

**743.** O cumprimento por parte do Município do comando da Constituição Federal (art. 37), e do preceituado no art. 111, parágrafo único, da Constituição do Estado, com redação da Emenda nº 21/2000, mediante a publicação dos atos administrativos, observadas a ordem, no órgão oficial de publicação do Município, instituído por lei, ou no órgão de divulgação da respectiva associação municipal, ou em jornal local de circulação diária ou semanal na localidade, contratado mediante processo licitatório, ou em jornal da microrregião a que pertencer o município, de circulação diária ou semanal na localidade ou conforme dispuser a Lei Orgânica do município, não supre a obrigatoriedade determinada pelo art. 2º, da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997.

A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos financeiros, efetuado a qualquer título, por Órgãos e Entidades da Administração Federal Direta e as Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Federal, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de três dias úteis,

## Decisões em Consultas – Prejulgados

contado da data de recebimento dos recursos, nos termos do art. 2º, da Lei Federal nº 9452, de 20 de março de 1997<sup>155</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC7378905/92 Parecer nº: COG-416/99  
Sessão: 18.08.1999

.....

**744.** O Vice-Prefeito investido em cargo comissionado, considerada a ausência de proibitivo expresso na Lei Orgânica Municipal, deve optar entre a remuneração afeta ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, posto que a Constituição Federal não permite a percepção cumulativa e o art. 25, § 1º, da Constituição Estadual, aplicado por analogia, lhe faculta a opção pela remuneração.

Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Po-

der Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal<sup>156</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Salete  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC0468700/89 Parecer nº: COG-448/99  
Sessão: 23.08.1999

.....

**745.** Com a inativação, o servidor perde a titularidade do cargo que ocupava, passando a perceber somente os proventos de aposentadoria.

A sua manutenção no cargo, inclusive com pagamento de salários ou vencimentos, é ilegal.

Origem: Prefeitura Municipal de São José do Cerrito  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC6671208/90  
Parecer nº: COG-406/99  
Sessão: 23.08.1999

<sup>155</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O cumprimento por parte do Município do comando da Constituição Federal (art. 37), e do preceituado pela Constituição do Estado de Santa Catarina (art.111, parágrafo único), quando a publicação dos atos administrativos no boletim oficial do Município ou da respectiva Associação Municipal e em jornal de circulação local ou da microrregião a que pertencer e, na falta deles, em edital que será afixado na sede da Prefeitura e da Câmara, não supre a obrigatoriedade determinada pelo art. 2, da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997. A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos financeiros, efetuado a qualquer título, por Órgãos e Entidades da Administração Federal Direta e as Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Federal, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de 03 dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos, nos termos do art. 2, da Lei Federal nº 9452, de 20 de março de 1997.”

<sup>156</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002, exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O Vice-Prefeito investido em cargo comissionado, considerada a ausência de proibitivo expresso na Lei Orgânica Municipal, deve optar entre a remuneração afeta ao mandato eletivo e o vencimento do respectivo cargo, posto que a Constituição Federal não permite a percepção cumulativa e o art. 25, § 1º, da Constituição Estadual, aplicado por analogia, lhe faculta a opção pela remuneração. O Secretário Municipal, ainda que categorizado como agente político, encontra-se investido em cargo de confiança. Sendo ocupante de cargo lhe é conferido o direito à percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no §3º do art. 39 da Constituição Federal.”



746. A contratação pelo Município de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deve se pautar na temporariedade, que está intrinsecamente ligada à questão da necessidade que justifique o interesse público da contratação, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

A Lei Municipal que regulamentar o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, deve estabelecer as hipóteses e condições em que serão realizadas admissões temporárias de pessoal para atender excepcional interesse público, o prazo máximo de contratação, salários, direitos e deveres, proibição de prorrogação de contrato e de nova contratação da mesma pessoa, ainda que para outra função.

O recrutamento do pessoal a ser contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deverá ser feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito à ampla divulgação, observada a dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização legislativa.

Os gastos com a folha de pagamento do pessoal contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estão inseridos entre as Despesas de Pessoal, sendo que o montante que o Município poderá despendar, está incluído no limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Municipal, nos termos do art. 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 96/99.

Origem: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6601501/90 Parecer nº: COG-417/99  
Sessão: 25.08.1999

.....

747. A validade de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e a Fazenda Federal, obtida junto a

Internet está condicionada a posterior verificação em endereço específico na rede mundial de computadores, em consonância com o disposto na Ordem de Serviço nº 207/99, do Instituto Nacional de Seguro Social e na Portaria nº 414/98, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

A nova forma de obtenção e apresentação de documentos necessários à habilitação em processo licitatório dispensam assinaturas ou autenticação em cartório.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC6739501/90 Parecer nº: COG-414/99  
Sessão: 25.08.1999

.....

748. É vedado aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvado, na forma da lei, a colaboração de interesse público, nos termos do artigo 19, inciso I, da Constituição Federal.

A colaboração financeira de interesse público ou qualquer outro auxílio de bens materiais públicos, que torna lícita a aliança entre o Estado e as organizações religiosas, é aquela que diz respeito principalmente ao setor educacional, assistencial e hospitalar, tais como as concedidas às creches, as casas de assistência, de auxílio, de socorro, e santas casas, na forma e nos limites da lei.

Origem: Câmara Municipal de São José do Cerrito  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6697101/99  
Parecer nº: COG-429/99  
Sessão: 30.08.1999



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**749.** A Legislação Municipal definirá o número de vias suficientes dos documentos que devem ser arquivados, e a qual setor do Poder Executivo ficará vinculado, bem como, disciplinará os critérios de organização, de gestão, e o acesso aos documentos do arquivo municipal, em consonância com o artigo 21, da Lei Federal nº 8.159, de 08.01.1991, observadas as normas da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC8632106/94 Parecer nº: COG-445/99  
Sessão: 30.08.1999

.....

**750.** Em sua competência de legislar sobre assuntos de interesse local (Constituição Federal, art. 30 inciso I), cabe ao Município decidir acerca da concessão de auxílio a entidade privada, observados os princípios básicos estabelecidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Os elementos necessários a serem cumpridos pelo Município, para a concessão de auxílio financeiro a entidade privada, compreendem:

- a) legislação municipal dispondo sobre condições e requisitos para sua concessão;
- b) autorização de crédito (orçamentário, suplementar), obedecida à classificação institucional, funcional - programática e econômica, instituída pela Lei Federal 4.320/64;
- c) atendimento as fases da despesa pública, notadamente quanto ao empenho, liquidação e pagamento<sup>157</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Campos Novos  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: TC8012306/91

Parecer nº: COG-451/99

Sessão: 01.09.1999

.....

**751.** A atividade financeira, à qual está inserida a modalidade de empréstimo em moeda, é exclusiva das instituições financeiras e cooperativas de crédito, que dependem de autorização específica do Banco Central.

Ao Município, que não se enquadra em tais hipóteses, é vedado efetuar, através do Fundo de Aposentadoria, Pensão e Plano Assistencial empréstimos em dinheiro a seus contribuintes e segurados, mesmo com autorização legislativa, pois não se constitui, a mencionada entidade, em instituição financeira.

Origem: Prefeitura Municipal de Turvo  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 54678/00-91  
Parecer nº: COG-389/99  
Sessão: 06.09.1999

.....

**752.** Por interesse da Administração Pública, poderá o Município nomear servidor inativado para ocupar cargo em comissão, devendo ser observado, porém, que tais cargos destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 77274/08-95  
Parecer nº: COG-444/99  
Sessão: 06.09.99

<sup>157</sup> Observar requisitos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

753. O Conselho Tutelar, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo e seus membros não se classificam como servidores municipais, como tais entendidos na Legislação e na doutrina, exercendo uma função pública temporária, decorrente do exercício de mandato, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade.

Lei municipal deverá disciplinar o funcionamento do Conselho Tutelar, definir a natureza da remuneração dos seus membros, fixando seu valor mensal quando houver dedicação exclusiva, vedada, todavia, a acumulação com a remuneração de outro cargo, emprego ou função públicos, nos termos do art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal.

Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos do parágrafo único do art. 134 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990<sup>158</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Sul  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: 8326502/93 Parecer : COG-463/99  
Sessão: 08.09.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: TC-9612503/99

Sessão: 08.12.1999 <sup>159</sup>

Processo nº: TC-9469509/98

Sessão: 27.12.1999 <sup>160</sup>

.....

754. As prestações de contas de recursos repassados a título de transferências, inclusive auxílios e contribuições, a instituições oficiais ou particulares, para aplicação em pesquisa científica e tecnológica, e desenvolvimento institucional, visando a concessão de bolsas de estudo e pesquisa; a promoção de estágios; e, o desenvolvimento de pesquisa, formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, poderão ser efetuadas no prazo de até seis meses, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação, por escrito, do titular da unidade gestora repassadora dos recursos.

Origem: Fundação de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 65551/01-92  
Parecer nº: COG-336/99  
Decisão: 193/99 Sessão: 06.09.99

.....

<sup>158</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "O Conselho Tutelar, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo e seus membros não se classificam como servidores municipais nem como agentes políticos, como tais entendidos na legislação e na melhor doutrina; O Conselho Tutelar previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente terá disciplinado o seu funcionamento e eventual remuneração de seus membros através de lei municipal; O exercício de funções como membro de Conselho, será remunerado através de jetons ou similar; A legislação local deve estabelecer a espécie de remuneração e a que título fazem jus os membros do Conselho constituído no Município, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade; Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos do parágrafo único, do art. 134, da Lei Federal nº 8.069/90".

<sup>159</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680, no processo nº PAD-02/01566680.

<sup>160</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680, no processo nº PAD-02/01566680.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

755. Os encargos previdenciários e trabalhistas decorrentes dos contratos de trabalho são de responsabilidade da sociedade de economia mista, que também responderá por eventuais ações judiciais.

Quando da exoneração de diretores admitidos através da Consolidação das Leis do Trabalho, são devidas as verbas rescisórias e indenizatórias previstas na legislação.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 79197/11-98 Parecer nº: COG-496/99  
Decisão nº: 1349/99 Sessão: 27.09.99

.....

756. Observados os requisitos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, além da aprovação ou interveniência de órgãos e entidades estaduais e municipais que tenham vinculação com as questões sociais e legais da criança e do adolescente, tais como Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar do Município, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, Polícia Civil e Polícia Militar e viável a celebração de convênio entre o Departamento de Transportes e Terminais - DETER e a Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV para implantação do Projeto Guias Mirins no interior do Terminal Rita Maria, em Florianópolis, visando trabalho educativo, observadas, no que couber, as disposições da Lei Estadual nº 9.882/95 e Decreto nº 440/95.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC8795810/93 Parecer nº: COG-517/99  
Sessão: 04.10.1999

757. Compete à legislação municipal fixar os critérios de adesão e permanência de servidores inativos e pensionistas do Município de Jaborá ao Sistema Municipal de Assistência Social e de Saúde - SEMAS, instituído pela Lei Complementar nº 040/98, podendo ser facultativo, desde que haja permissão da legislação reguladora do Sistema.

Por imposição do artigo 201, *caput*, da Constituição Federal, Lei nº 9.717/99 e Portaria MPAS nº 4.992/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social, os benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, pensões e auxílio-reclusão, devem integrar sistema de previdência municipal, quando viável ou instituído por lei sua instituição, sendo vedada a inclusão desses benefícios no sistema de assistência social e a saúde.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaborá  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0434200/80 Parecer nº: COG-472/99  
Sessão: 18.10.1999

.....

758. Carece de amparo legal a eventual contratação, por dispensa de licitação, do arquiteto que em 1976 foi vencedor do concurso do projeto de construção do Terminal Rita Maria, administrado pelo DETER/SC, para elaboração de novo Projeto de Revitalização daquele Terminal.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC8677002/97 Parecer nº: COG-476/99  
Sessão: 18.10.1999

.....

759. Não poderão firmar ou manter contrato com o Município de Ibiam, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Ve-

readores, os Secretários Municipais ou autoridades equivalentes, e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até 2º grau, ou por adoção, salvo, se o contrato obedecer a cláusulas uniformes, nos termos dos artigos 24, *caput*, 54, I, “a”, e 91 da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 29, IX e 54, I, “a”, da Constituição Federal.

O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, não poderá participar direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra ou serviço ou do fornecimento de bens a eles necessários, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

O contrato administrativo e consensual, formal, oneroso, comutativo é realizado *intuitu personae*, objetivando o interesse público pela Administração e o lucro pelo particular, e por possuir características e peculiaridades próprias, além de comportar entre outras particularidades, alterações contratuais efetúveis bilateralmente e a garantia do contrato ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que resulta de dispositivo Constitucional (artigo 37, XXI), não pode ser considerado contrato de cláusulas uniformes.

Origem: Câmara Municipal de Ibiam  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: TC8906802/99  
Parecer nº: COG-493/99  
Sessão: 18.10.1999

.....

**760.** O Cupom Fiscal, emitido por equipamento de uso fiscal (ECF), é documento hábil para a comprovação da despesa pública, desde que contenha a especificação da despesa, de forma a permitir a verificação de sua natureza e sua vinculação aos objetivos da entidade, devendo, ainda, identificar o des-

tinatário da despesa, nos termos do artigo 15, inciso I, letra “g”, do Decreto nº 3.250, de 10 de outubro de 1998, combinado com o art. 60 da Resolução nº TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994.

O Cupom Fiscal, emitido por equipamento de uso fiscal (ECF), para fins de comprovação de despesa pública, deverá indicar: a data de emissão; o nome e o endereço da repartição destinatária; a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação; os valores, unitário e total, das mercadorias e o valor total da operação, e apresentar-se com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade, nos termos do art. 60, I, II e III combinado com o art. 58, parágrafo único, ambos da Resolução nº TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994.

Origem: Instituto de Seguridade dos Servidores de Jaraguá do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6095706/92  
Parecer nº: COG-510/99  
Sessão: 20.10.1999

.....

**761.** É incompatível a acumulação de dois cargos em comissão, no Poder Executivo e no Poder Legislativo, pelo mesmo servidor, por não se enquadrar nas exceções passíveis de acumulação estabelecidas pelo art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de São José do Cerrito  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6700201/92  
Parecer nº: COG-511/99  
Sessão: 20.10.1999

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**762.** As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área (Constituição Federal, art. 199, §1º e arts. 1º, 4º, 20 e 24 da Lei Federal nº 8080/90).

A contratação da prestação de serviços por particulares, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, deve obedecer às normas preconizadas pela Lei Federal nº 8.666/93 (art. 2º), vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções as instituições privadas com fins lucrativos (Constituição Federal, art. 199, § 1º).

A celebração de Convênio na área da saúde, entre pessoas jurídicas de direito público, e também com as respectivas entidades da Administração Indireta (autarquias e fundações) é possível, como forma de se estabelecer a colaboração na execução de serviços comuns, sendo que a participação complementar das instituições privadas no Sistema Único de Saúde pode ser efetivada mediante convênio, quando se tratar de entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos (Constituição Federal, art. 199 e arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8080/90).

O pagamento de despesas na saúde com a prestação de serviços de assistência médica efetuada por clínica privada e hospital, através de Convênio ou de Contrato é legal, desde que obedecidas as normas estabelecidas pela Constituição Federal e as preconizadas pela Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei Federal nº 8.666/93.

**763.** Os contratos regidos nos termos do art. 65, inciso II, letra “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, a teor do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapoá  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9957104/90 Parecer nº: COG-539/99  
Sessão: 20.10.1999

.....

**764.** Mediante autorização legislativa, pode o Município parcelar débitos junto ao Fundo de Assistência e Previdência Municipal, advindos dos atrasos nos pagamentos de contribuições previdenciárias.

Caso não exista dotação para acudir as despesas oriundas dos compromissos do parcelamento, deverá ser aberto crédito especial, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços.

Origem: Prefeitura Municipal de Urubici  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC7481305/94 Parecer nº: COG-566/99  
Sessão: 20.10.1999

Origem: Prefeitura Municipal de Coronel Freitas  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0458500/89 Parecer nº: COG-501/99  
Sessão: 25.10.1999

765. Ao servidor público é assegurado o direito a aposentadoria voluntária com proventos integrais calculados de acordo com o artigo 40, parágrafo 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, observando-se a regra permanente (aplicável a todos os servidores públicos), ressalvado o direito de opção pela regra de transição (aplicável somente àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração pública, direta, autárquica ou fundacional até 15 de dezembro de 1998, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20).

A regra permanente é aquela estabelecida no artigo 40, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, ou seja, o servidor deverá ter cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.

A regra de transição é aquela estabelecida no artigo 8º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, da Emenda Constitucional nº 20, ou seja, quando o servidor, cumulativamente: I - tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher; II - tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, a soma de:

- a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio das Antas  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC6639006/97 Parecer nº: COG-506/99  
Sessão: 25.10.1999

766. É vedado ao servidor estável do Poder Executivo ou Legislativo de determinado Município, seja qual for a área técnica de atuação, exercer função e/ou cargo técnico em outro Município, posto que não se enquadra dentre às exceções à regra da inacumulabilidade de funções públicas remuneradas prevista na Constituição Federal.

Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades confiadas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e remunerado pelo erário e função pública significa o exercício de atividades da competência da Administração, em nome desta e de acordo com suas finalidades, para atender ao interesse público.

Cargo técnico é o que exige conhecimentos profissionais especializados para o seu desempenho, dada a natureza científica ou artística das funções que encerra. Este é o sentido do texto constitucional, sinonimizando-o com cargo científico, para efeito de acumulação.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 67030/01-95 Parecer nº: COG-523/99  
Sessão: 25.09.1999

767. O Município não tem capacidade nem competência para perdoar suas próprias dívidas para com terceiros ou outros entes da administração pública municipal, no caso, para com o Fundo do Sistema Municipal de Assistência.



## Decisões em Consultas – Prejulgados

A remissão de dívida, prevista no artigo 150, § 6º, da Constituição Federal, é cabível somente em relação à dívida de terceiros para com o Município.

Mediante lei municipal autorizativa, poderá ser confessada e parcelada dívida da Prefeitura e da Câmara de Vereadores para com o Fundo do Sistema Municipal de Assistência referente às contribuições da parte patronal e da parte dos segurados não recolhidas na época devida.

Ao montante da dívida, apurado em moeda corrente nacional e em valores históricos, deve incidir correção monetária, conforme dispõem os artigos 117, *caput*, da Constituição do Estado de Santa Catarina e 94 da Lei Orgânica Municipal.

O Município deverá observar o disposto no artigo 98 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ao inscrever em dívida fundada interna o débito relativo aos compromissos de exigibilidade superior a doze meses contraídos para atender suas obrigações perante o Fundo do Sistema Municipal de Assistência.

Para que o Poder Executivo Municipal possa firmar documentos, celebrar acordos e conferir poderes para a boa e plena consecução dos objetivos previstos no anteprojeto, necessário se faz definir, detalhar e delimitar de forma clara e inequívoca o objeto dos atos administrativos que serão praticados e a abrangência dos poderes que serão delegados, mediante lei autorizativa, em cumprimento ao disposto no artigo 76, inciso XII e parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC5281000/92 Parecer nº: COG-541/99  
Sessão: 10.11.1999

.....

**768.** O projeto de decreto legislativo só passa a vigorar como decreto após superadas as fases pro-

cessuais de sua elaboração: iniciativa; discussão, votação e promulgação; e ainda, a sua publicação, para que se constitua em uma norma jurídica válida. Destarte, o pagamento de subsídio de Prefeito e Vice-Prefeito carece de permissivo legal se estiver sendo efetivado com supedâneo em projeto de decreto legislativo.

Para suprir a lacuna normativa e assegurar direito subjetivo público a percepção de subsídios por parte do Prefeito e do Vice-Prefeito, excepcionalmente, por iniciativa da Câmara Municipal poderá ser editada uma lei fixando os subsídios na legislatura em curso, mantendo, porém, os mesmos valores então pagos aqueles agentes políticos, sem qualquer majoração.

O julgamento das contas do município e de competência exclusiva da Câmara Municipal, como asentado no artigo 31, § 2º, da Constituição Federal, cuja decisão prevalece sobre o Parecer prévio do Tribunal de Contas quando tomadas por dois terços dos Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Palmitos  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9110806/94  
Parecer nº: COG-601/99  
Sessão: 10.11.1999

.....

**769.** Nos termos do artigo 111, parágrafo único, da Constituição do Estado de Santa Catarina, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 2000, a publicação e divulgação de leis e atos municipais que produzam efeitos externos devem ser feitas, obedecida a ordem, no órgão oficial de publicação do Município, instituído por lei; ou no órgão de divulgação da respectiva associação municipal; ou em jornal local de circulação diária ou semanal na localidade,



contratado mediante processo licitatório; ou em jornal da microrregião a que pertencer o município, de circulação diária ou semanal na localidade; ou conforme dispuser a Lei Orgânica do município.

As leis municipais e outras normas legais como decretos e resoluções da Câmara devem ser publicadas no órgão oficial de imprensa, nos termos do art. 1º da Lei 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil). Inexistindo imprensa oficial, permite-se a publicação em imprensa privada, selecionada mediante processo licitatório e qualificada como oficial por lei municipal. Havendo motivo legítimo e suficiente capaz de afastar as alternativas anteriores, a publicação se dará na conformidade da Lei Orgânica Municipal, inclusive, se nela prevista, mediante afixação dos textos legais, em lugar visível e de amplo acesso, nas sedes do Executivo e do Legislativo municipais.<sup>161</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9373602/96  
Parecer nº: COG-615/99  
Sessão: 10.11.1999

.....

770. É vedado ao Município instituir Fundo Municipal de Aval, por absoluta ausência de suporte constitucional e legal capaz de revestir seu ato de legalidade e probidade administrativas e dar plena legitimidade a sua atuação, em consonância com os artigos 22, incisos I e VII, 185, parágrafo único, e 187, inciso I, da Constituição Federal.

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC9387604/91

Parecer nº: COG-575/99

Sessão: 10.11.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/00196231

Parecer nº: COG-254/00

Decisão nº: 2230/00

Sessão: 07.08.2000

.....

771. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores municipais, que exerçam cargos de Chefia, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções, nos termos do art. 99, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Pouso Redondo.

O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, não poderá participar direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O contrato administrativo e consensual, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*, objetivando o interesse público pela Administração e o lucro pelo particular, e, por possuir caracte-

<sup>161</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A publicação e divulgação de leis e atos municipais que produzam efeitos externos deve ser feita no órgão oficial do Município ou da respectiva associação municipal e em jornal ou da microrregião a que pertencer e, na falta deles, em edital que será afixado na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal, nos termos do artigo 111, parágrafo único, da Constituição do Estado de Santa Catarina.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

terísticas e peculiaridades próprias, além de comportar entre outras particularidades, alterações contratuais efetúáveis bilateralmente, e a garantia do contratado ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que resulta de dispositivo Constitucional (art.37, XXI), não pode ser considerado contrato de cláusulas uniformes.

Mesmo mediante prévio processo licitatório o Município não poderá contratar com empresas com as quais tenha incompatibilidade negocial, porquanto contrato administrativo não é considerado contrato de cláusulas uniformes.

Origem: Câmara Municipal de Pouso Redondo  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9394104/95  
Parecer nº: COG-612/99  
Sessão: 10.11.1999

.....

772. A averbação de tempo de serviço em atividade rural pela administração pública, para efeito de aposentadoria só pode se dar considerando o tempo de contribuição a ele relacionado. A reciprocidade do computo de tempo de serviço público e privado, de natureza urbana ou rural, se restringe ao tempo de contribuição conforme prescreve o artigo 201, § 9º, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC8326603/96  
Parecer nº: COG-583/99  
Sessão: 17.11.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: TC9260302/90  
Parecer nº: COG-640/99  
Sessão: 29.11.1999

773. A vereadora gestante não tem o direito a licença a gestante, e nem a respectiva remuneração do cargo eletivo, por ausência de previsão legal na legislação municipal, podendo licenciar-se, para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse a cento e vinte dias por sessão legislativa, nos termos do art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9330208/90  
Parecer nº: COG-625/99  
Sessão: 17.11.1999

.....

774. Carece de amparo legal eventual alteração contratual visando promover acréscimo financeiro superior ao previsto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 (25%) quando as modificações introduzidas no projeto original da obra não decorram de fatos supervenientes (interferências imprevisas), constatados durante a execução do objeto do contrato, forem promovidas por exclusivo interesse do órgão contratante e poderiam ser previstas antes da celebração do contrato.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9366205/96  
Parecer nº: COG-608/99  
Sessão: 22.11.1999

.....

775. Apesar da Emenda Constitucional nº 19 ter suprimido o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas como garan-

tia constitucional dos servidores ocupantes de cargos públicos, a legislação do ente federado pode prever o adicional e disciplinar as atividades penosas, insalubres ou perigosas e fixar os valores do adicional.<sup>162</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Lages  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC8702209/93  
Parecer nº: COG-516/99  
Sessão: 24.11.1999

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/06421776  
Parecer nº: COG-663/00  
Decisão nº: 386/01  
Sessão: 26.03.2001<sup>163</sup>

776. A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A - CIDASC poderá ceder veículo de sua propriedade para uso da Secretaria de Estado da Saúde desde que observados os seguintes requisitos: 1) permissão pelos atos constitutivos da entidade e prévia e expressa autorização da Assembléia Geral dos acionistas; 2) caracterização do uso do veículo em ações diretamente relacionadas com as finalidades estatutárias e atividades desenvolvidas pela CIDASC; 3) celebração de Termo ou Contrato de Cessão de Uso, especifican-

do as condições da cessão, incluindo expressamente a finalidade da utilização e o prazo da cessão.

Origem: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9366104/93 Parecer nº: COG-638/99  
Sessão: 29.11.1999

777. Os servidores públicos civis do Município, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no artigo 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público (artigo 19, *caput*, do ADCT).

Aos servidores estáveis na forma do *caput*, do art. 19, quando se submeterem a concurso público de provas e títulos, pode o Município atribuir a eles a contagem como título, do tempo de serviço prestado ao Município, na forma da lei, nos termos do § 1º do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Lei municipal poderá estabelecer os critérios de pontuação, compreendendo inclusive, o tempo de serviço municipal como critério de desempate, nos termos do § 1º do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>162</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "A Constituição Federal nos termos do artigo 39, § 3º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, suprimiu o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei (Constituição Federal, art. 7º, inciso XXIII), concedido aos servidores ocupantes de cargos públicos, anteriormente previstos pela redação originária da Constituição Federal de 1988. A concessão e o conseqüente pagamento do adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, por não mais se aplicar aos servidores ocupantes de cargo público, e em não havendo manifestação conclusiva do órgão competente do Poder Judiciário, configura-se como ilegal, por ferir preceito Constitucional (Constituição Federal, art. 39, § 3º)."

<sup>163</sup> Reformada pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Ficam excluídos da incidência do *caput* do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, ou cargos que a lei declare de livre exoneração, exceto no caso de se tratar de servidor e os professores de nível superior, nos termos da lei (art. 19, § 2º e § 3º, do ADCT/CF).

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9338808/99 Parecer nº: COG-647/99  
Sessão: 01.12.1999

.....

**778.** Despesas com diárias, transporte e outros, só podem ser legitimamente pagas, quando houver afastamento temporário dos vereadores e/ou servidores da Sede de suas funções, para o cumprimento de sua finalidade pública, reconhecida pelo órgão legislativo.

Tais gastos submetem-se, como os demais atos administrativos, ao princípio da legalidade, razão pela qual devem estar previstos em ato normativo próprio e, por tratar-se de despesa pública, sujeitam-se a existência de dotação orçamentária específica e recursos disponíveis.

As despesas deverão sempre subordinarem-se as suas finalidades, sob pena de ilegalidade do ato, não-convulidável, por desvio de finalidade.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC7466705/91  
Parecer nº: COG-630/99  
Sessão: 06.12.1999

.....

**779.** Na hipótese de extinção de fundo previdenciário municipal, mediante processo

legislativo regular, o numerário atualizado deverá ser depositado em conta bancária a parte e ser contabilizado em separado.

Os valores existentes para custear a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, só poderão ser utilizados no pagamento dos benefícios concedidos, no pagamento de débitos com o INSS, na Constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei nº 9.717/98 e para cumprimento do art. 20 do Decreto nº 3.112/99.

Origem: Prefeitura Municipal de Riqueza  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC8178403/97  
Parecer nº: COG-635/99  
Sessão: 08.12.1999  
Decisão Análoga:

Processo nº: 9787209/97  
Parecer nº: 634/99  
Decisão nº: 2665/99  
Sessão: 27.12.1999

.....

**780.** Não é permitido o recebimento de mais de uma aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo, no caso de direito adquirido.

O servidor titular de cargo efetivo e aposentado compulsoriamente aos setenta anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

O servidor titular de cargo efetivo, já sendo beneficiado com uma aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, fica impossibilitado de ser beneficiário de outra, conforme proibição expressa do art. 124, inciso II, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Ao completar o servidor setenta anos, deverá operar-se a rescisão do seu contrato de trabalho, por não mais poder permanecer em atividade no serviço público, a teor do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com as verbas rescisórias previstas na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior a do início da inatividade, nos termos do art. 54, do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9260403/92  
Parecer nº: COG-624/99  
Sessão: 08.12.1999

As Câmaras Municipais, na medida em que suas respectivas mesas Diretoras procedem a execução orçamentária e atuam como agentes ordenadores de despesas, sujeitam-se à fiscalização do Tribunal de Contas, do mesmo modo que o Poder Executivo.

O Tribunal de Contas pode realizar, a qualquer momento, inspeções e auditorias nos órgãos sujeitos a sua jurisdição, cabendo-lhe apontar as irregularidades encontradas.<sup>164</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Ibiam  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC5591400/96  
Parecer nº: COG-554/99  
Sessão: 13.12.1999

781. Aplicam-se aos municípios o disposto no artigo 71, II, da Constituição Federal. Instituído a Câmara sua contabilidade própria, será de sua responsabilidade elaborar os balancetes de verificação de todas as contas, com os movimentos e saldos, inclusive o do final do exercício, os quais terão que ser remetidos ao Poder Executivo, em tempo hábil, para os efeitos de registros contábeis nos diferentes sistemas e de sua consolidação no Balancete e Balanço Geral do Município.

782. É legal a averbação de tempo de serviço público preterido, Municipal e Federal, com fulcro em lei anteriormente vigente, se nessa época o servidor já integrava os quadros da Administração Estadual. A prevalência sobre a norma ora em vigor se dá em observância ao direito adquirido.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan

<sup>164</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Aplica-se aos municípios o disposto no artigo 71, II, da Constituição Federal. Instituído a Câmara sua contabilidade própria, será de sua responsabilidade elaborar os balancetes de verificação de todas as contas, com os movimentos e saldos, inclusive o do final do exercício, os quais terão que ser remetidos ao Poder Executivo, em tempo hábil, para os efeitos de registros contábeis nos diferentes sistemas e de sua consolidação no Balancete e Balanço Geral do Município. As Câmaras Municipais, na medida em que suas respectivas mesas Diretoras procedem a execução orçamentária e atuam como agentes ordenadores de despesas, sujeitam-se à fiscalização do Tribunal de Contas, do mesmo modo que o Poder Executivo. O Tribunal de Contas pode realizar, a qualquer momento, inspeções e auditorias nos órgãos sujeitos à sua jurisdição, cabendo-lhe apontar as irregularidades encontradas. É lícito remunerar o comparecimento à sessão extraordinária da Câmara Municipal dentro do período ordinário, desde que haja previsão na Lei Orgânica do Município; Os valores pagos pelas sessões extraordinárias devem observar, obrigatoriamente, todos os limitadores constitucionais relativos a remuneração dos agentes políticos, inclusive o percentual de 5% da receita municipal.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Processo nº: TC9111008/90

Parecer nº: COG-561/99

Sessão: 13.12.1999

.....

**783.** A regulamentação acerca do pagamento a servidor ocupante de cargo comissionado, de gratificação por dedicação exclusiva e adicional por tempo de serviço prestado a outras esferas de Poder, pressupõe a existência de lei local, disciplinando as hipóteses para a concessão.

Origem: Prefeitura Municipal de Biguaçu

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 93130/08-95

Parecer nº: COG-726/99

Sessão: 29.12.1999

.....

**784.** É admissível a aplicação de multas pela CELESC a entidades da administração indireta, inclusive a CASAN, em razão do atraso no pagamento das faturas de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Decreto-Lei nº 2.432/88 e Portaria nº 222/87, alterada pelas Portarias nº 486/96 e 466/97, do DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Salvo devidamente justificada e caracterizada a incapacidade ou o comprometimento financeiro da entidade devedora que impossibilitaram a quitação tempestiva dos débitos sem acarretar outros prejuízos, os ordenadores de despesa que deram motivo ao atraso poderão responder pelos prejuízos causados à entidade.

No caso específico da presente operação de solvência de dívida entre a CASAN e a CELESC, mediante transformação da dívida em participação acionária da empresa credora no capital da deve-

dora, devidamente autorizado por lei, em face de justificativa circunstanciada, poderá ser relevada eventual responsabilização decorrente de penalizações aplicadas.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
- CELESC Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC9685301/93

Parecer nº: COG-743/99

Sessão: 29.12.1999

.....

**785.** O acesso a cargo ou emprego público deve ser precedido por concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvado, no entanto, os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Os casos de contratação por prazo determinado, exceção à regra do concurso público, serão estabelecidos em lei e deverão atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Excepcionalmente, e mediante contrato de locação civil de serviços, poderá haver contratação de pessoal, obedecidos os princípios contidos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo necessária autorização legislativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Indaial

Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: TC0344800/85

Parecer nº: COG-666/99

Decisão nº: 062/00

Sessão: 21.02.2000

.....

**786.** O artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer quais despe-



sas considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino, não autoriza o Município a empenhar e pagar Maestro contratado para Regência do Coral Municipal Adulto, dentro do limite constitucional que determina aos Municípios a aplicação de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Constituição Federal, art. 212).

Origem: Prefeitura Municipal de Coronel Freitas  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9540005/96  
Parecer nº: COG-678/99  
Decisão nº: 077/00  
Sessão: 23.02.2000

787. É vedado permuta de servidores públicos municipais por profissionais de entidades filantrópicas da área da educação e assistência social, independentemente de estarem cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e existir autorização pelo Poder Legislativo local, por ferir os preceitos constitucionais relativos ao ingresso no serviço público (art. 37, I e II, da Constituição Federal) e princípios norteadores da Administração Pública.

Origem: Câmara Municipal de Tubarão  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC9612311/90  
Parecer nº: COG-688/99  
Decisão nº: 081/00  
Sessão: 23.02.2000

788. A alienação de bens, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, de-

pende de autorização legislativa, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada.

Origem: Câmara Municipal Santa Terezinha do Progresso  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9629808/98  
Parecer nº: COG-735/99  
Decisão nº: 082/00  
Sessão: 23.02.2000

789. É vedado à Administração Municipal repassar recursos financeiros à Associação dos Municípios da Microrregião para que esta, por si ou mediante convênio com organização não governamental, efetue a contratação de pessoal, outros serviços e fornecimentos para a manutenção do Centro de Internamento Provisório para Adolescentes autores de atos infracionais.

O repasse de recursos financeiros à Associação dos Municípios da Microrregião para que esta, por si ou mediante convênio com organização não governamental, efetue a contratação de pessoal, outros serviços e fornecimentos, contraria o disposto no artigo 37, incisos II e XXI, da Constituição Federal, e o artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93. A manutenção do Centro de Internamento Provisório para Adolescentes autores de atos infracionais é atribuição própria do Estado, nos termos do artigo 24, XV da Constituição Federal e do parágrafo único do artigo 261 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Origem: Prefeitura Municipal de Itá  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC9865106/96  
Parecer nº: COG-685/99  
Decisão nº: 078/00  
Sessão: 23.02.2000



## Decisões em Consultas – Prejulgados

**790.** Os gastos com aquisição de uniformes escolares para os alunos comprovadamente carentes que freqüentam o Ensino Fundamental, pertencentes à Rede Municipal de Ensino, conforme critérios definidos na legislação local, podem ser considerados como despesas em desenvolvimento e manutenção do ensino.<sup>165</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de São José  
Relator: Conselheiro Dib Cherem  
Processo nº: TC9891703/90  
Parecer nº: COG-707/99  
Decisão nº: 83/00  
Sessão: 23.02.2000

.....

**791.** Em decorrência do princípio da unidade, cada município deve editar uma única lei orçamentária anual, compreendendo o orçamento de todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, inclusive fundos, que englobará os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento em empresas controladas, nos termos do artigo 165 e parágrafos da Constituição Federal, não se admitindo leis orçamentárias específicas para fundos ou entidades pertencentes ao município.

Origem: Câmara Municipal de Salto Veloso  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9189508/90  
Parecer nº: COG-713/99  
Decisão nº: 92/00  
Sessão: 28.02.2000

**792.** Estando a dívida ativa municipal ajuizada ou não, pode o município apresentar projeto de lei específica, nos termos do § 5º do art. 86 da Lei Orgânica Municipal de Rio dos Cedros, propondo a remissão da cobrança de multa, vedada a concessão da remissão quanto à cobrança de juros, nos termos do artigo 161, *caput*, e § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, observadas, ainda, as prescrições contidas nos artigos 172, 180 e 113 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e na Lei Complementar nº 101/00 (art. 14) em relação às exigências para renúncia de receitas.

O projeto de lei orçamentária será instruído com demonstrativo setorizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, que deverá se constituir em Anexo da lei orçamentária anual, a teor do disposto no art. 165, § 6º da Constituição Federal de 1988, no art. 88, parágrafo 1º, da Lei Orgânica Municipal e no art. 5º da Lei Complementar nº 101/00.

Em tendo sido parte da matéria constante de projeto de lei, discutida e rejeitada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ou seja, mais da metade do número total de membros da Câmara, computando-se os presentes e ausentes à Sessão, conforme prescreve o artigo 37 da Lei Orgânica Municipal de Rio dos Cedros.

A forma de cobrança de honorários e custas judiciais, estando a dívida ativa em execução judicial, deverá ser a estabelecida na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e nas disposições do artigo

<sup>165</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Os gastos com aquisição de uniformes escolares para os alunos do Ensino Fundamental pertencentes à Rede Municipal de Ensino podem ser considerados como despesas em desenvolvimento e manutenção do ensino.”*

20 e seguintes, do Código de Processo Civil, que regem a execução judicial para cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal e respectivas autarquias.<sup>166</sup>

Processo nº: TC9315205/93

Parecer nº: COG-683/99

Decisão nº: 94/00

Sessão: 28.02.2000

Origem: Câmara Municipal de Rio dos Cedros

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: TC9287305/91

Parecer nº: COG-654/99

Decisão nº: 93/00

Sessão: 28.02.2000

794. Nos casos de substituição regular do Prefeito pelo Presidente da Câmara Municipal, lhe é assistido, ainda que omissa a Lei Orgânica Municipal, o direito a perceber proporcionalmente a remuneração legalmente fixada para o Chefe do Poder Executivo.

A permissão para o substituto perceber a remuneração que é devida ao Prefeito substituído, decorre da aplicação da analogia e do princípio da isonomia, conferindo, assim, igualdade de tratamento para idênticos.

793. A redução do valor proposto pelo Poder Executivo quando da solicitação para abertura de crédito suplementar, observada a finalidade geral da autorização solicitada, é admissível, desde que o Legislativo não concorde com o aumento de despesa prevista na Lei Orçamentária ou a criação de novas despesas ou, ainda, com o cancelamento de determinadas dotações.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC9460504/91

Parecer nº: COG-720/99

Decisão nº: 100/00

Sessão: 28.02.2000

Origem: Prefeitura Municipal de Celso Ramos

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

<sup>166</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "Estando a dívida ativa municipal ajuizada ou não, pode o município apresentar projeto de lei específica, nos termos do § 5º do art. 86 da Lei Orgânica Municipal, propondo a remissão da cobrança de multa, vedada a concessão da remissão quanto à cobrança de juros, nos termos do artigo 161, caput, e § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, observadas, ainda, as prescrições contidas nos artigos 172, 180 e 113 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66). O projeto de lei orçamentária será instruído com demonstrativo setorializado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, que deverá se constituir em Anexo da lei orçamentária anual, a teor do disposto no art. 165, § 6º da Constituição Federal de 1988, e no art. 88, parágrafo 1º da Lei Orgânica Municipal. Em tendo sido parte da matéria constante de projeto de lei, discutida e rejeitada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ou seja, mais da metade do número total de membros da Câmara, computando-se os presentes e ausentes à Sessão, conforme prescreve o artigo 37 da Lei Orgânica Municipal. A forma de cobrança de honorários e custas judiciais, estando a dívida ativa em execução judicial, deverá ser a estabelecida na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e nas disposições do artigo 20 e seguintes, do Código de Processo Civil, que regem a execução judicial para cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal e respectivas autarquias."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**795.** O servidor efetivo que averbar tempo de serviço público estadual prestado na administração direta, autárquica ou fundacional, na condição de comissionado ou contratado temporário, faz jus ao seu cômputo para fins de licença-prêmio.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Carlos Augusto Caminha  
Processo nº: TC9473402/98  
Parecer nº: COG-731/99  
Decisão nº: 96/00  
Sessão: 28.02.2000

.....

**796.** É proibido à autarquia municipal de Vargeão – ASSIMED, conceder empréstimos aos servidores da municipalidade, haja vista a sua natureza jurídica, que é de assistência à saúde.

A concessão de empréstimos é uma atividade típica de uma instituição financeira, cujo funcionamento depende de autorização do Banco Central.

Origem: Autarquia Municipal Vargeão ASSIMED  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9626604/94  
Parecer nº: COG-738/99  
Decisão nº: 101/00  
Sessão: 28.02.2000

.....

**797.** A terminologia adotada de modo uniforme aos agentes públicos, no que diz respeito à sua remuneração, é o subsídio, podendo o Presidente da Câmara perceber uma verba de cunho indenizatório, para despesas a que está obrigado, em razão da representação exercida no comando do Poder Legislativo.

É facultada à Câmara Municipal, no período legislativo em curso, a adequação da remuneração fixada aos Vereadores, através de lei, desde que a alteração efetivada não implique em majoração dos quantitativos estabelecidos e, em decorrência, evidencie nova fixação.

Origem: Câmara Municipal de Palmeira  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9286508/99  
Parecer nº: COG-718/99  
Decisão nº: 118/00  
Sessão: 01.03.2000

.....

**798.** A participação de Município como membro instituidor de Autarquia Intermunicipal depende de autorização do Poder Legislativo local, bem como autorização legislativa pelos demais Municípios admitindo o ingresso na entidade.

O orçamento de autarquia intermunicipal deve integrar as leis orçamentárias aprovadas pelas Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios-membros, por exigência da Constituição Federal (art. 165, § 5º). Conforme mandamento do artigo 167, V, da Carta Magna, os créditos adicionais dependem de autorização legislativa de todos os Municípios integrantes da entidade.

A criação, extinção e fixação de remuneração de cargos e outros atos que dependem de autorização legislativa somente terão validade para autarquia intermunicipal se amparados por lei aprovada por cada um dos municípios-membros.

A apreciação das contas de autarquia intermunicipal deverá ser realizada por todas as Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios-membros.

Origem: Prefeitura Municipal de Luzerna  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9387705/94  
Parecer nº: COG-659/99  
Decisão nº: 141/00  
Sessão: 08.03.2000

799. No presente caso, a contratação de terceiros (de advogados ou escritório de advogados constituídos em empresa especializada) será necessariamente precedida de licitação, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que a própria Administração Municipal solicitou e obteve várias propostas de escritórios especializados, restando caracterizada a viabilidade de competição.

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9413804/92  
Parecer nº: COG-684/99  
Decisão nº: 140/00  
Sessão: 08.03.2000

800. Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, incluída a complementação da União, quando for o caso, serão utilizados pelos Municípios, assegurados, pelo menos 60% (sessenta por cento) para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, nos termos do artigo 60, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do artigo 7º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Se aplicados corretamente os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e em havendo saldo remanescente, estes serão transferidos para o exercício seguinte, e deverão ser destinados e utilizados para a mesma finalidade.<sup>167</sup>

A aplicação das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Infantil deverá ser da seguinte maneira:

1. despesas realizadas tendo como fonte os 25% (vinte e cinco por cento) das receitas de impostos locais devem ser aplicadas não menos de 60% (sessenta por cento) no Ensino Fundamental e 40% (quarenta por cento) na Educação Infantil; 2. as despesas com os recursos vinculados do FUNDEF devem ser aplicadas totalmente no Ensino Fundamental.

Em havendo saldo remanescente, estes serão transferidos para o exercício seguinte, e deverão ser destinados e utilizados para a mesma finalidade (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), sendo vedada sua utilização para quitação de débitos de folhas de pagamento dos demais servidores, mesmo mediante autorização legislativa.

Se as despesas com a remuneração condigna conforme os termos da lei e o aperfeiçoamento do pessoal docente de demais profissionais da educação, ficarem aquém do estabelecido pela Constituição e pela legislação vigente, os recursos devem ser aplicados na forma do artigo 70, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Origem: Câmara Municipal de Cunha Porã  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC8304707/94  
Parecer nº: COG-571/99  
Decisão nº: 180/00 Sessão: 13.03.2000

<sup>167</sup> Observar art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**801.** O incentivo à cultura é considerado matéria de interesse local, podendo o Município estabelecer normas e procedimentos que induzam à preservação e a ampliação de movimentos e ambientes culturais. Entretanto, é vedada a vinculação de receita tributária à despesa específica, conforme o preceituado no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal. Destarte, norma legal que venha determinar a aplicação de percentual da receita tributária municipal em atividades culturais trará consigo a mácula da inconstitucionalidade. Na esfera Municipal, o apoio à cultura poderia se dar com incentivos implementados por lei local, seguindo como modelo a Lei Rouanet – Lei Federal nº 8.313/91.

Origem: Câmara Municipal de Xaxim  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9190007/98  
Parecer nº: COG-737/99  
Decisão nº: 181/00  
Sessão: 13.03.2000

.....

**802.** Os conselheiros tutelares devem ser entendidos como agentes públicos investidos em função pública destinada a zelar pelos direitos da criança e do adolescente, através de eleição direta feita pela comunidade local.

Os membros do conselho tutelar não possuem qualquer vínculo empregatício ou estatutário com o Município, não sendo possível o pagamento do acréscimo de 1/3 de férias anuais e décimo terceiro

salário aos referidos agentes públicos, pois tais direitos albergados na Constituição Federal são assegurados aos trabalhadores do setor privado e aos servidores públicos ocupantes de cargos ou empregos<sup>168</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9531907/91  
Parecer nº: COG-736/99  
Decisão nº: 260/00  
Sessão: 15.03.2000

.....

**803.** Ressalvados os casos especificados na legislação, a aquisição de peças e a contratação de serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários deve ser precedida de licitação, operacionalizadas conforme as características e peculiaridades de cada órgão/entidade, observando-se a legislação.

A contratação dos serviços de manutenção em veículos e equipamentos rodoviários pode se dar da seguinte forma: 1) através de diversas licitações, uma para cada necessidade (observando-se a modalidade adequada para o conjunto das licitações), incluindo-se ou não o fornecimento de peças; 2) através de licitação cujo contrato contemple o regime da empreitada por preço unitário, incluindo-se todos os serviços necessários, e utilizando-se da relação do preço homem/hora para a remuneração, com fornecimento de peças pelo órgão/entidade contratante; 3) através de licitação, conforme item anterior, com o fornecimen-

<sup>168</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "Os conselheiros tutelares devem ser entendidos como agentes honoríficos, investidos na condição de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, através de eleição direta feita pela comunidade local. O décimo terceiro salário e o gozo de férias anuais, constituem-se em direitos albergados na Constituição Federal, assegurados aos trabalhadores do setor privado e extensivos aos servidores públicos. Os membros do conselho tutelar não possuem qualquer vínculo empregatício ou estatutário com o Município, não sendo possível o pagamento de férias e décimo terceiro salário aos referidos agentes honoríficos."

to de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas;

A aquisição de peças pode ser operacionalizada:

- 1) juntamente com a contratação dos serviços, na forma do item anterior;
- 2) através de processo licitatório específico;
- 3) mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços;
- 4) excepcionalmente, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei Federal nº 9.648/98.

Origem: Departamento de Estradas de Rodagem  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC0605701/99  
Parecer nº: COG-465/99  
Decisão nº: 326/00  
Sessão: 20.03.2000

.....

**804.** Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der o ato aposentatório e, na forma da lei, corresponderão à remuneração do respectivo cargo.

No que tange aos direitos adquiridos pelo servidor público anteriormente à EC-20/98, é assegurada a concessão de aposentadoria a quem tenha cumprido os requisitos para a obtenção do benefício, com base na legislação vigente à época, de acordo com o art. 3º da referida emenda.

O cálculo dos proventos de aposentadoria, integrais ou proporcionais ao tempo de serviço deve ser feito de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições na legislação estabelecida ou nas condições da legislação atual (§ 2º do art. 3º da EC-20/98), sendo mantidos to-

dos os direitos e garantias assegurados na Constituição antes da Emenda, àqueles que cumpriram os requisitos para usufruir tais direitos nos termos do § 3º do art. 3º da EC.

Origem: Prefeitura Municipal de Itajaí  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC0266908/73  
Parecer nº: COG-679/99  
Decisão nº: 329/00  
Sessão: 20.03.2000

.....

**805.** É vedado ao Município instituir Fundo Municipal de Aval, por ausência de suporte constitucional e legal, capaz de revestir seu ato de legalidade e probidade administrativas, e dar plena legitimidade à sua atuação, em consonância com os artigos 22, incisos I e VII, 185, parágrafo único, e 187, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Origem: Prefeitura Municipal de Piratuba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9110907/97  
Parecer nº: COG-715/99  
Decisão nº: 330/00  
Sessão: 20.03.2000

.....

**806.** Nos termos do artigo 25, § 1º, da Constituição Estadual, o servidor público efetivo do Estado eleito para cargo de Vice-Prefeito somente pode ser afastado do cargo efetivo se estiver exercendo função executiva no município.

No Município de Guaraciaba, em face da vedação contida no artigo 76, II, da Lei Orgânica e a disposição do artigo 25, § 1º, da Constituição do Estado, o Vice-Prefeito não pode ser nomeado para cargo, em-



## Decisões em Consultas – Prejulgados

prego ou função pública em comissão, que são consideradas funções executivas ou administrativas remuneradas. O Vice-Prefeito somente pode ser designado para funções que não permitam edição de atos administrativos ou celebração de contratos, nem que exijam afastamento de cargo efetivo que eventualmente ocupe na Administração Pública Estadual.

Nos casos de regular opção pela remuneração do cargo efetivo é vedado perceber cumulativamente subsídio correspondente ao cargo eletivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9865207/99  
Parecer nº: COG-724/99  
Decisão nº: 331/00  
Sessão: 20.03.2000

.....

**807.** As Fundações Públicas são entidades de Direito Público, com personalidade jurídica de direito privado. A competência do Conselho Curador da Fundação está estampada no art. 14 do estatuto da própria entidade.

Os empregos e funções da Fundação referem-se a atividades permanentes da entidade e a investidura nelas, de empregados, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Estão sujeitas à prestação de contas de gestão ao Tribunal de Contas e a entidade a que são vinculadas, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

São Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público aquelas cujo custeio o erário concorra com mais de 50% de sua receita anual.

As Fundações instituídas mas não mantidas pelo Poder Público estão sujeitas tão somente à apresentação de prestação de contas dos recursos recebidos da entidade a que estão vinculadas, à própria entidade.

Origem: Câmara Municipal de Urussanga  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9467810/95 Parecer nº: COG-699/99  
Decisão nº: 408/00 Sessão: 22.03.2000

.....

**808.** Sobrevindo a morte de ordenador de despesa responsabilizado pelo cometimento de irregularidade na gestão da coisa pública, mantém-se na sua pessoa a responsabilidade. Na execução de decisão que implique na reparação de dano ao erário, esta será arcada pelos herdeiros, que se obrigam até os limites da parte que lhes couber na herança.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/01010875 Parecer nº: COG-090/00  
Decisão nº: 727/00 Sessão: 10.04.2000

.....

**809.** Despesas de Exercícios Encerrados, não empenhadas nas épocas próprias, que não tenham por base prévia autorização legal, cujas dotações em que deveriam ser empenhadas no exercício de origem, não dispunham de créditos orçamentários suficientes para comportá-las, poderão ser regularizadas mediante Crédito Especial ou através de seu reconhecimento por Lei da Câmara Municipal, e o seu consequente empenhamento nas dotações próprias de Despesas de Exercícios Anteriores, liquidação e pagamento, sem prejuízo da verificação de responsabilidade pela realização das mesmas nessas circunstâncias.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9058610/94  
Parecer nº: COG-088/00  
Decisão nº: 728/00 Sessão: 10.04.2000



Decisão Análoga:

Processo nº: 9190610/96  
 Parecer nº: COG-106/00  
 Decisão nº: 993/00 Sessão: 24.04.2000  
 Processo nº: 00/00136760  
 Parecer nº: COG-243/00  
 Decisão nº: 2266/00 Sessão: 09.08.2000  
 Processo nº: 00/01124293  
 Parecer nº: COG-729/00  
 Decisão nº: 604/01 Sessão: 16.04.2001

. . . . .

**810.** A realização de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia depende da existência de projeto básico aprovado pela autoridade competente, assim como de orçamento detalhado, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 8.666/93, admitindo-se a elaboração do projeto executivo (projeto final) concomitantemente à execução da obra, desde que autorizado pela Administração.

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
 Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
 Processo nº: TC9725711/92  
 Parecer nº: COG-015/00  
 Decisão nº: 875/00 Sessão: 17.04.2000

**811.** Na hipótese de extinção do regime próprio de previdência do Município, mediante processo legislativo regular, o numerário atualizado deverá ser depositado em conta bancária à parte e ser contabilizado em separado.

No caso de extinção aplica-se o disposto no art. 10 da Lei nº 9717/98, prescrevendo que no caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social, e no artigo 21 do Decreto nº 3112/99, o qual estabelece que na hipótese de extinção do regime próprio de previdência, os valores, inclusive o montante constituído a título de reserva técnica, existentes para custear a concessão e manutenção, presente ou futura, de benefícios previdenciários, somente poderão ser utilizados no pagamento dos benefícios concedidos e dos débitos com o INSS, na constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei nº 9717/98 e para cumprimento deste Decreto.<sup>169</sup>

Origem: Fundo Municipal de Previdência e Assistência Médica dos Servidores Públicos de Calmon

<sup>169</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Na hipótese de extinção do regime próprio de previdência do Município, mediante processo legislativo regular, o numerário atualizado deverá ser depositado em conta bancária à parte e ser contabilizado em separado. Aplicam-se, outrossim, no caso de extinção, o disposto no artigo 21 do Decreto-Lei nº 3112/99, bem como o artigo 10 da Lei nº 9717/98, verbis: Art. 21 do Decreto-Lei nº 3112/99: “Na hipótese de extinção do regime próprio de previdência, os valores, inclusive o montante constituído a título de reserva técnica, existentes para custear a concessão e manutenção, presente ou futura, de benefícios previdenciários, somente poderão ser utilizados no pagamento dos benefícios concedidos e dos débitos com o INSS, na constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei nº 9717/98 e para cumprimento deste Decreto.” Art. 10 da Lei nº 9717/98: “No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9387806/97  
Parecer nº: COG-621/99  
Decisão nº: 992/00 Sessão: 19.04.2000

.....

**812.** A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada em conformidade com as normas da instituição arquivística pública, no caso a Gerência do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, consoante Lei Federal nº 8.159/91 e Lei Estadual nº 9.747/94, e observada a legislação local.

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC0732500/90  
Parecer nº: COG-773/99  
Decisão nº: 991/00 Sessão: 24.04.2000

.....

**813.** As certidões negativas referentes a tributos incidentes sobre imóveis localizados no Município serão emitidas para cada inscrição imobiliária, condicionada à inexistência de débitos, inscritos ou não em dívida ativa, ou nas hipóteses elencadas no art. 206 do Código Tributário Nacional.

Origem: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9392708/98  
Parecer nº: COG-092/00  
Decisão nº: 992/00 Sessão: 24.04.2000

.....

**814.** Ao detentor de cargo público é delineado, por lei, atribuições específicas cujo desempenho não se deve atribuir a outro servidor ocupante de cargo diverso.

O exercício de atividades ou serviços estranhos à competência de um cargo caracteriza desvio de função, sendo vedado o exercício das funções de operador de máquinas por servidor que não seja ocupante do referido cargo.

Origem: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC9495401/97  
Parecer nº: COG-068/00  
Decisão nº: 979/00  
Sessão: 24.04.2000

.....

**815.** Ante a exigência legal (art. 6º da Lei Federal nº 9.717/98) de que exista conta do fundo distinta da conta do Tesouro da entidade federativa, criada especialmente para o recebimento dos valores recolhidos a esses Fundos, tem-se que os contribuintes deverão destinar os recursos a essas contas.

Contudo, no caso de inexistência dessa conta e, ainda, ante a negativa por parte do administrador do Fundo em criá-la, resta aos contribuintes recorrerem à prestação jurisdicional.

Origem: Câmara Municipal de Riqueza  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC0510908/99  
Parecer nº: COG-768/99  
Decisão nº: 1082/00  
Sessão: 03.05.2000

.....

**816.** É necessário autorização legislativa específica para a efetivação de pagamento referente à indenização a particulares resultante de acordo extrajudicial, em caso de responsabilidade civil (acidente de trânsito) do ente público quando não

houver norma na legislação Federal, Estadual e Municipal, nesta incluída a Lei Orgânica do Município, regulando a adoção de forma ou procedimento a ser observado.

A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, feita por decreto do Prefeito que identifique o imóvel, justifique sua escolha, especifique a sua destinação pública e aponte o dispositivo legal que a autorize, poderá efetivar-se mediante acordo extrajudicial, precedido de avaliação por comissão legalmente constituída, no que respeita à indenização a particulares, quando o poder expropriante e o expropriado acordam com relação ao preço, sem necessidade de autorização legislativa específica para a efetivação do pagamento, nos termos estabelecidos no artigo 6º combinado com o artigo 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, observada, se houver, legislação municipal aplicável à matéria.

Nos casos em que estiver tramitando demanda judicial, o acordo, quando for conveniente à Administração Pública, deve ser submetido ao Poder Legislativo Municipal para apreciação e autorização específica ao Prefeito, em vista do princípio da indisponibilidade dos bens públicos, para posterior homologação do juízo. Quando da apreciação de acordo judicial, se o Poder Legislativo Municipal decidir por não aprová-lo e não autorizar os pagamentos decorrentes, cumpre ao Poder Executivo exercer a defesa de seus atos até esgotados todos os recursos judiciais, usando de todos os meios legais ao seu alcance, para preservar o interesse público que se sobrepõe ao interesse de particulares.

O Poder Executivo sujeita-se aos limites constitucionais e legais de sua área de competência e aos princípios que regem o direito administrativo, dentre os quais o da supremacia do interesse público e o da indisponibilidade do interesse público, haven-

do por isso necessidade de lei para alienar bens, para outorgar concessões, para transigir, para renunciar direitos, etc., seja a prescrição legal, genérica ou específica autorizativa acerca da matéria (acordo extrajudicial ou judicial), considerando que os agentes do Estado somente podem praticar atos para os quais estejam autorizados por norma legal válida.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC9403904/93

Parecer nº: COG-732/99

Decisão nº: 1066/00

Sessão: 03.05.2000

.....

**817.** Compete à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, ao tomar conhecimento de indícios de irregularidades na realização de despesas, determinar as providências indispensáveis à avaliação, caso a caso, com instauração de processo administrativo, visando – no resguardo do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos – a apuração dos fatos, a quantificação do dano, bem como a identificação e a punição dos responsáveis nas esferas administrativa, cível e criminal, conforme o caso.

Em relação às despesas realizadas, ainda que não tenham sido obedecidas pela Administração as normas legais aplicáveis, estas, em princípio, deverão ser pagas, a título de indenização, ante a vedação de locupletamento ilícito do Poder Público às custas dos fornecedores, prestadores de serviços e executores de obras, conforme artigo 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas ou judiciais para apuração de responsabilidades.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Onde haja fundado indício de prática de atos visando obtenção de vantagem indevida, com participação do particular beneficiado, o pagamento de despesas realizadas sujeita-se à demonstração de inexistência de dano ao erário, porque incabível à Administração suportar os prejuízos, ante a indisponibilidade do interesse público. Quando comprovada prática de atos ilegais visando obtenção de vantagem indevida, os pagamentos devem ser suspensos pela Administração. Ao particular que se considerar prejudicado pela ausência de pagamento do montante que alega devido, estão disponíveis os mecanismos judiciais para obter indenização.

O resultado de cada processo administrativo, acompanhado, quando for o caso, da comprovação das providências adotadas para o resguardo do erário e a punição dos responsáveis, administrativa, cível e criminalmente, será submetido ao Tribunal de Contas, conforme disposto no art. 33, § 2º, da Lei Complementar nº 31/90 e no art. 101, § 2º combinado com art. 103 da Lei nº 9.831/95.

Na situação explicitada na consulta, o pagamento de despesas com publicidade depende de avaliação caso a caso, visando em especial comprovar se houve caracterização de promoção pessoal de autoridade ou de servidores, o que é vedado pelo art. 37, § 1º, da Constituição Federal. Caracterizada a promoção pessoal, deve a Administração adotar as providências acima enunciadas.

Origem: Secretaria de Estado de Governo  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9261904/91  
Parecer nº: COG-701/99  
Decisão nº: 1146/00  
Sessão: 08.05.2000

**818.** A assistência judiciária aos Policiais Militares, prevista no artigo 31, § 12, da Constituição Estadual e no artigo 50, IV, 'm', da Lei Estadual nº 6.218/93, pode ser prestada de forma direta, por servidores admitidos por concurso ou, indiretamente, com a contratação de advogados.

A contratação, em obediência ao princípio da publicidade, deve ser efetivada com a emissão de edital amplamente divulgado, visando a pré-qualificação dos profissionais interessados na prestação de serviços advocatícios, remunerados com base na tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na pré-qualificação se exigirá a regularização para o exercício da profissão, bem como a observância dos artigos 27 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, cujos documentos requeridos integrarão o registro cadastral a ser mantido e atualizado pela contratante.

Dentre os advogados da Comarca, pré-qualificados e inscritos no registro cadastral mantido pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, permitir-se-á ao Policial Militar a escolha daquele que atuará como seu patrono.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6741306/93  
Parecer nº: COG-433/99  
Decisão nº: 1272/00      Sessão: 15.05.2000

**819.** Através da lei local, de iniciativa do Prefeito Municipal, é possível alterar o regime jurídico dos servidores públicos adotado pelo Município, optando-se desta feita pelo estatutário.

É reconhecida a possibilidade de conversão do vínculo, desde que os servidores celetistas tenham ingressado no serviço público mediante concurso público.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC9204002/90  
Parecer nº: COG-712/99  
Decisão nº: 1260/00  
Sessão: 15.05.2000

.....

**820.** A criação, extinção ou transformação de cargos do quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal é de competência exclusiva da Câmara de Vereadores, mediante resolução, observado o rito próprio estabelecido na Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Se a tramitação e aprovação do instrumento normativo denominado “Lei nº 001.93.CVD”, aprovado pela Câmara de Vereadores de Descanso em 28 de maio de 1993, observou o rito de Resolução, são válidos os efeitos legais produzidos desde 01 de maio de 1993, porque foi instituída de acordo com a Constituição Federal, estando assegurados os direitos adquiridos pelos servidores por ela atingidos, podendo a Câmara promover alteração para substituir o termo “lei” pela expressão “resolução”.

Origem: Câmara Municipal de Descanso  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9312807/97  
Parecer nº: COG-778/99  
Decisão nº: 1273/00  
Sessão: 15.05.2000

.....

**821.** É vedado ao Município utilizar-se dos recursos de terceiros em seu poder, tais como as garantias de execução de contratos, devendo tais recursos permanecer depositados em conta bancária específica até a regular devolução aos legítimos credores.

Origem: Prefeitura Municipal de Salete  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC9498502/93  
Parecer nº: COG-014/00  
Decisão nº: 1326/00  
Sessão: 17.05.2000

.....

**822.** As disposições da Lei Federal nº 8.666/93 relativas à dispensa de licitação devem ser interpretadas restritivamente, pois a regra geral é a realização do processo licitatório, consoante mandamento do artigo 37, XXI, da Constituição Federal e artigo 2º da citada Lei.

A dispensa de licitação com fundamento no inciso V do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 só é admissível quando nenhum interessado apresentar envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços – licitação deserta. Não cabe a dispensa quando todos os participantes foram inabilitados ou desclassificados – licitação fracassada –, sujeitando a Administração à repetição do certame.

Origem: Companhia de Gás de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6672601/96  
Parecer nº: COG-350/99  
Decisão nº: 1369/00  
Sessão: 22.05.2000

.....

**823.** A Administração Municipal pode contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade meio do órgão público, nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição Federal, mediante lei municipal reguladora e observado o procedimento licitatório, conforme disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e nos artigos 2º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A realização de convênio com Cooperativa de serviços não é possível, uma vez que a relação estabelecida entre o Município e o particular neste caso, deverá ser formalizada através de contrato, após regular processo licitatório.

Lei municipal deverá regular a relação que se estabelecerá entre o Município e o eventual contratado, sendo que a contratação deverá ser realizada pelo Município, através da Secretaria Municipal de Saúde.<sup>170</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9480510/95  
Parecer nº: COG-85/00  
Decisão nº: 1379/00  
Sessão: 22.05.2000

.....

**824.** A averiguação pelo Tribunal de Contas de situação irregular no quadro de pessoal do Município de Imbituba, que redundou em decisão que apontou a necessidade de demissão de servidores, não conflita com a decisão e o acórdão da Justiça Trabalhista que determinara a reintegração dos servidores em seus cargos.

A reintegração deve ser efetivada porque as demissões não se processaram de acordo com princípios que regem a administração pública e não

oportunizaram o contraditório e a ampla defesa.

Para que se efetive as demissões dos servidores não-concursados e não-estabilizados pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, imperioso se faz o alcance de todos os servidores que se encontrem nessa situação, a formalização de processos individuais nos quais se permita o contraditório e a ampla defesa e ainda, a expedição de portaria singular para cada ato de demissão.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: TC9201808/93  
Parecer nº: COG-765/99  
Decisão nº: 1431/00  
Sessão: 24.05.2000

.....

**825.** Compete à Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas promover, junto à Procuradoria Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado, a execução das decisões emanadas do Egrégio Plenário, nos termos do art. 17, inciso III, e do art. 53, inciso II, da Lei Complementar nº 31, de 27 de setembro de 1990, e do art. 254, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

<sup>170</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A realização de Contrato de direito público, com Cooperativa, é possível, desde que observadas as normas da Lei Federal nº 8.666/93, ou, a formalização de Convênio com entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, para a operacionalização e execução dos serviços do Programa de Agentes Comunitários de Saúde. A Administração Municipal pode contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade meio do órgão público, nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição Federal, mediante lei municipal reguladora e observado o procedimento licitatório, conforme disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e nos artigos 2º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93. A realização de convênio com Cooperativa de serviços não é possível, uma vez que a relação estabelecida entre o Município e o particular neste caso, deverá ser formalizada através de contrato, após regular processo licitatório. Lei municipal deverá regular a relação que se estabelecerá entre o Município e o eventual contratado, sendo que a contratação deverá ser realizada pelo Município, através da Secretaria Municipal de Saúde.”



Origem: Prefeitura Municipal de Ouro  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: TC9287406/93  
 Parecer nº: COG-745/99  
 Decisão nº: 1435/00 Sessão: 24.05.2000

.....

**826.** Os procedimentos firmados no § 3º do artigo 169 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, são obrigatórios apenas quando a despesa de pessoal for superior a 60% da receita corrente líquida municipal, percentual este assentado na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Primeiramente deve-se reduzir em pelo menos vinte por cento os gastos com cargos em comissão e funções de confiança, para posteriormente proceder-se à exoneração dos servidores não-concursados e não-estabilizados pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Caso os gastos com pessoal estejam dentro do limite percentual, não se faz imperiosa a exoneração dos servidores não-concursados e não-estabilizados pelo artigo 19 do ADCT.<sup>171</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
 Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
 Processo nº: TC9655408/99  
 Parecer nº: COG-167/00  
 Decisão nº: 1432/00 Sessão: 24.05.2000

**827.** Não é possível caracterizar gastos com seguro total de veículos utilizados no transporte escolar dentro do percentual mínimo obrigatório destinado à educação, visto que tais despesas não se caracterizam como manutenção e desenvolvimento do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de São José  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 00/00010901  
 Parecer nº: COG-151/00  
 Decisão nº: 1495/00 Sessão: 31.05.2000

.....

**828.** Cabe ao proprietário de imóvel vizinho o ônus decorrente da transferência de equipamentos contidos no imóvel público, danificado em sua estrutura durante obras de construção de prédio contíguo por empresa construtora ou incorporadora, independentemente desta ter edificado as suas expensas novo prédio para abrigar aqueles equipamentos.

Tendo o órgão público arcado com as despesas, em razão da inadiabilidade da transferência para preservar o interesse público, cabe a cobrança judicial caso seja infrutífera a cobrança administrativa.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
 Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
 Processo nº: 00/00034924  
 Parecer nº: COG-158/00  
 Decisão nº: 1499/00 Sessão: 31.05.2000

.....

<sup>171</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "Os procedimentos firmados no § 3º do artigo 169 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, são obrigatórios apenas quando a despesa de pessoal for superior a 60% da receita corrente líquida municipal, percentual este, assentado na Lei Complementar nº 96/99, ainda vigente, e reiterado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Primeiramente deve-se reduzir em pelo menos vinte por cento os gastos com cargos em comissão e funções de confiança, para posteriormente proceder-se à exoneração dos servidores não concursados e não estabilizados pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Caso os gastos com pessoal estejam dentro do limite percentual, não se faz imperiosa a exoneração dos servidores não concursados e não estabilizados pelo artigo 19 do ADCT."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**829.** A publicidade de atos do Poder Público é admissível, desde que presente o caráter educativo, informativo ou de orientação social.

O Poder Legislativo pode divulgar seus atos administrativos, os atos da Mesa, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis que vier a promulgar em órgão regularmente eleito, respeitados os procedimentos licitacionais para a sua escolha, sendo vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Origem: Câmara Municipal de Tubarão  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/00148423  
Parecer nº: COG-149/00  
Decisão nº: 1500/00 Sessão: 31.05.2000

.....

**830.** É incompatível com a função legislativa e fiscalizatória, a participação de Vereadores como membros de Conselhos de Municípios, órgãos que visam auxiliar o Poder Executivo no estabelecimento de diretrizes, padrões e projetos municipais.

Origem: Câmara Municipal de São Joaquim  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/01011090  
Parecer nº: COG-141/00  
Decisão nº: 1501/00 Sessão: 31.05.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01596065  
Parecer nº: COG-294/01  
Decisão nº: 1354/01  
Sessão: 23.07.2001

.....

**831.** Carece de amparo legal a cessão de espaço publicitário nos uniformes e equipamentos da Polícia

Militar como contrapartida da aquisição destes por empresas privadas em contratos de parceria com aquela Instituição.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: TC7251005/91  
Parecer nº: COG-137/00  
Decisão nº: 1498/00  
Sessão: 31.05.2000

.....

**832.** Os atos concessivos de qualquer espécie de vantagens remuneratórias aos servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, e suas subsidiárias e controladas, incluídos os cargos de direção e assessoramento, exigem prévia aprovação do Conselho de Política Financeira, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.831/95 e incisos VII a XI do art. 2º do Decreto nº 6.310/90.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC9700311/91  
Parecer nº: COG-159/00  
Decisão nº: 1502/00  
Sessão: 31.05.2000

.....

**833.** Não compete à própria Câmara a anulação de Decreto Legislativo que rejeitou as contas municipais de ex-Prefeito, ainda que o Ministério Público tenha promovido o arquivamento de Representação para apuração de crime de responsabilidade, mesmo porque as irregularidades que ensejaram a rejeição subsistem no campo político-administrativo.

Na hipótese da sessão da Câmara que decidiu pela rejeição ter sido realizada sem observância do seu Regimento Interno (ilegalidade formal), a eventual anulação somente poderá decorrer de decisão judicial.

Origem: Câmara Municipal de Ipirá  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9546707/96  
Parecer nº: COG-142/00  
Decisão nº: 1547/00 Sessão: 05.06.2000

.....

**834.** As receitas de indenização ou restituição, recolhidas ao Município (via Prefeitura) através de Documento de Arrecadação Municipal ou outro equivalente, devem ser contabilizados no item orçamentário “1900.00.00 – Outras Receitas Correntes – 1920.00.00 – Indenizações e Restituições”.

Origem: Câmara Municipal de Bela Vista do Toledo  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9626705/97  
Parecer nº: COG-147/00  
Decisão nº: 1544/00 Sessão: 05.06.2000

.....

**835.** A instituição de benefício previdenciário a cargo do Poder Público deve ater-se aos objetivos constitucionais pertinentes à Administração Pública (arts. 37 e 169, *caput*, parágrafos e incisos), bem como àqueles referentes à Seguridade Social (arts. 194 e 195, § 5º, Constituição Federal).

A concessão de pensão especial cujo beneficiário seja cônjuge de vereador falecido, ainda que através de lei, sem a correspondente vinculação a plano de seguridade e conseqüente contribuição, afronta os princípios constitucionais.

A Mesa da Câmara Municipal é órgão competente para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, conforme art. 85, inciso VII, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A Câmara Municipal é poder competente para revogar lei municipal, em face do disposto nos arts. 51, inciso IV, e 52, inciso XIII, da Constituição Federal, aplicáveis, por simetria, no âmbito municipal.

Origem: Câmara Municipal de Descanso  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9806704/98  
Parecer nº: COG-124/00  
Decisão nº: 1540/00 Sessão: 05.06.2000

.....

**836.** É legítimo o pagamento de diárias a servidor público para participar de eventos ligados a entidades privadas fora de sua sede, desde que tais eventos sejam de interesse da Administração Pública e da coletividade como um todo.

Origem: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/00104302  
Parecer nº: COG-160/00  
Decisão nº: 1643/00 Sessão: 14.06.2000

.....

**837.** O Município deverá cumprir a Instrução Normativa nº 28, de 5 de maio de 1999, do Tribunal de Contas da União, que estabeleceu regras para a implementação da *homepage* Contas Públicas, de que trata a Lei Federal nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

A Instrução Normativa nº 28, de 5 de maio de 1999, do Tribunal de Contas da União, fixou o dia 15 de junho de 1999 como prazo de seu cumprimento, para

## Decisões em Consultas – Prejulgados

que os órgãos e entidades responsáveis tornem disponíveis, na Internet, os dados e informações, sem prejuízo dos demais prazos fixados nos incisos do art. 2º.

Para fiel e uniforme aplicação das normas constantes na Instrução Normativa nº 28/99, o Tribunal de Contas da União atenderá a consultas, coligará elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos e expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

Origem: Prefeitura Municipal de Xavantina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9612402/96  
Parecer nº: COG-03/00  
Decisão nº: 1638/00  
Sessão: 14.06.2000

.....

**838.** O Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre a Câmara Municipal de Joinville e Instituições de Ensino requer que o estágio se dê junto à Câmara Municipal, o que obsta a cessão de estagiários para diversos órgão e entes públicos, bem como para entidades privadas.

Origem: Câmara Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/00104051  
Parecer nº: COG-136/00  
Decisão nº: 1724/00  
Sessão: 19.06.2000

.....

**839.** Não constitui afronta ao disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 90/93, na redação dada pela Lei nº 1.149/93 (que proíbe, a partir da sua publicação, a nomeação em cargo em comissão ou a designação para função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau civil, inclusive, de qualquer dos respectivos membros ou juízes em atividade) a designação de servidor nomeado em cargo em comissão anteriormente à vigência do referido diploma legal, para responder pelas funções de cargo declarado vago, até a nomeação de seu titular, desde que as exerça em caráter temporário e cumulativamente com as funções do cargo que ocupa.

nação para função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau civil, inclusive, de qualquer dos respectivos membros ou juízes em atividade) a designação de servidor nomeado em cargo em comissão anteriormente à vigência do referido diploma legal, para responder pelas funções de cargo declarado vago, até a nomeação de seu titular, desde que as exerça em caráter temporário e cumulativamente com as funções do cargo que ocupa.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/00123510  
Parecer nº: COG-178/00  
Decisão nº: 1729/00  
Sessão: 19.06.2000

.....

**840.** No caso de rejeição de lei orçamentária, os gastos municipais devem ser suportados através de créditos especiais, mediante prévia e expressa autorização legislativa, desde que existam recursos disponíveis para cobrir as despesas a serem autorizadas.

Origem: Prefeitura Municipal de Bom Jesus  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9807005/91  
Parecer nº: COG-84/00  
Decisão nº: 1723/00  
Sessão: 19.06.2000

.....

**841.** Nos termos do art. 320 da Lei 9.503 de 23.09.97 – Código de Trânsito Brasileiro -, os recursos provenientes de multas por infração às normas de trânsito, devem ser aplicados, exclusivamente, para consecução de serviços de sinalização e engenharia

de tráfego e de campo, a cargo dos órgãos e entidades executivos rodoviários, bem como atividades de policiamento, fiscalização e educação de trânsito, a cargo dos órgãos e entidades executivos de trânsito.

Os recursos oriundos de multas por infração de trânsito, impostas pelos órgãos competentes, arrecadadas pelo Estado (receita orçamentária estadual), podem ser aplicados em ações de educação para o trânsito (art. 22 da Lei 9.503/97), para o aperfeiçoamento profissional, aquisição de equipamentos e materiais visando a consecução de ações de fiscalização (arts. 22, e 281 a 290) e policiamento ostensivo de trânsito (art. 23 do Código), a cargo dos órgãos e entidades executivos de trânsito estaduais, diretamente ou mediante convênio com a Polícia Militar (art. 23, III,), e contabilizados como despesa orçamentária do Estado.

Os recursos originários de multas por infração de trânsito arrecadados pelos entes municipais (receita orçamentária municipal) em decorrência de convênio firmado com a Polícia Militar (art. 23, III, da Lei 9.503/97), podem ser gastos pelo município no pagamento de despesas com aperfeiçoamento profissional dos policiais, aquisição de equipamentos e materiais para a Corporação, contabilizadas como despesa orçamentária municipal, visando exclusivamente a consecução de ações de policiamento ostensivo de trânsito nas vias públicas do município conveniente, sendo recomendável que o convênio especifique as despesas da Polícia Militar a serem suportadas pelo município por conta das receitas de multas de trânsito. (Nova redação dada pela Decisão nº 0429 de 29.03.2004)

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 9935906/91  
Parecer nº: COG-590/99  
Decisão nº: 1731/00  
Sessão: 19.06.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: TC8436603/92

Parecer nº: COG-589/99

Decisão nº: 1730/00

Sessão: 19.06.2000

**842.** A aposentadoria de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista é causa extintiva do contrato de trabalho, sendo ilegal a permanência no emprego público, exceto se admitido em cargo comissionado ou novo contrato decorrente de prévia aprovação em concurso público (art. 37, II, Constituição Federal).

Servidores aposentados não devem ser incluídos nos benefícios de programa de demissão voluntária, inclusive aqueles que permanecem no emprego de forma irregular, porque indevida qualquer indenização ou benefício além do pagamento pelos dias eventualmente trabalhados após a aposentadoria.

Para efeitos de programa de demissão incentivada, conta-se apenas o tempo de serviço prestado no segundo contrato decorrente de concurso público.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/00494500  
Parecer nº: COG-235/00  
Decisão nº: 1820/00  
Sessão: 26.06.2000

**843.** Existindo no quadro efetivo da Câmara de Vereadores o cargo de Contador, não se justifica a existência de um cargo em comissão de Diretor Financeiro para ser responsável pelos serviços de contabilidade pública, não podendo este último, por conseguinte, assinar as prestações de contas do Legislativo.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A efetivação da contabilidade por servidor efetivo detentor de cargo diverso e que não seja regularmente habilitado caracteriza desvio de função.

Inexistindo cargo de contador no quadro de servidores efetivos, excepcionalmente, a responsabilidade pelos serviços contábeis da Câmara poderá ser atribuída a profissional habilitado (contador), servidor efetivo do Poder Executivo ou do Legislativo, com remuneração pela Câmara de Vereadores, podendo ser concedida gratificação atribuída por lei municipal.

Em face da imprescindibilidade, continuidade e natureza dos serviços de contabilidade pública, é vedada a contratação de escritório de contabilidade por parte da Câmara.

Origem: Câmara Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9375310/91  
Parecer nº: COG-377/00  
Decisão nº: 1827/00  
Sessão: 26.06.2000

.....

**844.** Não tendo o Estado ajuizado Ação Direta de Inconstitucionalidade, tem-se como de eficácia plena a Lei Complementar nº 171, de 16 de novembro de 1998.

Ressalva-se a competência do Tribunal de Contas para apreciar, incidentalmente, no exame do caso concreto, a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público (Súmula 347, do STF).

Após 16 de dezembro de 1998, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos pelo regime previdenciário de que trata o art. 40, da Constituição Federal, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em Lei Complementar.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC9529601/93  
Parecer nº: GAC/AN  
Decisão nº: 1840/00  
Sessão: 28.06.2000

.....

**845.** Em sede de consulta é incabível a manifestação desta Corte sobre a regularidade de atos administrativos já praticados por administradores públicos sujeitos à sua fiscalização.

A habilitação para gestão plena do sistema estadual de saúde, nos termos da Norma Operacional Básica – NOB SUS 01/96, do Ministério da Saúde, permite ao gestor fixar tabela própria para pagamento de serviços ambulatoriais contratados de pessoas jurídicas privadas (participação complementar), observadas as peculiaridades locais, as disponibilidades financeiras para amplo atendimento à população e os valores mínimos estabelecidos na tabela nacional do Sistema Único de Saúde, servindo esta como referencial de preços, permitidos preços superiores desde que plenamente justificáveis.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/00364479  
Parecer nº: COG-215/00  
Decisão nº: 1861/00  
Sessão: 03.07.2000

.....

**846.** Não há óbice legal a que o ordenador de despesa originário, por meio de ato administrativo próprio, delegue atribuições inerentes à administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da entidade pelo qual responda.



O ato de delegação deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado para que possa, o agente delegado, a partir daí, exercer regularmente as atribuições que lhes são transferidas.

O ato de delegação não exime o titular do cargo das responsabilidades que lhes são inerentes.

Origem: Gabinete do Vice-Governador do Estado

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 00/00373893

Parecer nº: COG-186/00

Decisão nº: 1859/00

Sessão: 03.07.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/00011045

Parecer nº: COG-135/00

Decisão nº: 2072/00

Sessão: 19.07.2000

.....

**847.** São ilegítimos os pagamentos de férias proporcionais a servidores contratados em caráter temporário pela Administração, cujo período de contratação for inferior a doze meses, dada a inexistência de Lei Municipal regulamentadora.

Origem: Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 00/00384070

Parecer nº: COG-237/00

Decisão nº: 1858/00

Sessão: 03.07.2000

.....

**848.** A repercussão havida nos custos da construção civil em decorrência da desvalorização do Real ocorrida em janeiro de 1999, que atingiu insumos e

produtos que dependem de importação, é retratada pelos índices setoriais da construção civil, tais como o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC – coluna 35, calculado pela Fundação Getúlio Vargas e o CUB – Custo Unitário Básico da Construção Civil, calculado pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON, os quais medem a variação efetiva do custo dos insumos (materiais, serviços e mão-de-obra) utilizados na construção civil. Pela tabela do INCC - coluna 35 e do CUB verifica-se que, de setembro de 1998 a abril de 2000, o INCC - coluna 35, passou de R\$ 166,729 para R\$ 187,604, ou seja, em 20 meses registrou uma variação de 12,52%, enquanto o CUB médio passou de R\$ 428,65/m² para R\$ 485,84/m², ou seja, em 20 meses, registrou uma variação de 13,34%. Não se registrou mudança expressiva na evolução destes índices, o que demonstra que a desvalorização do Real não produziu alterações significativas no custo da construção civil que justifiquem, *a priori*, a revisão de preços argüida.

É vedado reajuste mensal de contratos, segundo estabelece o § 1º do art. 28 da Lei 9.069/95 e Medida Provisória nº 1.950 e suas reedições. Os valores contratuais somente poderão ser reajustados após decorrido um ano desde a data limite para apresentação das propostas ao certame licitatório, e desde que conste expressa previsão no contrato inicial. Citada legislação, que dispõe sobre o Plano Real, autoriza a estipulação de cláusula de reajuste com base em índices setoriais, como o INCC – coluna 35 ou o CUB – Custo Unitário Básico, para reajuste de contratos de obras de construção civil com prazo de duração superior a um ano, e desde que previstos no instrumento convocatório e na minuta do contrato, sendo inadmissível a inserção de cláusula de reajuste no decorrer da execução contratual ou com periodicidade inferior à anual. O reajuste do contrato visa compensar a inflação e atender às eleva-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

ções do mercado, decorrentes da desvalorização da moeda ou do aumento geral de custos no período de sua execução. (Processo nº CON-00/00460192)

Segundo dispõe o art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, somente na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe (norma geral do governo), configurando álea (risco) econômica extraordinária e extracontratual, é que poderá ser efetuada a revisão do contrato para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato. A necessidade de revisão deverá ser demonstrada tão logo ocorrida a situação extraordinária que retarde ou impeça a execução do ajustado, provocando a quebra da equação econômico-financeira inicial do contrato, com adequadas planilhas e comprovada com documentação de suporte. Cabe à autoridade competente analisar cuidadosamente o pedido de revisão, podendo louvar-se em Parecer es, laudos, pesquisas de preços, perícias e outros instrumentos, a fim de que o ato revisional esteja revestido das demonstrações e justificativas exigidas para os atos administrativos, em face da indisponibilidade do interesse público.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 00/00460192  
Parecer nº: COG-245/00  
Decisão nº: 1856/00  
Sessão: 03.07.2000

**849.** A partir da Constituição Federal de 1988 não é permitida a figura do “acesso” a cargo ou emprego público que não seja efetuado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, em face do disposto em seu art. 37, inciso II.

Devidamente habilitados, profissionais poderão ingressar no quadro de carreira do magistério público desde que sejam aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme arts. 37, II e 206, V, da Constituição Federal, 140, § 1º, da Lei Orgânica de Sombrio e 11 da Lei Municipal nº 726/89.

Origem: Prefeitura Municipal de Sombrio  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9612604/91  
Parecer nº: COG-689/99  
Decisão nº: 1857/00  
Sessão: 03.07.2000

.....

**850.** O terço de férias previsto no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal é devido ao servidor público somente quando ocorre o gozo das férias.

Para que se determine a restituição do terço de férias indevidamente pago faz-se necessária a edição de norma legal que garanta imparcialidade e isonomia no trato da matéria, distinguindo as hipóteses de cancelamento ou interrupção das férias por interesse particular daquelas que ocorram por necessidade do serviço, firmando os casos em que se impõe a devolução.

O direito a férias é irrenunciável e o seu cancelamento depende da ocorrência de fato imperativo superveniente, como é o caso da necessidade de serviço.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público)  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: TC8907003/97

Parecer nº: COG-695/99

Decisão nº: 1904/00

Sessão: 05.07.2000

851. As despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos recebidos do Estado mediante convênio, em decorrência de transferência de unidade de ensino estadual para o município durante o exercício, não podem ser contabilizadas pelo Município de Pinhalzinho para comprovação do percentual mínimo da receita de impostos (compreendidas as transferências), de que trata o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, pois já foram considerados pelo Estado como despesas à conta do orçamento estadual.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: TC9451703/95

Parecer nº: COG-148/00

Decisão nº: 1945/00

Sessão: 10.07.2000

852. A instituição de fundo, por lei (art. 167, IX, da Constituição Federal), implica na manutenção de registros contábeis específicos para suas operações, consolidados no balanço geral do ente instituidor.

A prestação de contas de adiantamento de numerários se fará de acordo com as normas vigentes, que incluem a necessidade de efetiva comprovação dos gastos realizados. Os documentos hábeis à prestação de contas devem constar de processo específico de prestação de contas e nos registros enviados ao Tribunal por meio magnético, observados os arts. 23 e 28 a 48 da Resolução nº TC-16/94.

Os recursos decorrentes de convênios devem ser aplicados estritamente nas atividades, projetos ou programas aos quais foram destinados, independentemente da época em que foi celebrado, cujas despesas devem estar especificadas na lei orçamentária anual. Caso inexistente a dotação orçamentária correspondente, por ser imprevisível à época da elaboração da proposta orçamentária, poderá ser incluído no orçamento, mediante crédito especial, autorizado por lei e observados os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/64.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC9640204/92

Parecer nº: COG-211/00

Decisão nº: 1939/00

Sessão: 10.07.2000

853. Pode o Município, através da concessão de direito real, oportunizar, de forma gratuita, a utilização de espaço físico de sua propriedade a médico, para atendimento de pacientes da região, sendo necessária autorização legislativa, licitação, interesse público e desafetação do bem público, no caso do bem público possuir destinação específica.

O uso especial de bens públicos por particulares pode processar-se nas formas de autorização, permissão, concessão, concessão de direito real, locação, arrendamento e cessão, devendo ser observados a compatibilidade com o interesse público, o consentimento e as condições fixadas pela Administração, o preço no caso de não ser gratuito e a precariedade do uso.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC9748803/97  
Parecer nº: COG-113/00  
Decisão nº: 1940/00 Sessão: 10.07.2000

. . . . .

**854.** Por ocasião do julgamento das contas do Município, deverá a Câmara Municipal observar em seu Regimento Interno, quanto ao rito da votação, desde que este Regimento não contrarie as disposições constitucionais ou legais, observando-se que a votação do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas, devido à natureza da matéria, exige quorum qualificado, ou seja, para que o referido Parecer deixe de prevalecer, necessário faz-se que a decisão da Câmara Municipal dê-se por 2/3 (dois terços) dos votos dos Vereadores, *ex vi* art. 31, § 2º, da Constituição Federal e art. 113, § 2º, da Constituição Estadual.

Origem: Câmara Municipal de Aurora  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9395905/91  
Parecer nº: COG-097/00  
Decisão nº: 1994/00 Sessão: 12.07.2000

. . . . .

**855.** Compete à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, ao tomar conhecimento de indícios de irregularidade na realização de despesas, determinar as providências indispensáveis à avaliação, caso a caso, com instauração de processo administrativo, visando – no resguardo do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos – a apuração dos fatos, a quantificação do dano, bem como a identificação e a punição dos responsáveis nas esferas administrativa, cível e criminal, conforme o caso.

Em relação às despesas realizadas, ainda que não tenham sido obedecidas pela Administração as normas legais aplicáveis, estas em princípio deverão ser pagas, a título de indenização, ante a vedação de locupletamento ilícito do Poder Público às custas dos fornecedores, prestadores de serviços e executores de obras, conforme artigo 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas ou judiciais para apuração de responsabilidades.

Onde haja fundado indício de prática de atos visando obtenção de vantagem indevida, com participação do particular beneficiado, o pagamento de despesas realizadas sujeita-se à demonstração de inexistência de dano ao erário, porque incabível à Administração suportar os prejuízos, ante a indisponibilidade do interesse público. Quando comprovada prática de atos ilegais visando obtenção de vantagem indevida, os pagamentos devem ser suspensos pela Administração. Ao particular que se considerar prejudicado pela ausência de pagamento do montante que alega devido, estão disponíveis os mecanismos judiciais para obter indenização.

O resultado de cada processo administrativo, acompanhado, quando for o caso, da comprovação das providências adotadas para o resguardo do erário e a punição dos responsáveis, administrativa, cível e criminalmente, será submetido ao Tribunal de Contas, conforme disposto no art. 33, § 2º, da Lei Complementar nº 31/90 e no art. 101, § 2º combinado com art. 103 da Lei nº 9.831/95.

Origem: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9480007/92  
Parecer nº: COG-671/99  
Decisão nº: 2000/00  
Sessão: 12.07.2000

**856.** Desde que atendam os requisitos do art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto pode contratar, por dispensa de licitação, fundações vinculadas a instituições de ensino médio ou superior, para consecução do Programa de Formação de Professores do Estado de Santa Catarina (Programa MAGISTER) e do Programa de Formação de Jovens para o Trabalho (Programa PROFORT). Quando à instituição de ensino superior ou de ensino médio disponibilizar apenas os recursos e a fundação a ela vinculada fornecer apenas os recursos humanos (professores), o contrato poderá ser celebrado simultaneamente com a instituição de ensino e com a fundação, desde que ambas, concomitantemente, atendam os requisitos do inciso XIII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, especificando as responsabilidades e repartição dos recursos de cada uma das instituições.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/01125770  
Parecer nº: COG-283/00  
Decisão nº: 2077/00 Sessão: 19.07.2000

**857.** Desde que atendam os requisitos do inciso XIII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, e sejam atendidas as normas do CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e da Família pode contratar instituições, vinculadas ou não a instituições de ensino médio ou superior, por dispensa de licitação, visando a consecução do Programa Estadual de Qualificação Profissional – PEQP.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/03294609  
Parecer nº: COG-344/00  
Decisão nº: 2074/00  
Sessão: 19.07.2000

**858.** As sociedades de economia mista podem dispensar empregados, observados os ditames da legislação trabalhista e dissídios, acordos e convenções coletivas, responsabilizando-se por todas as indenizações decorrentes da dispensa, asseguradas pela legislação aplicável. O empregado dispensado ou que se demite só poderá ser novamente admitido se aprovado em concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

É vedado à entidade pública empregadora liberar o FGTS – mediante simulação da dispensa do emprego – para posterior recebimento do valor correspondente à multa rescisória, por se constituir procedimento fraudulento, sujeito às penalidades da lei.

Origem: Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/00385395  
Parecer nº: COG-281/00  
Decisão nº: 2099/00  
Sessão: 24.07.2000

**859.** A revisão geral da remuneração dos servidores públicos prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, se restringirá, na circunscrição do pleito eleitoral, às perdas verificadas ao longo do ano em que ocorre a eleição.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A partir de 04 de abril de 2000, não poderão os servidores públicos municipais terem revistas suas remunerações além da perda do poder aquisitivo verificado ao longo do ano eleitoral.

Por força do disposto no inciso VIII do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97, em ano eleitoral, apenas se considerará para a apuração do índice revisional as perdas verificadas no decorrer do ano da eleição, afastadas, assim, as de exercícios anteriores. Ao Município compete optar por um indicador econômico, como o INPC e aplicá-lo para fins de revisão da remuneração. Por se tratar de um ano em que há eleições no âmbito municipal, em consonância com o inciso VIII do artigo 73 da Lei 9.504/97, a reposição só contemplará as perdas apuradas ao longo do ano da eleição.

É possível a concessão de nova vantagem individual prevista em lei municipal a partir de 04 de abril de 2000, porém caracterizada a generalidade de sua extensão, com fim de burlar a vedação consignada no inciso VIII do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97, o infrator sujeitar-se-á ao pagamento de multa e a suspensão dos direitos políticos.

Dada a prudência que deve permear a ação dos candidatos a cargos públicos, principalmente dos que concorrem à reeleição, é de bom alvitre que promovam apenas a revisão da remuneração com base nas perdas verificadas no correr deste ano, ajustando integralmente sua conduta ao preceituado no inciso VIII do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97, evitando, destarte, a concessão de abonos.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/00715018  
Parecer nº: COG-312/00  
Decisão nº: 2104/00  
Sessão: 24.07.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/00715107  
Parecer nº: COG-310/00  
Decisão nº: 2170/00  
Sessão: 31.07.2000

.....

**860.** A complementação de aposentadoria e pensão com base na totalidade da remuneração, salvo nos casos em que a própria Constituição Federal prevê proventos proporcionais, deverá ser efetivado através do sistema vigente adotado pelo Município.

Enquanto não se implantar o novo sistema previsto pela Emenda Constitucional 20/98 (art. 10), nos termos do art. 40, e §§ 2º, 3º, 7º e 8º da Constituição Federal, o Município arcará com tais despesas, sem que incorra em ilegalidade de despesa.

Origem: Câmara Municipal de Guarimirim  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC6555001/97  
Parecer nº: COG-87/00  
Decisão nº: 2102/00  
Sessão: 24.07.2000

.....

**861.** São ilegítimas as despesas realizadas pela Câmara relativas a plano de saúde de ex-vereadores e seus dependentes.

Qualquer programa de assistência médica que ampare os ex-agentes políticos e seus familiares deverá ocorrer com base nas contribuições dos beneficiários.

Origem: Câmara Municipal de Joinville  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/01031791  
Parecer nº: COG-272/00  
Decisão nº: 2135/00 Sessão: 26.07.2000



**862.** Os veículos de propriedade de Autarquia, quanto à categoria, se classificam em particular e estão sujeitos ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores, pois mesmo que, em regra geral, as autarquias municipais (ou intermunicipais) estejam imunes ao referido tributo, a imunidade não alcança os veículos utilizados na exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de tarifas pelo usuário.

Origem: Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba/Herval d'Oeste  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/00033014  
Parecer nº: COG-249/00  
Decisão nº: 2169/00 Sessão: 31.07.2000

.....

**863.** As despesas decorrentes da contratação de empresa de radiodifusão para a divulgação semanal de atos do Poder Legislativo Municipal serão legítimas, desde que autorizadas por lei e precedidas de certame licitatório.

Origem: Câmara Municipal de Sombrio  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/00494410  
Parecer nº: COG-297/00  
Decisão nº: 2167/00  
Sessão: 31.07.2000

.....

**864.** A regra geral para a Administração Pública é a da realização de procedimento licitatório, mediante o competitivo, pelo qual a Administração poderá escolher o negócio que lhe será mais vantajoso, dando igual oportunidade a todos os particula-

res interessados em oferecer seus bens e serviços ao Município, desde que venham a satisfazer ao interesse público almejado pela Administração, a teor do art. 37, XXI, da Constituição Federal e do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Em não havendo possibilidade de competição, porque só existe uma empresa que presta serviços de telecomunicações que atenda às necessidades da Administração, a licitação é inviável, nos termos do *caput* do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as cautelas previstas no art. 26, com a redação dada ao *caput*, pela Lei nº 9.648, de 27.05.1998.

Origem: Prefeitura Municipal de São José do Cedro  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: TC7945303/97  
Parecer nº: COG-618/99  
Decisão nº: 2199/00  
Sessão: 02.08.2000

.....

**865.** A regra geral para a contratação na Administração Pública, inclusive no âmbito dos Municípios, é a da realização de procedimento licitatório, mediante a competição, pela qual a Administração poderá escolher a proposta que lhe será mais vantajosa, dando igual oportunidade a todos os particulares interessados em oferecer seus bens e serviços, desde que venham a satisfazer ao interesse público almejado, a teor do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e do art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Em havendo impossibilidade de competição, porque só existe uma empresa que presta serviços de telecomunicações que atenda às necessidades da Administração, a licitação é inexigível, nos termos do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as cautelas previstas no art. 26, com a redação dada ao *caput*, pela Lei Federal nº 9.648, de 27.05.1998.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: TC9315306/96

Parecer nº: COG-620/99

Decisão nº: 2197/00 Sessão: 02.08.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/03186555

Parecer nº: COG-288/00

Decisão nº: 2213/00

Sessão: 07.08.2000

Processo nº: TC8326806/99

Parecer nº: COG-619/99

Decisão nº: 2561/00

Sessão: 04.09.2000

.....

**866.** Objetivando prover interesses da comunidade e devidamente autorizado pelo Legislativo, é viável o Município efetuar despesas com combustíveis de viaturas da Polícia Militar mediante instrumento de convênio firmado com o Estado, desde que haja previsão na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, em atendimento ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Deverá o Município possuir dotação específica para fins de empenhamento das despesas, devendo as mesmas serem classificadas no subelemento 3.2.2.2. - Transferências ao Estado e ao Distrito Federal, no caso da transferência de recursos à Polícia Militar para esta realizar a aquisição de combustíveis.

Origem: Prefeitura Municipal de Campos Novos

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC9395804/98

Parecer nº: COG-721/99

Decisão nº: 2220/00 Sessão: 07.08.2000

**867.** As despesas com a execução do programa de erradicação do analfabetismo se enquadram entre os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, que devem ser custeados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com recursos de, no mínimo, 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Origem: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: TC9725801/91

Parecer nº: COG-234/00

Decisão nº: 2218/00

Sessão: 07.08.2000

.....

**868.** As cooperativas são sociedades de pessoas, de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas com a finalidade de prestar serviços a seus associados.

A implantação de cooperativa deve ser de iniciativa de particulares, ou seja, das pessoas interessadas, cabendo à administração pública, tão somente, apoiar e estimular sua criação.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 00/00384151

Parecer nº: COG-233/00

Decisão nº: 2267/00

Sessão: 09.08.2000

.....

**869.** Somente se admite reajuste de preços quando o contrato administrativo original contiver cláusula permitindo o reajuste, vedada a inserção de cláusula de reajuste no decorrer da execução contratual.

Admitida a revisão dos valores contratuais quando atendidos os preceitos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, ou seja, quando circunstâncias extracontratuais (álea extraordinária), imprevisíveis no momento da avença, ocorridas na vigência do contrato, afetem substancialmente sua economia, e desde que o contratado comprove o desequilíbrio econômico-financeiro, mediante apresentação de planilhas de custos e documentação de suporte. Compete à autoridade competente analisar cuidadosamente o pedido, podendo louvar-se em Pareceres, laudos, pesquisas de preços, perícias e outros instrumentos, a fim de que o ato revisional atenda os princípios da Administração Pública e esteja revestido das demonstrações e justificativas exigidas para os atos administrativos, em face de indisponibilidade do interesse público.

Origem: Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/01012495  
Parecer nº: COG-266/00  
Decisão nº: 2265/00  
Sessão: 09.08.2000

870. Nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição Federal, é vedada a percepção simultânea de proventos decorrentes de aposentadoria no serviço público com remuneração de cargo, emprego ou função pública, independente da esfera de origem dos proventos e da remuneração, exceto se investido em cargo eletivo, em cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou se atendidos os requisitos de acumulatividade permitida pelo inciso XVI do art. 37 da Carta Magna.

O cargo de administrador é privativo de profissional com título de bacharel em Administração, regularmente registrado e habilitado junto ao Conselho Regional de Administração, nos termos da Lei Federal nº 4.769/65 e Decreto nº 62.934/67.

Origem: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9839607/99  
Parecer nº: COG-209/00  
Decisão nº: 2268/00  
Sessão: 09.08.2000

871. Somente em casos excepcionais, o servidor poderá alegar impedimento para o exercício de suas funções, cujas razões ficam sujeitas ao acatamento pela autoridade competente, pois, em princípio, o servidor público, ainda que ocupante de cargo de Assessor Jurídico, não pode se negar ao exercício de suas atribuições funcionais alegando questões éticas e de foro íntimo. Sendo improcedentes as razões para impedimento, o Assessor Jurídico pode ser responsabilizado pelas despesas que a edilidade realizou para contratação de outro advogado.

A procedência das razões do Assessor Jurídico para se considerar impedido também pode ser apurada pela Ordem dos Advogados do Brasil, mediante representação.

Excepcionalmente, ante a impossibilidade de atuação da assessoria própria, a Câmara poderá contratar advogado para causas e assessoria jurídica específicas, mediante justificativa circunstanciada do Presidente do Legislativo, deixando consignadas as razões para a contratação de outro profissional, observados as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 00/00103756  
Parecer nº: COG-317/00  
Decisão nº: 2320/00  
Sessão: 14.08.2000

.....

872. Sem prejuízo de prazo mais restritivo fixado pela Lei Orgânica, o prazo para a Câmara Municipal fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, de até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente, tomando como base o subsídio hoje fixado para os Deputados Estaduais.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/00103918  
Parecer nº: COG-334/00  
Decisão nº: 2446/00  
Sessão: 21.08.2000

.....

873. 1. Quanto à contratação de advogado ou serviços jurídicos, deve ser considerado o seguinte:

- a) tendo os serviços jurídicos, incluída a defesa judicial ou extrajudicial dos interesses do Município, natureza de atividade administrativa permanente e contínua, é recomendável que haja o correspondente cargo efetivo no quadro de servidores do Município para atender tal função, com provimento mediante concurso público (art. 37 da Constituição Federal);
- b) é cabível a contratação de profissional do ramo do direito, desde que devidamente

justificada para atender específicos serviços (administrativo ou judicial) que não possam ser realizados pela assessoria jurídica dada a sua complexidade e especificidade, configurando necessidade dos serviços de profissional (jurista) de notória especialização, hipótese em que a contratação, por inexigibilidade de licitação, se dará nos termos dos artigos 25, II, parágrafo 1º, combinado com o artigo 13, V e § 3º, e 26 da Lei Federal 8.666/93, observados os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e observando-se, também, os arts. 54 e 55, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, ou por dispensa de licitação quando atendidos os requisitos do artigo 24, II, e 26 da Lei de Licitação;

- c) para suprir a falta transitória de titular do cargo de advogado (ou outro equivalente), poderá o Município contratar profissional, temporariamente, até que haja o devido e regular provimento, segundo for regulado em lei municipal específica, inclusive quanto ao prazo, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, ou, ainda, contratar serviços jurídicos através de processo licitatório;
- d) quando não houver cargo de advogado ou equivalente na estrutura administrativa do Município, para atender os serviços jurídicos gerais é admissível, até a criação do cargo e respectivo provimento: a contratação de profissional em caráter temporário, mediante autorização por lei municipal específica, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; ou a contratação de prestação de serviços jurídicos, através de processo licitatório, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

2. Quanto à contratação de contador ou escritório de contabilidade, o Município deve atentar para o seguinte:

- a) Em face do caráter de atividade administrativa permanente e contínua, o serviço de contabilidade deve ser cometido à responsabilidade de profissional habilitado e em situação de regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade, integrante do quadro de cargos efetivos do ente público, com provimento mediante concurso público (art. 37 da Constituição Federal), sendo vedada a contratação de pessoa jurídica (escritório de contabilidade) para realização da contabilidade de ente público.
- b) ocorrendo vacância ou afastamento temporário do titular do cargo efetivo de contador, é admissível, excepcionalmente, até novo provimento do cargo: a contratação de profissional, através de processo licitatório, observada a normatização da Lei nº 8.666/93; ou a contratação de profissional em caráter temporário, autorizada por lei municipal específica, que deverá estipular as condições da contratação, inclusive forma de seleção e prazo máximo de contratação, em atendimento ao disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

3. A destinação dos recursos de Fundo de Assistência à Saúde dos servidores municipais deverá estar especificada na lei municipal que o extingui.

Origem: Prefeitura Municipal de Bandeirante  
 Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
 Processo nº: TC9480611/98  
 Parecer nº: COG-377/00  
 Decisão nº: 2483/00  
 Sessão: 23.08.2000

874. Não encontra amparo legal a contratação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT pela CIDASC com fulcro no inciso XIII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 com objetivo de realizar planejamento tributário visando redução da carga tributária, levantamento e recuperação de créditos existentes, pois o objeto desse contrato não se coaduna com os fins sociais do referido Instituto, como exige preceptivo legal citado, ressalvando ainda a impossibilidade desta Corte se manifestar sobre o requisito da inquestionável reputação ético-profissional da instituição.

Origem: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 00/00495069  
 Parecer nº: COG-302/00  
 Decisão nº: 2535/00  
 Sessão: 30.08.2000

875. A emissão de empenho e autorização de pagamento pode ser delegada por Secretário de Estado, que na condição de agente delegante só terá afastada a sua responsabilidade se por meio de tomada de contas especial, por ele instaurada, ficar demonstrado que o agente delegado ou outrem que praticara o ato comissivo ou omissivo, obstando à prestação de contas ou causando lesão ao erário.

A ordenação de despesa surge a partir da prática de atos, pela autoridade competente, que criem obrigação de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Estado, como, por exemplo, aquisição de serviços ou de materiais a fornecedor, autorização de pagamento de folha de pessoal, ordens de serviço.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

É cabível o registro contábil de responsabilização financeira por despesas irregulares pagas. As despesas irregulares ainda não pagas apuradas em processo administrativo ou tomada de contas especial poderão ser contabilizadas no sistema de compensação. Os responsáveis pelo controle interno, ou, na falta destes, os titulares das unidades gestoras, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária (CE, art. 62).

A responsabilidade deve ser atribuída a quem deu causa ao dano ou à irregularidade. Cabe ao titular atual da Unidade Gestora a apuração dos fatos e a identificação do responsável (Lei Complementar nº 31/90, art. 33). Em caso de se omitir, o titular atual responderá solidariamente pelo dano ou pela irregularidade. Se na apuração ficar comprovado que o ex-titular da Unidade conheceu da irregularidade e não adotou providências para apurar quem deu causa, responderá solidariamente pelo ocorrido. Em havendo responsabilidade solidária, o registro da responsabilidade financeira é feito em subconta específica do grupo Ativo Financeiro Realizável designada pelo nome dos responsáveis de forma conjunta.

Em havendo o recolhimento do valor do débito referente a registro contábil decorrente de responsabilidade financeira (por desvios, alcances, pagamentos indevidos), deverá ser procedida a respectiva baixa. Se o registro contábil da responsabilidade for no sistema de compensação em decorrência de ordenação de despesas conforme a Lei nº 9.831/95, a baixa somente será efetuada após o julgamento do respectivo processo pelo Tribunal de Contas. No caso de responsabilidade financeira decorrente de Tomada de Contas Especial, em havendo pagamento do débito, proceder-se-á à baixa da responsabilidade financeira, mantendo-se a inscrição em responsabilidade no

sistema de compensação até o julgamento do Tribunal de Contas. Quando da abertura da Tomada de Contas Especial será dada ciência ao Tribunal de Contas e, ao seu término, será o processo encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento.

Constatando-se irregularidades em pagamento de folha de pessoal, apuradas em processo administrativo regular, no qual foi assegurado ampla defesa aos implicados, visando o ressarcimento ao erário devem ser procedidos os descontos em folha, dos beneficiários, dos valores indevidos pagos, na forma da legislação em vigor, salvo decisão judicial em contrário.

Os descontos em folha de pagamento, visando reposição de parcela indevidamente percebida por servidor à Fazenda Pública, têm como permissivo legal o artigo 95 da Lei Estadual nº 6.745/85, não afrontando tal procedimento os princípios da impenhorabilidade e intangibilidade dos salários.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/01011502  
Parecer nº: COG-271/00  
Decisão nº: 2534/00  
Sessão: 30.08.2000

876. A decisão pela rejeição ou aprovação das contas prestadas anualmente pelo Prefeito compete à Câmara Municipal. O Parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Poder Legislativo Municipal.

Para a impugnação de candidatura em razão da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, imperioso se faz que o motivo da rejeição decorra de irregularidade insanável.



Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 00/00493015  
 Parecer nº: COG-339/00  
 Decisão nº: 2559/00  
 Sessão: 04.09.2000

877. A realização de transporte de passageiros através de ferry-boat e balsa, caracteriza a prestação de serviço e enseja a cobrança de tarifa por quem o executa, mediante delegação e fiscalização procedida pelo DETER.

A concessão de subsídio, mediante convênio, não se presta para intermediar ajuste firmado entre Empresa de Navegação e o DETER, visando possibilitar a travessia gratuita de determinados passageiros.

Os objetivos colimados são distintos, a Empresa visa o lucro típico da exploração de uma atividade econômica, o DETER, a prestação de serviço específico.

Para dar cumprimento à Lei Estadual nº 11.359/00 e ao Decreto nº 1.163/00 que a regulamenta, compete ao DETER, firmar contrato com a empresa detentora da concessão do serviço de travessia, sendo inexigível a licitação, por inviabilidade de competição, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais  
 Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
 Processo nº: 00/01013203  
 Parecer nº: COG-336/00  
 Decisão nº: 2567/00  
 Sessão: 04.09.2000

878. O pagamento de pensão aos dependentes de servidor público falecido no exercício de cargo em comissão é possível, desde que tenha contribuído ao

Fundo de Previdência do Município e tenha atendido aos requisitos exigidos na legislação municipal.

Respeitado o processo legislativo regular para a extinção do fundo previdenciário, a responsabilidade do município que o extinguir será total no que pertine aos encargos oriundos de situações implementadas durante a sua gestão.

A vinculação ao RGPS é obrigatória para o ente estatal que extinguir seu regime próprio de previdência social.

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Veneza  
 Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
 Processo nº: 00/01013548  
 Parecer nº: COG-131/00  
 Decisão nº: 2563/00  
 Sessão: 04.09.2000

879. A concessão de serviços públicos requer licitação específica, não encontrando amparo legal a transformação de contrato de prestação de serviços de coleta e destino final de lixo em contrato de concessão de serviços públicos, em face de diversidade da natureza entre os contratos e o distinto e específico disciplinamento legal de cada modalidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 00/01012738  
 Parecer nº: COG-138/00  
 Decisão nº: 2579/00  
 Sessão: 06.09.2000

880. Nos termos do § 3º do artigo 106 da Lei 4.320/64 é permitida a reavaliação de bens públicos móveis e imóveis do poder público municipal,

## Decisões em Consultas – Prejulgados

que deverá ser realizada por profissionais especializados em avaliações, pertencentes ao quadro de servidores da entidade ou contratados mediante processo licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/01012908  
Parecer nº: COG-366/00  
Decisão nº: 2582/00  
Sessão: 06.09.2000

.....

**881.** Salvo determinação legal para utilização em finalidades específicas, as receitas próprias da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC poderão ser utilizadas para o custeio do Programa de Capacitação dos seus servidores técnico-administrativos se para tal houver previsão orçamentária, observadas as normas do Decreto nº 1088, de 05 de abril de 2000, e da Resolução nº 073/92 do Conselho Universitário daquela Fundação.

Os recursos provenientes de convênios obrigatoriamente devem ser aplicados na consecução das finalidades neles estabelecidas. Podem ser aplicados no Programa de Capacitação dos servidores técnico-administrativos da UDESC quando o convênio destinar recursos para essa finalidade.

Origem: Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/02585987  
Parecer nº: COG-385/00  
Decisão nº: 2583/00  
Sessão: 06.09.2000

**882.** Não há óbice legal a servidor público manter-se no desempenho de suas atribuições simultaneamente ao exercício da Vereança, desde que haja compatibilidade de horários, podendo receber seus vencimentos como servidor, concomitantemente à percepção do seu subsídio como Vereador.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: TC9684410/93  
Parecer nº: 067/00  
Decisão nº: 2585/00  
Sessão: 06.09.2000

.....

**883.** Em face do preceituado no art. 105 da Lei Orgânica Municipal e art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, o Município de Rio Negrinho não poderá contratar com empresa cujo diretor seja servidor público efetivo da administração direta municipal, ainda que se trate de prestação de serviços de saúde ao Município mediante credenciamento, pois a empresa perceberá recursos municipais através do Fundo Municipal de Saúde, pouco importando a origem desses recursos.

Havendo autorização legislativa, o professor efetivo municipal que atuar como árbitro em competições locais promovidas pela Fundação Municipal de Esportes, pode ser pago pelos serviços prestados, desde que não haja vínculo funcional entre o servidor e a Fundação. Sendo servidor da Fundação e havendo disciplinamento na legislação local, poderá perceber como hora extra caso os serviços extrapolem a carga horária normal.

O limite para abertura de créditos suplementares, conforme previsto no art. 6º da Lei do Orçamento deste exercício do Município de Rio Negrinho, se aplica aos valores originais de cada dotação.

Origem: Câmara Municipal de Rio Negrinho  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/00422428  
Parecer nº: COG- 356/00  
Decisão nº: 2604/00  
Sessão: 18.09.2000

A concessão de serviços públicos requer licitação específica, não encontrando amparo legal a transformação de contrato de prestação de serviços em contrato de concessão de serviços públicos, em face de diversidade da natureza entre os contratos e o distinto e específico disciplinamento legal de cada modalidade.

**884.** Cabe ao Estado a manutenção dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, contudo, devidamente amparado pelo Legislativo, pode o Município celebrar ajustes, acordos e/ou convênios com a Polícia Civil e Polícia Militar, objetivando prover interesses da comunidade.

Deverá o município possuir dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual, e Lei de Diretrizes Orçamentárias, no caso de celebrar ajustes, acordos, e/ou convênios, referidos no item acima.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/01012657  
Parecer nº: COG-348/00  
Decisão nº: 2595/00  
Sessão: 18.09.2000

**886.** Os agentes do Estado, integrantes da administração direta e indireta, somente podem praticar atos para os quais estejam autorizados por norma legal válida. O poder de transigir ou de renunciar não se configura se a lei não o prevê. O acordo judicial ou extrajudicial (administrativo), portanto, somente é possível, desde que existente norma legal autorizativa. A efetivação de acordo judicial ou extrajudicial, ainda que mais conveniente ao erário, é impraticável sem a existência de norma legal autorizativa, a exemplo da Lei Federal nº 9.469/97.

A celebração de acordo ou convenção coletiva na Administração Pública indireta necessita de prévia autorização do Conselho de Política Financeira - CPF, ou seja, nem mesmo a faculdade de instituir as Comissões de Conciliação prévia fica a critério exclusivo da empresa. Assim, entendemos não ser auto-aplicável à sociedade de economia mista os dispositivos constantes na Lei Federal nº 9.958, de 12.01.2000. Todavia, mesmo que o Conselho de Política Financeira - CPF autorize a instituição, através de acordo ou convenção coletiva, de referidas co-

Origem: Câmara Municipal de Capão Alto  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/01011251  
Parecer nº: COG-324/00  
Decisão nº: 2602/00 Sessão: 18.09.2000

**885.** Salvo as hipóteses do inciso I (projetos contidos no plano plurianual) e inciso II (serviços de natureza contínua) não se admite a prorrogação de contratos administrativos.

Somente é admissível a prorrogação de contrato quando o instrumento convocatório contiver expressão previsão (art. 57, I, da Lei Federal nº 8.666/93).

A cobrança por estacionamento em vias públicas não pode ser considerada serviço de natureza contínua, e os contratos não aproveitam a exceção prevista no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 (prorrogação por sucessivos períodos).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

missões, o princípio da legalidade impede a celebração dos acordos decorrentes daquela sistemática, sem a existência de norma legal nesse sentido.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/01037994  
Parecer nº: COG-359/00  
Decisão nº: 2592/00  
Sessão: 18.09.2000

.....

**887.** A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passou a produzir efeitos legais a partir da sua publicação em 05 de maio de 2000. Do ponto de vista da estrita legalidade, as providências previstas no *caput* e § 4º do art. 9º são exigíveis somente a partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/01658590  
Parecer nº: COG-329/00  
Decisão nº: 2603/00  
Sessão: 18.09.2000

.....

**888.** Poderá o Município contratar instituição bancária, oficial ou não, para prestar serviços de cobrança da Dívida Ativa, desde que atendidos os requisitos previstos na Lei nº 8.666/93.

Pretendendo o Município contratar todos os estabelecimentos bancários para arrecadar sua Dívida Ativa, pagando em contrapartida uma tarifa previamente estabelecida, configura-se a hipótese de Inexigibilidade de Licitação.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC8702310/90  
Parecer nº: COG-273/00  
Decisão nº: 2593/00  
Sessão: 18.09.2000

.....

**889.** A imposição, pelo Poder Público concedente, de encargos não previstos e não previsíveis no contrato original de concessão, provocando comprovado desequilíbrio econômico-financeiro, confere ao concessionário o direito de pleitear reequilíbrio, garantia assegurada em lei (art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 9º da Lei Federal nº 8.987/95).

O poder concedente, com amparo em autorização legislativa e observado o art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95, pode adotar medidas para absorver os custos decorrentes dos novos encargos, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro dos contratos e evitar repasse dos custos aos usuários via aumento das tarifas.

Origem: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: TC9733905/91  
Parecer nº: COG-210/00  
Decisão nº: 2600/00  
Sessão: 18.09.2000

.....

**890.** O servidor público efetivo municipal ocupante do cargo de Secretário do mesmo Município, desde que autorizado pela legislação local, pode optar entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do cargo de Secretário, vedada a percepção cumulativa.

Caso o servidor efetivo municipal opte pelo subsídio legalmente instituído para o cargo de Secretário do mesmo Município, somente poderá perceber o valor correspondente ao subsídio, sem outro adicional, gratificação ou qualquer outro estipêndio, nos termos do § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

O direito a férias anuais garantido aos trabalhadores (art. 7º, XVII, Constituição Federal) e aos servidores públicos (art. 39, § 3º, Constituição Federal) não se estende aos agentes políticos detentores de mandatos eletivos no âmbito do Poder Legislativo, tornando legalmente insustentável o pagamento de indenização por férias não gozadas.

Havendo previsão na legislação municipal, o Prefeito e os Secretários Municipais poderão ter direito a férias anuais. A indenização por férias não gozadas, quando do exercício do cargo, somente será devida quando deixar o cargo eletivo, desde que haja expressa autorização em lei local e o beneficiário não seja servidor público do ente.

As receitas da “Cota de Participação Comunitária Provisória” do Município de Rio Negrinho, independente do exame de sua legalidade, devem ser aplicadas nas finalidades previstas na lei que as instituiu, não podendo ser utilizadas para pagamento das despesas de entidade privada, ainda que sem fins lucrativos. Mediante autorização legislativa local, é permitido ao Município conceder auxílio para cobertura de despesas de custeio de entidades sem fins lucrativos destinadas à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, públicas ou privadas, desde que estritamente observadas as normas dos arts. 167 e 199, § 2º, da Constituição Federal, art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e arts. 12, 16, 17 e 19 da Lei 4.320/64, dependendo, ainda, de existência de dotação específica na lei orçamentária anual e, quando for o caso, previsão na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual.

Origem: Câmara Municipal de Rio Negrinho  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: TC9831111/98  
Parecer nº: COG-246/00  
Decisão nº: 2611/00  
Sessão: 18.09.2000

.....

**891.** Tendo em vista o interesse público, pode a Administração prestar serviços gratuitos de máquinas em propriedades rurais particulares, desde que haja regulamentação formal, autorização legislativa e o incentivo reverta em benefício da coletividade, devendo ser estabelecidos critérios objetivos e impessoais, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Origem: Câmara Municipal de Ipumirim  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/00716251  
Parecer nº: COG-370/00  
Decisão nº: 2596/00 Sessão: 18.09.2000

.....

**892.** No primeiro semestre do ano 2000, os gastos com publicidade deverão manter a média dos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição. Para a divulgação de publicidade nos três meses que antecedem à eleição, necessário se faz a autorização da Justiça Eleitoral, para divulgação de matéria que envolva caso de grave e urgente necessidade pública.

Origem: Prefeitura Municipal de Brusque  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/00994650  
Parecer nº: COG-347/00  
Decisão nº: 2725/00 Sessão: 25.09.2000

**893.** É legal a cessão de servidores públicos por parte do Município à Justiça Eleitoral, quando requisitados com fundamento na Lei Federal nº 6.992/82, que poderá ocorrer a qualquer tempo, devendo recair em servidor lotado na área da jurisdição do respectivo Juízo Eleitoral, podendo ser feita pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável, e não excederá a 1 (um) servidor por 10.000 (dez mil) ou fração superior a 5.000 (cinco mil) eleitores inscritos na Zona Eleitoral. O ônus pelo pagamento de servidores municipais requisitados pela Justiça Eleitoral pertence ao município cedente.

É vedado ao Município proceder a contratação temporária de servidores para atender à Justiça Eleitoral, quer seja para atender requisições quer para simples disponibilização, e neste último caso, compete ao Poder Judiciário avaliar a necessidade e tomar a iniciativa de contratar servidores.

É possível o pagamento de horas extras a servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, devidamente comprovado, visto que o servidor requisitado para o serviço eleitoral conserva os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego.

O ônus pelo pagamento de servidores municipais requisitados pela Justiça Eleitoral pertence ao município. Quando a cessão decorrer de acordo ou solicitação sem fundamento na Lei nº 6.999/82, o município somente poderá ser responsável pelo ônus

se houver autorização em lei específica, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual do respectivo município, em observância ao estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).<sup>172</sup>

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: TC0520204/95

Parecer nº: 469/00

Decisão nº: 2720/00

Sessão: 25.09.2000

.....

**894.** O Município tem competência privativa para organizar o seu funcionalismo, sendo que esta organização deve ser feita por lei, com estrita observância do preceituado no art. 39 da Constituição Federal. As normas estatutárias municipais podem consignar outras vantagens e restrições aos servidores, desde que atendam ao interesse público.

Não existe óbice à concessão de licença especial por assiduidade a servidor do município, após cada quinquênio ininterrupto de exercício no cargo, por expressa determinação do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

<sup>172</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “É legal a cessão de servidores públicos por parte do Município à Justiça Eleitoral, quando por esta requisitados. É vedado ao Município proceder à contratação temporária de servidores para atender à Justiça Eleitoral, visto que compete ao Poder Judiciário avaliar a necessidade e tomar a iniciativa de contratar servidores. A cessão de servidores municipais para atender à Justiça Eleitoral poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que requisitados, podendo ser feita pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável, e não excederão a 1 (um) servidor por 10.000 (dez mil) ou fração superior a 5.000 (cinco mil) eleitores inscritos na Zona Eleitoral. É possível o pagamento de horas extras a servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, devidamente comprovadas, visto que o servidor requisitado para o serviço eleitoral conserva os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego. O Município somente poderá ser responsável pelo ônus decorrente do pagamento de servidores municipais requisitados pela Justiça Eleitoral se houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual do respectivo Município, em observância ao estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), publicada no Diário Oficial de União de 05.05.2000.”



Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos  
 Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
 Processo nº: 00/03996719  
 Parecer nº: COG-423/00  
 Decisão nº: 2829/00  
 Sessão: 02.10.2000

Origem: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
 Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
 Processo nº: TC8012104/96  
 Parecer nº: COG-172/00  
 Decisão nº: 2826/00  
 Sessão: 02.10.2000

**895.** Na hipótese de extinção de fundo previdenciário, deverá ser respeitado processo legislativo regular, sendo de total responsabilidade do município assumir integralmente o pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do fundo previdenciário, conforme dispõe o art. 10 da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

O numerário atualizado deverá ser depositado em conta bancária à parte e contabilizado em separado, só podendo ser utilizado no pagamento dos benefícios concedidos pelo fundo previdenciário extinto e dos débitos com o INSS, sendo vedada a extensão a outros fins, segundo dispõe o art. 21 do Decreto Federal nº 3.112, de 06 de julho de 1999, combinado com o art. 201 da Constituição Federal.

A vinculação ao Regime Geral da Previdência Social é obrigatória aos servidores públicos municipais, no caso de extinção do regime próprio de previdência social.

**896.** É recomendável que a prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município, em propriedades particulares, seja realizada mediante remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânimes para os interessados, conforme valores e critérios estabelecidos em lei.

A prestação de serviços gratuitos a particulares, através do parque de máquinas da municipalidade, sem previsão em lei regulando programa específico que contemple essa possibilidade, caracteriza ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Pode caracterizar ato de improbidade administrativa a permissão, sem autorização legal, de utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do Município, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados pela municipalidade, nos termos do inciso XIII do art. 10 da Lei nº 8.429/92.<sup>173</sup>

<sup>173</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A prestação de serviços gratuitos a particulares através do parque de máquinas da municipalidade, ofende aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativas, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal. Constitui ato de improbidade administrativa permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do Município, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados pela municipalidade, nos termos do inciso XIII do art. 10 da Lei nº 8.429/92.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/01011170  
Parecer nº: COG-355/00  
Decisão nº: 2876/00 Sessão: 04.10.2000

.....

**897.** A legislação local de Mafra poderá determinar que os proventos de aposentadoria dos servidores municipais inativos sejam pagos pelo Instituto de Previdência do Município. Entretanto, em face da ausência de regular instituição do regime próprio de previdência naquele Município, as despesas com inativos excedentes à contribuição mensal dos segurados, ainda que pagas pelo Instituto, devem ser computadas para apuração das Despesas Totais de Pessoal do Município, nos termos do art. 18, *caput*, e do inciso VI do § 1º do art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/02581809  
Parecer nº: COG-456/00  
Decisão nº: 2881/00  
Sessão: 04.10.2000

.....

**898.** A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de incentivos e benefícios fiscais somente poderá ser instituída se atendidos todos os requisitos previstos no art. 4º, § 2º, V, art. 5º, II, e art. 14.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapoá  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/02879549  
Parecer nº: COG-449/00  
Decisão nº: 2882/00 Sessão: 04.10.2000

**899.** O artigo 13, inciso III, da Lei Estadual nº 11.150/99, Lei de Diretrizes Orçamentárias, veda a destinação de recursos a associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, inclusive para a Associação de Magistrados Catarinenses.

A exceção afeta a Associação de Magistrados Catarinenses, contemplada inclusive no Anexo único da LDO, diz respeito a recursos provenientes do Fundo de Reaparelhamento Judiciário, recursos esses que são estranhos aos utilizados no Convênio nº 11/98, referenciado na consulta, afastando a possibilidade de aditamento.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/01011766  
Parecer nº: COG-335/00  
Decisão nº: 2928/00  
Sessão: 09.10.2000

.....

**900.** O Vice-Prefeito Municipal ocupante de cargo efetivo no Município tem que se afastar do seu cargo para assumir o cargo de Vice-Prefeito, não sendo possível a percepção cumulativa do subsídio de Vice-Prefeito com o do cargo efetivo.

O Vice-Prefeito Municipal tem que se afastar do seu cargo efetivo municipal para cumprir integralmente o mandato eletivo, podendo, no entanto, por analogia, optar pela remuneração do seu cargo efetivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/01013114  
Parecer nº: COG-365/00  
Decisão nº: 2939/00 Sessão: 09.10.2000

**901.** Os servidores inativos podem perceber o auxílio-alimentação concedido em pecúnia aos servidores em atividade, consoante dispõe o art. 40, § 8º, da Constituição Federal, desde que haja norma legal que regulamente a concessão do benefício.

Origem: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/02659182  
Parecer nº: COG-351/00  
Decisão nº: 2940/00  
Sessão: 09.10.2000

.....

**902.** Desde que a demanda justifique, é viável a contratação pelo Município de advogado para a cobrança da dívida ativa, desde que tal contratação seja precedida do certame licitatório, considerando-se que o requisito da viabilidade de competição deve estar presente.<sup>174</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC9626907/92  
Parecer nº: COG-226/00  
Decisão nº: 2933/00  
Sessão: 09.10.2000

.....

**903.** Ao município é permitido, mediante prévia aprovação em Concurso Público, nomear para cargo de professor ex-servidor, aposentado pelo re-

gime de previdência do art. 40 da Constituição Federal, nos casos em que seja lícita a acumulação de cargos na atividade (art. 37, § 10, da Constituição Federal). Destarte, é lícita a percepção concomitante de proventos e vencimentos (art. 37, XVI, “a”, da Constituição Federal), decorrente de dois cargos efetivos de professor (uma na inatividade e outro na atividade).

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/02879387  
Parecer nº: COG-453/00  
Decisão nº: 2981/00  
Sessão: 11.10.2000

.....

**904.** As empresas controladas, assim definidas no inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como é o caso da Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina - CODESC -, estão sujeitas à demonstração do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 47 da citada Lei.

Origem: Companhia de Desenvolvimento do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/03319105  
Parecer nº: COG-413/00  
Decisão nº: 2982/00  
Sessão: 11.10.2000

<sup>174</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 18.08.2003, através da decisão nº 2762/2003, exarada no processo nº CON-03/03065230. Redação inicial: “Desde que a demanda justifique, é viável a contratação pelo Município de advogado para a cobrança da dívida ativa, desde que tal contratação seja precedida do certame licitatório, considerando-se que o requisito da viabilidade de competição deve estar presente. A percepção dos honorários de sucumbência por parte de advogado contratado mediante licitação para a cobrança da dívida ativa é direito disponível, dependendo da vontade das partes.”

Decisões em Consultas – Prejulgados

**905.** A aquisição de aparelhos telefônicos celulares por autarquia, para serem utilizados por servidores em serviço, está na esfera do poder discricionário do Administrador Público, devendo, contudo, ser realizado o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos arts. 37, XXI, da Constituição Federal, e 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados as hipóteses de dispensa, legalmente previstas, devendo o órgão editar instrumento normativo a respeito do assunto, disciplinando o uso dos equipamentos por parte de seus servidores.

Origem: Administração do Porto de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/04222741  
Parecer nº: COG-437/00  
Decisão nº: 2984/00  
Sessão: 11.10.2000

.....

**906.** A filiação dos servidores do Poder Legislativo, isoladamente, ao Regime Geral da Previdência Social é inviável, pois a competência para a organização do regime incumbe tão somente ao ente federado.

Na hipótese de extinção do Instituto Previdenciário, seus bens e direitos, de qualquer natureza, reverterão ao Tesouro Municipal, sendo de total responsabilidade do município que o extinguir, assumir integralmente os encargos oriundos de situações implementadas durante a sua gestão. O numerário atualizado deverá ser depositado em conta bancária à parte e ser contabilizado em separado.

Os RPPs já existentes que prestem serviços de assistência médica, em caso de não extinção desses serviços, deverão contabilizar as contribuições para previdência social e para assistência médica

em separado, sendo vedada a transferência de recursos entre estas contas.

A compensação financeira entre o RGPS e o RPPS será aplicável, exclusivamente, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição não concomitante.

A responsabilidade pelo pagamento dos proventos de aposentadoria de servidor do Legislativo, no caso de extinção do Instituto de Previdência, passará a ser do Município, que assumirá, integralmente, as obrigações contraídas regularmente.

Origem: Câmara Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: TC9330409/98  
Parecer nº: COG-357/00  
Decisão nº: 2987/00  
Sessão: 11.10.2000

.....

**907.** As despesas com pagamento de salários de exercícios anteriores, não pagos na época devida, poderão ser pagas neste exercício, respeitadas as normas da Constituição Federal (art. 65) e da Lei Federal nº 4.320/64, pois não contraria o disposto nos arts. 15 a 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/02225000  
Parecer nº: COG-450/00  
Decisão nº: 3067/00  
Sessão: 16.10.2000

.....

**908.** Cabe a cada órgão ou entidade executar as atividades de sua competência com os recur-

sos contemplados em seus respectivos orçamentos. Em face do preceituado no art. 62 da Lei Complementar n° 101/00, o custeio, pelo município, de despesas de competência de outros entes somente será admitido se estiver contemplado na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, e pactuado entre os entes, através de convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme dispuser legislação específica.

A Superintendência do Porto de Itajaí, autarquia municipal, somente poderá custear despesas administrativas (materiais de expediente, telefones etc.) da Secretaria da Receita Federal para o exercício das atividades de fiscalização aduaneira, se as despesas estiverem previstas na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual do Município, e houver convênio entre as partes para tal finalidade, o qual deverá disciplinar as espécies e limites de despesas a serem custeadas pelo Município.

Origem: Superintendência do Porto de Itajaí  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/03156052  
Parecer nº: COG-163/01  
Decisão nº: 3068/00  
Sessão: 16.10.2000

.....

**909.** Pode o Poder Executivo Municipal repassar auxílios financeiros às associações recreativas como forma de incentivo ao esporte local.

Necessária a prévia autorização legislativa e a obediência aos ditames da Lei n° 4.320/64, relativamente à forma contábil e orçamentária.

Ressalte-se a necessidade de apresentação das respectivas prestações de contas e a observância das atividades dos entes beneficiados, no que respeita ao disposto na Constituição Federal, art. 217.

Origem: Câmara Municipal de São Bento do Sul  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/03165710  
Parecer nº: COG-394/00  
Decisão nº: 3057/00  
Sessão: 16.10.2000

.....

**910.** A partir da vigência da Lei Complementar n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a edição de atos concessivos de incentivos e benefícios de natureza tributária, tais como isenções e remissões de tributos, depende do atendimento dos requisitos previstos no art. 4°, § 2° V, art. 5°, II, e art. 14, ainda que haja lei autorizativa local. No caso da Lei Municipal de Xanxerê n° HW 2490/99, a isenção não possui caráter geral, sendo concedida caso a caso, mediante comprovação dos requisitos legais pelo contribuinte, sujeitando-se à disciplina no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Xanxerê  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/03592545  
Parecer nº: COG-451/00  
Decisão nº: 3076/00  
Sessão: 16.10.2000

.....

**911.** Na hipótese de extinção de fundo previdenciário, deverá ser respeitado processo legislativo regular, sendo de total responsabilidade do município que o extinguir, assumir integralmente os encargos oriundos de situações implementadas durante a sua gestão.

Não é possível efetivar a transferência de recursos aos servidores e à sua associação, pois os valores carregados ao fundo devem retornar ao Tesouro

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Municipal, sendo depositados em conta específica, para o pagamento de benefícios, aposentadorias e pensões aos servidores contribuintes.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: TC6741601/93  
Parecer nº: COG-345/00  
Decisão nº: 3073/00 Sessão: 16.10.2000

.....

**912.** Para que se proceda à apreciação para fins de registro dos atos de admissão e aposentadoria de servidor público pelo Tribunal de Contas, é necessária a remessa dos referidos atos acompanhados dos documentos citados nos artigos 75 e 76 da Resolução nº TC-16/94, observando-se a alteração decorrente da Resolução nº TC-01/96.

O Regime Próprio de Previdência de Servidores Públicos, na condição de regime instituidor, deve remeter até 06 de novembro de 2000, ao Regime Geral de Previdência Social, regime de origem, os dados relativos aos benefícios em manutenção concedidos a partir de 05 de outubro de 1988, inclusive o de registro do ato aposentatório pelo Tribunal de Contas, para que se efetive a compensação financeira entre os regimes.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/01155253  
Parecer nº: COG-440/00  
Decisão nº: 3189/00  
Sessão: 30.10.2000

.....

**913.** A Lei Eleitoral veda a nomeação para cargo efetivo e a readaptação e/ou a supressão de vantagem “na circunscrição do pleito, nos três meses que

o antecedem e até a posse dos eleitos” (art. 73, V, da Lei 9.504/97). Permitindo, contudo, a criação de cargos, a realização de concurso público e a criação de gratificações.

Lei de iniciativa do legislativo não pode conceder gratificação a servidor do executivo, em face da exigência constitucional de observância da iniciativa privativa de cada poder quanto às leis que fixem ou alterem a remuneração de seus servidores (art. 37, X, da Constituição Federal).

Origem: Câmara Municipal de Major Gercino  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/00495220  
Parecer nº: COG-412/00  
Decisão nº: 3261/00  
Sessão: 01.11.2000

.....

**914.** Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do § 2º do art. 211 da Constituição Federal, devendo aplicar, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

A hipótese de o Município efetuar dispêndios com cursos de nível superior e no desenvolvimento do ensino especial é possível, desde que plenamente atendidas as necessidades da educação infantil e do ensino fundamental, e com recursos superiores ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 11, V, da Lei Federal nº 9.394/96).

Cabe à Corte de Contas, ao verificar ato fundado em norma contrária à Constituição, aplicar a norma constitucional, recusando eficácia à regra prevista pela legislação inferior.



Origem: Prefeitura Municipal de Major Vieira  
 Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
 Processo nº: 00/03242137  
 Parecer nº: COG-434/00  
 Decisão nº: 3458/00  
 Sessão: 22.11.2000

.....

**915.** A Resolução nº 641/79, de 14.12.1979, do Conselho de Política Financeira, que concedia vantagem adicional aos servidores da extinta Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC (Decreto nº 2.184/92), foi revogada tacitamente pelas Leis Estaduais nº 8.092/90 e nº 8.245/91 e Lei Complementar nº 46/92, que lhe retiraram a possibilidade de incidência ao relatarem seus servidores na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

A concessão de vantagem pecuniária (gratificação *propter laborem*) a servidor público depende de lei formal específica, respeitando-se a iniciativa privativa e os limites orçamentários, nos termos do art. 37, X, combinado com o art. 169, § 1º, I e II, ambos da Constituição Federal.

Origem: Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 00/00683574  
 Parecer nº: COG-461/00  
 Decisão nº: 3710/00  
 Sessão: 04.12.2000

.....

**916.** Quando os servidores municipais são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o Município está sujeito às regras do Fundo de Garan-

tia por Tempo de Serviço - FGTS, incluindo a contribuição mensal do empregador sobre a remuneração dos servidores, conforme previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.036/90 e demais normas pertinentes àquele Fundo.

Origem: Prefeitura Municipal de Ibiam  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 00/00683655  
 Parecer nº: COG-483/00  
 Decisão nº: 3712/00  
 Sessão: 04.12.2000

.....

**917.** A contratação do seguro obrigatório DPVAT para veículos oficiais pode ocorrer por inexigibilidade de licitação, mediante instauração do competente processo, nos termos do *caput* do art. 25 e art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, em decorrência da inviabilidade de competição, se oferecido somente por um consórcio de empresas integrantes do Convênio DPVAT.

As empresas privadas, bem como as empresas públicas e sociedades de economia mista, não estão dispensadas de comprovar a regularidade para com o FGTS e INSS ao contratar com órgãos e entidades do Poder Público, qualquer que seja a forma de contratação, nos termos do § 3º do art. 195 da Constituição Federal e art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90.

Prevalece o interesse público quando imprescindível e inadiável a contratação, pela Administração, de empresa privada, bem como de empresa pública ou sociedade de economia mista que deixar de comprovar a regularidade fiscal, quando demonstrada inviabilidade de competição (art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93), observados os ditames do art. 26 da Lei de Licitações.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Cabe à Polícia Militar de Santa Catarina, como entidade integrante da Administração Pública Estadual, acionar, através da Procuradoria Geral do Estado, o Instituto Nacional de Seguro Social e o órgão administrador do FGTS, bem como o Ministério Público do Estado, para que sejam tomadas as providências cabíveis visando o resguardo do erário e o respeito à Constituição Federal e demais legislação vigente, em face da negativa, sem fundamentação legal, de apresentação de documentação comprobatória de regularidade com a previdência social e com o FGTS.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 00/01011413  
Parecer nº: COG-280/00  
Decisão nº: 3692/00  
Sessão: 04.12.2000

.....

**918.** A acumulação de proventos originários de aposentadorias (por tempo de serviço e por invalidez) advindas do sistema previdenciário municipal e, portanto, do regime próprio dos servidores públicos, previsto no art. 40 da Constituição Federal de 1988, não decorrentes de cargos acumuláveis (art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal), só será admitida nos casos em que o servidor tenha adquirido o direito, nos moldes da legislação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98 (arts. 3º e 11).

Origem: Prefeitura Municipal de Lages  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 00/01013629  
Parecer nº: COG-521/00  
Decisão nº: 3693/00  
Sessão: 04.12.2000

**919.** Nos convênios celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Municipal e de outros Estados ou com entidades privadas sem fins lucrativos, a Polícia Militar deve obedecer à regulamentação contida no Decreto Estadual nº 426/99, no que couber, ainda que não envolvam a direta transferência de recursos financeiros previstos nos Orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimento do Estado de Santa Catarina.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/03186989  
Parecer nº: COG-545/00  
Decisão nº: 3708/00  
Sessão: 04.12.2000

.....

**920.** Nos termos do parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101/00, são considerados nulos de pleno direito os atos de que resultem aumento de despesas de pessoal, expedidos nos 180 dias anteriores ao término do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, incluindo a nomeação de servidores, ainda que aprovados em concurso homologado antes do início da contagem desse prazo, notadamente por se constituir em despesa de caráter continuado.

Os cargos em comissão que não atendem os requisitos do inciso V do art. 37 da Constituição Federal não podem ser providos e, mediante lei, devem ser extintos. A contratação temporária depende da demonstração de excepcional interesse público e lei autorizativa, recomendando-se a realização de processo seletivo simplificado, com a devida publicidade, em observância dos princípios da impessoalidade, da isonomia e da moralidade (art. 37 da Constituição Federal).

Origem: Prefeitura Municipal de Biguaçu

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 00/03400301

Parecer nº: COG-491/00

Decisão nº: 3696/00

Sessão: 04.12.2000

Parecer nº: COG-416/00

Decisão nº: 3697/00

Sessão: 04.12.2000

921. A cessão de uso traduz-se em instituto jurídico apropriado à operação de transferência gratuita da posse de bens móveis entre os órgãos e entidades da Administração Pública, com o escopo de colaboração mútua na consecução de fins públicos.

É possível que o Comandante Geral da Polícia Militar celebre, diretamente, o instrumento de cessão de uso, haja vista constituir sua atribuição legal, ex-vi do art. 3º, IV combinado com o art. 115 da Lei Estadual nº 9.831/95, revelando-se desnecessária a autorização do Governador do Estado para tal desiderato, salvo expressa determinação legal em contrário.

Entretanto, constitui faculdade do Governador do Estado, a avocação da competência inicialmente delegada aos Secretários de Estado e Comandante Geral da Polícia Militar, podendo o Chefe do Executivo intervir na realização das cessões de uso e, mediante Decreto, aprovar referidos instrumentos, nos termos do art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 00/0365997

922. O pagamento de décimo terceiro salário ou gratificação equivalente ao Prefeito e Vice-Prefeito municipais não está previsto na Constituição Federal, como também não se admite o pagamento de décimo terceiro salário (ou valor equivalente) para vereadores.

Incabível o pagamento aos vereadores por sessões extraordinárias realizadas em período de recesso parlamentar sem a votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, pois a sessão legislativa não será interrompida sem a apreciação daquele projeto, nos termos do § 2º do art. 57 da Constituição Federal.<sup>175</sup>

Origem: Câmara Municipal de Três Barras

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 00/03540740

Parecer nº: COG-556/00

Decisão nº: 3722/00

Sessão: 05.12.2000

923. Nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, com redação da Lei 9.648/98, a prorrogação sucessiva de contratos administrativos, por até 60 meses, quando expressamente previsto no instrumento convocatório, só é permitida para os con-

<sup>175</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O pagamento de décimo terceiro salário ou gratificação equivalente ao Prefeito e Vice-Prefeito municipais depende de previsão nas normas locais referentes à instituição dos subsídios ou remuneração para a correspondente legislatura, observados os limites impostos pelo art. 29 da Constituição Federal e pela Emenda Constitucional nº 25, conforme o caso, além dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Não se admite o pagamento de décimo terceiro salário (ou valor equivalente) para vereadores. Incabível o pagamento aos vereadores por sessões extraordinárias realizadas em período de recesso parlamentar sem a votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, pois a sessão legislativa não será interrompida sem a apreciação daquele projeto, nos termos do § 2º do art. 57 da Constituição Federal.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

tratos de serviços contínuos, neles não se enquadram os serviços de consultoria jurídica, de assessoria administrativa ou de auditoria.

Os serviços de controle e auditoria interna competem exclusivamente a pessoal dos quadros do próprio ente, constituindo atividade permanente do órgão, nos termos do art. 74 da Constituição Federal, e exigência da Lei Complementar nº 101/00.

Os serviços de consultoria jurídica de escopo genérico (análise de normas legais, de documentos, de processos administrativos, de projetos de lei, de defesa administrativa do Município ou em ações judiciais, assessoria e outras atividades afins), devem ser executados por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, mediante concurso público. Admite-se a contratação de consultoria jurídica externa somente para defesa dos interesses do ente em questões de alta complexidade, serviços singulares ou que exijam notória especialização na matéria.

Em caso excepcional de necessidade, devidamente justificado, podem ser contratados serviços de auditoria externa, consultoria ou assessoria, mediante processo licitatório, com escopo definido e prazo certo (contrato de escopo), adstrito aos respectivos créditos orçamentários, vedada a prorrogação sucessiva com fundamento no art. 57, II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pois não se tratam de serviços contínuos ou de natureza continuada.

Origem: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/00493368  
Parecer nº: COG-582/00  
Decisão nº: 3876/00 Sessão: 06.12.2000

**924.** Deve o Município de Pinheiro Preto repassar ao IPREPI os valores concernentes à obrigação patronal da aposentadoria dos seus servidores, referente ao mês de dezembro/99, uma vez que está obrigado a cumprir o que determina a Lei Complementar Municipal nº 081/99, a qual entrou em vigor no mês de novembro de 1999.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/00716170  
Decisão nº: 3868/00 Sessão: 06.12.2000

.....

**925.** Os municípios somente podem contratar operações de crédito com instituições financeiras estatais e desde que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes ou refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, nos termos do art. 35 da Lei Complementar nº 101/00, observados os limites de endividamento previstos na Lei Complementar a ser editada, de que trata o art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo vedada a contratação de operações de crédito:

- a) nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo municipal quando a dívida consolidada do ente exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato (art. 31, §§ 1º e 6º, da Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) nos últimos cento e oitenta dias do mandato do Chefe do Poder Executivo, consoante vedação do art. 18 da Resolução nº 78/98 do Senado Federal ou conforme previsto em legislação especial superveniente.<sup>176</sup>

<sup>176</sup> A Resolução nº 78/98 foi revogada pela Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, que trata sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Origem: Prefeitura Municipal de Painel  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/03622207  
Parecer nº: COG-518/00  
Decisão nº: 3869/00  
Sessão: 06.12.2000

.....

**926.** A Polícia Militar de Santa Catarina pode celebrar convênios com órgãos ou entidades da administração pública estadual, ainda que haja repasse de recursos financeiros, desde que estejam alocados recursos na lei orçamentária do Estado para tal finalidade, recomendando-se observar, no que couber, as normas do Decreto Estadual nº 426/99.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/04186419  
Parecer nº: COG-546/00  
Decisão nº: 3870/00  
Sessão: 06.12.2000

.....

**927.** A contratação de emissora de televisão para divulgação dos atos do Poder Público está condicionada a prévio procedimento licitatório, não sendo admissível a adoção de contratação por inexigibilidade por inviabilidade de competição, em se tratando de serviços de publicidade e divulgação.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 00/01012576  
Parecer nº: 337/00  
Decisão nº: 3995/00  
Sessão: 11.12.2000

**928.** É viável a utilização de preços diferenciados na utilização de máquinas cedidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura à CIDASC, através de Termo de Cessão de Uso Gratuito, tão somente para os serviços realizados mediante requisição da Secretaria cedente, devidamente comprovado. Para os serviços diretamente contratados e executados pela CIDASC aos interessados (produtores rurais), em decorrência de suas atividades normais, ainda que sejam utilizadas as máquinas cedidas pela Secretaria, deverão ser mantidos os preços normais da tabela da CIDASC, sob pena de tratamento privilegiado, ferindo os princípios de isonomia e da impessoalidade (art. 5º da Constituição Federal).

Origem: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/02556022  
Parecer nº: COG-342/00  
Decisão nº: 4005/00  
Sessão: 11.12.2000

.....

**929.** A Administração Pública Municipal não pode dispor livremente do interesse público o qual representa; sua atuação está restrita aos limites da lei. Destarte, o município só poderá realizar acordo judicial ou transigir, caso haja lei formal autorizativa a respeito.

Origem: Prefeitura Municipal de Quilombo  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/04892399  
Parecer nº: COG-530/00  
Decisão nº: 4001/00  
Sessão: 11.12.2000

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**930.** A instituição de benefícios, ainda que indiretos, aos servidores das sociedades de economia mista do Estado depende de aprovação da Assembleia Geral dos acionistas da entidade e de prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, após manifestação do Conselho de Política Financeira, nos termos do art. 38 da Lei Estadual nº 9.831/95.

Compete à entidade cessionária ressarcir à entidade cedente exclusivamente os valores relativos às verbas identificadas em folha de pagamento (remuneração) de servidor colocado à disposição da cessionária, ficando às expensas da entidade cedente as despesas relativas a benefícios que não se constituam verbas salariais, concedidos pelo cedente, como aluguel de imóvel ocupado pelo servidor cedido.

Origem: BESC S/A Corretora de Seguros e Administração de Bens  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC8326704/99  
Parecer nº: COG-552/00  
Decisão nº: 3997/00  
Sessão: 11.12.2000

.....

**931.** Nos termos do art. 52, inciso III, da Constituição Estadual, é de competência exclusiva do Governador do Estado a iniciativa de lei para alteração da remuneração dos servidores das fundações mantidas pelo Estado, como é o caso da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

A revisão geral anual dos salários prevista no art. 37, X, da Constituição Federal deve abranger todos os servidores públicos de cada respectivo Poder ou órgão constitucional, sendo permitida mesmo que seja extrapolado o limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Com-

plementar nº 101/00, vedada quando extrapolar os limites máximos previstos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cabe aos Poderes ou órgão que detém competência constitucional para iniciativa de lei para alteração da remuneração dos servidores, juntamente com o correspondente Poder Legislativo, estabelecer os índices de reajuste de salários de servidores, não estando vinculados a índices que medem a inflação ou salários vigentes no mercado, mas à disponibilidade orçamentária e financeira, observados os ditames legais para a geração de despesas de pessoal.

A implantação de qualquer alteração de remuneração (reajuste, revisão, concessão de vantagens etc.) de servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional de Estados depen-

- de de:
- a) projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado – art. 50, § 2º, II, da CE (no caso do Estado);
  - b) observância do limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/00 para o respectivo Poder ou Órgão indicado no art. 20, exceto para revisão anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
  - c) do ato que promove a despesa estar acompanhado de estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 17, § 1º, LRF) e demonstração da origem dos recursos para custeio da despesa (art. 17, § 1º, LRF), salvo a revisão anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
  - d) demonstração de que as despesas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, contendo as premissas e metodologias de cálculo utilizadas (art. 17, §§ 2º e 4º);



- e) execução somente quando já implementadas as medidas de compensação mediante aumento de receita ou redução de outras despesas (art. 17, § 5º), quando for o caso;
- f) declaração do ordenador da despesa sobre adequação orçamentária e financeira à lei anual do orçamento (art. 16,
- l) e de compatibilidade com o plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias (art. 16, II);
- g) autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias (art. 169, § 1º, II, Constituição Federal e art. 118 da CE);
- h) prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (art. 169, § 1º, I, Constituição Federal e art. 118 da CE).

Origem: Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/04299108  
Parecer nº: COG-541/00  
Decisão nº: 4029/00  
Sessão: 13.12.2000

932. A alienação de imóveis públicos, mesmo de sociedades de economia mista em liquidação, depende de prévia licitação, na modalidade de concorrência, por imposição do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, art. 17 da Constituição Estadual e arts. 2º, 17 e 23, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, salvo as exceções nesta previstas.

Origem: Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/04470990

Parecer nº: COG-555/00  
Decisão nº: 4027/00  
Sessão: 13.12.2000

933. O art. 5º dos Projetos de Leis nºs 001/2000 e 002/2000, do Município de São Bernardino, que fixam os subsídios dos agentes políticos municipais para a legislatura 2001/2004 não se compatibiliza com o texto constitucional, pois prevê correção com base no INPC, sempre que o reajuste acumulado atingir o percentual de 10% (dez por cento).

Nos termos da Emenda Constitucional nº 19/98, a revisão dos subsídios deverá ser promovida por lei específica, e será vinculada à mesma data e aos mesmos índices de atualização da remuneração dos servidores públicos, conforme nova redação do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de São Bernardino  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/04867017  
Parecer nº: COG-539/00  
Decisão nº: 4022/00  
Sessão: 13.12.2000

934. Conforme dispõe a Lei nº 7.183/84, é responsabilidade do aeronauta manter em dia seus certificados de habilitação técnica e de capacidade física (art. 19), portanto, não há como se imputar às empresas a obrigação de custear as despesas relacionadas, tais como: exames médicos, taxas, diárias de hospedagem, transporte e alimentação.

Outrossim, a exegese mais adequada da expressão “para que lhe seja possibilitada a execução” contida no art. 19 da Lei nº 7.183/84 e do termo correlato “propiciar condições”, inserido no art.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

18, *caput*, da Portaria Interministerial nº 3.016/88, é aquela que vislumbra apenas a garantia daquelas condições relacionadas com a execução dos exames, mediante marcação (art. 18, § 2º), previsão dos dias na escala de serviço e liberação do empregado.

A interpretação extensiva do art. 19 da Lei nº 7.183/84, no sentido de transferir-se o ônus financeiro às empresas, sem que haja expressa determinação legal ou acordo entre as partes, afrontaria o princípio da legalidade (art. 5º, II, da Constituição Federal), bem como o princípio de direito civil segundo o qual a solidariedade não se presume (art. 896 do Código Civil Brasileiro).

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/05306035  
Parecer nº: COG-584/00  
Decisão nº: 4023/00  
Sessão: 13.12.2000

935. A contratação de emissora de rádio para divulgação dos atos do Poder Público está condicionada a prévio procedimento licitatório, não sendo admissível a adoção de contratação por inexigibilidade por inviabilidade de competição, em se tratando de serviços de publicidade e divulgação.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/00103675  
Parecer nº: COG-516/00  
Decisão nº: 4080/00  
Sessão: 18.12.2000

Decisão Análoga:

Processo nº: TC0278200/89  
Parecer nº: COG-760/98  
Sessão: 08.02.1999  
Processo nº: TC0278300/86  
Parecer nº: COG-762/98  
Sessão: 08.02.1999

936. Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior, nos termos do inciso VIII do art. 22 da Lei Orgânica Municipal de São João Batista.

Falece competência legal a vereador para exigência contumaz de votar mensalmente o Balancete da Câmara, cabendo, contudo, em casos concretos de irregularidades, constituir Comissão Especial de Investigação para analisar caso ou fatos específicos, de seu conhecimento.

Origem: Câmara Municipal de São João Batista  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/00130214  
Parecer nº: COG-614/00  
Decisão nº: 4089/00  
Sessão: 18.12.2000

937. As despesas com transporte de policiais e seus dependentes, e respectivas bagagens, residência a residência, em decorrência de transferência do policial de uma unidade para outra por razões de interesse público (art. 51 da Lei Estadual nº 5.645/79) não poderão ser empenhadas no item orçamentário 3.1.1.2.00 do orçamento da Polícia Militar, porquanto não caracterizam despesa de pessoal.

A conversão em indenização pecuniária, representando criação de despesas de pessoal, depende de autorização legislativa, conforme preceito do art. 37, X, da Constituição Federal.

As despesas decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei Estadual nº 5.645/79 não podem ser empenhadas à conta das dotações do Fundo de Melhoria da Polícia Militar por não estar diretamente relacionadas aos seus objetivos.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/00422509  
Parecer nº: COG-624/00  
Decisão nº: 4081/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**938.** Salvo estipulação diversa no ato da disposição, compete ao órgão ou entidade cessionária o ônus do pagamento da contribuição patronal ao Plano de Assistência à Saúde de que tratam a Lei Complementar nº 179/99 e o Decreto nº 352/99, relativo aos servidores participantes do referido Plano recebido à disposição com ônus para a cessionária.

Origem: Santa Catarina Turismo S/A  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/00493872  
Parecer nº: COG-486/00  
Decisão nº: 4091/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**939.** O município pode instituir Regime de Previdência do Serviço Público – RPSP (Regime Próprio de Previdência Municipal), exclusivamente para

os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, desde que observadas as exigências do art. 40 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social. O município contribuirá para o seu regime próprio em relação aos servidores efetivos, e para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em relação aos demais servidores e ocupantes de cargos eletivos.

Os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito são segurados obrigatórios da previdência social, nos termos do art. 90, I, “p”, do Decreto nº 3048/99, devendo as contribuições serem recolhidas ao INSS, exceto se forem servidores públicos efetivos integrantes de Regimes de Previdência do Serviço Público – RPSP (Regimes Próprios de Previdência), instituídos em conformidade ao art. 40 da Constituição Federal, à Lei Federal nº 9.717/98 e à Portaria nº 4.992/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Os servidores ocupantes de cargos efetivos nos Poderes Legislativo e Executivo que não estiverem filiados a Regime de Previdência do Serviço Público – RPSP, instituído nos termos do art. 40 da Constituição Federal, Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social, deverão ser filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como segurados obrigatórios, situação em que o município deve providenciar o recolhimento das contribuições (do segurado e do município) para o Instituto Nacional do Seguro Social.

Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão de livre nomeação, os que exercem funções públicas, os empregados públicos, os ocupantes de cargos temporários ou quaisquer outros que não sejam ocupantes de cargos efetivos são segurados obrigatórios do Regime Geral da Previden-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

dência Social – RGPS, nos termos do art. 201 da Constituição da República, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, e Decreto nº 3.048/99, devendo o município providenciar o recolhimento das contribuições (do segurado e do município) para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Barra do Sul  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/01012223  
Parecer nº: COG-509/00  
Decisão nº: 4082/00  
Sessão: 18.12.2000

. . . . .

**940.** O membro de Conselho Tutelar previsto na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e Adolescência), que perceba proventos de aposentadoria decorrente dos arts. 40, 42 ou 142 da Constituição da República, não poderá perceber remuneração pela função exercida no Conselho, porquanto o § 10 do art. 37 da Constituição Federal veda a percepção simultânea de proventos decorrentes de aposentadoria no serviço público com remuneração de cargo, emprego ou função pública, independente da esfera de origem dos proventos e da remuneração, exceto se investido em cargo eletivo, em cargo em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração ou se atendidos os requisitos de acumulatividade permitida pelo inciso XVI do art. 37 da Carta Magna.

Os valores decorrentes de operações de crédito (empréstimos/financiamentos) realizadas pelo município, observada a Lei Complementar nº 101/00, serão lançados em Dívida Fundada (Passivo Permanente) pelo valor do principal (contratual). Os valores correspondentes a juros e correção monetária e outros encargos legais previstos no contrato deve-

ráo ser lançados em contas separadas, também no Passivo Permanente, podendo ser utilizada a conta principal Débitos Consolidados ou outra equivalente no Plano de Contas. Quaisquer outros acréscimos (como renegociação ou confissão de dívida), também devem ser lançados nessa conta de Débitos Consolidados, devidamente identificados em subcontas. Não será admissível lançar no passivo permanente valores superiores ao contratado, a título de estimativa de encargos, pretendendo no futuro anular o valor que exceder ao efetivamente gasto com a operação de crédito.

A responsabilidade pela gestão municipal, no âmbito do Poder Executivo, compete ao Prefeito Municipal, a quem poderá ser imputada a responsabilidade pelos atos irregulares praticados no âmbito do respectivo Poder, salvo indicação do autor da prática do ato irregular e comprovação de que os atos praticados pelo subalterno não tiveram seu expresso ou tácito consentimento. No caso de ausência de prestação de contas, desfalques, desvios de dinheiros ou bens públicos ou atos ilegais ou antieconômicos que resultem em dano ao erário, para eximir-se das responsabilidades por atos de seus comandados, o titular do Poder, órgão ou entidade deve promover a Tomada de Contas Especial, cujas conclusões devem ser remetidas ao Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 33 e 34 da Lei Complementar nº 31/90 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), sob pena de responsabilidade solidária.

A responsabilidade técnica por atos de servidores públicos no exercício de funções profissionais regulamentadas, como contadores, engenheiros, advogados, médicos etc., é pessoal e intransferível, podendo ser representados perante a respectiva entidade fiscalizadora da profissão nos casos de atos que demonstrem negligência ou imperícia técnica no exercício da atividade profissional. Podem, igual-

mente, responder funcionalmente (como servidor público), mediante regular processo administrativo de apuração de responsabilidades (inquéritos, sindicâncias ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso), observada a legislação pertinente, além da responsabilização civil e criminal conforme legislação própria.

O ente público tem o dever de conceder oportunidades e condições de aperfeiçoamento aos seus servidores (treinamentos, cursos, estágios em outras Prefeituras, etc.), a fim de que não ocorram erros e equívocos decorrentes da insuficiente habilidade técnica para a prática de atos administrativos.

Os órgãos e entidades executivas de trânsito municipais podem celebrar convênios com entidades similares do Estado e com a Polícia Militar para a execução de atividades de competência do ente delegante, nos termos dos arts. 23 e 25 do Código de Trânsito (Lei nº 9.503/97).

Mediante convênio específico, os recursos das multas de trânsito arrecadados pelos municípios podem ser utilizados para pagamento de despesas da Polícia Militar, do DETRAN e outros órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, desde que sejam relacionadas exclusivamente à sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, conforme disposto no art. 320 do Código de Trânsito, compreendendo materiais e equipamentos (veículos, rádios, computadores, combustíveis, materiais de sinalização, didáticos etc.) e serviços (controle da frota de veículos, alimentação de policiais etc.).

O convênio poderá especificar a transferência de percentual dos recursos arrecadados com multas de trânsito aos órgãos conveniados, situação em que compete ao órgão delegado promover diretamente a aquisição de bens e serviços necessários à execução das obrigações assumidas pelo convênio, ob-

servada a legislação pertinente às licitações. Em outra modalidade, o convênio pode especificar minuciosamente as despesas a serem suportadas pelo município, mediante requisição do órgão delegado, hipótese em que deverá ser estabelecido limite de valores a serem despendidos pelo Município.

Qualquer que seja a modalidade de convênio que resulte utilização de receitas decorrentes da arrecadação de multas de trânsito pelo município, os recursos destinados ao atendimento do convênio estarão limitados à dotação orçamentária específica para essa atividade, observada a contabilização no fluxo orçamentário no âmbito municipal. Quando for o caso de transferência, a unidade recebedora utilizará o fluxo extra-orçamentário, conforme art. 40 da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/01013033  
Parecer nº: COG-512/00  
Decisão nº: 4092/00  
Sessão: 18.12.2000

941. As despesas inerentes à participação de servidores, membros de Conselhos Fiscal e Administrativo de autarquia municipal, deverão obedecer rigorosamente os princípios norteadores da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade (finalidade pública), moralidade, publicidade e eficiência. Caberá ao administrador público utilizar os recursos em manifesta obediência aos princípios acima consignados, sendo inadmitido, sob pena de desvio de finalidade, sujeito às penalidades legais, a utilização desses recursos em benefício de particulares.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Os contratos das autarquias estão submetidos à licitação, por expressa determinação do art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como os seus atos às normas de finanças voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal, nos termos do art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/03401979  
Parecer nº: COG-397/00  
Decisão nº: 4083/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**942.** A regra geral para a contratação de serviços de advocacia, por parte da Administração Pública, é a realização de certame licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal e do art. 2º, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

Excepcionalmente, está o administrador autorizado a deixar de licitar, efetuando a contratação direta nos casos previstos nos arts. 24 (dispensa) e 25 (inexigibilidade) da Lei Federal nº 8.666/93.

Tratando-se de hipótese na qual a (pequena) relevância da contratação, devido ao pequeno valor, não justifica gastos com uma licitação comum, torna-se possível a contratação direta de advogado, mediante processo de dispensa do competitivo, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Instituto de Previdência de Mafra  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/03424081  
Parecer nº: COG-428/00  
Decisão nº: 4084/00 Sessão: 18.12.2000

**943.** As compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos, exploração de recursos minerais ou extração de petróleo e congêneres não devem integrar a base de cálculo para fins de destinação constitucional de recursos do Poder Legislativo Municipal, prevista no artigo 29-A (art. 2º da Emenda Constitucional nº 25, de 14.02.2000) da Constituição Federal.

Dada a natureza meramente compensatória dos chamados royalties, os Municípios só poderão aplicar tais recursos exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico, nos termos do art. 24 do Decreto nº 1, de 11.01.1991.

É vedada a aplicação dos recursos provenientes de royalties em pagamento de dívidas e de pessoal do quadro permanente dos Municípios beneficiários, a teor do art. 8º da Lei Federal nº 7.990, de 28.12.1989.

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/04283538  
Parecer nº: COG-473/00  
Decisão nº: 4085/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**944.** É possível a aquisição de medicamentos pelos Municípios, com dispensa do processo licitatório, de laboratório de Consórcio Intermunicipal de Saúde, desde que presentes os requisitos do art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93. Deverá, contudo, tal dispensa ser ratificada pela autoridade superior e publicada no órgão de imprensa oficial no prazo de cinco dias, a teor do *caput* do art. 26 da Lei de Licitações, observando-se, ainda, no que couber, o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo.



Origem: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/06009549  
Parecer nº: COG-638/00  
Decisão nº: 4078/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**945.** Na hipótese de extinção do Fundo de Assistência aos Servidores, seus bens e direitos, de qualquer natureza, reverterão ao patrimônio municipal, sendo recepcionados pela Prefeitura Municipal, que assumirá os compromissos assumidos regularmente.

É legítima a contribuição do Município ao Fundo de Assistência aos Servidores, pois, na condição de empregador, cabe ao mesmo participar do financiamento do Fundo.

Em caso de extinção do Fundo, a municipalidade deverá vincular-se ao Regime Geral da Previdência Social. Qualquer programa de assistência médica que ampare os servidores e seus familiares deverá ocorrer, com base nas contribuições dos beneficiários.

Origem: Prefeitura Municipal de Jupiá  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: TC8332803/92  
Parecer nº: COG-387/00  
Decisão nº: 4079/00  
Sessão: 18.12.2000

.....

**946.** Incabível o pagamento de auxílio moradia a vereadores, porque incompatível com a gênese daquele auxílio e por não integrar o subsídio de Deputado Estadual. Os percentuais previstos na Constituição Federal em relação ao subsídio de Deputado Estadual se referem a limites máximos e não se apli-

cam automaticamente aos vereadores. No Município de Forquilha, adicionalmente, sua Lei Orgânica exige que o vereador tenha residência e domicílio no Município, não havendo justificativa para concessão de auxílio moradia.

O suplente de vereador, ao assumir uma cadeira no Legislativo, ainda que em substituição ao vereador titular, goza de todos os direitos e prerrogativas do cargo enquanto estiver no exercício da vereança, fazendo jus à correspondente e proporcional remuneração prevista para o vereador, bem como de eventual remuneração por participação em sessões extraordinárias em que atuar como vereador, desde que realizadas durante o período de recesso da Câmara de Vereadores. Não fará jus à remuneração do cargo eletivo quando o vereador for servidor público da administração direta, autárquica e fundacional e, em face de incompatibilidade de horários, optar pela remuneração do cargo, emprego ou função que ocupa no Serviço Público (art. 38 da Constituição Federal). Ainda que optante pela remuneração do cargo, emprego ou função pública, terá direito aos valores previstos na legislação local para os períodos de sessões legislativas extraordinárias realizadas no recesso da Câmara de Vereadores, pois nos termos do art. 57, § 7º, da Constituição Federal, tais parcelas possuem caráter indenizatório.

Origem: Câmara Municipal de Forquilha  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/01011847  
Parecer nº: COG-510/00  
Decisão nº: 4213/00  
Sessão: 20.12.2000

.....

**947.** Na hipótese de extinção de fundo ou instituto de previdência municipal não adequado aos preceitos do art. 40 da Constituição Federal e da Lei Fe-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

deral nº 9.917/98, ou ainda do regime próprio de previdência, os valores existentes para custear a concessão e manutenção, presente ou futura, de benefícios previdenciários, inclusive o montante constituído a título de reserva técnica, somente poderão ser utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários já concedidos, para quitação de débitos com o INSS, para constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei Federal nº 9.717/98 (para suporte financeiro do regime próprio de previdência), e para compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos Municípios (Lei Federal nº 9.796/99), com controle e contabilização em separado.

Os montantes relativos a débitos de órgãos ou entidades para com o fundo, instituto de previdência ou sistema próprio de previdência extintos devem ser carregados para as mesmas finalidades neles previstas.

Origem: Câmara Municipal de São Miguel do Oeste  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/02879891  
Parecer nº: COG-414/00  
Decisão nº: 4216/00  
Sessão: 20.12.2000

. . . . .

**948.** Não há qualquer relação entre o duodécimo consignado ao Legislativo e a arrecadação tributária do Município, pois o mesmo deve ser expresso em valor certo e não sob a forma de percentual calculado sobre a receita orçamentária.

Os recursos a serem repassados à Câmara poderão corresponder ao duodécimo da dotação orçamentária ou ao valor da quota estabelecida em programação financeira, que ao final do exercício corresponda à dotação, acrescida dos créditos adicionais atribuídos ao Órgão.

Origem: Prefeitura Municipal de Xanxerê  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/03400140  
Parecer nº: COG-574/00  
Decisão nº: 4201/00  
Sessão: 20.12.2000

. . . . .

**949.** A manutenção dos serviços básicos da Câmara de Vereadores enseja o provimento de cargos mediante realização de concurso público. A contratação de pessoal embasada no inciso IX do artigo 37 da Carta Federal só pode ser realizada quando surgir necessidade temporária, que não possa ser desempenhada pelos servidores ocupantes do quadro de pessoal do órgão/entidade, e que não pode aguardar para ser suprida sem que haja prejuízo ao interesse público.

Para a contratação de empresa prestadora de serviços pela Câmara, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93, deverá haver motivação pela autoridade competente, demonstrando a temporariedade dos serviços ou natureza de atividade-meio do Poder Legislativo; a impossibilidade do serviço ser prestado por servidores públicos efetivos ou temporários; e os critérios de economicidade e razoabilidade que justifiquem a opção pela terceirização.

Quando a Câmara de Vereadores percebe repasse de duodécimos (suprimentos), a contabilização da aplicação dos recursos deve ser promovida pela Câmara, por serviço próprio de contabilidade e orçamento, sob a responsabilidade de profissional habilitado e em situação de regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade.

Em face do caráter permanente da função de contadoria, é recomendável que o cargo de contador esteja previsto no quadro de servidores efetivos da Câmara, pois a atividade não se coaduna com car-

gos de livre nomeação e exoneração. Inexistindo cargo de contador no quadro de servidores efetivos, excepcionalmente, a responsabilidade pelos serviços contábeis da Câmara poderá ser atribuída à profissional habilitado (contador), servidor efetivo do Poder Executivo ou do Legislativo, com remuneração pela Câmara de Vereadores, podendo ser concedida gratificação atribuída por lei municipal.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/03986675  
Parecer nº: COG-513/00  
Decisão nº: 4205/00  
Sessão: 20.12.2000

950. As vedações contidas no artigo 73, V, da Lei Federal nº 9.504/97, não são aplicáveis às sociedades de economia mista, mas apenas aos órgãos da Administração Pública Direta e às autarquias. Assim, conclui-se que a COHAB/SC, em se tratando de sociedade de economia mista, não está impedida de demitir, no período de três meses que antecede o pleito até a posse dos eleitos, os empregados aposentados, mantidos irregularmente no serviço público. Não obstante, ainda que tais vedações também fossem aplicáveis à Administração Pública Indireta, em sendo inconstitucional o ato praticado, merecendo providências no sentido de restabelecer a ordem jurídica, não pode a Lei Eleitoral constituir óbice a este procedimento, já que é norma hierarquicamente inferior à Carta Magna. *Ipsa facto*, configura dever do administrador público promover, *incontinenti*, o desligamento dos funcionários em situação irregular no serviço público, nos exatos termos da determinação contida no item 6.2 do Processo nº CON-218003/73, publicada no DOE de 02.06.2000.

Origem: Companhia de Habitação do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/03988880  
Parecer nº: COG-415/00  
Decisão nº: 4202/00 Sessão: 20.12.2000

951. A contratação de emissora de rádio para divulgação dos atos do Poder Público está condicionada a prévio procedimento licitatório, desde que viável a competição, conforme interpretação conjunta do art. 37, XXI, da Constituição Federal, art. 17 da Constituição Estadual e arts. 2º e 25 da Lei nº 8.666/93.

A contratação direta dos referidos serviços através de processo de inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, está condicionada aos arts. 25 e 26, no que se refere à formação de processo devidamente justificado, sujeitando a autoridade competente à penalidade do art. 89, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

A publicidade dos atos, objeto da contratação, deve obedecer aos parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e art. 16, § 6º, da Constituição Estadual, que tratam da vedação de “constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores”.

Origem: Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/04390610  
Parecer nº: COG-589/00  
Decisão nº: 4206/00 Sessão: 20.12.2000

952. Como regra basilar, os recursos provenientes de convênios devem ser obrigatoriamente aplicados na consecução das finalidades neles estabelecidos. Os recursos recebidos pela UDESC em decorrência

## Decisões em Consultas – Prejulgados

de transferência do Governo Federal para manutenção do Programa Especial de Treinamento – PET, devem ser aplicados exclusivamente no pagamento de bolsas de estudos aos alunos inscritos no Programa, com a devida prestação de contas. Assim procedendo, para os fins fiscalizatórios de competência desta Corte, em princípio, não constitui irregularidade a aplicação dos recursos repassados pelo órgão Federal para essa finalidade, ainda que ausente convênio específico para um certo período, quando existentes convênios anteriores e posteriores versando sobre o Programa, alicerçado no princípio da continuidade das ações da Administração Pública.

Compete aos órgãos da União responsáveis pelo controle interno (Secretaria Federal de Controle) e externo (Tribunal de Contas da União), a apreciação do repasse dos recursos pelo Ministério da Educação, podendo a UDESC ser obrigada à devolução dos recursos recebidos, em caso de decisão pela irregularidade da transferência.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/03991679  
Parecer nº: COG-409/00  
Decisão nº: 4209/00 Sessão: 20.12.2000

953. Os recursos do FUNDEF destinam-se apenas ao ensino fundamental, sendo possível ao Município utilizar recursos provenientes do Fundo para remunerar professores que atuam na educação de jovens e adultos, em se tratando de cursos “supletivos” do ensino fundamental.

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/04957199  
Parecer nº: COG-558/00  
Decisão nº: 4203/00  
Sessão: 20.12.2000

954. Eventuais convocações da Câmara de Vereadores que se façam para o trato de matérias ordinárias ou fora do período de recesso parlamentar serão pagas exclusivamente por subsídio, sendo vedado o pagamento de outras parcelas em decorrência de tais convocações.

São ilegítimos os pagamentos aos vereadores de reunião extraordinária realizada durante o período legislativo ordinário, através de verba indenizatória fixada em lei municipal.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/05094267  
Parecer nº: COG-549/00  
Decisão nº: 4215/00  
Sessão: 20.12.2000

955. São legítimas as contribuições mensais dos Municípios para manutenção de associações de municípios, desde que tais despesas sejam instituídas por lei e estejam previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela respectiva Lei do Orçamento, conforme as normas previstas pela Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00.<sup>177</sup>

<sup>177</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “São legítimas as contribuições mensais dos Municípios para manutenção de entidades municipalistas, desde que tais despesas sejam previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela respectiva Lei de Meios, conforme as normas federais previstas pela Lei Federal nº 4.320/64”.

Origem: Federação Catarinense de Associações de Municípios - FECAM  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/06091881  
Parecer nº: COG-645/00  
Decisão nº: 4217/00  
Sessão: 20.12.2000

Parecer nº: COG-316/00  
Decisão nº: 4245/00  
Sessão: 27.12.2000

956. O Tribunal de Contas do Estado, em face do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 11345/00, manifesta-se pela anuência em disponibilizar o percentual que lhe couber da receita líquida do ICMS, para fins de incentivo a ser concedido pelo Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC.

958. As modificações inseridas na sistemática remuneratória municipal, em decorrência da Emenda Constitucional nº 19/98 (que acrescentou o § 4º ao art. 39 e deu nova redação ao art. 37, XI, e ao art. 29, V, da Constituição Federal), estão na dependência da lei federal que fixará o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial dos agentes públicos), nos termos do art. 48, inciso XV, da Constituição Federal.

Os agentes políticos atuais (Prefeito e Vice-Prefeito), devem receber até o fim do mandato a verba remuneratória fixada na legislatura anterior, consoante o art. 111, inciso V, da CE/89.

Origem: Gabinete do Governador do Estado  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/00688100  
Parecer nº: COG-296/00  
Decisão nº: 4244/00  
Sessão: 27.12.2000

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/01011332  
Parecer nº: COG-349/00  
Decisão nº: 008/01  
Sessão: 05.02.2001

957. Poderá o Município contratar instituição bancária, oficial ou não, para prestar serviços de cobrança da Dívida Ativa, desde que atendidos os requisitos previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

Pretendendo o Município contratar todos os estabelecimentos bancários para arrecadar sua Dívida Ativa, pagando em contrapartida uma tarifa previamente estabelecida, configura-se a hipótese de Inexigibilidade de Licitação.

959. A Lei Complementar nº 003/99 institui o Regime Jurídico Único Estatutário para os Servidores Municipais de Içara, assim sendo apenas ao servidor investido em cargo público (efetivo ou comissionado) poderá ser concedido o adicional por tempo de serviço (art. 99) e a licença-prêmio por assiduidade (art. 106), sendo legal o cômputo do tempo em que o servidor efetivo esteve em estágio probatório como período aquisitivo das vantagens.

O tempo de serviço prestado ao Município, mediante contrato por tempo determinado (art. 37, IX

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: TC0838700/91

## Decisões em Consultas – Prejulgados

da Constituição Federal), poderá ser utilizado no cômputo do período aquisitivo do adicional por tempo de serviço, conforme a previsão legal do art. 99, § 1º da LC nº 003/99, no entanto será desconsiderado para concessão da licença prêmio por assiduidade, em face de exigência do exercício ininterrupto do cargo público (art. 106 da LC nº 003/99).

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/01458582  
Parecer nº: COG-489/00  
Decisão nº: 010/01  
Sessão: 05.02.2001

**960.** Para empenhamento de despesas no exercício corrente, para as quais não hajam dotações próprias no Orçamento em execução, deverão ser autorizados e abertos créditos especiais, observados os requisitos do art. 167 da Constituição Federal e arts. 40 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo incorreto o empenhamento dessas em outras dotações, por caracterizar inobservância das regras de classificação das despesas públicas previstas na Lei Federal nº 4.320/64, seus anexos e Portarias a ela pertinentes.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/02339277  
Parecer nº: COG-382/00  
Decisão nº: 019/01  
Sessão: 05.02.2001

**961.** Qualquer despesa realizada pelo Município deverá estar em conformidade com os princípios norteadores da administração pública, consignados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, quais

sejam: legalidade, impessoalidade (finalidade pública), moralidade, publicidade e eficiência. Todos os dispêndios deverão estar autorizados pelo Poder Legislativo Municipal, seja por meio do orçamento anual, seja por intermédio da autorização para abertura de créditos adicionais. A aplicação dos recursos públicos deverá estar em consonância com o interesse da coletividade, sendo inadmitido – sob pena de desvio de finalidade, sujeito às penalidades legais – a utilização destes recursos em benefício exclusivamente particular.

Deverá o Município dispor sobre a utilização, no âmbito da Secretaria de Saúde, de veículos particulares, pelos servidores, disciplinando sobre a indenização de despesas com combustíveis. A municipalidade deverá editar instrumento normativo a respeito do assunto, estabelecendo os requisitos a serem satisfeitos pelos interessados, bem como os procedimentos para formalizar o cadastramento, resguardando-se de eventuais responsabilidades pelo uso optativo, pelo servidor, de veículo de sua propriedade privada. O ressarcimento das importâncias despendidas pelos servidores quando em serviço, sob a forma de indenização, poderá ocorrer à conta de dotação própria do Município ou do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/03316009  
Parecer nº: COG-393/00  
Decisão nº: 006/01  
Sessão: 05.02.2001

**962.** A sujeição de sociedade de economia mista aos ônus de sucumbência, pela desistência de ação de execução de sentença, que lhe garantiu direito ao não pagamento de tributo fe-



deral e renúncia ao direito em que se funda a ação, como condição para ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Leis nºs 9.964/00 e 10.002/00 e Medida Provisória nº 2.061 e suas reedições), só é admissível quando ficar demonstrado, de forma objetiva, que os benefícios econômicos serão superiores aos custos decorrentes da desistência e renúncia, e que a decisão atende o interesse público.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
 Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
 Processo nº: 00/05757800  
 Parecer nº: COG-384/00  
 Decisão nº: 009/01  
 Sessão: 05.02.2001

.....

**963.** O Contador da Prefeitura não pode se responsabilizar pela contabilidade da Câmara, em face da vedação de acumulação de cargos (art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal) e independência dos Poderes. Em caráter excepcional, até que seja criado cargo efetivo de contador e provido nos termos da lei, a contabilidade da Câmara pode ficar sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado e em situação de regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade ocupante de cargo comissionado de Contador.

Só é admissível a contratação de Contador externo aos quadros da Edilidade quando inexistir cargo efetivo ou houver vacância ou afastamento temporário do Contador ocupante de cargo efetivo, caracterizando circunstância excepcional e emergencial, devidamente justificada. A contratação deverá ser por tempo determinado, até que seja criado ou provido cargo efetivo de Contador.

As transferências intragovernamentais, obrigatórias ou voluntárias, devem ser consideradas para apuração da Receita Corrente Líquida Municipal (art. 2º da LRF), que serve de base para verificação da limitação das despesas totais de pessoal, em cumprimento do disposto no art. 19, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 29-A da Constituição Federal, quando aplicável.

Conforme preceitua o art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), da apuração da Receita Corrente Líquida somente são excluídas as contribuições dos servidores para o sistema previdenciário e assistencial próprio do Município, as eventuais receitas decorrentes de compensação financeira entre os regimes de previdência social (art. 201, § 9º, Constituição Federal e Lei nº 9.796, de 05.05.1999) e as duplicidades (transferências intragovernamentais).

As despesas com educação de jovens e adultos (arts. 4º, I e V, 11 e 32 da LDB) podem ser contabilizadas como despesas em educação para fins de comprovação de aplicação do percentual mínimo de 25% dos impostos, em atendimento à exigência do art. 212 da Constituição Federal. Podem ser contabilizadas como despesas compreendidas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, quando se referirem a ensino fundamental presencial e sejam despesas elegíveis para o Fundo (art. 70 da Lei nº 9.394/96 e art. 7º da Lei nº 9.424/96).

É admissível a contabilização como despesas com educação, para os fins do art. 212 da Constituição Federal, as despesas com transferências de recursos, através de subvenções e mediante autorização legislativa municipal e previsão na lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento, para pagamento de professores de entidades privadas desde que sejam escolas de educação especial que atendam:

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- a) os requisitos do art. 77 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- b) ofereçam ensino fundamental aos educandos portadores de necessidade especiais, em regime regular de ensino (cumprindo currículo aprovado pelas autoridades de ensino);
- c) não haja possibilidade de integração nas classes comuns do ensino regular, para atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, em função das condições específicas dos educandos portadores de necessidades especiais;
- d) esteja comprovada a impossibilidade de instituição de serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender peculiaridades da clientela de educação especial; e
- e) haja demonstração que os gastos públicos foram efetivamente empregados para educandos portadores de necessidades especiais matriculados no ensino fundamental. Estas despesas não podem ser contabilizadas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, pois seus recursos se destinam à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do seu magistério, conforme preceitua o art. 2º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, combinado com o art. 70, I, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e demais disposições legais pertinentes à espécie.

Não encontra amparo legal a cessão de servidores públicos para instituições ou entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos, por ofender os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal. Por consequência, as eventuais despesas com pagamento de professores municipais cedidos a escolas privadas de educação especial não poderão ser

contabilizados como despesas com educação para os efeitos de apuração da aplicação mínima prevista no art. 212 da Carta Magna, nem podem ser contabilizadas no FUNDEF.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí- AMMVI  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/00193054  
Parecer nº: COG-320/00  
Decisão nº: 027/01  
Sessão: 12.02.2001

. . . . .

**964.** Para que se proceda a apreciação para fins de registro dos atos de admissão e aposentadoria de servidor público pelo Tribunal de Contas, é necessária a remessa dos referidos atos acompanhados dos documentos citados nos artigos 75 e 76 da Resolução nº TC-16/94, observando-se a alteração decorrente da Resolução nº TC-01/96.

O regime próprio de previdência de servidores públicos, na condição de regime instituidor, deve remeter até 06 de novembro de 2000, ao Regime Geral de Previdência Social, regime de origem, os dados relativos aos benefícios em manutenção concedidos a partir de 05 de outubro, inclusive o de registro do ato aposentatório pelo Tribunal de Contas, para que se efetive a compensação financeira entre os regimes.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/00384909  
Parecer nº: COG-433/00  
Decisão nº: 292/01  
Sessão: 19.03.2001

**965.** É perfeitamente legal, estando em conformidade com a legislação vigente, constituindo direito do membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, a concessão de diárias e passagens, uma vez ocorrido o seu deslocamento da sede, a serviço, nos termos do artigo 4º, § 3º, do Decreto nº 133/99 combinado com o artigo 30 do Decreto nº 533/91. Todavia, configura-se premissa à referida concessão, a prévia autorização do titular da pasta a qual o Conselho do Meio Ambiente esteja vinculado.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/03593940  
Parecer nº: 445/00  
Decisão nº: 384/01  
Sessão: 26.03.2001

**966.** Para a regularização de despesa pública com manutenção de bens cedidos em comodato, mister se faz a autorização legislativa para o firmamento do contrato e a indicação na mesma norma, da dotação de recursos orçamentários que se destinarão a cobri-las.

Para minorar as dificuldades que a modalidade contratual traz para a Administração, por acarretar na manutenção, zelo e guarda de bem alheio ao patrimônio público, sugere-se à Administração que promova tratativas no sentido de obter junto ao pretenso comodante a doação do bem a ser cedido em comodato. O termo de convênio tratando da cessão de bens deverá precisar em suas cláusulas a quem compete a responsabilidade pela manutenção do bem cedido e indicar ainda, a fonte de recursos para o pagamento de eventuais despesas, a fim de legitimá-las.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/04866983  
Parecer nº: COG-696/00  
Decisão nº: 385/01  
Sessão: 26.03.2001

**967.** Em cada exercício até 31 de dezembro de 2003, o aumento das despesas totais com pessoal do Poder Legislativo Municipal, incluídas as despesas com remuneração dos Vereadores (art. 18, *caput*, e § 2º, da LC 101/00), não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do montante do exercício anterior, nos termos do art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso a majoração dos subsídios dos Vereadores para a legislatura 2001/2004 implique em aumento das despesas totais de pessoal do Poder Legislativo em percentual superior ao limite estabelecido no art. 71 da LRF, no exercício de 2001 os Vereadores somente poderão perceber valores que representem percentual de acréscimo nas despesas totais de pessoal da Câmara não superior a 10% (dez por cento) da apurada no exercício de 2000, ainda que as despesas com pessoal do Poder estejam dentro dos limites dos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Braço do Norte  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/06640656  
Parecer nº: 739/00  
Decisão nº: 391/01  
Sessão: 26.03.2001

**968.** Em face do princípio da hierarquia das normas que norteia o ordenamento jurídico, o Poder

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Executivo deve atender o disposto no § 4º do art. 60 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 14, aplicando pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF no pagamento de professores do ensino fundamental em efetivo exercício do magistério, ainda que as despesas de pessoal do Poder estejam acima dos limites previstos na Lei Complementar nº 101/00.

Para readequação das despesas com pessoal ao limite máximo (art. 20) e prudencial (art. 22, parágrafo único) da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo deverá adotar medidas previstas no art. 23 da referida Lei, que incluem as medidas prescritas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/02907771  
Parecer nº: COG-576/00  
Decisão nº: 418/01  
Sessão: 28.03.2001

.....

**969.** Quando os incentivos para instalações de empreendimentos nos municípios envolvem a disponibilização de bens imóveis públicos (terrenos) a particulares (pessoas físicas ou jurídicas), deve-se privilegiar o emprego do instituto da concessão do direito real de uso, por melhor resguardar o interesse e o patrimônio público, mediante lei autorizativa, onde também disponha sobre as condições da concessão, inclusive sobre o vínculo às atividades para as quais houve a concessão e prevendo a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão, ou quando não mais sejam atendidas as condições da concessão, devendo estar demonstrado o interesse público. Deve-se evitar a do-

ação de imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Origem: Câmara Municipal de Nova Erechim  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/06614302  
Parecer nº: COG-003/01  
Decisão nº: 420/01  
Sessão: 28.03.2001

.....

**970.** A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a redução de alíquotas de tributos caracteriza renúncia de receita e sua instituição depende do atendimento dos requisitos previstos no art. 4º, § 2º, inciso V, art. 5º, inciso II, e art. 14 da referida Lei, ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais, previsão na Lei do Orçamento, estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se efetivar a renúncia e nos dois seguintes e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária (art. 12), e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO ou que foram adotadas medidas de compensação, no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências do § 2º do art. 14 da LRF.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/06748341  
Parecer nº: COG-001/01  
Decisão nº: 421/01  
Sessão: 28.03.2001

**971.** A Administração Pública Municipal de Serra Alta, quanto à alteração de carga horária do magistério municipal, deve atender ao disposto na Lei municipal nº 042/90, Estatuto dos Servidores do Município de Serra Alta, e quanto aos critérios a serem utilizadas para a referida concessão é questão interna a ser resolvida pela própria Administração, utilizando-se da autonomia administrativa que lhe foi constitucionalmente concedida, observando o interesse público.

Origem: Prefeitura Municipal de Serra Alta  
 Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
 Processo nº: 01/00192602  
 Parecer nº: COG-030/01  
 Decisão nº: 427/01  
 Sessão: 28.03.2001

**972.** O Decreto Estadual nº 082, de 07 de maio de 1991, não foi integralmente recepcionado pela Lei nº 9.831/95, porquanto esta estabeleceu competência à Secretaria de Estado da Fazenda para funcionar como Órgão Central e gestor do Sistema de Informática e Automação do Governo do Estado, nos termos do art. 47 da referida Lei. Em consequência, na parte relativa às competências de órgão central e gestor do Sistema, cabe à Secretaria de Estado da Fazenda, ficando derogados especialmente o art. 2º, inciso I e §§ 1º e 2º, o art. 3º, o art. 4º, incisos VI, XI, XII e XIII, e o art. 6º, todos do Decreto nº 082/91. O Poder Executivo pode editar Decreto regulamentando o Sistema, nos termos do art. 25 da Lei 9.831/95, incluindo a possibilidade de delegar ao CIASC funções executivas relacionadas ao Sistema.

Nos termos do art. 47 da referida Lei nº 9.831/95, a Secretaria de Estado da Fazenda foi designada para funcionar como Órgão Central e gestor do Sis-

tema de Informática e Automação do Governo do Estado, prevalecendo as normas desta Lei.

Considerando que a Secretaria de Estado da Fazenda é o órgão gestor da política de informática do Governo do Estado e órgão central do Sistema de Informática e Automação, compete-lhe examinar os processos licitatórios de aquisição, alienação e locação de equipamentos de processamento de dados e microfilmagem; desenvolvimento, aquisição ou locação de *softwares*, desde que haja norma exigindo esse exame, podendo delegar esse exame prévio ao CIASC, via edição de novo Decreto, previsto no art. 25 da Lei 9.831/95.

Salvo determinação do Poder Executivo, editada após o início da vigência da Lei 9.831/95, os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta não estão sujeitos a enviar seus processos licitatórios de aquisição, alienação e locação de equipamentos de processamento de dados e microfilmagem, desenvolvimento, aquisição ou locação de *softwares* para exame prévio da Secretaria de Estado da Fazenda ou do CIASC, pois o art. 6º do Decreto nº 082/91 deixou de ter aplicabilidade com a edição da Lei 9.831/95, que em seu art. 25 previa a edição de Decreto regulamentando o Sistema.

Denota-se conflito hierárquico vertical entre as normas do Decreto nº 082/91 e a Lei 9.831/95, prevalecendo as disposições da Lei, ficando derogados especialmente o art. 2º, inciso I e §§ 1º e 2º, o art. 3º, o art. 4º, incisos VI, XI, XII e XIII, e o art. 6º, todos do Decreto nº 082/91.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 00/05348978  
 Parecer nº: COG-632/00  
 Decisão nº: 487/01  
 Sessão: 02.04.2001

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**973.** Nos termos da Resolução nº 01, de 26 de junho de 1996, da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos Vereadores para a legislatura que se iniciou em 1997, a remuneração dos Edis somente pode ser reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices de reajuste concedidos aos servidores públicos municipais, não se aplicando a Resolução no caso de concessão de abono pecuniário aos servidores em valor fixo na moeda (reais), ainda que haja incorporação aos vencimentos destes, porque não representam índice de reajuste indistinto para todos os servidores.

Origem: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/06092187  
Parecer nº: COG-700/00  
Decisão nº: 467/01  
Sessão: 02.04.2001

.....

**974.** Os municípios só poderão assumir despesas de competência de outros entes federados mediante convênio, acordo, ajuste ou congênere, se houver autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como na Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 62, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/06451500  
Parecer nº: COG-670/00  
Decisão nº: 469/01 Sessão: 02.04.2001

.....

**975.** A apuração da Receita Corrente Líquida dos municípios deverá ser efetivada conforme previsto no art. 2º e seus incisos, da Lei de Responsabilidade Fis-

cal, deduzindo-se a contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência e assistência social próprios e as eventuais receitas provenientes da compensação financeira dos sistemas previdenciários (quando houve efetivo ingresso de recursos dessa compensação), e considerando as receitas de transferência por conta do FUNDEF e deduzidos os valores entregues ao Fundo pelo município.

A Receita Corrente Líquida constituirá no somatório da receita do mês de referência com as receitas dos onze meses anteriores, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101/00, devendo ser obrigatoriamente apurada a cada bimestre, recomendando-se seja apurada mensalmente para fins de acompanhamento da execução orçamentária e atingimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei do Orçamento, bem como atendimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O valor a ser repassado mensalmente pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será aquele previsto na legislação municipal. Quando as normas legais locais estabelecem destinação ao Poder Legislativo de certo percentual da receita do município – calculada segundo definido nessas normas - os repasses mensais à Câmara serão variáveis, conforme o comportamento da receita efetivamente arrecadada pelo Município.

A Receita Corrente Líquida definida no art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal somente servirá de base para repasses às Câmaras de Vereadores quando houver específica previsão nesse sentido na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei do Orçamento do respectivo Município.

O limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (percentual máximo de seis por cento da receita corrente líquida para o Legislativo Municipal), aplica-se indistintamente a todos os Municípios, tenham ou não Tribunal de Con-



tas do Município. A legislação local poderá estabelecer limites máximo de despesas para a Câmara inferiores aos previstos na Constituição do Brasil e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a específica base de cálculo dos respectivos limites, são compatíveis e complementares entre si as normas do § 1º do art. 29-A da Constituição do Brasil, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25 (limite de despesas da Câmara com despesa de pessoal em relação à receita recebida pelo Legislativo) e a norma do inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101/00 (limite de despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida do município), não se vislumbrando conflito normativo entre aqueles preceitos, ambos a serem cumpridos. Pelo princípio da hierarquia da pirâmide normativa, em caso de conflito de normas, prevalece a norma constitucional.

Origem: Câmara Municipal de Laguna  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/00328784  
Parecer nº: COG-008/01  
Decisão nº: 464/01  
Sessão: 02.04.2001

.....

**976.** Os Decretos Estaduais nºs 3.539/93, 322/95, 1.977/97 e 049/99, que regulamentam a disposição de servidores dos órgãos do Poder Executivo prevêem apenas o ressarcimento pelo órgão/entidade cessionário do valor correspondente à remuneração devida pelo órgão cedente ao servidor cedido, não englobando os encargos previdenciários.

Tanto o instrumento legal regulamentador da disposição de servidores - Decreto - quanto o ato administrativo que autorizar a cessão temporária (disposição), devem prever, expressamente, o ressarcimento dos encargos previdenciários incidentes sobre a remuneração.

O décimo terceiro salário e o adicional constitucional de férias integram a remuneração do servidor, para todos os efeitos, inclusive para fins de ressarcimento por parte do órgão ou entidade cessionária, que poderá ser proporcional ao tempo em que o servidor permanecer à disposição do cessionário.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/06365841  
Parecer nº: COG-004/01  
Decisão nº: 501/01  
Sessão: 04.04.2001

.....

**977.** Para se efetivar contratação de artista por Inexigibilidade de Licitação faz-se necessário que o trabalho artístico a ser desenvolvido - pelas características e finalidade - só possa ser realizado por determinado artista, e que esse detenha consagração em face da opinião pública e/ou da crítica especializada.

Origem: Administração do Porto de São Francisco do Sul  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/00957560  
Parecer nº: COG-102/01  
Decisão nº: 504/01  
Sessão: 04.04.2001

.....

**978.** Os atos que conferem direitos aos servidores à percepção de adicionais por tempo de serviço e progressões funcionais horizontais na tabela de vencimentos do quadro de cargos e vencimen-

tos do Poder ou órgão, decorrentes de aplicação de leis aprovadas antes do início da vigência da LRF, não constituem concessão de novas vantagens, não estando sujeitos à disciplina dos arts. 16, 17 e 21, I da Lei Complementar nº 101/00, porquanto ressalvados pelo inciso I do parágrafo único do art. 22 da LRF, porque se tratam de atos decorrentes de determinação legal.

As vantagens dos servidores públicos decorrentes do transcurso do tempo no exercício do cargo (*ex facto temporis*), que se agregam ao vencimento, amparadas na legislação vigente antes da edição da LRF, como os adicionais por tempo de serviço e progressões funcionais horizontais anuais na escala de vencimentos (de uma referência salarial para a imediatamente seguinte), não poderão ser negadas, suspensas ou suprimidas por ato do titular do Poder ou órgão, ainda que as despesas totais com pessoal sejam superiores aos limites previstos na LRF, pois se constituem direitos do ocupante do cargo, somente podendo ser extintas ou suspensas mediante nova lei de mesma hierarquia daquela que instituiu a vantagem.

A nomeação de servidores para cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, contratação em caráter temporário ou a qualquer título, estão vedadas quando as despesas totais com pessoal do Poder ou órgão estejam acima dos limites previstos no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00 (acima de 95% dos limites estabelecidos no art. 20), salvo para reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança. Também serão nulos os atos (art. 21 da Lei Complementar nº 101/00) quando representarem aumento de despesas sem atendimento aos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que dentro dos limites legais.

Sempre que as despesas com pessoal estiverem acima dos limites máximos estabelecidos no art. 20 na Lei Complementar nº 101/00, o Poder ou órgão deverá adotar medidas previstas no art. 23 da referida Lei visando a adequação aos limites nos dois quadrimestres seguintes, dentre elas aquelas preconizadas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal. Ultrapassado o limite prudencial, devem ser adotadas as medidas determinadas pelo parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/04892631  
Parecer nº: COG-746/00  
Decisão nº: 513/01  
Sessão: 09.04.2001

979. Na elaboração do orçamento para o exercício financeiro subsequente, forçoso levar em consideração todas as normas legais que venham a incidir e surtir efeitos sobre o novo orçamento já em vigor ou cuja vigência seja deferida para o exercício a que se refira o orçamento.

As regras ditadas pela Emenda Constitucional nº 25, bem como as demais normas da Constituição Federal, devem ser observadas no exercício de 2001. O intervalo (*vacatio legis*) entre a promulgação da Emenda Constitucional nº 25 (14.01.2000) e da sua vigência (01.01.2001) foi suficiente para a promoção das medidas necessárias à adequação aos ditames constitucionais. Ainda que o orçamento para o exercício de 2001 não tenha observado os limites de despesas da Câmara Municipal preceituados no art. 29-A da Constituição Federal, a Câmara está obrigada a promover as adequações necessárias no decorrer do exercício de 2001.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 00/06622089

Parecer nº: COG-005/01

Decisão nº: 512/01 Sessão: 09.04.2001

.....

**980.** Nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal, foi limitada a despesa das Câmaras Municipais, incluídos os subsídios dos Vereadores, tomando-se por base a população dos municípios.

De acordo com o que consta do artigo 29, VI, da Constituição Federal combinado com o artigo 111, V, da Constituição Estadual os subsídios dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores deveriam ter sido fixados até junho de 2000.

Assim sendo, no momento, os dados populacionais a serem utilizados nos termos do exigido pelo artigo 29-A da Constituição Federal são aqueles constantes da relação divulgada pelo IBGE em agosto de 1999.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/00120520

Parecer nº: COG-125/01

Decisão nº: 567/01 Sessão: 11.04.2001

.....

**981.** A cessão do servidor federal para órgão e entidades estaduais e municipais só pode ocorrer nas hipóteses previstas no art. 93, I, 1ª parte, e II da Lei nº 8.112/90, vale dizer, para exercício de cargo em comissão, pressupondo quanto a este vinculação às atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal/88) e previsão no quadro de pessoal do órgão cessionário, mediante lei formal, em observância ao princípio da reserva legal.

Com o advento da EC 19/98, que derogou tacitamente o art. 93, I, 2ª parte e II da Lei nº 8.112/90, não há possibilidade de cessão de servidor federal para exercício de função de confiança.

O ônus da remuneração caberá ao órgão cessionário, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 8.112/90, correspondendo ao vencimento do cargo em comissão.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 00/00373974

Parecer nº: COG-203/00

Decisão nº: 608/01 Sessão: 16.04.2001

.....

**982.** Os imóveis públicos podem ter destinação para uso especial, quando destinado a uma finalidade pública permanente, como servir de sede da Câmara de Vereadores, podendo ser formalizada de acordo com as normas locais ou através de lei municipal específica.

A licitação para execução de obras depende da existência de projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os seus custos unitários, previsão de recursos orçamentários e estar o projeto contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, conforme art. 7º da Lei nº 8.666/93 e art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

Quando a Câmara de Vereadores possui contabilidade própria e recebe recursos pelo regime de suprimentos, os recursos mensalmente destinados ao Poder Legislativo devem englobar os valores destinados à execução das obras por ele contratadas, obedecendo o cronograma físico-financeiro de execução.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O prazo de execução da obra pode abranger mais de um exercício, segundo o cronograma físico-financeiro previamente estabelecido, desde que o projeto esteja contemplado no plano plurianual. Os recursos orçamentários devem estar assegurados nos orçamentos dos respectivos exercícios em que a obra seja executada.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/06334296  
Parecer nº: COG-002/01  
Decisão nº: 606/01 Sessão: 16.04.2001

.....

**983.** Mediante lei específica é lícito aos Municípios extinguir fundo previdenciário, devendo o numerário atualizado (incluindo as dívidas da Prefeitura) ser depositado em conta bancária à parte e ser contabilizado em separado.

Na hipótese de extinção do fundo, os respectivos recursos, que constituem patrimônio destinado aos servidores, serão geridos pelo Executivo e deverão ser aplicados com base nas finalidades definidas na lei própria que o criou, ou seja, exclusivamente para pagamento de benefícios que já tenham sido concedidos ou que tenham as condições para aquisição implementadas anteriormente à sua extinção, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.717/98, e do art. 21 do Decreto nº 3.112/99.

Os regimes próprios de previdência social já existentes que tenham dentre as suas atribuições a prestação de serviços de assistência médica, em caso de não extinção destes serviços, deverão contabilizar as contribuições para previdência social e para assistência médica em separado, sendo vedada a transferência de recursos entre estas contas, a teor do art. 21 do Decreto nº 3.112/99.

Origem: Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: TC5930901/95  
Parecer nº: COG-515/00  
Decisão nº: 607/01  
Sessão: 16.04.2001

.....

**984. 1.** O Município deve disponibilizar pessoal especializado para assessorar o Conselho Tutelar da Criança de Adolescente (Lei nº 8.069/90), inclusive assessoria jurídica. Quando se tratar de atividade de caráter permanente, devem ser criados cargos efetivos no quadro de pessoal do Município, a serem preenchidos mediante concurso público. Nos casos de atividades transitórias e temporárias o Município pode contratar pessoal temporário, por prazo determinado, desde que atendidos os requisitos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, ou contratar serviços mediante prévio processo licitatório.

2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/00, os recursos oriundos da alienação de bens e direitos integrantes do patrimônio público somente podem ser aplicados em investimentos (despesas de capital), dentre os quais a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, assim classificados conforme a Lei Federal nº 4.320/64, seus anexos e Portarias regulamentadoras.

3. Na impossibilidade de prorrogação de contrato e não concluída licitação para novo contrato, a Prefeitura poderá celebrar contrato por prazo máximo de 180 dias (emergencial, até que se conclua processo licitatório), com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que devidamente caracterizada situação de emergência, devidamente fundamentada, observados os requisitos do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos Admi-

nistrativos, sem prejuízo da necessária apuração, em regular processo administrativo, das responsabilidades pela não realização de licitação antes do encerramento do contrato.

4. A concessão de benefícios de natureza tributária, tais como desconto para pagamento de tributos, isenções e anistias, caracteriza renúncia de receita e sua instituição depende do atendimento dos requisitos previstos no art. 4º, § 2º, inciso V, art. 5º, inciso II, e art. 14 da Lei Complementar no 101/00, ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais, previsão na Lei do Orçamento, estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se efetivar a renúncia e nos dois seguintes e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária (art. 12), e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO ou que foram adotadas medidas de compensação, no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências do § 2º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5. As ações judiciais para cobrança de créditos inscritos em dívida ativa podem ser cometidos a advogados que não pertençam ao quadro de pessoal do Município, contratados mediante prévio processo licitatório, e desde que haja autorização legislativa delegando essa parcela da competência do ente público a particulares e disciplinando o assunto, inclusive quanto aos honorários advocatícios.

6. A disposição de servidores deve ser restrita a casos excepcionais, observado o atendimento ao interesse público, porquanto os servidores públicos são admitidos para atender às finalidades institucionais do órgão ou entidade a que estejam vinculados, devendo

se ocupar das atribuições funcionais para as quais ingressaram no serviço público. Carece de respaldo legal a colocação de servidores públicos à disposição de entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos.

7. As funções típicas e permanentes do Município devem ser executadas por servidores do seu quadro de pessoal, ocupantes de cargos efetivos, admitidos mediante prévio concurso público. A contratação por prazo determinado é medida excepcional, atendidos os requisitos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Quando a contratação de pessoal, a qualquer título, representar aumento de despesa e decorrer de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, é requerida prévia demonstração do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos subsequentes e declaração do ordenador da despesa sobre a adequação orçamentária e financeira do aumento com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 da LRF). Também depende da adequação aos limites prudenciais e máximos de despesas com pessoal, para o ente e para cada Poder, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/00.

8. Os cargos de livre nomeação e exoneração (cargos em comissão), destinados exclusivamente ao desempenho de funções de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, Constituição Federal), serão criados e extintos por lei local, na quantidade necessária ao cumprimento das funções institucionais dos órgãos e entidades, limitados ao mínimo possível, a fim de evitar demasiada oneração dos cofres.

9. É recomendável que a prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades particulares seja realizada mediante remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, conforme valores e critérios estabelecidos em lei.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A prestação de serviços gratuitos a particulares através do parque de máquinas da municipalidade sem previsão em lei regulando programa específico que contemple essa possibilidade, caracteriza ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal. Pode caracterizar ato de improbidade administrativa a permissão, sem autorização legal, de utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do Município, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados pela municipalidade, nos termos do inciso XIII do art. 10 da Lei nº 8.429/92.<sup>178</sup>

10. Toda autoridade pública está sujeita a ser chamada a responder ações judiciais em decorrência dos atos praticados no exercício do cargo. O autor de atos administrativos editados sem amparo legal está sujeito às penalidades da lei.

11. Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não-ocupantes de cargos específicos de motorista, se assim atender o interesse público.<sup>179</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/06521215  
Parecer nº: COG-007/01  
Decisão nº: 620/01 Sessão: 18.04.2001

. . . . .

**985.** O gozo de férias anuais remuneradas é um direito de todo trabalhador, assegurado no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal.

Esse direito foi estendido aos servidores públicos, independentemente da natureza do cargo, pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal, cuja redação foi recepcionada pelo art. 27, inciso XII, da Constituição do Estado.

Contudo, o direito à indenização do período de férias não gozadas não está expressamente consagrado no texto constitucional. Decorre do entendimento judicial sedimentado nos tribunais, cuja linha de fundo é a norma do direito civil que proíbe o enriquecimento ilícito.

O direito à indenização do período de férias não gozadas ao ocupante de cargo de provimento em comissão não está expressamente previsto nas normas de direito administrativo. Assim, o cumprimento dessa obrigação na esfera administrativa implica na realização de despesa pública - o pagamento, a

<sup>178</sup> Item 9 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.2 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo nº PDI-03/06353652. Redação inicial do item 9: “A prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades somente é admitida quando houver uma remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade e isonomia entre os potenciais beneficiários, além de caracterizar ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei nº 8.429/92).”

<sup>179</sup> Alteração dos parágrafos Nono e Décimo, tendo em vista a reforma, pelo Tribunal Pleno, da decisão nº 2876/00 (prejulgado nº 896) do processo nº CON-00/01011170, na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “A prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades somente é admitida quando houver uma remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade e isonomia entre os potenciais beneficiários, além de caracterizar ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei nº 8.429/92).”



título de indenização, do período de férias não gozadas ao ocupante de cargo de provimento em comissão por ocasião de sua exoneração, em observância ao princípio da legalidade que norteia os atos da administração pública, no caso sob exame, deve ser feito mediante lei autorizativa municipal.

Origem: Câmara Municipal de Criciúma  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01141904  
Parecer nº: COG-203/01  
Decisão nº: 729/01 Sessão: 07.05.2001

.....

**986.** 1. Os atos fixatórios dos subsídios dos vereadores que foram elaborados no exercício de 2000 para vigorarem a partir de 2001 deverão, desde já, conformarem-se às novas orientações da Emenda Constitucional nº 25. 2. A fixação dos subsídios dos Vereadores, por lei de iniciativa da Câmara, e dentro do prazo estabelecido pelo art. 111, V, da Constituição Estadual, deverá observar o percebido pelos Deputados Estaduais, segundo os parâmetros diferenciados da população de cada Município, nos termos do art. 29, VI, alíneas “a” a “f” da CF.

3. Na hipótese do ato de fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura que se inicia em 01.01.2001, estar em desacordo com os preceitos da EC-25/2000, deverá a Câmara Municipal, por via de lei, ajustar-se às disposições nela contidas.

4. O inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal proíbe a equiparação ou vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público. O critério estipulado

no art. 29-A, acrescentado pela EC nº 25, qual seja, o de adoção dos subsídios percebidos em espécie pelos deputados estaduais, é apenas referência para a fixação dos subsídios dos edis, ou seja, não é possível vincular nem os subsídios e nem o critério de reajuste aos dos Deputados Estaduais.

5. O reajuste ou a reposição de perdas encontra endereço no artigo 37, X, alterado pela EC nº 19, que determina que os subsídios somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica. O ato fixatório deve exaurir as previsões relativas aos subsídios, sendo que a imprevisão do critério de reajuste (recomposição) invalida a sua posterior aplicação, por implicar em verdadeira alteração de subsídios (majoração), vedada pela letra constitucional.

6. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo caput e incisos do art. 29-A da CF.<sup>180</sup>

<sup>180</sup> Item 6 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.1 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 6: “A forma para remunerar o Vereador-Presidente com um quantum superior ao estipendiado aos demais Vereadores que mais se aperfeiçoam ao mandamento constitucional se constitui na fixação de distintos subsídios, um em valor superior para o Presidente da Câmara, outro em valor menor para os demais Vereadores.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/03967450  
Parecer nº: COG-588/00  
Decisão nº: 748/01  
Sessão: 09.05.2001

.....

987. O arquivamento do pedido de fornecimento de combustíveis (requisições de combustíveis) nas unidades de origem da Polícia Militar, com a consequente alteração dos mapas de despesas, possibilitando uma visão mais detalhada dos diversos itens que devem compor o documento (Mapa Demonstrativo de Despesas com Combustíveis) é viável, uma vez que os dados que compõem a requisição de combustível serão transcritos para os Mapas Demonstrativos de Despesas com Combustíveis, e que as requisições de combustíveis ficarão arquivadas nas Unidades de origem da Polícia Militar, para verificação *in loco*.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/04458435  
Parecer nº: COG-627/00  
Decisão nº: 772/01  
Sessão: 14.05.2001

.....

988. 1. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos

a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo caput e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.<sup>181</sup>

2. O pagamento de sessões legislativas extraordinárias convocadas para o trato de matéria urgente, ou de interesse público relevante, no período de recesso parlamentar, tem caráter indenizatório, não podendo o seu valor ser superior ao subsídio pago mensalmente. Sua gênese indenizatória o afasta do limite remuneratório de 5% da receita municipal. Não se inclui, também, na apuração do limite de 60% com gastos com pessoal, por força do disposto no artigo 19, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Eventuais convocações da Câmara de Vereadores que se façam para o trato de matérias ordinárias, ou fora do período de recesso parlamentar, serão pagas exclusivamente por subsídio, sendo vedado o pagamento de outras parcelas em decorrência de tais convocações.

<sup>181</sup> Item 1 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.1 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 1: “A forma para remunerar o Vereador-Presidente com um quantum superior ao estipendiado aos demais Vereadores que mais se aperfeiçoa ao mandamento constitucional se constitui na fixação de distintos subsídios, um em valor superior para o Presidente da Câmara, outro em valor menor para os demais Vereadores.”

3. A prática de registros contábeis e demais atos afetos à contabilidade são atribuições que devem ser acometidas a contabilista habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, sob pena de infração à norma regulamentar do exercício profissional.

Para suprir a deficiência no setor de contabilidade do Poder Legislativo, até que seja provido Contador em cargo efetivo, pela via do concurso público, excepcionalmente poderá ser concedida uma gratificação prevista em lei e paga pela Câmara Municipal, a servidor habilitado e registrado no CRC, para a execução dos serviços contábeis.

4. Para otimizar o controle interno é recomendável a segregação das funções de contabilidade e tesouraria, destinando tais atribuições a servidores distintos.

Origem: Câmara Municipal de Itapoá  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/00493791  
Parecer nº: COG-404/00  
Decisão nº: 841/01 Sessão: 21.05.2001  
Decisão Análoga:  
Item 2:  
Processo nº: 01/01939108  
Parecer nº: COG-413/01  
Decisão nº: 2927/01 Sessão: 11.12.2001

989. REVOGADO<sup>182</sup>

.....

990. É regular a despesa realizada com auxílio financeiro, doação de troféus e aquisição de coroa de flores, desde que observada a conveniência e oportunidade do ato, bem como a supremacia do interesse público, conforme os termos do Parecer .

Origem: Câmara Municipal de Guaramirim  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/00827195  
Parecer nº: COG-091/01  
Decisão nº: 842/01 Sessão: 21.05.2001

.....

991. Sem prejuízo de prazo mais restritivo previsto nas respectivas Leis Orgânicas, as Câmaras de Vereadores fixarão até seis meses antes do término da legislatura, por lei de iniciativa própria, o subsídio de Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores para vigorar na legislatura subsequente, observados os limites contidos no art. 29, incisos V, VI e VII, e no art. 29-A, incisos I a IV, da Constituição Federal, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º, da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e tomando como parâmetro o subsídio hoje fixado para os Deputados Estaduais.

<sup>182</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 23.04.2003, através da decisão nº 1096/2003, exarada no processo nº CON-02/09632895. Texto revogado: "A questão da inclusão ou não de empregados já aposentados juntos ao INSS e que permaneceram trabalhando em empresa pública ou sociedade de economia mista, em plano de demissão incentivada está intimamente imbricada ao fato de ser ou não, a aposentadoria, causa da extinção de contrato de trabalho. Se a liminar concedida na ADIn 1.770-4 for confirmada no mérito, poder-se-á admitir com segurança a regularidade da inclusão de empregados cuja jubilação junto ao INSS já se processara e que se mantiveram no emprego, em plano de demissão incentivada, porque a aposentadoria em nada afeta a relação laboral. Na mesma linha de raciocínio, não macula a Constituição Federal a manutenção de tais empregados junto aos quadros da empresa até o processamento da demissão, haja vista que, afastado o fato da ruptura do vínculo trabalhista, não há que se falar em nova relação contratual que só se aperfeiçoaria com a prévia aprovação em concurso público. De outra parte, sucumbindo a liminar concedida na ADIn 1.770-4, que se apóia também no argumento de que a aposentadoria não é causa extintiva do pacto laboral, a permanência dos empregados no emprego após a aposentadoria seria irregular, bem como a inclusão deles em plano de demissão incentivada, posto que a aposentadoria seria considerada como uma demissão a pedido, contemporânea ao ato aposentatório."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Mediante lei, o município pode instituir verba de caráter indenizatório ao Vereador-Presidente da Câmara pelo exercício do cargo.

Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal.<sup>183</sup>

Origem: Câmara Municipal de Joaçaba  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/00055689  
Parecer nº: COG-333/00  
Decisão nº: 892/01  
Sessão: 28.05.2001

.....

**992.** O concurso público de provas ou de provas e títulos, acessível a todos aqueles que preencham os requisitos da lei, instrumentaliza a garantia constitucional da igualdade, constituindo método inafastável de seleção para provimento de cargo público (isolado ou de carreira), sendo expressamente vedada a utilização de concurso interno para tal mister.

O art. 37, inciso II, da Constituição Federal/88, extirpou do ordenamento jurídico brasileiro, como forma

de provimento derivado, a ascensão funcional, caracterizada pelo acesso de servidor, sem se submeter a novo concurso público, a cargo de carreira diversa daquela na qual ingressou originariamente por concurso.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/05599709  
Parecer nº: COG-094/01  
Decisão nº: 893/01  
Sessão: 28.05.2001

.....

**993.** A destinação de recursos públicos para constituição de fundo financeiro de organização civil sem fins lucrativos, destinada à concessão de crédito a pessoas físicas e jurídicas (pequenos empreendedores), extrapola os objetivos, competência e incumbência dos municípios, lançando parcela do patrimônio público municipal em sistema de aplicação de risco, próprias do mercado financeiro, bem como não se coaduna com a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 26).

Origem: Associação dos Municípios da Região do Contestado  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 00/06395325  
Parecer nº: COG-701/00  
Decisão nº: 973/01 Sessão: 06.06.2001

<sup>183</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Sem prejuízo de prazo mais restritivo previsto nas respectivas Leis Orgânicas, as Câmaras de Vereadores fixarão até seis meses antes do término da legislatura, por lei de iniciativa própria, o subsídio de Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores para vigorar na legislatura subsequente, observados os limites contidos no art. 29, incisos V, VI e VII, e no art. 29-A, incisos I a IV, da Constituição Federal, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º, da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e tomando como parâmetro o subsídio hoje fixado para os Deputados Estaduais. A forma para remunerar o Vereador-Presidente com um quantum superior ao estipendiado aos demais Vereadores, que mais se aperfeiçoa ao mandamento constitucional, se constitui na fixação de distintos subsídios, um em valor superior para o Presidente da Câmara, outro em valor menor para os demais Vereadores. É possível a percepção de décimo terceiro salário por parte de Secretários Municipais por força do § 3º do art. 39 da Carta Federal.”

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/00494178

Parecer nº: COG-628/00

Decisão nº: 1140/01

Sessão: 20.06.2001

.....

**994.** É facultado à Câmara Municipal assumir as funções de empenhamento, pagamento e contabilização de suas despesas e do numerário referente às dotações que lhe são destinadas no Orçamento.

Origem: Câmara Municipal de Armazém

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 01/00157793

Parecer nº: COG-130/01

Decisão nº: 969/01

Sessão: 06.06.2001

.....

**995.** Para se efetivar qualquer contratação, as Sociedades de Economia Mista devem proceder à Licitação. Apenas no caso das hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93 é que se pode dispensar ou inexistir a Licitação. A Licitação é sempre a regra, a exceção é a contratação direta.

Origem: Santa Catarina Turismo S/A

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 01/01070705

Parecer nº: COG-206/01

Decisão nº: 971/01 Sessão: 06.06.2001

.....

**996.** Em face do caráter de atividade administrativa permanente e contínua, o serviço de contabilidade deve ser cometido à responsabilidade de profissional habilitado e em situação de regularidade

perante o Conselho Regional de Contabilidade, integrante do quadro de cargos efetivos do ente público, com provimento mediante concurso público (art. 37 da Constituição Federal).

Na inexistência de cargo efetivo de contador, excepcionalmente, até a criação e o provimento do cargo, é admissível a contratação de profissional em caráter temporário, autorizada por lei municipal específica, que deverá estipular as condições da contratação, inclusive forma de seleção e prazo máximo de contratação, em atendimento ao disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Imaruá

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 01/01141149

Parecer nº: COG-186/01

Decisão nº: 974/01 Sessão: 06.06.2001

.....

**997.** O processamento de despesa do exercício anterior deve ser realizado pelo setor competente à época em que deveria ter sido efetivamente empenhada, liquidada e paga. Como a estruturação do setor contábil e da tesouraria da Câmara só se operou em 2001, as despesas de exercício anterior relativas ao Poder Legislativo devem ser processadas pelo setor contábil e pela tesouraria da Prefeitura.

Em razão de não ter sido empenhada e portanto, não lançada em restos a pagar, o pagamento de despesa do exercício pretérito deverá se dar pelo elemento despesas de exercícios anteriores, suplementando-se a dotação orçamentária, se insuficiente, diretamente por decreto, se houver autorização na Lei Orçamentária Anual, observado o limite estabelecido para tal procedimento, ou por lei de iniciativa do Poder Executivo, com posterior abertura de crédito por meio de decreto do Executivo.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Ipumirim  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/00636500  
Parecer nº: COG-158/01  
Decisão nº: 1006/01  
Sessão: 11.06.2001

.....

**998.** Havendo decisões liminares que mandem re-integrar dois servidores em um mesmo cargo, deverá o administrador público reintegrá-los, naqueles termos, até serem proferidas as decisões judiciais definitivas, momento em que tomará as medidas determinadas pelo § 2º do art. 41 da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00119867  
Parecer nº: COG-135/01  
Decisão nº: 1053/01 Sessão: 13.06.2001

.....

**999.** O custeio de despesas com operador, óleo diesel, lubrificantes e a manutenção de maquinário de propriedade de agricultores é irregular porque lhe falece o caráter público.

Origem: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/00537782  
Parecer nº: COG-165/01  
Decisão nº: 1050/01 Sessão: 13.06.2001

.....

**1000.** Os direitos fundamentais sociais têm *status* de cláusulas pétreas, nivelados assim, aos direitos fundamentais individuais, sendo, destarte, intocáveis pelo constituinte secundário.

A supressão havida no § 3º do art. 39 da Constituição Federal, com relação ao adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres e perigosas, não faz sucumbir o direito à sua percepção por servidor público. A implementação do adicional deve se dar na forma da lei, entendendo-se tal expressão como exclusivamente por lei em sentido estrito, ou por esta, regulamentada por decreto, caso a lei não seja materialmente exaustiva.

Origem: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 00/06770355  
Parecer nº: COG-136/01  
Decisão nº: 1096/01  
Sessão: 18.06.2001

.....

**1001.** Para a assunção pelo Município de compromissos financeiros de outros entes da Federação, imperioso se faz a caracterização do interesse local, como é o caso da segurança pública, a previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e ainda, o firmamento de convênio, ajuste, acordo ou outro instrumento congênere.

São duas as formas para o Município custear despesas com viagens a serviço de servidores públicos. Uma mediante o pagamento de diárias previamente fixadas em tabela, cujo valor tem por base o destino da viagem e o cargo do servidor. Outra, com o ressarcimento das despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento, regularmente comprovadas quando do regresso do servidor.

Por se tratar de despesa pública, há que se observar as fases da despesa, empenhamento, liquidação e pagamento, e para tanto poderá se adotar o regime de adiantamento ou a estimativa de empenho.



Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00171788  
Parecer nº: COG-148/01  
Decisão nº: 1092/01  
Sessão: 18.06.2001

1002. Para a realização de despesas que não constam do orçamento, necessário se faz a abertura de crédito especial pelo Município, devendo ser precedida de autorização legislativa e ser efetivada por decreto do Executivo, sujeitando-se ainda à existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa, nos termos dos arts. 41, II, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, devendo ainda serem observados os ditames do art. 167, V, VII e § 1º, da Constituição Federal, devendo ser incluído na LDO e Lei de Meios, quando for o caso.

A transferência de recursos públicos para o setor privado somente poderá ocorrer mediante lei específica, havendo dotação orçamentária e compatibilidade com a LDO, conforme dispõe o *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Origem: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 00/04458354  
Parecer nº: COG-561/00  
Decisão nº: 1141/01 Sessão: 20.06.2001

1003. 1. As diárias incluem-se no conceito de despesa corrente de custeio, constituindo espécie do gênero despesa de pessoal. Têm como fim precípuo o ressarcimento dos gastos com alimentação e hospedagem aos servidores públicos que se deslocam

temporariamente do município a serviço. O art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal caracteriza como despesa de pessoal aquelas que constituam “espécie remuneratória”; deve-se, pois, excluir deste rol as despesas com o pagamento de diárias, de cunho meramente indenizatório.

2. As despesas com diárias já estão previstas na lei orçamentária, razão pela qual não se enquadram na previsão do art. 17 da LRF, que cuida de despesa obrigatória de caráter continuado por norma legal específica diferente da lei do orçamento. A seu turno, o reajuste do valor unitário das diárias não constitui aumento de despesa, muito menos decorre de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental (art. 16 da LRF); representa simples recomposição monetária do caráter indenizatório da referida despesa pública, cujo valor global orçado permanece inalterado.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/00823440  
Parecer nº: COG-214/01  
Decisão nº: 1160/01  
Sessão: 25.06.2001  
Decisão Análoga:

Item 1:

Processo nº: 02/03692985  
Parecer nº: COG-649/02  
Decisão nº: 2970/02  
Sessão: 11.11.2002

1004. O repasse de numerário pelo Poder Executivo Municipal para pagamento de pessoal colocado à disposição da Cadeia Pública da municipalidade, somente será possível se as despesas estiverem previstas na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orça-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

mentária anual, e se houver convênio entre as partes para tal finalidade, o qual deverá disciplinar as espécies e limites de despesas a serem custeadas pelo Município (art. 62 da Lei Complementar nº 101/00).

Origem: Câmara Municipal de Campo Belo do Sul  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/03181677  
Parecer nº: COG-378/00  
Decisão nº: 1187/01 Sessão: 27.06.2001

.....

**1005.** É vedado acumular os subsídios decorrentes do cargo de Vice-Prefeito com os oriundos do cargo de confiança, porquanto ambos são isoladamente remunerados pelo poder público e não podem ser conjuntamente percebidos pelo mesmo agente político, pois não há cobertura das alíneas do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

O ingresso no serviço público em face do contido no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, só pode se dar mediante concurso público, portanto, a situação de permanência de servidores com contratos temporários que venceram é irregular, sendo necessária a contratação de servidores mediante o referido certame.

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01101279  
Parecer nº: COG-240/01  
Decisão nº: 1225/01 Sessão: 09.07.2000

.....

**1006.** Compete aos entes públicos o estrito cumprimento das normas constitucionais, que detêm prevalência em relação a qualquer outra norma infraconstitucional.

A Emenda Constitucional nº 29 passou a produzir efeitos desde a data da sua publicação, o que impõe aos Municípios a necessidade de cumprimento dos percentuais mínimos de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, segundo parâmetros nela previstos. Sendo insuficientes as dotações consignadas no orçamento para cada exercício financeiro, cabe aos Municípios promover adequação de sua lei de diretrizes orçamentárias e sua lei do orçamento, de modo a prever recursos suficientes para o cumprimento das previsões constitucionais, podendo o município lançar mão de créditos suplementares ou especiais, conforme for o caso, observadas as disposições do art. 167, V, e § 1º, da Constituição Federal e dos arts. 41 a 43 da Lei nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/05754704  
Parecer nº: COG-652/00  
Decisão nº: 1260/01 Sessão: 11.07.2001

.....

**1007.** Nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.906/94, os servidores dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, seja no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, a cujos cargos correspondem as atividades de advocacia, se submetem ao regime instituído pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, mas são regidos pelas normas estipendiárias específicas dos servidores de cada esfera de Poder.

Os honorários de sucumbência previstos pelo art. 21 da Lei nº 8.906/94 são inaplicáveis aos servidores públicos regidos por um regime jurídico específico, alcançando apenas as atividades de advocacia desenvolvidas pelos profissionais liberais e advogados empregados, neste último caso, dependendo de acordo entre as partes.

As disposições constantes do Capítulo V, Título I, da Lei nº 8.906 (Estatuto da Advocacia), de 04 de julho de 1994, não se aplicam à Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às autarquias, às fundações instituídas pelo Poder Público, às empresas públicas e às sociedades de economia mista, a teor do art. 4º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Origem: Prefeitura Municipal de Bombinhas  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/00157521  
Parecer nº: COG-183/01  
Decisão nº: 1261/01  
Sessão: 11.07.2001

.....

**1008.** A qualificação do tempo de serviço é dada pela lei vigente ao tempo em que o serviço foi prestado. Se a lei vigente qualificava como tempo de serviço, para fins de aposentadoria, o tempo ficto decorrente de contagem em dobro de período de licença-prêmio não usufruído, prestado o serviço lei nova não poderá atingir tal qualificação. Esta constitui direito adquirido do servidor (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal combinado com art. 6º da Lei nº 4.657/42).

Os servidores estaduais que conquistaram o direito até 18 de abril de 1991, data em que a Lei Complementar nº 36/91 revogou o art. 43 da Lei nº 6.745/85, poderão exercê-lo a qualquer tempo, ainda que não tenham cumprido os demais requisitos para a aposentação até o advento da Emenda Constitucional nº 20/98. O art. 4º da Emenda Constitucional nº 20/98, bem como o art. 8º, consideram como tempo de contribuição o tempo de serviço (real ou ficto) qualificado pela legislação vigente até 16.12.98, excluindo desta equivalência o tempo fic-

tício somente a partir de 16.12.98, portanto, protegem os direitos adquiridos, inclusive a contagem em dobro, determinando expressamente a pós-atividade da lei antiga.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/06168264  
Parecer nº: COG-095/01  
Decisão nº: 1283/01  
Sessão: 16.07.2001  
Decisão Análoga:  
Processo nº: 00/06818307  
Parecer nº: COG-330/01  
Decisão nº: 2968/01  
Sessão: 17.12.2001

.....

**1009.** A disposição ou cessão de servidores a órgãos ou entidades públicas de outras esferas pode se dar desde que respaldada em autorização legislativa vigente, amparada em norma legal, formalizada por instrumento adequado (Portaria, Resolução, etc.), e constando do ato as condições da cessão.

A disposição de servidores efetivos à Justiça Eleitoral, por requisição desta, encontra amparo legal, sendo obrigação do Município, apenas, a cessão para os períodos eleitorais.

Em face do preceituado no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o custeio pelo Município, de despesas de competência de outros entes, somente será admitido se estiver contemplado na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, e pactuado entre os entes, através de convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme dispuser legislação específica.

A cessão de servidores públicos municipais (colocados à disposição) a outros entes da Federação, com ônus para o Município, equipara-se à contribuição para o custeio de despesas de competência de outros entes de que trata o art. 62 da Lei Complementar nº 101/00.

A Câmara de Vereadores somente poderá suportar o ônus do pagamento da remuneração e encargos dos servidores cedidos para órgãos e entidades de outros entes da Federação, se atendidos os requisitos do art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Na apuração das despesas totais com pessoal (arts. 18, 19, 20 e 22 da LRF) as despesas com servidores cedidos serão consideradas no Poder ou Órgão que efetuar o pagamento da remuneração e encargos correspondentes.

Origem: Câmara Municipal de Otacílio Costa  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/00120016  
Parecer nº: COG-177/01  
Decisão nº: 1282/01  
Sessão: 16.07.2001

**1010.** Na esfera da Administração Pública, em que opera o regime próprio de previdência, a concessão da aposentadoria implica na passagem para a inatividade, o que por si só afasta a possibilidade de permanência no cargo.

O retorno à atividade na administração pública de servidor, cuja aposentadoria tenha se fundamentado nos artigos 40, 42 ou 142 da Constituição Federal, deve se dar com observância do § 10 do art. 37 da Constituição Federal, que veda a percepção cumulativa de proventos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição - os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

A implantação de programa de recuperação fiscal que implique em renúncia de receita, necessita se ajustar ao comando do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, ainda, a satisfação de uma das condições postas em seus incisos I e II.<sup>184</sup>

<sup>184</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 23.04.2003, através da decisão nº 1096/2003, exarada no processo nº CON-02/09632895. Redação inicial: “Caso se sagre vencedora a tese de que a aposentadoria junto ao regime geral de previdência não é causa extintiva do contrato de trabalho, o servidor não está obrigado a se afastar do cargo ou emprego público, pois a unicidade contratual fundamenta a sua permanência. Por outro lado, se a aposentadoria se firmar como causa de rompimento do contrato de trabalho, a permanência do servidor no cargo ou emprego público é irregular. Enquanto persistir a dúvida quanto aos efeitos da aposentadoria junto ao INSS, a permanência do servidor não implica em responsabilização do administrador público, porém dirimida tal incerteza, a manutenção do servidor de forma ilegal enseja a responsabilidade do administrador. Na esfera da Administração Pública, em que opera o regime próprio de previdência, a concessão da aposentadoria implica na passagem para a inatividade o que por si só afasta a possibilidade de permanência no cargo. O retorno à atividade na administração pública de servidor cuja aposentadoria tenha se fundamentado nos artigos 40, 42 ou 142, deve se dar com observância do § 10 do art. 37 da Constituição Federal, que veda a percepção cumulativa de proventos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. A implantação de programa de recuperação fiscal que implique em renúncia de receita, necessita se ajustar ao comando do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes; o atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, ainda, a satisfação de uma das condições postas em seus incisos I e II.”

Origem: Prefeitura Municipal de Forquilha  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/00798829  
Parecer nº: COG-220/01  
Decisão nº: 1286/01  
Sessão: 16.07.2001

1011. A participação de sociedade de economia mista na prestação de apoio cultural nos termos da Lei Rouanet, que possibilita a dedução de parte do valor despendido no imposto de renda devido, é regular por implicar em publicidade indireta da empresa e por subsidiar a política de apoio à cultura desenvolvida pelo Estado por meio da Fundação Catarinense de Cultura.

Os gastos com patrocínio de eventos e projetos culturais, contudo, devem ser insignificantes frente aos investimentos nas atividades finalísticas da sociedade de economia mista, para não caracterizar desvio de finalidade.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 00/06757251  
Parecer nº: COG-302/01  
Decisão nº: 1309/01  
Sessão: 18.07.2001

1012. Disciplinando a lei local que o regime jurídico do cargo em comissão é o celetista, assiste ao seu ocupante, após a Constituição Federal, direito aos depósitos do FGTS, sem o acréscimo de 40%, a título de multa pela despedida arbitrária, a qual não ocorre na destituição do servidor comissionado.

Caso se confirme a ausência de lei remetendo os comissionados ao regime celetista, necessário se faz restabelecer seus direitos frente ao regime estatutário. Mister se faz também proceder ações para resgatar os depósitos feitos com fundamento no art. 15 da Lei Federal nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, já que indevidos. A extinção do contrato a prazo determinado, quando extemporânea, implica no pagamento da indenização prevista no art. 479, não sendo devido o pagamento de aviso prévio, direito que não assiste ao empregado também quando a extinção do contrato se dá pelo atingimento de seu termo.

Origem: Prefeitura Municipal de Papanduva  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/00120440  
Parecer nº: COG-260/01  
Decisão nº: 1310/01 Sessão: 18.07.2001

1013. É legítimo o pagamento de diárias a Vereadores para deslocamentos a outras cidades, desde que os mesmos sejam de interesse da Administração Pública e da coletividade como um todo.

Origem: Câmara Municipal de Canoinhas  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01102755  
Parecer nº: 296/01  
Decisão nº: 1307/01 Sessão: 18.07.2001

1014. Em tese, uma vez estabelecida por norma legal, é possível que a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal contemple apenas uma Secretaria Administrativa e cargos comissionados de gerentes em substituição às demais secretarias.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

No âmbito municipal, são considerados agentes políticos exclusivamente os Vereadores, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários municipais. Os gerentes, diretores e outros cargos assemelhados não podem ser considerados agentes políticos, mas ocupantes de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, nos termos previstos no inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

O vencimento para cargos de Gerentes, subordinados a Secretários Municipais, não poderá ser superior ao subsídio atribuído ao ocupante do cargo de Secretário, caso contrário, quebraria um dos pressupostos consagrados da hierarquia de cargos e funções no Serviço Público, sendo inadequado estabelecimento de verba de representação para cargos em comissão.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Erê  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01774001  
Parecer nº: COG-344/01  
Decisão nº: 1346/01 Sessão: 23.07.2001

.....

**1015.** A Exemplo da prática adotada pela União que regulou o direito na lei estatutária e para que se dê efetividade à liberdade de associação sindical assegurada no inciso VI do art. 37 da Constituição Federal, há possibilidade de se conferir direito a servidor municipal de licenciar-se do cargo, na forma prevista na legislação local, para a assunção da direção de entidade classista.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01596146  
Parecer nº: COG-382/01  
Decisão nº: 1654/01 Sessão: 27.08.2001

**1016.** Ao Vice-Prefeito exercente de cargo de Secretário Municipal, verificada a ausência de impedimento na Lei Orgânica do Município, assiste o direito de optar entre o subsídio atribuído ao mando de Vice-Prefeito e àquele fixado para o cargo de Secretário Municipal. A norma fixadora do subsídio dos agentes políticos municipais não pode inovar estabelecendo subsídio composto, considerando a acumulação de cargos, empregos ou funções, por ir além da competência firmada no art. 29, V, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Ipumirim  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01873913  
Parecer nº: COG-383/01  
Decisão nº: 1651/01 Sessão: 27.08.2001  
Decisão Análoga:

Processo nº: 02/00989103  
Parecer nº: COG-654/02  
Decisão nº: 3064/02  
Sessão: 20.11.2002

.....

**1017.** O limite total da despesa do Poder Legislativo Municipal inscrito no art. 29-A da Constituição Federal, que exclui os gastos com inativos, deve ser apurado considerando-se o montante da receita tributária e das transferências havidas no exercício financeiro anterior.

A receita tributária e as transferências a compor a soma para a obtenção do valor limite compreendem: tributos municipais (impostos, taxas e contribuição de melhoria); FPM; ICMS; IPVA; ITR; IPI S/Exportação; Imposto de Renda dos Servidores Retidos na Fonte; Imposto sobre Valores incidentes sobre o ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial (70% da arrecadação pertencem ao município de origem).



Origem: Câmara Municipal de Gravatal  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 01/01608411  
 Parecer nº: COG-428/01  
 Decisão nº: 1724/01 Sessão: 05.09.2001  
 Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01141220  
 Parecer nº: COG-391/01  
 Decisão nº: 1920/01  
 Sessão: 26.09.2001

.....

**1018.** O município poderá permitir o uso de bem móvel - retroescavadeira - de sua propriedade por Associação de Agricultores, desde que conste no termo de permissão de uso os seguintes critérios:

- a) prazo de duração da permissão, fixado em observância aos princípios da administração pública, ao interesse público, à depreciação do bem e em razão da previsão de retorno do capital investido pelo permissionário;
- b) estabelecimento de critérios homogêneos para o uso do veículo motorizado por todos os agricultores do município, não se admitindo favorecimento a determinados proprietários ou grupos, sob pena de revogação da outorga por se revelar contrária ao interesse coletivo;
- c) as despesas com manutenção, guarda, combustíveis e operadores serão de responsabilidade exclusiva do permissionário, inclusive aquelas inerentes aos encargos trabalhistas;
- d) obrigatoriedade de remessa à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de relatório trimestral descrevendo o uso da retroescavadeira pela permissionária para prestar serviço aos agricultores;
- e) devolução do veículo motorizado após o prazo de permissão em condições ideais de uso;

- f) a responsabilidade perante terceiros de quaisquer danos causados por acidentes, ainda que fortuitamente, deverá ser atribuída ao permissionário;
- g) o preço a ser cobrado pela hora/máquina aos agricultores não poderá ser superior àquele praticado na região;
- h) o termo de permissão é intransferível;
- i) a violação de qualquer das condições estipuladas ou por motivo superveniente, considerado o interesse público devidamente justificado, implicará na extinção ou revogação imediata do termo de permissão, bastando para isso comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desistindo, a permissionária, a priori, de qualquer indenização;
- j) O termo de permissão deverá ser publicado nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 111 da Constituição Estadual.

Considerando o disposto no § 3º do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Içara a permissão de uso será outorgada mediante Decreto do Prefeito.

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
 Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
 Processo nº: 00/01013386  
 Parecer nº: APRE-004/01  
 Decisão nº: 1787/01  
 Sessão: 12.09.2001  
 Decisão Análoga:

Processo nº: 01/05639702  
 Parecer nº: 258/02  
 Decisão nº: 2334/02  
 Sessão: 11.09.2002

.....

**1019.** Compete à Câmara de Vereadores fiscalizar os percentuais e limites de remuneração de Vereado-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

res e gastos com pessoal previsto nos arts. 29, VI e VII, e 29-A, *caput* e § 1º, da Constituição Federal.

Quando o Poder Legislativo dispuser de contabilidade própria e realizar diretamente o pagamento da remuneração dos Vereadores, a responsabilidade pelos pagamentos irregulares percebidos pelos Edis municipais poderá recair sobre os dirigentes da Câmara.

Compete ao Poder Executivo efetuar os repasses devidos ao Poder Legislativo, nas datas e nos montantes previstos na legislação local, respeitados os limites e condições estabelecidas nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal, vedado o repasse de valor superior ao devido, com base no inciso I do §3º do art. 29-A, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Matos Costa  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 00/06363717  
Parecer nº: COG-357/01  
Decisão nº: 1879/01  
Sessão: 24.09.2001

.....

**1020.** O limite inscrito no inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal deve ser apurado considerando-se a parcela percebida pelo Deputado Estadual a título de auxílio-moradia, haja vista o seu caráter remuneratório.

Origem: Câmara Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/00157440  
Parecer nº: COG-306/01  
Decisão nº: 1881/01  
Sessão: 24.09.2001

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01519400  
Parecer nº: COG-402/01  
Decisão nº: 1952/01  
Sessão: 01.10.2001

.....

**1021.** A Constituição Federal admite exclusivamente a instituição de contribuição, cobrada de servidores municipais, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. Carece de constitucionalidade a lei que inscreve servidores municipais como beneficiários obrigatórios em plano ou serviço de saúde, cobrando-lhes, compulsoriamente, contribuição para o seu custeio.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01058594  
Parecer nº: COG-431/01  
Decisão nº: 1885/01  
Sessão: 24.09.2001

.....

**1022.** Ao Vice-Prefeito exercente de cargo de Secretário Municipal, verificada a ausência de impedimento na Lei Orgânica do Município, assiste o direito de optar entre o subsídio atribuído ao mandato de Vice-Prefeito e àquele fixado para o cargo de Secretário Municipal.

Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal.

Ficam ressalvados os direitos de caráter previdenciário para aqueles exclusivamente detentores de cargo de provimento em comissão, pois se vinculam ao regime geral da previdência social<sup>185</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01607873  
Parecer nº: COG-388/01  
Decisão nº: 1880/01  
Sessão: 24.09.2001

em comissão, pois vinculam-se ao regime geral da previdência social.<sup>186</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Palmitos  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00157106  
Parecer nº: COG-392/01  
Decisão nº: 1914/01  
Sessão: 26.09.2001

**1023.** Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal. Ficam ressalvados os direitos de caráter previdenciário para aqueles exclusivamente detentores de cargo de provimento

**1024.** Não se permite a manutenção de contrato de locação entre a Câmara de Vereadores e Vereador, eis que é vedado a este, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo, quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, nos termos do art. 31, I, a, da Lei Orgânica Municipal de Palmeira, combinado com os arts. 29, IX, e 54, I, a, da Constituição Federal e art. 111, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

<sup>185</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Ao Vice-Prefeito exercente de cargo de Secretário Municipal, verificada a ausência de impedimento na Lei Orgânica do Município, assiste o direito de optar entre o subsídio atribuído ao mandato de Vice-Prefeito e àquele fixado para o cargo de Secretário Municipal. Os Secretários Municipais, na condição de auxiliares diretos do Prefeito, se assemelham, enquanto servidores públicos latu sensu, aos detentores de cargo comissionado e assim podem ser investidos em cargos de provimento em comissão, estendendo-se a estes os direitos aludidos no art. 39, § 3º, da Constituição Federal, dentre eles o terço de férias e o décimo terceiro salário, bem como demais direitos previstos no estatuto, estendidos aos comissionados. Ficam ressalvados os direitos de caráter previdenciário para àqueles exclusivamente detentores de cargo de provimento em comissão, posto que se vinculam ao regime geral da previdência social.”

<sup>186</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Os Secretários Municipais, na condição de auxiliares diretos do Prefeito, se assemelham, enquanto servidores públicos latu sensu, aos detentores de cargo comissionado e assim podem ser investidos em cargos de provimento em comissão, estendendo-se a estes os direitos aludidos no artigo 39, § 3º, da Constituição Federal, dentre eles o terço de férias e o décimo terceiro salário, bem como demais direitos previstos no estatuto, estendidos aos comissionados. Ficam ressalvados os direitos de caráter previdenciário para àqueles exclusivamente detentores de cargo de provimento em comissão, posto que se vinculam ao regime geral da previdência social.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Não pode ser considerado contrato de cláusulas uniformes o contrato administrativo que é consensual, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*, objetivando o interesse público pela Administração e o lucro pelo particular, por possuir características e peculiaridades próprias, além de comportar entre outras particularidades, alterações contratuais efetutáveis bilateralmente, e a garantia do contrato ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que resulta de dispositivo constitucional (art. 37, XXI).

Origem: Câmara Municipal de Palmeira  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00171354  
Parecer nº: COG-432/01  
Decisão nº: 1915/01  
Sessão: 26.09.2001

.....

**1025.** O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que vier a ocupar cargo comissionado de Secretário Municipal deve optar entre os vencimentos daquele e o subsídio atribuído ao Secretário, fixado em parcela única, ressalvadas as acumulações constitucionalmente permitidas.

A investidura em cargo de comissão de Secretário Municipal por servidor público inativo pode se dar com o acúmulo entre os proventos de aposentadoria e o subsídio do cargo de provimento comissionado.

Origem: Câmara Municipal de São João Batista  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01585020  
Parecer nº: COG-411/01  
Decisão nº: 1912/01  
Sessão: 26.09.2001

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01572557  
Parecer nº: COG-418/01  
Decisão nº: 1916/01  
Sessão: 26.09.2001

.....

**1026.** A vinculação dos servidores ao Regime Geral da Previdência Social, com recolhimento de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, não implica, necessariamente, na obrigação do ente público contratante promover recolhimento de contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Nos termos da Lei Federal nº 8.036/90, os entes públicos estão sujeitos ao recolhimento de contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS exclusivamente sobre a remuneração paga aos servidores, ocupantes de cargos efetivos, de empregos públicos ou de cargos em comissão, contratados sob o regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01873832  
Parecer nº: COG-456/01  
Decisão nº: 1913/01  
Sessão: 26.09.2001

.....

**1027.** As receitas decorrentes da exploração dos recursos hídricos dos recursos minerais, do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural, não são consideradas receitas decorrentes de impostos, excluindo-se do montante mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01918364  
Parecer nº: COG-461/01  
Decisão nº: 1917/01 Sessão: 26.09.2001

.....

**1028.** Cabe à União legislar privativamente sobre seguridade social (art. 22, XXIII, da Constituição Federal). A competência legislativa em matéria previdenciária é concorrente entre União e Estados (art. 24, XII, da Constituição Federal), sendo vedado aos Municípios legislar sobre o regime previdenciário de seus vereadores. A atuação legislativa municipal invasiva das competências constitucionais representa quebra do princípio federativo (art. 1º da Constituição Federal).

A Carta Magna além de determinar que o regime previdenciário do artigo 40, *caput*, refere-se aos servidores titulares de cargo efetivo, excluiu expressamente os servidores ocupantes de cargo comissionado, de outro cargo temporário ou de emprego público (art. 40, § 13).

A União inseriu os exercentes de mandato eletivo municipal como segurados do Regime Geral de Previdência, mediante a Lei nº 9.506/97 que alterou o artigo 12, I, "h", da Lei nº 8.212/91, excepcionando aqueles vinculados a regime próprio de previdência social. Assim, os vereadores que se enquadrem na regra geral, fazem jus aos benefícios previdenciários citados no art. 201, inciso I e V, da Constituição Federal, e da Lei nº 8.213/91, inclusive, pensão por morte (art. 74 e seguintes).

Origem: Câmara Municipal de Piçarras  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/00997350  
Parecer nº: COG-476/01  
Decisão nº: 1945/01 Sessão: 01.10.2001

**1029.** Ante a inexistência de exceção na Lei Complementar Municipal nº 081/99, que criou o regime próprio de Previdência Social dos servidores municipais, administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREVI, a contribuição do Município para a autarquia incide sobre o valor integral da gratificação natalina (13º salário) do mês de dezembro de 1999, que integra o total da folha de pagamento daquele mês.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01850891  
Parecer nº: COG-460/01  
Decisão nº: 1953/01 Sessão: 01.10.2001

.....

**1030.** É incompatível com a função legislativa e fiscalizatória a participação de Vereadores como membros de Conselhos de Municípios, órgão que visa auxiliar o Poder Executivo no estabelecimento de diretrizes, padrões e projetos municipais. Concebidos assim, os Conselhos Municipais, órgãos no sentido de conjunto de atribuições inerentes à função executiva, deles não podem participar os vereadores, em face da natureza do cargo que titulam, o poder do qual são membros, e à independência e separação que com o Executivo devem manter.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01881932  
Parecer nº: COG-393/01  
Decisão nº: 1946/01 Sessão: 01.10.2001  
Decisão Análoga:

Processo nº: 01/02142408  
Parecer nº: COG-643/02

Decisão nº: 3063/02 Sessão: 20.11.2002

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1031.** A receita orçamentária decorrente do cancelamento de restos a pagar não configura recurso hábil para abertura de crédito adicional, inclusive com intuito de suplementar a dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores”, pois esta hipótese não está contemplada no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01883200  
Parecer nº: COG-486/01  
Decisão nº: 1958/01  
Sessão: 01.10.2001

.....

**1032.** O cargo de agente de serviços gerais, pela sua denominação, deve se constituir em cargo de provimento efetivo, não sendo próprio de cargo em comissão, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 19/98, pelo qual este cargo se destina apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

A admissão de servidores para o exercício de cargo efetivo, criado por lei, deve-se dar mediante aprovação em concurso público, como preceitua o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

Em havendo lei municipal autorizando a contratação dos serviços próprios das funções de agente de serviços especiais, poderá, mediante o devido processo licitatório, ser efetuada contratação desses serviços por empresa habilitada nesse ramo de negócio.

Origem: Câmara Municipal de Romelândia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/00823106  
Parecer nº: COG-415/01  
Decisão nº: 1994/01  
Sessão: 03.10.2001

**1033.** De acordo com o art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 50 da Lei Complementar nº 101/00 (LRF), as receitas devem ser contabilizadas pelo regime de caixa (registradas pela data do efetivo ingresso, salvo as receitas lançadas e não arrecadadas inscritas em dívida ativa), e as despesas pelo regime de competência (registradas pela data da realização da despesa).

Considerando a escrituração pelo regime de caixa, as receitas que ingressaram no Tesouro municipal no mês de janeiro, decorrentes de transferências relativas ao Sistema Único de Saúde - SUS, serão registradas como receita do exercício, ainda que se refiram à competência de dezembro do exercício anterior.

Em face da escrituração pelo regime de competência, as despesas do Fundo Municipal de Saúde relativas a serviços hospitalares e ambulatoriais realizados no mês de dezembro devem ser empenhadas naquele mês. Se não pagas até 31 de dezembro, devem ser inscritas em restos a pagar. A circunstância da fatura de prestação de serviços ao Município ser apresentada ao ente somente em janeiro do ano subsequente, não altera a competência da despesa, nem permite que seja empenhada somente no mês em que for apresentada a fatura.

Os recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Saúde estão destinados a uma finalidade específica, razão da organização de uma contabilidade própria para o Fundo, objetivando melhor identificação da aplicação dos recursos, facilitando o gerenciamento e a atuação dos órgãos de controle. Os valores vinculados ao Fundo não podem ser confundidos com os valores contabilizados pela Administração Direta Municipal (Poder Executivo – Prefeitura), sendo descabida a consolidação de balanços de maneira a aproveitar superávit da Administração Direta para demonstrar redução (abatimento) do déficit do Fundo Municipal de Saúde.



O Fundo Municipal de Saúde deve pagar seus compromissos com os recursos a ele destinados na lei orçamentária ou em créditos adicionais, não encontrando amparo legal a utilização de disponibilidade financeira da Administração Direta para pagamento de dívida fluante do Fundo.

Origem: Câmara Municipal de Orleans  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01227965  
Parecer nº: COG-463/01  
Decisão nº: 2042/01 Sessão: 08.10.2001

.....

**1034.** Na apuração da Despesa Total com Pessoal do Poder Legislativo Municipal serão incluídas todas as despesas de caráter remuneratório dos Vereadores, Servidores ativos e inativos, pensionistas e mão-de-obra terceirizada que caracterize substituição de servidores, compreendendo subsídios, vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza e qualquer outras espécies remuneratórias, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, incidentes sobre a folha de pagamento, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Câmara Municipal de Garopaba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01428197  
Parecer nº: COG-457/01  
Decisão nº: 2043/01 Sessão: 08.10.2001

.....

**1035.** Os subsídios dos atuais Vereadores, fixados antes do término da legislatura passada, devem se con-

formar aos limites postos pela Emenda Constitucional nº 25/00, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001.

Origem: Câmara Municipal de Içara  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01882076  
Parecer nº: COG-511/01  
Decisão nº: 2047/01 Sessão: 08.10.2001

.....

**1036.** O pagamento de sessões legislativas extraordinárias convocadas para o trato de matéria urgente ou de interesse público relevante, no período de recesso parlamentar, tem caráter indenizatório, não podendo o seu valor ser superior ao subsídio pago mensalmente.

Seu caráter indenizatório o afasta do limite remuneratório de 5% da receita municipal (inciso VII do art. 29 da CF). Não se inclui, também, na apuração do limite de 70% com gastos com pessoal, por força do disposto no artigo 29, “a”, § 1º, da Constituição Federal.

Eventuais convocações da Câmara de Vereadores que se façam para o trato de matérias ordinárias ou fora do período de recesso parlamentar, serão pagas exclusivamente por subsídio, sendo vedado o pagamento de outras parcelas em decorrência de tais convocações.

Origem: Câmara Municipal de Maravilha  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/00247350  
Parecer nº: COG-147/01  
Decisão nº: 2091/01  
Sessão: 10.10.2001

.....

**1037.** O Vereador, na condição de detentor de mandato eletivo, não é alcançado pelo § 3º do

## Decisões em Consultas – Prejulgados

art. 39 da Constituição Federal, que se reporta exclusivamente a ocupantes de cargos públicos, sendo destarte, indevida a percepção de décimo terceiro subsídio.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01608500  
Parecer nº: COG-524/01  
Decisão nº: 2127/01  
Sessão: 15.10.2001

.....

**1038.** De acordo com o art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, ou seja, na conta “3.1.9.2. - Despesas de Exercícios Anteriores”.

Em caso de ausência do devido empenhamento, podem ser reconhecidas como compromissos do exercício anterior, já que deveriam ser atendidas naquele exercício em face da legislação vigente, e empenhadas no exercício de 2001, também na conta “3.1.9.2 – Despesa de Exercícios Anteriores”.

Se foram empenhadas e processadas na época devida, mas não pagas, devem integrar os Restos a Pagar, e assim pagas no exercício seguinte, aplicando-se ao caso de contribuições de exercícios anteriores devida pelo ente e não recolhidas ao INSS (parte patronal).

Os valores relativos a multas e juros, resultantes do injustificado pagamento extemporâneo, devem ser lançados como responsabilidade financeira de terceiros - Balanço Patrimonial – Ativo Financeiro – Realizável (art. 88 e 105, § 1º, da Lei Federal nº

4.320/64), com instauração de processo de Tomada de Contas Especial, com posterior remessa ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 10, *in fine*, e § 1º, da Lei Complementar nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Origem: Câmara Municipal de Sombrio  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01646267  
Parecer nº: COG-462/01  
Decisão nº: 2124/01  
Sessão: 15.10.2001

.....

**1039.** Não se permite a realização de contrato entre Município e Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eis que é vedado a estes, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo, quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, nos termos do artigo 98, da Lei Orgânica Municipal de Laurentino, combinado com os artigos 29, inciso IX e 54, inciso I, alínea a, da Constituição Federal e artigo 111, inciso VI da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Não pode ser considerado contrato de cláusulas uniformes o contrato administrativo que é consensual, formal, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae, objetivando o interesse público pela Administração e o lucro pelo particular, e por possuir características e peculiaridades próprias, além de comportar entre outras particularidades, alterações contratuais efetutáveis bilateralmente, e a garantia do contratado ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que resulta de dispositivo constitucional (art. 37, inciso XXI).

Origem: Prefeitura Municipal de Laurentino  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 01/01847084  
 Parecer nº: COG-537/01  
 Decisão nº: 2144/01  
 Sessão: 22.10.2001

1040. A partir do momento da liquidação, as despesas contraídas, ainda que inscritas em restos a pagar, atendendo ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64, resultam em compromisso de pagamento assumido pelo ente, gerando ao credor direito à contraprestação pecuniária.

Incabível o cancelamento de restos a pagar (despesas contraídas com folha de pagamento de servidores e agentes políticos, fornecedores, empreiteiras, prestadores de serviços etc.), salvo quando constatado irregular cumprimento das obrigações pelo contratado, ausência de liquidação da despesa ou outras situações incompatíveis com o pagamento.

As dívidas de curto e longo prazos são de responsabilidade do ente (Município) e não do governante que a contraiu, resultando em dever do titular da unidade promover o pagamento após constatada a legitimidade e liquidação (contratado tenha cumprido as obrigações a seu encargo estipuladas na avença), inclusive as resultantes de contratação de pessoal a qualquer título.

Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não-processados, de exercícios anteriores (2000, 1999, 1998 e outros exercícios), pendentes de pagamento, os municípios devem observar os seguintes procedimentos:

- a) devem ser pagas na forma de restos a pagar (despesas extra-orçamentárias), preferencialmente antes de atingir os últimos oito meses do mandato do respectivo titular da unidade

gestora (ex.: até 30.04.2004, no caso dos Prefeitos, e até 30.04.2002, no caso dos Presidentes de Câmaras), de modo a permitir sejam contraídas novas despesas naquele período com recursos suficientes para pagá-las até o encerramento do mandato, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/00;

- b) em cada fonte diferenciada de recursos deverá ser obedecida a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecido o art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, para as demais despesas;
- c) caso tenha havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de restos a pagar ao final do exercício de 2000, ou início do exercício de 2001, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento;
- d) desnecessário o reconhecimento pelo Poder Legislativo quando as despesas foram regularmente empenhadas em 2000 e exercícios anteriores, utilizando as respectivas dotações orçamentárias, para as quais havia créditos à época;
- e) caso seja insuficiente a dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores” no Orçamento de 2001, para promover novo empenhamento das despesas anuladas ou restos a pagar cancelados, o titular deve solicitar ao Legislativo autorização para abertura de créditos adicionais, observadas as disposições da Constituição Federal e Lei Federal nº 4.320/64;
- f) se não canceladas ou anuladas, tais despesas permanecem inscritas como restos a pagar e devem ser pagas como despesas extra-orçamentárias;

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- g) não havendo condições financeiras para suportar o pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores no exercício de 2001, devidamente justificado, excepcionalmente neste momento, os entes deverão estabelecer no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais (quando exigível) programação financeira (montantes e prazos) prevendo utilização de receitas orçamentárias (recursos financeiros) dos exercícios seguintes para regularizar os pagamentos, como meta fiscal a ser alcançada;
- h) constatadas irregularidades, inclusive em relação ao descumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, de responsabilidade do ordenador da despesa (titular), cumprir ao titular do Poder, órgão ou entidade que tenha conhecimento dos fatos, representar aos órgãos competentes para as providências legais no seu âmbito (Ministério Público, Tribunal de Contas, Poder Legislativo, Ministério da Fazenda etc., conforme o caso).

Origem: Prefeitura Municipal de Catanduvas

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/00290361

Parecer nº: COG-485/01

Decisão nº: 2223/01

Sessão: 24.10.2001

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00803504

Parecer nº: COG-623/01

Decisão nº: 2586/00

Sessão: 05.12.2000

Processo nº: 01/00329594

Parecer nº: COG-616/01

Decisão nº: 2932/01

Sessão: 11.12.2001

Processo nº: 01/01070020

Parecer nº: COG-625/01

Decisão nº: 3010/01

Sessão: 19.12.2001

Processo nº: 01/00328601

Parecer nº: COG-633/01

Decisão nº: 132/02

Sessão: 18.02.2002

Processo nº: 01/01854374

Parecer nº: COG-622/01

Decisão nº: 113/02

Sessão: 18.02.2002

Processo nº: 00/06311164

Parecer nº: COG-692/01

Decisão nº: 260/02

Sessão: 11.03.2002

Processo nº: 01/00290280

Parecer nº: COG-390/02

Decisão nº: 2273/02

Sessão: 09.09.2002

Processo nº: 01/01337639

Parecer nº: COG-196/02

Decisão nº: 2231/02

Sessão: 04.09.2002

Processo nº: 01/02038503

Parecer nº: COG-722/01

Decisão nº: 463/02

Sessão: 27.03.2002

.....

**1041.** Nos termos do inciso IX e do § 4º do art. 13 da Resolução nº 78/98 do Senado Federal, alterada pela Resolução nº 18/01, compete ao Tribunal de Contas do Estado emitir certidão destinada a instruir pedido de autorização para realização de operação de crédito, atestando o cumprimento das condições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00 para realização de operações de crédito, que compreende:

- a) em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 70; no § 3º do art. 33; no art. 37; no § 2º do art. 52; e no § 3º do art. 55, da Lei Complementar nº 101/00;
- b) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 70; no § 2º do art. 52; e no § 3º do art. 55, todos da Lei Complementar nº 101/00, de acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal.

Compete à Secretaria de Estado da Fazenda, se exigível, a emissão de certidão atestando se o Estado foi compelido a honrar dívida, em decorrência de garantia prestada, do município que pretende instruir pedido de autorização para realização de operações de crédito, de que trata o § 10 do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
 Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 01/01594607  
 Parecer nº: COG-543/01  
 Decisão nº: 2209/01  
 Sessão: 24.10.2001

.....

**1042.** O Prefeito Municipal, em observância ao disposto no art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal, deve repassar o suprimimento à Câmara, conforme fixação na Lei Orçamentária, até o dia vinte de cada mês, sem extrapolar os limites estabelecidos no mesmo artigo. A restituição pela Câmara do saldo do suprimimento não utilizado deve ocorrer até o dia 31 de dezembro, não havendo impedimento para que se pro-

cesse antes do termo aprazado. Efetuada a devolução, afasta-se da Câmara a gerência dos recursos, não lhe incumbindo apontar a sua futura utilização.

Origem: Prefeitura Municipal de Cunhataí  
 Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
 Processo nº: 01/01861400  
 Parecer nº: COG-450/01  
 Decisão nº: 2225/01  
 Sessão: 24.10.2001

.....

**1043.** É viável a celebração de contrato, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, entre a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Municípios, visando a execução de Cursos de Pedagogia, na modalidade à distância, nos termos autorizados pelo Ministério da Educação, prevendo participação financeira do Município.

É vedada à UDESC a cobrança de mensalidades diretamente dos alunos, pois caracterizaria infração ao princípio constitucional de gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos (art. 206, V, CF e art. 162, V, da Constituição Estadual).

Compete ao Município estabelecer normas para eventual participação financeira dos seus alunos-docentes, segundo o interesse público local, independentemente do contrato celebrado com a UDESC.

As receitas da Fundação UDESC pela prestação dos serviços serão contabilizadas como receitas correntes de serviços, no Código de Especificação de Receita “2.06.01.01.0 6.16 – Serviços Educacionais”, subclassificação “2.06.01.01.0 6.10.06 – Contrato UDESC/Prefeituras” do plano de contas da UDESC.

Nos Municípios, a receita da eventual participação dos servidores (docentes-alunos) será contabilizada como receitas orçamentárias, no Có-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

digo integrante das Receitas Diversas especificado como “1990.99.00 – Outras Receitas”, observando que a partir de janeiro de 2001 a receita será registrada no Código 1999.00.00 – Receitas Diversas, com a criação de subclassificação específica, como por exemplo “1999.01.00 – Participação de Servidores em Curso de Capacitação”, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 163/01, alterada pela Portaria nº 326/01.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02054118  
Parecer nº: 525/01  
Decisão nº: 2228/01  
Sessão: 24.10.2001

.....

**1044.** A integração da norma fixadora dos subsídios dos Vereadores de São Bernardino ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece a adoção de idênticos índices para a revisão dos subsídios dos Vereadores, dentre outros, e a revisão da remuneração dos servidores públicos, requer que o município mantenha o INPC como índice a ser aplicado na revisão geral.

Havendo a identidade de índices para se processar a revisão, basta à Câmara observar a iniciativa de lei, implementando a revisão concomitantemente àquela pertinente a dos servidores públicos.

Origem: Câmara Municipal de São Bernardino  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/00249728  
Parecer nº: COG-536/01  
Decisão nº: 2290/01  
Sessão: 31.10.2001

**1045.** Os bens imóveis do Município, mediante lei ou ato do Chefe do Poder Executivo, podem ter destinação especial para abrigar a Câmara de Vereadores, que poderá administrá-los, utilizá-los na finalidade a que se destinarem, e promover a guarda, conservação e aprimoramento, sendo incabível a doação porque os bens públicos não são de propriedade dos Poderes e órgãos, mas pertencem ao acervo patrimonial do Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Imaruí  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01546980  
Parecer nº: COG-472/01  
Decisão nº: 2295/01  
Sessão: 31.10.2001

.....

**1046.** O imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, de competência municipal (art. 156, III, da Constituição Federal) incide sobre a prestação de serviços não alcançados pelo imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS (art. 155, II, Constituição Federal).

No caso de serviços de construção civil, terraplenagem, pavimentação, construção de barragens e outras obras semelhantes, a base de cálculo será o valor correspondente à mão-de-obra envolvida na execução da obra (serviços), não incidindo sobre materiais, combustíveis e outros insumos aplicados, onde as notas fiscais/faturas emitidas pelas empresas construtoras ou empreiteiras devem discriminar o valor correspondente aos serviços e aqueles relativos aos materiais.

Na falta de outros parâmetros legais, podem ser utilizados os percentuais estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social para formação da base de



cálculo da contribuição do INSS sobre a mão-de-obra, a ser retida e recolhida pelo contratante (também discriminada na nota fiscal/fatura), conforme previsto nos arts. 17 e 20 da Ordem de Serviço DAF nº 209, de 20 de maio de 1999 daquele Instituto.

Origem: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01890419  
Parecer nº: COG-475/01  
Decisão nº: 2296/01  
Sessão: 31.10.2001

.....

**1047.** A qualificação do tempo de serviço é dada pela lei vigente ao tempo em que o serviço foi prestado.

Se a lei vigente qualificava como tempo de serviço, para fins de aposentadoria, o tempo ficto decorrente de contagem em dobro de período de licença-prêmio não usufruído, prestado o serviço lei nova não poderá atingir tal qualificação. Esta constitui direito adquirido do servidor (art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal combinado com o art. 6º da Lei nº 4.657/42).

Os servidores municipais que conquistaram o direito à contagem em dobro, sem que se lhes exigisse contribuição sobre o período real ou ficto, até 16 de dezembro de 1998, data em que entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 20/98 poderão exercê-lo a qualquer tempo, ainda que não tenham cumprido os demais requisitos para a aposentadoria até o advento da referida emenda.

O art. 4º da EC nº 20/98, bem como o art. 8º, consideram como tempo de contribuição o tempo de serviço (real ou ficto) qualificado pela legislação vigente até 16.12.98, excluindo desta equivalência o tempo de contribuição fictício somente a partir de 16.12.98, portanto, protegem os direitos adquiridos, inclusive a contagem em dobro.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Joinville  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01948603  
Parecer nº: COG-488/01  
Decisão nº: 2328/01      Sessão: 05.11.2001

.....

**1048.** É viável a celebração de contrato, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, entre a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Municípios, visando a execução de Cursos de Pedagogia, na modalidade à distância, nos termos autorizados pelo Ministério da Educação, prevendo participação financeira do Município.

É vedada à UDESC a cobrança de mensalidades diretamente dos alunos, pois caracterizaria infração ao princípio constitucional de gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos (art. 206, V, Constituição Federal e art. 162, V, Constituição Estadual).

Compete ao Município estabelecer normas para eventual participação financeira dos seus alunos-docentes, segundo o interesse público local, contendo garantias para cumprimento integral das obrigações financeiras assumidas pelos alunos com o ente, mesmo em caso de desistência do curso.

Nos Municípios, a receita da eventual participação dos servidores (docentes-alunos) será contabilizada como receitas orçamentárias, no Código integrante das Receitas Diversas especificado como “1990.99.00 – Outras Receitas”, observando que a partir de janeiro de 2001 a receita será registrada no Código 1999.00.00 – Receitas Diversas, com a criação de subclassificação específica, como por exemplo “1999.01.00 – Participação de Servidores em Curso de Capacitação”, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 163/01, alterada pela Portaria nº 326/01.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01959710  
Parecer nº: COG-528/01  
Decisão nº: 2330/01  
Sessão: 05.11.2001

.....

**1049.** Ao servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que vier a exercer o mandato eletivo de vice-prefeito é facultado optar entre os seus vencimentos e o respectivo subsídio.

O direito à percepção acumulada de subsídio de mandato eletivo com os vencimentos do cargo, emprego ou função, se restringe ao mandato de vereador, quando houver compatibilidade de horário.

Origem: Prefeitura Municipal de Pouso Redondo  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/00638546  
Parecer nº: COG-554/01  
Decisão nº: 2926/01  
Sessão: 11.12.2001

.....

**1050.** É legal a concessão de gratificação aos profissionais de ensino em efetivo exercício de atividades no ensino fundamental, assim compreendidos o professor, o diretor, o supervisor, o orientador, o inspetor e o técnico de planejamento escolar, custeando-a com recursos do FUNDEF.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/01482302  
Parecer nº: COG-601/01  
Decisão nº: 2933/01  
Sessão: 11.12.2001

**1051.** A correta interpretação do art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal é no sentido de que mesmo que a despesa total com pessoal de cada Poder ou Órgão apurada em 1999 seja inferior ao limite máximo da LRF, o administrador não fica liberado para conceder aumentos até atingir o limite máximo previsto na lei. Conforme dispõe o art. 71 da LRF, até 2003 o acréscimo anual não poderá exceder a 10% do exercício anterior, nem exceder ao limite prudencial, situação em que o administrador ficará sujeito às penalidades previstas na lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02038694  
Parecer nº: COG-643/01  
Decisão nº: 2934/01  
Sessão: 11.12.2001

.....

**1052.** São considerados nulos de pleno direito, nos termos do parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101/00, os atos de que resultem aumento de despesas de pessoal, expedidos nos 180 dias anteriores ao término do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, aplicando-se à contratação de pessoal temporário para atender convênios, ainda que essas despesas sejam cobertas com recursos deles advindos.

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/03539733  
Parecer nº: COG-660/01  
Decisão nº: 2975/01  
Sessão: 17.12.2001

**1053.** Os gastos com a folha de pagamento de Câmara Municipal não podem superar 70% de sua receita, considerando-se esta como o montante das dotações orçamentárias fixadas para a Câmara na Lei Orçamentária Anual, cujo valor deve ser proporcionalmente repassado pelo Prefeito Municipal até o dia vinte de cada mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, acrescido dos créditos adicionais porventura abertos no decorrer do exercício financeiro. Caso a arrecadação municipal verificada no decorrer do exercício impossibilite o atingimento da receita orçada, cabe ao Prefeito o contingenciamento dos repasses às unidades orçamentárias, entre as quais se inclui a Câmara de Vereadores, reduzindo-os simetricamente, caso em que se mantém o valor orçado como parâmetro para apurar o cumprimento do limite dos gastos com a folha de pagamento.

A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP.

Origem: União das Câmaras de Vereadores do Vale do Itajaí

Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: 01/00536115

Parecer nº: COG-570/01

Decisão nº: 2978/01

Sessão: 17.12.2001

**1054.** O Conselho Tutelar, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo e seus membros não se classificam como servidores municipais ocupantes de cargos ou empregos públicos, como tais entendidos na legislação e na doutrina, exercendo uma função pública temporária sujeita a mandato, não se justificando provimento de cargos efetivos ou em comissão com essa finalidade.

Lei municipal deverá disciplinar o funcionamento do Conselho Tutelar e fixar a remuneração dos seus membros, podendo ser fixado valor mensal quando houver dedicação exclusiva, não sendo permitida a acumulação com a remuneração de outro cargo, emprego ou função públicos, por aplicação do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, podendo optar pela remuneração do cargo efetivo.

Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos do parágrafo único, do art. 134 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Desde que prevista na legislação local, é possível a utilização de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para arcar com o pagamento dos membros do Conselho Tutelar.<sup>187</sup>

<sup>187</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *"O Conselho Tutelar, segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo, não se podendo classificar seus membros como servidores municipais - ocupantes de cargos ou empregos públicos - como tais entendido na legislação e na doutrina, ou empregados, regidos pela legislação celetista. Lei municipal deverá disciplinar o funcionamento e eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O exercício de funções como membro de Conselho será remunerado através de jetons ou similar, de acordo com o que estabelecer a lei municipal específica. Desde que prevista na legislação local, é possível a utilização de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para arcar com o pagamento dos membros do Conselho Tutelar. Ressalte-se da necessidade de constar da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos do parágrafo único do art. 134 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990."*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Macieira  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01221843  
Parecer nº: COG-580/01  
Decisão nº: 2979/01 Sessão: 17.12.2001

.....

**1055.** Mediante autorização legislativa, os municípios podem instituir e contribuir para o fundo de assistência à saúde dos servidores municipais e seus dependentes, em percentual incidente sobre a folha de pagamento, podendo estabelecer contribuição dos segurados (art. 149, Constituição Federal), sendo recomendável estipular normas disciplinando as condições para admissão de segurados e dependentes, a extensão dos benefícios, o funcionamento do sistema e a limitação da responsabilidade do Município à contribuição para o fundo.

Os sistemas de assistência social e de saúde devem estar desvinculados do sistema previdenciário (arts. 8º e 16, § 1º, da Portaria MPAS nº 4.992/99), estando vedada concessão de benefícios exclusivos dos sistemas previdenciários.

Por se tratar de despesa de caráter continuado, devem ser observadas as normas dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo projeto de lei deve estar acompanhado de:

- a) demonstrativo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar a contribuição do Município e nos dois seguintes (art. 16, I);
- b) demonstração da origem dos recursos para o custeio (art. 17, § 1º);
- c) comprovação de que a despesa a ser criada não afetará as metas de resultado fiscal previstas no Anexo de Metas Fiscais (art. 17, § 2º), indicando a forma de compensação dos efeitos financeiros nos exercícios seguintes;

- d) comprovação de compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias (previsão na LDO) e de adequação orçamentária e financeira (dotação na LOA e disponibilidade financeira).

Origem: Prefeitura Municipal de Belmonte  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01465637  
Parecer nº: COG-654/01  
Decisão nº: 2986/01  
Sessão: 17.12.2001

.....

**1056. 1.** Os órgãos e entidades executivas de trânsito municipais podem celebrar convênios com entidades similares do Estado e com a Polícia Militar para a execução de atividades de competência do ente delegante, nos termos dos arts. 23 e 25 do Código de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/97).

2. Mediante convênio específico, os recursos das multas de trânsito arrecadados pelos municípios, podem ser utilizados para pagamento de despesas da Polícia Militar, desde que sejam relacionadas, exclusivamente, à sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, conforme disposto no art. 320 do Código de Trânsito, compreendendo materiais e equipamentos (veículos, rádios, computadores, combustíveis, materiais de sinalização e didáticos etc.) e serviços (controle da frota de veículos, alimentação de policiais etc.).

3. As atribuições da Polícia Militar do Estado devem ser cumpridas com os meios e recursos disponibilizados no orçamento do Estado, não integrando a competência municipal suportar despesas daquela Corporação, salvo para ações específicas de policiamento do trânsito (arts. 23, 35

e 320 da Lei Federal nº 9.503/97), mediante convênio, com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Orçamento Anual (art. 62 da Lei Complementar nº 101/00).

4. O Município pode ceder servidores titulares de cargos efetivos para atender solicitação do Poder Judiciário (que difere da requisição), desde que atendidas as seguintes condições: demonstração do caráter excepcional da cessão; demonstração do relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo; existência de autorização legislativa para o Chefe do Poder editar ato regularizando a cessão; desoneração do município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, que devem ser suportados pelo órgão ou entidade cessionária; atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município (autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual e convênio, acordo, ajuste ou congênere específico); exclusivamente de servidores efetivos, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargo em comissão.

Os Juízes podem promover a requisição de servidores municipais para atuar em cartórios judiciais somente quando se destinar à prestação de serviço em cartório eleitoral durante o período eleitoral, desde que observadas as hipóteses e parâmetros legais (art. 365 do Código Eleitoral e Lei Federal nº 6.999/82). As requisições para os Cartórios Eleitorais deverão recair em servidor lotado na área de jurisdição do respectivo Juízo Eleitoral, situação em que o Município fica obrigado a ceder servidor efetivo ao Cartório Eleitoral da Comarca cuja área de jurisdição esteja incluso, com o ônus para o Município, em obediência à Lei Federal nº 6.999/82 e ao Código Eleitoral (Lei Federal nº 4737/65).

5. Pode o município firmar termo de cessão de uso de veículo com a EPAGRI, para utilização em atividades pertinentes à atuação do Poder Público Municipal, especialmente em programa direcionado ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, arcando o Município com as despesas de combustíveis, licenciamento, seguro obrigatório e outros gastos correlatos, desde que demonstrado o interesse público específico envolvido na ação e estejam previstos os recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da cessão de uso.

6. Depende de convênio e autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual (art. 62 da LRF) para o Município suportar despesas de outros entes, incluindo as com servidores recebidos à disposição e daqueles cedidos com ônus para o Município. A cessão de servidor pelo Município depende de autorização legislativa e demonstração do interesse público.

A cessão de servidores de empresas de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, de qualquer esfera administrativa, somente se deve operar com o compromisso da entidade cessionária em promover o ressarcimento à entidade cedente das despesas com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, para não caracterizar desvio de finalidade para a qual foi criada a entidade e preservar os interesses dos acionistas minoritários.

7. Os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes devem atentar para o fato de que as despesas relativas ao ressarcimento de despesas com remuneração e encargos de servidores recebidos à disposição, integram a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou Órgão constitucional para fins de verificação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

8. A circunstância de ser o único estabelecimento no Município não constitui motivo para dispensa de licitação, uma vez que o procedimento licitatório pode abranger outros estabelecimentos do gênero existentes nos municípios vizinhos.

9. Diante da omissão na Lei Orgânica e na legislação local, parentes do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores não podem ser impedidos de participar de licitação e contratar com a Municipalidade, não se estendendo essa possibilidade àqueles agentes políticos, em face do princípio da moralidade e da vedação contida no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 em relação aos dirigentes de órgãos ou entidades promotoras da licitação.

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú.  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01590296  
Parecer nº: COG-591/01  
Decisão nº: 2970/01 Sessão: 17.12.2001

.....

**1057.** A décima terceira remuneração só é estendida aos remunerados por subsídio, quando estes sejam servidores ocupantes de cargos públicos, o que exclui os exercentes de mandato eletivo.

Origem: Câmara Municipal de Palhoça  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01841043  
Parecer nº: COG-648/01  
Decisão nº: 2982/01  
Sessão: 17.12.2001

.....

**1058.** As despesas com transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino, em níveis de educa-

ção infantil e ensino fundamental, podem ser custeadas pelo Município, sendo consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, *caput* do artigo 70, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394/96, podendo, desse modo, ser computadas no percentual mínimo da receita que deve ser aplicada em educação, conforme determina o *caput* do artigo 212 da Constituição Federal.

O transporte de alunos de nível de ensino médio ou superior da rede estadual pelo Município só poderá ocorrer quando plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência, conforme dispõe o artigo 11, inciso V, da Lei Federal nº 9.394/96, ou seja, aquelas elencadas nos incisos do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96, no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental.

As despesas efetuadas pelo Município com ensino médio ou superior não estão compreendidas no percentual mínimo (vinte e cinco por cento) da receita que deve ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de José Boiteux  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/02043850  
Parecer nº: COG-579/01  
Decisão nº: 2983/01  
Sessão: 17.12.2001

.....

**1059.** O pagamento de sessões legislativas (isto é, períodos) extraordinárias só se legitimará quando a sessão (período) ocorrer durante o recesso parlamentar, e a convocação extraordinária for motivada para atender necessidade de urgência ou de interesse público relevante, sendo vedada a deliberação de matéria estranha àquela que ensejou a convocação.



Somente quando conjugadas tais situações é que se autoriza o pagamento da sessão legislativa extraordinária. Reuniões realizadas fora do recesso não assumem esse caráter e não se permite uma retribuição pecuniária além do subsídio mensal. Se realizada no recesso, mas a matéria não for de interesse público relevante, ou não tratar caso de urgência, também é indevido qualquer pagamento que extrapole o subsídio mensal.

Não sendo permitida a remuneração de sessões extraordinárias, exceto no período de recesso parlamentar, não há que se questionar a possibilidade do pagamento das respectivas sessões fora do mês de sua ocorrência.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Gaivota  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/02045801  
Parecer nº: 573/01  
Decisão nº: 2987/01  
Sessão: 17.12.2001

**1060.** O Município pode promover a alienação ou permuta de imóveis em desuso, desde que observada a legislação, especialmente a demonstração da necessidade e do interesse público, avaliação prévia dos imóveis, autorização legislativa específica e licitação, quando exigida (art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93).

No caso de alienação ou permuta de imóveis, decorrentes de desativação de escolas ou creches públicas, o Município deve previamente garantir o acesso universal e gratuito a todos os alunos em idade escolar, sem prejuízo destes e de sua família (arts. 206 e 208 da Constituição Federal e Lei Federal nº 9.394/96).

Origem: Prefeitura Municipal de Pouso Redondo  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/02053065  
Parecer nº: 594/01  
Decisão nº: 2972/01  
Sessão: 17.12.2001

**1061.** Não é possível ao município recepcionar escola estadual, mediante processo de municipalização, se o ato resultar na extrapolação do percentual de 50 % (cinquenta por cento) para gastos com pessoal estabelecido na Lei Orgânica Municipal. Para viabilizar a municipalização, é necessário que se faça alteração de tal percentual dentro das normas previstas para se emendar a referida Lei Orgânica Municipal e se obedeça ao limite máximo constante na Lei Federal Complementar nº 101/2000. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe como limite máximo para gastos com pessoal o percentual de 60 % (sessenta por cento), incluídas as Câmaras Legislativas Municipais e o Tribunal de Contas do Município, onde houver.

Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/02076430  
Parecer nº: COG-646/01  
Decisão nº: 2973/01  
Sessão: 17.12.2001

**1062.** O limite de despesa do Poder Legislativo Municipal inscrito no art. 29-A da Constituição Federal, cujo percentual incidente no somatório da receita tributária e das transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal é fixado com base na população do Município, devendo considerar o último número oficial divulgado pelo IBGE.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O atraso na divulgação de dado populacional, que regularmente ocorre até 31 de agosto de cada ano, não autoriza a adoção de parâmetro distinto e concorrente com aquele fornecido pelo IBGE.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/02100837  
Parecer nº: COG-626/01  
Decisão nº: 2984/01  
Sessão: 17.12.2001

.....

**1063.** 1. Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal.

2. O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo § 3º do art. 39 da Constituição Federal, que se reporta, exclusivamente, a ocupantes de cargo público, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo terceiro subsídio.<sup>188</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Morro Grande  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/02105049  
Parecer nº: COG-618/01  
Decisão nº: 2974/01  
Sessão: 17.12.2001

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/00328549  
Parecer nº: COG-163/02  
Decisão nº: 1081/02<sup>189</sup>  
Sessão: 17.06.2002

Item 1 do Prejulgado:

Processo nº: TC0118000/97  
Parecer nº: COG-385/99  
Sessão: 28.07.1999<sup>190</sup>

<sup>188</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O Secretário Municipal, ainda que categorizado como agente político, encontra-se investido em cargo de confiança. Sendo ocupante de cargo, lhe é conferido o direito à percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no § 3º do art. 39 da Constituição Federal. O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo § 3º do art. 39 da Constituição Federal, que se reporta, exclusivamente, a ocupantes de cargo público, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo terceiro subsídio.”

<sup>189</sup> Item 1 da Decisão nº 1081/2002 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O Secretário Municipal, ainda que caracterizado como agente político, encontra-se investido em cargo de confiança. Sendo ocupante de cargo lhe é conferido o direito a percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no parágrafo 3º do art. 39 da Constituição Federal. O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo não estão amparados pelo §3º do art. 39 da Constituição Federal, que se reporta exclusivamente a ocupantes de cargos públicos, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo terceiro subsídio.”

<sup>190</sup> Item 1 da Decisão exarada no processo nº CON-0118000/97 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O Secretário Municipal, ainda que caracterizado como agente político, encontra-se investido em cargo de confiança. Sendo ocupante de cargo lhe é conferido o direito a percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no parágrafo 3º do art. 39 da Constituição Federal.”

Processo nº: 00/06673660

Parecer nº: COG-741/00

Decisão nº: 2142/01

Sessão: 22.10.2001

Processo nº: 01/04458623

Parecer nº: COG-151/02

Decisão nº: 906/02

Sessão: 20.05.2002

Processo nº: 02/09342625

Parecer nº: COG-653/02

Decisão nº: 3408/02

Sessão: 16.12.2002

.....

**1064.** As requisições promovidas pela Justiça Eleitoral, com fundamento na Lei Federal nº 6.999, de 07 de junho de 1982, aplicam-se exclusivamente aos servidores da Administração Direta e das autarquias estaduais e municipais.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, não está sujeita aos ditames da Lei nº 6.999/82, cabendo à CODESC solicitar ao Tribunal Regional Eleitoral o ressarcimento das despesas com remuneração e encargos sociais dos servidores à disposição da Justiça Eleitoral, salvo para prestação de serviços em dias de eleição (Lei nº 4.737/65, art. 120), ou determinar o retorno do servidor à origem.

A cessão de servidores de empresas de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, de qualquer esfera administrativa, somente se deve operar com o compromisso da entidade cessionária em promover o ressarcimento à entidade cedente das despesas com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, para não caracterizar de desvio de finalidade para a qual foi criada a entidade e preservar os interesses dos acionistas minoritários.

Os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes devem atentar para a circunstância das despesas relativas ao ressarcimento de remuneração e encargos de servidores, recebidos à disposição, integrarem a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou Órgão constitucional, para fins de verificação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Companhia de Desenvolvimento do Estado de SC

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 01/00390900

Parecer nº: COG-481/01

Decisão nº: 3008/01

Sessão: 19.12.2001

.....

**1065.** A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, tais como isenções e remissões de tributos, depende do atendimento dos requisitos previstos nos arts. 4º, § 2º, inciso V; 5º, inciso II, e 14 da referida Lei, ainda que haja lei autorizativa local, ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais, previsão na Lei do Orçamento, estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se efetivar a renúncia e nos dois seguintes, e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária (art. 12), e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO ou que foram adotadas medidas de compensação, no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências do § 2º do art. 14 da LRF.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

No caso da Lei Municipal nº 1123/99, a isenção não possui caráter geral, sendo concedida caso a caso, mediante comprovação dos requisitos legais pelo contribuinte, sujeitando-se à disciplina do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Cecília  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01140924  
Parecer nº: COG-667/01  
Decisão nº: 3004/01 Sessão: 19.12.2001

.....

**1066.** Não existindo quadro de servidores na Câmara Municipal, é admissível a contratação temporária de Assessor Jurídico até organização do quadro próprio de pessoal, podendo ser realizada através de procedimento licitatório, permitida a dispensa de licitação nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Quando a Câmara de Vereadores não recebe suprimentos e não tem contabilidade própria organizada, no contrato a ser firmado deve figurar na condição de “Contratante” o Município, situação em que o contrato deve ser firmado pelo Prefeito ou a quem este delegar competência.

O pagamento pelos serviços contratados deve ser realizado pelo serviço de contabilidade e tesouraria da Prefeitura, com empenhamento como despesa da Câmara, nas correspondentes dotações orçamentárias.

Considerando que o contrato será celebrado pelo Poder Executivo, deverá ser utilizada a Comissão de Licitações da Prefeitura para os procedimentos e julgamentos de documentação de habilitação e propostas relativas à licitação.

Origem: Câmara Municipal de Frei Rogério  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 01/01917716

Parecer nº: COG-655/01

Decisão nº: 3005/01

Sessão: 19.12.2001

.....

**1067.** 1. Os gastos com a folha de pagamento de Câmara Municipal não podem superar 70% de sua receita, considerando-se esta como o montante das dotações orçamentárias fixadas para a Câmara na Lei Orçamentária Anual, cujo valor deve ser proporcionalmente repassado pelo Prefeito Municipal até o dia vinte de cada mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, acrescido dos créditos adicionais porventura abertos no decorrer do exercício financeiro.

2. Caso a arrecadação municipal verificada no decorrer do exercício impossibilite o atingimento da receita orçada, cabe ao Prefeito o contingenciamento dos repasses às unidades orçamentárias, entre as quais se inclui a Câmara de Vereadores, reduzindo-os simetricamente, mantendo-se o valor orçado como parâmetro para apurar o cumprimento ao limite dos gastos com a folha de pagamento.

3. A folha de pagamento abrange, exclusivamente, gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP.

4. O Prefeito Municipal, em observância ao disposto no art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal, deve repassar o suprimento à Câmara conforme fixação na Lei Orçamentária, até o dia vinte de cada mês, sem extrapolar os limites estabelecidos no mesmo artigo.

5. A restituição pela Câmara do saldo do suprimento

não-utilizado deve ocorrer até o dia 31 de dezembro, não havendo impedimento para que se processe antes do termo aprazado. Efetuada a devolução, afasta-se da Câmara a gerência dos recursos, não lhe incumbindo apontar a sua futura utilização.

6. As exigências postas na Lei de Responsabilidade Fiscal para o recebimento de transferências voluntárias se reportam ao ente federado, e a falta cometida por órgão ou Poder a ele pertencente atinge a própria entidade federativa, não se restringindo à unidade ou ao Poder que não atendera aos ditames legais.

7. A argüição de inconstitucionalidade feita no curso de um processo comum, cujo objeto da ação não seja a constitucionalidade em si, mas uma relação jurídica que envolva a aplicação da lei contestada, pode ser suscitada em processo de qualquer natureza, qualquer que seja o juízo, caracterizando o sistema difuso de controle de constitucionalidade.

A decisão, quer provenha dos órgãos judiciários comuns, quer provenha de órgãos especiais, desde que não apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, seja por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade ou da Ação Declaratória de Constitucionalidade, ou ainda através de recurso extraordinário cuja decisão impugnada declare a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, neste último necessitando de Resolução do Senado Federal, só gerará efeitos para as partes envolvidas no processo, não atingindo terceiros. Assim, a norma continuará sendo considerada válida desde o seu nascimento, com toda a sua capacidade de aplicação e produção de efeitos, devendo ser cumpridas suas determinações.

A decisão incidental de questão prejudicial referente à inconstitucionalidade de lei, argüida por via de exceção em qualquer processo e proferida por qualquer juízo, não faz coisa julgada material em relação à própria lei declarada inconstitucional, que poderá ser discutida e alterada até pronunciamento definitivo do STF e posterior resolução do Senado Federal que lhe retire definitivamente a eficácia.

Por tais motivos sugere-se ao Município efetuar o pagamento das contribuições previdenciárias de sua responsabilidade, enquanto não se manifestar definitivamente o STF. Isto porque a extemporaneidade do recolhimento de contribuição previdenciária não desonera a Câmara ou Prefeitura da obrigação de saldar a dívida junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ainda que referente à contribuição pessoal dos Vereadores.

Sendo os ex-Vereadores os únicos beneficiários do sistema de previdência, deverá a cobrança dos mesmos ser feita administrativamente por quem efetivamente arcou com a dívida. Na hipótese de não lograr êxito com a cobrança administrativa, somente o ingresso em Juízo com uma ação ordinária de cobrança pela Procuradoria do Município é que poderá o ente ser ressarcido da dívida assumida junto ao INSS.<sup>191</sup>

Origem: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 01/01918283

Parecer nº: COG-674/01

Decisão nº: 2996/01

Sessão: 19.12.2001

<sup>191</sup> Item 7 reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 29.09.2003 através da decisão nº 3314/03, prolatada no processo REC-03/02987096. Redação inicial do item 7: *“A extemporaneidade do pagamento de contribuição previdenciária devida não desonera o Município da obrigação. A dívida junto ao Instituto Nacional do Seguro Social permanece e deve ser honrada, sobretudo diante da decisão do Supremo Tribunal Federal manifestando-se pela constitucionalidade da Lei Federal nº 9.506/97, na parte em que inscreve como segurados obrigatórios os exercentes de mandato eletivo municipal, desde que não-vinculados a regime próprio de previdência social.”*

### 1068. REVOGADO<sup>192</sup>

.....

**1069.** Os municípios, mediante autorização legislativa, podem instituir sistema de assistência social aos seus servidores, incluindo assistência médica, com completa desvinculação do sistema previdenciário (arts. 8º e 16, § 1º, da Portaria MPAS

nº 4.992/99), podendo estabelecer contribuição dos segurados (art. 149, Constituição Federal) e criação de fundo específico para administração dos recursos. Os sistemas de assistência social e de saúde não podem conter benefícios exclusivos dos sistemas previdenciários. Demonstrada a viabilidade e conveniência para o Município, a assistência à saúde dos servidores pode ser efetivada mediante partici-

<sup>192</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 23.04.2003, através da decisão nº 1110/2003, exarada no processo nº CON-02/09632623. Texto revogado: “Conforme estudos organizados no âmbito do Ministério da Saúde, com participação dos Tribunais de Contas, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Saúde, Conselhos de Secretários de Saúde Estaduais e Municipais, Comissões da Câmara e do Senado e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, para fins de verificação do cumprimento das normas previstas na Emenda Constitucional nº 29, são aceitas como integrantes das Ações e Serviços Públicos de Saúde as seguintes espécies de despesas:

- a) ações de promoção, proteção e recuperação da saúde (inclusive assistência farmacêutica) e reabilitação em todos os níveis de complexidade;
- b) ações de alcance coletivo, tais como as de educação para a saúde, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador, vigilância nutricional e orientação alimentar;
- c) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde;
- d) produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos (medicamentos, imunobiológicos, reagentes, hemoderivados, equipamentos);
- e) capacitação de recursos humanos para saúde;
- f) ações de combate a carências nutricionais específicas;
- g) planos e projetos de investimento, particularmente os destinados à redução das desigualdades na distribuição espacial da oferta de serviços assistenciais.

Considerando os mesmos estudos, não devem integrar a apuração das despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde as seguintes despesas:

- a) com inativos e pensionistas, por não se tratar de despesa com saúde, e sim de Previdência Social;
- b) ações e serviços de saúde destinados ao atendimento de clientela fechada, por não serem de acesso universal (como despesas com planos de saúde e outras modalidades de assistência médico-hospitalar destinadas a servidores públicos, civis e militares, e respectivos dependentes);
- c) merenda escolar, pois se trata de política pública do setor educação (CF, art. 208, VII) com caráter de assistência social;
- d) ações de preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes federativos e por entidades não-governamentais;
- e) ações de limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (recolhimento e tratamento do lixo). Para fins de emissão do Parecer Prévio sobre as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas de Santa Catarina considerou como despesas em ações e serviços de saúde os valores aplicados com base nas dotações orçamentárias da Função ‘13 - Saúde e Saneamento’ - Programas ‘75 - Saúde’ e ‘76 - Saneamento’, não considerando as despesas para implantação e manutenção de serviços de saneamento (fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto e lixo) remuneradas por preços públicos (tarifas) ou por taxas, especialmente quando executados sob a responsabilidade de entidades criadas para esse fim, como os Serviços Autônomos Municipais de Água e Saneamento (SAMAES). A partir do exercício de 2002, quando estarão em vigor para os Municípios as normas da Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, serão consideradas as ações integrantes das Funções ‘10 - Saúde’ e ‘17 - Saneamento’, e suas subfunções.”



pação no custeio de plano de saúde (seguro de saúde), caso em que será necessária realização de licitação para escolha da empresa administradora do plano de saúde e o respectivo valor mensal a ser despendido pelos cofres públicos.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02058962  
Parecer nº: 599/01  
Decisão nº: 2997/01  
Sessão: 19.12.2001

.....

**1070.** A acumulação remunerada de dois cargos comissionados é vedada pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal<sup>193</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02079455  
Parecer nº: COG-632/01  
Decisão nº: 2998/01  
Sessão: 19.12.2001

.....

**1071.** As atribuições da Polícia Militar devem ser cumpridas com os meios e recursos disponibilizados no orçamento do Estado, ente responsável pela segurança pública, nos termos dos arts. 8º, III, 105 e 107 da Constituição Estadual.

Excede a competência municipal suportar despesas da Polícia Militar, salvo para ações específicas de policiamento do trânsito, fiscalização e educação de

trânsito (arts. 23, 25 e 320 da Lei Federal nº 9.503/97), mediante convênio celebrado com os órgãos e entidades executivas de trânsito municipais, com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual (art. 62 da Lei Complementar nº 101/00), e utilização dos recursos das multas de trânsito arrecadados pelos municípios, cujas despesas podem compreender materiais e equipamentos (veículos, rádios, computadores, combustíveis, materiais de sinalização, didáticos etc.) e serviços (controle da frota de veículos, alimentação de policiais etc.).

Origem: Prefeitura Municipal de Biguaçu  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/02081514  
Parecer nº: COG-653/01  
Decisão nº: 3006/01  
Sessão: 19.12.2001

.....

**1072.** O cargo de contador deve estar previsto no quadro de servidores efetivos da Câmara, com provimento mediante concurso público (art. 37, inciso II, da Constituição Federal), em face do caráter permanente e contínuo de sua função.

Quando inexistir o quadro de contador no quadro de servidores efetivos, excepcionalmente a responsabilidade pelos serviços contábeis da Câmara poderá ser atribuída a profissional habilitado (ciências contábeis), servidor do Poder Executivo, com remuneração pela Câmara de Vereadores, sendo vedada a acumulação remunerada (art. 37, XVI, da Constituição Federal), podendo ser concedida uma gratificação atribuída por lei municipal.

<sup>193</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: "A acumulação remunerada de cargos envolvendo cargo comissionado é vedada pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal (Prejulgado nº 307 - Decisão exarada no Processo nº C-10086/33, em sessão de 11.08.1993)."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Romelândia  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01102674  
Parecer nº: COG-689/01  
Decisão nº: 7/02 Sessão: 04.02.2002

.....

**1073.** O “benefício” concedido pela Lei Municipal nº 177/92 e pelo art. 174, I, do CTM, para fins do disposto no art. 14, § 1º, da LRF, não se caracteriza como renúncia de receita, tendo em vista que se trata de imunidade tributária prevista nos casos das alíneas do art. 150, IV, da Constituição Federal, observados os requisitos fixados no art. 14 do Código Tributário Nacional, fato que afasta a incidência do imposto.

A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, tais como isenções e remissões de tributos, depende do atendimento dos requisitos previstos nos arts. 4º, § 2º, inciso V; 5º, inciso II, e 14, do referido diploma legal, ainda que haja lei autorizativa local; ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias no Anexo de Metas Fiscais, previsão na Lei do Orçamento,

estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se efetivar a renúncia e nos dois seguintes, e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária (art. 12), e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO ou que foram adotadas medidas de compensação, no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências dos § 2º do art. 14 da LRF<sup>194</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de José Boiteux  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01613849  
Parecer nº: COG-668/01  
Decisão nº: 16/02  
Sessão: 04.02.2002

.....

**1074.** Salvo nas situações previstas em leis específicas, como aos Procuradores lotados na Procuradoria Geral do Estado (art. 18 da Lei Complementar

<sup>194</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “O ‘benefício’ concedido pela Lei Municipal nº 177/92 e pelo art. 174, I, do CTM, para fins do disposto no art. 14, § 1º, da LRF, não se caracteriza como renúncia de receita, tendo em vista que se trata de imunidade tributária prevista nos casos das alíneas do art. 150, IV, da Constituição Federal, observados os requisitos fixados no art. 14 do Código Tributário Nacional, fato que afasta a incidência do imposto. A partir da vigência da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, tais como isenções e remissões de tributos, depende do atendimento dos requisitos previstos nos arts. 4º, § 2º, inciso V; 5º, inciso II, e 14, do referido diploma legal, ainda que haja lei autorizativa local; ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias no Anexo de Metas Fiscais, previsão na Lei do Orçamento, estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se efetivar a renúncia e nos dois seguintes, e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária (art. 12), e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO ou que foram adotadas medidas de compensação, no exercício de início da sua vigência e nos dois seguintes, através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências dos § 2º do art. 14 da LRF. No caso da Lei Municipal nº 1123/99, a isenção não possui caráter geral, sendo concedida caso a caso mediante comprovação dos requisitos legais pelo contribuinte, sujeitando-se à disciplina do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

nº 62/92, com redação da Lei Complementar nº 100/93, e Decreto nº 1.512/2000), no âmbito do Poder Executivo Estadual, carece de amparo legal o uso de veículos particulares de servidores públicos, inclusive policiais militares, para exercício de suas funções públicas, ante a inexistência de autorização e disciplinamento em lei.

A Secretaria de Estado da Fazenda, mais especificamente o Grupo de Fiscalização e Arrecadação - FAR, possui prerrogativa quanto à utilização de veículos particulares, amparada no art. 3º do Decreto Estadual nº 4.606, de 06 de fevereiro de 1990, com suas alterações posteriores.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01860854  
Parecer nº: COG-532/01  
Decisão nº: 17/02 Sessão: 04.02.2002

.....

**1075.** O pagamento de cestas básicas aos servidores da Câmara Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 210/98, de 08.10.98, para os servidores ativos e empregados públicos do Município, é responsabilidade do Poder Legislativo do Município de Balneário Barra do Sul, que possui competência exclusiva para administrar as despesas com o seu pessoal, em atendimento ao disposto no art. 144, inciso VIII, da Lei Orgânica. O valor destas cestas básicas deve ser fixado em lei municipal autorizativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02019045  
Parecer nº: COG-645/01  
Decisão nº: 10/02 Sessão: 04.02.2002

**1076.** A parcela percebida pelo Deputado Estadual a título de auxílio-moradia, haja vista o seu caráter remuneratório, deve ser considerada para a apuração do limite do subsídio de Vereador, inscrito no inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal.

O reconhecimento do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório, mas não autoriza uma nova fixação ou a elevação automática do subsídio, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores.

Em razão do princípio da anterioridade, não há como se promover nova fixação de subsídio no curso da legislatura.

A única forma autorizada pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração do subsídio dos Vereadores é a prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que consagra a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Origem: Câmara Municipal de Guarapiranga  
Relator: José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02053812  
Parecer nº: COG-561/01  
Decisão nº: 11/02  
Sessão: 04.02.2002

.....

**1077. 1.** A concessão de incentivos econômicos para instalação ou expansão de empreendimentos nos municípios deve ser promovida com parcimônia, pois os entes públicos não poderão deixar de custear despesas eminentemente públicas (saúde, educação, etc.) para atender interesses privados, e depende de autorização legislativa, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e dotação na Lei do Orçamento Anual para suportar as despesas correspondentes.

2. Não encontra amparo legal ou justificativa de interesse público a concessão de ajuda e auxílio financeiro a empresas privadas com fins lucrativos para investimentos na implantação ou ampliação de atividades, pois, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, as subvenções sociais visam, exclusivamente, atender entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional (art. 16), e as subvenções econômicas se destinam à cobertura de déficits de empresas (art. 12, § 3º, II, e 18), vedados auxílios para investimentos que se incorporem ao patrimônio de empresas privadas com fins lucrativos (art. 21).

3. Quando o incentivo envolver a disponibilização de bens imóveis públicos (terrenos) a particulares (pessoas físicas ou jurídicas), deve-se privilegiar o emprego do instituto da concessão do direito real de uso, por melhor resguardar o interesse e o patrimônio públicos, mediante lei autorizativa, onde também disponha sobre as condições da concessão, inclusive sobre o vínculo às atividades para as quais houve a concessão, prevendo a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão ou quando não mais sejam atendidas as condições da concessão, devendo estar demonstrado o interesse público, evitando-se a doação de bens imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

4. É recomendável que a prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades particulares seja realizada mediante

remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, conforme valores e critérios estabelecidos em lei.

A prestação de serviços gratuitos a particulares através do parque de máquinas da municipalidade sem previsão em lei regulando programa específico que contemple essa possibilidade, caracteriza ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas, insculpidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Pode caracterizar ato de improbidade administrativa a permissão, sem autorização legal, de utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do Município, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados pela municipalidade, nos termos do inciso XIII do art. 10 da Lei nº 8.429/92.<sup>195</sup>

5. Quando os programas para instalação ou expansão de atividades econômicas no município envolverem a concessão de benefícios e incentivos de natureza tributária a empresas, tais como isenções, descontos e reduções de alíquotas de tributos (IPTU, ISS, taxas etc.), além de autorização legislativa local, sua instituição e implantação depende do atendimento dos requisitos previstos nos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (previsão e atendimento ao disposto na lei de diretrizes

<sup>195</sup> Item 4 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.2 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 4: *“Conforme decisões deste Tribunal de Contas, a prestação de serviços pelo Poder Público, através de maquinários próprios ou contratados, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou em propriedades privadas somente é admitida quando houver remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, ainda que em programas de apoio ao desenvolvimento econômico, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade e isonomia entre os potenciais beneficiários, e possível caracterização de ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei Federal nº 8.429/92)”*.

orçamentárias, significando que a renúncia de receita deve estar considerada nas metas de resultados fiscais previstas na LDO, e acompanhada da estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária (art. 12) e que não afetará as metas de resultados fiscais ou comprovação das medidas de compensação a renúncias de receita - através do aumento de receita por elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, neste caso, observadas as exigências dos § 2º do art. 14 da LRF.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
 Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
 Processo nº: 01/02086400  
 Parecer nº: COG-650/01  
 Decisão nº: 77/02  
 Sessão: 04.02.2002  
 Decisão Análoga:  
 Processo nº: 01/00537863  
 Parecer nº: 057/02  
 Decisão nº: 2589/02<sup>196</sup>  
 Sessão: 07.10.2002

**1078.** Os valores provenientes do sistema municipal de assistência creditados em conta específica da Prefeitura e colocados à disposição dos servido-

res públicos contribuintes, poderão ser utilizados para a aquisição de terreno destinado à Associação de Servidores, desde que devidamente autorizado pela comissão gerenciadora dos referidos recursos.

Origem: Prefeitura Municipal de Meleiro  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 00/06330622  
 Parecer nº: COG-127/01  
 Decisão nº: 78/02  
 Sessão: 06.02.2002

**1079.** Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, não mais cabe utilizar a Reserva de Contingência para suplementação de dotação por qualquer motivo, mas apenas para fazer frente a pagamentos de despesas inesperadas (passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos).

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 01/01946147  
 Parecer nº: COG-698/01  
 Decisão nº: 98/02  
 Sessão: 06.02.2002

**1080.** Nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96, nos primeiros cinco anos contados da sua publicação, ou seja, até 26

<sup>196</sup> Terceiro parágrafo alterado, tendo em vista a reforma, pelo Tribunal Pleno, da decisão nº 2876/00 (prejulgado nº 896) do processo nº CON-00/01011170, na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “Conforme decisões deste Tribunal de Contas, a prestação de serviços pelo Poder Público, através de maquinários próprios ou contratados, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou em propriedades privadas somente é admitida quando houver remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, ainda que em programas de apoio ao desenvolvimento econômico, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade e isonomia entre os potenciais beneficiários, e possível caracterização de ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei Federal nº 8.429/92)”.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

de dezembro de 2001, os Municípios podem aplicar parcela dos recursos do FUNDEF (parte dos 60% destinados à remuneração dos profissionais do magistério) para capacitação de professores leigos pertencentes ao quadro de professores do ente, quando em efetivo exercício nas atividades de magistério no ensino fundamental público.

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01965362  
Parecer nº: 563/01  
Decisão nº: 74/02  
Sessão: 06.02.2002

.....

**1081.** Na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF deverá o Município observar as prescrições específicas contidas na Constituição Federal, atentar para as disposições do art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e para a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (regulamentação do FUNDEF), que consideram como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas efetivadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis.

A aquisição de linha telefônica com recursos do FUNDEF é viável, quando ela se destinar ao uso por unidade escolar com vistas à execução ou aprimoramento de atividades efetivamente ligadas ao desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental público (como no caso do uso para acesso à internet), e desde que seja previamente observada a regra do art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96, que determina a aplicação de, pelo menos,

60% dos recursos do Fundo na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício nas atividades diretamente relacionadas ao ensino fundamental público.

Origem: Prefeitura Municipal de Ibirama  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01994206  
Parecer nº: COG-564/01  
Decisão nº: 94/02  
Sessão: 06.02.2002

.....

**1082.** As vantagens inerentes ao cargo efetivo não são devidas ao servidor que venha a exercer o cargo de Secretário Municipal, o qual deve ser remunerado pela forma de subsídio fixado em parcela única. Ditas vantagens permanecem latentes, só se retomando o pagamento quando do retorno do servidor ao cargo efetivo.

O servidor exercente de cargo efetivo e vinculado a regime de previdência próprio do Município não se obriga à filiação no regime de previdência geral, quando da assunção de cargo de provimento em comissão.

A base de incidência da alíquota para o custeio do fundo previdenciário é aquela estabelecida na lei que o instituiu. A lei deve definir se a parcela de contribuição incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo ou o subsídio percebido pelo servidor enquanto ocupante do cargo de Secretário Municipal.

Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo ter-



ceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal<sup>197</sup>.

.....

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/02030529  
Parecer nº: COG-565/01  
Decisão nº: 75/02  
Sessão: 06.02.2002

.....

**1083.** Para atender os programas de caráter transitório, com recursos repassados pela União ou pelo Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos os pressupostos do art. 37, IX, da Constituição do Brasil. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade, ou se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público).

No caso do Programa da Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, em razão de não

estar suficientemente consolidada a perenidade dos Programas, a solução que se apresenta mais viável no momento é a contratação temporária, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes.

Considerando que a função de professor possui caráter de atividade permanente do Poder Público Municipal, a admissão de professores deve se dar em cargos de provimento efetivo (art. 37, II, da Constituição Federal), salvo em situações excepcionais, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, em quantitativo adequado ao atendimento do universo de alunos da rede pública do município.

Mediante lei autorizativa específica, é admissível a transferência de recursos, através de subvenções sociais, às Associações de Pais e Professores – APPs devidamente constituídas como pessoa jurídica, com finalidade específica de aplicação na contratação de serventes para as respectivas escolas municipais, desde que observados os preceitos da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00, disciplinamento na LDO e previsão de créditos orçamentários na Lei do Orçamento Anual.

<sup>197</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: “As vantagens inerentes ao cargo efetivo não são devidas ao servidor que venha a exercer o cargo de Secretário Municipal, o qual deve ser remunerado pela forma de subsídio fixado em parcela única. Ditas vantagens permanecem latentes, só se retomando o pagamento quando do retorno do servidor ao cargo efetivo. O servidor exercente de cargo efetivo e vinculado a regime de previdência próprio do Município não se obriga à filiação no regime de previdência geral quando da assunção de cargo de provimento em comissão. A base de incidência da alíquota para o custeio do fundo previdenciário é aquela estabelecida na lei que o instituiu. A lei deve definir se a parcela de contribuição incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo ou o subsídio percebido pelo servidor enquanto ocupante do cargo de Secretário Municipal. Os Secretários Municipais, na condição de auxiliares diretos do Prefeito, se assemelham, enquanto servidores públicos *latu sensu*, aos detentores de cargo comissionado e assim podem ser investidos em cargos de provimento em comissão, estendendo-se a estes os direitos aludidos no artigo 39, § 3º, da Constituição Federal, dentre eles o terço de férias e o décimo terceiro salário, bem como demais direitos previstos no estatuto estendidos aos comissionados.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Quando o quadro de pessoal do município mantém cargos de serventes, a concessão de subvenções para Associação de Pais e Professores ou a contratação externa dessas funções caracterizam substituição de servidores, situação em que há incidência do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/00, e as despesas devem ser consideradas na Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo.

O servidor público deve ter vinculação funcional a uma pessoa estatal (ente, autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista), não encontrando amparo legal a admissão de pessoal por consórcio intermunicipal, que não constitui pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

Origem: Associação dos Municípios da Região do Contestado  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/02035083  
Parecer nº: COG-652/01  
Decisão nº: 81/02  
Sessão: 06.02.2002

.....

**1084.** Cabe, exclusivamente à Administração, a prerrogativa de promover a prorrogação de contratos, observadas as normas legais e o atendimento ao interesse público, devidamente justificados em regular processo administrativo.

A prorrogação de contrato, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, através de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

Os contratos extintos em decorrência do decurso do prazo neles estabelecidos não podem, em hipótese alguma, serem objeto de prorrogação.

Com relação à possibilidade de terceirização de serviços pela Administração Pública:

1. é possível à Administração Pública celebrar contrato de prestação de serviços com o objetivo de terceirizar atividades que lhe são pertinentes, desde que a contratação atenda ao interesse público;

2. a terceirização de serviços por parte do Poder Público tem que se restringir às atividades-meio do órgão contratante, assim entendidas aquelas que não representem funções essenciais, finalísticas;

3. a contratação em tela tem que ser precedida do devido processo licitatório, nos termos do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal combinado com o artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/00328601  
Parecer nº: COG-633/01  
Decisão nº: 132/02 Sessão: 18.02.2002

.....

**1085.** Os Municípios podem requerer ao Tribunal de Contas a emissão das certidões de que tratam os incisos III, VIII e XI do art. 13 da Resolução nº 78/98 do Senado Federal, com as alterações promovidas pelas Resoluções nºs 74, de 14.12.99, 62, de 13.10.00, e 18, de 06.09.01, onde constarão informações solicitadas pelo Senado, compreendendo:

1. existência de operações relativas à assunção de compromissos diretamente com fornecedores, prestadores de serviços ou empreiteiras de obras, mediante emissão ou aval de promissórias ou carta de crédito, aceite de duplicatas ou outras operações similares; e realização de qualquer operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União (incisos I e II do artigo 3º da Resolução nº 78/98 do Senado);

2. cumprimento do disposto nos arts. 27, § 2º, 29, VI e VII, 32, § 3º, e 212 da Constituição Federal, e 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/00, relativamente ao último exercício analisado; 3. cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos aspectos indicados naquela Resolução, informações relativas ao último exercício apreciado, ao exercício em análise e ao exercício em curso, da seguinte forma: em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; art. 70; no § 3º do art. 33; no art. 37; no § 2º do art. 52; e no § 3º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 2000; em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; nos arts. 23; 70; no § 2º do art. 52; e no § 3º do art. 55, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, de acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal.

Os entes interessados poderão obter informações e formulários por acesso à página do Tribunal de Contas na internet ([www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)).

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 01/00467393

Parecer nº: COG-544/01

Decisão nº: 116/02

Sessão: 18.02.2002

.....

**1086.** A efetividade em cargo efetivo só se adquire pelo provimento decorrente de concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II, Constituição Federal). Quando da ocorrência da transformação de empregos em cargos por força de lei, so-

mente se tornou titular de cargo efetivo o servidor que prestou concurso público, antes ou após a transformação de emprego em cargo público. Os demais não são titulares de cargos efetivos, embora ocupem cargos permanentes e possam gozar da estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Em consonância com a interpretação corrente do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 20, considerando os regimes próprios propostos e em execução por Estados da Federação, considerando a Nota Técnica nº 27 do Ministério da Previdência e Assistência Social, considerando ter este Ministério emitido Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP para o Município de Blumenau, considerando os arts. 1º, 31, 32, 73 e 76 da Lei Complementar nº 308/00, do Município de Blumenau, que instituiu o regime próprio de previdência e criou o Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, entende-se que:

a) integram o regime próprio de previdência municipal instituído pela Lei Complementar nº 308/00 do município de Blumenau os servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações de Blumenau, inclusive da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, ocupantes de cargos permanentes:

- efetivos (nomeados mediante aprovação em concurso público);
- não-efetivos, mas estáveis em face do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, ressalvando-se a possibilidade de exoneração dos servidores estáveis para adequação do ente federativo (Estado ou Município) aos limites da despesa com pessoal, em face das regras estabelecidas no art. 169, §4º, da Constitui-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

ção Federal, com a redação dada pelo art. 21 da Emenda Constitucional nº 19, e no art. 23 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

- não-efetivos e não-estáveis, desde que tenham ingressado no serviço público municipal antes da data da promulgação da Constituição Federal de 1988, ressalvando-se a possibilidade de exoneração dos servidores não estáveis para adequação do ente federativo (Estado ou Município) aos limites da despesa com pessoal, em face das regras estabelecidas no art. 169, § 3º, inciso II, da CF/88, com a redação dada pelo art. 21 da Emenda Constitucional nº 19, e no art. 23 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) integram, igualmente, o regime próprio de previdência municipal instituído pela Lei Complementar nº 308/00 do município de Blumenau os inativos e pensionistas da Administração Direta, Autarquias e Fundações de Blumenau, inclusive da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, existentes no serviço público municipal antes da entrada em vigor da citada lei complementar;
- c) os servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, inclusive da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, que ingressaram no serviço público municipal após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 308/00, somente integram o regime próprio de previdência municipal se forem titulares de cargos efetivos (ingresso mediante aprovação em concurso público);
- d) não integram o regime próprio de previdência municipal de Blumenau os servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações

de Blumenau, inclusive da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, ocupantes:

- de cargos permanentes não-efetivos e não-estáveis, admitidos no serviço público após 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição Federal);
- de cargos temporários de qualquer natureza;
- exclusivamente de cargo em comissão;
- de cargos eletivos.

Origem: Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: 01/02021023

Parecer nº: COG-499/01

Decisão nº: 120/02

Sessão: 18.02.2002

.....

**1087.** A concessão de licença-prêmio e a sua conversão em pecúnia dependem, unicamente, de lei municipal autorizativa, pois os entes municipais possuem autonomia administrativa para organizarem os seus serviços (Constituição Federal, art. 30, I).

As férias constituem direito assegurado pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal aos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a remuneração em pelo menos 1/3 além da retribuição normal. Assim sendo, é vedada a sua conversão em pecúnia, sob pena de transgredir a norma constitucional.

Origem: Câmara Municipal de Tubarão

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 01/02082405

Parecer nº: COG-635/01

Decisão nº: 119/02

Sessão: 18.02.2002

**1088.** A apuração da Receita Corrente Líquida dos municípios deverá ser efetivada conforme previsto no art. 2º, e seus incisos, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deduzindo-se a contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência e assistência social próprios e as eventuais receitas provenientes da compensação financeira dos sistemas previdenciários (quando houve efetivo ingresso de recursos dessa compensação), e considerando as receitas de transferência por conta do FUNDEF, deduzidos os valores entregues ao Fundo pelo Município.

A Receita Corrente Líquida constituirá no somatório da receita do mês de referência com as receitas dos onze meses anteriores, nos termos do §3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101/00, devendo ser obrigatoriamente apurada a cada bimestre, recomendando-se que seja apurada mensalmente para fins de acompanhamento da execução orçamentária e atingimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento, bem como atendimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O valor a ser repassado mensalmente pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será aquele previsto na legislação municipal. Quando as normas legais locais estabelecerem destinação ao Poder Legislativo de certo percentual da receita do município - calculada segundo definido nessas normas - os repasses mensais à Câmara serão variáveis, conforme o comportamento da receita efetivamente arrecadada pelo Município.

A Receita Corrente Líquida definida no art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal somente servirá de base para repasses às Câmaras de Vereadores quando houver específica previsão nesse sentido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Orçamento Anual do respectivo Município.

Origem: Câmara Municipal de Canoinhas  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01102917  
Parecer nº: COG-568/01  
Decisão nº: 154/02  
Sessão: 25.02.2002

.....

**1089.** Nos termos da Constituição do Estado, da Lei Estadual nº 9.831/95 (art. 59) e da Lei Complementar nº 129/94, compete privativamente ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC a habilitação de pensionistas, a concessão de pensões e o processamento e pagamento da folha de pensões, de todos os Poderes e Órgãos constitucionais do Estado de Santa Catarina.

Independentemente de celebração de convênio, o eventual processamento da folha e o pagamento, pelo Tribunal de Justiça, dos pensionistas dos Magistrados do Poder Judiciário requerem autorização legislativa permitindo esse procedimento e eventual compensação com valores de contribuições a serem recolhidas pelo Tribunal de Justiça ao IPESC, cuja operacionalização também depende de:

- a) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias permitindo ao Tribunal de Justiça efetuar pagamento de pensões, ainda que de forma complementar (art. 165, § 2º, da Constituição Federal);
- b) previsão na Lei do Orçamento Anual para transferências de valores do IPESC para o Poder Judiciário e dotação no Orçamento do Tribunal de Justiça para empenhamento de despesas com pensões, em atendimento aos arts. 167, I e II, e 169, § 1º, da Constituição Federal, 123, VII, da Constituição do Estado, à Lei Federal nº 4.320/64 e aos arts. 4º, § 1º, e 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) .

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Admitido pela lei o pagamento das pensões dos pensionistas dos Magistrados pelo Tribunal de Justiça, e preservadas as atribuições conferidas ao IPESC pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar nº 129/01, de conceder as pensões previdenciárias, promover a majoração ou qualquer outra forma de alteração das pensões a dependentes de servidores do Estado de Santa Catarina, inclusive as decorrentes de decisão judicial, a operacionalização contábil poderá se dar da seguinte forma:

- a) a folha de pagamento dos pensionistas será processada pelo Tribunal de Justiça, à vista das informações recebidas do IPESC;
- b) o Tribunal de Justiça comunicará ao IPESC o valor mensal do dispêndio com a folha de pagamento;
- c) o IPESC, com a informação do montante mensal a ser despendido com a folha, e após sua conferência, empenhará a despesa e repassará os recursos ao Tribunal de Justiça;
- d) o Tribunal de Justiça, recebendo o repasse de recursos, providenciará:
  - a sua contabilização no Ativo Financeiro, a débito da conta Bancos conta Vinculada, e no Passivo Financeiro, em contrapartida, à Crédito de Depósitos de Diversas Origens;
  - efetuará o pagamento da folha, utilizando os recursos repassados, procedendo à devida contabilização no fluxo extra-orçamentário;
  - havendo autorização legal, na hipótese desses recursos serem insuficientes, poderá dispor dos recursos dos encargos previdenciários devidos pelo Tribunal de Justiça ao IPESC e, ainda, dos recursos das retenções em folha de servidores destinadas ao IPESC;

- nesse caso, deve ser providenciada a elaboração dos lançamentos de regularização contábil devidos, tanto por parte do Tribunal de Justiça como por parte do IPESC, atinentes às operações financeiras não efetivamente concretizadas, de repasse dos recursos das contribuições e das retenções em folha de servidores, pelo Tribunal de Justiça ao IPESC;
- por se tratar de operação que envolve delegação de recursos e encargos, o Tribunal de Justiça não poderá utilizar seus recursos próprios para suprir eventuais diferenças para mais da folha de pagamento de pensionistas, por configurar despesa estranha à finalidade desse Poder. Essas diferenças, se ocorrerem, deverão ser compensadas em meses subseqüentes, e empenhadas pelo IPESC, a quem cabe transferir os respectivos valores ao Tribunal de Justiça, para a efetivação do pagamento.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 01/02227403

Parecer nº: COG-649/01

Decisão nº: 157/02

Sessão: 25.02.2002

1090. 1. A idade de 18 anos é limite mínimo admitido como presunção de capacidade física e mental para o desempenho regular de função pública.

2. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como repre-



sentante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.<sup>198</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01586930  
Parecer nº: COG-681/01  
Decisão nº: 169/02  
Sessão: 27.02.2002

.....

**1091.** 1. O subsídio do Vereador-Presidente está fixado pelo art. 2º da Lei Municipal nº 1049/2000, o que não o autoriza a receber tal quantia, juntamente com aquela fixada para os demais Vereadores pelo art. 1º do mesmo diploma legal.

2. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da CF.<sup>199</sup>

Origem: Câmara Municipal de Palhoça  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01636709  
Parecer nº: COG-332/01  
Decisão nº: 170/02  
Sessão: 27.02.2002

<sup>198</sup> Item 2 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.1 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03-06353652. Redação inicial do item 2: “A forma para remunerar o Vereador-Presidente com um quantum superior ao estipendiado aos demais Vereadores que mais se aperfeiçoam ao mandamento constitucional se constitui na fixação de distintos subsídios, um em valor superior para o Presidente da Câmara, outro em valor menor para os demais Vereadores. Lembrando, também, que o tempo hábil, sem prejuízo de prazo mais restritivo previsto pelas Leis Orgânicas, para a Câmara Municipal fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores é de até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente, tomando como base o subsídio hoje fixado para os Deputados Estaduais.”

<sup>199</sup> Item 2 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.1 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 2: “A forma para remunerar o Vereador-Presidente com um quantum superior ao estipendiado aos demais Vereadores que mais se aperfeiçoam ao mandamento constitucional se constitui na fixação de distintos subsídios, um em valor superior para o Presidente da Câmara, outro em menor valor para os demais Vereadores.”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1092.** A função de digitação é atividade administrativa considerada permanente e contínua, devendo ser integrante do quadro de servidores efetivos do ente público, com provimento mediante concurso público, consoante inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Excepcionalmente é admissível a contratação de profissional habilitado na área de digitação em caráter temporário, em razão da inexistência de cargo efetivo, desde que autorizado por lei municipal, determinando o prazo máximo da contratação, até a criação e o provimento do cargo, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Imperioso ainda, para legitimar a contratação, a criação dos cargos necessários e a promoção de concurso público, observar o disposto no artigo 169, §1º, da Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Imaruí  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01942311  
Parecer nº: COG-639/01  
Decisão nº: 171/02  
Sessão: 27.02.2002

.....

**1093.** Os recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, por lei destinados à Associação dos Magistrados Catarinenses, podem ser utilizados para execução de obras de reforma das instalações da sua sede balneária, visando à criação de espaço multiuso para realização de seminários, cursos e outros eventos direcionados ao aprimoramento profissional dos magistrados associados.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: 01/02040753

Parecer nº: COG-530/01

Decisão nº: 167/02

Sessão: 27.02.2002

.....

**1094.** Administração Municipal não está obrigada a pagar o piso salarial determinado pela categoria. Os médicos em questão são servidores públicos municipais e, nesta condição, não estão submetidos à legislação referente aos profissionais do setor privado, mas, sim, às normas da Administração Pública.

Os servidores públicos, quando nomeados, ingressam numa situação jurídica previamente definida, à qual se submetem com o ato da posse. Não há qualquer possibilidade de modificação das normas vigentes por meio de contrato, ainda que houvesse concordância da Administração e do funcionário, por se tratar de normas de ordem pública, não sujeitas à revogação pelas partes. Tais normas estabelecem os preceitos relativos ao serviço público, como a forma de ingresso (concurso público), forma e limites de remuneração, deveres e direitos dos servidores e planos de carreira. Partindo-se da premissa de que os profissionais em debate são detentores de cargo público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas, deverão aqueles igualmente submeter-se à remuneração correspondente ao cargo que ocupam.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01846355  
Parecer nº: COG-658/01  
Decisão nº: 187/02  
Sessão: 04.03.2002

**1095.** 1. Mediante lei específica estabelecendo os critérios de seleção de famílias, as condições do auxílio, participação dos beneficiados no custeio de forma compatível com a renda da família e outras normas pertinentes, é admissível instituir programa municipal prevendo a disponibilização de lotes públicos e de materiais para construção de moradias, cujo programa deve estar previsto no Plano Plurianual, disciplinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e conter previsão de créditos na Lei do Orçamento Anual, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 101/00.

2. É recomendável que a prestação de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades particulares seja realizada mediante remuneração à entidade pública prestadora do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, conforme valores e critérios estabelecidos em lei.

A prestação de serviços gratuitos a particulares através do parque de máquinas da municipalidade sem previsão em lei regulando programa específico que contemple essa possibilidade, caracteriza ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativas, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Pode caracterizar ato de improbidade administrativa a permissão, sem autorização legal, de utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do Município, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados pela municipalidade, nos termos do inciso XIII do art. 10, da Lei nº 8.429/92.

3. Para atender os programas de caráter transitório com recursos repassados pela União ou pelo Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos os pressupostos do art.37, IX,

da Constituição do Brasil. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade e se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público).

4. No caso dos Programas da Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, em razão de não estar suficientemente consolidada a perenidade dos Programas, a solução que se apresenta mais viável no momento é a contratação temporária, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes.

5. Considerando que os recursos originários de transferências voluntárias integram o cálculo para apuração da receita corrente líquida, as despesas de pessoal realizadas com esses recursos também devem integrar a Despesa Total com Pessoal do Poder e do ente.

6. Compete ao Poder Público municipal dispor do pessoal (médicos, enfermeiros e outros profissionais) necessário para operacionalização de unidade pública de pronto-socorro de atendimento em tempo integral (24 horas), devendo promover adequação de cargos e admissão dos profissionais, respeitadas a carga horária máxima permitida em lei para cada categoria profissional.

7. É vedada a acumulação de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, observado o teto salarial dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

8. A destinação de recursos para pessoas jurídicas (de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos, conforme a Lei Federal nº 4.320/64) requer lei autorizativa específica, disciplinamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsão de créditos orçamentários na Lei do Orçamento Anual, nos termos do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando o quadro de pessoal do Município mantém cargos de servente, a concessão de subvenções para Associação de Pais e Professores ou a contratação externa dessas funções caracterizam substituição de servidores, situação em que há incidência do §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/00 e as despesas devem ser consideradas na Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo. As despesas com subvenções para instituições públicas ou privadas não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (inciso II do art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96), ainda que vinculadas à contratação de serventes, pois serão computadas apenas as despesas com remuneração de professores e demais profissionais e de realização de atividades-meio pagas diretamente pelo ente público.<sup>200</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01890680

Parecer nº: COG-694/01

Decisão nº: 197/02

Sessão: 04.03.2002

.....

**1096.** Na aquisição de equipamentos em lote único, mas composto por diversos itens, havendo motivação fundada no art. 65, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/93, visando ao estrito atendimento ao interesse público, é admissível a alteração dos quantitativos licitados de cada item, desde que o fornecedor ainda não tenha promovido a entrega global do objeto e não haja alteração no valor global do contrato, ressaltando-se que na aquisição de bens móveis a forma mais indicada é a licitação para julgamento por itens, visando à obtenção do menor preço, não se justificando a adoção de lote único, salvo exigência expressa nas normas de entidade internacional financiadora da aquisição dos bens.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/00394410

Parecer nº: COG-054/02

Decisão nº: 196/02

Sessão: 04.03.2002

<sup>200</sup> Item 2 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.2 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 2: “A prestação, pelo Poder Público Municipal, de serviços com equipamentos e/ou pessoal do Município em propriedades particulares, ainda que em programa de apoio a produtor rural, somente é admitida quando houver remuneração ao ente público prestador do serviço, com base em tabela de preços equânime para os interessados, sob pena de afronta aos princípios da impessoalidade e isonomia entre os potenciais beneficiários, além de caracterizar ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei Federal nº 8.429/92)”; e Item 7 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.3 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 7: “É vedada a acumulação de cargos remunerados, salvo no caso de dois cargos de professor ou de médico, ou de cargo de professor e outro de atribuições técnicas ou científicas (art. 23, XVI e XVII - CF/88), aplicando-se aos cargos de odontólogo e de enfermeiro, independentemente da carga horária. Se um médico é ocupante de dois cargos públicos com carga horária definida (acumulação de vínculos com o Poder Público), não poderá ser investido em outro cargo ou perceber outros valores do erário municipal)”.

**1097.** A rigor, escapa à estrita competência municipal suportar despesas com a cessão de servidores municipais para atender deficiências de pessoal do Poder Judiciário estadual, porquanto os servidores municipais devem exercer suas atividades nos órgãos e entidades a que estão vinculados e nas atribuições dos respectivos cargos, razão da admissão no Serviço Público municipal.

Contudo, no campo cooperativo com outras esferas administrativas, em caráter excepcional, será admissível a cessão de servidores para o Poder Judiciário, quando atendidas as seguintes condições:

- a) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- b) demonstração do relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- c) existência de autorização legislativa para o Chefe do Poder editar ato regularizando a cessão;
- d) desoneração do município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, que devem ser suportados pelo órgão ou entidade cessionária;
- e) atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município (autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual e convênio, acordo, ajuste ou congênere específico);
- f) exclusivamente de servidores efetivos, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargo em comissão.

Os Juízes podem promover a requisição de servidores municipais para atuar em cartório judiciais somente quando se destinar à prestação de serviço em cartório eleitoral, durante o período eleitoral, desde que observado o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, não excedendo a 1 (um) servidor por 10.000 (dez mil) ou fração superior a 5.000 (cinco mil) eleitores

inscritos na Zona Eleitoral, bem como as demais disposições legais (art. 365 do Código Eleitoral e Lei Federal nº 6.999/82). As requisições para os Cartórios Eleitorais deverão recair em servidor lotado na área de jurisdição do respectivo Juízo Eleitoral, situação em que o Município fica obrigado a ceder servidor efetivo ao Cartório Eleitoral da Comarca cuja área de jurisdição esteja incluso, com o ônus para o Município se houver autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do respectivo Município, em observância ao estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Na apuração das despesas totais com pessoal (arts. 18, 19, 20 e 22 da LRF), as despesas com servidores cedidos serão consideradas no Poder ou Órgão que efetuar o pagamento da remuneração e encargos correspondentes.

Origem: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00191207  
Parecer nº: COG-216/01  
Decisão nº: 236/02  
Sessão: 06.03.2002

.....

**1098.** Em face do preceito do art. 29, inciso VI, da Constituição Federal, fica vedada a alteração da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada por lei de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Carta Magna e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na ausência de norma legal válida, cabe a utilização de norma anterior, ou

## Decisões em Consultas – Prejulgados

seja, devem ser mantidos os subsídios fixados para a legislatura anterior, admitindo-se a revisão geral anual, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, instituída por lei específica<sup>201</sup>.

Origem: Câmara Municipal de Romelândia

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 01/01102321

Parecer nº: COG-705/01

Decisão nº: 233/02

Sessão: 06.03.2002

. . . . .

**1099.** De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é cabível a concessão de benefícios tributários, mesmos que estes impliquem em renúncia de receita, desde que:

- a) o benefício ou incentivo esteja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que for iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- b) a criação do benefício ou incentivo atenda ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) o incentivo ou benefício seja considerado na estimativa da receita da Lei Orçamentária (art. 5º II), na forma do artigo 12 da LRF, devendo o Poder Público demonstrar que tais incentivos ou benefícios não afetarão as metas de resultado previstas no anexo de Metas Fiscais da LDO (art. 4º, § 2º, V);

d) a concessão do benefício ou incentivo esteja acompanhada de medidas de compensação (para o exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes) por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Os benefícios tributários concedidos antes da LRF permanecem em vigor até que outra lei de mesma hierarquia venha a revogá-los ou que expire o prazo de concessão. Mas a eventual prorrogação efetivada após o advento da LRF requer atendimento à exigência desta. A Lei Complementar fixa normas somente para as novas concessões e ampliações de benefícios fiscais, com aplicabilidade a partir da vigência da Lei.

A prorrogação de benefícios concedidos antes da LRF considera-se como renúncia de receita da LRF, pois se entende como concessão de novos benefícios e, portanto, submetida aos ditames da lei em tela. Caso a concessão do incentivo ou benefício de natureza tributária, que resulte em renúncia de receita, esteja acompanhada de compensação (art. 14, inciso II), o benefício ou incentivo somente entrará em vigor quando tais medidas forem implementadas.

<sup>201</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002 exarada no processo nº PAD-02/01566680. Redação inicial: *“Em face do preceito do art. 29, inciso VI, da Constituição Federal, fica vedada a alteração da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada, pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Carta Magna e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na ausência de norma legal válida, cabe a utilização de norma anterior, ou seja, devem ser mantidos os subsídios fixados para a legislatura anterior, admitindo-se a revisão geral anual, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, instituída por lei.”*



Como as medidas de compensação definidas na LRF estão sujeitas ao princípio da anterioridade, conforme artigo 150, III, b, da Constituição Federal de 1988, os benefícios ou incentivos concedidos também devem obediência àquele princípio.

Vencidos os prazos de vigência de benefícios concedidos antes da entrada em vigor da LRF, ficam suspensos até edição de novo ato legal de concessão ou prorrogação uma vez cumpridos os requisitos da Lei ou após a entrada em vigor das medidas de compensação, quando for o caso.

Origem: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01144326  
Parecer nº: 699/01  
Decisão nº: 234/02  
Sessão: 06.03.2002

**1100.** Não encontra amparo legal o pagamento, pelo Município, de empréstimo realizado por particulares (agricultores) junto à instituição financeira para aquisição de maquinários agrícolas, bem como arcar com as despesas de guarda, conservação, manutenção, operadores e abastecimentos de combustível e outros, ainda que haja lei municipal autorizativa, porquanto esta fere a legislação e os princípios de Direito Público. A responsabilidade é das associações de agricultores, que são proprietárias dos tratores em percentual de 70% (setenta por cento).

Não é possível a cobrança de aluguéis por parte da Administração, pois o referido instituto é de Direito Privado. Cabível a utilização do instituto da concessão real de uso em vez de venda, na hipótese de programas habitacionais para população de baixa renda.

Origem: Prefeitura Municipal de Quilombo  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01603371  
Parecer nº: COG-719/01  
Decisão nº: 235/02  
Sessão: 06.03.2002

**1101.** A Constituição Federal (art.199, § 2º) e a Lei Orgânica do Município (art.178, § 5º) proíbem a Câmara de Vereadores do Município de Lages participar do processo de despesa com Plano de Saúde, sob pena de responsabilização do Ordenador Primário. Porém, poderá realizar convênio com empresa prestadora de serviços de saúde, desde que os servidores beneficiados suportem o ônus decorrente desta operação.

Origem: Câmara Municipal de Lages  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01880456  
Parecer nº: COG-671/01  
Decisão nº: 237/02 Sessão: 06.03.2002

**1102.** Diante da omissão na Lei Orgânica e na legislação local, parentes do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores não podem ser impedidos de participar de licitação e contratar com a Municipalidade, não se estendendo essa possibilidade àqueles agentes políticos ou a pessoas jurídicas nas quais mantenham participação societária, em face do princípio da moralidade e da vedação contida no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 em relação aos dirigentes de órgãos ou entidades promotoras da licitação. O desmembramento da licitação é permitido, desde que seja preservado o valor global da obra, serviço ou compra e a respectiva modalidade licitatória, nos termos dos arts. 22 e 23 da Lei Federal nº 8.666/93.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/00247270  
Parecer nº: COG-420/01  
Decisão nº: 311/02 Sessão: 11.03.2002

.....

**1103.** Não há possibilidade de acumulação da remuneração do cargo de provimento efetivo com o subsídio de Vice-Prefeito. A norma contida no inciso III do artigo 38 da Constituição Federal, que admite a possibilidade de o servidor investido em mandato de Vereador continuar no exercício de seu cargo, emprego ou função, desde que haja compatibilidade de horários, restringe-se, tão-somente, ao mandato de Vereador. Não há como interpretar-se extensivamente a regra constitucional.

O servidor público efetivo municipal ocupante do cargo de Vice-Prefeito do mesmo Município pode optar entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do cargo de Vice-Prefeito, vedada a percepção cumulativa.

Caso o servidor efetivo municipal opte pelo subsídio legalmente instituído para o cargo de Vice-Prefeito do mesmo Município, somente poderá perceber o valor correspondente ao subsídio, sem outro adicional, gratificação ou qualquer outro estipêndio, nos termos do §4º do art. 39 da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Itapiranga  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00510230 Parecer nº: COG-280/01  
Decisão nº: 269/02 Sessão: 11.03.2002

.....

**1104.** A Constituição Federal determina que qualquer alteração na remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereadores deve ser feita pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente (art. 29, VI).

Caso os Vereadores da legislatura anterior não tenham fixado o subsídio para a legislatura atual, o valor do subsídio será aquele fixado pela lei que ainda está vigendo no Município. Isto é, deve o Município continuar aplicando as regras de remuneração previstas na legislatura anterior. Na hipótese de os Vereadores fixarem seus próprios subsídios na legislatura atual, os novos valores só terão validade para a próxima legislatura, conforme determina a Constituição Federal.

O valor do subsídio deve ater-se aos limites constitucionais previstos nos arts. 29 e 29-A, conforme acima exposto. Se a lei vigente determinar valor superior ao limite constitucional, o valor do subsídio deverá ser reduzido para que haja adequação ao limite previsto na Carta Magna, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000. Devem igualmente ser observadas as regras constantes na Lei Orgânica do Município de Matos Costa.

Origem: Câmara Municipal de Matos Costa  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/00814107  
Parecer nº: COG-202/01  
Decisão nº: 257/02 Sessão: 11.03.2002

.....

**1105.** Os gastos com aquisição de uniformes escolares para os alunos do Ensino Fundamental, pertencentes à Rede Municipal de Ensino, podem ser considerados como despesas com desenvolvimento e manutenção do ensino.

Origem: Prefeitura Municipal de Ilhota  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01431309  
Parecer nº: COG-342/01  
Decisão nº: 258/02 Sessão: 11.03.2002

**1106.** O aproveitamento do tempo de serviço rural, para fins de contagem recíproca e obtenção de aposentadoria por tempo de serviço, é possível, tão-somente a partir de 05 de abril de 1991, data da vigência da Lei Federal nº 8.213/91, em consonância com o disposto no artigo 145, salvo nos casos de comprovação do recolhimento das contribuições nas épocas próprias.

O tempo de Serviço Militar Obrigatório será considerado no cômputo de tempo de serviço do servidor público municipal, devendo ser averbado nos moldes da lei.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/02101051  
Parecer nº: COG-641/02  
Decisão nº: 263/02  
Sessão: 11.03.2002

**1107.** A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelos mesmos (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os gastos com inativos e os valores pagos diretamente pela Câmara relativos a encargos, como por exemplo, a parte das contribuições patronais previdenciária e assistencial e o PASEP.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00192351  
Parecer nº: COG-731/01  
Decisão nº: 318/02  
Sessão: 13.03.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00997198  
Parecer nº: COG-718/01  
Decisão nº: 319/02  
Sessão: 13.03.2002

**1108.** As autarquias se submetem ao controle político, administrativo e financeiro, adstritos aos termos da lei instituidora.

As normas legais, regulamentares e estatutárias da entidade autorizam apenas a movimentação das contas bancárias por parte do Diretor-Presidente, em conjunto com um segurado do Instituto, indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

No que respeita às relações internas, seus procedimentos financeiros obedecem às mesmas regras de contabilidade pública aplicáveis à Administração direta do ente a que está vinculada, estando sujeitas às normas gerais de Direito Financeiro constantes da Lei Federal nº 4.320/64, impositiva para a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e respectivas autarquias.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01465556  
Parecer nº: COG-352/01  
Decisão nº: 330/02  
Sessão: 13.03.2002

**1109.** As Câmaras Municipais estão desobrigadas de patrocinar a defesa de ex-vereador em Ação Civil Pública por ato de improbidade no exercício do mandato através de Assessoria Jurídica, pois ao término do mandato rompe-se o vínculo com aquela Casa Legislativa, não podendo invocar a prerrogativa da

## Decisões em Consultas – Prejulgados

inviolabilidade, nem ser patrocinado pela Câmara Municipal em processos movidos pelo Ministério Público ou particulares contra sua pessoa.

Origem: Câmara Municipal de Urubici  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01618131  
Parecer nº: COG-674/01  
Decisão nº: 331/02  
Sessão: 13.03.2002

.....

**1110.** O provimento de cargo efetivo de Contador da Câmara de Vereadores requer prévia aprovação em concurso público, conforme dispõe o art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

A investidura em cargo público depende de prévia aprovação em concurso público, não sendo legal a transposição de cargos, por se configurar um desrespeito à regra constitucional. A ocupação de cargos efetivos do Legislativo por funcionários de carreira do Executivo incorre na proibição constitucional de acumulação de cargos.

O artigo 18 da Lei Orgânica do Município acompanha o art. 51, inciso IV, da Constituição Federal, que reza ser privativo da Câmara dos Deputados, extensivo às Câmaras Municipais, “dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Origem: Câmara Municipal de Joaçaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/01840667  
Parecer nº: COG- 659/02  
Decisão nº: 320/02 Sessão: 13.03.2002

**1111.** 1. É estranha à competência e atribuições da Câmara Municipal a aquisição de ambulância, por conta de saldo de suprimento não-utilizado, e posterior cessão, por meio de comodato, para o Poder Executivo.

2. A restituição pela Câmara do saldo do suprimento não utilizado deve ocorrer até o dia 31 de dezembro, não havendo impedimento para que se processe antes do termo aprazado. Efetuada a devolução, afasta-se da Câmara a gerência dos recursos, não lhe incumbindo apontar a sua futura utilização.

3. O Prefeito Municipal, em observância ao disposto no art. 29-A, §2º, da Constituição Federal, deve repassar o suprimento à Câmara conforme fixação na Lei Orçamentária até o dia vinte de cada mês, sem extrapolar os limites estabelecidos no mesmo artigo.

Caso a arrecadação municipal verificada no decorrer do exercício impossibilite o atingimento da receita orçada, é permitido ao Prefeito proceder o contingenciamento dos repasses às unidades orçamentárias, entre as quais se inclui a Câmara de Vereadores, reduzindo-os simetricamente, caso em que se mantém o valor orçado como parâmetro para apurar o cumprimento ao limite dos gastos com a folha de pagamento.

4. A folha de pagamento da Câmara abrange, exclusivamente, os gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, incluídos os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP.

Origem: Câmara Municipal de Jaborá  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/01927193  
Parecer nº: COG-721/01  
Decisão nº: 332/02  
Sessão: 13.03.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/07990042

Parecer nº: COG-670/02

Decisão nº: 3450/02 Sessão: 18.12.2002

.....

**1112.** Os créditos decorrentes de ressarcimento pelo pagamento indevido de custas a órgãos judiciais e extrajudiciais pela Câmara Municipal devem ser recolhidos ao Tesouro Municipal, administrado pelo Poder Executivo, contabilizada como receita do ente, pois ao Poder Legislativo compete, exclusivamente, as receitas especificadas no orçamento do Município. O parcelamento do pagamento do crédito depende de autorização legislativa que contemple essa específica natureza de crédito, não sendo aplicáveis eventuais normas destinadas especificamente ao parcelamento de créditos tributários.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 01/02074305

Parecer nº: COG-717/01

Decisão nº: 313/02 Sessão: 13.03.2002

.....

**1113.** A Administração do Município de Rio Fortuna, quanto à alteração de carga horária do magistério municipal de 20 horas para 40 horas, deve atender ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Educação sobre os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério e na Lei Complementar nº 959, de 28 de junho de 2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Fortuna

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 01/04002654 Parecer nº: COG-715/01

Decisão nº: 321/02 Sessão: 13.03.2002

**1114.** Para aquisição de imóvel, deve a Câmara realizar o necessário processo de licitação, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, através da Comissão Permanente de Licitação. Para a reforma e locação de imóvel, não será alterado o Plano Plurianual; ocorrerá um incremento por meio de Crédito Adicional Especial, com autorização legal, ou seja, a Câmara se manifestará formalmente mediante lei autorizativa. Deve o crédito adicional especial ser aberto por decreto do Poder Executivo, desde que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa, precedida de exposição justificativa; tudo conforme disposições do art. 167 da Constituição Federal e dos arts. 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64. A construção da nova sede da Câmara Municipal depende de previsão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Origem: Câmara Municipal de Fraiburgo

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 01/00316697

Parecer nº: COG-647/01

Decisão nº: 361/02

Sessão: 18.03.2002

.....

**1115.** O Município pode ceder servidores titulares de cargos efetivos para atender solicitação do Poder Judiciário Estadual, desde que atendidas as seguintes condições:

- demonstração do caráter excepcional da cessão;
- demonstração do relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- existência de autorização legislativa para o Chefe do Poder editar ato regularizando a cessão;
- desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, que devem ser suportados pelo órgão ou entidade cessionária;

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- e) atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município (autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e convênio, acordo, ajuste ou congênere específico);
- f) a cessão deve se referir a servidores efetivos, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargo em comissão.

A colocação de pessoal à disposição da Câmara Municipal por parte do Executivo é possível, condicionando à existência de lei municipal que regule a matéria, bem como à realização de convênio entre os partícipes, atentando que tal procedimento deve ser adotado quando atenda ao interesse público. Para fins de atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal cedido serão computadas no Poder que se responsabilizará pelo pagamento da remuneração.

Origem: Prefeitura Municipal de São José  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/00391044  
Parecer nº: COG-005/02  
Decisão nº: 365/02  
Sessão: 18.03.2002

1116. Com a privatização dos serviços de telecomunicações e a conseqüente abertura de mercado, passa a ser necessária a licitação para a contratação e utilização destes serviços, salvo se na localidade houver inviabilidade de competição, hipótese onde poderá a Administração utilizar-se do instituto da Inexigibilidade de Licitação, previsto no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as exigências do art. 26 do mesmo diploma legal.

Origem: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01427891  
Parecer nº: COG-069/02  
Decisão nº: 374/02  
Sessão: 18.03.2002

1117. A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus arts. 16 e 17, proíbe a transferência de recursos para programas não previstos na Lei Orçamentária, exigindo para a criação de novo programa lei autorizativa para abertura de créditos especiais, nos termos do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual poderá ser aberto numa das hipóteses do art. 43 do mesmo diploma legal, sendo também necessário adequar-se aos requisitos constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Veda a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 8º, parágrafo único, a utilização dos recursos financeiros vinculados em despesas dissociadas do objeto de sua vinculação, não sendo possível a transferência de recursos para terminar obra. Necessária abertura de crédito suplementar, nos termos dos arts. 40 a 43 da Lei 4.320/64, e arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01626584  
Parecer nº: COG-701/01  
Decisão nº: 367/02  
Sessão: 18.03.2002

1118. O prazo para encaminhamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao Poder Legislativo



é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, enquanto perdurar o disposto no art. 35, §2º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Os Estados, Municípios e Distrito Federal não possuem competência constitucional para elaborar lei complementar disciplinando o prazo de remessa do projeto de LDO, conforme artigos 24, I e II, e 165, §9º, I, da Constituição Federal combinado com art. 35, §2º, II, do ADCT da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Tijucas  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01893191  
Parecer nº: COG- - 65/02  
Decisão nº: 377/02 Sessão: 18.03.2002

**1119.** Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores deverão ser fixados em cada legislatura para a subsequente.

O art. 37, X, da Constituição Federal dispõe que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Carta Magna somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Nos termos do art. 29, VI, da Constituição Federal, o subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites máximos, previstos no mesmo inciso, de acordo com o número de habitantes de cada Município (Emenda Constitucional nº 25/2000). A lei fixando o subsídio deverá ser publicada até a data das eleições para a próxima legislatura, ou seja, antes do conhecimen-

to dos Edis que integrarão a legislatura seguinte, para dar efetividade ao princípio da anterioridade. Ressalte-se que se a Lei Orgânica estabelecer prazo mais restritivo e harmônico com o princípio da anterioridade, este prevalecerá.

Origem: Câmara Municipal de Santa Cecília  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01934130  
Parecer nº: COG-505/01  
Decisão nº: 363/02 Sessão: 18.03.2002

**1120.** A manutenção de viaturas, a aquisição de computadores, material de expediente, equipamentos de comunicação, materiais didáticos e outros materiais comprovadamente utilizados para a consecução de ações de Policiamento Ostensivo de Trânsito estão compreendidos dentro do termo “equipamento e materiais” mencionados na Decisão nº 1730/00 desta Corte de Contas, no Processo nº CON-84366/03-92, exarada na Sessão do Egrégio Plenário de 19.06.00, excluindo-se materiais de limpeza e de construção, que não se relacionam com ações de Policiamento Ostensivo de Trânsito.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/04868412  
Parecer nº: COG-003/02  
Decisão nº: 401/02 Sessão: 20.03.2002

**1121.** Os serviços de assessoria jurídica (incluindo defesa em processos judiciais) podem ser considerados atividade de caráter permanente e, como tal, implica na existência de cargos específicos para referida atividade no quadro de cargos ou empregos

## Decisões em Consultas – Prejulgados

da entidade. Contudo, o ingresso em cargos e empregos na administração pública direta e indireta, aí incluídas as sociedades de economia mista, depende de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, consoante regra prescrita no artigo 37, II, da Carta Magna Federal.

A contratação de profissionais de advocacia sem vínculo empregatício com a entidade pública contratante somente ocorre quando houver contratação de serviço, mediante processo licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, que admite apenas a contratação de advogados ou escritório de advocacia para a defesa dos interesses da empresa em específica ação judicial que, por sua natureza, matéria ou complexidade (objeto singular), não possa ser realizada pela assessoria jurídica da entidade, justificando a contratação de profissional de notória especialização, caso em que a contratação se daria por inexigibilidade de licitação, nos termos dos arts. 25 e 26 do referido diploma legal.

Salvo a contratação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, as demais formas de contratação de profissional da advocacia geram vínculo empregatício com a entidade contratante, quer na contratação definitiva por concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal), quer na contratação temporária (art. 37, IX, da Constituição Federal).

A possibilidade de contratação de advogados, para suprir deficiência temporária destes profissionais nos quadros da empresa de economia mista, seria aquela prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal (contratação temporária), desde que existente norma estadual autorizativa definindo os casos de excepcional interesse público, a forma de seleção dos profissionais, a forma de pagamento e o prazo do contrato, aplicando-se tal regra, também, à Administração Indireta, pois não há exceção no citado dispositivo constitucional.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 00/01453190  
Parecer nº: 096/02  
Decisão nº: 441/02  
Sessão: 25.03.2002

.....

**1122.** Não há amparo legal para a Câmara Municipal realizar contratação de consultoria, para diversos estudos atinentes à área jurídica, por inexigibilidade de licitação. A inexigibilidade, por notória especialização, dar-se-á tão-somente em circunstâncias excepcionais de inviabilidade de competição e para objetos singulares, jamais em situações rotineiras e duradouras. A Lei Federal nº 8.666/93, que estabelece as normas para licitação e contratos dos entes integrantes da administração pública define como regra a licitação. Como a Câmara Municipal de Governador Celso Ramos possui assessoria jurídica e as atividades a serem desenvolvidas são inerentes à função, é descabida a contratação. Nos termos do §1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, se o profissional é contratado para substituir servidor público esta despesa será computada como de pessoal.

Origem: Câmara Municipal de Celso Ramos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01398930  
Parecer nº: COG-023/02  
Decisão nº: 438/02  
Sessão: 25.03.2002

.....

**1123.** A extinção do fundos é possível, desde que por meio de lei própria. Os respectivos recursos, que constituem patrimônio destinado aos ser-

vidores, serão geridos pelo Executivo e deverão ser aplicados com base nas finalidades definidas na lei própria que o criou, ou seja, exclusivamente para pagamento de benefícios que já tenham sido concedidos ou que tenham as condições para aquisição implementadas anteriormente à sua extinção, nos termos dos arts. 10 da Lei nº 9.717/98 e 21 do Decreto nº 3.112/99.

Necessário, portanto, a realização do cálculo atuarial, de modo que o numerário atualizado (incluindo as dívidas da Prefeitura) seja depositado em conta bancária à parte e contabilizado em separado.

Origem: Prefeitura Municipal de Major Vieira  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01898150  
Parecer nº: COG-661/01  
Decisão nº: 444/02  
Sessão: 25.03.2002

.....

**1124.** Na inexigibilidade de licitação não se cogita limite de valor para a contratação, pois afastadas a licitação e as respectivas modalidades, embora o preço deva ser compatível com as vendas do mesmo material a outros consumidores.

A contratação de assinatura de revistas, periódicos e publicações similares pode ser efetivada por processo de inexigibilidade de licitação, tendo o disposto no *caput* do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 como fundamento legal para realização da despesa. Devem ser observadas as exigências do art. 26 daquele diploma legal, especialmente quanto à justificativa de interesse público na aquisição daqueles específicos materiais e sua relação com as atividades do órgão, bem como do preço e sua compatibilidade com o mercado.

A aquisição de livros diretamente de editora, ou do autor, também pode ser realizada por processo de inexigibilidade de licitação. No caso de aquisição de livros no mercado varejista (livrarias revendedoras), diante da possibilidade de competição, imprescindível a realização de processo licitatório, podendo ser efetivada por processo de dispensa de licitação quando o valor foi inferior ao limite para licitação na modalidade de convite (hipótese do inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93).

No caso de aquisição de livros no mercado varejista (livrarias), impende estabelecer programação anual de aquisição desses bens, em cumprimento da vigência dos respectivos créditos orçamentários (por exercício financeiro), cuja previsão de custos indicará a modalidade de licitação a ser utilizada, sob pena da aquisição, em diversas etapas durante o ano, por dispensa de licitação em razão do valor, caracterizar parcelamento irregular de compras.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/02266400  
Parecer nº: COG-105/02  
Decisão nº: 448/02  
Sessão: 25.03.2002

.....

**1125.** As despesas inerentes à participação de Vereadores em cursos relacionados ao entendimento da legislação vigente, deverão obedecer rigorosamente aos princípios norteadores da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade (finalidade pública), moralidade, publicidade e eficiência.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Impõe-se que os dispêndios deverão estar autorizados pelo Legislativo, quer por meio do orçamento anual, quer por meio de autorização para abertura de créditos adicionais.

Caberá ao administrador público utilizar os recursos em manifesta obediência aos princípios acima consignados, sendo inadmitidos sob pena de desvio de finalidade, sujeito às penalidades legais, a utilização desses recursos em benefício de particulares.

A nomenclatura a ser utilizada para a contabilização das despesas deverá seguir as disposições da Portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

Origem: Câmara Municipal de Fraiburgo  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00343589  
Parecer nº: COG-030/02  
Decisão nº: 471/02 Sessão: 27.03.2002

.....

**1126.** A aceitabilidade de títulos públicos para quitação de dívidas tributárias dos Municípios (compensação) deve ser esclarecida junto à União e suas entidades credoras. Permitida a utilização, sua aquisição deve obedecer às regras do mercado de títulos quando ofertados por instituições oficiais ou de licitação quando se tratarem de títulos ao portador, caso em que a autenticidade e avaliação do valor devem estar certificados por perícia reconhecida pelos órgãos competentes.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00636845  
Parecer nº: COG-102/02  
Decisão nº: 472/02 Sessão: 27.03.2002

**1127.** A norma que fixou a remuneração dos Vereadores e do Presidente da Câmara, aprovada em 21 de dezembro de 2000, carece de constitucionalidade e validade jurídica por não ter sido respeitado o prazo de fixação dos subsídios previsto na Lei Orgânica do Município.

Em face do preceito contido no art. 29, inciso VI, da Constituição Federal, é vedada a alteração da remuneração dos Vereadores e do Presidente da Câmara no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada pelo Legislativo Municipal, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), respeitados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Carta Magna e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ante a ausência de norma legal válida, cabe a utilização de norma anterior, ou seja, devem ser mantidos os subsídios fixados para a legislatura 1997/2000, sendo admitidos reajustes decorrentes da aplicação do inciso X do art. 37 da Carta Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/00946100  
Parecer nº: COG-041/02  
Decisão nº: 476/02 Sessão: 27.03.2002

.....

**1128.** Não há qualquer relação entre o duodécimo consignado ao Legislativo e a arrecadação tributária do Município, pois o mesmo deve ser expresso em valor certo e não sob a forma de percentual calculado sobre a receita orçamentária.

Os recursos a serem repassados à Câmara poderão corresponder ao duodécimo da dotação orçamentária ou ao valor da quota estabelecida em programação financeira prevista no art. 8º da Lei Com-

plementar nº 101/00, que ao final do exercício corresponda a dotação, acrescida dos créditos adicionais atribuídos ao Órgão.

Compete ao próprio Legislativo o controle dos gastos a fim de não ultrapassar o limite previsto no art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal, cujo montante anual não pode ultrapassar o percentual em relação à receita municipal efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Ao Prefeito Municipal cabe promover os repasses devidos ao Legislativo, de acordo com a dotação orçamentária ou a programação financeira mensal, somente abstendo-se de determinados repasses quando a previsão do total de despesa anual do Poder Legislativo superar o percentual previsto no art. 29-A, *caput*, da Carta Federal, nos termos do § 2º, I, do referido dispositivo.

Origem: Câmara Municipal de Capivari de Baixo  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00995810  
Parecer nº: COG-053/02  
Decisão nº: 473/02 Sessão: 27.03.2002

.....

**1129.** Não é possível a cessão de servidores vinculados ao Município à entidade filantrópica e não-governamental que presta assistência social e educacional a pessoas portadoras de deficiências, por absoluta falta de amparo constitucional, posto que tais servidores foram admitidos para suprir as necessidades do ente municipal.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01101350 Parecer nº: COG-006/02  
Decisão nº: 464/02 Sessão: 27.03.2002

**1130.** O concurso público de provas ou de provas e títulos, acessível a todos aqueles que preencham os requisitos da lei, instrumentaliza a garantia constitucional da igualdade, constituindo método inafastável de seleção para provimento de cargo público (isolado ou de carreira), sendo expressamente vedada a utilização do acesso para tal mister.

O art. 37, II, da Constituição Federal extirpou do ordenamento jurídico brasileiro, como forma de provimento derivado, a ascensão funcional, caracterizada pelo acesso de servidor, sem se submeter a novo concurso público, a cargo de carreira diversa daquela na qual ingressou originariamente por concurso.

A ascensão funcional só pode se dar quando o cargo esteja vinculado a carreiras, as quais constituem-se um conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo a responsabilidade e a complexidade das atribuições. A passagem para cargos de classes superiores por vezes recebe a denominação de acesso, por vezes, de promoção (que é a vertical); essa passagem não significa investidura inicial, a demandar concurso público; havendo concurso de acesso ou promoção, dele só poderão participar integrantes da carreira titulares de cargos da classe imediatamente inferior aos cargos objeto de disputa, pois tal processo é inerente à existência de carreira.

Origem: Prefeitura Municipal de São José do Cedro  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01879440  
Parecer nº: COG-697/01  
Decisão nº: 466/02  
Sessão: 27.03.2002

.....

**1131.** O concurso público de provas ou de provas e títulos, que deve ser acessível a todos aqueles que preencham os requisitos da lei (art. 37, II e III,

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Constituição Federal), instrumentaliza a garantia constitucional da igualdade, constituindo método inafastável de seleção para provimento de cargo público de caráter efetivo, não encontrando amparo legal a utilização de concurso interno para efetivação de servidores públicos estabilizados pelo art. 19 do ADCT da Constituição Federal ou a realização de concurso interno restrito àqueles servidores, pois representaria burla à exigência do artigo 37, II, da Constituição Federal.

A abertura de concurso público de provas ou de provas e títulos depende da existência de cargos efetivos vagos no quadro permanente do órgão ou entidade, quer pela criação de novos cargos, quer pela vacância em razão de inativação, falecimento ou exoneração do titular. Carece de amparo legal a realização de concurso público para investidura em cargos isolados, que devem ser extintos com sua vacância, como ocorre com os cargos ocupados pelos servidores estabilizados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01895135  
Parecer nº: COG-389/01  
Decisão nº: 467/02  
Sessão: 27.03.2002

1132. As receitas devem ser registradas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência (Lei Federal nº 4.320/64 e art. 50 da Lei Complementar nº 101/00). As despesas liquidadas no mês de dezembro devem ser registradas como despesas de competência daquele mês, ainda que o pagamento seja efetuado no exercício seguinte. Não promovido

o pagamento até o dia 31 de dezembro, a despesa será inscrita em Restos a Pagar, exigindo-se a correspondente disponibilidade financeira quando se tratar do último ano do mandato do titular do Poder ou Órgão (art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Origem: Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/02038503  
Parecer nº: COG-722/01  
Decisão nº: 463/02  
Sessão: 27.03.2002

1133. Constatado que o município atendeu plenamente os preceitos constitucionais e legais referentes à educação infantil e ensino fundamental de sua competência, conforme disposições do art. 212 e art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, das Leis Federais nºs 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e 9.424/96 (Lei do FUNDEF) e da respectiva Lei Orgânica, é admissível o Município colaborar no pagamento de parte das mensalidades de cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação, desde que:

- a) haja lei específica estabelecendo as condições e os critérios para seleção dos beneficiados, prevendo o limite de valores e obrigações dos contemplados com o auxílio, a ser concedido na forma de bolsa de estudo;
- b) seja demonstrado o interesse público municipal na concessão do auxílio;
- c) o programa esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) haja previsão de recursos na Lei do Orçamento Anual ou em seus créditos adicionais;



- e) sejam atendidos os requisitos e exigências dos arts. 16 (criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental), 17 (despesas de caráter continuado) e 26 (destinação de recursos para setor privado) da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- f) as despesas não sejam consideradas para fins da apuração do percentual mínimo de 25% de investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 01/02040834  
 Parecer nº: COG-072/02  
 Decisão nº: 475/02  
 Sessão: 27.03.2002

**1134.** O valor da receita efetivamente arrecadada decorrente da cobrança da dívida ativa tributária, aí incluídos somente o do tributo e da correção monetária, deve integrar o somatório da receita tributária para o cômputo da base de cálculo sobre a qual incide o percentual limite da despesa do Poder Legislativo Municipal, conforme preceituado no art. 29-A da Constituição Federal.

A multa e juros de mora decorrentes de crédito tributário não devem compor o somatório das receitas de que trata o art. 29-A da Constituição Federal, pois não possuem natureza tributária.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
 Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
 Processo nº: 01/00120288  
 Parecer nº: COG-678/01  
 Decisão nº: 494/02 Sessão: 01.04.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/02068259  
 Parecer nº: COG-195/02  
 Decisão nº: 902/02  
 Sessão: 20.05.2002

**1135.** Para os fins do disposto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, a folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, o PASEP e a parte das contribuições previdenciária e assistencial.

O pagamento de férias dos servidores, acrescido do terço legal, está compreendido no conceito da expressão “folha de pagamento”.

Origem: Câmara Municipal de Três Barras  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 01/01068395  
 Parecer nº: COG-036/02  
 Decisão nº: 549/02  
 Sessão: 08.04.2002

**1136.** Compete privativamente à Câmara de Vereadores dispor sobre seu quadro de pessoal, criação, transformação e extinção dos cargos e funções por instrumento normativo previsto na Lei Orgânica ou no seu regimento interno. No entanto, a remuneração dos cargos e funções deve ser fixada e alterada por lei (com sanção do Prefeito) de iniciativa do Poder Legislativo, sempre com observância dos limites de despesas da Câmara e gastos com pessoal previstos nos arts. 29 e 29-A da Constituição Fed-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

ral e 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como autorização da lei de diretrizes orçamentárias, existência de recursos na lei do orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento aos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do caráter permanente imprescindível, as atividades de registro e controle contábeis da Câmara de Vereadores devem ser cometidas a profissional da área da contabilidade (responsabilidade técnica) ocupando cargo de provimento efetivo (por concurso público), podendo, caso necessário, em razão do volume dos serviços e da quantidade de servidores designados para os trabalhos, ser criada função gratificada pela responsabilidade pela administração do setor, a ser obrigatoriamente ocupada por servidor efetivo, nos termos do inciso V do art. 37 da Constituição da República, sendo incompatível a criação de cargo em comissão para tal finalidade.

Os proventos de aposentadoria de servidor efetivo sempre terão por base a remuneração no cargo efetivo, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição Federal, ainda que ocupante de cargo em comissão no momento da concessão da aposentadoria.

Origem: Câmara Municipal de Barra Velha

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 01/01121709

Parecer nº: COG-075/02

Decisão nº: 615/02

Sessão: 15.04.2002

. . . . .

**1137.** 1. A Lei Municipal nº 424/00 de Cocal do Sul, fixadora dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara, foi editada fora do prazo (28 de dezembro de 2000), não observando os critérios estabelecidos na Constituição Federal (art. 29, VI), bem como

na Lei Orgânica do Município (art. 15, IX - 30.06.2000), devendo ser aplicada a norma que fixou os subsídios para a legislatura 1997/2000, desde que estejam de acordo com os limites constitucionais.

As importâncias eventualmente percebidas em excesso estão a exigir a devolução ao erário, estando sujeitas à atualização monetária, mediante a aplicação de percentual a ser definido por deliberação da Mesa da Câmara a partir de cada mês em que ocorreu o pagamento irregular, podendo ser o mesmo índice de correção utilizado pelo Município para corrigir monetariamente os seus créditos tributários.

Apurada a importância global a restituir, inclusive com a respectiva atualização monetária, o débito poderá ser quitado em prestações mensais sucessivas correspondentes a um percentual dos subsídios, também fixado pela Mesa, a serem deduzidas dos respectivos contracheques de remuneração.

2. Na hipótese de perda do mandato ou renúncia do Vereador antes da liquidação definitiva do respectivo débito, o saldo devedor deverá ser quitado integralmente, pois as normas a serem decididas pela Mesa só beneficiam o agente político enquanto no exercício do respectivo mandato.

3. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo

§ 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo caput e incisos do art. 29-A da CF.<sup>202</sup>

4. Os encargos decorrentes da manutenção do Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores deverão ser centralizados na própria estrutura do Poder Legislativo municipal, bem como as assessorias parlamentares efetivas ou de confiança, deverão ser enquadradas dentro da estrutura de cargos administrativos da Casa.

5. A Decisão Plenária nº 2740/99, de 29.12.1999, ratificadora dos termos do Parecer nº COG-677/99, contém o posicionamento do Tribunal de Contas contrário à possibilidade do Contador da Prefeitura realizar concomitantemente a Contabilidade da Câmara, enquadrando-se, as funções de Tesouraria, no mesmo caso da Contadoria.

Origem: Câmara Municipal de Cocal do Sul  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01641389  
Parecer nº: COG-104/02  
Decisão nº: 625/02  
Sessão: 15.04.2002

.....

**1138.** 1. O concurso público de provas ou de provas e títulos, acessível a todos aqueles que preencham os requisitos da lei, instrumentaliza a garantia constitucional da igualdade, constituindo método inafastável de seleção para provimento ori-

ginário de cargo público (isolado ou de carreira), sendo expressamente vedada a utilização do acesso para tal mister.

O art. 37, inc. II, da CF/88 extirpou do ordenamento jurídico brasileiro, como forma de provimento derivado, a ascensão funcional, caracterizada pelo acesso de servidor, sem se submeter a novo concurso público, a cargo de carreira diversa daquela na qual ingressou originariamente por concurso, como por exemplo, de cargo de Professor de Nível Médio para cargo de Professor de Nível Superior.

É admitida a ascensão funcional vertical (promoção vertical ou acesso) quando o cargo esteja vinculado a carreiras, as quais constituem-se um conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo a responsabilidade, complexidade das atribuições e habilitação específica para os cargos. A passagem para cargos de classes superiores dentro da mesma carreira não significa investidura inicial, a demandar concurso público. Havendo concurso de acesso (concurso interno) ou promoção por titulação e merecimento (art. 67, IV, da Lei nº 9.694/96) dele só poderão participar integrantes da carreira titulares de cargos da classe imediatamente inferior aos cargos objeto de disputa, pois tal processo é inerente à existência de carreira.

Os cargos iniciais das carreiras de professor terão a habilitação formal de nível médio ou de nível superior, não se admitindo o ingresso automático de cargos da carreira de nível médio para o cargo inicial da carreira de nível superior pela simples titulação, requerendo concurso público do qual possam participar qualquer interessado que preencham as exigências para o cargo (concurso externo).

<sup>202</sup> Item 3 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.1 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 3: *“É possível o pagamento de subsídio diferenciado ao Presidente do Legislativo Municipal, embutindo uma retribuição pelo desempenho da função, sendo computada para todos os limites referenciados pela EC 25/00 e pela LRF.”*

Quando a carreira de professor de nível superior for escalonada em classes (ex.: Professor I - licenciatura, Professor II - licenciatura plena, Professor III - especialização, Professor IV - mestrado etc.) o acesso à classe superior (progressão vertical) poderá se dar por titulação ou por concurso interno de provas e títulos (titulação), conforme critérios e condições especificadas na legislação local, observada a existência de cargos vagos.

O Plano de Cargos do Município pode estabelecer que os cargos de Professor de nível médio sejam considerados cargos isolados, extinguindo-se à medida que houver vacância. Paralelamente, deverá ser ampliado o quadro de cargos efetivos de nível superior, permitindo atender à demanda educacional, em cumprimento às diretrizes da educação nacional, que buscam a capacitação profissional dos educadores, de modo que para qualquer nível de ensino os professores tenham formação de nível superior.

2. É vencível a suscitada contradição entre a Resolução nº 03 do MEC e a Lei Municipal nº 2.396/00, uma vez que ambas as disposições estão em consonância, restando claro que a lei do Município de Tubarão atende aos direcionamentos contidos na orientação normativa federal. Ainda que a Carta Magna Federal não disponha expressamente quanto à licença remunerada para realização de cursos a níveis de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), por certo a orientação do MEC sobre a não-inclusão de licenças não previstas na Constituição Federal nos planos de carreira do magistério não abrange licenças destinadas ao aperfeiçoamento profissional e obtenção de nova titulação, pois previstas no art. 67, II, da Lei nº 9.394/96 e por ser a qualificação do ensino um dos objetivos primordiais da política

educacional, por expressa orientação da própria Constituição da República (art. 206, V) e da Lei nº 9.394/96 (art. 3º, VII e IX). De todo modo, a concessão de licença a professores da rede pública municipal para cursos de pós-graduação somente é admissível se houver legislação local autorizativa e destinada exclusivamente aos professores servidores públicos titulares de cargos efetivos, não abrangendo professores admitidos em caráter temporário.

3. A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso.

O aumento da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado.

O acréscimo de horas laboradas gera um incremento na despesa de pessoal, devendo o Município observar as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange ao recolhimento para o instituto de previdência, a alíquota definida nos estatuto dos

servidores deve incidir sobre o acréscimo, uma vez que aquele valor irá compor a nova remuneração mensal do servidor.<sup>203</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01958668  
Parecer nº: COG-076/02  
Decisão nº: 626/02  
Sessão: 15.04.2002

.....

**1139.** No desempenho de suas atribuições constitucionais, a Câmara Municipal deve restringir suas funções às de normatização, fiscalização, controle e assessoramento ao Poder Executivo e à organização de seus serviços.

O Poder Legislativo não deve custear gastos concernentes a subvenções sociais por faltar-lhe competência para empreender atos de execução, de acordo com o princípio da tripartição das funções estatais insculpido no art. 2º da Constituição Federal de 1988.

Origem: Câmara Municipal de Rio do Campo  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02054207  
Parecer nº: COG-63/02  
Decisão nº: 617/02  
Sessão: 15.04.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00798403  
Parecer nº: COG-204/02  
Decisão nº: 554/02  
Sessão: 01.04.2002  
Processo nº: 01/01608330  
Parecer nº: COG-175/02  
Decisão nº: 901/02  
Sessão: 20.05.2002  
Processo nº: 02/02981100  
Parecer nº: COG-718/02  
Decisão nº: 3469/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1140.** No caso de excesso do percentual obrigatório destinado ao pagamento do pessoal do magistério, não há impedimento legal para a concessão de abono para os especialistas em educação, desde que:

- a) seja objeto de expressa previsão na legislação local, definindo as condições de sua concessão e o motivo (excesso de execução orçamentária), a forma e prazos de pagamento;
- b) a fixação por ato do Poder Executivo, decorrente da autorização legal, seja devidamente motivada e que a concessão não tenha caráter permanente e nem seja objeto de incorporação aos vencimentos ou aos proventos de inatividade;

<sup>203</sup> Item 3 reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 22.09.2003, através da decisão nº 3236, exarada no processo nº CON-03/02722386. Redação inicial do item: “Compete ao Município, por legislação própria, estabelecer a carga horária dos professores e a sua alteração. O aumento da carga horária semanal não implica em nova investidura, razão pela qual não se exige o concurso público, este já realizado por ocasião do ingresso inicial na carreira dos professores, desde que a sujeição à carga horária variável esteja prevista em lei e citada nos editais de concurso público para conhecimento dos interessados. Se o professor prestar concurso para cargo com carga horária de 20 horas semanais, por exemplo, somente com anuência do servidor poderá ter aumentada sua carga horária e equivalente aumento de vencimentos. Quando a alteração da carga horária de professores implicar em aumento das despesas com pessoal, é imperiosa a observância das condições, exigências e limitações impostas pelos arts. 169 da Constituição Federal e 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, sob pena de nulidade dos atos (art. 21 da LRF).”

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- c) sejam atendidos os preceitos constantes dos arts. 169, § 1º, da Constituição Federal e 19, III, e 20, III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02141517  
Parecer nº: COG-097/02  
Decisão nº: 619/02  
Sessão: 15.04.2002

.....

**1141.** Nada obsta à operação de transferência eletrônica de recursos para pagamento de credores diretamente na conta corrente por eles indicada, desde que a despesa esteja de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/2001, e que no contrato firmado pela Administração com o fornecedor, de acordo com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, conste cláusula definindo essa forma de pagamento.

Origem: Prefeitura Municipal de Palmitos  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/03152504  
Parecer nº: COG-068/02  
Decisão nº: 611/02  
Sessão: 15.04.2002

.....

**1142.** A manutenção dos serviços básicos da Câmara de Vereadores enseja a criação de cargos permanentes de caráter efetivo, com provimento mediante realização de concurso público. Excepcionalmente, em caso de inexistência de cargos efetivos de caráter técnico permanente no quadro de pessoal, admite-se a contratação temporária até a

criação e provimento do cargo, atendidos os requisitos do art. 37, IX, da Constituição Federal e consoante lei municipal autorizativa estabelecendo o prazo máximo do contrato. Obrigatório, ainda, para legitimar a contratação, a criação dos cargos necessários e a promoção de concurso público, com observância do disposto no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal e das condições para criação de despesas (arts. 16 e 17) e dos limites de despesas com pessoal arts. 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A implantação e manutenção de serviço de atendimento ao cidadão pela Câmara Municipal, através de telefone 0800 (discagem gratuita ao interessado), visando à obtenção de informações e possibilitar a apresentação de sugestões e denúncias pelos munícipes, depende de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e existência de dotação na Lei do Orçamento Anual e, por se caracterizar criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesas, requer atendimento ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, ou seja, demonstração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e pelo menos nos dois seguintes, declaração do ordenador de que há dotação orçamentária específica e suficiente na Lei Orçamentária Anual para o aumento das despesas, bem como que as despesas estão em conformidade com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/00812082  
Parecer nº: COG-07/02  
Decisão nº: 648/02  
Sessão: 17.04.2002



**1143.** Os valores relativos aos percentuais a serem repassados ao Poder Legislativo Municipal não podem incidir sobre a arrecadação mensal do corrente exercício, pois o art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal determina que a base de cálculo seja a receita arrecadada no exercício anterior. Os recursos a serem repassados à Câmara poderão corresponder ao duodécimo da dotação orçamentária ou o valor da quota estabelecida em programação financeira de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, que ao final do exercício corresponda à dotação acrescida dos créditos adicionais atribuídos ao Órgão.

Por força do disposto no *caput* do art. 29-A da Constituição Federal, a Câmara deverá levar em consideração a receita formada pelas seguintes parcelas: FPM; IRRF; ITR; IPI/Exportação; IOC; ICMS; IPVA; Lei Kandir; IPTU; ITBI; ISS; taxas e contribuições de melhoria, bem como a receita efetivamente arrecadada com a cobrança da Dívida Ativa Tributária, exceto multas e juros. Os recursos provenientes de convênios, manutenção e desenvolvimento do ensino, FUNDEF, PRONAF, salário, educação, saúde, etc., são legalmente vinculados a uma finalidade específica, não devendo ser considerados para os fins do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Palmeira  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01069952  
Parecer nº: COG-144/02  
Decisão nº: 645/02  
Sessão: 17.04.2002

.....

**1144.** A ampliação de cessão de servidores da CODESC para a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, para atuação junto ao PROCON, havendo interesse das partes e atendimento ao interesse público,

poderá ser efetivada mediante aditamento ao convênio existente ou celebração de novo convênio, sem ferir a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ou o Decreto Estadual nº 2003/00, que tem aplicabilidade restrita à cessão de servidores de órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual.

No entanto, conforme Decisão nº 3008/2001, deste Tribunal de Contas, “a cessão de servidores de empresas de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, de qualquer esfera administrativa, somente se deve operar com o compromisso da entidade cessionária em promover o ressarcimento à entidade cedente das despesas com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, para não caracterizar desvio da finalidade para a qual foi criada a entidade e preservar os interesses dos acionistas minoritários”, sendo que “os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes devem atentar para a circunstância das despesas relativas ao ressarcimento de remuneração e encargos de servidores recebidos à disposição integrarem a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou Órgão constitucional, para fins de verificação dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00”.

Origem: Companhia de Desenvolvimento do Estado de SC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01873751  
Parecer nº: COG-458/01  
Decisão nº: 646/02  
Sessão: 17.04.2002

.....

**1145.** É o interesse público que norteará o administrador para depósitos e aplicações em instituições financeiras diversas da oficial, desde que haja previsão legal para tanto, a cargo exclusivo do legislador.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Nada prevendo a lei sobre a exceção prevista no parágrafo único do art. 116 da Constituição Estadual, ficará o administrador vinculado com a instituição financeira oficial, não podendo aferir sobre a conveniência e a oportunidade dos depósitos e aplicações nela efetuados.

Prevendo a lei a possibilidade do administrador efetuar depósitos e aplicações em instituições financeiras diversas das oficiais, quando o interesse público reclamar, terá ele a possibilidade discricionária de escolha da instituição oficial ou da que mais convier ao interesse público.

Sendo esta Corte de Contas órgão estranho ao processo legislativo em questão, não pode, neste momento, verificar sobre a conveniência e oportunidade de se ver incluído no art. 2º do referido projeto de lei, todavia, a lei prevendo ou não a exceção do Parágrafo único do art. 116 da Constituição Estadual, restará a este Tribunal apenas o respeito à regra legal.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 02/03693361

Parecer nº: COG-235/02

Decisão nº: 688/02

Sessão: 22.04.2002

.....

**1146.** A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, o PASEP e a parte das contribuições previdenciária e assistencial.

Devem ser consideradas como substituição de servidores as seguintes despesas, exemplificativamente:

1. referentes à execução de atividades finalísticas do órgão ou entidade ou para as quais haja correspondência com cargos do seu quadro de cargos e funções, incluindo atividades de fiscalização;

2. com contratação de escritórios de contabilidade para execução de serviços rotineiros de registros contábeis do Órgão;

3. decorrentes da contratação de advogados ou escritório de advocacia para execução de atividades rotineiras dos órgãos, inclusive assessoria e consultoria jurídica, salvo para defesa dos interesses do ente em causas específicas, complexas e que demandem a contratação de profissional de notória especialização, contratados por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 combinado com art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93;

4. qualquer despesa decorrente da contratação de pessoal, ainda que através de pessoas jurídicas, cuja execução de serviços implique na edição de atos administrativos, caracterizando exercício de parcela do Poder Público, correspondendo ao exercício de atividades que deveriam ser atribuídas a agentes públicos;

As despesas com terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores e empregados públicos (§1º do art. 18) incluídas na Despesa Total com Pessoal também serão consideradas para fins do limite do art. 72 e, para sua contabilização, o Poder Público deve respeitar as determinações da Lei Federal nº 4.320/64 e, a partir de sua vigência, a Portaria Interministerial nº 163/2001;

4. a percentagem máxima a ser gasta com folha de pagamento, incluídos os subsídios dos Vereadores, será de setenta por cento sobre o valor destinado ao Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual;

5. caso as despesas com folha de pagamento da Câmara extrapolarem o limite máximo estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal (70

% de sua receita), o Poder Legislativo deverá tomar providências para reduzir os gastos, podendo adotar as medidas previstas no § 3º do art. 169 da Constituição Federal, quais sejam: redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não-estáveis.

Origem: Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01146531  
Parecer nº: COG-120/02  
Decisão nº: 706/02  
Sessão: 24.04.2002

1147. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) a Reserva de Contingência somente poderá ser utilizada para suplementação de dotações orçamentárias visando a pagamentos de despesas inesperadas, decorrentes de situações imprevisíveis, como calamidades públicas, fatos que provoquem situações emergenciais, etc., ou para cobrir passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, vedada sua utilização para suplementação de dotações insuficientes por falha de previsão ou por gastos normais da atividade pública. As despesas do município com serviços e materiais de consumo ou permanentes, decorrentes de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Polícia Militar no âmbito do Código Brasileiro de Trânsito, serão registradas (contabilizadas) de acordo com as regras da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, e seus anexos, podendo os elementos de despesas ser desdobrados para melhor representação, administração e controle das despesas.

As despesas com vale-transporte, quando adquiridos tickets de empresas, serão classificadas no item “3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”. As despesas com manutenção de veículos, ainda que cedidos a outras entidades públicas em decorrência de convênio em que o município se comprometa com a manutenção, serão registradas da seguinte forma - “3.3.90.30.00 - Material de Consumo” e as eventuais despesas com serviços para troca de peças serão classificadas em “3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”.

Origem: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/01621515  
Parecer nº: COG-095/02  
Decisão nº: 711/02  
Sessão: 24.04.2002

1148. O Poder Público poderá editar lei concedendo, em caráter geral, desconto de tributo para pagamento à vista no mesmo exercício financeiro de sua concessão, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) previsão na elaboração das metas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, 2º, da Constituição Federal), que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (art. 165, § 2º, da Constituição Federal);
- b) previsão na LDO sobre as alterações na legislação tributária (art. 165, § 2º, da Constituição Federal);
- c) compatibilidade do desconto com o equilíbrio entre receitas e despesas do ente federado (art. 4º, I, “a”, LRF) e com o Plano Plurianual, LDO e LRF (art. 5º, LRF);

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- d) previsão na elaboração do orçamento fiscal da LOA (art. 165, § 5º, I, da Constituição Federal);
- e) não deve comprometer a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (art. 11, LRF);
- f) estar contido nas previsões de receita, as quais observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (art. 12 da LRF combinado com art. 30 da Lei Federal nº 4.320/64).

A concessão em caráter geral, pelo Poder Público, de desconto para pagamento à vista de tributo, respeitados todos os requisitos enumerados nesta Decisão, não configura renúncia de receita, nos moldes do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/00156983  
Parecer nº: COG-82/02  
Decisão nº: 734/02  
Sessão: 06.05.2002

**1149.** À vista do princípio constitucional da anterioridade (arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição Estadual), não há como se promover nova fixação de subsídios de Prefeito, Vice-Prefeitos e Vereadores na legislatura em curso.

A única forma permitida pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração dos subsídios dos agentes políticos é a propugnada na parte final do inciso. X do art. 37 da Constituição Federal, consagrando a revisão geral anual, que deve ocorrer sempre na mesma data e sem distinção de índices, englobando, também, todos os servidores municipais.<sup>204</sup>

Origem: Prefeitura Municipal de Major Vieira  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01340184  
Parecer nº: COG-194/02  
Decisão nº: 756/02  
Sessão: 06.05.2002

**1150.** Tendo o servidor direito à aposentadoria proporcional ao tempo de serviço prestado ao ente, aplica-se a proporcionalidade sobre os vencimentos percebidos na data da aposentadoria. Se o valor resultante for inferior ao salário-mínimo, o aposentado tem direito a perceber o valor a este correspondente, porquanto nos termos do art. 40, § 12, da Constituição Federal, com redação da Emenda nº 20/98, aos regimes próprios de previdência aplicam-

<sup>204</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 26.05.2003, através do item 6.3 da decisão nº 1576/2003, exarada no processo nº CON-03/00345151. Redação inicial: “À vista do princípio constitucional da anterioridade (arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição Estadual), não há como se promover nova fixação de subsídios de Prefeito, Vice-Prefeitos e Vereadores na legislatura em curso. A única forma permitida pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração dos subsídios dos agentes políticos é a propugnada na parte final do inc. X do art. 37 da Constituição Federal e do art. 5º da Lei Municipal nº 1318/2000, que consagram a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, englobando, também, todos os servidores municipais.”

se, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral, bem como pela aplicação da norma do art. 39, § 3º, da Constituição Federal.

A aposentadoria espontânea é causa de extinção da relação de trabalho com a Administração Pública, tanto para cargos como para empregos públicos. A permanência do servidor público não gera direitos, haja vista a necessidade de prévio concurso público nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, cuja inobservância nulifica a relação consoante regra do § 2º do art. 37 do mesmo diploma legal. O liame estabelecido gera apenas o direito do servidor receber os dias efetivamente trabalhados, de acordo com contraprestação pactuada, nos termos do Enunciado nº 363, do Tribunal Superior do Trabalho, e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.<sup>205</sup> A inatividade implica em vacância do cargo público regido pelo sistema estatutário do regime jurídico único (normas próprias do ente em relação à vinculação dos servidores ao Poder Público), ainda que o servidor esteja vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, pois a aposentadoria importa na desvinculação automática do cargo que o servidor ocupava, deixando de perceber vencimentos (decorrentes do cargo) para perceber proventos (decorrentes da inativação). A aposentadoria do servidor ocupante de cargo público implica na cessação do exercício de funções e atividades no ente, vedada a continuidade no serviço público municipal, salvo em cargo em comissão ou em decorrência de novo provimento por concurso, observadas as possibilidades de acumulação legal de cargos (art. 37, § 10, da Constituição Federal).

O provimento de cargo efetivo vago em decorrência de aposentadoria do titular depende de prévia realização de concurso público. A aposentadoria do titular de cargo isolado deve implicar na sua extinção.

A continuidade no Serviço Público de servidores aposentados, antigos ocupantes de cargos e empregos regidos pelo sistema estatutário, caracteriza situação irregular, não permitindo nova aposentadoria paga pelos cofres públicos municipais, ainda que proporcional, nem cabe indenização no desligamento desse pessoal, salvo o pagamento pelos serviços prestados até o desligamento de acordo com a remuneração que vinha percebendo.

Ao titular do Poder cabe promover o desligamento de pessoal irregular, mediante ato motivado, recomendando-se a realização de processo administrativo, proporcionando aos atingidos a oportunidade do exercício do contraditório, em cumprimento à garantia constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV, Constituição Federal), como forma de precaução contra eventual arguição de nulidade dos atos por cerceamento de defesa.

A assunção pelo Município de compromissos financeiros de outros entes da Federação depende da caracterização do interesse local e atendimento das exigências do art. 62 da Lei Complementar nº 101/00; ou seja, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e, ainda, celebração de convênio, ajuste, acordo ou outro instrumento congênere (que para a situação indicada pelo Consulente deverá ser firmado com o Estado através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania).

<sup>205</sup> Segundo parágrafo reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 24.04.2003, através da decisão nº 1096/2003, prolatada no processo CON-02/09632895. Redação inicial do parágrafo: *“Entende-se que a aposentadoria não é causa extintiva da relação de emprego público regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, diante da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo os efeitos do § 2º do art. 453 da CLT, introduzido pelo art. 3º da Lei Federal nº 9.528/97, permitindo a possibilidade de permanência do aposentado no emprego público que vinha ocupando. No entanto, ante a ausência de ingresso por concurso público não pode o Poder Público conceder nova aposentadoria, mesmo que proporcional.”*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01912404  
Parecer nº: COG-434/01  
Decisão nº: 743/02 Sessão: 06.05.2002

. . . . .

**1151.** A contratação de serviços continuados poderá ter prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo silente a norma quanto ao prazo mínimo. Cabe ao administrador definir os critérios objetivos para a prestação dos serviços, o número de meses em que irá vigir o contrato, bem como fazer constar do edital ou do ato convocatório a possibilidade de prorrogação de modo que se efetive sob preços e condições mais vantajosas para a Administração. A Lei Federal nº 8.666/93 não permite a fixação de exíguo período contratual visando avaliar o contratado para após decidir se continuará ou não com a prestação de seus serviços. Em virtude de eventual má-prestação dos serviços cabe ao Administrador tomar as medidas de sanção constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público)  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01962347  
Parecer nº: COG-109/02  
Decisão nº: 751/02 Sessão: 06.05.2002

. . . . .

**1152.** O reconhecimento pelo Tribunal de Contas do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório dos Edis municipais, mas não autoriza nova fixação, alteração ou a eleva-

ção automática do subsídio no curso da mesma legislatura, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores. Na ausência de norma legal, devem ser mantidos os subsídios fixados para a legislatura anterior, admitindo-se apenas a revisão geral anual, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

A revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, não autoriza a adequação dos subsídios dos Vereadores ao percentual máximo dos subsídios dos Deputados Estaduais, mas somente a recompor o poder aquisitivo afetado pela inflação ocorrida no período de um ano.

Origem: Câmara Municipal de Guaramirim  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/02201196  
Parecer nº: COG-112/02  
Decisão nº: 752/02 Sessão: 06.05.2002

. . . . .

**1153.** Em face do preceito do art. 29, inciso VI, da Constituição Federal e art. 111, V, da Constituição Estadual, fica vedada a alteração do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada, pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Carta magna e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O reconhecimento, pelo Tribunal de Contas, do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório dos Edis municipais, mas não autoriza uma nova fixação, alteração ou a elevação automática do subsídio no curso da mesma Legislatura, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores.



Por não encontrar respaldo nos princípios da Administração Pública, é incabível à Câmara Municipal criar indenização aos Vereadores por uso de veículo próprio, por ser sua função precípua a de elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo, e em razão das referidas despesas contrariarem os arts. 39, § 4, da Constituição Federal e 17, 18, 20 e 27 a 38 da Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul<sup>206</sup>.

O pagamento de sessões legislativas extraordinárias só se legitimará quando ocorrer durante o recesso parlamentar, e a convocação extraordinária for motivada para atender necessidade de urgência ou interesse público relevante, sendo vedada a deliberação de matéria estranha àquela que ensejou a convocação.

O pagamento das sessões legislativas extraordinárias deverá estar previsto na norma legal fixatória e não poderá exceder ao subsídio mensal, sendo devido apenas em período de recesso parlamentar. Reuniões realizadas fora do recesso não assumem esse caráter, sendo vedada qualquer retribuição pecuniária além do subsídio mensal.

A revisão geral anual é obrigatória, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, com a redação da Emenda nº 19/1998, no entanto, é vedado ao Poder Legislativo, por ato próprio, iniciar o processo legislativo com o objetivo de conceder revisão geral anual aos Vereadores e servidores, pois não possui competência constitucional para tal desiderato.

Tratando-se de lei visando à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio, a iniciativa é do Chefe do Poder Executivo. Contudo, em relação aos subsídios dos Vereadores, mes-

mo havendo direito à revisão, o pagamento estará restrito aos limites determinados na Constituição Federal, arts. 29, V e VI, e 29-A.

Origem: Câmara Municipal de São Bento do Sul  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/04394471  
Parecer nº: COG-116/02  
Decisão nº: 753/02  
Sessão: 06.05.2002

1154. A destinação de recursos para pessoas jurídicas (de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos, conforme a Lei Federal nº 4.320/64) requer lei autorizativa específica, disciplinamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsão de créditos orçamentários na Lei do Orçamento Anual, nos termos do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando o quadro de pessoal do município mantém cargos de serventes, a concessão de subvenções para Associação de Pais e Professores ou a contratação externa dessas funções caracteriza substituição de servidores, situação em que há incidência do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/00 e as despesas devem ser consideradas na Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo. As despesas com subvenções para instituições públicas ou privadas não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (inciso II do art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96), ainda que vinculadas à contratação de serventes, pois serão computadas apenas as des-

<sup>206</sup> Terceiro parágrafo reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 18.12.2002, através da decisão nº 3472/2002, prolatada no processo CON-02/10657219. Redação inicial do terceiro parágrafo: *“Por não encontrar respaldo nos princípios da Administração Pública, é incabível à Câmara Municipal criar indenização aos Vereadores por uso de veículo próprio, bem como disponibilizar aos mesmos aparelhos celulares, por ser sua função precípua a de elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo e em razão das referidas despesas contrariarem os arts. 39, § 4º, da Constituição Federal e 17, 18, 20 e 27 a 38 da Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul.”*

## Decisões em Consultas – Prejulgados

pesas com remuneração de professores e demais profissionais e de realização de atividades-meio pagas diretamente pelo ente público.

O procedimento adequado para a municipalidade contratar auxiliar de enfermagem para o exercício de atividade permanente deverá ser mediante a realização de concurso público para o preenchimento de cargo de provimento efetivo, sendo admitida a contratação temporária nas situações excepcionais enquadráveis no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

A aposentadoria de servidor ocupante de cargo público vinculado ao Regime Geral da Previdência Social provoca os seguintes efeitos:

- a) ocorre a vacância do cargo;
- b) o servidor deixa de ocupar o cargo, passando a perceber proventos de aposentadoria (e não vencimentos de cargo);
- c) fica vedada a continuidade do servidor no Serviço Público municipal, salvo em cargo em comissão ou em novo provimento decorrente de concurso, observadas as possibilidades de acumulação legal de cargos (art. 37, §10, da Constituição Federal);
- d) se o cargo for de natureza efetivo, o provimento depende de prévia realização de concurso público;
- e) se o cargo vago for integrante de cargos isolados, extingue-se com a vacância.

Ao titular do Poder cabe promover o desligamento de pessoal irregular, mediante ato motivado, recomendando-se a realização de processo administrativo, proporcionando aos atingidos a oportunidade do exercício do contraditório, em cumprimento à garantia constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal), como forma de precaução contra eventual arguição de nulidade de atos por cerceamento de defesa.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 01/00940323

Parecer nº: COG-231/02

Decisão nº: 856/02

Sessão: 15.05.2002

. . . . .

1155. A correta interpretação do art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal é no sentido de que mesmo que a despesa total com pessoal de cada Poder ou Órgão apurada em 1999 seja inferior ao limite máximo da LRF, o administrador não fica liberado para conceder aumentos até atingir o limite máximo previsto na lei. Conforme dispõe o art. 71 da LRF, até 2003 o acréscimo anual não poderá exceder a 10% do exercício anterior, nem exceder ao limite prudencial, situação em que o administrador ficará sujeito às penalidades previstas na lei.

Nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 101/2000, a limitação de comprometimento da Receita Corrente Líquida com serviços de terceiros perdura até 31 de dezembro de 2003, tendo por base o total das despesas com contratações de prestação de serviços com terceiros executadas no exercício de 1999. O índice percentual será obtido pela comparação com o total da RCL arrecadada em 1999. As despesas com terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores e empregados públicos constantes do § 1º do art. 18 da LRF, incluídas na Despesa Total com Pessoal, também serão consideradas para fins do limite do mesmo dispositivo.

A extemporaneidade do recolhimento de contribuição previdenciária não desonera a Câmara ou Prefeitura da obrigação de saldar a dívida junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ainda que referente à contribuição pessoal dos Vereadores. Sendo os ex-Vereadores os únicos

beneficiários do sistema de previdência, deverá a cobrança dos mesmos ser feita administrativamente por quem efetivamente arcou com a dívida. Na hipótese de não lograr êxito com a cobrança administrativa, somente o ingresso em Juízo com uma ação ordinária de cobrança pela Procuradoria do Município é que poderá o ente ser ressarcido da dívida assumida junto ao INSS.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
 Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
 Processo nº: 01/01969430  
 Parecer nº: COG-180/02  
 Decisão nº: 850/02  
 Sessão: 15.05.2002

1156. Quando a Lei Orgânica do Município não dispuser de modo diverso, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados durante o exercício, mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal, vigorando a partir da publicação da lei se não estipular data futura, observados os limites determinados para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município (arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00), bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, existência de recursos na Lei do Orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento aos requisitos dos arts. 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Campo Erê  
 Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
 Processo nº: 02/02979474  
 Parecer nº: COG-240/02  
 Decisão nº: 853/02  
 Sessão: 15.05.2002

1157. Para atender ao aumento da demanda de alunos em regiões de cultivo de produtos agrícolas caracterizados pela sazonalidade, como colheita de erva-mate e de maçã, e estando devidamente caracterizada a excepcionalidade e peculiaridade da situação de interesse público, o Município pode contratar professores em caráter temporário, desde que haja lei autorizativa, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, observados os limites de despesas com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00.

Para suprir carência de professores em razão de alguns profissionais assumirem direção de Escola ou outras funções de assessoramento e direção em unidades de ensino municipal, deve o Município adequar o quadro de cargos efetivos de professores às quantidades necessárias para atender à atuação em sala de aula e às designações de profissionais para exercício de cargos de direção e assessoramento, se necessário ampliando o número de vagas mediante lei, com provimento através de concurso público, observadas as condições para implementação de despesas de caráter continuado e limites de despesas com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/0. Quando insuficiente o número de professores do quadro efetivo para atendimento de projetos especiais de natureza transitória (projetos de alfabetização, ensino supletivo e outros), especialmente quando financiados com recursos de convênios, o Município poderá contratar professores em caráter temporário, desde que autorizado em lei local, conforme exigência do art. 37, IX, da Constituição Federal, estabelecendo o regime de contratação, tempo de duração do contrato e critérios de seleção, observados os limites de despesas com pessoal fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Catanduvas  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/00171869  
Parecer nº: COG-129/02  
Decisão nº: 889/02  
Sessão: 20.05.2002

.....

**1158.** Nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal, cabe ao Município decidir acerca de concessão de auxílio financeiro a entidades dedicadas à promoção de movimentos tradicionais, como os CTGs.

A destinação de recursos pelo Poder Público para pessoas jurídicas (de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos, conforme a Lei Federal nº 4.320/64) requer lei autorizativa específica, disciplinamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsão de créditos orçamentários na Lei do Orçamento Anual, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Quilombo  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/02141789  
Parecer nº: COG-233/02  
Decisão nº: 909/02  
Sessão: 20.05.2002

.....

**1159.** A Câmara Municipal de Vereadores de Videira poderá pagar o subsídio de seus Vereadores conforme estabelecido no instrumento legal fixador, até os limites constitucionais e legais, mormente os dos arts. 29 e 29-A da Carta Magna e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da

Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29, nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.

Pode a Câmara Municipal promover o pagamento aos Vereadores das diferenças entre o valor pago e o valor devido, retroativamente, em face de interpretação do art. 29, VI, da Constituição Federal, salvo se outro limite constitucional ou legal tenha impedido uma percepção maior que o valor efetivamente pago, observada a existência de dotação orçamentária e disponibilidades financeiras.

Origem: Câmara Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/02142246  
Parecer nº: COG-115/02  
Decisão nº: 881/02  
Sessão: 20.05.2002

.....

**1160.** Em razão da exclusão do item “transferências intragovernamentais” pela Portaria Interministerial nº 163/01, restou inviável a transfe-

rência de recursos financeiros com empenhamento no orçamento do Fundo Estadual de Bens Lesados do Ministério Público do Estado de Santa Catarina para outros órgãos e entidades da administração pública estadual sujeitos ao regramento da Lei Federal nº 4.320/64.

A destinação de recursos financeiros do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados para atender projetos de recuperação de bens lesados (meio ambiente, consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico), elaborados por órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual e aprovados pelo Conselho Estadual do Fundo, deverá ser operacionalizada mediante transferências financeiras, na forma indicada na Portaria nº 339/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, através de “Transferências Financeiras Concedidas”, integrante da conta contábil específica de resultado “Interferências Financeiras”, sem emissão de empenho e, conseqüentemente, sem influência na despesa orçamentária.

Nos órgãos e entidades da administração pública estadual sujeitos à disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, recebedores dos recursos do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, os recursos financeiros serão contabilizados na conta “Transferências Financeiras Recebidas”, integrante da conta contábil específica de resultado “Interferências Financeiras”, identificando a origem, sem influência na receita orçamentária e não computada para fins de apuração da Receita Corrente Líquida.

A prestação de contas ao Tribunal de Contas será realizada pelo órgão ou entidade recebedora e que aplicar os recursos (modalidade de aplicação direta nos órgãos ou unidades responsáveis pela efetiva execução das despesas).

É recomendável a existência de instrumento de acordo (convênio ou instrumento congênere) entre o Ministério Público, através do Conselho Estadual de gestão do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, com o órgão ou entidade estadual que tiver projeto aprovado, estabelecendo os objetivos, finalidades da alocação de recursos, plano de trabalho, cronograma físico-financeiro de execução, e outras obrigações mútuas, inclusive a prestação de contas ao Ministério Público, podendo utilizar como parâmetros as disposições do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 2001/00, no que couber, visando demonstrar a regular aplicação dos recursos e facilitar o controle interno e externo.

A efetiva aplicação depende de existência de projeto específico no orçamento do órgão ou entidade executor das ações de recuperação de bens lesados, indicando como origem dos recursos o Fundo Estadual de Bens Lesados, atentando para a vedação de início de programas e projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual, consoante preceito do art. 167 da Constituição Federal.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público)  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/03401148  
Parecer nº: COG-172/02  
Decisão nº: 883/02  
Sessão: 20.05.2002

**1161.** Matéria relacionada à incidência de Imposto de Renda sobre verbas recebidas por agentes políticos foge à competência do Tribunal de Contas, estando afeta à Secretaria da Receita Federal, órgão especializado na referida matéria tributária.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Pode a Câmara Municipal promover o pagamento aos Vereadores das diferenças entre o valor pago e o valor devido conforme estipulado no instrumento legal que fixou os subsídios dos Vereadores para a atual legislatura, retroativamente, em face de interpretação do art. 29, VI, da Constituição Federal, salvo se outro limite constitucional ou legal tenha impedido uma percepção maior que o valor efetivamente pago.

Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29, nem sobre o percentual instituído pelo §1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.

Eventuais convocações da Câmara de Vereadores que se façam para o trato de matérias ordinárias ou fora do período de recesso parlamentar serão pagas exclusivamente por subsídio, sendo vedado o pagamento de outras parcelas em decorrência de tais convocações.

São ilegítimos os pagamentos aos Vereadores de reunião extraordinária realizada durante o período legislativo ordinário, através de verba indenizatória, fixada em lei municipal.

Origem: Câmara Municipal de Caçador  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/03472169  
Parecer nº: COG-114/02  
Decisão nº: 910/02  
Sessão: 20.05.2002

.....

**1162.** Não há respaldo legal para o Poder Público conceder ajuda financeira a sindicatos rurais para realização de melhoria de estradas localizadas em propriedades particulares. Tal despesa é imprópria e não se enquadra no disposto no art. 4º da Lei Federal nº 4.320/64, além de não figurar dentre as despesas subvencionáveis previstas no art. 16 da mesma lei.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/02068366  
Parecer nº: COG-237/02  
Decisão nº: 938/02  
Sessão: 22.05.2002

.....

**1163.** A revisão geral anual é obrigatória, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 19/98, constituindo-se em direito subjetivo dos servidores públicos municipais e dos agentes políticos.

A iniciativa de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais (incluídos os do Poder Executivo e os do Poder Legislativo) e dos subsídios é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

O art. 8º da Lei nº 1.565/2000 do Município de Guaraciaba, por conter vício de origem, não pode ser



aplicado para a revisão geral anual e, de igual modo, não pode subsistir na hipótese de lei posterior de iniciativa do Poder Executivo com finalidade de promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores e subsídios dos agentes políticos. Não havendo previsão legal para a revisão geral anual do subsídio dos vereadores, esta poderá se dar com a lei de iniciativa do Executivo que fixar a data-base e o índice para a revisão geral anual dos servidores municipais.

Em razão do mês de janeiro coincidir com o início do ano orçamentário, tal mês se mostra propício para se dar a revisão geral anual, conforme orientação do STF no julgamento da ADI 2.061-7 DF; todavia, o que efetivamente deve ser observado é a anualidade da revisão geral.

Tanto o INPC como o IPCA são índices utilizados pelo IBGE para medir a inflação de determinado período, sendo, portanto, condizentes para a revisão geral anual.

Origem: Câmara Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 02/00394339  
Parecer nº: COG-229/02  
Decisão nº: 979/02  
Sessão: 27.05.2002

.....

**1164.** A eliminação de bens representados por softwares em desuso será realizada com destruição dos respectivos materiais (discos, fitas etc.), pois não são passíveis de alienação ou doação em razão dos direitos autorais incidentes sobre esses bens (licença de uso), com prévia autorização da diretoria da entidade ou da autoridade competente, em processo administrativo contendo identificação dos softwares inservíveis, justificativas para baixa do patrimônio e forma adequada de destruição, sendo

recomendável que seja conduzido por comissão designada para tal finalidade, encerrando os procedimentos com ata elaborada pelos responsáveis pela destruição dos materiais. Para baixa do ativo deve ser observada a legislação contábil a que estiver sujeita a entidade, com efetivação dos lançamentos contábeis adequados.

As entidades da Administração Pública deverão manter procedimentos institucionalizados (regulamentado) para apuração de danos, desaparecimento ou extravio de bens, mediante processo administrativo devidamente instruído com boletim de ocorrência, resultados de investigações policiais, depoimentos de autores e testemunhas, outros documentos e elementos pertinentes para elucidação das circunstâncias da ocorrência e eventual identificação dos responsáveis e participação de servidores da entidade por ação ou omissão, bem como as conclusões da Comissão de Sindicância. Resultando infrutíferas as ações para recuperação de bens desaparecidos, poderá ser promovida a baixa do ativo mediante autorização da diretoria da entidade ou da autoridade competente, com os correspondentes registros, observada a legislação contábil a que estiver sujeita a entidade.

Origem: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/01882157  
Parecer nº: COG-243/02  
Decisão nº: 1068/02  
Sessão: 17.06.2002

.....

**1165.** Quando a Lei Orgânica do Município não dispuser de modo diverso, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados duran-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

te o exercício, mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal, vigorando a partir da publicação da lei se não estipular data futura, observados os limites determinados para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município (arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00), bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, existência de recursos na Lei do Orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento aos requisitos dos arts. 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A alteração por lei específica dos subsídios dos Secretários Municipais, que foram fixados na legislatura anterior, não deverá ser considerada como a revisão propugnada pelo inciso X do art. 37 da Carta Federal.

2. Nos termos do inciso I do art. 37 da Carta Federal, o acesso de estrangeiros a cargos, empregos ou funções públicas poderá se dar a partir da edição da necessária lei federal, não havendo impedimento à contratação de estrangeiros, desde que para prestar serviços temporários, devendo ser observados os requisitos que a lei estabelecer, conforme os ditames do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Enquanto não for editada a lei federal, para a investidura de estrangeiro em cargo público municipal, seja através de concurso público ou nomeação para cargo de provimento em comissão, torna-se necessária a prova de naturalização brasileira.

3. Conforme propugna o § 10 do art. 37 da Constituição Federal, a cumulação de proventos e vencimentos de servidor público municipal aposentado pelo RGPS ou pelo regime próprio de previdência social, admitido mediante concurso público, para provimento de cargo de provimento efetivo ou para admissão temporária mediante excepcional interesse público, somente será possível dentro dos casos previstos pelo inciso XVI do mesmo preceptivo.

É possível servidor aposentado exercer cargo em comissão, acumulando a remuneração com os

proventos, conforme o disposto no §10 do art. 37 da Constituição Federal.

Não constitui afronta ao disposto no art. 37, XVI, “a”, da Constituição Federal, a admissão, por concurso ou por prazo determinado, de professor municipal aposentado para exercer outro cargo de professor, com mais 20 ou 40 horas semanais.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Erê

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/00497812

Parecer nº: COG-242/02

Decisão nº: 1092/02

Sessão: 17.06.2002

.....

**1166.** O ato fixador de subsídio que reduziu substancialmente o valor da remuneração dos Vereadores da legislatura subsequente, sem motivação de interesse público, pode ser anulado pela própria administração, desde que o defeito que o tornou ilegal seja notório e inquestionável, comprovado no procedimento administrativo anulatório.

A anulação pode também ser feita pelo Poder Judiciário, através das vias ordinárias ou especial, ou por remédio previsto constitucionalmente para o controle judicial da Administração Pública.

Em ambos os casos a anulação operará *ex tunc*, retroagindo à data da publicação do ato combalido e, como consequência natural, ter-se-á a continuidade da vigência da norma anterior, respeitados os direitos de terceiros de boa-fé.

Origem: Prefeitura Municipal de Celso Ramos

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/05933840

Parecer nº: COG-212/02

Decisão nº: 1094/02

Sessão: 17.06.2002

**1167.** Na ausência de proibitivo expresso na Lei Orgânica Municipal é possível ao Vice-Prefeito exercer concomitantemente o cargo de Secretário Municipal, devendo, contudo, optar entre o subsídio atribuído ao mandato eletivo e àquele fixado para o referido cargo comissionado.

Origem: Prefeitura Municipal de São Martinho

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/00329160

Parecer nº: COG-293/01

Decisão nº: 1189/02

Sessão: 24.06.2002

.....

**1168.** Na apuração do limite que deflui do art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal considerar-se-á:

- a) a Receita Tributária Municipal (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria);
- b) a receita efetivamente arrecadada decorrente da cobrança da dívida ativa tributária (incluindo somente o valor do tributo e da correção monetária);
- c) as transferências referentes ao: FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI sobre Exportação, Imposto de Renda dos servidores retido na fonte, Imposto sobre valores incidentes sobre o ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial (70% da arrecadação cambial pertencem ao Município de origem)

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/00636764

Parecer nº: COG-013/02

Decisão nº: 1190/02

Sessão: 24.06.2002

**1169.** O valor da receita tributária efetivamente arrecadada decorrente da cobrança da dívida ativa tributária, aí incluídos somente o do tributo e da correção monetária, deve integrar o somatório da receita tributária para o cômputo da base de cálculo sobre o qual incide o percentual limite da despesa do Poder Legislativo Municipal, conforme preceituado no art. 29-A da Constituição Federal.

No conceito de receita corrente líquida são computadas as receitas correspondentes ao rateio do FUNDEF, todavia, no cálculo dos recursos a serem destinados à Câmara deverá ser observado o princípio do equilíbrio da execução orçamentária, segundo o comportamento da receita, devendo tal repasse ser elaborado em valores nominais e não em percentual sobre a arrecadação, segundo a dotação previamente consignada na lei anual de meios e de acordo com a programação prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00.

O Poder Executivo não está obrigado a repassar à Câmara Municipal, mesmo que ocorra excesso de arrecadação, recursos além do previsto na respectiva lei orçamentária, exceto compensações decorrentes de déficits anteriores e eventuais créditos adicionais e suplementares.

A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores de responsabilidade da Câmara, como por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP.

Origem: Câmara Municipal de Passo de Torres

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/01400420

Parecer nº: COG-014/02

Decisão nº: 1192/02

Sessão: 24.06.2002

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1170.** Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo §1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.

Não existe impedimento à alteração terminológica do art. 2º da Lei Municipal nº 1.506, de 30 de junho de 2000, referente ao subsídio do Presidente da Câmara, mantendo idêntico valor ao estabelecido pelo referido dispositivo, no sentido de substituir a expressão verba de representação por verba indenizatória.

Os valores percebidos a título de indenização por presença nos períodos de sessões legislativas extraordinárias realizadas no recesso parlamentar devem ser afastados quando da apuração dos limites de gastos de pessoal da Câmara de Vereadores, de que trata o §1º do art. 29-A da Constituição Federal.

O pagamento das sessões legislativas extraordinárias deve estar previsto no ato fixatório e não pode exceder ao subsídio mensal, sendo devido apenas em período de recesso parlamentar. Reuniões realizadas fora do recesso não assumem esse caráter, não sendo permitida uma retribuição pecuniária além do subsídio mensal.

Origem: Câmara Municipal de Caçador  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01595689  
Parecer nº: COG-199/02  
Decisão nº: 1186/02  
Sessão: 24.06.2002

. . . . .

**1171.** O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre imóvel declarado urbano por lei municipal e sobre o qual incida pelo menos dois dos melhoramentos abaixo indicados, construídos e mantidos pelo Município: 1. meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; 2. abastecimento de água; 3. sistema de esgotos sanitários; 4. rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; 5. escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU sobre imóvel exclui a incidência do Imposto Territorial Rural - ITR sobre o mesmo, consoante dicção dos arts. 29 e 32, *caput* e §1º, da Lei nº 5.172/66, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), devendo o Município comunicar o fato ao órgão federal competente para que este se abstenha de lançar o ITR, não sendo possível a cobrança de IPTU sobre as benfeitorias (parte predial) existentes em imóveis sujeitos ao ITR.

Origem: Prefeitura Municipal de Piçarras  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/02070580  
Parecer nº: COG-241/02  
Decisão nº: 1197/02  
Sessão: 24.06.2002

**1172.** Em razão da exclusão do item “transferências intragovernamentais” pela Portaria Interministerial nº 163/01, restou inviável a transferência de recursos financeiros com empenhamento no orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça (unidade orçamentária) para o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - FECEAF (unidade orçamentária).

A transferência de recursos financeiros da Procuradoria Geral de Justiça para o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - FECEAF deverá ser operacionalizada mediante transferências financeiras, na forma indicada na Portaria nº 339/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, através de “Transferências Financeiras Concedidas”, integrante da conta contábil específica de resultado “Interferências Financeiras”, sem emissão de empenho e, conseqüentemente, sem influência na despesa orçamentária.

No Fundo os recursos financeiros serão contabilizados na conta “Transferências Financeiras Recebidas”, integrante da conta contábil específica de resultado “Interferências Financeiras”, identificando a origem, sem influência na receita orçamentária e não computada para fins de apuração da Receita Corrente Líquida.

Mediante autorização em lei, as receitas de inscrições em concursos públicos realizados pelo Ministério Público podem ser recolhidas diretamente ao Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - FECEAF (receita do Fundo), hipótese em que as despesas pertinentes aos concursos também devem ser suportadas pelos recursos do Fundo, com prestação de contas diretamente ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução nº TC-16/94.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público)

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/02252939

Parecer nº: COG-173/02

Decisão nº: 1193/02

Sessão: 24.06.2002

**1173.** Os gastos com aquisição e doação de uniformes a alunos comprovadamente carentes, conforme requisitos estabelecidos em lei municipal, matriculados nas escolas da Rede Municipal Pública de Ensino e com freqüência nos níveis pré-escolar até 8ª série do ensino fundamental, podem ser considerados como despesas em desenvolvimento e manutenção do ensino para os fins do art. 212 da Constituição Federal, extensível a alunos carentes do ensino fundamental da rede estadual quando, em regime de colaboração com o Estado, esteja municipalizado.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 01/01430094

Parecer nº: COG-213/02

Decisão nº: 1227/02

Sessão: 26.06.2002

**1174.** A celebração de convênio para a realização de obras ou serviços entre entes públicos é admitida em caráter geral à luz do direito administrativo pátrio, inexistindo qualquer impedimento para que o Tribunal de Justiça formalize convênio com o Município durante o período eleitoral para instalação de Casas da Cidadania.

O Tribunal de Justiça não pode transferir recursos aos Municípios para construção de Casas da

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Cidadania durante o período eleitoral, salvo se o ato formal de convênio estiver assinado e publicado até a data de 05 de julho de 2002, a licitação concluída, na fase de execução e com o cronograma prefixado, nos termos do art. 73, inciso VI, “a”, da Lei Federal nº 9.504/97.

De acordo com os arts. 44 e 46 da Resolução nº TC-16/94, deve o Município apresentar a prestação de contas dos recursos do convênio ao Tribunal de Justiça, que deverá manter tal documentação arquivada para comprovação junto ao Tribunal de Contas. A documentação de suporte (Notas Fiscais, Notas de Empenho, etc...) encaminhada ao Poder Judiciário poderá ser original ou mediante fotocópia, hipótese em que os originais das despesas devem ficar arquivados na Unidade Municipal beneficiada.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/06867654  
Parecer nº: COG-327/02  
Decisão nº: 1229/02  
Sessão: 26.06.2002

.....

**1175.** A perícia é que vai concluir sobre a cessação da incapacidade do segurado, sendo tal data coincidente com a data final do pagamento do benefício de auxílio-doença.

O benefício de auxílio-doença será devido ao segurado que estiver incapacitado para o trabalho por 15 (quinze) dias consecutivos, sendo o mesmo devido a partir do 16º dia do afastamento, mediante perícia médica que comprove a incapacidade para o exercício da função.

A aposentadoria por invalidez é devida a partir da data da incapacidade para o trabalho, comprovada através de perícia médica, sempre precedida da concessão do benefício de auxílio-doença. Caso a perícia não comprove a data que se iniciou a incapacidade, tem-se como marco inicial a data do requerimento administrativo.

A implantação do benefício de aposentadoria por invalidez se dará após a publicação do Decreto ou Portaria de vacância por aposentadoria e, por aplicação subsidiária, o benefício de auxílio-doença seguirá o mesmo critério.

O remanejamento, entendido como readaptação, ficará a cargo do Município em razão de não haver previsão legal para o Instituto promover.

A partir do requerimento, forma-se o processo administrativo no qual devem ser observados os princípios constitucionais, especialmente o contraditório e a ampla defesa. No caso de não haver previsão para recurso, pode ser utilizado o disposto nos arts. 139 e seguintes da Lei Complementar nº 90/94, com as devidas adaptações.

As conclusões desta Corte de Contas não são absolutas e servem apenas como orientação, visto que a Lei ou o Regulamento podem dispor de modo diverso.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 02/03122372  
Parecer nº: COG-278/02  
Decisão nº: 1237/02  
Sessão: 01.07.2002

.....

**1176.** Aos atos de gestão praticados pelo Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas não se aplicam os preceitos do art. 42 da Lei Complementar



nº 101/2000, posto que o Órgão referido pelo inciso I do §2º do art. 20 do mesmo diploma é o Ministério Público de que tratam os arts. 127 e 128 da Constituição Federal.

A cláusula de garantia inserta no art. 130 da Constituição Federal destina-se exclusivamente a proteger os membros do Ministério Público especial no desempenho de suas funções perante os Tribunais de Contas, submetendo seus titulares ao mesmo estatuto jurídico que rege, no que concerne a direitos, vedações e forma de investidura no cargo, os membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

Origem: Procuradoria Geral junto ao TCE  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/03429508  
Parecer nº: COG-238/02  
Decisão nº: 1241/02  
Sessão: 01.07.2002

.....

1177. A operacionalização, em conformidade com as normas legais, de programa de pavimentação de vias municipais com participação dos proprietários no pagamento dos custos, compreende:

- a) edição de norma legal disciplinando o programa de pavimentação de vias urbanas com participação dos proprietários lindeiros na contratação direta de empresa para execução das obras, estabelecendo de modo explícito que o Município não terá qualquer responsabilidade financeira pela execução das obras, exceto em relação aos imóveis públicos lindeiros (mediante licitação), tanto em relação aos proprietários que não aderirem ao programa quanto pela eventual inadimplência dos proprietários que contratarem com a empreiteira;

- b) aprovação de projeto básico para as obras de pavimentação, no exercício da competência do Poder Público em disciplinar a utilização das vias públicas, respeitada a legislação local quanto ao zoneamento urbano, o plano diretor e a Lei nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), no que couber;
- c) prévia celebração de termo de compromisso entre a municipalidade e cada proprietário lindeiro da rua selecionada, eximindo a responsabilidade do Poder Público pelos compromissos financeiros assumidos pelos moradores com a empresa por eles contratada, nos termos do que dispuser a legislação local;
- d) realização de processo licitatório para definição do valor a ser suportado pelo Município em relação às áreas públicas, conforme disposto em lei municipal (art. 37, XXI, da Constituição Federal e Lei nº 8.666/93);
- e) exercício pleno do poder de polícia sobre a execução das obras, em conformidade com o projeto aprovado pelo Município e as normas locais aplicáveis, e tomada de medidas cabíveis para o caso de incorreta execução, inclusive a aplicação de penalidades previstas em lei.

Salvo os casos de isenção previstos em lei local, instituídas em consonância com o Código Tributário Nacional e arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, caso o Município venha a suportar valores devidos por proprietários particulares, deverá instituir e cobrar contribuição de melhoria, por exigência dos arts. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 2º, XI, da Lei nº 10.257/01, tributo que tem como fato gerador a valorização dos imóveis, limitado ao custo da obra, observados os requisitos do art. 150 da Constituição Federal e as normas do Código Tributário Nacional. É vedada a instituição de contribuição ou taxa de pavimentação ou qualquer outra

Decisões em Consultas – Prejulgados

denominação, por falta de amparo legal, pois a recuperação dos investimentos em tais obras somente pode se dar mediante contribuição de melhoria.

Visando à defesa dos interesses públicos e da coletividade, é recomendável ao Município, como condição para a autorização de execução do projeto de pavimentação, estabelecer exigência para que a contratação da empreiteira diretamente pelos particulares seja realizada entre as empresas pré-qualificadas (cadastradas) junto à municipalidade, onde comprovarão a qualificação jurídica e técnica para execução de obras dessa natureza.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/02064261  
Parecer nº: COG-600/01  
Decisão nº: 1266/02  
Sessão: 03.07.2002

.....

**1178.** Não se ajusta às regras de Direito Tributário o Município possibilitar ao contribuinte o pagamento de tributos através de prestação de serviços à municipalidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Catanduvas  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/00391125  
Parecer nº: COG-275/02  
Decisão nº: 1369/02  
Sessão: 15.07.2002

.....

**1179.** A apreciação de inconstitucionalidade de artigo de lei municipal, à vista do disposto nos arts. 149 e seguintes do Regimento Interno desta Casa,

somente poderá se dar em processos originais submetidos a julgamento.

O art. 37 da Lei Complementar nº 164/99, do Município de Concórdia, está em consonância com o entendimento dado pelo STF à expressão “efetivo exercício em funções de magistério”, bem assim com o art. 40, §5º, da Constituição Federal; logo, resta vedada a ampliação de interpretação do referido artigo.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/05253863  
Parecer nº: COG-313/02  
Decisão nº: 1368/02  
Sessão: 15.07.2002

.....

**1180.** Por força do art. 3º da Lei Federal nº 4.320/64, e §1º do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao advogado reter valores para satisfazer honorários contratados, haja vista que a satisfação destes deve ser buscada na via adequada em razão da natureza obrigacional que os afeta.

A retenção de honorários convencionados somente poderá se dar se o advogado procedeu nos termos do art. 22, §4º, da Lei Federal nº 8.906/94, caso contrário estará ele se apropriando indevidamente de valores pertencentes ao Município, devendo este exigir o recolhimento ao Tesouro para a devida contabilização e posteriormente efetuar o pagamento dos honorários ao profissional, conforme avençado.

Os crimes de responsabilidade de Prefeitos estão previstos no Decreto-Lei nº 201/67 e sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário, todavia, para que o Prefeito seja incurso em uma das modalidades previstas no art. 1º do referido Decreto-Lei, deverá haver o elemento subjetivo para a configuração do crime.

A abertura de crédito especial se dá para atender despesa não-prevista na Lei Orçamentária e dependerá de autorização legislativa, assim como a indicação dos recursos para fazer frente à despesa. Na contabilidade do Município deverá ser lançada a totalidade do precatório no código “1922.00.00 - Restituições”, e a despesa com os honorários retidos deverá ser lançada no Código “3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física”, conforme Portaria Interministerial nº 163/01 - STN/SOF e Portarias STN nºs 180/01, 211/01 e 326/01.

Origem: Prefeitura Municipal de Lauro Müller  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/01635907  
Parecer nº: COG-322/02  
Decisão nº: 1473/02  
Sessão: 22.07.2002

.....

**1181.** Os processos de tomadas de contas especiais instauradas pela autoridade administrativa em face da omissão no dever de prestar contas de recursos públicos repassados sob a forma de convênios (LC 101/00, art. 25), a título de subvenções, auxílios e contribuições (arts. 26 a 28 da LC 101/00) e de outras transferências decorrentes de autorização orçamentária, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas para julgamento tão logo concluídas, independentemente do valor do dano, devendo tramitar em separado das contas anuais do administrador ou ordenador de despesa.

As tomadas de contas especiais instauradas em virtude de desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos ou de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico inferior a R\$ 4.000,00 (valor de alçada para os exercícios de 2001 e 2002), permanecerão nos órgãos de origem,

que devem adotar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias para o resguardo do erário, mantendo os autos, depois de solucionados os fatos, à disposição do Tribunal de Contas para verificação em eventual inspeção, devendo a Tomada de Contas Especial ser anexada ao processo de prestação de contas anuais do administrador ou ordenador da despesa, para julgamento em conjunto.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/02046794  
Parecer nº: COG- 52/02  
Decisão nº: 1471/02  
Sessão: 22.07.2002

.....

**1182.** A solução de problemas em execuções fiscais é responsabilidade do advogado que atua no feito, o qual detém técnica adequada.

Cabe ao administrador analisar sobre a viabilidade e a necessidade de instalação de “comissão” para organização de cadastro de contribuintes, tendente a propiciar uma melhor arrecadação e, sobretudo, um melhor incremento da cobrança judicial.

Origem: Prefeitura Municipal de Brusque  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 01/02084700  
Parecer nº: COG-319/02  
Decisão nº: 1465/02  
Sessão: 22.07.2002

.....

**1183.** O reconhecimento do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório, mas não autoriza uma nova fixação

## Decisões em Consultas – Prejulgados

ou a elevação automática do subsídio, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores.

Em face do preceito dos arts. 29, inciso VI, da Constituição Federal, e 111, V, da Constituição Estadual, fica vedada a alteração do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Carta Magna e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal não autoriza a adequação dos subsídios dos Vereadores ao percentual máximo dos subsídios dos Deputados Estaduais, mas somente a recompor o poder aquisitivo afetado pela inflação ocorrida no período de um ano.

Origem: Câmara Municipal de Fraiburgo

Relator: Conselheiro Antero Nercolini

Processo nº: 01/03475931

Parecer nº: COG-113/02

Decisão nº: 1488/02

Sessão: 24.07.2002

. . . . .

**1184.** As despesas com obras realizadas pela Câmara Municipal, com dotações consignadas em seu orçamento, devem integrar a despesa total do Poder Legislativo para fins de verificação de atendimento ao limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal, porquanto aquela norma constitucional exclui apenas os gastos com inativos.

O Chefe do Poder Executivo deve determinar o repasse ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes à dotação prevista no orçamento anual e em eventuais créditos adicionais, transferi-

dos conforme a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sem extrapolar as dotações anuais.

Pode caracterizar crime de responsabilidade do Prefeito Municipal (art. 29-A, §3º, III, da Constituição Federal) o repasse ao Poder Legislativo de recursos financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária, salvo se as transferências resultarem em extrapolamento do percentual indicado no art. 29-A, *caput*, sobre a efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apuradas no exercício anterior, quando o Prefeito deve determinar a redução do repasse para adequação ao limite constitucional, caso contrário também poderá incidir em crime de responsabilidade – art. 29-A, §3º, III, da Constituição Federal). Em caso de eventual conflito de normas, prevalece a regra da limitação (inciso I do §3º do art. 29-A).

Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

A contratação e execução de obra de prédio para abrigar a Câmara Municipal podem ser realizada integralmente pelo Poder Executivo, com previsão no orçamento deste Poder, observada a existência de previsão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A obra pode ser realizada em parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, com as respectivas parcelas constando do orçamento de cada Poder. No entanto, deverão ser observadas as limitações de gastos impostos à Câmara (art. 29-A, Constituição Federal).

Considerando que os imóveis públicos municipais pertencem ao Município (ente), podem ter destinação para uso especial, quando destinados a

uma finalidade pública permanente, como servir de sede da Câmara de Vereadores, podendo ser formalizada de acordo com as normas locais ou através de lei municipal específica.

Origem: Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Conselheiro Antero Nercolini  
Processo nº: 01/03637184  
Parecer nº: 138/02  
Decisão nº: 1489/02  
Sessão: 24.07.2002

.....

**1185.** O Orçamento Anual deve especificar as fontes de recursos para as despesas correspondentes, mas a lei não autoriza a apuração do excesso de arrecadação por fontes de recursos.

A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, somente se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação quando o excesso na fonte vinculada também representar excesso de arrecadação no orçamento geral do Município

(considerando todas as fontes), porquanto o §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 permanece em pleno vigor, mesmo após o advento da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A anulação de dotações para despesas vinculadas visando à suplementação de outras dotações é possível quando não houver efetiva arrecadação da totalidade das receitas vinculadas àquela finalidade.

Origem: Federação Catarinense de Associações de Municípios - FECAM  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/02023239  
Parecer nº: COG-378/02  
Decisão nº: 1624/02  
Sessão: 29.07.2002

.....

**1186.** REVOGADO<sup>207</sup>

.....

**1187.** Os créditos suplementares e especiais necessitam de autorização legislativa através de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, devendo a

<sup>207</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 11.08.2003, através da decisão nº 2658/2003, exarada no processo nº CON-03/00122527. Texto revogado: "1. Para atender aos programas de caráter transitório com recursos repassados pela União ou pelo Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos aos pressupostos do art. 37, inc. IV, da Constituição Federal. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade e se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público). No caso dos Programas de Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, em razão de não estar suficientemente consolidada a perenidade dos Programas, a solução que se apresenta mais viável no momento é a contratação temporária, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes. 2. Não encontra amparo legal a contratação de organizações não-governamentais para a execução do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa de Saúde da Família e o atendimento à saúde pública, pois trata-se de atividade típica do Poder Público a ser desenvolvida por pessoal vinculado ao respectivo ente público. 3. Considerando que os recursos originários de transferências voluntárias integram o cálculo para apuração da receita corrente líquida, as despesas de pessoal realizadas com esses recursos também devem integrar a despesa total com o pessoal do Poder e do ente. 4. Os admitidos em caráter temporário - ACTs não ocupam cargo público, mas tão-somente exercem função pública, sendo imprópria, portanto, a instituição de quadro de cargos temporários."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

abertura se dar através de decreto do Executivo, mediante prévia exposição justificativa e indicação da origem dos recursos correspondentes.

Origem: Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/02253234  
Parecer nº: COG-344/02  
Decisão nº: 1683/02  
Sessão: 31.07.2002

. . . . .

**1188.** Na concessão de diárias aos policiais militares devem ser obedecidos os dispositivos da Lei Estadual nº 5.645/79, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Os procedimentos constantes da Portaria SEF nº 097/99 são de observância obrigatória pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta, Fundacional e Autárquica do Poder Executivo, quando digam respeito às despesas a serem realizadas sob o regime de adiantamento.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/00498118  
Parecer nº: COG-393/02  
Decisão nº: 1686/02  
Sessão: 31.07.2002

. . . . .

**1189.** As despesas com o pagamento de indenização pela presença nos períodos de sessões legislativas extraordinárias realizadas no recesso parlamentar devem ser afastadas quando da apuração dos limites de gastos de pessoal da Câmara de Vereadores.

O pagamento das sessões legislativas extraordinárias deverá estar previsto na lei fixatória dos subsídios

dos Vereadores e não poderá exceder ao subsídio mensal, sendo devido apenas em período de recesso parlamentar. Reuniões realizadas fora do recesso não assumem esse caráter, não sendo permitida uma retribuição pecuniária além do subsídio mensal.

Os encargos sociais e previdenciários, o PASEP, as despesas com inativos e as despesas com terceirização de mão-de-obra não estão incluídos no conceito de folha de pagamento, para fins do que dispõe o § 1º do art. 29-A da Constituição da República.

As despesas que foram empenhadas, liquidadas e inscritas em restos a pagar, que por qualquer motivo não foram empenhadas ou foram canceladas posteriormente, uma vez que o fato gerador se deu em exercícios passados, configuram dispêndios de exercícios anteriores, devendo ser excluídas do cálculo do limite anual com as despesas do Poder Legislativo, bem como a folha de pagamento do pessoal, consoante a dicção da Emenda Constitucional nº 25/2000.

As despesas que tiveram como período de competência o exercício de 2001, empenhadas ou não, por imposição constitucional deverão ser consideradas e, por conseguinte, estar inclusas às demais despesas realizadas no ano de 2001 para efeitos dos limites impostos pelo art. 29-A da Constituição Federal, sob pena de se possibilitar a burla ao texto constitucional quando, inadvertidamente, o Poder Legislativo efetuar despesas através da assunção de compromissos empenhados ou não, a maior do que o limite imposto, com o intuito de pagá-los em exercício posterior, com recursos acima do permitido pelo mandamento constitucional. Neste caso, Prefeito e Presidente da Câmara estarão sujeitos, respectivamente, à tipificação contida no § 2º, I, e § 3º do art. suso.

Imperioso que seja observada a legislação pertinente à matéria, notadamente o ordenamento dos



arts. 36, 37 e 58 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como as disposições da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000, especialmente quanto aos arts. 42, 53, V, 55, III, “b”, e 59, II.

Fica vedada no curso da presente legislatura a majoração dos subsídios dos Vereadores, enfatizando-se que o limite previsto no art. 29, inciso VI, da Constituição Federal é apenas um marco, não significando que tenha que ser alcançado.

No caso de os subsídios dos Vereadores terem ultrapassado o limite determinado, deverá ser editada Resolução ou outro ato previsto no Regimento Interno da Câmara limitando ao percentual máximo, sendo imperioso que as importâncias eventualmente percebidas em excesso estão a exigir a devolução ao erário, estando sujeitas à atualização monetária mediante a aplicação do índice oficial a ser definido por deliberação da Mesa da Câmara, a partir de cada mês em que ocorreu o pagamento irregular.

Apurada a importância global a restituir, inclusive com a respectiva atualização monetária, o débito poderá ser quitado em prestações mensais sucessivas correspondentes a um percentual dos subsídios, também fixado pela Mesa, a serem deduzidas dos respectivos contracheques de remuneração.

Na hipótese de perda do mandato ou renúncia do Vereador antes da liquidação definitiva do respectivo débito, o saldo devedor deverá ser quitado integralmente, pois as normas a serem decididas pela Mesa só beneficiam o agente político enquanto no exercício do respectivo mandato.

Origem: Câmara Municipal de Tubarão  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00537510  
Parecer nº: COG-157/02  
Decisão nº: 1710/02  
Sessão: 05.08.2002

**1190.** O pagamento de sessões extraordinárias, de natureza indenizatória, deve ser suportado pela própria Câmara por meio dos recursos provenientes do repasse de duodécimos, previstos na Lei Orçamentária Anual do Município ou em créditos adicionais, observados os limites de despesas previstos no art. 29-A da Constituição Federal.

Em caso de não haver dotação orçamentária suficiente para o pagamento de sessões extraordinárias, deve-se proceder às suplementações necessárias nas dotações orçamentárias da Câmara, observados os limites de gastos do Legislativo.

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 01/02092044  
Parecer nº: COG-358/02  
Decisão nº: 1713/02 Sessão: 05.08.2002

**1191.** É admissível a contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional por dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, exclusivamente quando o objeto do contrato se referir a pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, e desde que atendidos aos demais requisitos prescritos naquele dispositivo legal.

Em decorrência, não encontra amparo legal a contratação por dispensa de licitação com base no inciso XII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 de laboratórios de Universidades para fornecimento de medicamentos a órgãos ou entidades estaduais ou municipais visando suprir as necessidades de atendimento público de saúde, pois tal objeto não tem vinculação com serviços de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 02/00981030  
Parecer nº: COG-416/02  
Decisão nº: 1714/02  
Sessão: 05.08.2002

.....

**1192.** O valor da receita tributária efetivamente arrecadada, aí incluídos somente o principal e a correção monetária, deve integrar o somatório da receita tributária para o cômputo da base de cálculo sobre a qual incide o percentual limite da despesa do Poder Legislativo Municipal, conforme preceituado no art. 29-A da Constituição Federal. A multa e os juros de mora não devem compor o somatório das receitas de que trata o art. 29-A da Constituição Federal, pois não possuem natureza tributária.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 01/00343660  
Parecer nº: COG-364/02  
Decisão nº: 1763/02  
Sessão: 07.08.2002

.....

**1193.** Tendo em vista o interesse público, é possível admitir entidades privadas como parceiras para a confecção de equipamentos destinados a colher sugestões e denúncias da população, desde que a escolha dos fornecedores interessados na parceria seja pautada em critérios preestabelecidos.

Poderá o Ente Público adotar, através de processo de seleção pública universal, o credenciamento de fornecedores, cumprindo os seguintes requisitos

a serem observados quando do referido processo de credenciamento:

1. Dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial e em jornal de grande circulação local, podendo ampliar o universo dos credenciados a qualquer tempo, utilizando-se de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional.

2. Fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam se credenciar, de modo que os mesmos tenham, efetivamente, condições de fornecer equipamentos adequados às necessidades e objetos da Polícia Militar.

3. Estabelecer os casos de descredenciamento, de modo que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas no fornecimento dos objetos sejam imediatamente excluídos da relação dos credenciados.

4. Instituir regras que devem ser observadas pelos credenciados, no que diz respeito ao atendimento a terceiros, preservando a Instituição e, ao mesmo tempo, vedando expressamente o envolvimento de seu nome, quando da exploração publicitária dos equipamentos.

5. Reservar, exclusivamente à Polícia Militar, a competência para autorizar previamente a instalação de urnas e os patrocínios adequados, evitando a divulgação de produtos ou marcas nocivas à sociedade, como cigarros, bebidas alcoólicas etc.

.....

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 00/03187012  
Parecer nº: COG-420/02  
Decisão nº: 1900/02  
Sessão: 14.08.2002

**1194.** As receitas geradas com o cancelamento dos restos a pagar não são consideradas receitas decorrentes de impostos, excluindo-se do montante mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

Origem: Prefeitura Municipal de Palma Sola  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00390820  
Parecer nº: 286/02  
Decisão nº: 1938/02  
Sessão: 19.08.2002

.....

**1195. REVOGADO** <sup>208</sup>

.....

**1196.** A criação, transformação ou extinção de cargos, emprego e funções da Câmara Municipal de Sombrio é de sua competência exclusiva, que se dará através de Resolução ou Decreto Legislativo (conforme dispuser a Lei Orgânica), consoante dispõe o art. 20, II, da Lei Orgânica, sendo que a fixação dos vencimentos dependerá de lei específica de iniciativa da própria Câmara, conforme dispõe o art. 37, X, da Constituição Federal.

A criação de cargo se dará conforme conveniência do Poder Público Municipal com vistas a atender o interesse público, mediante a verificação de necessidade de servidores em atividades permanentes, dentre as quais a administrativa, contábil e de assessoria jurídica.

A criação de cargos e a fixação de vencimentos dependem de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e existência de dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da nomeação e exercício do cargo, nos termos dos arts. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal e 75, parágrafo único, I e II, da Lei Orgânica Municipal.

Os cargos em comissão somente poderão ser destinados às funções de direção, chefia e assessoramento, consoante os termos do art. 37, V, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Sombrio  
Relator: Relator Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/04420731 Parecer nº: COG-400/02  
Decisão nº: 1948/02 Sessão: 19.08.2002

.....

**1197.** Pode o Município de Jacinto Machado alienar área de terras adquiridas do BADESC a posseiros já instalados, nas mesmas condições da compra, dispensando a licitação, nos termos do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 8.666/93, desde que tais procedimentos estejam contemplados em programa habitacional de interesse social, não havendo óbice à escrituração dos imóveis a partir do momento de sua quitação

Origem: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/05253510 Parecer nº: COG-374/02  
Decisão nº: 1940/02 Sessão: 19.08.2002

<sup>208</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 07.07.2003, através da decisão nº 2122/2003, exarada no processo nº CON-03/00824122. Texto revogado: "Sendo a CIDASC uma sociedade de economia mista disciplinada e regida pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações, caracterizada como estatal dependente nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de permitir a consolidação das contas públicas, deverá se enquadrar ao regime de Contabilidade Pública, procedendo a execução orçamentária, financeira e patrimonial, de forma integrada à execução de toda a sua operação, dentro do mesmo sistema utilizado pelos demais órgãos do Estado, sem abandonar a contabilidade privada a que está sujeita, em razão de seu regime societário."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1198.** Por força das normas regulamentadoras da Agência Nacional de Energia Elétrica, é possível a IAZPE doar à concessionária de energia elétrica estadual, acervo elétrico necessário à energização da zona de processamento de exportação, com fulcro no art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, promovendo-se os registros contábeis adequados com base nas normas estatutárias e na Lei das Sociedades Anônimas.

Origem: Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 02/00394762  
Parecer nº: COG-435/02  
Decisão nº: 1950/02 Sessão: 19.08.2002

.....

**1199.** Somente é admissível o contrato de risco (*ad exitum*) na Administração Pública quando o Poder Público não despende qualquer valor, sendo a remuneração do contratado exclusivamente os honorários pela sucumbência devidos pela parte vencida, nos montantes determinados pelo juízo na sentença condenatória.

Não é admissível a celebração de contrato pela Administração Pública onde esteja previsto que o contratado perceberá, a título de remuneração, um percentual sobre as receitas auferidas pelo ente com as ações administrativas ou judiciais exitosas promovidas pelo contratado, pois neste caso seria imperiosa a inclusão de cláusula contendo o valor do contrato e observância das normas orçamentárias e financeiras, que exigem previsão de receitas e despesas.

O contrato de risco (*ad exitum*) não exonera a administração da realização do processo licitatório, salvo os casos de dispensa de licitação e inexigibilidade previstos em lei.

Origem: Associação de Municípios da Região de Laguna  
Relator: conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/03429850  
Parecer nº: GCMB/2002/155  
Decisão nº: 1930/02  
Sessão: 19.08.2002

.....

**1200.** A situação de déficit orçamentário, resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito suplementar no exercício seguinte, não evidencia desequilíbrio nas contas públicas se o ente manteve situação financeira equilibrada ou superavitária.

.....

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/02200971  
Parecer nº: COG-441/02  
Decisão nº: 2017/02  
Sessão: 21.08.2002

.....

**1201.** A despesa municipal com o transporte de estudantes da rede estadual de ensino encontra amparo legal quando respeitados os requisitos do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ou seja, autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, bem como celebração através de convênio, acordo ou ajuste. O Município poderá considerar as despesas que realizar com transporte escolar de alunos da rede estadual de ensino, nos níveis de educação infantil e ensino fundamental, como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos ter-

mos do art. 70, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394/96, podendo, destarte, ser computada no percentual mínimo da receita que deve ser aplicada em educação, conforme determina o *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

O transporte de alunos de ensino médio ou superior da rede estadual pelo Município só poderá ocorrer quando plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência, conforme dispõe o art. 11, inciso V, da Lei Federal nº 9.394/96, no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental e respeitados os requisitos do art. 62 da LRF.

As despesas efetuadas pelo Município com ensino médio ou superior não são compreendidas no percentual mínimo (25%) da receita que deve ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Município que não firmar convênio e, por consequência, não executar serviços de transporte de estudantes vinculados à rede estadual de ensino não estará transgredindo a legislação pátria, porém, deverá promover o ensino em colaboração com o Estado, nos termos dos arts. 205 e 211, *caput* e § 4º, da Constituição Federal.

Origem: Federação Catarinense de Associação de Municípios - FECAM  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/00905099  
Parecer nº: 373/02  
Decisão nº: 2062/02  
Sessão: 26.08.2002

1202. Consoante as normas da Lei Complementar nº 101/2000, o valor do suprimimento não utilizado pelo Poder Legislativo e devolvido ao Tesouro Municipal, administrado pelo Poder Executivo, não in-

tegra a Receita Corrente Líquida, pois representaria duplicidade, situação vedada pelo art. 22, inciso IV, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 01/01846274  
Parecer nº: 439/02  
Decisão nº: 2056/02  
Sessão: 26.08.2002

1203. A revisão geral anual é obrigatória, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 19/98, constituindo-se em direito subjetivo dos servidores públicos municipais e dos agentes políticos e se dá sempre na mesma data e sem distinção de índices.

A iniciativa de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais (incluídos os do Poder Executivo e os do Poder Legislativo) e dos subsídios é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

O reajuste da remuneração dos Diretores de Departamento do Município de Pinheiro Preto necessita de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e serve para adequar a remuneração ao grau de complexidade e responsabilidade desenvolvido pelo servidor ocupante do cargo.

Não basta lei específica para a concessão de reajuste. A Constituição Federal impõe, *ex vi* do art. 169, § 1º, I e II, autorização específica pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, assim como prévia dotação orçamentária, com obediência aos arts. 16, 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de ser considerado nulo o ato e revestido de improbidade administrativa (art. 15 da LRF combinado com o art. 10, VII, da Lei Federal nº 8.429/92).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Pinheiro Preto  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02105120  
Parecer nº: 365/02  
Decisão nº: 2069/02  
Sessão: 26.08.2002

.....

**1204.** O critério para desconto de subsídio de Vereador faltante à sessão deve estar previsto em lei municipal, preferencialmente naquela que fixar os subsídios para a legislatura.

Origem: Câmara Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02142084  
Parecer nº: 399/02  
Decisão nº: 2070/02  
Sessão: 26.08.2002

.....

**1205.** O Poder Público não poderá firmar acordo ou convênio com organização não-governamental visando exclusivamente à contratação de pessoal, sob pena de burla ao art. 37, II, da Constituição Federal, e inclusão das despesas nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo, no caso específico do Programa de Assistência Integral à Saúde Indígena, firmar convênio objetivando o atendimento integral ao Programa (recursos materiais e humanos), como parte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, previsto nas Leis ns. 8.080/90 e 9.836/99, desde que devidamente qualificada nos termos das Leis ns. 9.637/98 (lei das organizações sociais) e 9.790/99 (lei das organizações da sociedade civil de interesse público), mediante demonstração da impossibilidade em atender o Programa pelos servidores do próprio ente público ou pela contratação em caráter temporário.

A devolução dos recursos repassados deverá ocorrer nos termos do art. 116, § 6º, da Lei Federal nº 8.666/93, ou seja, no prazo de trinta dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sem prejuízo de prazo e condições mais rigorosas determinados em legislação específica ou no próprio instrumento de convênio

Origem: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/03250885  
Parecer nº: COG-188/02  
Decisão nº: 2065/02  
Sessão: 26.08.2002

.....

**1206.** Prefeitos e Vice-Prefeitos não têm direito à percepção de décimo terceiro salário, haja vista que são detentores de mandato eletivo e não abarcados pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal.

Embora não sejam ocupantes de cargo eletivo, os Secretários Municipais são agentes políticos remunerados por subsídio e investidos em cargo público de livre nomeação e exoneração por ato do Chefe do Poder Executivo, situação funcional que lhes confere o direito à percepção de décimo terceiro salário e férias acrescidas de pelo menos um terço, com fundamento no § 3º do art. 39 da Constituição Federal.

Prefeitos e Vice-Prefeitos, o segundo se exercer função executiva, desde que haja previsão em lei municipal, poderão gozar de férias remuneradas, todavia, não lhes é assegurado o direito adicional de 1/3.

Segundo deliberação em Sessão Administrativa do STF, de 24.06.1998, o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, não é auto-aplicável.

A data de início de vigência da EC nº 19/98 se deu com a sua promulgação em 04 de julho de 1998, em razão dos termos do art. 34 da referida Emenda.



Se os requisitos para o deferimento de aposentadoria por invalidez não estiverem implementados, deverá o pedido ser efetuado perante o INSS, a quem caberá dizer sobre a responsabilidade do benefício. A Constituição Federal, ex vi do art. 40, § 6º, veda a percepção simultânea de aposentadoria quando concedidas pelo mesmo Regime, permitindo-se a cumulação de aposentadoria de Regime Geral da Previdência Social com aposentadoria pelo Regime Próprio de que trata o art. 40, *caput*, da Constituição Federal, aplicando-se a proporcionalidade dos proventos ao tempo de contribuição<sup>209</sup>.

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/01146370  
Parecer nº: COG-398/02  
Decisão nº: 2112/02  
Sessão: 28.08.2002

.....

**1207.** Em face do preceito dos arts. 29, VI, da Constituição Federal e 111 da Constituição Estadual, fica vedada a alteração do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada

legislatura para a subsequente (Princípio da Anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O reconhecimento pelo Tribunal de Contas do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório dos Edis municipais, mas não autoriza uma nova fixação, alteração ou a elevação automática do subsídio no curso da mesma legislatura, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de São Francisco do Sul  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02230617  
Parecer nº: COG-440/02  
Decisão nº: 2113/02  
Sessão: 28.08.2002

.....

**1208. 1.** Quanto às despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não-processados (2000 e outros exercícios), pendentes de pagamento, a unidade gestora deve observar os seguintes procedimentos:

<sup>209</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 02.12.2002, através da decisão nº 3089/2002. Redação inicial: *“Prefeitos e Vice-Prefeitos não têm direito à percepção de décimo terceiro salário, haja vista que detentores de mandato eletivo e não abarcados pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal. Secretários Municipais, em razão de exercerem cargo público e se ajustarem ao comando do art. 39, § 3º, da Constituição Federal, é-lhes assegurado o direito ao décimo terceiro salário e férias remuneradas com adicional de pelo menos 1/3. Prefeitos e Vice-Prefeitos, desde que haja previsão em lei municipal, poderão gozar de férias remuneradas, todavia, não lhes é assegurado o direito ao adicional de 1/3. Segundo deliberação em Sessão Administrativa do STF, de 24.06.1998, o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, não é auto-aplicável. A data de início de vigência da EC nº 19/98 se deu com a sua promulgação em 04 de julho de 1998, em razão dos termos do art. 34 da referida Emenda. Se os requisitos para o deferimento de aposentadoria por invalidez não estiverem implementados, deverá o pedido ser efetuado perante o INSS, a quem caberá dizer sobre a responsabilidade do benefício. A Constituição Federal, ex vi do art. 40, § 6º, veda a percepção simultânea de aposentadoria quando concedidas pelo mesmo Regime, permitindo-se a cumulação de aposentadoria de Regime Geral da Previdência Social com aposentadoria pelo Regime Próprio de que trata o art. 40, caput, da Constituição Federal, aplicando-se a proporcionalidade dos proventos ao tempo de contribuição.”*

- a) devem ser pagas na forma de Restos a Pagar (despesas extra-orçamentárias), preferencialmente antes de atingir os últimos oito meses de mandato do respectivo titular da unidade gestora, de modo a permitir que sejam contraídas novas despesas naquele período com recursos suficientes para pagá-las até o encerramento do mandato, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/00;
- b) em cada fonte diferenciada de recursos deverá ser obedecida a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e obedecido o art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, para as demais despesas;
- c) caso tenha havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de Restos a Pagar ao final do exercício, ou início do exercício de 2001, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento.
2. As despesas com pagamento do subsídio dos Vereadores, INSS e outros credores, não pagas pela Câmara Municipal no exercício de sua liquidação, devem ser suportadas por seu orçamento, observados os limites estabelecidos pelo art. 29-A, da Constituição Federal, computados pelo regime de competência.
3. Eventuais repasses de recursos financeiros do Tesouro Municipal à Câmara para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar devem ser somados aos duodécimos recebidos pelo Poder Legislativo, não podendo o Poder Executivo executar transferências financeiras além do previsto no orçamento, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito (art. 29-A, § 2º, I, da Constituição Fede-

ral), situação em que esses repasses adicionais devem ser deduzidos das quotas mensais, salvo se houver elevação das dotações orçamentárias por créditos adicionais, observadas as hipóteses e condições estabelecidas nos arts. 167 da Constituição Federal e 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320/64, ressaltando que em nenhuma circunstância as despesas do Poder Legislativo podem ultrapassar o limite do *caput* do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Três Barras  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/05639893  
Parecer nº: COG-368/02  
Decisão nº: 2107/02 Sessão: 28.08.2002

. . . . .

**1209.** Não encontra amparo legal a cessão de servidores vinculados ao quadro pessoal do Município à entidade filantrópica e não governamental, que presta assistência social e educação a pessoas portadoras de deficiências.

O auxílio do Poder Público Municipal para o custeio das despesas de manutenção da APAE só é admissível mediante subvenção social, obedecidas as diretrizes dos arts. 12, § 3º, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64 e 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF), que delimitam a utilização desse instituto pelo Poder Público, exigindo, para sua concessão, autorização em lei específica, atendimento às condições da Lei de diretrizes orçamentárias e previsão no orçamento anual.

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/04993024  
Parecer nº: COG-352/02  
Decisão nº: 2109/02 Sessão: 28.08.2002

**1210.** Enquanto a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC permanecer na condição de empresa estatal dependente, nos termos do art. 2º, II, da Resolução nº 43/00 do Senado Federal, não pode contratar a operação de crédito com município, como entidade concedente do crédito, porquanto vedada pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101/00, que considera nula a operação (art. 33, § 1º), devendo ser cancelada e procedida a devolução do principal, sem qualquer acréscimo de juros ou encargos financeiros (art. 33, § 2º), ficando o município impedido de receber transferências voluntárias, obter garantias e contratar novas operações de créditos enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva no orçamento do exercício seguinte, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Abelardo Luz

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 02/07845891

Parecer nº: COG-466/02

Decisão nº: 2110/02

Sessão: 28.08.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/10379650

Parecer nº: COG-701/02

Decisão nº: 3458/02

Sessão: 18.12.2002

.....

**1211.** A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos de caráter assistencial (social, médica ou educacional) ou cultural encontra amparo nos arts. 12 e 16 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81, podendo ser efetiva-

da mediante Subvenções Sociais para despesas de custeio (manutenção) ou mediante Auxílios quando destinadas a despesas de investimentos da entidade beneficiada.

Por exigência dos arts. 167, inciso VIII, da Constituição Federal e 26 da Lei Complementar nº 101/00, a destinação de recursos a entidades privadas dependerá de:

- a) específica autorização legislativa;
- b) atendimento às condições estabelecidas pela lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) previsão orçamentária ou através de créditos adicionais.

A transferência de recursos financeiros do Tesouro do Estado ou da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho encontra respaldo na Lei Estadual nº 5.867/81 e na Lei Federal nº 4.320/64, quando se destinar à aplicação em atividades concernentes ao desenvolvimento e difusão cultural e educacional, devendo ser atribuídas com resguardo do interesse público, mediante subvenções sociais ou auxílios, conforme o caso, com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Estadual, observadas as regras dos parágrafos anteriores desta Decisão e da Portaria Interministerial nº 163/01, com atendimento ao art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 2001/00, quando o repasse estiver vinculado a convênio ou outro instrumento congênere.

Origem: Secretaria de Estado de Governo

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 02/07890846

Parecer nº: COG-473/02

Decisão nº: 2121/02

Sessão: 28.08.2002

**1212.** Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25/00, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

A forma mais adequada de estabelecimento dos recursos destinados ao Poder Legislativo é a fixação de dotação no Orçamento Anual, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e atendidos a todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo suplantiar os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Carta Magna.

Refoge às regras basilares de orçamento a fixação dos recursos para o Poder Legislativo com base em percentual da receita municipal. Todavia, se a LDO estabelecer repasse em percentual, bem como as receitas que integrarão a base de cálculo para as transferências, os repasses à Câmara terão por base a receita efetivamente arrecadada pelo Município.

É dever do Chefe do Poder Executivo determinar o repasse mensal ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias estabelecidas na Lei do Orçamento Anual, que deve estar em consonância com as condições previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O repasse deve seguir a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00. Poderá caracterizar crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo o repasse de valores financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária (art. 29-A, § 2º, III, da Constituição Federal), considerados os valores anuais.

Caso a arrecadação municipal verificada no decorrer do exercício impossibilite o atingimento da

receita orçada, desde que previsto na lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei do Orçamento Anual, é admitido que o Prefeito determine o contingenciamento das dotações orçamentárias de forma uniforme e linear, abrangendo todas as unidades orçamentárias, incluindo dotação para a Câmara de Vereadores. Neste caso, a apuração dos gastos com a folha de pagamento da Câmara será em relação à dotação anteriormente prevista.

A folha de pagamento abrange exclusivamente gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelo servidor ou Vereador (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP, os gastos com inativos, as despesas com serviços de terceiros e as sessões extraordinárias realizadas no período de recesso.

Origem: Câmara Municipal de Águas de Chapecó

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 01/01841124

Parecer nº: COG-462/02

Decisão nº: 2171/02

Sessão: 02.09.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01854293

Parecer nº: COG-154/02

Decisão nº: 608/02

Sessão: 15.04.2002

Processo nº: 01/02034940

Parecer nº: COG-133/02

Decisão nº: 649/02

Sessão: 17.04.2002

Processo nº: 01/01969430

Parecer nº: COG-180/02

Decisão nº: 850/02  
 Sessão: 15.05.2002  
 Processo nº: 01/01121628  
 Parecer nº: COG-146/02  
 Decisão nº: 890/02  
 Sessão: 20.05.2002  
 Processo nº: 01/00537510  
 Parecer nº: COG-157/02  
 Decisão nº: 1710/02  
 Sessão: 05.08.2002  
 Processo nº: 01/01337639  
 Parecer nº: COG-196/02  
 Decisão nº: 2231/02  
 Sessão: 04.09.2002  
 Processo nº: 01/01958404  
 Parecer nº: COG-504/02  
 Decisão nº: 2341/02  
 Sessão: 11.09.2002

.....

**1213.** Somente é admissível o contrato de risco (*ad exitum*) na Administração Pública quando o Poder Público não despender qualquer valor, sendo a remuneração do contratado exclusivamente o valor das inscrições em concurso público pago pelos interessados. A Concorrência é a modalidade de licitação adequada para a celebração deste tipo de contrato, onde o critério de julgamento será a oferta do menor valor por inscrição, limitado a um valor máximo especificado pela Administração no edital.

Origem: Câmara Municipal de Gaspar  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 01/02063613  
 Parecer nº: 448/02  
 Decisão nº: 2162/02  
 Sessão: 02.09.2002

**1214.** O instrumento legal para fixação do subsídio dos Vereadores é lei de iniciativa da Câmara, por força do art. 29, VI, combinado com o art. 39, § 4º, e art. 37, X, da Constituição Federal.

Não é permitido alteração dos subsídios dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito durante o mandato, em face das normas do art. 29, V e VI, da Constituição Federal e art. 111, V, da Constituição do Estado, salvo a revisão anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

A revisão anual para os Vereadores não poderá resultar em subsídio acima do limite previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal. Se o subsídio de Vereador for fixado no percentual máximo em relação ao subsídio de Deputado Estadual, fica vedada inclusive a revisão enquanto não houver modificação no subsídio de Deputado.

A revisão somente poderá ser implementada se não extrapolar qualquer limite previsto nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e arts. 19 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Estão derogadas as disposições que permitiam a fixação dos subsídios dos Vereadores por Resolução. Deverá a Câmara Municipal, por via de lei, ajustar-se às disposições nela contidas.

A iniciativa para a fixação dos subsídios do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais é cometida ao Poder Legislativo da municipalidade, nos termos do art. 29, V, da Constituição Federal.

Inexistindo óbice na Lei Orgânica, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados a qualquer tempo através de lei originária do Poder Legislativo, desde que sejam observados os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município, bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e existência de recursos na Lei Orçamentária Anual.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Caso os subsídios de agentes políticos tenham sido fixados de forma extemporânea e a iniciativa do instrumento legal tenha partido do Poder Executivo, a norma fixadora contém vício de inconstitucionalidade, não podendo ser aplicada, permanecendo os valores de subsídios da legislatura anterior, devendo os valores percebidos de forma irregular serem devolvidos aos cofres públicos, devidamente corrigidos.

Origem: Câmara Municipal de Nova Trento  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 02/06543832  
Parecer nº: 494/02  
Decisão nº: 2173/02  
Sessão: 02.09.2002

.....

**1215.** 1. Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

A forma mais adequada de estabelecimento dos recursos destinados ao Poder Legislativo é a fixação de dotação no Orçamento Anual, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e atendidos a todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo suplantar os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Carta Magna.

Refoge às regras basilares de orçamento a fixação dos recursos para o Poder Legislativo com base em percentual da receita municipal. Todavia, se a LDO estabelecer repasse em percentual, bem como as receitas que integrarão a base de cálculo para as transferências, os repasses à Câmara terão por base a receita efetivamente arrecadada pelo Município.

É dever do Chefe do Poder Executivo determinar o repasse mensal ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias estabelecidas na Lei do Orçamento Anual, que deve estar em consonância com as condições previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O repasse deve seguir a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00.

Poderá caracterizar crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo o repasse de valores financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária (art. 19-A, §3º, III, da Constituição Federal), considerados os valores anuais.

Caso a arrecadação municipal verificada no decorrer do exercício impossibilite o atingimento da receita orçada, desde que previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei do Orçamento Anual, é admitido que o Prefeito determine o contingenciamento das dotações orçamentárias de forma uniforme e linear, abrangendo todas as unidades orçamentárias, incluindo as dotações para a Câmara de Vereadores. Neste caso, a apuração dos gastos com a folha de pagamento da Câmara será em relação à dotação originalmente prevista.

2. Ante a ausência de decisão judicial definitiva sobre o mérito de concurso público impugnado e visando dar solução de continuidade aos serviços atribuídos ao Município, é possível a contratação de pessoal por prazo determinado, observadas as exigências do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Na hipótese do concurso ter sido questionado antes da realização das provas, não haverá prejuízo para qualquer inscrito a revogação do certame, com a devolução dos valores cobrados a título de inscrição, por parte da municipalidade. Nesse caso, poderá ser lançado novo edital, e enquanto realiza novo certame, o Município poderá contratar pessoal por prazo determinado, obedecidas as normas constitucionais.



3. A partir do momento da liquidação, as despesas contraídas, ainda que inscritas em restos a pagar atendendo ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320/64, resultam em compromisso de pagamento assumido pelo ente, gerando ao credor direito à contraprestação pecuniária.

Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não-processados, de exercícios anteriores (2000, 1999, 1998 e outros exercícios), pendentes de pagamento, os municípios devem observar os seguintes procedimentos:

- a) devem ser pagas na forma de restos a pagar (despesas extra-orçamentárias), preferencialmente antes de atingir os últimos 8 meses do mandato do respectivo titular da unidade gestora (p. ex.: até 30.04.2004, no caso dos Prefeitos, e até 30.04.2002, no caso dos Presidentes de Câmaras), de modo a permitir que sejam contraídas novas despesas naquele período com recursos suficientes para pagá-las até o encerramento do mandato, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/00;
- b) em cada fonte diferenciada de recursos deverá ser obedecida a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecido o art. 37 da Lei nº 4.320/64, para as demais despesas;
- c) caso tenha havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de restos a pagar ao final do exercício de 2000, ou início do exercício de 2001, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento; d) desnecessário o reconheci-

mento pelo Poder Legislativo quando as despesas foram regularmente empenhadas em 2000 e exercícios anteriores, utilizando as respectivas dotações orçamentárias para as quais havia créditos à época;

- e) Caso seja insuficiente a dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores” no Orçamento de 2001, para promover novo empenhamento das despesas anuladas ou restos a pagar cancelados, o titular deve solicitar ao Legislativo autorização para abertura de créditos adicionais, observadas as disposições da Constituição Federal e Lei nº 4.320/64;
  - f) Se não cancelados ou anulados, tais despesas permanecem inscritas como restos a pagar e devem ser pagas como despesas extra-orçamentárias;
  - g) Não havendo condições financeiras para suportar o pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores no exercício de 2001, devidamente justificado, excepcionalmente neste momento, os entes deverão estabelecer no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais (quando exigível) programação financeira (montantes e prazos) prevendo utilização de receitas orçamentárias (recursos financeiros) dos exercícios seguintes para regularizar os pagamentos, como meta fiscal a ser alcançada.
4. Na hipótese das despesas concernentes à folha de pagamento da Câmara extrapolarem o limite máximo estabelecido no §1º do art. 29-A da Constituição Federal, o Chefe do Poder Legislativo fica sujeito a responder por crime de responsabilidade, nos termos do §3º do art. 29-A, da Constituição Federal.
5. O secretário municipal, ainda que caracterizado como agente político, encontra-se investido

## Decisões em Consultas – Prejulgados

em cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração. Sendo ocupante de cargo, resta-lhe conferido o direito à percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no §3º do art. 39 da Constituição Federal.

O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo §3º do art. 39 da Constituição Federal, que se reporta exclusivamente a ocupantes de cargo público, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo terceiro subsídio.

6. A fixação dos subsídios para a legislatura 1997/2000 já se deu ao final da anterior legislatura, encontrando-se cristalizada, não sendo modificada pela EC nº 19, salvo a determinação para adequação (redução) aos limites dos subsídios então fixados na Constituição Federal, conforme o previsto no art. 29 da referida Emenda.

### 7. REVOGADO<sup>210</sup>

8. Havendo interesse da Administração, há possibilidade de professor concursado com carga de dez horas semanais requerer administrativamente a ampliação da carga horária, por força do Estatuto do Magistério Público do Município, posto que, dada a autonomia municipal, o aumento da carga horária, resta perfeitamente compatibilizado com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Quando a alteração da carga horária de professores implicar em aumento das despesas com pessoal, torna-se imperiosa a observância das condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, sob pena de nulidade dos atos (art. 21 da LRF).

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 01/01337639

Parecer nº: 196/02

Decisão nº: 2231/02 Sessão: 04.09.2002

Decisão Análoga:

ao item 8 do prejudgado:

Processo nº: 02/00394843

Parecer nº: COG-606/02

Decisão nº: 3011/02

Sessão: 13.11.2002

.....

**1216.** As receitas devem ser registradas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência (Lei Federal nº 4.320/64 e art. 50 da Lei Complementar nº 101/00). As despesas liquidadas no mês de dezembro devem ser registradas como despesas de competência daquele mês, ainda que o pagamento seja efetuado no exercício seguinte. Não promovido o pagamento até o dia 31 de dezembro, a despesa será inscrita em Restos a Pagar, exigindo-se a correspondente disponibilidade financeira quando se tratar do último ano do mandato do titular do Poder ou Órgão (art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Servidor aposentado pelo Estado, com fundamento no art. 40 ou 42 da Constituição Federal, que presta concurso público e é nomeado para ocupar cargo público municipal deve optar entre os proventos da aposentadoria e a remuneração do cargo, em conformidade com o disposto no art. 37, § 10, da Constituição Federal, salvo os casos de acumulação lícita (arts. 37, XVI, 95, parágrafo único, I, e 128, § 5º, II, d, Constituição Federal).

<sup>210</sup> Item 7 revogado pelo Tribunal Pleno na sessão de 14.05.2003, através da decisão nº 1402/2003 exarada no processo nº CON-02/10418656. Redação inicial: “O servidor público ocupante de cargo efetivo, investido em mandato eletivo municipal, poderá assumir a Presidência da Câmara, observando-se as disposições do art. 38, inc. III, da Magna Carta, que não excepciona esta situação, para os casos de afastamento obrigatório do cargo efetivo.”

A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, que ocorre através do procedimento administrativo de lançamento e notificação do sujeito passivo da obrigação tributária.

O pagamento de despesa pública deve ser precedido pela regular liquidação da despesa, com a verificação da origem e o objeto do que se deve pagar, o valor e o credor. O departamento de contabilidade expedirá a ordem para que a tesouraria ou pagadoria efetue o pagamento.

A procuração que autoriza débito automático em conta bancária de cotas de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, para pagamento de despesa à outorgada é irregular, por caracterizar vinculação de receita à despesa, o que é vedado pelo art. 167, IV, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 29, de 13.09.2000, bem como não segue as regras dos arts. 62 a 65 da Lei nº 4.320/64.

Os atos administrativos editados no âmbito do Poder Executivo, ainda que subordinados, *a priori* são de responsabilidade do Chefe do Executivo, já que a ele compete o comando e a supervisão. Somente quando o titular do cargo de Prefeito tomar as medidas administrativas para apuração de responsabilidades, poderá eximir-se das responsabilidades por atos irregulares.

A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo. Não sendo possível a verificação do responsável, o chefe do respectivo Poder será o responsável pelo pagamento.

Quando a Unidade Gestora for compelida a pagar multa por infração de trânsito para regulariza-

ção do licenciamento do veículo no interesse do serviço público, a autoridade competente deve adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário pelo responsável pela infração, mediante regular processo administrativo, inclusive com instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos dos arts. 10 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE/SC) e 12 da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno do TCE/SC) e Instrução Normativa 01, de 01.10.2001.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00290280  
Parecer nº: 390/02  
Decisão nº: 2273/02  
Sessão: 09.09.2002

.....

**1217.** O Plano de Contas da Contabilidade de uma entidade deve estar organizado em contas contábeis analíticas de forma a evidenciar todos os atos e fatos administrativos de maneira detalhada e pormenorizada, contendo os registros individualizados dos credores, devedores, bens e direitos da entidade, bem como proporcionar a elaboração de relatórios gerenciais sobre a situação econômico-financeira da empresa.

A entidade sujeita à Lei nº 6.404/76 e às regras da Contabilidade Comercial pode adaptar o Plano de Contas às suas especificidades, mantidos os Princípios de Contabilidade geralmente aceitos e a uniformidade dos critérios no tempo (consistência), que determinam que as alterações no plano de contas devem ser objeto de notas explicativas no Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, devendo ainda a empresa manter arquivos dos planos alterados.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/01994702  
Parecer nº: 496/02  
Decisão nº: 2258/02  
Sessão: 09.09.2002

.....

**1218.** Observadas as respectivas competências, as ações dos Poderes Executivo e Legislativo tendentes a cumprir as prescrições da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) em relação à renúncia de receitas devem ser tempestivas aos instrumentos legais nela mencionados, ou seja, anteriores ou concomitantes à elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, sendo incompatível com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal a edição de atos normativos posteriores para regular fatos pretéritos e viabilizar renúncias de receitas.

Considerando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento são instrumentos legais de vigência temporal limitada ao exercício financeiro a que se referirem, a concessão de benefícios fiscais também fica adstrito ao respectivo exercício da lei orçamentária. O benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita deve ser regulado por lei e concedido a cada exercício, observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

O deferimento da concessão de isenção de tributo a um contribuinte (como IPTU, por exemplo) para o exercício de 2001 não significa que esteja automaticamente isento para o exercício de 2002. Havendo lei concessiva vigente para o exercício, o Município deverá editar novo ato de concessão, atendidos os requisitos da legislação autorizativa local e os pressupostos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbituba  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/06610459  
Parecer nº: 489/02  
Decisão nº: 2267/02  
Sessão: 09.09.2002

.....

**1219.** O reconhecimento do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório, não autorizando, contudo, uma nova fixação ou a elevação automática do subsídio, muito menos a extensão do benefício aos Vereadores, vedada a alteração de seus subsídios durante o mandato, em face da norma dos arts. 29, VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição do Estado, sendo permitida revisão anual, desde que sejam aplicados também para os servidores, nos mesmos índices e na mesma data, conforme o art. 37, inciso X, da Carta Magna.

Mediante lei específica poderá ser concedido aumento à remuneração dos servidores públicos, observada a iniciativa de cada Poder, bem como os limites estabelecidos pelos arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Câmara Municipal de Luis Alves  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/06610700  
Parecer nº: 511/02  
Decisão nº: 2272/02  
Sessão: 09.09.2002

.....

**1220.** Os valores percebidos a título de indenização por presença nos períodos de sessões legislativas extraordinárias realizadas no recesso

parlamentar devem ser afastados quando da apuração dos limites de gastos de pessoal da Câmara de Vereadores, para fins do disposto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, porém integram o total da despesa do Poder Legislativo para o limite previsto no *caput* do mesmo artigo, não incidindo na despesa total com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

O pagamento das sessões legislativas extraordinárias deverá estar previsto no ato fixatório dos subsídios dos Vereadores e não poderá exceder ao subsídio mensal, sendo devido apenas em período de recesso parlamentar. Reuniões realizadas fora do recesso não assumem esse caráter, não sendo permitida uma retribuição pecuniária além do subsídio mensal.

As despesas decorrentes da manutenção dos gabinetes dos Vereadores deverão ser centralizadas na própria estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal.

Na hipótese da Mesa Diretora da Câmara optar pela instituição das denominadas verbas de gabinete, a sua implantação deverá ser através de autorização legislativa, que pode ser de iniciativa da Câmara, com a sanção do Prefeito, observadas as exigências do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00, devendo haver dotação orçamentária específica e empenho prévio, mediante concessão de adiantamento e prestação de contas da aplicação dos recursos pelo Gabinete do Vereador, a qual deverá ser submetida pela Mesa à apreciação do Tribunal de Contas.

Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exer-

ce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra-corrente do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária, desde que haja dotação orçamentária específica no orçamento da Câmara. A fixação da parcela indenizatória ao Presidente da Câmara de Vereadores não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00, mas incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Imaruá

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 02/06543751

Parecer nº: 506/02

Decisão nº: 2342/02

Sessão: 11.09.2002

.....

**1221.** Consideram-se contratos de terceirização de mão-de-obra para os fins de entendimento do disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, aqueles decorrentes da contratação de pessoas físicas ou jurídicas para o exercício de atividades ou funções finalísticas do Poder ou Órgão para as quais haja correspondência com cargos e empregos do seu quadro de cargos, ou para execução de serviços de que resulte edição de atos administrativos, caracterizando exercício de parcela do poder público, correspondendo ao exercício de atividades que deveriam ser atribuídas a agentes públicos, tais como atividades de fiscalização ou de exercício do poder de polícia, contratação de escritórios de contabili-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

dade para execução de serviços contábeis de órgãos, entidades ou fundos, contratação de advogados ou escritório de advocacia para execução de atividades rotineiras dos órgãos, inclusive assessoria e consultoria jurídica, salvo para defesa dos interesses do ente em causas específicas, complexas e que demandam a contratação de profissional de notória especialização, contratados por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 combinado com art. 13 da Lei 8.666/93, ou por licitação nos demais casos, ainda que a contratação seja ilegal, situação em que cabe ao administrador tomar as medidas cabíveis para correção e apuração das responsabilidades pela irregularidade cometida.

Para a contabilização de despesas com contrato de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores e empregados públicos (§ 1º do art. 18 da Lei Complementar 101/2000), o Poder ou Órgão deve respeitar às determinações da Lei nº 4.320/64 e, a partir de sua vigência, a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações posteriores, contabilizando as despesas no elemento 34 - "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização".

Os entes públicos poderão desdobrar os elementos de despesa de maneira suplementar ao disposto nos Anexos da Portaria Interministerial nº 163/2001, de 04.05.2001, para o empenhamento e transparência do montante dos gastos em atendimento às necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária.

A despesa de pessoal relativa aos servidores à disposição de outros Poderes e Órgãos deve ser incluída nos gastos do Poder ou Órgão que arcar com o ônus da sua remuneração e encargos previdenciários, inclusive para fins de apuração dos limites de que trata o art. 169 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000.

O Poder ou Órgão cedente que promover o pagamento da remuneração do servidor cedido e for ressarcido do respectivo valor pelo Poder ou Órgão cessionário deverá contabilizar a despesa debitando a conta Realizável do Ativo Financeiro, enquanto que o cessionário contabilizará a despesa com o ressarcimento no elemento 96 - "Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado", da Portaria Interministerial 163/2001, de 04.05.2001. O ingresso do ressarcimento nos cofres do cedente será creditado na conta Realizável.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 00/06394787  
Parecer nº: 484/02  
Decisão nº: 2370/02  
Sessão: 16.09.2002

. . . . .

**1222.** Por expressa disposição da Lei Estadual nº 8.675, de 17 de junho de 1992, não será remunerado o exercício da função de membro de Conselho Consultivo, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, ou outros órgãos colegiados da Administração Direta ou Indireta, nas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias ou controladas, quando o conselheiro for servidor da Administração Estadual Direta ou Indireta, abrangendo todos os Poderes e órgãos com autonomia administrativa e financeira decorrente da Constituição Federal.

Origem: BADESC - Agência Catarinense de Fomento S/A  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/07892466  
Parecer nº: 497/02  
Decisão nº: 2365/02 Sessão: 16.09.2002



**1223.** Independentemente da existência de contabilidade própria, está a Câmara de Vereadores submetida aos preceitos do § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, sendo que a receita prevista neste dispositivo deverá ser entendida como o montante dos recursos a ela destinados no exercício, conforme previsto na Lei Orçamentária. Quando a Câmara não recebe repasse de suprimentos, a base de cálculo da receita corresponde aos pagamentos efetivamente realizados em favor do Legislativo.

A folha de pagamento abrange, exclusivamente, gastos com os vencimentos e subsídios de seus servidores e Vereadores, com os descontos legais suportados pelos mesmos (IR, contribuição previdenciária e outros), dela se excluindo os valores pagos diretamente pela Câmara, como por exemplo, a parte das contribuições previdenciária e assistencial e o PASEP.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/07448540  
Parecer nº: 517/02  
Decisão nº: 2386/02  
Sessão: 18.09.2002

.....

**1224.** A indenização das despesas com transporte do policial militar, de seus familiares e de seus pertences, de uma cidade para outra, com fundamento no art. 51 da Lei Estadual nº 5.645/79, movimentado (transferido) por determinação da Corporação, no interesse do serviço, poderá ser efetivada por depósito em conta bancária ou entrega de cheque nominal ao militar, conforme regulamento próprio da Instituição, admitindo-se a utilização do sistema de adiantamento com prestação de contas nos termos legais e regulamentares.

O caráter indenizatório e as peculiaridades deste tipo de despesa não admitem a sua inserção na folha de pagamento, pois a contabilização das despesas deve obedecer à Portaria Interministerial nº 163/01 e alterações posteriores introduzidas por Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, registradas no elemento de despesa “93 - Indenizações e Restituições”, não pertencente ao Grupo de Natureza de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”.

As despesas decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei Estadual nº 5.645/79 não podem ser empenhadas à conta das dotações do Fundo de Melhoria da Polícia Militar por não estarem diretamente relacionadas aos seus objetivos, conforme Decisão nº 4081/2000 desta Corte no Processo CON-00/00422509, exarada na Sessão de 18 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de março de 2001.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 00/06817505  
Parecer nº: 523/02  
Decisão nº: 2427/02  
Sessão: 23.09.2002

.....

**1225.** Para fins do limite prescrito pelo art. 29-A da Carta Magna, as despesas totais do Poder Legislativo não podem ultrapassar as receitas tributárias e as transferências constitucionais arrecadadas no exercício anterior, sendo que os percentuais previstos no referido dispositivo representam apenas o limite máximo de despesas da Câmara, não significando que tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

É legítima a percepção pelos Vereadores dos subsídios fixados na legislatura anterior (1997/2000),

## Decisões em Consultas – Prejulgados

desde que tais subsídios estejam de acordo com todos os limites constitucionais e não ultrapassem os valores estabelecidos no atual redutor, através de Resolução Administrativa.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Barra do Sul  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01972067  
Parecer nº: 521/02  
Decisão nº: 2424/02  
Sessão: 23.09.2002

.....

**1226.** Não é permitido alteração dos subsídios dos Agentes Políticos durante o mandato, em face das normas dos arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição do Estado, salvo a revisão anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, na mesma data e no mesmo índice, vedado índice diferenciado para os Vereadores.

A revisão anual para os Vereadores não poderá resultar em subsídio acima do limite previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal. Se o subsídio de Vereador for fixado no percentual máximo em relação ao subsídio de Deputado Estadual, fica vedada inclusive a revisão enquanto não houver modificação no subsídio de Deputado.

A revisão somente poderá ser implementada se não extrapolar qualquer limite previsto nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e 19 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Origem: Câmara Municipal de Vargem  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/06589077  
Parecer nº: 505/02  
Decisão nº: 2428/02  
Sessão: 23.09.2002

**1227.** Não encontra amparo legal nem atende ao interesse da coletividade, o Município, por seus Poderes, celebrar convênio com a Caixa Econômica Federal visando à concessão de empréstimos pessoais a servidores públicos municipais com consignação em folha, onde a Prefeitura ou Câmara atua como agente intermediário e desempenha tarefas de entreposto bancário, e especialmente quando o Poder Público municipal assume obrigações de liquidação de empréstimos inadimplidos pelos servidores tomadores de empréstimo, em atentado aos princípios da gestão fiscal responsável preconizados no art. 1º da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Câmara Municipal de Morro da Fumaça  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 01/01206534  
Parecer nº: 510/02  
Decisão nº: 2459/02  
Sessão: 25.09.2002

.....

**1228.** Observados os requisitos dos arts. 20 da Constituição Federal e 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e havendo autorização legislativa pelos respectivos municípios para cessão de pessoal, é permitida a celebração de convênios entre a CASAN e municípios objetivando a cessão de servidores municipais efetivos para operação de Sistema de Abastecimento de Água destinado à distribuição nos respectivos municípios beneficiados, temporariamente e com ressarcimento pela CASAN, até esta realizar concurso e admissão de pessoal para essa finalidade, sendo vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, em estágio probatório ou ocupantes de cargo em comissão.

Como incentivo à instalação de empresas no Município, é permitida a utilização do instituto da con-

cessão do direito real de uso mediante lei autorizativa que disponha sobre as condições da concessão, prevendo o atrelamento às atividades para as quais houve a concessão, bem como a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão ou quando não mais sejam atendidas as condições da concessão, estando vedada a doação de bens imóveis públicos a particulares.

Mesmo havendo interesse da Administração Pública em incentivar o desenvolvimento econômico do ente da Federação que administra, é vedado o pagamento pelo Município de aluguel do imóvel no qual a empresa beneficiária está estabelecida ou venha a se estabelecer, pois referida despesa não é pública e não se coaduna com os princípios da finalidade, do interesse público, da razoabilidade, da proporcionalidade e da impessoalidade.

Para apuração da Receita Corrente Líquida, relativamente à receita do FUNDEF, será considerada a diferença a maior para o Estado ou Município (retorno maior que a contribuição) ou deduzido o valor quando da diferença a menor (contribuição maior que o retorno).

Origem: Prefeitura Municipal de Pouso Redondo  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/01058675  
Parecer nº: COG-155/02  
Decisão nº: 2514/02  
Sessão: 30.09.2002

1229. Para fins do art. 29-A, inserido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, os Municípios deverão considerar o FPM, o ICMS e o IPI pelo valor bruto das cotas transferidas, sem qualquer dedução oriunda de descontos em favor do FUNDEF. A receita orçamentária de transferên-

cia proveniente do FUNDEF, entendida como a diferença positiva entre os valores recebidos pelo Município e aqueles descontados para constituição do Fundo, não pode compor a base de cálculo do art. 29-A da Constituição Federal, pois não integram as receitas tributárias e as transferências especificadas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 do Texto Maior, uma vez que se constitui em recursos transferidos com destinação específica.

Origem: Câmara Municipal de Bom Retiro  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/06610297  
Parecer nº: COG-538/2002  
Decisão nº: 2547/02  
Sessão: 02.10.2002

1230. Não é possível a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal, ou o Fundo Municipal de Habitação, e a Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, em substituição ao instituto da licitação, para construção de casas populares destinadas à população de baixa renda, pois a atividade não está contemplada entre aquelas previstas nos incisos I e II do art. 2º da Lei Municipal 1.735/71, não sendo objetivo institucional daquela Companhia, que somente pode ser alterado mediante lei.

A Prefeitura Municipal, ou o Fundo Municipal de Habitação, não poderá realizar despesas de licitação, com fulcro no art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93, para contratação da Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, destinada à construção de casas populares para a população de baixa renda, pois a atividade não está contemplada entre aquelas previstas nos incisos I e II do art. 2º da Lei Municipal nº 1.735/71, não sendo objetivo

## Decisões em Consultas – Prejulgados

institucional da referida Companhia, ressaltando que a lei criadora de empresa estatal não pode conter autorização genérica para seus objetivos sociais, que autorize definição pelo Estatuto Social.

Origem: Prefeitura Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02038775  
Parecer nº: COG-495/02  
Decisão nº: 2580/02  
Sessão: 07.10.2002

.....

**1231.** É lícito à Câmara de Vereadores aplicar no mercado financeiro as suas disponibilidades de caixa, desde que não interfiram no cumprimento de obrigações financeiras, sendo que os rendimentos dessas aplicações serão creditados nas contas a que se referem como Receitas Patrimoniais.

Origem: Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02048495  
Parecer nº: COG-515/02  
Decisão nº: 2581/02  
Sessão: 07.10.2002

.....

**1232.** Embora a fixação das despesas na Lei Orçamentária preveja um montante a ser transferido ao Legislativo, este somente poderá ser repassado se toda a receita prevista for realizada. Na hipótese da arrecadação não atingir a previsão, os repasses à Câmara, obedecendo aos limites constitucionais e legais, devem ser suficientes a sua normal operação, isto é, devem prover o pagamento aos Edis, aos servidores e das despesas normais de custeio de seus prédios e serviços, podendo o Órgão adotar a medida prevista no art. 9º da Lei Com-

plementar nº 101/00, limitando empenhos para se adequar ao nível de receita do Município.

As dotações destinadas à Câmara de Vereadores podem ser suplementadas, mediante abertura de créditos, através de lei aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Prefeito, correndo a despesa à conta de qualquer uma das fontes de recursos autorizadas pelo art. 43, §§ 1º a 4º, da Lei nº 4.320/64, observados os limites de despesa do Poder Legislativo previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não-processados, pendentes de pagamento, a unidade gestora deve observar os seguintes procedimentos:

- a) devem ser pagas na forma de restos a pagar (despesas extra-orçamentárias), preferencialmente antes de atingir os últimos 8 meses do mandato do respectivo titular da unidade gestora, de modo a permitir que sejam contráídas novas despesas naquele período com recursos suficientes para pagá-las até o encerramento do mandato, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/00;
- b) em cada fonte diferenciada de recursos deverá ser obedecida a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei nº 8.666/93, e obedecido o art. 37 da Lei 4.320/64, para as demais despesas;
- c) caso tenha havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de restos a pagar ao final do exercício anterior, ou início do exercício em curso, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento;

d) as despesas com pagamento do subsídio dos vereadores, encargos sociais, fornecedores e outros credores, não pagas pela Câmara no exercício de sua liquidação e inscritas em Restos a Pagar, devem ser suportadas por seu orçamento, observados os limites estabelecidos pelo art. 29-A da Constituição Federal, computadas pelo regime de competência;

e) eventuais repasses de recursos financeiros do Tesouro Municipal à Câmara para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar devem ser somados aos duodécimos recebidos pelo Poder Legislativo, não podendo o Poder Executivo executar transferências financeiras além do previsto no orçamento, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito (art. 29-A, § 2º, I da Constituição Federal), situação em que esses repasses adicionais devem ser deduzidos das quotas mensais, salvo se houver elevação das dotações orçamentárias por créditos adicionais, observadas as hipóteses e condições estabelecidas no art. 167 da Constituição Federal e art. 40 e seguintes da Lei nº 4.320/64, ressaltando que em nenhuma circunstância as despesas do Poder Legislativo podem ultrapassar o limite do *caput* do art. 29-A da Constituição Federal.

A lei fixadora dos subsídios dos Vereadores deverá estar em conformidade com os comandos constitucionais atinentes à espécie, mais precisamente os incisos VI e VII do art. 29; os incisos I ao IV e § 1º do art. 29-A da Carta Federal, bem como o inciso III, alínea “a”, do art. 20 da Lei Complementar nº 101/00. Caso os subsídios venham a exceder os limites previstos pelos referidos dispositivos, deverá ser procedida a devida adequação, conforme o preconizado pelo art. 29 da Emenda Constitucional nº 19/98,

não se admitindo a invocação da garantia constitucional da irredutibilidade, que se aplica apenas aos ocupantes de cargos e empregos públicos, conforme se depreende do inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

As despesas realizadas com sessões extraordinárias realizadas no período de recesso estão excluídas do limite previsto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

A remuneração das sessões extraordinárias da Câmara é despesa própria do Poder Legislativo, devendo ser empenhada pelo próprio Órgão. Se houver transferência adicional de recursos financeiros para essa finalidade pelo Poder Executivo, tais recursos serão adicionados aos duodécimos, ressalvando que a despesa total do Legislativo, incluídos os dispêndios com sessões extraordinárias, não pode ultrapassar o limite estabelecido no art. 29-A da Constituição da República.

As funções típicas e permanentes do Legislativo devem ser executadas por servidores de seu quadro de pessoal, ocupantes de cargos efetivos, admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II da Constituição Federal.

Os cargos comissionados, destinados exclusivamente ao desempenho de funções de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, Constituição Federal) serão criados e extintos por lei local, na quantidade necessária ao cumprimento das funções institucionais do Órgão, limitados ao mínimo possível, evitando-se a criação desmensurada e sem critérios técnicos, obedecendo-se também aos limites de gastos com pessoal previstos pela Lei Complementar nº 101/00.

Tendo os serviços jurídicos natureza de atividade administrativa permanente e contínua, é recomendável que haja o correspondente cargo efetivo no quadro de servidores da Câmara para atender a tal

## Decisões em Consultas – Prejulgados

função, com provimento mediante concurso público (art. 37 da Constituição Federal).

É cabível a contratação de profissional do ramo do direito, desde que devidamente justificada para atender a específicos serviços (administrativo ou judicial) que não possam ser realizados pela assessoria jurídica dada a sua complexidade e especificidade, desde que realizado o devido processo licitatório. Caso a contratação configure necessidade dos serviços de profissional (jurista) de notória especialização, a contratação poderá ser efetuada por inexigibilidade de licitação e se dará nos termos dos arts. 25, II, § 1º, combinado com o art. 13, V e § 3º, e 26 da Lei nº 8.666/93, observados os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e, também os arts. 54 e 55, da Lei nº 8.666/93, ou por dispensa de licitação, quando atendidos aos requisitos dos arts. 24, II, e 26 da Lei de Licitação.

Para suprir a falta transitória de titular do cargo de advogado (ou outro equivalente), poderá a Câmara contratar profissional, temporariamente, até que haja o devido e regular provimento, segundo for regulado em lei municipal específica, inclusive quanto ao prazo, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, ou, ainda, contratar serviços jurídicos através de processo licitatório.

Quando não houver cargo de advogado ou equivalente na estrutura administrativa da Câmara, para atender aos serviços jurídicos gerais, é admissível, até a criação do cargo e respectivo provimento:

- a) a contratação de profissional em caráter temporário, mediante autorização por lei municipal específica, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; ou
- b) a contratação de prestação de serviços jurídicos, através de processo licitatório, na forma da Lei nº 8.666/93.

Origem: Câmara Municipal de Sombrio  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01101511  
Parecer nº: 524/2002  
Decisão nº: 2586/02  
Sessão: 07.10.2002

. . . . .

1233. A lei fixadora dos subsídios dos vereadores deverá estar em conformidade com os comandos constitucionais atinentes à espécie, mais precisamente os incisos VI e VII do art. 29 e os incisos I ao IV e § 1º do art. 29-A da Carta Federal, bem como o inciso III, alínea “a”, do art. 20 da Lei Complementar nº 101/00.

Caso os subsídios venham a exceder os limites previstos pelos referidos dispositivos, deverá ser procedida a devida adequação, conforme o preconizado pelo art. 29 da Emenda Constitucional nº 19/98.

A garantia constitucional da irredutibilidade se aplica apenas aos ocupantes de cargos e empregos públicos, conforme se depreende do inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual. A forma mais adequada de estabelecimento dos recursos destinados ao Poder Legislativo é a fixação de dotação no Orçamento Anual, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e atendidos a todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo suplantarem os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Carta Magna.

Os subsídios dos Vereadores não devem ser calculados em relação à arrecadação do Município, mas fixados em valores que, individualmente, não pode-



rão ultrapassar determinado percentual dos subsídios dos Deputados Estaduais e, concomitantemente, não podem extrapolar os percentuais de 5% da receita municipal, nem de 70% da receita da Câmara.

Origem: Câmara Municipal de Bom Jesus  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/02043930  
Parecer nº: COG-475/02  
Decisão nº: 2628/02  
Sessão: 09.10.2002

.....

**1234.** As perdas financeiras decorrentes de aplicações de recursos disponíveis em bancos oficiais pelo Poder Público devem ser contabilizadas como despesas e classificadas no código “3.3.90.93 - Indenizações e Restituições”, conforme indicação do anexo II da Portaria Interministerial nº 163/01, alterado pela portaria Interministerial nº 325/01, impondo-se alterações no orçamento, inclusive mediante abertura de crédito adicional especial, caso a dotação orçamentária no referido elemento de despesa seja insuficiente para o empenhamento da despesa, que poderá ser evitada apenas quando no período de aplicação (até o resgate) se tenha obtido receita de aplicações financeiras suficientes para a compensação das perdas iniciais, salvo orientação específica diversa emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão competente para disciplinar a uniformização dos critérios de registros na contabilidade governamental visando à consolidação das contas dos entes da Federação.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/07503907  
Parecer nº: 541/02  
Decisão nº: 2626/02 Sessão: 09.10.2002

**1235. 1.** As despesas com a contratação de pessoas físicas, diretamente ou através de pessoas jurídicas, para o exercício de parcela do poder estatal, caracterizando substituição de servidores, devem ser contabilizadas no elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, conforme determina a Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001.

Com relação às regras de contabilização, têm-se quatro períodos: (a) antes da vigência da LRF, a contabilização deveria seguir as regras da Lei nº 4.320/64; (b) na vigência da LRF, mas de contratos já celebrados, contendo indicação da dotação orçamentária em vigor, a contabilização deveria ser conforme determinado na lei orçamentária; (c) na vigência da LRF, para contratos celebrados com base na lei orçamentária de 2001, a contabilização deveria ser alterada, criando-se o item “Outras Despesas de Pessoal”; e (d) após a Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001, devem ser observadas as regras de contabilização no exercício de 2002, conforme art. 9º da Portaria.

**2.** A Instrução Normativa nº 002/2001, de 08.10.2001, disciplina a elaboração, guarda e remessa ao Tribunal de Contas do Estado de dados e informações com vistas ao controle da gestão fiscal instituído pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

A padronização e atualização dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe ao Conselho de Gestão Fiscal ou, se ainda não instituído, ao órgão central de contabilidade da União, conforme determinam o artigos 50, § 2º, e 55, § 4º, ambos da LRF.

O Governo Federal, através da Secretaria do Tesouro Nacional, emitiu a Portaria nº 559/2001, de 14.12.2001, aprovando o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, e a Portaria nº 560/2001, de 14.12.2001, aprovando o Manual de Elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

3. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos representam situação na qual o ente da Federação fere o art. 100, *caput* e § 1º, da Constituição Federal, devendo, mesmo assim, serem inscritos nas respectivas rubricas conforme a natureza da despesa, sem prejuízo do cômputo do referido montante em conjunto com a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites definidos no art. 3º da Resolução nº 40/01, de 21.12.2001, do Senado Federal.

4. Os entes da Federação são obrigados a elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias acompanhada do Anexo de Metas Fiscais, no qual deverá estar consignada a meta dos resultados nominal e primário. No decorrer do exercício, com a elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, será verificado se a receita realizada poderá resultar num descumprimento das metas anuais de resultados primário ou nominal. A partir desta verificação os Poderes promoverão limitação de empenho. Os Municípios que optarem pela regra do art. 63 da LRF não estão obrigados a efetuar a limitação de empenho previsto no art. 9º daquele diploma legal

5. Desde o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) a Reserva de Contingência somente poderá ser utilizada para suplementação de dotações orçamentárias visando pagamento de despesas inesperadas, decorrentes de situações imprevisíveis, como calamidades públicas, fatos que provoquem situações emergenciais, etc., ou para cobrir passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, vedada sua utilização para suplementação de dotações insuficientes por falta de previsão ou por gastos normais da atividade pública. 6. Compõem a receita corrente líquida - RCL o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes, outras receitas também correntes, os recursos

da Lei Complementar nº 87/96 (desoneração do ICMS) e os recursos do FUNDEF. Estão excluídas do conceito de RCL, para os Municípios: (a) as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social; (b) os valores decorrentes da compensação financeira entre regimes de previdência; (c) as duplicidades na contabilização de um mesmo recurso (por exemplo, transferências intragovernamentais), devendo ser utilizados os formulários constantes dos anexos da Portaria nº 560, de 14.12.2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em relação aos recursos do FUNDEF, devem ser observadas as normas estabelecidas pela Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, com a contabilização pelo valor bruto das transferências constitucionais com introdução de conta redutora da receita (remessa de recursos ao FUNDEF) e de contas de transferências multigovernamentais para demonstração dos retornos do FUNDEF (valores recebidos pelo Município provenientes do Fundo).

7. As leis concessivas ou ampliativas de incentivos ou benefícios tributários, vigentes no exercício de 2000, não demandariam adequações, contudo, para os exercícios seguintes, as referidas leis devem sofrer adaptações a fim de se adequarem às novas regras determinadas pelo art. 14, da LRF, ou seja, (I) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, da LRF e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; e (II) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, do art. 14, da LRF por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A LRF não determina a forma de demonstração e cálculo dos novos incentivos, porém, o ente da Federação que intentar fazê-los deverá demonstrá-los da forma mais objetiva, didática e transparente possível, em consonância com o art. 1º, § 1º, da LRF e com o princípio da publicidade do art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

O ente público deve fazer constar regramento na LDO sobre renúncia de receita, pois é imperativo do *caput* do art. 14, da LRF, independente da elaboração do Anexo de Metas Fiscais.

Considerando que preço público (tarifa) não é tributo e que o instituto da isenção é utilizado para tributos, conforme dispõe o artigo 176, do CTN, não é possível a concessão de isenção para tarifas. No entanto, se o benefício é em relação a outras formas de reduzir a arrecadação de preço público (tarifa), o art. 14, da LRF não é aplicável, pois este refere-se somente a tributos.

8. A regra da nulidade para atos que resultem aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato (art. 21, § único, da LRF) é vedatória, porém deve ser interpretada com o princípio da indisponibilidade do interesse público e o da continuidade dos serviços públicos. De acordo com a recente doutrina, os atos que estariam fora da vedação legal seriam os que viessem a atender às situações decorrentes de fatos que provocam estado de emergência ou de calamidade pública, bem como, os que tivessem a proporcional compensação em relação ao aumento da despesa com pessoal, seja pelo aumento da receita corrente líquida, seja pela diminuição de outras despesas com pessoal.

9. O acréscimo de até 10%, previsto no art. 71, da LRF, é o percentual que o aumento causa em proporção à receita corrente líquida, de um exercício para outro.

10. As regras dos arts. 70 e 71 da LRF são específicas para Poderes e órgãos, separadamente. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores deverá ser classificada como Outras Despesas de Pessoal, conforme preceitua o art. 18, § 1º, da LRF.

11. Na elaboração do cronograma de desembolso mensal deverá ser utilizado a estimativa de gastos com compromissos assumidos, despesas liquidadas ou conhecidas (pessoal, serviços, etc), dentre outros elementos inerentes ao planejamento, independente do empenhamento.

O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas financeiras. Os empenhos representam despesa orçamentária, portanto não são hábeis para apuração do resultado primário, que deverá seguir a Portaria nº 560/2001, de 14.12.2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova o Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. As orientações de preenchimento dos quadros constam dos Anexos da referida Portaria.

12. Salvo em situações especiais, nas quais as despesas são irregulares ou que não se efetivaram, todas as demais despesas não pagas no exercício deverão ser inscritas em Restos a Pagar, em obediência ao art. 36, da Lei nº 4.320/64.

13. O Município tem autonomia para fixar o valor e critérios nos quais irá basear-se para definir despesa irrelevante, e deverá fazê-lo na respectiva LDO, a cada exercício, considerando-se como irrelevantes aquelas de diminuto valor e de pronto pagamento. A ausência de definição sobre as despesas consideradas irrelevantes leva à conclusão de que todo e qualquer aumento de despesa que represente criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental deverá observar os incisos I e II, do art. 16, da LRF.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

São consideradas como despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de medida provisória, lei ou ato administrativo normativo que determine para o ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 00/03694895  
Parecer nº: COG-417/02  
Decisão nº: 2676/02      Sessão: 14.10.2002

.....

**1236.** Cabe à União legislar privativamente sobre seguridade social (art. 22, XXIII, da Constituição Federal). A competência legislativa em matéria previdenciária é concorrente entre União e Estados (art. 24, XII, da Constituição Federal), sendo vedado aos Municípios legislar sobre o regime previdenciário de seus prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. A atuação legislativa municipal invasiva das competências constitucionais representa quebra do princípio federativo (art. 1º da Constituição Federal).

A União inseriu os exercentes de mandato eletivo municipal como segurados do Regime Geral de Previdência, mediante a Lei nº 9.506/97, que alterou o art. 12, I, "h", da Lei nº 8.212/91, excepcionando aqueles vinculados a regime próprio de previdência social. Assim, os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que se enquadrem na regra geral fazem jus aos benefícios previdenciários citados no art. 201 da Constituição Federal, especialmente à aposentadoria por invalidez (inciso I), enquanto durar a incapacidade laboral, e à pensão por morte (inciso V), concedida a seus dependentes, nos termos da Lei nº 8.213/91, sendo incabível ao município suportar pensão vitalícia ou temporária para dependentes de exercentes de mandato eletivo.

Origem: Câmara Municipal de Calmon  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli.  
Processo nº: 02/09524901  
Parecer nº: COG-554/02  
Decisão nº: 2678/02  
Sessão: 14.10.2002  
Decisão Análoga:  
Processo nº: TC0569004/90  
Parecer nº: COG-285/00  
Sessão: 02.10.2000  
Decisão nº: 2824/00

.....

**1237.** O art. 62 combinado com o art. 87, § 4º, ambos da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), admite professor com formação mínima em nível médio na modalidade normal, lecionando na educação infantil e nas primeiras quatro séries do ensino fundamental somente até 2007. A partir de então, apenas serão admitidos professores habilitados em nível superior específico para a educação infantil e para as quatro séries iniciais do ensino fundamental ou formados por treinamento em serviço.

O professor portador de diploma de graduação não específica para a educação básica, desde que tenha formação em nível médio na modalidade normal, poderá lecionar para a educação infantil e primeiras quatro séries do ensino fundamental até 2007. A partir de então, estes professores, não obstante possuírem graduação, devem ter formação em curso superior em Pedagogia para a educação infantil e quatro primeiras séries do ensino fundamental, conforme determina o art. 63, I, da LDB.

A recusa em cursar Pedagogia não é motivo para processo administrativo com demissão, devendo o professor que permanecer sem a habilitação adequada ser readaptado em outra área.

Os professores que possuem graduação em área específica e atuam na educação infantil não podem receber valores por conta dos recursos oriundos do FUNDEF, pois estes se destinam exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Somente os professores com graduação e que atuam no ensino fundamental podem receber pagamento correspondente ao cargo de nível superior com recursos do FUNDEF.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: 00/06391176

Parecer nº: COG-467/02

Decisão nº: 2772/02

Sessão: 21.10.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/05636525

Parecer nº: COG-558/02

Decisão nº: 2884/02

Sessão: 04.11.2002

.....

**1238.** Em razão do caráter permanente imprescindível, as atividades de registro e controle contábeis da Câmara de Vereadores devem ser cometidas a profissional da área de contabilidade, ocupando cargo de provimento efetivo por concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

A deliberação do Poder Legislativo Municipal rejeitando projeto de lei tratando de alteração do quadro de pessoal da Câmara e que institui cargo de provimento efetivo de Contador, não se coaduna com os princípios norteadores da Administração Pública, posto que não lhe é dado embaraçar ou apor óbices ao livre e regular exercício das competências da Casa Legislativa.

Praticar ato vedado por lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência, bem como frustrar a realização de concurso público para admissão de pessoal, viola o dever de lealdade à Instituição, a teor do disposto no art. 11 da Lei nº 8.429/92. Se a prática corriqueira da contratação de profissional, através de licitação, para desempenhar funções que poderiam ser normalmente executadas por servidor admitido para cargo de provimento efetivo resultar em algum dano para o Consulate, compete ao mesmo exigir, pelos meios cabíveis, a reparação deste junto às autoridades competentes. Se a prática corriqueira da contratação de profissional através de licitação para desempenhar funções que poderiam ser normalmente executadas por servidor admitido para cargo de provimento efetivo resultar em algum dano para o Consulate, compete ao mesmo exigir, pelos meios cabíveis, a reparação deste junto às autoridades competentes.

Origem: Câmara Municipal de Caxambu do Sul

Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras

Processo nº: 01/05636444

Parecer nº: COG-551/02

Decisão nº: 2775/02

Sessão: 21.10.2002

.....

**1239.** Os recursos do FUNDEF não podem ser utilizados no pagamento de servidores inativos, ainda que tivessem exercido atividades no ensino fundamental.

O Poder Público, a partir de 25.12.2001, não pode custear cursos de capacitação e aperfeiçoamento de professores com recursos oriundos da parcela dos 60% do FUNDEF, podendo, no entanto, utilizar a parcela dos 40% restantes, que deve ser destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental e à valorização de seu magistério.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/04992648  
Parecer nº: COG-559/02  
Decisão nº: 2760/02 Sessão: 21.10.2002

. . . . .

**1240.** 1. Por força do disposto no *caput* do art. 29-A da Constituição Federal, a Câmara deverá levar em consideração a receita formada pelas seguintes parcelas: FPM, IRRF, ITR, IPI/Exportação, IOC, ICMS, IPVA, Lei Kandir, IPTU, ITBI, ISS, taxas e contribuições de melhoria, bem como a receita efetivamente arrecadada com a cobrança da Dívida Ativa Tributária, exceto multas e juros.

2. As cotas-partes do Município no FUNDEF, creditadas em conta vinculada no Banco do Brasil, não podem ser adicionadas à base de cálculo das receitas tributárias e transferências previstas no texto constitucional (art. 29-A), porque são recursos com destinação específica, determinada pelo art. 70 da Lei nº 9.424/96 e o saldo positivo do fundo não constitui receita tributária.

3. Os gastos efetuados por ocasião da construção da sede própria, com recursos do orçamento da Câmara, deverão ser considerados no total da despesa do Poder Legislativo, para fins do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de São Domingos  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/06610530  
Parecer nº: COG-565/02  
Decisão nº: 2762/02 Sessão: 21.10.2002

. . . . .

**1241.** Quando da aplicação de recursos financeiros repassados pelo Poder Público, a título de sub-

venções ou convênios para despesas de custeio de entidades de direito privado sem fins lucrativos, estas não se submetem ao regime da Lei de Licitações, muito embora tenham que prestar contas da utilização dos recursos recebidos, nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 5.867, de 27 de abril de 1981 e atender aos requisitos expressos pelo Decreto nº 2.001, de 29 de dezembro de 2000, no caso do Estado.

Não encontra amparo legal a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos para realização de despesas de custeio ou de capital, cuja natureza seja de competência exclusiva da Administração Pública Municipal ou Estadual, considerando que tais transferências não estão previstas pela Lei Federal nº 4.320/64, que estatuiu normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das entidades federadas.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/06543590  
Parecer nº: COG-456/02  
Decisão nº: 2801/02  
Sessão: 23.10.2002

. . . . .

**1242.** O Estado deve prover a saúde, independente do serviço estar ou não arrolado na tabela do Sistema Único de Saúde - SUS.

O Poder Público utilizar-se-á do princípio da razoabilidade para escolha da forma mais adequada entre as lícitas para a prestação dos serviços de saúde. Poderá, por exemplo, (a) prestá-los diretamente, por seus próprios recursos materiais e humanos; (b) adquirir os equipamentos necessários e contratar os profissionais da área; e (c) firmar contrato ou convênio com entidade privada para complementação da atividade estatal.



A autoridade pública deve adotar todas as medidas necessárias à verificação dos fatos quando houver indícios de cometimento de irregularidade ou crime por parte dos prestadores de serviço de saúde, mormente quando contratantes com o Estado, devendo, para tanto, representar junto às instituições competentes para a apuração das irregularidades.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/02980723  
Parecer nº: 329/2002  
Decisão nº: 2809/02  
Sessão: 23.10.2002

.....

**1243.** De acordo com os arts. 92 e 94 da Resolução nº TC 16/94, o instrumento adequado para arrecadação das receitas municipais, que decorrem dos serviços prestados aos munícipes, é o pagamento pelo beneficiado do serviço junto à instituição bancária com o qual a Administração mantém conta corrente. A arrecadação direta pode ser utilizada com parcimônia, mediante emissão de recibo, e os valores arrecadados devem ser posteriormente recolhidos ao banco.

Interpretando-se analogicamente os arts. 58, 60, 61 e 64 da Resolução nº TC 16/94, e com base no art. 88 da mesma Resolução, o controle dos serviços prestados deve ser efetuado nos mesmos termos do controle da despesa, a fim de que a qualquer tempo possa-se verificar nos livros contábeis e na documentação de suporte o histórico de todas as operações praticadas.

A Lei nº 4.320/64 (arts. 19 e 21) proíbe a Administração consignar ajuda financeira a qualquer título às entidades com fins lucrativos, bem como auxílio para investimentos. Assim, as bandas musicais particulares que visam lucro não podem receber recursos pú-

blicos como forma de apoio, o que conseqüentemente gera vedação à colocação do nome ou símbolos do Município no ônibus de conjunto musical.

Não pode o Secretário Municipal exercer atividade de magistério durante expediente em que deveria atuar na Secretaria, pois a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 37, inciso XVI, alínea “b”, autoriza o ocupante de cargo público a acumular um cargo técnico ou científico com outro de professor desde que haja compatibilidade de horários.

A aquisição de macadame por parte da municipalidade deve seguir a legislação pátria que regula o processo de aquisição de bens e serviços por parte da Administração (Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002), não necessitando de autorização legislativa específica, ressalvada a exigência de dotação orçamentária suficiente para empenho das correspondentes despesas. A empresa que presta serviços contábeis, administrativos e jurídicos junto à Administração Municipal pode ser responsável pela realização de concurso público municipal, desde que se sagre vencedora de processo licitatório e tenha dentre seus objetivos sociais o de realizar concursos públicos, devendo também demonstrar capacidade e qualificação técnica (art. 30, II, da Lei Federal nº 8.666/93) para fazê-lo.

Origem: Câmara Municipal de Alto Bela Vista  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/03631062  
Parecer nº: 533/2002  
Decisão nº: 2804/02  
Sessão: 23.10.2002

.....

**1244.** Quando a entidade estatal mantém demandas judiciais em diversas Comarcas do Estado, inviabilizando a adequada defesa dos interesses por

## Decisões em Consultas – Prejulgados

seu corpo jurídico próprio, é admissível a contratação de advogados pelo sistema de credenciamento, mediante pré-qualificação, aberto à universalidade dos profissionais autorizados ao exercício da profissão pela Ordem dos Advogados do Brasil, sem limitação de advogados credenciados. Havendo pretensão de contratar número certo ou máximo de advogados, impõe-se a contratação por meio de processo licitatório.

O credenciamento deve obedecer aos princípios da isonomia, impessoalidade e publicidade, e depende da publicação e ampla divulgação de edital de pré-qualificação aos profissionais interessados na prestação de serviços advocatícios, contendo os requisitos, cláusulas e condições preestabelecidas e uniformes, vinculação ao termo que inexigiu a licitação, responsabilidade das partes, a vigência, os casos de rescisão e penalidades, o foro judicial e a remuneração com base na Tabela de Honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na pré-qualificação se exigirá a regularização para o exercício da profissão e a comprovação do atendimento aos requisitos dos arts. 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93 (capacidade jurídica, habilitação técnico-profissional, regularidade fiscal), no que couber, cujos documentos requeridos integram o registro cadastral a ser mantido e atualizado pela contratante.

As demandas judiciais devem ser distribuídas de forma equânime e imparcial dentre os advogados pré-qualificados para cada Comarca e inscritos no registro cadastral mantido pela entidade estatal contratante, observada a estrita ordem cronológica de ajuizamento ou recebimento de citação ou intimação para defesa dos interesses da entidade, podendo ser adotado o sistema de sorteio aleatório entre todos os credenciados, excluindo-se sempre os sorteados anteriormente.

Origem: BESC S/A Corretora de Seguros e Administradora de Bens  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/08997180  
Parecer nº: COG-603/02  
Decisão nº: 2852/02  
Sessão: 30.10.2002

.....

**1245.** O Município pode utilizar recursos provenientes do FUNDEF para remunerar professores que atuam na educação de jovens e adultos em cursos supletivos do ensino fundamental.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/09761431  
Parecer nº: COG-592/02  
Decisão nº: 2880/02  
Sessão: 04.11.2002

.....

**1246.** Os recursos advindos da exploração econômica das riquezas que estão no subsolo integram a receita municipal. A aplicação dos recursos oriundos de royalties pelo Município fica ao discernimento do gestor dos recursos, desde que atenda ao interesse público e respeite as normas de direito financeiro e os demais princípios gerais da Administração Pública.

É vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívidas e em despesas remuneratórias ou indenizatórias com pessoal no quadro permanente, a teor do art. 8º da Lei nº 7.990/89, com a redação alterada pelo art. 3º da Lei nº 8.001/90.

A prestação de contas da aplicação dos recursos advindos dos royalties deverá ser realizada nos moldes da Resolução nº TC-16/94, deste Tribunal de Contas.

Origem: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/07101272  
Parecer nº: 599/2002  
Decisão nº: 2876/02  
Sessão: 04.11.2002

Processo nº: 02/09341904  
Parecer nº: COG-612/02  
Decisão nº: 2936/02  
Sessão: 06.11.2002

1247. É cabível a utilização do instituto da concessão real de uso em vez de venda quando se tratar de bens imóveis construídos pelo Município no âmbito de programas habitacionais para população de baixa renda.

Origem: Prefeitura Municipal de Água Doce  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/06020490  
Parecer nº: 593/2002  
Decisão nº: 2933/02  
Sessão: 06.11.2002

1248. Nada obsta que a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC realize contratos de financiamento de conjuntos habitacionais com cooperativas de habitação devidamente constituídas, que se encarregam de promover a venda das unidades para seus cooperados (mutuários), responsabilizando-se a cooperativa pelo pagamento das prestações de todas as unidades, permanecendo a hipoteca do imóvel em favor da COHAB/SC até a plena quitação do financiamento imobiliário, resguardadas as demais garantias mínimas para a espécie de financiamento e obedecidas as normas aplicáveis do Sistema Financeiro de Habitação.

Origem: Companhia de Habitação do Estado de SC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan

1249. Os Vereadores na qualidade de agentes políticos detentores de mandato eletivo não gozam do direito a férias anuais garantida aos servidores públicos (art. 39, §3º, da Constituição Federal).

O direito a férias anuais garantido aos trabalhadores (art. 7º, XVII, da Constituição Federal) e aos servidores públicos (art. 39, §3º, da Constituição Federal) poderá ser estendido ao Prefeito através de Legislação local, vedada a este a percepção do adicional previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal, porque este benefício é assegurado aos ocupantes de cargo público.

Findo o mandato eletivo do Prefeito Municipal, a indenização por férias a que tinha direito, não gozadas quando do exercício do cargo, somente será devida quando deixar o cargo eletivo, desde que haja expressa autorização em lei local e o beneficiário não seja servidor público do ente.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/03401300  
Parecer nº: COG-168/02  
Decisão nº: 2932/02  
Sessão: 06.11.2002

1250. Mediante prévia licitação é possível a contratação de agência de propaganda visando a produção, filmagem e a edição de informativo dos atos da Câmara Municipal.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

O tipo de divulgação e os meios de comunicação pretendidos devem estar previstos no edital, os quais constarão do contrato de prestação de serviços a ser celebrado com o Legislativo e as formas para o certame e os requisitos práticos e legais a serem obedecidos só podem ser aqueles estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

Pode o Poder Legislativo divulgar, através de meios de comunicação televisivos, seus serviços, atos ou campanhas quando os mesmos tiverem caráter educativo, informativo ou de orientação social.

A peça divulgatória não deverá conter nenhum nome, símbolo, imagem, marca ou logotipo de agentes políticos, partidos ou instituições públicas que caracterizem promoção pessoal, devendo, além do mais, os contratos de veiculação obedecerem, rigorosamente, as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de responsabilidade do ordenador do ato, passível de punição, nos termos da legislação.

Pretendendo a Câmara Municipal contratar empresa que presta serviços jurídicos e contábeis, para ser acolhida a norma do inciso II do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, o Administrador só poderá justificar a inexigibilidade de licitação com a comprovação da notória capacidade do contratado e a necessidade dessa especialização. Não ocorrendo tais requisitos, o certame é imperativo.

A Portaria nº 559, de 14.12.2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, instituiu o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, sendo que a Instrução Normativa TCE nº 002, de 08 de outubro de 2001, disciplinou a elaboração, guarda e remessa ao Tribunal de Contas do Estado, de dados e informações por parte da Administração Pública Estadual e Municipal, com vistas ao controle da gestão fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Câmara Municipal de Chapecó  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01069871  
Parecer nº: 581/2002  
Decisão nº: 2931/02  
Sessão: 06.11.2002

. . . . .

**1251.** É possível o Poder Público transferir recursos financeiros para entidades culturais e comunitárias, sem fins lucrativos, desde que prestem serviços de assistência social, médica ou educacional, bem como para atividades culturais, atendidos aos seguintes pressupostos:

- a) autorização legislativa específica;
- b) atendimento às condições estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e
- c) previsão orçamentária ou através de créditos adicionais. Deve-se utilizar a rubrica contábil 41 - Contribuições para Despesas de Manutenção, e a 42 - Auxílio, para construção e reforma de instalações.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/05994393  
Parecer nº: 635/2002  
Decisão nº: 2963/02  
Sessão: 11.11.2002

. . . . .

**1252.** A regra da nulidade para atos que resultem aumento da despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato (art. 21, parágrafo único, da LRF) é vedatória, porém deve ser interpretada com o princípio da indisponibilidade do interesse público e o da continuidade dos serviços públicos. De acordo com a

recente doutrina, estariam fora da vedação legal os atos que conferem direitos aos servidores à percepção de adicionais por tempo de serviço e progressões funcionais horizontais na tabela de vencimentos do quadro de cargos e vencimentos do Poder ou órgão, decorrentes de aplicação de leis aprovadas antes do início do 180º (centésimo octagésimo) dia anterior ao final do mandato, bem como os que viessem a atender às situações decorrentes de fatos que provocam estado de emergência ou de calamidade pública, e, ainda, os que tivessem a proporcional compensação em relação ao aumento da despesa com pessoal, seja pelo aumento da receita corrente líquida, seja pela diminuição de outras despesas com pessoal.

A nomeação de candidatos em concurso público dentro dos últimos cento e oitenta dias de final de mandato do titular de Poder ou órgão somente é possível se as despesas decorrentes destas nomeações tiverem a proporcional compensação, relativamente ao aumento da receita corrente líquida ou a diminuição da despesa com pessoal, de forma que o percentual de comprometimento verificado no mês anterior ao início do 180º (centésimo octagésimo) dia não seja ultrapassado até o último dia do mandato.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/08599614  
Parecer nº: 532/2002  
Decisão nº: 3010/02  
Sessão: 13.11.2002

.....

**1253.** Sem prejuízo ao subsídio a que tem direito pelo exercício de mandato eletivo, é possível o pagamento de diárias ao Vereador que se afastar temporariamente do Município-sede, para o cumprimento de sua finalidade pública, reconhecida pelo órgão legislativo.

Referidos gastos submetem-se, como os demais atos administrativos, ao princípio da legalidade, razão pela qual devem estar previstos em ato normativo próprio e, por tratar-se de despesa pública, sujeitam-se à existência de dotação orçamentária específica e recursos disponíveis.

As despesas deverão sempre estar subordinadas às suas finalidades, sob pena de ilegalidade do ato, não-convuladável, por desvio de finalidade.

Origem: Câmara Municipal de Maravilha  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/04993377  
Parecer nº: COG-422/02  
Decisão nº: 3036/02  
Sessão: 18.11.2002

.....

**1254.** Os contratos firmados com base na Lei Federal nº 8.666/93 somente podem ser prorrogados quando se enquadrarem em uma das exceções previstas no art. 57 deste diploma legal. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe ainda ao Administrador atentar para os arts. 15 a 17 e 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Quilombo  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/00980904  
Parecer nº: 657/2002  
Decisão nº: 3041/02  
Sessão: 18.11.2002

.....

**1255.** Escapa à estrita competência do Poder Legislativo Municipal, salvo quando for para guarda e armazenamento de interesse da própria Câmara, suportar despesas com o fornecimento de fita para gravação/

## Decisões em Consultas – Prejulgados

reprodução das sessões legislativas, devendo o interessado responsabilizar-se pelo fornecimento da mesma, ainda que o requisitante seja o próprio Vereador.

Origem: Câmara Municipal de Romelândia  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/04877628  
Parecer nº: 652/2002  
Decisão nº: 3034/02  
Sessão: 18.11.2002

.....

**1256.** Salvo quando houver acordo formal para utilização de recursos do financiamento externo para pagamento de despesas realizadas pela entidade executora estadual antes da celebração do contrato de empréstimo do programa a ser financiado, a contratação dessas despesas deve ter por base legal a legislação nacional sobre licitações e contratos, podendo ser adotadas as normas do organismo internacional naquilo que não conflitar com as normas pátrias. Podem ser adotadas as normas e diretrizes do organismo internacional para contratações de obras e serviços e aquisições após a assinatura do contrato de empréstimo.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/05994806  
Parecer nº: 509/02  
Decisão nº: 3060/02  
Sessão: 20.11.2002

.....

**1257.** Não pode a administração pública de qualquer esfera de governo contratar com os servidores públicos lotados em seus órgãos, para exe-

cução de obras e fornecimento de produtos e serviços, atendendo-se aos princípios constitucionais da moralidade administrativa e da isonomia e por expressa vedação prevista no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Câmara Municipal de Tijucas  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/07101191  
Parecer nº: 614/02  
Decisão nº: 3105/02  
Sessão: 02.12.2002

.....

**1258.** É facultado ao Município instituir gratificações mensais para melhorar a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental, visando atender à aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF no pagamento desses profissionais (art. 7º da Lei nº 9.424/96).

Se ao final do terceiro trimestre verificar-se tendência de saldo financeiro ao final do exercício em curso, é admissível a concessão de abono, em caráter excepcional e não-permanente, desde que seja para completar o percentual mínimo de aplicação de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do ensino fundamental em efetivo exercício, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico.

Qualquer vantagem atribuída a detentores de cargos ou empregos públicos, como as mencionadas nos itens 1 e 2 acima dentre outras (gratificação, abono, aumento, reajuste, revisão geral, reestruturação de cargos e salários etc.), somente



pode ser implementada após atendidos aos seguintes requisitos:

- a) autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 169, § 1º, da Constituição Federal);
- b) existência de dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual para o pagamento no exercício (art. 169, § 1º, da Constituição Federal);
- c) autorização em lei específica, observada a iniciativa em cada caso, que estabeleça condições e critérios para a concessão;
- d) observância das condições e limites de despesas com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial os arts. 15 a 17, 19, 21 e 23. Eventuais saldos financeiros do FUNDEF apurados no final do exercício, após deduzidas as despesas inscritas em Restos a Pagar, referentes aos 60% e 40% dos recursos do FUNDEF, podem ser aplicados no início do exercício seguinte, observados os parâmetros das Leis nº 9.394/96 e 9.424/96, em consonância com o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, pois os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que no exercício seguinte daquele em que ocorrer o ingresso.

Rateio não é forma de remuneração de pessoal na administração pública. Portanto, o saldo total do FUNDEF no final do exercício não pode ser rateado entre os docentes do ensino fundamental para zerar a conta no ano.

Origem: Prefeitura Municipal de Água Doce  
 Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
 Processo nº: 01/01886659  
 Parecer nº: GCMB/2002/356  
 Decisão nº: 3095/02  
 Sessão: 02.12.2002

**1259.** É lícito à administração rever seus próprios atos para anulá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais, de ofício ou a requerimento do interessado, em procedimento administrativo devidamente motivado no qual fique inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato, assim como assegurada a ampla defesa aos diretamente atingidos.

É possível a Administração Pública Municipal rever o enquadramento de serviços de um item para outro da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406/68, alterada pela Lei Complementar nº 56/87, desde que devidamente comprovada e reconhecida a ilegalidade do ato de enquadramento (lançamento) ocorrido após o exercício de 1997, hipótese em que não se cogitaria de renúncia de receita prevista no § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, haja vista que as perdas do ISS, neste caso, não provêm de concessão ou ampliação de incentivos, mas, sim, decorrem de anulação de ato ilegal praticado com base em interpretação errônea da Lei Complementar nº 56/87.

O art. 37 da Constituição Federal delimita a atuação do administrador (responsável pela *res pública*) ao determinar, expressamente, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os atos do Poder Público, para serem válidos e obrigarem a todos, devem ser praticados em conformidade com as leis que regem a matéria objeto do ato que se pretende praticar e, na ausência de regra específica, cabe ao administrador ou ao aplicador do direito solucionar a questão com o auxílio dos princípios.

Decidindo o administrador pelo reenquadramento dos laboratórios de análises clínicas no item 1 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406/68, alterada pela Lei Complementar nº 56/87, deve, em

## Decisões em Consultas – Prejulgados

respeito aos princípios da legalidade, da transparência e da motivação dos atos administrativos: instaurar processo administrativo específico destinado a apurar a ilegalidade dos lançamentos feitos a partir do entendimento manifestado pela Procuradoria do Município em 1997, instruído com todas as informações necessárias à tomada de decisão pela autoridade competente e com Parecer conclusivo do órgão jurídico no qual fique inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato que se pretende anular; concluído o processo, determinar a anulação dos lançamentos feitos a partir do exercício de 1997; proceder aos novos lançamentos observadas as regras de contagem do prazo decadencial previstas no art. 173 do Código Tributário Nacional; cancelar as certidões de dívida ativa dos créditos já inscritos; requerer a extinção das ações de execução fiscal eventualmente ajuizadas, motivada pelo cancelamento da inscrição da dívida ativa, observadas as disposições constantes dos arts. 26 da Lei 6.830/80 e 569 do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicadas, bem como a orientação jurisprudencial no que tange à aplicação do referido dispositivo.

O não-ingresso nos cofres do Tesouro Municipal das receitas provenientes do lançamento do ISS dos laboratórios de análises clínicas previstas no orçamento do Município, após o exercício de 1997, é fator que compromete o atingimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Consoante o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não comportará o cumprimento das respectivas metas, cabe ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo com autonomia financeira expedirem ato de limitação de empenho na forma prevista no art. 9º da mencionada Lei Complementar, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Origem: Câmara Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/08375007  
Parecer nº: 549/02  
Decisão nº: 3178/02  
Sessão: 03.12.2002

.....

**1260.** A Administração Pública poderá incorporar o abono aos vencimentos dos servidores públicos, desde que respeitados os seguintes requisitos:

- a) autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) existência de dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual;
- c) autorização em lei específica, observada a iniciativa em cada caso; e
- d) observância das condições e limites de despesas com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial os arts. 15 a 17, 19, 21 e 23.

Origem: Câmara Municipal de Belmonte  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/02980995  
Parecer nº: COG-663/02  
Decisão nº: 3173/02  
Sessão: 03.12.2002

.....

**1261.** É permitido ao professor efetivo estadual, atendidos os preceitos do art. 37, II, da Constituição Federal, ser nomeado para cargo técnico ou científico no Município, havendo compatibilidade de horário, respeitado o limite da jornada de trabalho fixada no art. 7º, inciso XIII, combinado com art. 39, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Não é possível ao servidor público que já acumula cargo efetivo de professor com cargo técnico

ou científico receber cumulativamente a remuneração de Secretário Municipal ante a vedação do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

O Secretário Municipal é agente político, auxiliar direto e imediato do Chefe do Poder Executivo, provido em cargo público mediante nomeação.

Origem: Prefeitura Municipal de Anitápolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/06589158  
Parecer nº: 618/02  
Decisão nº: 3180/02  
Sessão: 03.12.2002

.....

**1262.** O fundo especial, criado nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320/64, não possui personalidade jurídica própria e está sempre atrelado a um determinado órgão da Administração Pública, ao qual compete a gestão do então fundo criado. Assim, não é possível designar gestor particular específico para gerir tal fundo.

Ainda que lei municipal estabeleça o caráter indenizatório do reembolso de contribuição devida pelo servidor à entidade de classe respectiva, tal ato poderá configurar ofensa ao princípio da moralidade e burla ao art. 39, § 1º, I, II e III, da Constituição Federal.

O Técnico de Enfermagem e o Auxiliar de Enfermagem, desde que devidamente inscritos no Conselho Regional de Enfermagem, poderão acumular dois cargos ou empregos públicos, nos termos do art. 37, XVI, “c”, da Constituição Federal.

Lei municipal disciplinará as hipóteses de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal. As hipóteses poderão abranger casos de do-

ença de servidores ocupantes de cargos efetivos que prestam serviços essenciais nas áreas de educação e saúde. Os servidores contratados por prazo determinado exercerão função pública para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, não podendo ocupar cargos efetivos vagos.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/04992990  
Parecer nº: 633/02  
Decisão nº: 3211/02  
Sessão: 04.12.2002

.....

**1263. 1.** Eventuais convocações da Câmara de Vereadores que se façam para o trato de matérias ordinárias ou fora do período de recesso parlamentar serão pagas exclusivamente por subsídio, sendo vedado o pagamento de outras parcelas em decorrência de tais convocações. O princípio da razoabilidade ou proporcionalidade, e seus elementos caracterizadores, tem aplicação na hipótese de fixação do valor indenizatório a ser pago aos Vereadores pela sessão extraordinária realizada em período de recesso, estando o valor pago mensalmente por todas as sessões extraordinárias (reuniões) limitado ao montante do subsídio mensal, conforme art. 57, § 7º, da Constituição Federal.

**2.** Como segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, o vereador licenciado por motivo de doença deve pleitear o correspondente auxílio junto ao INSS, cabendo à Câmara o pagamento do valor correspondente aos primeiros quinze dias de licença para tratamento de saúde, consoante art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213/91. Após o décimo sexto dia, receberá o auxílio-doença do Regime Geral da Previdência Social, no valor correspondente a 91% (nove e um por cento) do salário-benefício.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Havendo autorização na Lei Orgânica Municipal, a diferença entre o valor do auxílio-doença e a importância correspondente ao subsídio do vereador poderá ser complementada pela Câmara Municipal, como dispõe o parágrafo único do art. 63 da Lei nº 8.213/91, pois a Câmara Municipal está equiparada à empresa privada, por força do inciso I do art. 14 daquele diploma legal.

3. A revisão geral anual é obrigatória, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal com a redação da Emenda nº 19/1998. No entanto, é vedado ao Poder Legislativo, por si só, iniciar o processo legislativo propondo a revisão geral anual da remuneração dos Vereadores e servidores, de que dispõe o art. 37, X, da Constituição Federal, pois não possui competência constitucional para tal desiderato.

Tratando-se de lei visando à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio, a iniciativa é do Chefe do Poder Executivo. Contudo, em relação aos subsídios dos Vereadores, mesmo havendo direito à revisão, o pagamento estará restrito aos limites determinados na Constituição Federal, arts. 29, V e VI, e 29-A.

4. O reconhecimento, pelo Tribunal de Contas, do caráter remuneratório do auxílio-moradia concedido aos Deputados Estaduais implica somente na ampliação do limite remuneratório dos Edis municipais, mas não autoriza nova fixação, alteração ou a elevação automática do subsídio no curso da mesma legislatura, e muito menos a extensão do auxílio-moradia aos Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Quilombo  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/03693108  
Parecer nº: 641/02  
Decisão nº: 3210/02  
Sessão: 04.12.2002

Decisão Análoga:

Item 1:

Processo nº: 02/02980561  
Parecer nº: COG-164/02  
Decisão nº: 903/02  
Sessão: 20.05.2002

Item 2:

Processo nº: 01/02142670  
Parecer nº: COG-522/02  
Decisão nº: 2625/02  
Sessão: 09.10.2002  
Processo nº: 02/07892709  
Parecer nº: COG-667/02  
Decisão nº: 3439/02  
Sessão: 18.12.2002  
Processo nº: 01/02107688  
Parecer nº: COG-535/02  
Decisão nº: 3451/02  
Sessão: 18.12.2002

Item 3:

Processo nº: 02/02980561  
Parecer nº: COG-164/02  
Decisão nº: 903/02  
Sessão: 20.05.2002  
Processo nº: 02/07448469  
Parecer nº: COG-629/02  
Decisão nº: 3305/02  
Sessão: 10.12.2002

.....

**1264.** 1. É possível o Poder Público abrir crédito especial destinado à despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica, desde que precedida de autorização legal e exposição justificativa, devendo indicar os recursos disponíveis para a despesa, dentre aquelas relacionadas nos incisos do §1º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, bem como a importância, a espécie e a classificação da despesa.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, Anexo II, a despesa com locação de imóveis de pessoa física deverá ser empenhada no Elemento de Despesa 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

2. A revisão geral anual é obrigatória, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, com a redação da Emenda nº 19/1998, no entanto, é vedado ao Poder Legislativo, por ato próprio, iniciar o processo legislativo com o objetivo de conceder revisão geral anual aos Vereadores e servidores, pois não possui competência constitucional para tal desiderato.

Tratando-se de lei visando à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio, a iniciativa é do Chefe do Poder Executivo. Contudo, em relação aos subsídios dos Vereadores, mesmo havendo direito à revisão, o pagamento estará restrito aos limites determinados na Constituição Federal, arts. 29, V e VI, e 29-A.

3. A revisão anual dos subsídios dos Vereadores não poderá resultar em subsídio acima do limite previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal. Se o subsídio de Vereador for fixado no percentual máximo em relação ao subsídio de Deputado Estadual, fica vedada inclusive a revisão enquanto não houver modificação no subsídio de Deputado.

A revisão somente poderá ser implementada se não extrapolar qualquer limite previsto nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e 19 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4. Não é permitido alteração dos subsídios dos Agentes Políticos durante o mandato, em face das normas dos arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição do Estado, salvo a revisão anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, na mesma data e no mesmo índice, fixados para os servidores públicos municipais, vedada a escolha de índice diferenciado para os Vereadores.

5. A criação de cargos e a fixação da respectiva remuneração na Câmara Municipal de Vereadores de Corupá devem ser feitas por lei de iniciativa da Mesa da Câmara, observando a tramitação e quorum de votação correspondente à lei complementar, e posterior encaminhamento à sanção do Prefeito.

Origem: Câmara Municipal de Corupá  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/02980804  
Parecer nº: 656/02  
Decisão nº: 3212/02  
Sessão: 04.12.2002

1265. 1. A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso.

O aumento da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado.

O acréscimo de horas laboradas gera um incremento na despesa de pessoal, devendo o Município observar as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00,

sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange ao recolhimento para o instituto de previdência, a alíquota definida nos estatuto dos servidores deve incidir sobre o acréscimo, uma vez que aquele valor irá compor a nova remuneração mensal do servidor.<sup>211</sup>

2. Não encontra amparo legal nem atende ao interesse da coletividade o Município, por seus Poderes, celebrar convênio visando à concessão de empréstimos pessoais a servidores públicos municipais com consignação em folha, onde a Prefeitura ou Câmara atua como agente intermediário e desempenha tarefas de entreposto bancário, e especialmente quando o Poder Público municipal assume obrigações de liquidação de empréstimos inadimplidos pelos servidores tomadores de empréstimo, em atentado aos princípios da gestão fiscal responsável preconizados no art. 1º da Lei Complementar nº 101/00.

Havendo contratação irregular, o Poder Público deverá propor medidas imediatas para o restabelecimento da situação anterior, promovendo a devolução ou cobrança de valores, conforme o caso. O órgão público não é devedor perante a instituição financeira, cabendo aos órgãos competentes apurarem as responsabilidades de quem deu causa ao ilícito e a eventuais prejuízos ao erário.

3. Pode a Administração Pública, desde que previamente autorizada por lei e havendo dotação específica e suficiente na Lei Orçamentária Anual, pagar gratificação ao servidor público que tempora-

riamente presta serviços fora das atribuições ordinárias do cargo que ocupa.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/03429265  
Parecer nº: 666/02  
Decisão nº: 3280/02  
Sessão: 09.12.2002

. . . . .

**1266.** É viável a utilização da modalidade de concurso para seleção de projetos para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico, para atendimento da Lei nº 9991/00 e das normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assegurada a ampla participação, ressaltando que este procedimento se esgota com a seleção dos projetos e a concessão de prêmio ou certificação, requerendo novo procedimento para contratação da execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A seleção deverá se pautar pelo interesse público e por critérios estritamente técnicos definidos no instrumento convocatório e os projetos devem indicar os custos para o seu desenvolvimento e execução, com observância dos princípios da isonomia, publicidade, ampla possibilidade de participação de interessados, impessoalidade, razoabilidade, economicidade, dentre outros princípios que norteiam a ação da Administração Pública, deven-

<sup>211</sup> Item 1 reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 22.09.2003, através da decisão nº 3236/03, exarada no processo nº CON-03/02722386. Redação inicial do item: “A Administração Pública poderá estabelecer o aumento da carga horária semanal de cargo público, desde que tal medida tenha prévia autorização em lei, bem como expressa menção nos editais de concurso público para conhecimento dos interessados. O servidor somente poderá ter aumentada sua carga horária e equivalente aumento de vencimentos se houver sua expressa anuência. Quando a alteração da carga horária de servidores implicar em aumento das despesas com pessoal, é imperiosa a observância das condições, exigências e limitações impostas pelos arts. 169 da Constituição Federal e 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, sob pena de nulidade dos atos (art. 21 da LRF).”



do ficar demonstrado o caráter científico e inovador do projeto, porquanto o desenvolvimento de sistemas corporativos para atividades-meio da entidade, notadamente no campo da informática, podem não conter esse caráter e exigir o devido processo licitatório. A contratação dos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico selecionados:

- a) dependerá de licitação quando o projeto de pesquisa for possível de execução por mais de uma entidade;
- b) poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, quando o projeto for concebido por instituição brasileira incumbida estatutária ou regimentalmente de pesquisa; e
- c) poderá ser efetivada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, por inviabilidade de competição, quando o projeto deva, necessariamente, ser executado pela pessoa física ou jurídica autora do projeto.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/07576629  
Parecer nº: 447/02  
Decisão nº: 3262/02  
Sessão: 09.12.2002

.....

**1267.** A realização da despesa deverá obedecer ao princípio da legalidade a às normas de Direito Financeiro.

O recebimento pelos Vereadores de pagamento por sessões extraordinárias sem amparo em lei é irregular, impondo-se sua devolução ao erário, acrescido de atualização monetária a partir do mês em que ocorreu o pagamento irregular, podendo

ser o mesmo índice de correção utilizado pelo Município para corrigir monetariamente os seus créditos tributários.

Apurada a importância global a restituir, inclusive com a respectiva atualização monetária, o débito poderá ser quitado em prestações mensais sucessivas correspondentes a um percentual dos subsídios, fixado pela Mesa da Câmara de Vereadores, a serem deduzidas dos respectivos contracheques de remuneração.

Na hipótese de perda do mandato ou renúncia do Vereador antes da liquidação definitiva do respectivo débito, o saldo devedor deverá ser quitado integralmente, pois as normas a serem decididas pela Mesa só beneficiam o agente político enquanto no exercício do respectivo mandato.

Origem: Câmara Municipal de Palmitos  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/00981463  
Parecer nº: 680/02  
Decisão nº: 3317/02  
Sessão: 10.12.2002

.....

**1268.** A Câmara Municipal poderá ressarcir as despesas de combustível de veículos particulares, desde que:

- a) previamente autorizada em lei específica;
- b) relacionada a deslocamento dos Vereadores para fora de jurisdição municipal;
- c) os assuntos tratados nas viagens sejam de interesse público;
- d) haja expressa autorização da Câmara Municipal para a realização da viagem;
- e) os veículos utilizados nestas condições estejam previamente cadastrados no órgão competente do Poder Legislativo e
- f) sejam aplicáveis somente a casos excepcionais.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Anita Garibaldi  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/07448892  
Parecer nº: 644/02  
Decisão nº: 3314/02  
Sessão: 10.12.2002

.....

**1269.** O artigo 33, III, da Resolução nº TC-16/94, de 21.12.1994, deste Tribunal de Contas, não tem aplicabilidade ao regime de suprimento, pois a função legislativa não poderá ser interrompida por impugnação da prestação de contas.

Quando for constatada, na prestação de contas dos suprimentos repassados ao Poder Legislativo, a existência de despesas irregulares, o Poder Executivo deve impugnar as mesmas, determinando imediatas providências administrativas para apuração da responsabilidade e imposição das penalidades cabíveis, conforme determina o art. 38 da Resolução nº TC-16/94.

O Chefe do Poder Executivo ou o Contador da Prefeitura que assinar notas de empenho indispensáveis à escrituração da prestação de contas do Poder Legislativo, contendo irregularidades, torna-se responsável solidário com o ordenador do Legislativo.

Origem: Prefeitura Municipal de São Martinho  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/03429770  
Parecer nº: 664/02  
Decisão nº: 3357/02  
Sessão: 11.12.2002

.....

**1270.** O Secretário Municipal, ainda que caracterizado como agente político, encontra-se investido em cargo público *lato sensu*. Sendo ocupante de cargo, resta-lhe conferido o direito à percepção de décimo

terceiro salário, com supedâneo no § 3º do art. 39 da Constituição Federal. Quando a Lei Orgânica do Município não dispuser de modo diverso, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados durante o exercício, mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal, vigorando a partir da publicação da lei se não estipular data futura, observados os limites determinados para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município (arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00), bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, existência de recursos na Lei do Orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento dos requisitos dos arts. 16 e 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Prefeitura deve manter em seus quadros pessoal habilitado via concurso público para a consecução dos serviços, inclusive para suprir eventuais necessidades. Na impossibilidade, e comprovando-se a existência de excepcional interesse público, contratar pessoal com base no art. 37, IX, da Constituição Federal e, excepcionalmente, mediante contrato de “locação civil de serviços”, obedecidos aos princípios contidos na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

É legítimo o recrutamento de estagiários/bolsistas pela Administração Municipal, embora não constitua investidura em cargo público. Os estágios são destinados aos alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura de ensino público, nos níveis superior, profissionalizante de 2º grau e supletivo, nos termos da Lei Federal nº 6.497/77 e Decreto nº 87.497/82.

Origem: Prefeitura Municipal de Petrolândia  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/02981029  
Parecer nº: COG-649/02  
Decisão nº: 3421/02  
Sessão: 16.12.2002

1271. 1. Em face do preceito do art. 29, VI, da Constituição Federal, fica vedada a alteração da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores no curso da legislatura, devendo ser obrigatoriamente fixada por lei de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 da Carta Magna e 19 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Está em pleno vigor a norma contida no art. 111, V, da Constituição Estadual, pela qual a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada até seis meses antes do término da legislatura, para a subsequente, ou seja, até o dia 30 de junho.

Não é permitida a alteração dos subsídios dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito durante o mandato, em face das normas dos arts. 29, V e VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição do Estado, salvo a revisão anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal.

Inexistindo óbice na Lei Orgânica, os subsídios dos Secretários Municipais podem ser fixados ou alterados a qualquer tempo através de lei originária do Poder Legislativo, desde que sejam observados os limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal do Poder Executivo e para o Município, bem como autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e existência de recursos na Lei Orçamentária Anual.

Em razão do preceituado nos arts. 111, V, da Constituição Estadual e 29, VI, da Constituição Federal, a norma que fixou o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Taió, aprovada em 21 de dezembro de 2001, independentemente da sua promulgação, carece de constitucionalidade e validade jurídica. Na ausência de norma legal válida, cabe a utilização de norma anterior, ou seja, devem ser mantidos

os subsídios fixados para a legislatura anterior, admitindo-se reajustes conforme o critério, se existente, previsto na norma que instituiu aqueles subsídios.

2. O Prefeito e o Vice-Prefeito, na condição de detentores de mandato eletivo, não são alcançados pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal, que se reporta, exclusivamente, a ocupantes de cargo público, sendo, destarte, indevida a percepção do décimo terceiro subsídio.

O Secretário Municipal, ainda que categorizado como agente político, e em exercício de função pública de confiança do Chefe do Poder Executivo, encontra-se investido em cargo público *lato sensu*. Sendo ocupante de cargo, lhe é conferido o direito à percepção de décimo terceiro salário, com supedâneo no art. 39, § 3º, da Constituição Federal.

O direito a férias anuais garantido aos trabalhadores (art. 7º, XVII, da Constituição Federal) e aos servidores públicos (art. 39, § 3º, Constituição Federal) não se estende aos agentes políticos detentores de mandatos eletivos no âmbito do Poder Legislativo, tornando legalmente insustentável o pagamento de indenização por férias não-gozadas.

Havendo previsão na legislação municipal o Prefeito, o Vice-Prefeito, se ocupante de função executiva, e os Secretários Municipais poderão ter direito a férias anuais. A indenização por férias não-gozadas quando do exercício do cargo somente será devida quando deixar o cargo eletivo, desde que haja expressa autorização em lei local e o beneficiário não seja servidor público do ente.

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/03063503  
Parecer nº: COG-605/02  
Decisão nº: 3424/02  
Sessão: 16.12.2002

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01141491

Parecer nº: COG-192/01

Decisão nº: 1409/01

Sessão: 25.07.2001

. . . . .

1272. É possível a formalização de termo aditivo ao contrato firmado entre sociedade de economia mista e empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância para acrescer ao valor inicial do contrato os acréscimos financeiros decorrentes do pagamento de vale-alimentação que não estavam contemplados nos custos que compuseram a formulação da proposta comercial e a equação econômico-financeira, quando a concessão do referido benefício aos empregados da contratada decorrer de Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho firmados após a formulação da proposta.

O art. 7º, inciso XXIV, da Constituição Federal impõe o reconhecimento dos acordos coletivos e das convenções coletivas de trabalho como instrumentos de caráter normativo integrantes da ordem jurídica.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 02/09761601

Parecer nº: 683/02

Decisão nº: 3457/02

Sessão: 18.12.2002

. . . . .

1273. Os Conselheiros Tutelares não fazem parte do quadro de servidores do município, não são contratados pelas normas da CLT, cabendo à lei municipal definir claramente suas atribuições no serviço público municipal, esclarecendo quanto ao local, dia e horário de trabalho (art. 134 do Estatuto da

Criança e do Adolescente). Havendo habitualidade na prestação do serviço é lícito que a lei estabeleça um regime especial de trabalho, com gratificação fixa que remunere condignamente o trabalho prestado nestas condições. Caso a participação do membro do Conselho for eventual, por sessão, é recomendável a remuneração sob a forma de jeton ou similar, para compensar eventuais perdas.

A extensão dos direitos trabalhistas/estatutários, citados na consulta, como férias, 13º salário, licença-maternidade e para tratamento de saúde e, também, recolhimento de contribuição previdenciária aos membros do Conselho Tutelar, depende de previsão na Constituição Federal para posterior regulamentação de suas funções em lei municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará

Relator: Auditor José Carlos Pacheco

Processo nº: 02/04992729

Parecer nº: COG- - 647/02

Decisão nº: 3453/02

Sessão: 18.12.2002

. . . . .

1274. O lançamento contábil para a Câmara Municipal de Vereadores devolver o numerário correspondente ao duodécimo não utilizado durante o exercício é aquele que credita a conta Bancos e debita a conta Suprimentos. Em relação ao montante utilizado na realização de despesa, deverá compor a prestação de contas do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

Consoante as normas da Lei Complementar nº 101/2000, o valor do suprimento não utilizado pelo Poder Legislativo e devolvido ao Tesouro Municipal, administrado pelo Poder Executivo, não integra a Receita Corrente Líquida, pois representaria duplicidade, situação vedada pelo art. 22, IV, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O valor do suprimento não utilizado pelo Poder Legislativo e devolvido ao Poder Executivo não tem efeito para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, conseqüentemente também não tem efeito perante a apuração das despesas com pessoal e serviços de terceiros, conforme arts. 71 e 72, respectivamente, da Lei Complementar nº 101/2000.

Os gastos com a folha de pagamento da Câmara Municipal não podem superar 70% de sua receita, considerando-se esta como o montante das dotações orçamentárias fixadas para a Câmara na Lei Orçamentária Anual, cujo valor deve ser proporcionalmente repassado pelo Prefeito Municipal até o dia vinte de cada mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, acrescido dos créditos adicionais porventura abertos no decorrer do exercício financeiro, independente de posterior devolução do saldo financeiro não utilizado pelo Legislativo.

Não poderá haver descumprimento dos limites de que tratam os arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 em razão da devolução dos suprimentos ao Poder Executivo, pois esta não afeta a apuração da Receita Corrente Líquida, base para a verificação dos limites.

Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25/2000, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara de Vereadores tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

A forma mais adequada de estabelecimento dos recursos destinados ao Poder Legislativo é a fixação de dotação no Orçamento Anual, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e atendidos a todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo suplantiar os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal.

O regime de adiantamento para despesa com Vereadores e servidores em deslocamentos para Municípios adjacentes poderá ser adotado, desde que disciplinado em lei específica, que definirá limites, devendo a entrega do numerário ao servidor ser precedida de empenho na respectiva dotação, sendo obrigatória a prestação de contas de sua aplicação através da apresentação de documentos hábeis, além da observância às disposições específicas dos arts. 28 a 35 da Resolução nº TC-16/94 do Tribunal de Contas do Estado, cuja indenização não poderá ultrapassar o valor da diária a que teria direito o Vereador ou servidor em deslocamentos para fora do Município.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 01/01846940

Parecer nº: 608/02

Decisão nº: 3468/ 2002

Sessão: 18.12.2002

1275. Observados os princípios da razoabilidade e da capacidade do erário, é lícito que o Presidente da Câmara de Vereadores, além dos subsídios pagos a todos os Vereadores, perceba valor especificado como verba indenizatória, fixada em lei, mesmo no transcurso da legislatura, devido à função que exerce como representante do Poder Legislativo, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrentes do exercício das funções representativa e administrativa, que podem merecer correspondente retribuição pecuniária.

A fixação da parcela indenizatória não incidirá sobre os limites máximos fixados pelos incisos VI e VII do art. 29 nem sobre o percentual instituído pelo § 1º do art. 29-A, ambos da Constituição Federal, bem como sobre a despesa total com pessoal prevista pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/00.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

A parcela indenizatória do Presidente da Câmara incidirá sobre os percentuais citados pelo *caput* e incisos do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Videira  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02142831  
Parecer nº: COG-392/02  
Decisão nº: 3452/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1276.** A municipalidade não pode utilizar do Decreto nº 3.931 da União, por ser aplicável apenas no âmbito federal. Para que o Município possa implementar Sistema de Registros de Preços, o chefe do Poder Executivo Municipal deve editar Decreto Regulamentar, cujas disposições não poderão contrariar o estatuído no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Lages  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/03693280  
Parecer nº: 661/02  
Decisão nº: 3462/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1277.** Em face do caráter contínuo de sua função, o cargo de contador deve estar previsto nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, quando esta administrar seus próprios recursos, pois a atividade não se coaduna com cargos de livre nomeação e exoneração.

O provimento do cargo de contador requer obrigatoriamente prévia aprovação em concurso público, conforme determina o art. 37, II, da Constituição Federal.

A prática de registros contábeis e demais atos afetos à contabilidade são atribuições que devem ser acometidas à contabilista habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, sob pena de infração à norma regulamentar do exercício profissional.

Excepcionalmente, caso não exista o cargo de contador nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura Municipal ou da Câmara de Vereadores, ou houver vacância ou afastamento temporário do contador ocupante de cargo efetivo, as seguintes medidas podem ser tomadas, desde que devidamente justificadas e em caráter temporário, até que se conclua, em ato contínuo, os procedimentos de criação e provimento do cargo de contador da unidade:

- a) edição de lei específica que autorize a contratação temporária de contador habilitado e inscrito no CRC e estipule prazo de validade do contrato, justificando a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme preceitua o art. 37, IX, da Constituição Federal;
- b) realização de licitação para a contratação de pessoa física para prestar serviço de contabilidade, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Atribuir a responsabilidade pelos serviços contábeis a servidor efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, Legislativo ou na administração indireta, com formação superior em Contabilidade, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade e regular em suas obrigações - que não o Contador desses órgãos - sendo vedada a acumulação remunerada, permitido, no entanto, o pagamento de gratificação atribuída por lei municipal e de responsabilidade do órgão que utilizar os serviços do servidor.



Em qualquer das hipóteses citadas nos itens 1, 2 e 3, acima, a contratação deverá ser por tempo determinado, com prazo de duração previamente fixado, para atender a uma necessidade premente; sendo que em ato contínuo deve ser criado e provido por via do concurso público o cargo efetivo de Contador da Prefeitura e da Câmara Municipal, ou ainda até que se regularize eventual vacância ou afastamento temporário de contador já efetivado.

O Contador da Prefeitura não pode responsabilizar-se pela contabilidade da Câmara, em face da vedação de acumulação de cargos (art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal) e independência de Poderes.

É vedada a contratação de escritórios de contabilidade, pessoa jurídica, para a realização dos serviços contábeis da Prefeitura ou da Câmara Municipal, ante o caráter personalíssimo dos atos de contabilidade pública.

Origem: Câmara Municipal de São Miguel do Oeste  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/07504121  
Parecer nº: COG-699/02  
Decisão nº: 3464/02  
Sessão: 18.12.2002

**1278.** O pagamento das sessões legislativas extraordinárias deverá estar previsto em norma legal fixatória, observado ao princípio da proporcionalidade, não podendo exceder o valor do subsídio mensal do Vereador.

Considera-se sessão legislativa extraordinária somente aquela realizada durante o recesso parlamentar em razão de necessidade urgente ou de interesse público relevante, sendo vedada a deliberação de matéria estranha àquela que ensejou a votação.

Havendo lei municipal que disponha pela não-remuneração das sessões legislativas extraordinárias, fica vedado o pagamento pela Câmara de Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Rodeio  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/08010688  
Parecer nº: COG-671/02  
Decisão nº: 3456/02  
Sessão: 18.12.2002

**1279.** O pagamento da remuneração de estagiários com recursos oriundos da arrecadação das multas de trânsito somente será lícito se as atividades dos estagiários estiverem relacionadas com as atividades elencadas no art. 320 da Lei nº 9.503/97, ou seja, sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, ressalvando que certas funções com policiamento não podem ser executadas por estagiários.

A remuneração dos estagiários, se paga com recursos oriundos da arrecadação das multas efetuadas com amparo em convênio de trânsito, deverá ser custeada pela entidade que os contratar, utilizando-se da parte dos recursos a que faz jus por força do mesmo convênio.

Cabe ao Município repassar às contas das entidades conveniadas o montante que lhes cabe por força do convênio firmado entre as partes, para a repartição de responsabilidades, bem como do produto da arrecadação das multas de trânsito emitidas no âmbito municipal, pois a realização de despesas de outros entes da Federação, realizadas através do atendimento de requisições, faz com que o Município assuma a responsabilidade pelas mesmas, além de não refletir os custos das responsabilidades constitucionais do ente ou órgãos públicos conveniados.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville  
Relator: Auditor José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/09805820  
Parecer nº: 697/02  
Decisão nº: 3454/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1280.** A transferência voluntária de recursos de um ente da Federação para outro deve observar, além das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o seguinte: (a) existência de dotação específica; (b) vedado para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista; (c) que o beneficiário esteja em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos; (d) que o beneficiário cumpra com os limites constitucionais relativos à educação e à saúde; (e) que o beneficiário esteja observando os limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; (f) que o beneficiário tenha previsão orçamentária de contrapartida; e (g) vedada para finalidade diversa pactuada.

As despesas municipais que visem custear as de outro ente devem ter autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na lei orçamentária anual, bem como disciplinamento em convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congêneres.

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/00981544  
Parecer nº: 695/02  
Decisão nº: 3460/02 Sessão: 18.12.2002

**1281.** A contribuição sindical é devida por todos aqueles que, sob o regime celetista, participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, independente de aceitação ou filiação do empregado. Não encontra amparo constitucional a cobrança de contribuição sindical de servidores ocupantes de cargos públicos regidos por sistema estatutário.

Origem: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/04993458  
Parecer nº: 712/02  
Decisão nº: 3463/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1282.** A permissão de uso, ainda que caracterizada como ato discricionário e de caráter precário, deve ser precedida, sempre que viável, de processo seletivo que atenda aos princípios da igualdade de oportunidades aos interessados, sendo obrigatório quando a permissão se efetiva por instrumento contratual estabelecendo obrigações entre as partes, inclusive remuneratórias. O fato da Caixa Econômica Federal ter concedido permissão para uma empresa privada explorar loterias federais e atuar como Correspondente Bancário, que informou o endereço do Terminal Rodoviário Estadual Rita Maria como sendo o local de suas operações comerciais, não constitui motivo justificador nem autoriza o Departamento de Transportes e Terminais - DETR a realizar permissão de uso do espaço físico do Terminal àquela empresa, fundada em inexigibilidade de licitação, pois a modalidade não se aplica àquela situação fática e caracterizaria subordinação do Estado de Santa Catarina aos interesses privados ou de entidade de outra esfera governamental, perpetuando a empresa no local enquanto se mantiver permissionária da Caixa Econômica Federal.

Origem: Departamento de Transportes e Terminais  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 02/10250704  
 Parecer nº: 734/02  
 Decisão nº: 3466/02  
 Sessão: 18.12.2002

1283. O CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola pode ser contratado por órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o objeto do contrato esteja relacionado a pesquisa e ensino, atendidos aos demais requisitos do referido dispositivo e do art. 26 da Lei de Licitações e, ainda, que não hajam outras instituições que ofereçam semelhantes serviços.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 01/01586000  
 Parecer nº: 346/01  
 Decisão nº: 3440/02  
 Sessão: 18.12.2002

1284. Desde que haja interesse da Administração, e previsão na legislação local, há possibilidade de servidor concursado com carga horária inferior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais requerer administrativamente a ampliação da carga horária até este limite, com correspondente aumento da remuneração, ressalvando-se, entretanto, que este não atinge os servidores já aposentados na situação anterior.

O acréscimo de horas laboradas gera um incremento na despesa de pessoal, devendo o Município observar as condições, exigências e limitações im-

postas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A lei que regular o aumento da carga horária e remuneração definirá se é definitivo ou transitório.

No que tange ao recolhimento para o instituto de previdência, a alíquota definida nos estatuto dos servidores deve incidir sobre o acréscimo, uma vez que o mesmo irá compor a nova remuneração mensal do servidor.

Origem: Prefeitura Municipal de Joinville  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 02/00328034  
 Parecer nº: 607/02  
 Decisão nº: 3459/02  
 Sessão: 18.12.2002

1285. A Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 42, § 5º, prevê - para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de instituições internacionais, como o Banco Mundial - a admissão, na respectiva licitação, das condições ditadas pela referida instituição, desde que estejam respaldadas em acordo, protocolo, convenção ou tratado internacional aprovado pelo Congresso Nacional.

Quanto à utilização da modalidade de licitação denominada shopping (comparação de preços), utilizada para aquisições e contratações do Projeto AIDS II, financiado com recursos do Banco Mundial (BIRD), deve-se observar: o valor do objeto a ser licitado, no limite máximo de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por lote; o seu enquadramento dentre as Categorias 1, 2 e 3 do Projeto AIDS II, as quais estão definidas no anexo I do Acordo de Emprésti-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

mo BIRD 4.392/BR, firmado em 11.12.98, entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial; a fonte de custeio, se proveniente do Acordo de Empréstimo ou da contrapartida nacional, seja federal, estadual ou municipal, isto porque se advir daquela, a licitação seguirá as normas do BIRD, e se desta última, a licitação obedecerá às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suplementares.

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/10203021

Parecer nº: COG-662/02

Decisão nº: 3473/02

Sessão: 18.12.2002

Decisão Análoga:

Processo nº: 00/05475066

Parecer nº: COG-599

Parecer nº: COG-599/00

Decisão nº: 4031/00

Sessão: 13.12.2000

.....

**1286.** No caso de débitos, a autarquia municipal responderá objetivamente até o exaurimento de seu patrimônio. Não possuindo recursos para saldar o débito em virtude de processo judicial, o Município responderá subsidiariamente pela quitação, após exaurido o patrimônio da autarquia, haja vista ser o responsável por sua criação.

Origem: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: 02/07448973

Parecer nº: COG-741/02

Decisão nº: 3480/02

Sessão: 18.12.2002

**1287.** A aquisição de aparelhos telefônicos celulares por parte do Poder Legislativo para serem utilizados por Vereadores em serviço está na esfera do poder discricionário do Administrador Público, devendo, contudo, ser realizado o devido processo licitatório, em obediência aos comandos insculpidos nos arts. 37, XXI e 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvadas as hipóteses de dispensa legalmente previstas.

Deverá a Câmara Municipal editar instrumento normativo a respeito do assunto, disciplinando o uso dos equipamentos por parte de seus Vereadores.

Origem: Câmara Municipal de Itajaí

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/10657219

Parecer nº: COG-655/02

Decisão nº: 3474/02

Sessão: 18.12.2002

.....

**1288.** A dispensa de licitação embasada no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93 só é cabível em situação de emergência ou calamidade, devidamente comprovada, que ponha em risco a segurança das pessoas.

As disposições da Lei Federal nº 8.666/93 relativas à dispensa de licitação devem ser interpretadas restritivamente, pois a regra geral é a realização do processo licitatório, consoante mandamento dos arts. 37, XXI, da Constituição Federal e 2º da citada Lei.

Origem: Prefeitura Municipal de Piratuba

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/09761512

Parecer nº: COG-594/02

Decisão nº: 3472/02

Sessão: 18.12.2002

**1289.** É defeso à Câmara de Vereadores proceder ao fornecimento de fotocópias de documentos aos munícipes, pois são despesas estranhas ao orçamento do Poder Legislativo, que extrapolam a sua competência institucional.

Origem: Câmara Municipal de Taió  
Relator: Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/03429346  
Parecer nº: COG-733/02  
Decisão nº: 3455/02  
Sessão: 18.12.2002

.....

**1290.** A modificação da forma de apresentação gráfica da Bandeira do Estado de Santa Catarina utilizada na confecção da logomarca do Governo não implica na alteração da logomarca instituída pelo parágrafo único do art. 3º da Constituição do Estado.

A logomarca oficial do Governo do Estado de Santa Catarina será representada pela Bandeira do Estado, devendo ser adotada por todas as gestões de Governo de forma continuada e permanente, vedando-se a implementação de qualquer tipo de frase, desenho, logomarca ou slogan para representar ou distinguir gestões de governo.

Origem: Secretaria de Estado de Governo  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/00085656  
Parecer nº: COG-047/03  
Decisão nº: 104/03  
Sessão: 10.02.2003

.....

**1291.** O contrato de concessão de direito real de uso firmado entre o Município e particular sem as formalidades legais é nulo, operando efeitos ex

tunc entre as partes. Considerando que o possuidor estava de boa-fé, cabe ao município reaver a posse direta do imóvel, indenizando o possuidor quanto à acessão (casa) e despesas decorrentes da produção dos frutos (plantação).

Na hipótese de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso sobre terreno, firmado de forma regular, havendo interesse, poderá a Administração aliená-lo, desde que faça constar no edital de concorrência que o mesmo encontra-se gravado com ônus real, situação em que transferirá para terceiro a propriedade e a posse indireta, bem como os direitos decorrentes da Concessão de Direito Real de Uso.

A venda de terreno pertencente ao Município deve ser processada de acordo com as determinações do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93, ou seja, interesse público devidamente justificado, avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade de concorrência.

Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/00394681  
Parecer nº: COG-638/02  
Decisão nº: 154/03  
Sessão: 12.02.2003

.....

**1292. 1.** A contribuição sindical é devida por todos aqueles que, sob o regime celetista, participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, independente de aceitação ou filiação do empregado.

Não encontra amparo constitucional a cobrança de contribuição sindical de servidores ocupantes de cargos públicos regidos por sistema estatutário.

**2.** A contabilização do desconto e posterior repasse da contribuição sindical a ser paga pelos em-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

pregados públicos deve obedecer às regras da Lei nº 4.320/64, e da Portaria Interministerial nº 163/2001, cumprindo com os seguintes lançamentos no sistema financeiro: Etapa 1 (pagamento da remuneração e retenção da contribuição sindical): Debita - Despesa Orçamentária, Credita - Caixa/Banco e Credita - Depósito de Diversas Origens. Etapa 2 (repasse da contribuição sindical): Debita - Depósito de Diversas Origens e Credita - Caixa/Banco.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/05994636  
Parecer nº: COG-711/02  
Decisão nº: 155/03  
Sessão: 12.02.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/04993458  
Parecer nº: COG-712/02  
Decisão nº: 3463/02  
Sessão: 18.12.2002  
Processo nº: 02/06732210  
Parecer nº: COG-747/02  
Decisão nº: 505/03  
Sessão: 12.03.2003

.....

**1293.** Os Conselheiros Tutelares não fazem parte do quadro de servidores do Município e não são contratados pelas normas da CLT, cabendo à lei municipal definir claramente suas atribuições no serviço público municipal, esclarecendo quanto ao local, dia e horário de trabalho (art. 134, Estatuto da Criança e do Adolescente). Havendo habitualidade na prestação do serviço é lícito que a lei estabeleça um regime especial de trabalho, com gratificação fixa que remunere condignamente o trabalho prestado nestas condições. Se a participação do mem-

bro do Conselho for eventual, por sessão, é recomendável a remuneração sob a forma de *jeton* ou similar, para compensar eventuais perdas.

A extensão dos direitos trabalhistas/estatutários, elencados na consulta, como pagamento de férias e 13º aos membros do Conselho Tutelar, depende de previsão na Constituição Federal para posterior regulamentação de suas funções em Lei Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Sul  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02073929  
Parecer nº: COG-715/02  
Decisão nº: 159/03 Sessão: 12.02.2003

.....

**1294.** A responsabilidade pelo pagamento de multa e juros moratórios é da instituição financeira que deu causa ao não recolhimento da CPMF na época apropriada, todavia, permanece a responsabilidade do contribuinte pelo pagamento do principal, acrescido de correção monetária, podendo, se assim entender, efetuar a consignação do valor nos termos dos arts. 890 e seguintes do CPC.

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/10120169  
Parecer nº: COG-765/02  
Decisão nº: 163/03 Sessão: 12.02.2003

.....

**1295.** Os programas de recuperação fiscal são uma tendência da Administração Federal, Estadual e Municipal e se destinam a possibilitar o contribuinte a adimplir, de forma parcelada, a dívida que possui perante o ente público.



A concessão de anistia, remissão e isenção, ao teor do art. 150, § 6º, da Constituição Federal, depende de lei específica que regule exclusivamente as matérias, além dos requisitos estabelecidos nos arts. 4º, §2º, V, 5º, II, e 14, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/00981200  
Parecer nº: COG-706/02  
Decisão nº: 217/03  
Sessão: 17.02.2003

.....

**1296.** 1. O Vice-Prefeito está impedido de negociar com o Município através de empresa de sua propriedade, pois os contratos de cláusulas uniformes, aos quais faz referência o parágrafo único do art. 102 da Lei Orgânica Municipal, são os contratos de adesão, tais como o de seguro, o de transporte, o de fornecimento de gás, luz e força, o de prestação de serviços de telefones, certos contratos bancários e alguns de direito marítimo, e que já possuem conteúdo pré-constituído, como acima frisado, do qual não fazem parte os contratos administrativos, persistindo a vedação do *caput* do referido artigo.

2. O contrato administrativo é consensual, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuito personae*, objetivando o interesse público pela administração e o lucro pelo particular, e por possuir características e peculiaridades próprias, além de comportar entre outras particularidades, alterações contratuais efetúveis bilateralmente, e a garantia do contrato ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que resulta de dispositivo constitucional (art. 37, XXI), não podendo ser considerado contrato de cláusulas uniformes.

3. O princípio da igualdade consiste no tratamento isonômico que se deve dar a todos os participantes do certame licitatório, em qualquer modalidade, concorrência, convite, tomada de preços, leilão ou concurso, do qual o administrador não pode afastar-se, concedendo benefícios ou vantagens que não sejam extensivos a todos os participantes.

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/06543409  
Parecer nº: COG-721/02  
Decisão nº: 222/03  
Sessão: 17.02.2003

.....

**1297.** O Poder Executivo pode repassar os suprimentos ao Poder Legislativo Municipal até o limite do art. 29-A da Constituição Federal, constituindo crime de responsabilidade do Prefeito efetuar repasse que supere os limites mencionados neste artigo, devendo abster-se de transferir recursos quando alcançado o limite constitucional, cabendo à Câmara adequar suas despesas aos parâmetros legais.

Origem: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/10809680  
Parecer nº: COG-716/02  
Decisão nº: 223/03  
Sessão: 17.02.2003

.....

**1298.** O pagamento da remuneração de estagiários com recursos oriundos da arrecadação das multas de trânsito somente será lícito se as atividades dos estagiários estiverem relacionadas com as atividades elencadas no art. 320 da Lei nº 9.503/97, ou

## Decisões em Consultas – Prejulgados

seja, sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, ressalvando que certas funções com policiamento, não podem ser executadas por estagiários.

A remuneração de estagiários, se paga com recursos oriundos da arrecadação das multas de trânsito efetuadas com amparo em convênio, deverá ser custeada pela entidade que os contratar, utilizando-se da parte dos recursos a que faz jus por força do mesmo convênio.

É possível o pagamento de remuneração aos membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI com recursos oriundos das multas de trânsito, porém os Instrumentos de Convênio não são hábeis para garantir a sua legalidade, devendo o Poder Público valer-se de lei específica, conforme preconizado no art. 37, X, da Constituição Federal, observando na fixação do valor o princípio da razoabilidade.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina  
Relator: Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/05992005  
Parecer nº: COG-574/02  
Decisão nº: 240/03  
Sessão: 19.02.2003

.....

**1299.** Nas ações executivas fiscais, a transação para o fim de extinguir o crédito tributário é admitida, desde que haja lei autorizativa que indique a autoridade competente em cada caso, especificando quais serão as concessões recíprocas e o campo de atuação discricionária do gestor indicado.

Nas ações em que o Município figura no pólo passivo, também haverá necessidade de lei autorizativa para efetivar a transação, estabelecendo os critérios, os casos e valores autorizados, haja vista o princípio da indisponibilidade do patrimônio

e do interesse públicos. Caso não haja lei autorizativa, caberá ao Ministério Público, e ao Judiciário, se provocado, a análise da transação efetuada, a qual poderá ser denunciada por qualquer cidadão ou por iniciativa própria do Ministério Público, ou por representação do Tribunal de Contas, podendo o gestor ser responsabilizado em caso de desfalque de dinheiro público.

A concessão de remissão, ao teor do art. 150, § 6º, da Constituição Federal, depende de lei específica que regule exclusivamente a matéria, além dos requisitos estabelecidos nos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Somente por lei específica que estabeleça a abrangência, os créditos, o prazo, o número de parcelas, incidência de juros e multa, garantias, etc., será possível a concessão de parcelamento, o qual não importará em renúncia de receita, assim, não necessitará do atendimento dos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14, todos da LRF.

Somente com a fiscalização a cargo dos órgãos responsáveis do Município será possível uma efetiva arrecadação de tributos municipais como o ISS, com lançamento de ofício, caso verificada a ocorrência do fato gerador e não recolhido o tributo na época apropriada. Tal fiscalização constatará se os contribuintes encerraram ou não suas atividades, assim como verificará a correta localização.

Constatado o falecimento do contribuinte e estando este em débito com o município, seus bens responderão pela dívida. Caso não haja bens em seu nome, não haverá abertura de inventário e, conseqüentemente, não terá o Município como cobrar eventual tributo devido; assim, o cancelamento, através de ato devidamente fundamentado, é medida que se impõe.

A inscrição em dívida ativa deve ser precedida de regular procedimento administrativo, tendente a dar-lhe certeza e liquidez. Caso seja constatado pelo ór-

gão do Município alguma irregularidade do procedimento que possa tornar nula a inscrição, deverá o órgão ou o gestor responsável rever de ofício o ato de inscrição, sanando o erro e, caso insanável, determinando o cancelamento por ato devidamente fundamentado e instruído com as provas necessárias.

O pagamento de horas extras a servidores ocupantes de cargos em comissão e a servidores que desempenham função gratificada é considerado incompatível com a natureza das funções que demandam, eventualmente, jornada de trabalho além do horário normal de expediente.

O quantitativo máximo de horas extras que podem ser realizadas em certo período (semanal, mensal ou anual) deve ser definido na legislação municipal.

Tratando-se de servidores públicos municipais, regidos por estatuto próprio, torna-se inaplicável a regras dispostas na CLT, inclusive para o caso de horas extras.

É a lei municipal que disciplinará os direitos dos servidores em caráter temporário, devendo ela estabelecer sobre a concessão de férias ou não e o respectivo adicional, décimo terceiro salário, horas extras etc., observados os preceitos gerais da Constituição Federal. Caso a lei municipal não disponha acerca de tais direitos, não será possível a sua concessão, em razão do princípio da legalidade e da indisponibilidade do patrimônio público.

A lei municipal deve prever o trabalho em domingos e feriados. O servidor somente poderá laborar em tais dias se formalmente requisitado pela repartição pública, prevendo, inclusive, o dia que se dará a compensação e a hipótese de ressarcimento em dobro, caso não haja a compensação. Qualquer medida que não estiver previamente prevista em lei será tida como ilegal e será passível de apuração de responsabilidades.

Origem: Prefeitura Municipal de Grão Pará  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/04992800  
Parecer nº: COG-709/02  
Decisão nº: 242/03 Sessão: 19.02.2003

. . . . .

**1300.** São recursos hábeis para a abertura de créditos adicionais em fundos municipais, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/64, aqueles oriundos da anulação de dotações orçamentárias, do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação do exercício corrente, provenientes do balanço geral do Município, neste compreendido os Poderes, órgãos e entidades municipais.

Origem: Prefeitura Municipal de Ipirá  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/05994474  
Parecer nº: COG-755/02  
Decisão nº: 243/03 Sessão: 19.02.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 02/02979989  
Parecer nº: COG-756/02  
Decisão nº: 323/03  
Sessão: 24.02.2003  
Processo nº: 02/03693442  
Parecer nº: COG-745/02  
Decisão nº: 502/03  
Sessão: 12.03.2003  
Processo nº: 02/03693523  
Parecer nº: COG-753/02  
Decisão nº: 503/03  
Sessão: 12.03.2003  
Processo nº: 02/05933335  
Parecer nº: COG-754/02  
Decisão nº: 504/03  
Sessão: 12.03.2003

## Decisões em Consultas – Prejudgados

**1301.** 1. Ao Vice-Prefeito exercente de cargo de Secretário Municipal, verificada a ausência de impedimento na Lei Orgânica do Município, assiste o direito de optar entre o subsídio atribuído ao mandato de Vice-Prefeito, e aquele fixado para o cargo de Secretário Municipal. O Vice-Prefeito nomeado para exercer cargo de Secretário Municipal que optar pelo subsídio do cargo eletivo somente terá direito ao subsídio mensal fixado em parcela única, não incidindo os benefícios assegurados aos servidores públicos, preconizados no § 3º do art. 39 da Constituição Federal.

O Vice-Prefeito nomeado para exercer cargo de Secretário Municipal que optar pelo subsídio do cargo público de Secretário terá os mesmos benefícios atribuídos aos servidores públicos previstos no § 3º do art. 39 da Constituição Federal, entre eles o direito a décimo terceiro e férias acrescidas de 1/3; podendo ser indenizado por férias legalmente concedidas e não-gozadas somente quando conjugados os seguintes fatores:

- a) as férias não terem sido gozadas por haver motivo de relevante interesse público, ou seja, por necessidade de serviço, ou por conveniência da administração;
- b) deixar o cargo que ocupa;
- c) existir legislação local expressa autorizando esta indenização;
- d) o Secretário Municipal não ser servidor efetivo do ente.

2. O servidor público efetivo municipal ocupante de cargo de Secretário do mesmo Município pode optar entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do cargo de Secretário, desde que autorizado pela legislação local, vedada a percepção cumulativa.

As vantagens inerentes ao cargo efetivo não são devidas ao servidor que venha a exercer o cargo de Secretário Municipal, o qual deve ser remunerado pela

forma de subsídio fixado em parcela única. Ditas vantagens permanecem latentes, só retomando-se o pagamento quando do retorno do servidor ao cargo efetivo.

Origem: Câmara Municipal de Três Barras  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/09632208  
Parecer nº: COG-732/02  
Decisão nº: 245/03  
Sessão: 19.02.2003  
Decisão Análoga:  
Processo nº: 02/09525037  
Parecer nº: COG-104/03  
Decisão nº: 1115/03  
Sessão: 23.04.2003

.....

**1302.** É possível a reestruturação dos cargos que compõem o quadro de servidores do Município, podendo ser fixados novos vencimentos de modo a diminuir a diferença entre o maior e o menor vencimento, desde que estejam em conformidade com os arts. 89, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 16, 17, 19, 21 e 22, todos da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os direitos fundamentais sociais têm status de cláusulas pétreas, nivelados, assim, aos direitos fundamentais individuais, sendo, destarte, intocáveis pelo constituinte secundário. A supressão havida no § 3º do art. 39 da Constituição Federal, com relação ao adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres e perigosas, não faz sucumbir o direito à sua percepção por servidor público. A implementação de adicional deve se dar na forma da lei, entendendo-se tal expressão como exclusivamente por lei em sentido estrito, ou regulamentada por decreto, caso a lei não seja materialmente exaustiva.

Compete à legislação municipal criar o plano de cargos e salários dos servidores municipais, estabelecendo os cargos da Administração Municipal, seus requisitos de investidura e peculiaridades, sua remuneração e quantidade de horas de labor, podendo haver carga horária diferenciada para os diferentes cargos, levando-se em conta a natureza, o grau de responsabilidade, complexidade, requisitos de investidura, peculiaridades e legislação superior.

A Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal estabelecem que as horas extraordinárias laboradas pelos servidores municipais devem ser remuneradas com acréscimo mínimo em percentual de 50 % (cinquenta por cento), podendo ser maior, desde que previsto no Estatuto dos Servidores Municipais ou em Lei Municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 01/01876696  
Parecer nº: COG-507/02  
Decisão nº: 250/03  
Sessão: 19.02.2003

.....

**1303.** O Município que produza brita para consumo interno não poderá vender as sobras para particulares, devendo a mesma ser utilizada posteriormente, tendo em vista que a brita não é um bem perecível, mas sim durável, que pode ser armazenado para posterior utilização.

A Administração somente pode vender bens móveis que sejam inservíveis, o que não é o caso da brita, que é um bem público dominial necessário à conservação das vias públicas.

Caso o Município possua sociedade de economia mista ou empresa pública que detenha como finalidade social a produção e venda de britas, escudado

no art. 17, inciso II, “e”, da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a entidade vender aos particulares e a ente integrante da Federação Brasileira a brita que produz.

Por força da medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal - STF na ADIn 927-3/RS, que suspendeu a redação final do art. 17, II, “b”, Lei Federal nº 8.666/93, o Município pode realizar permuta de bens móveis com particulares e com ente integrante da Federação Brasileira, sendo, entretanto, necessária avaliação do bem e lei municipal autorizativa.

A partir do momento da liquidação, as despesas contraídas, ainda que inscritas em Restos a Pagar atendendo ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64, resultam em compromisso de pagamento assumido pelo ente, gerando ao credor direito à contraprestação pecuniária.

Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não-processados, de exercícios anteriores, pendentes de pagamento, os Municípios devem observar os seguintes procedimentos:

- a) devem ser pagas na forma de Restos a Pagar (despesas extra-orçamentárias), observadas em cada fonte diferenciada de recursos a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecido o art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, para as demais despesas;
- b) caso tenha havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de Restos a Pagar ao final do exercício anterior, ou início do exercício em curso, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento;
- c) desnecessário o reconhecimento pelo Poder Legislativo quando as despesas foram regular-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

mente empenhadas no exercício de sua liquidação, utilizando as respectivas dotações orçamentárias, para as quais havia créditos à época;

- d) caso seja insuficiente a dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores” no Orçamento, para promover novo empenhamento das despesas anuladas ou Restos a Pagar cancelados, o titular deve solicitar ao Legislativo autorização para abertura de créditos adicionais, observadas as disposições da Constituição Federal e Lei Federal nº 4.320/64.

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Veneza  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 01/01586850  
Parecer nº: COG-520A/02  
Decisão nº: 246/03  
Sessão: 19.02.2003

.....

**1304.** A existência de diversos escritórios de advocacia especializados na recuperação tributária, todos com excelente qualificação e experiência, demonstra que há viabilidade de competição e, conseqüentemente, obriga a Administração a realizar licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/00328115  
Parecer nº: COG-746/02  
Decisão nº: 315/03  
Sessão: 24.02.2003

.....

**1305.** É permitida a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito dos

Municípios durante os três meses que antecederem a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais, e até a posse dos mesmos, sendo apenas vedada a nomeação, contratação ou admissão de servidores, salvo nos casos especificados no art. 73, V, da Lei Federal nº 9.504/97.

Origem: Câmara Municipal de Ouro Verde  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/10123931  
Parecer nº: COG-720/02  
Decisão nº: 317/03  
Sessão: 24.02.2003

.....

**1306.** Os servidores públicos do Município de Orleans, a partir da edição da Lei Municipal nº 1.482/99, no aspecto previdenciário, passaram a ser regidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, administrado pelo INSS, sem qualquer exceção na referida Lei Municipal, todavia, continuam sob as regras do regime estatutário da Lei Municipal nº 1.473/99 e ao plano de carreira da Lei Municipal nº 1.472/99.

Apesar da Lei nº 1.482/99 nada mencionar a respeito dos servidores que haviam implementado os requisitos necessários ao gozo do benefício de aposentadoria anteriormente à adesão ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, aplica-se o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e a regra do art. 10 da Lei Federal nº 9.717/98.

Origem: Prefeitura Municipal de Orleans  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/07893004  
Parecer nº: COG-742/02  
Decisão nº: 344/03  
Sessão: 26.02.2003



**1307.** Desde que haja saldo financeiro não utilizado, a prestação de contas de recursos antecipados a título de contribuições e auxílios repassados pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça poderá ser efetuada mensalmente e englobando mais de um empenho.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/10960906  
Parecer nº: COG-022/03  
Decisão nº: 369/03  
Sessão: 05.03.2003

**1308.** O Município pode traspassar veículo de sua propriedade para outro ente da Federação, desde que para atendimento de interesse público e em melhores condições de prestação do serviço público do que o próprio Município, devendo utilizar o instituto da Cessão de Uso.

Origem: Prefeitura Municipal de Palhoça  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/10855282  
Parecer nº: COG-032/03  
Decisão nº: 373/03 Sessão: 05.03.2003

**1309.** A consolidação das contas públicas do ente da Federação é necessária por imperativo do art. 50, III, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), devendo a contribuição dos servidores e da parte patronal para o custeio do sistema próprio de previdência e assistência social ser deduzida da apuração da Receita Corrente Líquida - RLC, por imposição do art. 2º, IV, "c", do mesmo diploma legal e da Portaria STN nº 517/2002, de 14.10.2002.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/10420049  
Parecer nº: COG-048/03  
Decisão nº: 377/03  
Sessão: 05.03.2003

**1310.** O servidor oriundo do município emancipante, que venha a integrar o quadro do município emancipado, conserva as vantagens pecuniárias já adquiridas, devendo ser enquadrado no plano de cargos e salários do ente que passou a integrar. No Município de Palmeira, considerando as disposições das Leis Complementares Municipais nºs 05/99 e 06/99, caso sua remuneração seja igual ou superior àquela prevista para o último nível da carreira, deverá ser enquadrado neste nível, não fazendo jus à progressão funcional. Se a remuneração for menor, deverá ser enquadrado no nível correspondente, tendo direito às progressões funcionais até o limite estabelecido na legislação local. Em ambos os casos, o servidor terá direito à revisão geral anual que se encontra prevista no art. 37, X, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Origem: Câmara Municipal de Palmeira  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/03692470  
Parecer nº: COG-051/03  
Decisão nº: 433/03 Sessão: 10.03.2003

**1311.** O Poder Público não poderá dispensar o procedimento licitatório, com fundamento no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, sem que esteja plenamente configurada a situação emergencial ou calamitosa, o risco seja concreto e efetivo e a contratação afaste o risco iminente detectado.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/00098472  
Parecer nº: COG-035/03  
Decisão nº: 441/03  
Sessão: 10.03.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 03/06639114  
Parecer nº: COG-525/03  
Decisão nº: 3927/03  
Sessão: 10.11.2003

.....

**1312.** Os créditos suplementares e especiais necessitam de autorização legislativa através de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, devendo a abertura se dar através de decreto do Executivo, mediante prévia exposição justificativa e indicação da origem dos recursos correspondentes. Pode haver autorização na Lei Orçamentária Anual, conforme arts. 165, § 8º, da Constituição Federal, e 7º, I, da Lei nº 4.320/64, somente para as hipóteses de superávit financeiro do exercício anterior, excesso de arrecadação e operações de crédito, sendo irregulares as autorizações na Lei Orçamentária Anual para as suplementações cujos recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, de que trata o art. 43, III, da Lei nº 4.320/64.

A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, devem ocorrer mediante prévia autorização legislativa específica, sendo incabível previsão neste sentido na Lei Orçamentária Anual.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: 02/04993296  
Parecer nº: COG-050/03  
Decisão nº: 442/03  
Sessão: 10.03.2003

.....

**1313.** A pessoa jurídica que deseja isenção de ITBI deve comprovar as hipóteses descritas nos arts. 36 e seguintes do CTN e da legislação tributária municipal, cabendo ao administrador a análise minuciosa do caso, requerendo, se necessário for, prova documental hábil da pessoa jurídica para a comprovação do art. 37, §1º, do CTN.

Origem: Prefeitura Municipal de Urussanga  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/09805900  
Parecer nº: COG-002/03  
Decisão nº: 443/03 Sessão: 10.03.2003

.....

**1314.** A realização de mudanças intermunicipais pelo Poder Público em benefício de particulares, ainda que ressarcido parte do custo, não encontra amparo constitucional, pois a competência legislativa municipal deve ficar adstrita aos assuntos de interesse local, conforme art. 30, I, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de São Joaquim  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/08022341  
Parecer nº: COG-001/03  
Decisão nº: 495/03 Sessão: 12.03.2003

.....

**1315. 1.** Despesas de Exercícios Encerrados, não empenhadas nas épocas próprias, que não tenham por base prévia autorização legal, cujas dotações

em que deveriam ser empenhadas no exercício de origem não dispunham de créditos orçamentários suficientes para comportá-las, poderão ser regularizadas mediante Crédito Especial ou através de seu reconhecimento por lei da Câmara Municipal, e o seu conseqüente empenhamento nas dotações próprias de Despesas de Exercícios Anteriores, liquidação e pagamento, sem prejuízo da verificação de responsabilidade pela realização das mesmas nessas circunstâncias.

2. No desempenho de suas atribuições constitucionais, a Câmara Municipal deve restringir suas funções às de normatização, fiscalização, controle e assessoramento ao Poder Executivo e à organização de seus serviços, não cabendo a promoção de eventos.

Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados e divulgados, obedecida a seguinte ordem: no órgão oficial do Município ou da respectiva Associação Municipal; ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer; ou conforme dispuser a Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 111, parágrafo único, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21/00.

3. A publicação das leis municipais e outras normas legais, como decretos e resoluções da Câmara, deve ser realizada no órgão oficial de imprensa, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil). Inexistindo imprensa oficial, permite-se a publicação em imprensa privada, selecionada mediante processo licitatório e qualificada como oficial por lei municipal. Havendo motivo legítimo e suficiente capaz de afastar as alternativas anteriores, a publicação se dará na conformidade da Lei Orgânica Municipal, inclusive, se nela prevista, mediante afixação dos textos legais, em lugar visível e de amplo acesso, nas sedes do Executivo e do Legislativo municipais.

4. A inserção de qualquer outro símbolo acompanhando o Brasão Municipal, de uso obrigatório nos papéis oficiais do Município de São Miguel do Oeste, somente poderá ocorrer através de lei que a autorize e disponha sobre seu uso.

Origem: Câmara Municipal de São Miguel do Oeste

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 02/03429699

Parecer nº: COG-006/03

Decisão nº: 501/03

Sessão: 12.03.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/02054207

Parecer nº: COG-063/02

Decisão nº: 617/02

Sessão: 15.04.2002

Processo nº: TC9058610/94

Parecer nº: COG-088/00

Decisão nº: 728/00

Sessão: 10.04.2000

.....

**1316.** O tempo de serviço prestado mediante contrato administrativo temporário deverá ser computado como tempo de serviço para fins de aposentadoria, conforme as regras definidas pelo Regime Geral de Previdência Social, nos termos definidos no art. 201 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

Para a concessão do adicional por tempo de serviço, definido no art. 71 da Lei nº 558/92 do Município de Antônio Carlos, deve-se considerar o tempo de serviço público prestado ao município qualificado como de exercício, independentemente da natureza do vínculo laboral estabelecido entre o ente e o agente público, se temporário, comissionado ou efetivo (permanente).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/07100896  
Parecer nº: COG-054/03  
Decisão nº: 561/03 Sessão: 17.03.2003

. . . . .

**1317.** A dívida ativa irregularmente inscrita não goza da presunção de certeza e liquidez, podendo, desta forma, ser cancelada de ofício pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo gestor responsável, mediante ato justificativo, devidamente fundamentado e publicado.

Origem: Prefeitura Municipal de Fraiburgo  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/09805749  
Parecer nº: GC-OGS/2003/075  
Decisão nº: 565/03 Sessão: 17.03.2003

. . . . .

**1318.** Para que o Médico Veterinário do município possa desempenhar suas funções é necessário realização de regular processo licitatório visando à aquisição de medicamentos, cuja empresa fornecedora poderá ser de seu sogro, desde que tenha sido a vencedora. O aumento da despesa, decorrente da realização da licitação, deve estar adequado à Lei Orçamentária Anual - LOA e compatibilizado com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus arts. 15 a 17, observando, quando for o caso, o art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 02/09524731  
Parecer nº: COG-065/03  
Decisão nº: 576/03 Sessão: 17.03.2003

**1319.** À vista de excepcional interesse público, devidamente justificado, o Poder Executivo do Estado pode ceder ao Poder Judiciário servidores do quadro efetivo da Procuradoria Geral do Estado, ou de outros órgãos da Administração Direta, com o fito de desempenharem as funções de oficial de justiça *ad hoc*, exclusivamente em processos de execução fiscal, designados com fulcro nos arts. 81 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e 450 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Para efetivação das cessões, demonstradas as necessidades do Tribunal de Justiça e as disponibilidades de pessoal efetivo da Procuradoria Geral do Estado, ou de outros órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, é conveniente a celebração de convênio de cooperação técnico-financeira entre os Poderes interessados estabelecendo os objetivos e obrigações recíprocas.

O ônus da remuneração do servidor cedido pode ser estabelecido nesse convênio, ou adotado o critério do § 2º do art. 1º do Decreto Estadual nº 2003, de 29 de dezembro de 2000, ressaltando que para os fins da Lei Complementar nº 101/00, as despesas correspondentes, incluindo encargos, devem ser levadas a câmputo da Despesa Total com Pessoal do Poder que efetivamente arcar com esses custos.

Origem: Procuradoria Geral do Estado  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/03693019  
Parecer nº: COG-097/03  
Decisão nº: 669/03 Sessão: 24.03.2003

. . . . .

**1320.** O Poder Executivo pode suplementar créditos orçamentários através de Decreto, desde que haja prévia autorização legislativa, cuja lei é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, com exposição justificativa e indicação dos recursos correspondentes.

Origem: Câmara Municipal de Urubici  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/10124822  
Parecer nº: COG-034/03  
Decisão nº: 717/03  
Sessão: 24.03.2003

.....

**1321.** A concessão de remissão, ao teor do art. 150, § 6º, da Constituição Federal, depende de lei específica que regule exclusivamente a matéria, além dos requisitos estabelecidos nos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal com o escopo de desobrigar o SAMAE a intentar ações judiciais que sejam inviabilizadas pelo seu custo, podendo este acumular inscrições em dívida ativa até atingir um valor considerável para o ingresso em juízo e, caso ocorra a prescrição (tributária ou civil, conforme o caso), promover automaticamente a baixa da inscrição.

Origem: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/08022260  
Parecer nº: COG-005/03  
Decisão nº: 746/03  
Sessão: 02.04.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 03/02820477  
Parecer nº: COG- - 351/03  
Decisão nº: 2586/03  
Sessão: 04.08.2003

.....

**1322.** O depósito das disponibilidades de caixa do poder público e do fundo previdenciário, bem

como as aplicações financeiras do poder público, devem ser efetuados em instituições financeiras oficiais do Estado, enquanto que as aplicações financeiras do fundo previdenciário devem ser realizadas em instituição financeira pública ou privada escolhida pelos critérios de solidez patrimonial, volume de recursos administrados e experiência na administração de recursos de terceiros.

Origem: Prefeitura Municipal de Caçador  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/09343001  
Parecer nº: COG-003/03  
Decisão nº: 748/03  
Sessão: 02.04.2003

.....

**1323.** Na interpretação do art. 18 da Lei Municipal nº 006/1993, somente terá direito à promoção por antigüidade o servidor público que completar três anos de efetivo exercício no mesmo cargo do serviço público municipal de Sangão, independentemente do número de vezes que for nomeado para aquele cargo.

O servidor público de Sangão, para efeitos de promoção por antigüidade, somente poderá aproveitar o tempo de serviço público municipal adquirido no cargo que ocupava antes de se desligar da administração municipal, se, ao reingressar, for nomeado para o mesmo cargo.

Caso o retorno ao serviço público daquele município seja em cargo diverso do anteriormente ocupado, deverá o servidor desempenhar suas atividades na classe inicial do novo cargo, galgando as classes posteriores somente depois de completado o interstício necessário para o avanço na carreira funcional, não podendo utilizar para fins de promoção por antigüidade o tempo adquirido no antigo cargo.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Sangão  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/11013706  
Parecer nº: COG-092/03  
Decisão nº: 756/03  
Sessão: 02.04.2003

.....

**1324.** A nomeação, posse e exercício de cargo público de provimento efetivo ou em comissão devem obedecer à denominação e quantitativos previstos na respectiva lei criadora, enquanto vigente. Os cargos criados por nova lei só podem ser providos e exercidos a partir do início da sua vigência.

Os atos dos agentes investidos em cargos em comissão são válidos quando praticados após a posse formal (assinatura do termo de posse) e início do exercício.

Em períodos de transição de governos, até a eventual reestruturação administrativa, escolha dos ocupantes e preenchimento dos cargos, é recomendável a utilização do instrumento da designação temporária de servidores efetivos para responder pelas atribuições dos respectivos cargos, em especial quando se tratar de chefias ou responsáveis pela edição de atos administrativos, consoante previsão do art. 39 da Lei Estadual nº 6.745/85.

Origem: Secretaria de Estado da Administração  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/00380062  
Parecer nº: COG-144/03  
Decisão nº: 773/03  
Sessão: 07.04.2003

.....

**1325.** O cumprimento de cinco anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo em que se dará a aposentadoria é requisito do art. 40, III, da

Constituição Federal, que trata da aposentadoria voluntária, não sendo aplicável às aposentadorias compulsórias e por invalidez.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/10647337  
Parecer nº: COG-083/03  
Decisão nº: 780/03  
Sessão: 07.04.2003

.....

**1326.** O Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS, não se confunde com o Regime Próprio de Previdência, que venha a ser implantado pelo Município através da obediência das linhas mestras traçadas pelos arts. 40 e seguintes da Constituição Federal.

A contribuição ao Regime Próprio de Previdência, regularmente instituído, é compulsória, a ela obrigando-se todos os servidores ocupantes de cargo efetivo, conforme arts. 40 e seguintes da Constituição Federal.

Não há impedimento constitucional para o servidor que percebe benefício de aposentadoria pelo INSS venha a perceber idêntico benefício pelo Regime Próprio de Previdência, desde que tenha contribuído para tal (arts. 40 e seguintes da Constituição Federal), podendo este último ser proporcional ao tempo de serviço, observada a legislação pertinente.

O servidor aposentado com proventos pagos pelo INSS pode retornar ao serviço público para ocupar cargo de provimento efetivo, desde que se submeta a concurso público.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Thereza Aparecida Costa Marques



Processo nº: 02/10809841

Parecer nº: COG-112/03

Decisão nº: 787/03

Sessão: 07.04.2003

.....

**1327.** Os servidores públicos do Município de Tubarão (ativos e inativos) que exerceram o cargo em comissão de Secretário Municipal, agregando os valores decorrentes da diferença de tal cargo com a remuneração do cargo efetivo, de acordo com o art. 171 da Lei Municipal nº 1660/92, não terão direito ao novo regime de subsídio estabelecido pela Lei Municipal nº 2246/99.

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 01/00811787

Parecer nº: COG-105/03

Decisão nº: 857/03

Sessão: 09.04.2003

.....

**1328.** Devidamente fundamentado o interesse público e a indispensabilidade para o bom desempenho das atividades e serviços públicos, poderá o Chefe do Executivo Municipal de Bocaina do Sul encaminhar projeto de lei à Câmara com a finalidade de implantação do refeitório para todos os servidores municipais, desde que atendidos aos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 02/06610378

Parecer nº: COG-093/03

Decisão nº: 858/03

Sessão: 09.04.2003

**1329. 1.** Efetivando a devolução dos recursos não utilizados, a Câmara perde o domínio sobre a aplicação do dinheiro, não lhe sendo possível ditar o seu destino, quer indicando o repasse para certa entidade, ou o seu emprego na realização de alguma obra ou serviço.

**2.** As despesas com obras realizadas pela Câmara Municipal, com dotações consignadas em seu orçamento, devem integrar a despesa total do Poder Legislativo para fins de verificação do atendimento ao limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal, porquanto aquela norma constitucional exclui apenas os gastos com inativos.

O Chefe do Poder Executivo deve determinar o repasse ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes à dotação prevista no orçamento anual e em eventuais créditos adicionais, transferidos conforme a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sem extrapolar as dotações anuais.

Pode caracterizar crime de responsabilidade do Prefeito Municipal (art. 29-A, § 3º, III, da Constituição Federal), o repasse ao Poder Legislativo de recursos financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária, salvo se as transferências resultarem em extrapolamento do percentual indicado no art. 29-A, *caput*, sobre a efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apurada no exercício anterior, quando o Prefeito deve determinar a redução do repasse para adequação ao limite constitucional, caso contrário também poderá incidir em crime de responsabilidade (art. 29-A, § 3º, I, da Constituição Federal). Em caso de eventual conflito de normas, prevalece a regra da limitação (art. 29-A, § 3º, I, da Constituição Federal).

Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Cons-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

titucional nº 25/00, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

A contratação e execução de obra de prédio para abrigar a Câmara Municipal pode ser realizada integralmente pelo Poder Executivo, com previsão no orçamento deste Poder, observada a existência de previsão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A obra pode ser realizada em parceria dos Poderes e Executivo, com as respectivas parcelas constando do orçamento de cada Poder. No entanto, deverão ser observadas as limitações de gastos impostas à Câmara (art. 29-A da Constituição Federal).

Considerando que os imóveis públicos municipais pertencem ao Município (ente), podem ter destinação para uso especial quando destinados a uma finalidade pública permanente, como servir de sede da Câmara de Vereadores, podendo ser formalizada de acordo com as normas locais ou através de lei municipal específica.

Origem: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/00394509  
Decisão nº: 859/03  
Sessão: 09.04.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 01/03637184  
Parecer nº: COG-138/02  
Decisão nº: 1489/03  
Sessão: 24.07.2002

.....

**1330.** O Vereador é segurado obrigatório da Previdência Social, nos termos do art. 12, I, “h”, da Lei Federal nº 8.212/91, devendo as contribuições incidentes sobre a remuneração a ele paga serem reco-

lhidas ao INSS, exceto se for servidor público efetivo integrante de Regime de Previdência do Serviço Público – RPSP (Regime Próprio de Previdência), instituído em conformidade com os termos do art. 40 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social, hipótese em que deverá recolher normalmente a contribuição a tal Regime.

Caso o Vereador desempenhe outra atividade na iniciativa privada, será ele normalmente filiado ao RGPS em relação a ela, não excluindo a filiação em relação ao exercício do mandato eletivo (art. 12, § 2º, da Lei Federal nº 8.212/91), todavia, contribuirá até o teto máximo previsto no art. 20 da Lei Federal nº 8.212/91.

Origem: Câmara Municipal de Tijucas  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 01/02057214  
Parecer nº: COG-096/03  
Decisão nº: 867/03  
Sessão: 09.04.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 03/03395532  
Parecer nº: COG-411/03  
Decisão nº: 2852/03  
Sessão: 25.08.2003

.....

**1331.** Para que o Município de Pouso Redondo possa realizar concessão de pontos de táxi é necessário o encaminhamento de projeto de lei à Câmara Municipal, observadas as condições e rito previstos na Lei Orgânica Municipal. Aprovado o projeto de lei, o mesmo deve ser convertido em lei mediante sanção do Prefeito Municipal, que o encaminhará para publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal. Respeitando o que dispuser a Lei Municipal, bem como o que dispõem as Leis Federais nº 8.987/95 (Concessões,

Permissões e Autorizações) e nº 8.666/93 (Licitações e Contratos), a concessão de pontos de táxi deverá ser precedida de licitação, que servirá de base para a formalização de contrato com os vencedores.

Origem: Prefeitura Municipal de Pouso Redondo  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/07449007  
Parecer nº: COG-066/03  
Decisão nº: 868/03  
Sessão: 09.04.2003

.....

**1332.** Não encontra amparo legal a cobrança de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre serviços notariais e de registro, por não figurarem na lista constante da Lei Complementar nº 56/87.

Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/10729066  
Parecer nº: COG-088/03  
Decisão nº: 872/03 Sessão: 09.04.2003

.....

**1333.** O exercício de funções contábeis e financeiras deve ser segregado em cargos e pessoas distintos, atendendo-se a um dos princípios do controle interno.

Não constitui irregularidade a subordinação a uma mesma pessoa dos que exercem, segregadamente, as funções de contabilidade e de finanças.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/00290829  
Parecer nº: COG-133/03  
Decisão nº: 879/03 Sessão: 09.04.2003

**1334.** Não assiste direito aos Vereadores a subsídio correspondente ao percentual fixado no art. 29-A da Constituição Federal em relação aos subsídios dos Deputados Estaduais, pois a norma constitucional estabelece limite máximo.

O subsídio do Vereador rege-se pelo princípio da anterioridade, materializado na fixação daquele estipêndio, pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites dos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficando vedada a alteração do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura, em face do preceito dos arts. 29, VI, da Carta Magna, e 111 da Constituição Estadual.

A alteração ou fixação dos subsídios dos Deputados Estaduais não autoriza nova fixação, alteração ou elevação automática do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura. O reajuste decorrente da revisão geral anual prevista na parte final do art. 37, X, da Constituição Federal, englobando todos os servidores municipais, sempre na mesma data e sem distinção de índices, também é admitido para subsídios dos agentes políticos, desde que expressamente previsto na lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, e os valores individuais e despesas totais de pessoal estejam compreendidos nos limites da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Itapema  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/00085575  
Parecer nº: COG-109/03  
Decisão nº: 960/03  
Sessão: 14.04.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Decisão Análoga:

Processo nº: 02/03692390

Parecer nº: COG-108/03

Decisão nº: 3132/03

Sessão: 15.09.2003

.....

1335. De acordo com o art. 25, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, existe a possibilidade de elaboração e aprovação de lei, por parte das Casas Legislativas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, autorizando o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina a atuar nos municípios paranaenses limítrofes a Santa Catarina, especificados nesse texto legal.

Com base nessa autorização legal, o município do Estado do Paraná, limítrofe ao Estado de Santa Catarina, pode instituir fundo municipal de reequipamento do Corpo de Bombeiros, aplicando valores no Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, bem como contribuir para fundo municipal já existente em município catarinense vizinho, com vistas à atuação do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina no seu município.

Os Municípios que instituírem fundo municipal, ou contribuir para um já instituído, devem atentar-se ao que preceituam as Leis Federais nº 4.320/64 e nº 101/2000, no que importa à despesa.

Caso o município paranaense opte por contribuir para fundo municipal já existente em município catarinense vizinho, é necessário que este autorize, mediante lei, a contribuição.

Após tomadas as medidas legais, é necessária a formulação de convênio entre o município paranaense limítrofe, o município catarinense e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros, devendo o mesmo estar em conformidade com as disposições legais firmadas para a consecução dessa cooperação entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: 02/02980138

Parecer nº: COG-116/03

Decisão nº: 1025/03

Sessão: 16.04.2003

.....

1336. A contratação de mão-de-obra pela Administração Municipal, através de Cooperativa, deverá ser realizada com parcimônia, sendo possível quando se tratar de serviços especializados ligados à atividade-meio e desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação, vedada para a realização de serviços que constituam atividade-fim da administração pública ou cujas funções sejam próprias de cargos integrantes do seu quadro de pessoal, em face do disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.

A administração municipal ao contratar serviços através de empresas ou cooperativas para atendimento de atribuições da atividade-meio deverá fazê-lo mediante procedimento licitatório, conforme arts. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e 2º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93, adotando os procedimentos desta.

Se a cooperativa não pagar os seus trabalhadores, poderá o Município ser responsabilizado, nos termos da legislação vigente, uma vez que está garantida a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços no caso de inadimplemento da empresa interposta.

Caso o contrato com a Cooperativa seja de fornecimento, ficará adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser efetuado novo procedimento licitatório e firmado novo contrato para o exercício seguinte.

Se o contrato for de natureza continuada, poderá ter o prazo máximo de 60 (sessenta) meses (art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93). Findo este prazo, deverá ser efetuado novo procedimento licitatório e firmado novo contrato.

Este tipo de contrato também deve estar adstrito ao exercício financeiro. Assim, se um contrato de serviços continuados for formalizado em agosto, este estará financeiramente válido até dezembro, quando deverá ser renovado para o próximo exercício financeiro.

Origem: Câmara Municipal de São Lourenço d'Oeste  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/07990123  
Parecer nº: COG-089/03  
Decisão nº: 1028/03  
Sessão: 16.04.2003

.....

**1337.** É possível o pagamento de remuneração aos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, de competência estadual, com recursos oriundos das multas de trânsito, mediante autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo o seu modo de execução estar disposto em convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, observando na fixação do valor o princípio da razoabilidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Curitiba  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/00067160  
Parecer nº: COG-147/03  
Decisão nº: 1029/03  
Sessão: 16.04.2003

.....

**1338.** É admissível ao Município colaborar com o pagamento de parte das mensalidades de servidores ocupantes de cargos efetivos matriculados em cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação, mediante auxílio financeiro, desde que haja demonstração do cumprimento dos preceitos consti-

tucionais e legais relativos à educação infantil e fundamental pública e da aplicação de pelo menos 25 % das receitas no ensino público e, ainda:

- a) haja lei específica estabelecendo as condições e os critérios para seleção dos beneficiados, prevendo o limite de valores e obrigações dos contemplados com o auxílio, abrangendo todos os servidores municipais, em atendimento ao princípio da isonomia;
- b) seja demonstrado o interesse público municipal na concessão do auxílio;
- c) o programa esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) haja previsão de recursos na Lei do Orçamento Anual ou em seus créditos adicionais;
- e) sejam atendidos aos requisitos e exigências dos arts. 16 (criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental), e 17 (despesas de caráter continuado) da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);
- f) não seja o auxílio computado como despesa com educação.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/03692802  
Parecer nº: COG-086/03  
Decisão nº: 1035/03  
Sessão: 16.04.2003

.....

**1339.** Estando o servidor filiado ao Regime Geral de Previdência Social e completando o mesmo 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco), se mulher, poderá a Administração Municipal requerer a aposentadoria compulsória nos termos do art. 51 da Lei nº 8.213/91, desde que preenchidos os requisitos do referido artigo.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

As verbas trabalhistas devidas pelo Município abrangem todas aquelas decorrentes da demissão sem justa causa, inclusive aviso prévio. Não fica afastada eventual reintegração, caso assim decida o Poder Judiciário, provocado em ação própria.

Origem: Prefeitura Municipal de Luzerna  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/08997342  
Parecer nº: COG-052/03  
Decisão nº: 1037/03  
Sessão: 16.04.2003

.....

**1340.** De acordo com os arts. 4º, II, 5º, 9º, § 1º, 14 e 15 da Lei Complementar nº 45/2000, do Município de Capinzal, é possível conceder o enquadramento vertical aos servidores que concluem o curso de pós-graduação, com respectiva passagem do “NÍVEL 1” para o “NÍVEL 2”.

A mudança de nível implica na mudança de classe, contando-se o tempo de serviço no magistério público municipal para efeitos de reenquadramento na classe e referência respectivas.

Origem: Prefeitura Municipal de Capinzal  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/07989974  
Parecer nº: COG-053/03  
Decisão nº: 1046/03  
Sessão: 16.04.2003

.....

**1341. 1.** A receita patrimonial é lançamento contábil determinado pela Portaria Interministerial nº 163/2001, devendo ser utilizado quando houver o ingresso de recursos oriundos de fontes patrimoniais.

A exploração do patrimônio público é ato sujeito aos princípios de direito público, devendo o administrador levar em consideração o interesse público, a oportunidade e a conveniência, na avaliação quanto à possibilidade de sua realização.

Quando a exploração do patrimônio público é formalizada por instrumento contratual, em que haja alguma espécie de remuneração, prazo da concessão ou permissão e outras obrigações recíprocas, constitui ato negocial, tornando-se imperiosa a licitação, por exigência do art. 2º da Lei nº 8.666/93.

2. A contratação de profissional ou empresa para desenvolvimento de serviços técnicos por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, requer a demonstração, pela Administração contratante, da singularidade do objeto do contrato e da notória especialização do profissional ou empresa contratada.

Consoante a doutrina pátria, a singularidade de serviço técnico-profissional está relacionada à natureza personalíssima de sua execução, como resultado da atuação de executor com especial qualificação, denotando objeto de características intrínsecas inconfundíveis, diferenciado, incomum, particular, marcado pelo ineditismo, como também o responsável pela sua execução. Embora não seja necessariamente único, o objeto singular deve carregar qualidade ou complexidade que o torne incomparável com outros trabalhos, ainda que do mesmo gênero, que nas palavras de Hely Lopes Meirelles fica caracterizado como singular “quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística ou a argúcia de quem o executa”, como ocorre “quando os conhecimentos científicos, técnicos, artísticos ou econômicos a serem manejados depen-



dem, pelo menos, de uma articulação ou organização impregnada pela específica individualidade e habilitação pessoal do sujeito (pessoa física ou jurídica, indivíduo ou grupo de indivíduos) que o realize”.

A notória especialização do contratado será demonstrada com documentos que comprovem que, no campo de sua especialidade, reúne os requisitos que ostentem a adjetivação de notória especialização, como decorrência de desempenho anterior demonstrado e conhecido, experiências demonstradas relacionadas aos serviços técnicos pretendidos pela Administração, estudos e publicações realizadas, organização, aparelhamento e equipe técnica pertinentes ao objeto a ser contratado, permitindo inferir que, em tese, seu trabalho atenderá de modo eficiente à plena satisfação do objeto do contrato.

Em havendo a opção pela contratação com inexigibilidade de licitação, deve ser observado o procedimento estatuído no art. 26 da Lei n 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Bom Retiro  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/10855797  
Parecer nº: COG-074/03  
Decisão nº: 1050/03 Sessão: 16.04.2003  
Decisão Análoga:  
Processo nº: 02/03429850  
Parecer nº: COG-407/02  
Decisão nº: 1930/03 Sessão: 19.08.2002  
.....

1342. Nos contratos de execução parcelada, o contratado tem direito a receber cópia do empenho prévio das despesas a serem executadas em decorrência do contrato, como garantia de existência de dotação orçamentária reservada para o contrato, pelo menos em relação ao orçamento vigente. No caso de contrato para execução de obra inteiramente executável

no exercício em que foi contratada, deverá ser promovido empenho global do contrato ou emissão de diversos empenhos estimativos de acordo com a previsão de desembolso - mensal ou por etapas concluídas - especificada no cronograma físico-financeiro integrante do instrumento do contrato.

Quando a previsão de execução da obra ultrapassar o exercício em que foi contratada, alternativamente à emissão de empenho global da totalidade do valor do contrato, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- a) emissão de empenho para o montante previsto para pagamento no exercício em que se iniciar a execução ou emissão de diversos empenhos estimativos de acordo com a previsão de desembolso para o exercício - mensal ou por etapas concluídas - especificada no cronograma físico-financeiro integrante do instrumento do contrato;
- b) em qualquer das hipóteses, emissão de subempenhos após as medições mensais ou por etapas, e aceita pela Administração (liquidação da despesa), com valor exato a ser pago, emitindo empenhos ordinários complementares ou estornando dotações excedentes ao previsto, conforme o caso;
- c) obrigatória inclusão de dotação no orçamento do exercício seguinte para as parcelas a serem pagas naquele exercício;
- d) empenho, no início de cada exercício, do montante total das despesas previstas para o respectivo exercício, através de empenho global ou empenhos estimativos - mensal ou por etapas - conforme previsão do cronograma físico-financeiro da obra;
- e) registro do contrato e seu valor no sistema de compensação, para controle da existência da obrigação condicionada à efetiva execução do contrato pelo contratado.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 01/01821107  
Parecer nº: COG-071/03  
Decisão nº: 1057/03 Sessão: 16.04.2003

. . . . .

**1343.** O adicional por tempo de serviço previsto no art. 82 da Lei Complementar nº 90/94, do Município de Concórdia, não se aplica aos servidores inativos, cujas aposentadorias voluntárias se efetuaram com fundamento em Lei Municipal vigente à época de suas respectivas concessões.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/10123001  
Parecer nº: COG-167/03  
Decisão nº: 1058/03 Sessão: 16.04.2003

. . . . .

**1344.** Os incentivos econômicos para instalação de empresas em área industrial de propriedade municipal devem estar previstos em programa de apoio às atividades econômicas, instituído e regulado por lei específica, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e conter dotação na Lei do Orçamento quando implicar em realização de despesas, atendidos, quando for o caso, aos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Quando os incentivos para instalações de empreendimentos no Município envolverem a disponibilização de bens imóveis públicos (terrenos) a particulares (pessoas físicas ou jurídicas), deve-se privilegiar o emprego do instituto da concessão do direito real de uso, para

melhor resguardar o interesse e o patrimônio públicos, mediante licitação (art. 17, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93) e prévia autorização legislativa onde também disponha sobre as condições da concessão, inclusive sobre o vínculo às atividades para as quais houve a concessão, prevendo a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão ou quando não mais sejam atendidas às condições da concessão, devendo estar demonstrado o interesse público. Deve-se evitar a doação de imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

O Município poder promover a alienação de terrenos contidos em distrito industrial municipal, como alternativa à concessão do direito real de uso, sendo necessária autorização legislativa, avaliação prévia considerando os preços de mercado e a realização de processo licitatório na modalidade de concorrência (art. 17, I, combinado com art. 23, §3º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93), cujo edital estabelecerá as condições de participação, o preço mínimo, formas de pagamento - podendo ser parcelado como incentivo aos interessados - e os critérios objetivos de julgamento, com observância dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, e dos princípios atinentes ao instituto da licitação, como a igualdade de tratamento entre os interessados, julgamento objetivo e outros correlatos.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaramirim  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/05994555  
Parecer nº: COG-186/03  
Decisão nº: 1094/03 Sessão: 23.04.2003  
Decisão Análoga:  
Processo nº: 00/06614302  
Parecer nº: COG-003/01  
Decisão nº: 420/03 Sessão: 28.03.2001

**1345.** O servidor público eleito Prefeito deve se afastar do cargo, emprego ou função que ocupa na administração pública para exercer seu mandato eletivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo efetivo ou o subsídio.

Origem: Federação Catarinense de Municípios - FECAM  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/08996885  
Parecer nº: COG-148/03  
Decisão nº: 1095/03  
Sessão: 23.04.2003

.....

**1346.** A aposentadoria espontânea é causa de extinção da relação de trabalho com a Administração Pública, tanto para cargos como para empregos públicos. A permanência do servidor público não gera direitos, haja vista a necessidade de prévio concurso público nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, cuja inobservância nulifica a relação consoante regra do § 2º do art. 37 do mesmo diploma legal. O liame estabelecido gera apenas o direito do servidor receber os dias efetivamente trabalhados, de acordo com contraprestação

pactuada, nos termos do Enunciado nº 363, do Tribunal Superior do Trabalho, e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Origem: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/09632895  
Parecer nº: COG-004/03  
Decisão nº: 1096/03  
Sessão: 23.04.2003

.....

**1347. 1.** Para atender aos programas de caráter transitório com recursos repassados pela União ou Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos aos pressupostos do art. 37, IV, da Constituição Federal. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade e se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público).<sup>212</sup>

No caso do Programa de Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, o município pode adotar as seguintes soluções:

<sup>212</sup> Item 1 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através do item 6.1.4 da decisão nº 3310/03, prolatada no processo PDI-03/06353652. Redação inicial do item 1: "Para atender aos programas de caráter transitório com recursos repassados pela União ou pelo Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos aos pressupostos do art. 37, inc. IV, da Constituição Federal. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade e se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito, etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público). No caso dos Programas de Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, em razão de não estar suficientemente consolidada a perenidade dos Programas, a solução que se apresenta mais viável no momento é a contratação temporária, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes. Considerando que os recursos originários de transferências voluntárias integram o cálculo para apuração da receita corrente líquida, as despesas de pessoal realizadas com esses recursos também devem integrar a despesa total com o pessoal do Poder e do ente. Os admitidos em caráter temporário - ACTs não ocupam cargo público, mas tão-somente exercem função pública, sendo imprópria, portanto, a instituição de quadro de cargos temporários."

- admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo criados por lei, mediante prévia aprovação em concurso público, situação em que o servidor adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício e o ente público municipal fica responsável pela aposentadoria, de acordo com as regras da Constituição Federal, onerando os cofres públicos do município;
- contratação temporária, caracterizada a necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes;
- celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, que atenda aos requisitos da Lei Federal nº 9.790/99, autorizadas a operar pelo órgão competente do Governo Federal (Ministério da Justiça), a qual deve assumir integralmente a execução do Programa, mediante repasse de recursos pelo município, inclusive na contratação de pessoal necessário, que não terá qualquer vínculo com a Administração Pública. O termo de parceria independe de licitação ou autorização legislativa específica, e as despesas com pessoal não integram o cálculo da despesa total com pessoal do município.

Não encontra amparo legal a celebração de convênio ou contratação de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que não sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para a execução do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Programa de Saúde da Família.

Considerando que os recursos originários de transferências voluntárias integram o cálculo para apuração da receita corrente líquida, as despesas de pessoal realizadas com esses recursos também devem integrar a despesa total com o pessoal do Poder e do ente, salvo no caso da celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP que atenda aos requisitos da Lei Federal nº 9.790/99.

2. As admissões em caráter temporário devem ser precedidas de procedimento seletivo a ser realizado, no mínimo, na periodicidade de duração dos contratos, ou em menor período, se assim demandar o interesse público.

A contabilização dos gastos com os agentes comunitários de saúde obedecerá à Portaria Interministerial nº 163/01, de 4/5/01, Anexo II, devendo ser registrado nas seguintes classificações:

- A) Categoria Econômica: 3 - Despesas Correntes;
- B) Grupo de Natureza: 1 - Pessoal e Encargos Sociais;
- C) Modalidade de Aplicação: 90 - Aplicações Diretas; e
- D) Elemento de Despesa: 04 - Contratação por Tempo Determinado.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaraciaba

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 02/00328387

Parecer nº: COG-163/03

Decisão nº: 1107/03

Sessão: 23.04.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/02200467

Parecer nº: COG-359/02

Decisão nº: 1676/02

Sessão: 31.07.2002

**1348.** 1. Considerando os estudos organizados no âmbito do Ministério da Saúde, com participação dos Tribunais de Contas, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Saúde, Conselhos de Secretários de Saúde Estaduais e Municipais, Comissões da Câmara e do Senado e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, a Resolução nº 316, de 04 de abril de 2002, do Conselho Nacional de Saúde, e a Portaria nº 2.047, de 05 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde, para fins de verificação do cumprimento das normas previstas na Emenda Constitucional nº 29, a partir do exercício de 2002, inclusive, são aceitas como integrantes das Ações e Serviços Públicos de Saúde as seguintes despesas relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- d) educação para a saúde;
- e) saúde do trabalhador;
- f) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- g) assistência farmacêutica;
- h) atenção à saúde dos povos indígenas;
- i) capacitação de recursos humanos do SUS;
- j) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;
- l) produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;
- m) saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comu-

nidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;

- n) serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- o) atenção especial aos portadores de deficiência;
- p) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores;
- q) pagamentos de juros e amortizações decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01.01.2000 para custear ações e serviços públicos de saúde.

2. Como consequência, não devem integrar a apuração das despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde, despesas com:

- a) inativos e pensionistas, por não se tratarem de despesa com saúde, mas de previdência Social;
- b) ações e serviços de saúde destinados ao atendimento de clientela fechada, por não serem de acesso universal (como despesas com planos de saúde e outras modalidades de assistência médico-hospitalar destinadas a servidores públicos, civis e militares, e respectivos dependentes);
- c) merenda escolar, pois se trata de política pública do setor educação (Constituição Federal, art. 208, VII) com caráter de assistência social;
- d) ações de preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não-governamentais;
- e) ações de limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (recolhimento e tratamento do lixo);

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- f) saneamento básico não associado diretamente ao controle de vetores ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e as realizadas com recursos provenientes de taxas e tarifas ou do Fundo de Erradicação da Pobreza;
- g) gastos com saúde realizados com recursos vinculados (convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres).

3. Serão consideradas as despesas em ações e serviços públicos de saúde aplicados com base nas dotações orçamentárias das Funções “10 - Saúde” e “17 - Saneamento”, e suas subfunções, conforme classificação estabelecida pela Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão.

4. As despesas com ações e serviços públicos de saúde deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Pomerode  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/09632623  
Parecer nº: COG-068/03  
Decisão nº: 1110/03  
Sessão: 23.04.2003

.....

### 1349. DECISÃO NÃO PUBLICADA

.....

**1350.** O Plano de Cargos e Salários deve estabelecer o vencimento básico, que corresponde ao primeiro nível de remuneração de determinada categoria, bem como seu último nível de remuneração. Deve disciplinar, também, a concessão de outros direitos, como a progressão funcional e o adicional por tempo de serviço. Havendo previsão de adicional trienal na Lei Orgânica ou no Estatuto do Servi-

dores, este incidirá sobre o vencimento ou sobre a remuneração, conforme dispuser a legislação local. Para a elaboração de Plano de Cargos e Salários é necessária a iniciativa do Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica Municipal, bem como a observância dos dispositivos atinentes à despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/02980308  
Parecer nº: COG-166/03  
Decisão nº: 1114/03  
Sessão: 23/04/2003

.....

**1351.** Para o Município exigir validamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), previsto no art. 156, III, da Constituição Federal, há a necessidade de observância do art. 150, I (princípio da legalidade), III, “a” e “b” (princípios da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária), da Constituição Federal, assim como constar o serviço na lista anexa às Leis Complementares nºs 56/87 e 100/99, a qual é taxativa e de observância restrita pelo Município.

O ISSQN não incide sobre as operações de energia elétrica e serviços de comunicações (inteligência dos art. 156, III, combinado com o art. 155, II e § 3º, todos da Constituição Federal).

Poderá incidir ISSQN sobre os serviços prestados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), CASAN e serviços decorrentes de atos não cooperativos (serviços remunerados prestados a terceiros) das cooperativas, desde que previstos na lista anexa às Leis Complementares nºs 56/87 e nº 100/99 e na legislação municipal.



Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 02/10657480  
 Parecer nº: COG-118/03  
 Decisão nº: 1117/03 Sessão: 23.04.2003

.....

**1352.** Constatando a Administração Pública que a moléstia incapacitante para o trabalho, contraída pelo servidor público inativo, era preexistente ao pedido de aposentadoria voluntária, impõe-se a retificação do ato, com efeitos retroativos, para caracterizar a inativação como aposentadoria por invalidez.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 03/00066945  
 Parecer nº: COG-170/03  
 Decisão nº: 1118/03 Sessão: 23.04.2003

.....

**1353.** O Vereador que não comparece à sessão extraordinária da Câmara Municipal não faz jus ao pagamento da correspondente parcela indenizatória, ainda que apresente atestado médico justificando a ausência, visto que não há despesas a serem ressarcidas.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Gaivota  
 Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
 Processo nº: 03/00123175  
 Parecer nº: COG-140/03  
 Decisão nº: 1119/03  
 Sessão: 23.04.2003

.....

**1354.** A definição da modalidade licitatória, utilizando-se do critério econômico da contratação, deve considerar o valor total a ser despendido pela Administra-

ção Pública com o bem ou a utilidade (serviço), ainda que sua execução ultrapasse o exercício financeiro.

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada ou alugueis, em que se aplica o art. 57, II e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, a escolha da modalidade deve levar em consideração o total da contratação, incluídas as possíveis prorrogações previstas no edital e na minuta do contrato. Na aquisição de bens, materiais (expediente, higiene, limpeza etc.), equipamentos e serviços de uso freqüente pelo órgão ou entidade licitante, a modalidade de licitação deve levar em conta a previsão de gastos para o exercício, sob pena de caracterização de fracionamento de compras.

Quando for verificada a aquisição de bens e serviços comuns, independente do valor da contratação, a Administração Pública poderá valer-se da modalidade licitatória denominada Pregão, prevista na Lei Federal nº 10.520/02.

Origem: Prefeitura Municipal de Itajaí  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 03/00067321  
 Parecer nº: COG-150/03  
 Decisão nº: 1127/03 Sessão: 23.04.2003

.....

**1355.** Quando a eleição não for municipal, não se aplica aos Municípios a vedação imposta pelo inciso VIII do art. 73 da Lei nº 9.504/97, podendo o Município proceder a revisão geral com base em um dos índices fornecidos por entidades que analisam a economia nacional e apuram a inflação, tais como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia, que têm sido os mais utilizados para a efetivação da recomposição do poder de compra da remuneração dos servidores públicos.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Rio Fortuna  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/07101353  
Parecer nº: COG-117/03  
Decisão nº: 1130/03  
Sessão: 23.04.2003

.....

**1356.** Nos contratos de prestação de serviços deverá ser promovido o empenho global do contrato ou, pelo menos, das parcelas previstas para o exercício, e posterior emissão de subempenhos referentes a cada parcela mensal.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/00328620  
Parecer nº: COG-165/03  
Decisão nº: 1162/03 Sessão: 28.04.2003

.....

**1357. 1.** Enquanto a lei complementar de que trata o § 4º do art. 40 da Constituição Federal de 1988 não for elaborada pela União, fica vedada a concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9717/98, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2187-13, de 24 de agosto de 2001.

**2.** O tempo especial prestado à iniciativa privada, que tenha sido convertido em tempo comum, quando assim o permitiam as normas do regime geral, poderá ser computado para a concessão de aposentadoria no serviço público, conforme disposição do § 9º do art. 201 da Constituição Federal de 1988, mediante certidão fornecida pelo INSS, constituindo direito adquirido do servidor.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 02/07448620  
Parecer nº: COG-75/03  
Decisão nº: 1163/03  
Sessão: 28.04.2003

.....

**1358. 1.** Compete à Lei Orgânica Municipal, seguindo a simetria constitucional, disciplinar o processo legislativo municipal, prevendo as possibilidades de emendas aditivas nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

**2.** As atividades desenvolvidas pelo secretário escolar não se coadunam com funções de chefia, direção e assessoramento, razão por que as mesmas devem ser incumbidas a servidores ocupantes de cargo público de provimento efetivo.

Origem: Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/10855444  
Parecer nº: COG-194/03  
Decisão nº: 1167/03  
Sessão: 28.04.2003

.....

**1359.** Os serviços de publicidade do Poder Público podem ser classificados em legal (obrigatória) e institucional (divulgação de atos e ações da Administração) e ser-lhes conferido caráter de serviços contínuos, aplicando-se o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

A publicidade legal (publicação de leis e atos administrativos municipais que produzam efeitos externos) deve ser feita, obedecida a ordem, no órgão oficial de publicação do Município, instituído por lei; ou no órgão de divulgação da respectiva associ-

ação municipal; ou em jornal local de circulação diária ou semanal na localidade, contratado mediante processo licitatório; ou em jornal da microrregião a que pertencer o município, de circulação diária ou semanal na localidade; ou conforme dispuser a Lei Orgânica do município, consoante determinação do art. 111, parágrafo único, da Constituição do Estado de Santa Catarina, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21/2000.

Não existindo imprensa oficial, permite-se a publicação em imprensa privada, selecionada mediante processo licitatório e qualificada como oficial por lei municipal. Havendo motivo legítimo e suficiente capaz de afastar as alternativas anteriores, a publicação se dará na conformidade da Lei Orgânica Municipal, inclusive, se nela prevista, mediante afixação dos textos legais, em lugar visível e de amplo acesso, nas sedes do Executivo e do Legislativo municipais.

A publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulamentares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer etc., obras, serviços, festividades municipais e outros eventos, deve obedecer aos ditames do art. 37, § 1º, da Constituição do Brasil, ou seja, quando estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não contenham nomes, símbolos, expressões ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A publicidade e propaganda governamental de caráter institucional nos meios de comunicação privada depende de prévia licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, recomendando-se que seja realizada mediante a contratação de agência de publicidade, abrangendo todos os órgãos e entidades (administração direta e indireta) do Poder Executivo municipal, inclusive para fins de definição da modalidade

de licitação, observadas, no que couber, as normas da Lei Federal nº 4680/65, do Decreto nº 57.690/66, com as modificações do Decreto nº 2262/97, as Normas-Padrão da Atividade Publicitária e o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária editado pelo CONAR - Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 01/00941486  
Parecer nº: COG-187/03  
Decisão nº: 1171/03  
Sessão: 28.04.2003

.....

**1360.** A isonomia prevista no art. 40, § 8º, da Constituição Federal diz respeito somente aos benefícios e vantagens de natureza remuneratória e aos reajustes de caráter geral estendidos a todos os servidores da ativa.

Extinto o cargo em que o inativo ocupava e permanecendo idênticas funções no quadro Municipal, todos os benefícios e vantagens de natureza remuneratória deverão ser estendidas aos inativos, assim como os reajustes de caráter geral.

Origem: Câmara Municipal de Major Vieira  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/07892202  
Parecer nº: COG-182/03  
Decisão nº: 1172/03  
Sessão: 28.04.2003

.....

**1361.** Constitui poder-dever dos municípios a implementação de sistema de custos, visando a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária,

## Decisões em Consultas – Prejulgados

financeira e patrimonial, mediante Lei Municipal, que não poderá ter disposições contrárias ao que preceituam a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF), pois tais diplomas legais determinam as normas gerais de orçamento e finanças públicas.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/08997261  
Parecer nº: COG-127/03  
Decisão nº: 1173/03  
Sessão: 28.04.2003

.....

**1362.** De acordo com os arts. 21, inciso XI, e 22, inciso IV, da Constituição da República, 8º e 19 da Lei Federal nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), e 2º do Decreto nº 2.534/98, a expansão da rede de telefonia não pode ser realizada pela municipalidade, sendo de responsabilidade das empresas concessionárias que assumiram metas a cumprir e estão sujeitas às sanções legais e regulamentares.

Necessário que o Município solicite providências à empresa concessionária do serviço (Brasil Telecom). Caso não obtenha sucesso, deve acionar a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que detém a competência para fiscalizar e aplicar eventuais sanções às empresas concessionárias do serviço de telefonia, bem como o Ministério Público.

Origem: Prefeitura Municipal de Treze Tílias  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/10415630  
Parecer nº: COG-154/03  
Decisão nº: 1174/03  
Sessão: 28.04.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 03/03244089  
Parecer nº: COG-384/03  
Decisão nº: 2451/03  
Sessão: 28.07.2003

.....

**1363.** 1. A Constituição Federal confere caráter essencial e perene à função estatal da educação pública, submetendo a Administração Pública a promover a admissão de agentes públicos para atuação direta no sistema educacional público mediante prévio concurso público e provimento em cargos permanentes, admitindo-se a contratação de professores de forma precária apenas para substituição temporária de professores efetivos, mediante lei autorizadora, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

2. A contratação de professores em caráter temporário pela administração direta do Estado em diversos contratos não caracteriza vínculo laboral distinto, mas uma única relação de trabalho com o ente estadual. A celebração de mais de dois contratos de admissão em caráter temporário com um mesmo professor, para ministrar aulas em unidades escolares estaduais distintas, ou mais de uma disciplina curricular, não caracteriza acumulação indevida de cargos, empregos ou funções.

3. O servidor inativo no cargo de professor pode acumular os proventos de aposentadoria com um emprego de professor admitido em caráter temporário, nos termos do art. 37, § 10, da Constituição Federal.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/08599703  
Parecer nº: COG-142/03  
Decisão nº: 1214/03 Sessão: 30.04.2003

1364. 1. Não é permitida a contratação de pessoal pela Administração Pública fora dos casos previstos expressamente pela Constituição Federal. Não pode o Município contratar estagiários e cedê-los ao Fórum de Justiça da Comarca para atender à solicitação do MM. Juiz daquela Comarca.

2. A contratação de pessoal por tempo determinado, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso IX, visa ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. A demanda de ingresso de pessoal para desempenho de serviço público, verificada em órgão do Poder Judiciário, não se constitui em hipótese a ser albergada por lei que regulamente a contratação por município para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

3. A rigor, escapa à estrita competência municipal suportar despesas com a cessão de servidores municipais para atender a deficiências de pessoal do Poder Judiciário estadual, porquanto os servidores municipais devem exercer suas atividades nos órgãos e entidades a que estão vinculados e nas atribuições dos respectivos cargos, razão da admissão no serviço público municipal.

Contudo, no campo cooperativo com outras esferas administrativas, será admissível a cessão de servidores para o Poder Judiciário, quando atendidas as seguintes condições:

- a) demonstração do caráter excepcional da cessão;
- b) demonstração do relevante interesse público local na cessão do servidor efetivo;
- c) existência de autorização legislativa para o Chefe do Poder editar ato regularizando a cessão;
- d) desoneração do Município dos custos com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, que devem ser suportados pelo órgão ou entidade cessionária;

- e) atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00 quando, excepcionalmente, os custos sejam suportados pelo Município (autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e convênio, acordo, ajuste ou congênere específico);
- f) cessão exclusivamente de servidores efetivos, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário, de qualquer natureza, e de ocupantes de cargo em comissão.

Os Juízes podem promover a requisição de servidores municipais para atuar em cartórios judiciais somente quando se destinar à prestação de serviço em cartório eleitoral, durante o período eleitoral, desde que observado o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, não excedendo a 1 (um) servidor por 10.000 (dez mil) ou fração superior a 5.000 (cinco mil) eleitores inscritos na Zona Eleitoral, bem como as demais disposições legais (art. 365 do Código Eleitoral e Lei Federal nº 6.999/82). As requisições para os Cartórios Eleitorais deverão recair em servidor lotado na área de jurisdição do respectivo Juízo Eleitoral, situação em que o Município fica obrigado a ceder servidor efetivo ao Cartório Eleitoral da Comarca cuja área de jurisdição esteja incluso, com o ônus para Município, se houver autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do respectivo Município, em observância ao estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Na apuração das despesas totais com pessoal (arts. 18 a 20 e 22 da LRF), as despesas com servidores cedidos serão consideradas no Poder ou Órgão que efetuar o pagamento da remuneração e encargos correspondentes.

Origem: Câmara Municipal de Capinzal  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 01/03400923

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Parecer nº: COG-590/02

Decisão nº: 1247/03

Sessão: 05.05.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00191207

Parecer nº: COG-216/01

Decisão nº: 236/02

Sessão: 06.03.2002

Processo nº: TC0067700/84

Parecer nº: COG-243/98

Sessão: 01.07.1998

. . . . .

**1365.** As Secretarias de Estado ao exercerem suas competências, na condição de órgãos da Administração direta, o fazem em nome do Estado de Santa Catarina, portanto, nos termos do art. 104, I, combinado com o art. 41, II, ambos do Código Civil Brasileiro, a pessoa jurídica ou o agente capaz que atua nos negócios jurídicos firmados com a intermediação de tais entes administrativos é o Estado de Santa Catarina, daí porque a modificação na estrutura administrativa, efetivada mediante a Lei nº 243/2003, em nada altera os contratos administrativos em curso. Com efeito, as partes continuam as mesmas, ou em outras palavras, não há substituição de partes quando da extinção ou modificação de nomenclatura de Secretaria de Governo, simplesmente porque não foram as Secretarias que atuaram juridicamente e sim o próprio Estado.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 03/00636636

Parecer nº: COG-222/03

Decisão nº: 1265/03

Sessão: 05.05.2003

**1366.** Constituem requisitos para pagamento de despesa a sua legitimidade, caracterizada pelo atendimento ao interesse público e a observância da lei em todas as fases de constituição e quitação, e a sua regular liquidação, consistente na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, 57 a 61 da Resolução nº TC-16/94 e 47, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas).

Recomenda-se que a aferição da legitimidade das despesas de exercícios anteriores sem empenhamento ou liquidação, em especial as deixadas por administrador antecessor, seja realizada em processo administrativo específico, conduzida por comissão designada pelo chefe do Poder, que promoverá a verificação da regularidade da constituição da despesa, considerando os seguintes aspectos:

- a) interesse público atendido pela despesa;
- b) cumprimento das normas legais para instituição ou contratação, inclusive licitação, quando exigível;
- c) existência de dotação orçamentária para a despesa e conformação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual;
- c) regular liquidação, incluindo a comprovação da efetiva execução do objeto do contrato em conformidade com as quantidades e características estabelecidas no instrumento contratual (credor tenha cumprido as obrigações a seu encargo estipuladas no contrato), o recebimento das mercadorias, bens, serviços e obras pela Administração e a existência de comprovantes hábeis do crédito, como nota fiscal, recibo, ordem de tráfego, bilhete de passagem, entre outros, que deverão ser fornecidos pelo vendedor, prestador de serviços, empreiteiro e outros contratados.



A exigência de concessão de desconto para recebimento de créditos junto à Administração Pública, em qualquer circunstância, não encontra amparo legal, tornando-se legítima a negativa do credor em concedê-lo.

Constatando a Administração que suposto crédito não reúne todos os requisitos para que seja considerada despesa regular (legitimidade e regular liquidação), fica impedida de efetuar o pagamento, podendo o pretenso credor buscar amparo no Poder Judiciário para reaver seu crédito.

Origem: Prefeitura Municipal de São Carlos  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/11013617  
Parecer nº: COG-195/03  
Decisão nº: 1317/03 Sessão: 07.05.2003

.....

**1367.** A realização de concurso público para substituição gradual de quadro de pessoal irregular não encontra amparo legal, devendo as admissões dos concursados ocorrer tão logo possível após a realização do competitivo.

A Administração Pública deve promover a capacitação dos servidores admitidos através de concurso em substituição aos contratados irregulares de forma a não prejudicar a prestação do serviço público.

Origem: Companhia de Gás de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/00051409  
Parecer nº: COG-191/03  
Decisão nº: 1328/03 Sessão: 07.05.2003

.....

**1368.** O art. 40, § 8º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, determina que serão estendidos aos inativos e pen-

sionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, incluindo abonos remuneratórios. Contudo, a regra de extensão aos inativos e pensionistas das melhorias da remuneração dos correspondentes servidores em atividade não implica a permanente e absoluta paridade entre proventos e vencimentos, dado que nos últimos se podem incluir vantagens pecuniárias que, por sua natureza, só podem ser atribuídas ao serviço ativo. Precedentes do STF, STJ e TRF.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/00328204  
Parecer nº: COG-214/03  
Decisão nº: 1330/03 Sessão: 07.05.2003

.....

**1369.** 1. O Município poderá conceder a seus servidores licença para tratamento de saúde de pessoa da família, desde que legislação municipal, de iniciativa do Chefe do Executivo (art. 61, § 1º, II, c), defina os casos e requisitos essenciais.

2. O auxílio-funeral e auxílio-natalidade não poderão ser concedidos pelos regimes próprios municipais, conforme dispõe o art. 5º da Lei nº 9.717/98, pois não constam entre aqueles elencados nos arts. 18 da Lei nº 8.213/91, e 16 da Portaria MPAS 4.992/1999.

Mediante lei municipal autorizativa, também de iniciativa do Chefe do Executivo, o Município poderá conceder a seus servidores benefícios de natureza assistencial, entre eles o auxílio-funeral e o auxílio-natalidade, desde que a disposição normativa vincule a concessão à situação de real necessidade do beneficiário, não exija qualquer tipo de contribuição

## Decisões em Consultas – Prejulgados

(art. 203 da Constituição Federal de 1988) e preveja a correspondente fonte de custeio, nos termos do art. 195, § 5º, da Constituição Federal de 1988.

3. Os benefícios assistenciais instituídos por lei somente poderão ser revogados mediante nova lei. Se as despesas com pessoal estiverem acima dos limites legais, o Município deve adequar-se no prazo de dois quadrimestres, utilizando as prerrogativas previstas no art. 169, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal de 1988 combinado com o art. 23 da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

4. Os benefícios assistenciais que não possuam caráter remuneratório estão excluídos do cômputo da despesa total com pessoal (art. 18, da LRF), podendo ser mantidos ainda que aquela esteja acima dos limites da Lei Complementar nº 101/00, desde que representem o interesse público local e não afetem as metas fiscais do Município.

Origem: Prefeitura Municipal de Itajaí  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/10855525  
Parecer nº: COG-152/03  
Decisão nº: 1331/03  
Sessão: 07.05.2003

. . . . .

**1370.** A regular instituição e cobrança da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública prevista pela Emenda Constitucional nº 39, de 14 de dezembro de 2002, de natureza tributária, pressupõe a existência de lei específica publicada em data posterior àquela Emenda, em atendimento ao princípio da reserva legal prescrito no art. 150, inciso I, da Constituição do Brasil.

As leis que instituíram as denominadas “taxas de iluminação pública”, “contribuição para iluminação pública” ou outras denominações, editadas antes da

Emenda Constitucional nº 39, de 14 de dezembro de 2002, não foram recepcionadas pela Constituição, mesmo após a inclusão do art. 149-A, não podendo ser aproveitadas para cobrança da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública de que trata o citado artigo.

A cobrança, no exercício de 2003, da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, instituída com fundamento e nos termos do art. 149-A da Constituição, será regular se a lei municipal que a instituiu foi publicada entre os dias 15 e 31 de dezembro de 2002, por exigência do art. 150, inciso III, da Carta Magna, que consagra o princípio da anterioridade da lei tributária.

A receita tributária resultante da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP deve ser de controle direto e exclusivo do Poder Público Municipal, com movimentação bancária em conta corrente específica vinculada, de titularidade de Prefeitura.

A receita arrecadada decorrente da cobrança da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública deve ser contabilizada no fluxo orçamentário como receita tributária e pelo seu valor integral, obedecendo ao regime de caixa (art. 35 da Lei nº 4.320/64).

Os gastos com a iluminação pública, incluindo o pagamento à empresa fornecedora de energia elétrica, constituem despesa corrente ou de capital do Município, segundo as categorias econômicas estabelecidas nas normas pertinentes, contabilizada no fluxo orçamentário e obedecido ao regime de competência (arts. 35 da Lei nº 4.320/64 e 50, II, da Lei Complementar nº 101/00). A receita tributária resultante da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, quando instituída na forma prevista nas regras constitucionais, integra a base de cálculo para fins do art. 29-A da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Barra do Sul  
 Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: 03/00344694  
 Parecer nº: COG-196/03  
 Decisão nº: 1360/03  
 Sessão: 12.05.2003  
 Decisão Análoga:  
 Processo nº: 03/05744712  
 Parecer nº: COG-407/03  
 Decisão nº: 2846/03  
 Sessão: 25.08.2003

.....

1371. A prestação de serviços de assessoria e consultoria, ainda que por intermédio de contrato com empresa privada, por servidor público, comissionado ou efetivo, em outro ente, órgão ou entidades públicos, caracteriza exercício de função pública por orientar a tomada de decisões e a expedição de atos administrativos, em desrespeito à vedação contida no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que proíbe a cumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.

O servidor público que se encontre em tal situação deverá optar entre uma das atividades, sob pena de exoneração.

A autoridade administrativa que permita a cumulação indevida responderá civil, penal e administrativamente pela ilegalidade.

Origem: Câmara Municipal de São Lourenço d'Oeste  
 Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
 Processo nº: 02/06732309  
 Parecer nº: COG-206/03  
 Decisão nº: 1366/03  
 Sessão: 12.05.2003

1372. 1. A partir do momento da liquidação, as despesas contraídas, ainda que inscritas em Restos a Pagar, atendendo ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320/64, resultam em compromisso de pagamento assumido pelo ente, gerando ao credor direito à contraprestação pecuniária.

2. Incabível o cancelamento de Restos a Pagar (despesas contraídas com folha de pagamento de servidores e agentes políticos, fornecedores, empreiteiras, prestadores de serviço etc.), salvo quando constatado irregular cumprimento das obrigações pelo contratado, ausência de liquidação da despesa ou outras situações incompatíveis com o pagamento, pois as dívidas de curto e longo prazos são de responsabilidade do ente (Município) e não do governante que a contraiu, resultando em dever do titular da unidade promover o pagamento após constatada a legitimidade e liquidação (contratado tenha cumprido as obrigações a seu encargo estipuladas na avença), inclusive as resultantes de contratação de pessoal a qualquer título.

3. Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar de exercícios anteriores, pendentes de pagamento, observar os seguintes procedimentos:

- a) efetuar levantamento dos Restos a Pagar, processados e não-processados, para verificar sua regularidade;
- b) se for o caso, constituir comissão para avaliar, mediante processo administrativo, os Restos a Pagar tidos como irregulares, para a adoção das providências que se fizerem necessárias;
- c) os Restos a Pagar regulares quanto à legitimidade (interesse público) e à liquidação (o serviço for realmente prestado, o material entregue, a obra realizada) devem ser pagos (despesa extra-orçamentária), de modo a possibilitar que sejam contraídas novas despesas naquele período, com suporte nos recursos fi-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

- nanceiros disponíveis existentes para o seu pagamento até o encerramento do mandato, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, observada a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, em conformidade com o art. 8º da lei citada;
- d) a quebra da ordem cronológica somente pode ocorrer se houver relevantes razões de interesse público, e mediante prévia justificativa do Prefeito devidamente publicada, conforme dispõe o art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93;
- e) em cada fonte diferenciada de recursos deverá ser obedecida a ordem cronológica das exigibilidades para as despesas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, em cumprimento ao art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e obedecido o art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, para as demais despesas;
- f) em tendo havido anulação de despesa empenhada ou cancelamento de Restos a Pagar ao final do exercício anterior, após apurada a legitimidade e liquidação das despesas, estas devem ser novamente empenhadas como “Despesas de Exercícios Anteriores”, promovendo-se o pagamento, sendo desnecessário o reconhecimento pelo Poder Legislativo quando as despesas foram regularmente empenhadas no exercício anterior;
- g) constando-se insuficiência de dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores” no Orçamento em curso para promover novo empenhamento das despesas anuladas ou Restos a Pagar cancelados, deve ser solicitada ao Legislativo autorização para abertura de créditos adicionais, observadas as disposições da Constituição Federal e Lei Federal nº 4.320/64;
- h) se não canceladas ou anuladas, tais despesas permanecem inscritas como Restos a Pagar e devem ser pagas como despesas extra-orçamentárias;
- i) constatadas irregularidades, inclusive em relação ao descumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, de responsabilidade do ordenador da despesa (titular), cumpre ao titular do Poder, órgão ou entidade que tenha conhecimento dos fatos representar aos órgãos competentes para as providências legais no seu âmbito;
- j) deve a Administração Municipal atentar para a necessidade de manutenção do equilíbrio das contas públicas, compatibilizando as despesas ao limite das receitas arrecadadas, de modo a evitar a ocorrência de déficit de execução orçamentária nas contas anuais do município.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio das Antas

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 01/00244505

Parecer nº: GA/CMB

Decisão nº: 1369/03

Sessão: 12.05.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00358420

Parecer nº: GA/ESD

Decisão nº: 1397/03

Sessão: 14.05.2003

.....

**1373. 1.** A assistência à saúde dos servidores públicos está inserida no âmbito da assistência social aos servidores. Por isso, pode o Município, mediante autorização legislativa, instituir sistema de assistência aos servidores, com contribuição do Poder Público sobre a folha de pagamento, inclusive para fundo criado para essa finalidade, e contribuição dos servidores sobre a remuneração, com fundamento no art.

149 da Constituição da República, não sendo permitida a inscrição e contribuição compulsória dos servidores no sistema. 2. A lei instituidora do sistema de assistência à saúde deve disciplinar as condições para admissão dos segurados e dependentes, a extensão dos benefícios, o funcionamento do sistema e a limitação da responsabilidade do Município.

3. Por se tratar de despesa de caráter continuado, devem ser observadas as normas dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo projeto de lei deve estar acompanhado de:

- a) demonstrativo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar a contribuição do Município e nos dois seguintes (art. 16, I);
- b) demonstração da origem dos recursos para o custeio (art. 17, § 1º);
- c) comprovação de que a despesa a ser criada não afetará as metas de resultado fiscal previstas no Anexo de Metas Fiscais (art. 17, § 2º), indicando a forma de compensação dos efeitos financeiros nos exercícios seguintes;
- d) comprovação de compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (previsão na LDO) e de adequação orçamentário-financeira (dotação na LOA e disponibilidade financeira)

4. A contribuição compulsória dos servidores é exigida exclusivamente para o sistema próprio de previdência instituído segundo as normas do art. 40 da Constituição da República.

1374. No âmbito da Administração Pública são instituídas comissões internas, formadas pela associação de servidores públicos, efetivos ou não, que através de ato próprio recebem a incumbência da deliberação sobre assuntos internos, como é o caso da comissão de licitação, comissão de avaliação de servidores em estágio probatório, comissão de sindicância, dentre outras.

Fora da Administração Pública podem ser instituídas comissões formadas por representantes da sociedade para discussão de assuntos de interesse do Poder Público, como no caso de comissão de usuários de transporte coletivo, comissão de segurança comunitária, comissão de defesa do meio ambiente, comissão para discussão de impacto de determinada obra pública, dentre outras, situação em que a autoridade competente pode designar servidores para integrar essas comissões externas.

A designação e percepção de gratificação por integrar comissões, internas ou externas, inclusive por servidores ocupantes de cargo em comissão, depende de previsão em lei municipal, estabelecendo as condições para designação, as categorias de servidores que podem integrar as comissões e os valores das eventuais gratificações.

Ressalva-se, contudo, as hipóteses legais prevenindo a designação de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, como é o caso das comissões de licitação que exigem que 2/3 (dois terços) de seus membros sejam ocupantes de cargos efetivos (art. 51, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93).

Origem: Prefeitura Municipal de Içara  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 02/08996613  
Parecer nº: COG-202/03  
Decisão nº: 1370/03  
Sessão: 12.05.2003

Origem: Prefeitura Municipal de Porto União  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/00122284  
Parecer nº: COG-212/03  
Decisão nº: 1372/03  
Sessão: 12.05.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1375.** Servidor público ocupante de cargo efetivo e em exercício de mandato de Vereador somente poderá assumir a Presidência da Edilidade se comprovar a compatibilidade de horários entre o expediente normal da Câmara e a jornada de trabalho como servidor público efetivo, não podendo ser coincidentes.

Configurada a incompatibilidade de horários, deverá o servidor público efetivo e em exercício de mandato de Vereador afastar-se do exercício do seu cargo efetivo para poder assumir a Presidência da Edilidade, optando pela remuneração que lhe aprouver, conforme determinam os incisos II e III do art. 38 da Constituição Federal.

Na hipótese de servidor ocupante de cargo ou função e emprego na administração direta, autárquica e fundacional, de que seja exonerável *ad nutum* (cargos de livre nomeação e exoneração), ainda que haja compatibilidade de horários, não poderá ele assumir a vereança - e por consequência a Presidência da Câmara - sem antes deixar o respectivo cargo ou função e emprego.<sup>213</sup>

Origem: Câmara Municipal de Anitápolis  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 02/10418656 Parecer nº: COG-081/03  
Decisão nº: 1402/03 Sessão: 14.05.2003  
Decisão Análoga:  
Processo nº: 02/10647094  
Parecer nº: COG-763/03  
Decisão nº: 2507/03 Sessão: 30.07.2003

**1376.** 1. A Fundação do Meio Ambiente - FATMA, desde que presente o interesse público, poderá prestar auxílio institucional a empresas privadas interessadas em produzir, com recursos próprios, programa televisivo de educação ambiental, sob a forma de:

- a) autorização do acesso de equipe de repórteres e câmeras em áreas integrantes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza instituído pela Lei nº 11.986/01, para captação de imagens, condicionado ao atendimento das condições e restrições estabelecidas pelas respectivas Unidades de Conservação e a legislação em vigor;
- b) autorização para que técnicos da FATMA colaborem na elaboração do programa de educação ambiental, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei nº 11.986/01, no Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3.573, de 18.12.1998, e no Estatuto da Fundação aprovado pelo Decreto nº 3.572, de 18.12.1998.

2. O auxílio institucional referido no item anterior deverá ser formalizado mediante convênio, instrumento regido, no que couber, pelo art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas normas estaduais aplicáveis, para que fiquem definidos os compromissos dos participantes e as condições e limitações da colaboração do Poder Público com ente da iniciativa privada, na execução do objeto.

<sup>213</sup> Primeiro e segundo parágrafos reformados pelo Tribunal Pleno na sessão de 30.07.2003, através da decisão nº 2507/2003, prolatada no processo CON-02/10647094. Redação inicial dos parágrafos:

“Servidor público ocupante de cargo efetivo e investido em cargo de Vereador somente poderá assumir a Presidência da Edilidade se comprovar a compatibilidade de horários entre o expediente normal da Câmara e a jornada de trabalho como servidor público efetivo, não podendo ser coincidentes.

Configurada a incompatibilidade de horários, deverá o servidor público efetivo investido em cargo de Vereador afastar-se do exercício do seu cargo efetivo para poder assumir a Presidência da Edilidade, optando pela remuneração que lhe aprouver, conforme determinam os incisos II e III do art. 38 da Constituição Federal.”



Origem: Fundação do Meio Ambiente - FATMA  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/00636474  
Parecer nº: COG-247/03 e GCMB/2003/0115  
Decisão nº: 1424/03 Sessão: 19.05.2003

.....

1377. O acordo coletivo de trabalho não é aplicável à Administração Pública Direta (inteligência dos arts. 37 e 39 a 41 da Constituição Federal de 1988).

Origem: Prefeitura Municipal de Seara  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/06610610 Parecer nº: COG-172/03  
Decisão nº: 1430/03 Sessão: 19.05.2003

.....

1378. Diante da nova redação do inciso IV do art. 51 da Constituição Federal, conferida pela Emenda Constitucional nº 19/98, cabe ao Legislativo a iniciativa das leis que versem sobre a remuneração de cargos, empregos e funções de seus serviços.

Apesar de as vantagens pecuniárias decorrentes tanto do auxílio-transporte, quanto do auxílio-alimentação possuírem, em sentido estrito, caráter indenizatório, no que se refere, especificamente, à iniciativa de lei de que trata o art. 37, X, da Carta Magna, tais verbas inserem-se no conceito amplo de remuneração, da mesma forma que as diárias e as ajudas de custo, cabendo, portanto, ao Chefe do Legislativo municipal a iniciativa do respectivo processo legislativo.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/00726201  
Parecer nº: COG-232/03  
Decisão nº: 1437/03  
Sessão: 19.05.2003

1379. Não há impedimentos na Lei de Responsabilidade Fiscal para que os Municípios promovam a revisão geral anual dos vencimentos de seus servidores, ainda que a despesa total com pessoal esteja acima do limite prudencial.

Entretanto, se o Município aplicar o índice de correção da inflação e ocorrer extrapolação dos limites do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá no prazo de dois quadrimestres readequar-se aos mesmos, adotando as medidas previstas no art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 02/07892547  
Parecer nº: COG-201/03  
Decisão nº: 1530/03 Sessão: 21.05.2003

.....

1380. De acordo com o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o acréscimo quantitativo de contrato de obra pública está limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo o Administrador demonstrar o interesse público de tal operação.

Origem: Companhia de Gás de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/01906904  
Parecer nº: COG-246/03  
Decisão nº: 1531/03 Sessão: 21.05.2003

.....

1381. O imóvel adquirido pelo Município com recursos reservados à educação (art. 212 da Constituição Federal), visando à construção de escola e creche, não poderá ter destinação diversa que a pública, não podendo em nenhuma hipótese ser explorado

## Decisões em Consultas – Prejulgados

por entidade privada, nem mesmo sob regime de concessão real de uso, sob pena de se caracterizar desvio de finalidade (art. 2º, parágrafo único, alínea “e”, da Lei Federal nº 4.717/65). Por se tratar de aplicação de recurso vinculado, a destinação para outro fim público, como por exemplo, construção de posto de saúde e cemitério, poderá ser realizada com parcimônia, desde que a Administração atualize o valor pago pelo imóvel e o reinvesta na educação, além da aplicação dos recursos obrigatórios previstos no art. 212 da Constituição Federal. Neste caso, a Administração terá de justificar documentalmente o motivo da mudança da destinação do bem. Caso a alteração não esteja devidamente fundamentada, ou contrária aos interesses dos munícipes, o Ministério Público pode intentar Ação Civil Pública, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 7.347/85.

Origem: Câmara Municipal de Macieira  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/00122446  
Parecer nº: COG-221/03  
Decisão nº: 1538/03  
Sessão: 21.05.2003

.....

**1382.** Em conformidade com o art. 212 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é admitido que as despesas com atividades, exemplificativamente, desportivas, culturais e recreativas voltadas aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, que resultam comprovadamente em ampliação do período de permanência dos estudantes no estabelecimento de ensino, observadas no que couber, as normas editadas pelo Conselho Estadual da Educação a esse respeito, sejam consideradas como gastos com manutenção e desenvolvimen-

to do ensino, correndo, portando, à conta da aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, incluídas as transferências.

Quando houver o incremento de atividades esportivas, culturais e recreativas, entre outras, e estas forem voltadas especificamente para os alunos do segmento ensino fundamental, requerendo tempo integral ou aumento do período de permanência dos estudantes no estabelecimento de ensino, observadas, no que couber, as normas editadas pelo Conselho Estadual de Educação a esse respeito, com fulcro nas disposições do art. 34, § 2º, da Lei nº 9394/96, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96, poderão as despesas correr à conta dos recursos vinculados ao FUNDEF, com relação ao percentual de 40%.

Origem: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/10250968  
Parecer nº: COG-078/03 e GCMB/2003/0100  
Decisão nº: 1568/03  
Sessão: 26.05.2003

.....

**1383.** Por ato unilateral da Administração, o contrato de execução de obra pública sob o regime de empreitada por preço global admite acréscimo quantitativo do objeto (alteração quantitativa), se o acréscimo estiver relacionado exclusivamente às obras especificadas no contrato original, com as devidas justificativas e atendido o interesse público, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor original atualizado do contrato, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada

a inclusão de outras obras não previstas na licitação e objeto contratual, mantidos os preços unitários da proposta vencedora da licitação.

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Erechim  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/02721738  
Parecer nº: COG-296/03  
Decisão nº: 1569/03  
Sessão: 26.05.2003

.....

**1384.** 1. De acordo com o art. 28 da Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), existem algumas situações em que há incompatibilidade da função exercida por seu titular e exercício da advocacia.

2. No que concerne aos advogados servidores do INSS, de acordo com a atividade exercida naquela autarquia federal, aplicam-se as vedações de: exercício de função de julgamento em órgão de deliberação (art. 28, II, da Lei Federal nº 8.906/94), ocupar cargo de direção (art. 28, III, da Lei Federal nº 8.906/94), exercer atividade de lançamento, arrecadação ou fiscalização (art. 28, VII, da Lei Federal nº 8.906/94).

3. Caso o servidor do INSS seja Procurador Geral, não poderá ser contratado pela Câmara de Vereadores, pois o art. 29 da Lei Federal nº 8.906/94, determina que exerça atividade de advocacia exclusivamente ao órgão ao qual estão vinculados.

4. O regime de trabalho dos servidores regidos pela Lei Federal nº 8.112/90 é de no mínimo 36 (trinta e seis) horas e no máximo 40 (quarenta) horas semanais; portanto, a contratação de tal profissional pela Câmara de Vereadores do Município de Imbituba somente poderá se efetivar caso não ocorra qualquer dos impedimentos acima relacionados e haja comprovação de que labora fora do horário de atendimento externo do Poder Judiciário, caso contrário não poderá exercer as

atividades típicas de fórum. Ressalta-se que tal profissional somente poderia ser contratado para causa que não tenha no pólo passivo a União, em razão do impedimento do art. 30, I, da Lei Federal nº 8.906/94.

Origem: Câmara Municipal de Imbituba  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 02/06764928  
Parecer nº: COG-176/03  
Decisão nº: 1683/03  
Sessão: 02.06.2003

.....

**1385.** 1. O aposentado, servidor público ou não, com proventos pagos pelo INSS pode ingressar no serviço público para ocupar cargo de provimento efetivo, desde que submeta-se a concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal).

2. É vedada a percepção simultânea de proventos decorrentes de aposentadoria no serviço público (arts. 40, 42 e 142 da Constituição Federal) com remuneração de cargo, emprego ou função pública, independente da esfera de origem dos proventos e da remuneração, exceto se for investido em cargo eletivo, em cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou se atendidos aos requisitos de acumulatividade permitida pelo inciso XVI do art. 37 da Carta Magna.

3. Para ocupar cargo efetivo não acumulável (art. 37, XVI, da Constituição Federal), o aposentado, servidor público (arts. 40, 42 e 142 da Constituição Federal), além da aprovação em concurso público, deverá renunciar aos proventos de sua aposentadoria.

4. É permitida a contratação de professor aposentado por outro ente, que ingressar em cargo de professor da rede municipal, pois está entre as exceções que permitem haver a acumulação remunerada, consoante a alínea “a” do inciso XVI do art. 37

## Decisões em Consultas – Prejulgados

da Constituição Federal, observado o concurso público para o seu reingresso.

Origem: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/06543670  
Parecer nº: COG-210/03 e GCMB/2003/158  
Decisão nº: 1781/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1386.** O art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal caracteriza como despesa de pessoal aquelas que constituam “espécie remuneratória”, devendo, pois, excluir deste rol as despesas com o pagamento de auxílio-alimentação, de cunho meramente indenizatório.

Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 03/00344937  
Parecer nº: COG-252/2003  
Decisão nº: 1803/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1387.** Não possuindo o Município as condições definidas na Lei nº 9.717/98 e na legislação correlata para instituir regime próprio de previdência social, nos moldes definidos no art. 40, *caput*, da Carta Magna, ou seja, de caráter contributivo e que observe critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, deverá inserir os respectivos servidores efetivos, inclusive autárquicos e fundacionais, no regime geral do art. 201 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98. Assim sendo, tais servidores, apesar de pertencerem ao regime de trabalho estatutário, no que se refere à

previdência social, farão jus aos mesmos benefícios concedidos aos trabalhadores da iniciativa privada, sendo possível a criação de sistema de previdência privada complementar, nos termos da Lei Complementar nº 108/2001. No entanto, dada a natureza permanente dos benefícios previdenciários, não é adequado que o regime complementar, pela mesma razão que o regime próprio (art. 1º, V, da Lei nº 9.717/98), seja instituído mediante consórcio intermunicipal.

Origem: Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna  
Relator: Auditor Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 02/06805705  
Parecer nº: COG-158/2003  
Decisão nº: 1791/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1388.** Para o Município exigir validamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na alíquota mínima prevista pela Emenda Constitucional nº 37/02, deve promover a adequação da legislação tributária municipal às normas traçadas pela referida Emenda Constitucional, observando o disposto nos arts. 150 e seguintes combinado com o art. 156, III, todos da Constituição Federal, permanecendo em vigor as alíquotas mínimas fixadas pela legislação tributária municipal anterior até a efetiva adaptação.

A adaptação da legislação tributária municipal às normas da Emenda Constitucional nº 37/02 deveria ter ocorrido no exercício de 2002 para vigorar a partir do 1º dia útil do exercício de 2003, em observância ao princípio da anterioridade tributária e ao disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000.

A matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá ser objeto de novo projeto na próxima Sessão Legislativa, todavia, para a mesma Sessão Legislativa necessita da proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Origem: Prefeitura Municipal de Pomerode  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/00290900  
Parecer nº: COG-193/03  
Decisão nº: 1793/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1389.** Consoante as disposições dos arts. 37, § 1º, da Constituição Federal, e 16, § 1º, da Constituição Estadual, é vedado ao ente público patrocinar, mediante órgão oficial de imprensa, a impressão de material promocional de evento, público ou privado, no qual constem símbolos, fotos, nomes e expressões que, direta ou indiretamente, caracterizem a promoção pessoal de autoridades públicas ou particulares.

Origem: Secretaria de Estado da Informação  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/02987339  
Parecer nº: COG-317/03  
Decisão nº: 1795/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1390.** Desde que atenda aos interesses da Administração Municipal, e seja devidamente identificado o contribuinte e a respectiva receita a ser paga por este, poderá a instituição bancária utilizar o recibo de depósito como forma de quitação dos tributos.

O recibo de depósito bancário, utilizado pelas instituições financeiras como forma de quitação de faturas, também pode ser utilizado para o pagamento das obrigações do Município, desde que o mesmo identifique as faturas que estão sendo pagas.

Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
Relator: Auditor Evângelo Spyros Diamantaras  
Processo nº: 03/02722114  
Parecer nº: COG-270/03  
Decisão nº: 1806/03  
Sessão: 09.06.2003

.....

**1391.** Consoante os termos do art. 40, parágrafo único, da Lei Municipal nº 958/00, de Rio Fortuna, os servidores estáveis têm direito a licença-prêmio após o período de 05 (cinco) anos contados a partir de 01 de janeiro de 1998, sendo que o período não-gozado em virtude de aposentadoria ou exoneração poderá ser indenizado, desde que no momento da aposentadoria ou da exoneração houver completado o interstício mínimo de cinco anos e haja previsão na legislação local sobre a possibilidade de indenização.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Fortuna  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/02587233  
Parecer nº: COG-275/03  
Decisão nº: 1852/03  
Sessão: 16.06.2003

.....

**1392.** A compensação de créditos entre sociedade de economia mista concessionária de serviços públicos e empresa privada, constituídos em razão da recíproca prestação de serviços, um decorrente de tarifa pela utilização de serviços públicos e outro

## Decisões em Consultas – Prejulgados

por serviços prestados à concessionária, é admissível por via administrativa, desde que previsto em contrato oriundo de licitação, ou processo de credenciamento, se cabível.

Para compensação desses créditos a relação negocial, obrigatoriamente, deve ser estabelecida entre as partes credoras e devedoras recíprocas, onde há interesses antagônicos e de caráter eminentemente privado, razão por que não se admite a relação entre as partes por meio de convênio, ainda que realizado com entidade associativa representativa do segmento empresarial da empresa privada, sob pena de burla aos princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da moralidade e da prévia licitação, e de outros princípios a serem observados pela Administração Pública, como a impessoalidade, a economicidade e a probidade administrativa.

No contrato a ser feito é admissível a dispensa justificada de licitação nos termos dos enunciados do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser um único instrumento na hipótese de contratação com o universo das emissoras de rádio e televisão do Estado.

Admissível, também, a participação da ACAERT (Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão) como interveniente dos contratos com as emissoras de rádio.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/00823584  
Parecer nº: COG-213/03 e GAC/JCP  
Decisão nº: 1857/03 Sessão: 16.06.2003

1393. 1. As despesas realizadas sem as formalidades legais de assinatura do termo de contrato pela autoridade competente e de publicação do extrato no órgão oficial de imprensa podem ser pagas como in-

denização ao credor, desde que constatada, em processo administrativo específico, a efetiva prestação dos serviços pelo contratado e este tenha agido de boa-fé e os preços sejam os de mercado, com concomitante instauração de processo administrativo para apuração das responsabilidades pelas irregularidades cometidas na execução da despesa pública.

2. Em caso de ausência do devido empenhamento da despesa na época própria, podem ser reconhecidas como compromissos do exercício anterior e empenhadas na dotação para “Despesas de Exercícios Anteriores” (art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64). Se foram empenhadas e processadas na época devida, mas não pagas, devem integrar os Restos a Pagar, e assim pagas no exercício seguinte.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/02836128  
Parecer nº: COG-262/03  
Decisão nº: 1953/03  
Sessão: 23.06.2003

1394. A exclusão ou destinação específica, determinada em lei, para a multa administrativa que não decorra do exercício de competência tributária constitucional atribuída aos entes, não enseja caracterização de renúncia de receita nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/02639136  
Parecer nº: COG-274/03  
Decisão nº: 1958/03 Sessão: 23.06.2003



**1395.** O planejamento inadequado em relação ao crescimento de demanda de consumidores de energia elétrica exclui a caracterização de emergência e possibilidade de dispensa de licitação para efetivação de obra de linha de transmissão e subestação.

Excepcionalmente, se o administrador justificar e comprovar que os prejuízos aos consumidores de energia elétrica serão maiores sem a efetivação da obra de linha de transmissão e subestação, aliando aos custos projeção de valores que poderá ter de dispendar, em virtude de indenizações decorrentes de processos judiciais e multas administrativas, poderá dispensar a licitação com fulcro no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que a execução da obra seja concluída em 180 dias.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/02821287 Parecer nº: COG-302/03  
Decisão nº: 1959/03 Sessão: 23.06.2003

**1396.** 1. Pode o Município conceder isenção tributária de IPTU e ISS para incentivar a instalação de indústrias no Município, pelo período e na forma estabelecidos em lei específica autorizativa. Contudo, para que se enquadre nas regras do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a concessão de isenção tributária deverá apresentar:

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- b) atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) pelo menos uma das seguintes providências:
  - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da LC 101/

2000, e de que não afetará as metas fiscais previstas no anexo próprio da LDO; e/ou

- medidas de compensação, no período mencionado no *caput* do art. 14 da LC 101/2000, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

2. Outros incentivos, não tributários, para estimular indústrias a se instalarem no Município, tais como serviços de terraplanagem e pavimentação de pátios com maquinários e/ou mão-de-obra da Prefeitura, podem ser instituídos através de lei específica, com a devida parcimônia e não deverão deixar de atender a despesas eminentemente públicas para atender a interesses privados e devem ser concedidos mediante cobrança de preço público com observância da Lei Orgânica do Município, de sua Lei Orçamentária e das Leis Complementares Federais nº 8.429/92 e nº 101/2000, sendo permitida a execução de tais serviços gratuitamente pela Prefeitura nas áreas públicas de distritos industriais compreendidos em programas de incentivo, conforme dispõe o Prejulgado nº 250 desta Corte de Contas.

3. A doação de imóveis públicos para particulares atenta contra o patrimônio e a responsabilidade fiscal. Para ceder terreno público para instalação de indústria, o Município poderá valer-se do instituto da Concessão de Direito Real de Uso, previsto no art. 7º do Decreto-Lei Federal nº 271/67, mediante lei municipal autorizativa e observando as exigências da Lei nº 8.666/93, sob pena de enquadrar-se no art. 10, e incisos, da Lei nº 8.429/92.

Origem: Prefeitura Municipal de Lontras  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 01/00756581  
Parecer nº: COG-688/01 e GC-OGS/2003/227  
Decisão nº: 2017/03 Sessão: 25.06.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Decisão Análoga:

Processo nº: 03/06638657

Parecer nº: COG-508/03

Decisão nº: 3631/03 Sessão: 20.10.2003

Origem: Câmara Municipal de Capinzal

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 03/00828705 Parecer nº: COG-263/03

Decisão nº: 2026/03 Sessão: 25.06.2003

.....

.....

**1397.** Como regra geral, qualquer pessoa tem o Direito Constitucional (art. 5º, incisos XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal) de peticionar junto aos órgãos da administração requerendo certidões e documentos.

Cabe ao administrador avaliar cada caso e decidir sobre a procedência ou improcedência do pedido, que não poderá se referir a documento sigiloso.

O pedido do requerente deverá ser fundamentado, demonstrando interesse e finalidade (particular ou coletiva), não sendo admitido pedido genérico, nem pedidos desprovidos de razoabilidade.

Caso o requerente se sinta prejudicado com a decisão administrativa, poderá impetrar Mandado de Segurança junto ao Poder Judiciário visando à apresentação dos documentos, hipótese em que o Juiz ou Tribunal decidirá pela procedência ou improcedência do pedido.

Quando o requerente solicitar certidões e documentos para defesa de direito e esclarecimento de interesse pessoal, ou contra ilegalidade ou abuso de poder, não poderá haver cobrança de taxa (art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal). É admitida a cobrança dos custos de reprodução quando o pedido versar sobre os documentos a que se refere o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.

**1398.** Em razão das especificidades da atividade parlamentar, a sistemática de indenização de despesas adotada no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo Ato da Mesa nº 1.014, de 22 de maio de 2003, é compatível com a sistemática utilizada no Congresso Nacional e em outros Estados da Federação, donde se infere que:

- a) o exame da regularidade das indenizações de despesas aos Deputados Estaduais, na forma instituída e regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1.014, de 22 de maio de 2003, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pelo órgão de controle externo, terá como escopo principal a verificação do atendimento das condições previstas naquele instrumento normativo, observando-se, no que couber, a legislação reguladora da despesa pública;
- b) é admitida a realização de despesas com locação de imóveis, locação de veículos, combustíveis, telefone, água, energia elétrica, condomínio, impressão de informativo da atividade parlamentar e outras despesas especificadas no Ato da Mesa nº 1.014/03, por exercício financeiro, por espécie de despesa e por cada gabinete de parlamentar, até o limite previsto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

<sup>214</sup> Reformado pelo Tribunal Pleno em sessão de 08.09.2003, através da decisão nº 3001/2003, exarada no processo nº CON-03/00823665. Redação inicial: “A instituição, pelo Poder Público, de indenização de despesas realizadas por agentes públicos, incluindo agentes políticos, para o exercício de suas atribuições funcionais, requer norma legal autorizativa prevendo as condições do ressarcimento, com obediência dos requisitos da Lei nº 4.320/64 quanto ao empenhamento, liquidação, contabilização e controle das despesas, da Constituição Federal (art. 37, XXI) e da Lei Federal nº 8.666/93 com relação às licitações, e da Resolução nº TC-16/94 em relação à forma de comprovação das despesas.”

c) a comprovação das despesas indenizadas deve observar as regras previstas no Ato da Mesa nº 1.014/03, que se revelam compatíveis com as exigências da Resolução nº TC-16/94.<sup>214</sup>

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: 03/00823665 Parecer nº: COG-451/03

Decisão nº: 2051/03 Sessão: 30.06.2003

Origem: Câmara Municipal de Campo Alegre

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: 03/02639055

Parecer nº: COG-352/03

Decisão nº: 2119/03 Sessão: 07.07.2003

**1400. Revogado<sup>215</sup>**

**1401.** Não há irregularidade na despesa decorrente da despedida sem justa causa de empregados, cuja motivação administrativa seja supressão de atividades de Sociedade de Economia Mista que apresentam sucessivos prejuízos operacionais.

Quando da dispensa dos empregados, deve-se observar a estabilidade provisória dos cipeiros (art. 10, II, a, ADCT), da empregada gestante (art. 10, II, b, ADCT) e dos dirigentes de sindicatos ou associações profissionais (art. 543, § 3º, CLT), que não podem ser dispensados durante o período estabelecido nesses dispositivos legais.

Deve-se também observar a vedação imposta pelo inciso V do art. 73 da Lei Eleitoral, que proíbe aos agentes públicos a despedida de servidor público sem justa causa, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem, até a posse dos eleitores.

Origem: Companhia de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 03/02721495

**1399.** A contratação de emissora de rádio comunitária, mediante licitação ou dispensa, a qual tem como presidente servidor do órgão licitante, somente poderá ser efetivada se a rádio for a única emissora captada pelos municípios.

A dispensa de licitação (art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93) somente será possível se o órgão licitante dispender no exercício valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em publicidade (escrita, falada, televisiva, internet).

Caso o órgão licitante venha a dispender no exercício valor superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em publicidade (escrita, falada, televisiva, internet), deve ser realizada licitação, dada a vedação de inexigibilidade, imposta pelo art. 25, II, *in fine*, da Lei Federal nº 8.666/93. Na hipótese da rádio comunitária não ser a única emissora captada pelos municípios, a contratação é admissível mediante realização de sistema de credenciamento de todos os interessados.

<sup>215</sup> Revogado pelo Tribunal Pleno em sessão de 13.10.2004, através da decisão nº 3097/2004 exarada no processo nº CON-03/07828727. Texto revogado: "A sociedade de economia mista estatal dependente, sem prejuízo de sua sujeição ao regime da Lei das Sociedades Anônimas - Lei Federal nº 6.404/76, para fins de cumprimento do art. 50, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve encaminhar ao ente controlador relatório contendo as demonstrações contábeis exigidas pelo art. 5º da Portaria nº 589 da STN, no padrão da Lei Federal nº 4.320/64 (contabilidade pública)."

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Parecer nº: COG-348/03

Decisão nº: 2123/03

Sessão: 07.07.2003

.....

**1402.** O Município pode contrair operação de crédito junto ao BNDES para realização de obras de pavimentação com prazo de carência para pagamento de 2 (dois) anos, sendo vedada a realização da contratação nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Para realizar operação de crédito, o Município deve enquadrar-se nos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções nº 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

As ruas são bens públicos indisponíveis de uso comum do povo, não podendo ser alienadas, nem servir de garantia para operação de crédito.<sup>216</sup>

Origem: Câmara Municipal de Içara

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 03/00828624

Parecer nº: COG-323/03

Decisão nº: 2175/03

Sessão: 09.07.2003

.....

**1403.** A concessão de verbas assistenciais insere-se na órbita da competência legislativa municipal, podendo ser criada mediante lei formal com a natureza de benefício da seguridade social, na modalidade assistencial.

É de notar, contudo, que benefícios como este devem priorizar a assistência às pessoas carentes que,

segundo parâmetro definido na Lei Federal nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), de abrangência nacional, são aquelas cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (art. 22, *caput*).

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 03/02882154

Parecer nº: COG-325/03

Decisão nº: 2214/03

Sessão: 14.07.2003

.....

**1404.** A desapropriação de terreno para posterior construção de posto de saúde (despesa de capital) pode ser considerada como de aplicação na saúde para os fins de cumprimento do limite previsto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, desde que obedecidos aos requisitos constantes da quinta diretriz da Resolução nº 316 do Conselho Nacional de Saúde, bem como do art. 6º, da Portaria nº 2047, do Ministério da Saúde.

Caso ainda não tenha sido efetivado pagamento e o orçamento preveja como fonte de custeio recursos à Assistência Social (fonte 8), poderá a Administração alterar para Saúde (fonte 10), anulando parcialmente a dotação orçamentária Assistência Social e conseqüentemente suplementando com os referidos recursos a dotação Saúde, tudo conforme o que dispõem os arts. 167 da Constituição Federal, e 42 e 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64.

<sup>216</sup> Terceiro parágrafo incluído pelo Tribunal Pleno na sessão de 29.09.2003, através da decisão nº 3295/2003, exarada no processo REC-03/06240963. Redação do parágrafo incluído: “As ruas são bens públicos indisponíveis de uso comum do povo, não podendo ser alienadas, nem servir de garantia para operação de crédito.”

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/00823746  
Parecer nº: COG-264/03  
Decisão nº: 2284/03  
Sessão: 16.07.2003

.....

**1405.** Considerando que fomento ao turismo é uma das atribuições da Secretaria de Estado da Organização do Lazer, não há impedimento de divulgação de material turístico do Estado de Santa Catarina em sites eletrônicos privados - internet, por parte do referido órgão.

A contratação de tais serviços de publicidade e divulgação deve ser precedida de licitação ou mediante sistema de credenciamento.

Origem: Secretaria de Estado da Organização do Lazer  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/01907030  
Parecer nº: COG-361/03  
Decisão nº: 2285/03      Sessão: 16.07.2003

.....

**1406.** Os servidores estabilizados na forma art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal, possuem os mesmos direitos dos servidores efetivos no que se refere à estabilidade, razão pela qual, sendo o regime de trabalho estatutário, o Poder Público não está obrigado a realizar a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com o art. 15, § 2º, da Lei nº 8.036/90.

A contratação de servidores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho só pode ser realizada mediante a aprovação em concurso público, em con-

formidade com o estabelecido no art. 37, II, da Constituição Federal, porém, esses servidores não adquirem a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, que é privativa dos servidores efetivos, sendo obrigatório o recolhimento de contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o art. 15 da Lei nº 8.036/90.

Os entes públicos estão desobrigados de realizar o recolhimento de contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para os servidores públicos efetivos e comissionados, de acordo com o art. 15, § 2º, da Lei nº 8.036/90, pois são regidos pelo regime de trabalho especial de natureza estatutária; os primeiros protegidos contra a despedida arbitrária pelo art. 41 da Carta Magna, e os segundos em razão da natureza transitória do cargo que ocupam.

Origem: Federação Catarinense de Municípios - FECAM  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/07503664  
Parecer nº: COG-139/03 e MB200/03  
Decisão nº: 2292/03      Sessão: 16.07.2003

.....

**1407.** Quando os servidores municipais, inclusive comissionados, são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, o Município está sujeito às regras do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, incluindo a contribuição mensal sobre a remuneração dos servidores. Vale dizer, a partir do momento em que o Município abdica, mesmo que irregularmente, do regime estatutário, renuncia aos institutos que lhe são próprios como o cargo em comissão, que por natureza não possui a proteção contra a despedida arbitrária, uma vez que seus ocupantes são demissíveis *ad nutum*.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Câmara Municipal de Guaramirim  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/00290748  
Parecer nº: COG-356/03  
Decisão nº: 2355/03  
Sessão: 21.07.2003

.....

**1408.** Com a extinção da UFIR e a respectiva conversão de seus valores em reais, os Municípios podem se utilizar de índices oficiais, dispostos em legislação federal para correção de valores monetários, inclusive tributos.

É desnecessária a utilização de lei para a atualização monetária da base de cálculo dos tributos, podendo a mesma ser feita através de decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que adotado índice oficial, consoante os termos do art. 97, § 2º, do CTN e jurisprudência do STF e STJ.

Consoante entendimento do STF, as normas dispostas nas alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal estão jungidas a instituição ou aumento de tributo, não alcançando a simples correção monetária.

Origem: Câmara Municipal de Mafra  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/02721576  
Parecer nº: COG-303/03  
Decisão nº: 2402/03 Sessão: 23.07.2003

.....

**1409.** De acordo com o art. 71, VI, da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município. Tendo em vista a com-

petência do Ministério da Saúde para editar regras sobre a aplicação dos recursos do PAB (Piso de Atenção Básica) pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, não compete ao Tribunal de Contas do Estado dizer sobre a validade ou não de celebração de convênio com instituições particulares cujo teor prevê o repasse de recursos do PAB.

A aplicação dos recursos financeiros oriundos do Piso de Atenção Básica - PAB está disciplinada no item 3 do Anexo I da Portaria do Ministério da Saúde nº3925/1998, publicada no Diário Oficial da União no dia 17.11.98, que aprovou o Manual para Orientação da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde, estabelecendo que tais recursos não podem ser destinados a contribuições, auxílios e subvenções a entidades privadas.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 02/10647175  
Parecer nº: COG-155/03  
Decisão nº: 2428/03 Sessão: 28.07.2003

.....

**1410.** Sendo as normas do art. 40 da Carta Magna de observância obrigatória, tanto pelo União quanto pelos Estados e Municípios, não há como se estabelecer regramento infraconstitucional que afaste a equivalência integral entre a remuneração e proventos, definida no § 3º do art. 40, especialmente mediante a aplicação de critérios relativos ao Regime Geral do art. 201 da Carta Federal.

Os servidores públicos estatutários estabilizados pelo art. 19 do ADCT possuem os mesmos direitos dos servidores efetivos no que se refere à inserção no Regime Próprio de Previdência Social, sendo afastada qualquer interpretação restritiva advinda de norma municipal.



Origem: Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos de Caçador  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 02/06589239  
Parecer nº: COG-357/03  
Decisão nº: 2448/03  
Sessão: 28.07.2003

.....

**1411.** Ao Município assiste competência para instituir fundos especiais mediante prévia autorização legislativa (arts. 18 e 167, XI, da Constituição Federal), bem como extingui-los.

Os fundos especiais não são considerados entidades públicas descentralizadas por não possuírem personalidade jurídica própria. Devem ser organizados com orçamentos próprios, integrados à Lei Orçamentária Anual (art. 165, §5º, I, da Constituição Federal) e, em decorrência, exercerem autonomia financeira e orçamentária, realizando os seus registros contábeis e a sua execução orçamentária (art. 71 da Lei Federal nº4.320/64). Sujeita-se à prestação de contas de gestão junto ao órgão ou entidade a que são vinculados, ao controle interno e ao controle externo.

Excepcionalmente, para os fundos especiais que realizam operações de menor complexidade e que possuam movimentação de recursos financeiros e orçamentários em montante não elevado, a critério do titular do órgão ou entidade ao qual seja vinculado, e desde que inexistam dispositivo legal ou regulamentar em contrário no âmbito municipal (art. 74 da Lei Federal nº 4.320/64), pode-se admitir que integrem o orçamento fiscal do Ente, na condição de unidades orçamentárias. Neste caso, a execução orçamentária e movimentação financeira desses fundos serão realizadas diretamente pelos órgãos ou entidades aos quais são vinculados.

Qualquer que seja a sua forma de estruturação, os fundos devem manter controles orçamentários, contábeis e extracontábeis, de modo a permitir a verificação da comprovação da origem dos recursos recebidos e de sua aplicação nas finalidades previstas em lei, a cargo dos órgãos e entidades repassadores dos recursos, do controle interno, do controle externo, e até mesmo pela sociedade civil.

Para o fundo que detenha autonomia financeira e orçamentária, a transferência de recursos financeiros pelo órgão ou entidade (secretaria, autarquia, fundação) a que estiver vinculado se dá por meio das contas denominadas “Transferências Financeiras Concedidas”, integrantes das “Contas de Interferências” do Passivo Financeiro, pelo fluxo extra-orçamentário, nos termos da Portaria Interministerial nº 163/01 e da Portaria nº 339/01-STN/MF. Neste caso, o registro do recebimento dos recursos financeiros pelo fundo far-se-á nas contas de “Transferências Financeiras Recebidas”, integrantes das “Contas de Interferência” do Ativo Financeiro. A aplicação desses recursos pelo fundo se fará mediante empenhamento, no fluxo orçamentário.

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 01/02051011  
Parecer nº: APRE-15/2003  
Decisão nº: 2501/03  
Sessão: 30.07.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01423209  
Parecer nº: APRE-16/03  
Decisão nº: 2499/03  
Sessão: 30.07.2003  
Processo nº: 01/01939019  
Parecer nº: APRE-17/03  
Decisão nº: 2500/03  
Sessão: 30.07.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Processo nº: 01/02073848

Parecer nº: APRE-18/03

Decisão nº: 2502/03

Sessão: 30.07.2003

.....

**1412.** Os contratos firmados por Sociedade de Economia Mista visando ao fornecimento de vale-alimentação (refeição) podem ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei Federal nº8.666/93.

A definição da modalidade licitatória deverá ser feita pelo valor correspondente da taxa de administração a ser paga à contratada, adicionado o valor total do vale-alimentação (refeição).

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC

Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: 03/02987410

Parecer nº: COG-342/03

Decisão nº: 2516/03

Sessão: 30.07.2003

.....

**1413.** As despesas com o pagamento da pensão previdenciária por morte de agentes públicos estaduais, paga pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC com recursos provenientes da contribuição dos agentes públicos definida no art. 16 da Lei Complementar nº 129/94, não devem compor os limites de despesa com pessoal do Estado e, por via de consequência, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas) e do Ministério Público, que partilham os limites globais do Estado.

Para evitar duplicidade de despesa (encargos sociais e pagamento de pensão), devem ser excluídas do cômputo dos limites da despesa com

pessoal do Estado as provenientes da contribuição patronal. Eventual complementação do Tesouro do Estado para o custeio das pensões, que exceder à contribuição patronal, constitui efetiva despesa com pessoal do Poder Executivo, não se admitindo a dedução na apuração da Despesa Total com Pessoal.

As despesas com o pagamento da pensão, no Estado de Santa Catarina, são apropriadas pelo IPESC, unidade gestora do regime contributivo próprio de previdência social do Estado, vinculada ao Poder Executivo, criada por lei, com a finalidade específica de gerenciamento e operacionalização da pensão previdenciária por morte do agente público, não havendo permissivo legal para se apropriar para outros Poderes e Órgãos as despesas com pensionistas para fins de cumprimento dos limites da despesa com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00.

Até que seja instituído pelo Estado de Santa Catarina o regime de previdência de caráter contributivo para custeio das aposentadorias dos servidores públicos, a despesa com o pagamento dos inativos coberta com recursos ordinários do Tesouro do Estado deve compor os limites de despesa com pessoal do Estado, e conseqüentemente, deve ser apropriada pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas) e do Ministério Público, relativamente aos inativos oriundos dos quadros funcionais daqueles Poderes e Órgãos.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda

Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: 03/05913506

Parecer nº: COG-420/03

Decisão nº: 2517/03

Sessão: 30.07.2003

**1414.** O servidor ocupante de cargo efetivo, mesmo em estágio probatório, tem que se afastar do seu cargo para o exercício do mandato eletivo de Vice-Prefeito, devendo optar por uma das remunerações. Neste caso, o tempo restante de estágio probatório fica suspenso até que retorne às suas funções de servidor do Município, quando, então, o prazo voltará a fluir.

Caso esteja cumulando indevidamente os cargos de Vice-Prefeito e de servidor municipal, deverá imediatamente optar por uma das remunerações e se afastar do exercício do cargo efetivo, ou declinar do posto de Vice-Prefeito.

Se o Vice-Prefeito abdicar do seu mandato eletivo, o posto restará vago, competindo a quem a Lei Orgânica Municipal determinar o exercício da Chefia do Poder Executivo quando o Prefeito Municipal se ausentar temporariamente.

Origem: Prefeitura Municipal de Anchieta  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/00345070  
Parecer nº: COG-386/03  
Decisão nº: 2574/03 Sessão: 04.08.2003

.....

**1415.** É permitida a participação do cônjuge de servidor(a) em processo licitatório, salvo vedação em lei municipal.

Origem: Prefeitura Municipal de Paraíso  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/10855363  
Parecer nº: COG-091/03  
Decisão nº: 2336/03 Sessão: 21.07.2003  
Decisão Análoga:

Processo nº: TC000000A/43  
Parecer nº: COG-249/94  
Sessão: 22.06.1994

**1416.** A autorização para internações em unidades hospitalares contratadas ou conveniadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pela autoridade competente do Município, excedentes ao quantitativo de Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) disponibilizadas pelo Sistema, implica na responsabilidade do Poder Público municipal pelo pagamento à entidade hospitalar. A regularidade das despesas com internações hospitalares excedentes às Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde depende da observância dos seguintes requisitos:

- existência de contrato - ou convênio, quando admitido - com a unidade hospitalar;
- autorização da internação pela autoridade competente do Município, prévia, sempre que possível;
- observância da tabela de preços do Sistema Único de Saúde;
- existência de créditos orçamentários para suporte da despesa, no orçamento ou pela abertura de créditos adicionais, neste caso, observado o disposto nos arts. 167 da Constituição Federal e 41 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
- obediência ao disposto nos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 (liquidação da despesa);
- atendimento das exigências do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 (estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador quanto à adequação orçamentária e financeira com a Lei do Orçamento Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias);
- verificação de existência de disponibilidade financeira suficiente para pagamento da despesa no respectivo exercício, evitando a inscrição de despesas em Restos a Pagar, ob-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

servado o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, implicando na implantação de adequado sistema municipal de controle e avaliação.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/04726010  
Parecer nº: COG-381/03  
Decisão nº: 2575/03  
Sessão: 04.08.2003

.....

**1417.** A relação entre mutuários e a COHAB/SC não pode ser aferida sob a ótica de renúncia de receita nos termos dos arts. 14 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do princípio da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, a concessão de descontos na forma de amortização de financiamento com recursos do FEHAP depende de decisão do Conselho Diretor do referido fundo, nos termos do art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 140/95 e art. 3º do Decreto nº 287/95, assim como de autorização do Conselho de Polícia Financeira - CPF, nos termos do art. 40, III, da Lei Complementar Estadual nº 243/03.

Quando os contratos envolverem o Sistema Financeiro de Habitação, a concessão de descontos na amortização dos empréstimos deve obedecer às normas do referido sistema.

Origem: Companhia de Habitação do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/03350601  
Parecer nº: COG-379/03  
Decisão nº: 2628/03  
Sessão: 06.08.2003

**1418.** A admissão de professores pelo Estado, em caráter temporário, para atuação no ensino público de jovens e adultos, em substituição aos titulares nos casos de afastamentos legais, ou para suprir vaga não ocupada por concurso público, está albergada pela Lei nº 8.391/91, com redação da Lei Complementar nº 128/94.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e Inovação  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/03555831  
Parecer nº: COG-383/03  
Decisão nº: 2646/03 Sessão: 11.08.2003

.....

**1419.** 1. Para atender aos programas de caráter transitório com recursos repassados pela União ou Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos os pressupostos do art. 37, IV, da Constituição Federal. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade, e se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito, etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público).

2. No caso do Programa de Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, ambos do Governo Federal, o município pode adotar as seguintes soluções:

- admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo criados por lei, mediante prévia aprovação em concurso público, situação em que o servidor adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício e o ente público municipal fica responsável pela aposentadoria, de acordo com as regras da Constituição Federal, onerando os cofres públicos do município;

- contratação temporária, caracterizada a necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante lei específica que estabeleça as regras, os prazos de vigência dos contratos, a forma e critérios de seleção, os direitos dos contratados, a remuneração, sua vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, entre outras normas pertinentes;
- celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, que atenda aos requisitos da Lei Federal nº 9.790/99, autorizadas a operar pelo órgão competente do Governo Federal (Ministério da Justiça), a qual deve assumir integralmente a execução do Programa, mediante repasse de recursos pelo município, inclusive na contratação de pessoal necessário, que não terá qualquer vínculo com a Administração Pública. O termo de parceria independe de licitação ou autorização legislativa específica e as despesas com pessoal não integram o cálculo da despesa total com pessoal do município.

3. Não encontra amparo legal a celebração de convênio ou contratação de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que não sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para a execução do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Programa de Saúde da Família.

4. Considerando que os recursos originários de transferências voluntárias integram o cálculo para apuração da receita corrente líquida, as despesas de pessoal realizadas com esses recursos também devem integrar a despesa total com o pessoal do Poder e do ente, salvo no caso da celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP que atenda aos requisitos da Lei Federal nº 9.790/99.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
 Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
 Processo nº: 03/00122527  
 Parecer nº: COG-335/03  
 Decisão nº: 2658/03  
 Sessão: 11.08.2003  
 Decisão Análoga:  
 Processo nº: 03/06638819  
 Parecer nº: COG-530/03  
 Decisão nº: 3923/03  
 Sessão: 10.11.2003

1420. Caso não tenha sido realizado o empenho da despesa no exercício em que foi liquidada, deve ser empenhada na conta Despesas de Exercícios Anteriores, promovendo-se o pagamento, após verificação da sua legitimidade.

O Administrador, em atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, deve realizar despesas somente até o limite dos recursos financeiros disponíveis, evitando que ao final do exercício sejam inscritas em Restos a Pagar sem suficiente disponibilidade financeira. Constatado irregularidades, inclusive em relação ao descumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, de responsabilidade do ordenador da despesa (titular), cumpre ao titular do Poder, órgão ou entidade que tenha conhecimento do fato, representar aos órgãos competentes para as providências legais no seu âmbito (Ministério Público, Tribunal de Contas, Poder Legislativo, Ministério da Fazenda etc., conforme o caso).

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: 03/00122101  
 Parecer nº: COG-131/03  
 Decisão nº: 2694/03 Sessão: 13.08.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1421.** A ressalva contida no inciso IV do parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal abrange, também, as demais espécies de vacância do cargo público como a exoneração, a demissão e a promoção.

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 03/03395370

Parecer nº: COG-385/03

Decisão nº: 2695/03

Sessão: 13.08.2003

.....

**1422.** Os convênios de trânsito, entabulados entre a Polícia Militar e Municípios, nos termos dos arts. 23, 25 e 320 do Código de Trânsito Brasileiro, não são passíveis de aditamento para o fim de atender às demais atividades de policiamento ostensivo previstas no art. 107 da Constituição Estadual.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: 03/00632134

Parecer nº: COG-319/03

Decisão nº: 2697/03

Sessão: 13.08.2003

.....

**1423.** O regime de competência é a modalidade de registro contábil determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne à despesa total com pessoal, consoante os termos do art. 18, § 2º, da referida lei, considerando-se, para apuração dos limites da Lei Complementar nº 101/00, o mês e o exercício em que a despesa tenha sido gerada.

A ressalva disposta no art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal abrange somente a revisão geral anual, disposta na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, de modo que qualquer aumento de despesa decorrente de reajustes, aumento de vencimentos, provimento de cargos ou alteração de carreiras deve ser considerada para fins do limite do referido artigo.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: 03/03026170

Parecer nº: COG-359/03

Decisão nº: 2738/03

Sessão: 18.08.2003

.....

**1424.** O tempo de serviço prestado aos órgãos da Administração Direta e Indireta da União, Estados e Municípios, inclusive à entidade interestadual com característica de empresa pública, de personalidade jurídica de direito privado, mesmo que constituída sob a forma de autarquia interestadual, será computado integralmente para efeito de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço, nos termos do então art. 42 da Lei nº 6.745/85, se o servidor já integrava os quadros do serviço público estadual antes da edição da Lei Complementar nº 36/91.

Com o advento da Lei Complementar nº 36/91, de 18 de abril de 1991, apenas o tempo de serviço prestado à administração direta, autárquica e fundacional nos Três Poderes do Estado e o decorrente do exercício de mandato eletivo são computados para fins de concessão de adicional por tempo de serviço.

A criação de entidade interestadual, de natureza autárquica e personalidade jurídica de direito público, por entes da federação, não é reconhecida no



sistema constitucional brasileiro (Recurso Extraordinário nº 120.932 - RS). O tempo de serviço prestado à Autarquia interestadual assim constituída, com características de empresa interestadual e personalidade jurídica de direito privado, não figura entre os descritos no art. 5º da Lei Complementar nº 36/91.

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/01881932

Parecer nº: COG-393/01

Decisão nº: 1946/01

Sessão: 01.10.2001

.....

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: TC0277200/82

Parecer nº: COG-387/03

Decisão nº: 2752/03

Sessão: 18.08.2003

.....

**1425.** 1. É incompatível com a função legislativa e fiscalizatória a participação de Vereadores como membros de Conselhos de Municípios, órgãos que visam auxiliar o Poder Executivo no estabelecimento de diretrizes, padrões e projetos municipais. Concebidos, assim, os Conselhos Municipais, órgãos no sentido de conjunto de atribuições inerentes à função executiva, deles não podem participar os Vereadores, em face da natureza do cargo que titulam e da independência e separação que com o Executivo deve manter o Poder de que são membros.

2. Excepcionalmente, admite-se a participação de Vereador em conselhos municipais, quando tal exigência constitua condição para repasse de recursos por órgãos ou entidades integrantes da Administração Federal ou Estadual.

Origem: Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: 03/03243864

Parecer nº: COG-392/03

Decisão nº: 2739/03

Sessão: 18.08.2003

**1426.** A Lei Estadual nº 5.867/81 e alterações posteriores, o Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, e o princípio da moralidade administrativa impedem o Estado de conceder novas subvenções à entidade privada sem fins lucrativos que, de alguma forma, está irregular para com o Estado, seja porque não prestou contas ou estas não foram aprovadas, seja porque está inadimplente ou não procedeu à devolução de recursos, máquinas, equipamentos ou veículos, na forma determinada no convênio.

A situação de inadimplência da entidade privada sem fins lucrativos que se enquadrar em uma das alíneas do art. 2º da Lei Estadual nº 5.867/81 pode cessar por ato expresso do ordenador de despesa do órgão ou entidade concedente, desde que atendidas às condições estabelecidas no Decreto Governamental regulador das transferências de recursos para entidades privadas.

O Decreto Governamental regulador poderá conter disposição expressa prevendo a possibilidade da entidade beneficente ser liberada para receber novas transferências resultantes de subvenção social, mediante suspensão da inadimplência por ato expresso do ordenador de despesa do órgão concedente, na hipótese da entidade ter outro administrador que não o faltoso e uma vez comprovada a instauração de tomada de contas especial, com a imediata inscrição pela unidade de contabilidade analítica do potencial responsável em conta de Ativo "Diversos Responsáveis", regulamentação, esta, similar à prevista na Instrução Normativa nº 1, de 15.01.1997, da Secretaria do Tesouro Nacional.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Secretaria de Estado da Organização do Lazer  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/06045168  
Parecer nº: COG-439/03 com acréscimos do Relator  
Decisão nº: 2753/03  
Sessão: 18.08.2003

.....

**1427.** A verificação dos devedores e dos valores devidos ao município, inerentes ao ISS, deve ser realizada pela Secretaria de Finanças da municipalidade, ou por órgão municipal equivalente, cabendo ao advogado do município, ocupante de cargo efetivo ou em comissão, promover as medidas extrajudiciais e judiciais para cobrança, dado que não se trata de matéria complexa, que pode ser tratada por qualquer profissional regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Excepcionalmente, ainda que existente o cargo de advogado, o ente poderá contratar outro advogado temporariamente, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para suprir a falta momentânea de titular do cargo, ou pela necessidade de ampliação do número de advogados do município até que haja o devido e regular provimento.

Quando não houver cargo de advogado ou equivalente na estrutura administrativa do Município, a contratação mediante licitação para atender aos serviços jurídicos gerais (inclui a cobrança de ISS) é admissível até a criação do cargo e respectivo provimento, podendo a contratação temporária do profissional se realizar mediante autorização por lei municipal específica, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, por excepcional interesse público.

Quando a municipalidade realizar contratação de advogados mediante licitação, não poderá limitar somente à sociedade de advogados, devendo possibili-

tar a contratação do profissional autônomo, sob pena de estar limitando o universo de participantes, o que é vedado pelo art. 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

O contrato a ser firmado com o profissional do Direito deverá ter valor fixo, não podendo se prever percentual sobre as receitas auferidas pelo ente com as ações administrativas ou judiciais exitosas pelo contratado, salvo se a Administração firmar contrato de risco puro, onde não despenda nenhum valor com a contratação, sendo a remuneração do contratado exclusivamente proveniente dos honorários de sucumbência devidos pela parte vencida, nos montantes determinados pelo juízo na sentença condenatória.

Origem: Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/03065230  
Parecer nº: COG-415/03  
Decisão nº: 2762/03  
Sessão: 18.08.2003

.....

**1428.** A iniciativa de lei para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais (incluindo os do Poder Executivo e os do Poder Legislativo) e dos subsídios, de que trata o art. 37, X, *in fine*, da Constituição da República, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

O reajuste ou aumento da remuneração especificamente para os servidores do Poder legislativo necessita de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Legislativo e serve para adequar a remuneração ao grau de complexidade e responsabilidade desenvolvido pelo servidor ocupante do cargo.

Em se tratando de revisão geral anual, além da lei específica, a Constituição Federal impõe, *ex vi* do art. 169, § 1º, I e II, autorização específica pelas

Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, assim como prévia dotação orçamentária, com obediência aos arts. 15 a 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), sob pena de ser considerado nulo o ato e revestido de improbidade administrativa (art. 15 da LRF combinado com art. 10, VII, da Lei nº 8.429/92).

Quando o Poder Legislativo proceder a reajuste na remuneração do seu quadro funcional, além de lei específica, deverá se atentar ao que dispõem os arts. 15 a 17, 20, III, alínea “a”, 21, 22, parágrafo único, I, e 23 da LRF, bem como ao § 1º do art. 29-A da Constituição da República.

Origem: Câmara Municipal de Itapema  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/03243945  
Parecer nº: COG-424/03  
Decisão nº: 2763/03  
Sessão: 18.08.2003

.....

**1429.** Por força do art. 41, *caput*, da Constituição Federal, o período que o servidor estiver à disposição de outro ente ou órgão, não contará para efeitos de estágio probatório.

Somente poderá ser considerado para efeitos de estágio probatório o período em que o servidor estiver em efetivo exercício no cargo público em que prestou concurso público e foi devidamente nomeado.

Origem: Prefeitura Municipal de Taió  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/03351594  
Parecer nº: COG-404/03  
Decisão nº: 2764/03  
Sessão: 18.08.2003

**1430.** Os servidores públicos vinculados ao regime de trabalho estatutário e estabilizados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, possuem os mesmos direitos dos servidores efetivos no que se refere à inserção no Regime Próprio de Previdência Social, sendo afastada qualquer interpretação restritiva advinda de norma municipal.

Os servidores estabilizados devem ser lotados em quadro isolado em extinção, mediante lei municipal.

O ente municipal não está obrigado a recolher a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em relação aos servidores estabilizados pelo art. 19 do ADCT da Constituição Federal, salvo se ocupantes de empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 02/08997008  
Parecer nº: COG-374/03  
Decisão nº: 2809/03  
Sessão: 20.08.2003

.....

**1431.** Não encontra amparo legal a utilização de saldos do FUNDEF para compensar ou ressarcir o Tesouro Municipal pelos recolhimentos de encargos sociais efetivados no exercício anterior, incidentes sobre a folha de pagamento de professores do ensino fundamental.

Origem: Prefeitura Municipal de Romelândia  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/03351160  
Parecer nº: COG-403/03  
Decisão nº: 2819/03  
Sessão: 20.08.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1432.** A carga horária do servidor público constitui elemento do regime estatutário, portanto, não gera direito adquirido, sendo passível de modificação pela vontade unilateral da Administração, mediante lei formal. Assim sendo, o professor investido em um cargo, de caráter efetivo ou temporário, poderá ter sua carga horária aumentada ou diminuída, desde que mantidas as atribuições originais, sem que represente nova investidura em cargo público.

Destarte, o professor que tenha sofrido alteração de sua carga horária permanecerá exercendo apenas um cargo efetivo e continuará vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social nesta condição, e, enquanto vigor a legislação atual, especialmente o art. 40, § 3º, da Carta Federal, fará jus ao recebimento de proventos integrais, calculados com base na remuneração percebida no momento em que se der a aposentadoria, independentemente da média de horas trabalhadas no decorrer do contrato laboral. A seu turno, a contagem recíproca do tempo de contribuição prestado sob o Regime Geral, se houver, deverá ser realizada nos moldes definidos no art. 94 e seguintes da Lei Federal nº 8.213/91 e legislação correlata.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio Negrinho  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/00574347  
Parecer nº: COG-389/03  
Decisão nº: 2821/03  
Sessão: 20.08.2003

.....

**1433.** O exercício, de fato, das atribuições de cargo em comissão, sem prévias e formais nomeação e posse, acarreta ao Poder Público o dever de indenizar os dias efetivamente trabalhados, tomando-se por base o vencimento do cargo, fixa-

do em lei, não gerando outros direitos à pessoa que ocupou o cargo sem as formalidades legais, sem prejuízo da apuração das responsabilidades, sob pena de locupletamento ilícito do Poder Público ao se apropriar da força de trabalho sem a correspondente contrapartida pecuniária. Os direitos inerentes ao exercício do cargo só se adquirem com a regular nomeação e posse, inclusive em relação à contagem de tempo de serviço, para qualquer dos efeitos legais.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/03065583  
Parecer nº: COG-382/03  
Decisão nº: 2822/03  
Sessão: 20.08.2003

.....

**1434.** A aquisição pela Administração de sistema de segurança monitorada para a residência oficial do chefe do Poder Executivo, deve ser precedida de competente procedimento licitatório.

Origem: Departamento Estadual de Infra-Estrutura  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/05911554  
Parecer nº: COG-434/03  
Decisão nº: 2847/03  
Sessão: 25.08.2003

.....

**1435.** 1. Os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25/00, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha

direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual, devendo ser observado desde a elaboração da proposta orçamentária.

Considerando o disposto no art. 168 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101/00, a Lei nº 4320/64, os princípios atinentes ao orçamento, equilíbrio da gestão fiscal e a paridade entre receitas e despesas, os recursos destinados ao Poder Legislativo devem corresponder a um valor fixado no Orçamento Anual do Município, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e atendidos a todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo suplantiar os percentuais previstos no art. 29-A, *caput*, da Carta Magna.

A fixação dos recursos para o Poder Legislativo com base em percentual da receita municipal não atende aos preceitos legais e regras basilares de orçamentação, pois caracterizaria orçamento variável e indefinido. Todavia, se a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecer repasse em percentual, também deve definir quais as receitas que integram a base de cálculo para as transferências, situação em que os repasses à Câmara terão por base a receita efetivamente arrecadada pelo Município.

2. É dever do Chefe do Poder Executivo determinar o repasse mensal ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias estabelecidas na Lei do Orçamento Anual e em créditos adicionais, e de acordo com a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso previstos no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, porque o Orçamento decorre de lei. O Prefeito só poderá determinar repasse inferior ao previsto na Lei do Orçamento Anual se nela, ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, houver autorização para essa providência, com definição dos critérios e parâmetros que permitam a utilização dessa medida.

O repasse de valores financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária, considerados os valores anuais, poderá caracterizar crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 29-A, §2º, III, da Constituição Federal. Não caracteriza crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sendo dever daquela autoridade, a redução do repasse para adequação ao limite constitucional quando as transferências resultarem em extrapolamento do percentual indicado no art. 29-A, *caput*, sobre a efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apuradas no exercício anterior (art. 29-A, §3º, I e III, da Constituição Federal). Em caso de eventual conflito de normas, prevalece a regra da limitação (inciso I do §3º do art. 29-A da Constituição Federal).

3. Caso a arrecadação municipal, verificada a cada bimestre, impossibilite atingir a receita orçada e possa comprometer as metas fiscais, o Chefe do Poder Executivo também pode informar ao Poder Legislativo sobre o comportamento negativo da arrecadação e seus efeitos, solicitando o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Legislativo, por sua vez, cumprindo a determinação legal, deve informar ao Poder Executivo a limitação de empenho, que equivale à redução do Orçamento. Cumpridos esses requisitos, o Poder Executivo pode promover a transferência de recursos de acordo com a nova situação orçamentária, adequada ao nível das receitas municipais, sem que haja autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto em relação aos critérios para limitação de empenho, consoante art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

A limitação de empenho nas circunstâncias previstas no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 constitui obrigação individual de cada Poder, pois decorre de determinação da lei. Caso o Poder Legislativo, for-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

malmente cientificado, não adote as providências legais, o Chefe do Poder Executivo pode comunicar ao Tribunal de Contas, que promoverá as inspeções e diligências necessárias à verificação do exato cumprimento da lei, podendo, dentre outras sanções, aplicar a penalidade prevista no art. 5º da Lei Federal nº 10.028/2000, que consiste em multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do Chefe do Poder que deixar de promover a limitação de empenho.

Origem: Prefeitura Municipal de Araranguá  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/00824394  
Parecer nº: COG-240/03  
Decisão nº: 2850/03  
Sessão: 25.08.2003

.....

**1436.** Consoante o disposto no art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência da Justiça do Trabalho, a manutenção da eficácia de cláusulas de acordo coletivo com prazo de validade esgotado, até edição de novo acordo ou decisão em dissídio coletivo, depende de formalização de acordo entre as partes, que no caso das empresas públicas e de economia mista do Estado requer homologação do Conselho de Política Financeira, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 243/03 e resoluções daquele Conselho, a exemplo dos acordos coletivos anteriores.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/05853333  
Parecer nº: COG-413/03  
Decisão nº: 2861/03  
Sessão: 25.08.2003

**1437.** Por força do que dispõem os arts. 12, §3º, e 16, *caput*, ambos da Lei Federal nº 4.320/64, e 41 da Resolução nº TC-16/94, é descabido o repasse de recursos do município à associação de servidores municipais, salvo para atender a atividade específica desenvolvida por associação que tenha como finalidade atividade cultural, educacional, médica e de assistência social, observados os requisitos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, ou seja, autorização em lei específica, previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e dotação na Lei Orçamentária Anual.

Origem: Câmara Municipal de Tubarão  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/02820396  
Parecer nº: COG-393/03  
Decisão nº: 2904/03 Sessão: 27.08.2003

.....

**1438.** As despesas relativas a contratos mantidos com empresas prestadoras de serviços, ainda que incluso o fornecimento de mão-de-obra, que tenham por objeto a execução de serviços para os quais não haja correspondência em cargos e funções nos quadros da Administração Pública, não devem ser enquadrados no elemento “34 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização”, mas, conforme o caso, nos elementos “35 - Serviços de Consultoria”, “36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física”, “37 - Locação de Mão-de-Obra”, e “39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”.

Origem: Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público)  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/02820981  
Parecer nº: COG-391/03  
Decisão nº: 2905/03 Sessão: 27.08.2003



**1439.** A autorização de Internação Hospitalar - AIH é o documento hábil para identificar o paciente e os serviços prestados sob regime de internação hospitalar e fornecer informações para o gerenciamento do Sistema Único de Saúde - SUS. É através deste documento que Hospitais, Profissionais e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia - SADT se habilitarão a receber pelos serviços prestados. No caso dos médicos que são servidores municipais, os valores decorrentes das AIHs pertencem ao hospital municipal que executou os serviços, devendo o município utilizar tais recursos para o pagamento dos salários do servidor. Isso, porque tais profissionais já recebem uma remuneração fixa para exercer suas atribuições.

Caso haja interesse da municipalidade, é possível repassar a tais profissionais os valores decorrentes de Serviços Profissionais (SP) das AIHs, desde que autorizado e regulamentado por lei municipal, que deve estabelecer dentre seus dispositivos, que tais valores correspondem um numerário variável, que não se incorpora para fins de aposentadoria, cujo objetivo é única e exclusivamente valorizar os profissionais da ativa, estimulando a produtividade e a eficiência do serviço.

Origem: Prefeitura Municipal de Catanduvas  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/04857386  
Parecer nº: COG-441/03  
Decisão nº: 2908/03  
Sessão: 27.08.2003

**1440.** O objetivo do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro é financiar, com recursos de multas de trânsito, despesas inerentes à operacionalização do órgão executivo (municipal ou estadual), visan-

do subsidiar sua estrutura, para que com eficiência possa desempenhar as atribuições conferidas pela Lei Federal nº 9.503/97.

Encontra amparo no citado diploma legal a construção de imóvel para abrigar o órgão municipal de trânsito.

Como os recursos são decorrentes de multas aplicadas no município, o imóvel deverá ser integralizado ao patrimônio da municipalidade.

Caso o Município não tenha criado órgão de trânsito municipal, tendo conseqüentemente delegado funções às Polícias Militar e Civil do Estado de Santa Catarina, deverá fazer concessão de direito real do uso do referido imóvel.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/03026251  
Parecer nº: COG-409/03  
Decisão nº: 2916/03  
Sessão: 27.08.2003

**1441.** Caso não haja vedação expressa na Lei Orgânica Municipal, pode o vereador assumir a presidência de entidade privada que receba recursos do Poder Público Municipal, todavia, a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade e probidade administrativa recomendam que o vereador se declare impedido nas votações da Câmara Municipal que deliberar sobre atos que envolvam a referida entidade.

Origem: Câmara Municipal de Concórdia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/03308745  
Parecer nº: COG-408/03  
Decisão nº: 2917/03  
Sessão: 27.08.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1442.** Os recursos do FUNDEF podem ser aplicados na educação especial, desde que disponibilizada na rede pública de ensino e seja de ensino fundamental (1ª a 8ª séries).

Não há recursos específicos para o ensino especial. É dever do Poder Público promover a inclusão do portador de necessidades especiais na rede regular de ensino público, propiciando os meios adequados como professores especializados, métodos, técnicas e recursos educativos e organizacionais para que o educando se desenvolva de forma igualitária no meio educacional.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Relator: Auditor Altair Debona Castelan

Processo nº: 03/03668288

Parecer nº: COG- 398/03

Decisão nº: 2918/03

Sessão: 27.08.2003

.....

**1443.** A concessão de quaisquer benefícios aos servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista, à vista do disposto no art. 40, inciso IV e parágrafo único, da Lei Complementar nº 243/03, depende da prévia autorização do Conselho de Política Financeira - CPF, homologação pelo Governador do Estado e publicação no Diário Oficial do Estado, sendo condicionada, ainda, à observância da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Origem: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: 03/02882073

Parecer nº: COG-353/03 e GCMB/2003/0332

Decisão nº: 3002/03

Sessão: 08.09.2003

**1444.** A contratação de fornecedor de materiais de consumo pressupõe a existência de prévio processo licitatório ou processo de dispensa nos casos previstos em lei, cujo contrato não poderá se estender além do exercício financeiro em que se realiza a contratação, de vez que o art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93 limita a duração dos contratos de compras à vigência aos créditos orçamentários anuais, podendo a entrega ser parcelada durante o exercício.

Não encontra amparo legal a celebração de mais de um contrato com o mesmo contratado, decorrente de uma só licitação, para fornecimento de bens de consumo, do objeto da licitação, em mais de um exercício financeiro.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde - SES

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: 03/06091356

Parecer nº: COG-438/03

Decisão nº: 3011/03

Sessão: 08.09.2003

.....

**1445.** Por força do que dispõem os arts. 12, §3º, e 16, *caput*, da Lei Federal nº 4.320/64, e art. 41 da Resolução nº TC-16/94, é descabido o repasse à associação de agricultores visando subvencionar locação de equipamentos na época de preparo e plantio de lavouras.

Em razão das pequenas comunas terem economia eminentemente agrícola, é de interesse público o auxílio da Administração Municipal aos agricultores do município, devendo a municipalidade proceder da seguinte forma:

- implantar programa municipal de auxílio ao pequeno produtor rural, que deverá estabelecer quais incentivos o município pretende destinar aos beneficiados e quais produtores que

- poderão se enquadrar no programa, que poderá ser locação de máquinas na época de preparo e plantio de lavouras;
- b) de posse do número de produtores e máquinas que o município necessitará locar para o período de preparação da terra para plantio, pode a municipalidade, dentro do programa de auxílio ao pequeno produtor rural, contratar por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666/93, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para locação de equipamentos daquela entidade, com base na sua tabela de preços;
- c) caso seja necessário utilizar número de maquinário além do que dispõe a CIDASC, ou em razão de indisponibilidade no momento, caberia a contratação de particulares, através de licitação na modalidade que se adequar ao caso concreto;
- d) tais contratações devem ser planejadas com bastante antecedência, devendo ser assinados contratos individuais, figurando como locatários o pequeno produtor rural e o município e, como locador, a empresa locadora de máquinas (CIDASC ou particulares), para que o município, na ocorrência de eventual dano, possa cobrar do pequeno produtor rural os valores que tiver despendido ao locador, em razão do dano.

Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/02820710  
Parecer nº: COG-450/03  
Decisão nº: 3018/03  
Sessão: 10.09.2003

1446. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não há necessidade de processo administrativo para desligar dos quadros da Administração Pública os servidores não abrangidos pela estabilidade do art. 19 do ADCT. Tendo em vista que, nesta situação, o contrato é nulo, somente são devidos os dias efetivamente trabalhados, conforme a prestação pactuada.

A rescisão contratual seguida de nova contratação caracteriza descontinuidade do vínculo, não podendo o servidor ser agraciado pela regra do art. 19 do ADCT se na data da promulgação da Constituição Federal de 1988 não contava com pelo menos cinco anos de serviço continuado.

O art. 133 da Lei nº 1.223/93, do Município de Papanduva, permite a contagem de tempo de serviço prestado ao Município pelo servidor não abrangido pelo art. 19 do ADCT e que venha a ocupar cargo de provimento efetivo através de concurso público.

Os procedimentos para a nomeação em cargo público de servidor não abrangido pelo art. 19 do ADCT são os mesmos adotados para os demais concursados e devem seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 1.223/93, do Município da Papanduva.

O servidor que preencher as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT é estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito à efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional. Nesta situação, caso seja o servidor efe-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

tivado sem ter prestado concurso público externo, caberá ao Administrador declarar a nulidade do ato que o incluiu na carreira e determinar que o servidor retorne ao cargo antigamente ocupado, no qual somente poderá sair se prestar concurso público externo para os cargos de carreira.

No prazo de validade do concurso público, os cargos públicos que vierem a vagar neste período podem ser providos pelos candidatos aprovados além do número de vagas inicialmente oferecidas, respeitada a ordem de aprovação dos candidatos.

Não há impedimento para que servidores não agraciados pela estabilidade do art. 19 do ADCT da Constituição Federal venham a fazer parte de organização social qualificada por Lei Municipal nos moldes da Lei Federal nº 9.637/98, desde que desligados do serviço público municipal, somente a ele podendo voltar mediante novo concurso público. O contrato de gestão, caso venha a ser celebrado com o Município, não deve servir para dissimular situações ilegais ou burlar a regra do concurso público.

Origem: Prefeitura Municipal de Papanduva

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 03/03308826

Parecer nº: COG-430/03

Decisão nº: 3022/03

Sessão: 10.09.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 03/06719908

Parecer nº: COG-521/03

Decisão nº: 3614/02

Sessão: 20.10.2003

.....

**1447.** Nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 5.704/80, poderá o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC ceder imóveis ociosos

de sua propriedade através do instituto da permissão de uso remunerada, desde que haja justificativa e autorização por Decreto do Governador do Estado, e mediante licitação, salvo nos casos especificados no art. 7º do referido diploma legal, quando se tratar de concessão de uso remunerada.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 03/06238632

Parecer nº: COG-460/03

Decisão nº: 3023/03

Sessão: 10.09.2003

.....

**1448.** O prazo para encaminhamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao Poder Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, enquanto perdurar o disposto no art. 35, § 2º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - da Constituição da República.

Os Estados, Municípios e Distrito Federal não possuem competência constitucional para elaborar lei complementar disciplinando o prazo de remessa do projeto de LDO, conforme arts. 24, I e II, e 165, § 9º, I, da Constituição da República combinado com art. 35, § 2º, II, do ADCT da Constituição da República.

De acordo com o que dispõe o art. 57, § 2º, da Constituição da República, a Câmara de Vereadores não pode encerrar a primeira sessão legislativa sem apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Na hipótese do Executivo não remeter ao Legislativo, dentro do prazo previsto no art. 35 do ADCT da Constituição da República, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, poderá a Câmara de Vereadores entrar em recesso parlamentar.

Caso o Prefeito Municipal encaminhe o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao Poder Legislativo durante o recesso parlamentar, não há objeção ao pagamento dos subsídios, pois a irregularidade cometida pelo Chefe do Poder Executivo não se comunica ao Chefe do Poder Legislativo, a quem não caberá qualquer sanção em razão do descumprimento do art. 35, § 2º, II, do ADCT da Constituição da República.

O Chefe do Poder Executivo que não remeter a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO dentro do lapso temporal estabelecido no art. 35, § 2º, II, do ADCT da Constituição da República, está sujeito às sanções previstas no inciso V do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67.

Origem: Câmara Municipal de São Ludgero  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/04857629  
Parecer nº: COG-466/03  
Decisão nº: 3235/03  
Sessão: 22.09.2003

.....

**1449.** A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso.

O aumento da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado.

O acréscimo de horas laboradas gera um incremento na despesa de pessoal, devendo o Município observar as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar nº101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange ao recolhimento para o instituto de previdência, a alíquota definida nos estatuto dos servidores deve incidir sobre o acréscimo, uma vez que aquele valor irá compor a nova remuneração mensal do servidor.

Origem: Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/02722386      Parecer nº: COG-455/03  
Decisão nº: 3236/03      Sessão: 22.09.2003

.....

**1450.** A base de cálculo a que se refere o art. 29-A da Constituição Federal é formada pelas seguintes receitas: FPM; IRRF; ITR; IPI-Exportação; IOF-ouro; ICMS; IPVA; Lei Kandir; IPTU; ITBI; ISS; taxas, contribuições de melhoria, COSIP, contribuições previdenciárias e Dívida Ativa Tributária arrecada, exceto, neste caso, multas e juros.

Para formação da base de cálculo de que tratam os arts. 198, §2º, II e III, e 212, todos da Constituição Federal, devem ser incluídos os valores correspondentes a juros e multas arrecadadas na cobrança de impostos de competência municipal ou estadual, conforme o caso, inclusive os decorrentes de cobrança da dívida ativa.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/06336138  
Parecer nº: COG-470/03  
Decisão nº: 3263/03  
Sessão: 24.09.2003

.....

**1451.** O cancelamento de crédito tributário, inscrito irregularmente em dívida ativa, não pode ser aferido sob a ótica de renúncia de receita, todavia, poderá o administrador, caso não adote as medidas tendentes a efetivamente arrecadar os tributos de sua competência, ser avaliado sob o aspecto da responsabilidade na gestão fiscal.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/04873152  
Parecer nº: COG-461/03  
Decisão nº: 3266/03  
Sessão: 24.09.2003

.....

**1452.** O servidor estatutário que requerer sua exoneração a fim de assumir novo cargo público, não acumulável, pertencente ao quadro do mesmo ente público, não fará jus à indenização ou ao pagamento antecipado proporcional de décimo terceiro salário, férias e do terço constitucional, pois receberá normalmente ao final do exercício ou quando usufruir as férias, pois neste caso conta-se o tempo no serviço público e não o tempo no cargo.

Caso a relação de trabalho seja de natureza celetista, o servidor deverá requerer expressamente a rescisão contratual a fim de assumir o novo cargo. Neste caso, o município só estará obrigado a pagar as verbas correspondentes ao saldo de dias trabalhados, ao décimo

terceiro salário proporcional, às férias proporcionais conquistadas, acrescidas do terço constitucional (se o contrato for superior a doze meses), conforme dispõem os arts. 146 e 147 da Consolidação das Leis do Trabalho e os Enunciados nº 261 e 328 do TST.

Origem: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/05912011  
Parecer nº: COG-484/03  
Decisão nº: 3267/03  
Sessão: 24.09.2003

.....

**1453.** As despesas com construção de quadra esportiva coberta para a prática de educação física e recreação de alunos do ensino fundamental não podem ser consideradas para efeito do cômputo do percentual de 60% (sessenta por cento) que trata o *caput* do art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96, pois esta parcela de recursos se destina unicamente à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

Pode a Municipalidade, entretanto, utilizar a parcela restante de 40% (quarenta por cento) dos valores repassados pelo Estado ao Município, através do FUNDEF, para pagamento de despesas com aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino fundamental (art. 70, II, da Lei Federal nº 9.394/96).

Origem: Prefeitura Municipal de Paraíso  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/05773496  
Parecer nº: COG-492/03  
Decisão nº: 3300/03  
Sessão: 29.09.2003



**1454.** Não encontra respaldo legal a concessão de auxílios financeiros a entidades sindicais, que se destinam à defesa dos interesses de certa categoria profissional ou de atividade econômica, além da despesa não se enquadrar ao disposto nos arts. 12, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64 e não atender aos princípios constitucionais da impessoalidade e da isonomia de oportunidades aos administrados ante a Administração Pública.

Origem: Prefeitura Municipal de Guaramirim  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/06229307  
Parecer nº: COG-503/03  
Decisão nº: 3312/03  
Sessão: 29.09.2003

**1455.** A publicação incorreta da homologação final de concurso público em periódico escrito (jornal), por ser meio de comunicação de atos com maior amplitude, enseja nova publicação retificadora, mesmo quando o ato (Decreto Municipal) estiver livre de vícios, e houver sido corretamente dado publicidade em mural e concedido o prazo para recurso nos termos do edital do concurso.

Após retificar a publicação, a municipalidade poderá chamar os classificados dentro do período de validade do concurso, conforme o interesse da Administração Municipal e a ordem de classificação.

Para segurança da própria municipalidade, ao chamar os candidatos, se houver recusa da posse no cargo, deverá exigir que o classificado assine declaração abdicando do posto, ou solicitando que seu nome permaneça no final da relação de classificados, caso assim permita o edital. Nesta última hipótese, somente poderá ser novamente notificado a tomar posse se todos os candidatos em posição anterior também o forem.

Origem: Prefeitura Municipal de Erval Velho  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/06203170  
Parecer nº: COG-496/03  
Decisão nº: 3388/03  
Sessão: 06.10.2003

**1456.** A Câmara Municipal de Vereadores pode contratar o fornecimento de *coffee break* para atender a eventos especiais realizados pelo Poder Legislativo, de interesse público, como cursos, seminários, encontros e homenagens especiais, obedecidas as normas da Lei Federal nº 8.666/93, observando-se, ainda, aos princípios da Administração Pública (moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade, razoabilidade, economicidade, dentre outros), às normas dos arts. 29-A e 167 da Constituição Federal e à Lei Federal nº 4.320/64, implicando na existência de dotação orçamentária para a despesa e disponibilidade financeira.

Carece de legitimidade o fornecimento permanente de *coffee break* ou lanches para vereadores e servidores que atendem às sessões da Câmara, especialmente quando o expediente da Câmara encerra às 16: 30 horas e as sessões iniciam às 19h.

Origem: Câmara Municipal de Canoinhas  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/00066783  
Parecer nº: COG-490/03  
Decisão nº: 3393/03  
Sessão: 06.10.2003

**1457. 1.** Dívidas oriundas de precatórios são decorrentes de decisão judicial e, por essa razão, não se enquadram na vedação estabelecida no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

2. De acordo com o § 7º do art. 30 da Lei Complementar nº 101/00, os valores decorrentes de precatórios que constarem do orçamento municipal, e não forem pagos, devem ser incluídos na dívida consolidada do município. A dívida pública consolidada é considerada no limite de endividamento estabelecido pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, com a redação alterada pela Resolução nº 5/2002, que se não for cumprido impede a contratação de operações de crédito pelo Município, o qual deverá readequar-se aos limites definidos na Resolução, sob pena de o Chefe do Executivo ser enquadrado em crime de responsabilidade, com julgamento pelo Poder Judiciário, previsto no art. 1º, XVI, do Decreto-Lei Federal nº 201/67, com a redação da Lei Federal nº 10.028/00.

3. O não-pagamento de valores consignados no orçamento a título de despesas com precatórios implica no cometimento de infração político-administrativa por descumprimento do orçamento municipal aprovado para o exercício financeiro, que sujeita o Chefe do Executivo a julgamento pela Câmara Municipal de Vereadores, conforme prevê o art. 4º, IV, do Decreto-Lei Federal nº 201/67.

4. O instituto dos precatórios é regulado pelo art. 100 da Constituição Federal, cuja redação original foi alterada pelas Emendas Constitucionais nº 30/00 e nº 37/02, devendo os Administradores ficarem atentos aos seguintes dispositivos:

a) as obrigações de pequeno valor a serem pagas pelo município não se sujeitam à sistemática dos precatórios, independentemente da natureza da dívida (alimentar, desapropriação ou outro), conforme estabelecido nos arts. 100, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal, e 86 e 87 do ADCT da Constituição Federal, com a redação das Emendas Constitucionais nº 30/00 e nº 37/02. Os débitos já constituídos em

precatórios que estiverem contidos no limite previsto como de pequeno valor deixam de obedecer à sistemática dos precatórios; b)

dívidas de pequeno valor são aquelas estabelecidas em lei de iniciativa de cada um dos entes da Federação - União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme previsto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação alterada pelas Emendas Constitucionais nº 30/00 e nº 37/02;

c) enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não editarem as respectivas leis devem aplicar as disposições do art. 87 do ADCT da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 37/02, que estabelece que sejam considerados como de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a:

- 40 salários-mínimos, para os Estados e Distrito Federal;
- 30 salários-mínimos, para os Municípios;
- o interessado que tiver a receber crédito superior ao limite estabelecido no art. 87 do ADCT da Constituição Federal, poderá renunciar à parcela excedente e optar pelo recebimento do valor máximo determinado como de pequeno valor na legislação;
- para receber valor superior ao limite estabelecido para as dívidas de pequeno valor, o interessado deverá submeter-se à sistemática dos precatórios com liquidação conforme a ordem cronológica, excetuados os créditos alimentares, que têm preferência sobre os demais, como dispõe o art. 100, *caput*, da Constituição Federal;

d) o ente da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios) que dispuser de lei ou que vier a editar lei definindo as obrigações de peque-

no valor para efeitos dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 100 da Constituição Federal e art. 86 do ADCT da Constituição Federal, deixa de aplicar a norma do art. 87 do ADCT, podendo consignar valores inferiores ou superiores àqueles previstos no art. 87 do ADCT da Constituição Federal, e definir as demais condições para o pagamento das obrigações;

- e) de acordo com o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, observadas as Emendas Constitucionais nº 30/00 e nº 37/02, poderá o ente da Federação, na legislação própria, determinar valores distintos para as dívidas de pequeno valor das suas entidades (por exemplo, administração direta, autarquias), para efeitos de pagamento das obrigações previstas no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00.

5. Em conformidade com a norma do art. 78 do ADCT da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 30/00, os precatórios pendentes de pagamento na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 30/00, e aqueles decorrentes de ações iniciais ajuizadas até 31.12.1999, poderão ser quitados em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 anos, observadas as condições estabelecidas no referido artigo.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Relator: Conselheiro Moacir Bertoli

Processo nº: 03/04857467

Parecer nº: COG-458/03 e GCMB/2003/0462

Decisão nº: 3395/03

Sessão: 06.10.2003

.....

**1458. 1.** A instauração do processo licitatório, condução dos procedimentos, julgamento, homologação e adjudicação do objeto, a contratação e execução do contrato e os pagamentos correspondentes devem ser realizados por um único órgão ou entidade da Administração Pública, com indicação dos recursos orçamentários contidos no respectivo Orçamento e quitação dos débitos com os recursos financeiros disponíveis, assumindo todas as responsabilidades decorrentes da licitação e do contrato administrativo. Não há autorização em lei para realização de parte dos procedimentos licitatórios por um ente público e parte por outro.

2. A realização, pelo Município, de obra de responsabilidade do Estado, pode ser viabilizada mediante convênio de delegação de recursos e encargos firmado pelas partes, com transferência dos recursos financeiros pelo Estado, situação em que o Município assume todas as responsabilidades pela execução da obra (licitação, contratação e pagamentos).<sup>217</sup>

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: 03/06360608

Parecer nº: COG-511/03

Decisão nº: 3461/03

Sessão: 08.10.2003

<sup>217</sup> Item 2 reformado pelo Tribunal Pleno na sessão de 08.12.2003, através da decisão nº 4134/2003, prolatada no processo CON-03/07862151. Redação inicial do item 2: “A realização, pelo Município, de obra de responsabilidade do Estado pode ser viabilizada mediante convênio de delegação de recursos e encargos firmado pelas partes, com transferência dos recursos financeiros pelo Estado, situação em que o Município assume todas as responsabilidades pela execução da obra (licitação, contratação e pagamentos).”

**1459.** 1. Os recursos oriundos da arrecadação das multas de trânsito podem ser transferidos aos órgãos conveniados mediante o depósito dos recursos em contas separadas e pertencentes a cada um, conforme a proporcionalidade definida no convênio de trânsito, evitando divergências entre os partícipes do convênio quanto à utilização dos recursos na forma prevista no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro e à responsabilização decorrente, inclusive quanto às aquisições de materiais e equipamentos e à contratação de serviços.

2. Não há viabilidade para definição prévia sobre todas as específicas despesas com materiais, bens e serviços que podem ser adquiridos ou contratados com recursos da arrecadação de multas por infração à legislação de trânsito, sendo imperiosa a comprovação de que foram ou estão sendo utilizados nas ações e atividades de fiscalização (incluindo policiamento), educação de trânsito, sinalização e engenharia de tráfego, cabendo a todas as partes observarem aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade, da legalidade e da economicidade na realização das despesas.

3. Para atender aos convênios celebrados com o Estado para os fins do art. 25 da Lei Federal nº 9.506/97 (Código de Trânsito Brasileiro), o município ou entidade que lhe pertença, conforme o caso, pode transferir a posse de bens de sua propriedade, adquiridos com recursos arrecadados com multas por infração à legislação de trânsito, adotando uma das seguintes alternativas:

- se os bens móveis e imóveis foram adquiridos com recursos de multas da parcela pertencente ao Município, nos termos do convênio, recomenda-se a transferência da posse mediante termo de cessão de uso aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo disciplinando as condições e o prazo,

havendo necessidade de lei autorizativa no caso dos bens imóveis;

- se os bens móveis e imóveis foram adquiridos com recursos de multas cuja receita pertence aos órgãos do Estado, nos termos do convênio, podem ser doados, por decreto do Chefe do Poder Executivo no caso de bens móveis e mediante autorização legislativa nas hipóteses de doação de bens imóveis, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. O ordenador de despesa municipal é responsável pelos atos de geração de despesa (licitação, empenho, liquidação, pagamento), podendo, no caso da cessão de uso de bens adquiridos com recursos municipais, exigir do cessionário o regular uso dos bens e materiais, conforme dispor o instrumento da cessão.

5. Os gestores dos órgãos que receberem bens e materiais doados pelo município em decorrência de requisições admitidas em convênio de trânsito serão os responsáveis pela correta aplicação nas finalidades previstas no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

6. A criação de delegacia especializada em questões de trânsito, integrando a estrutura organizacional da Polícia Civil, é matéria de competência estadual, estando o Município impossibilitado de iniciar o projeto do qual não possui competência.

Origem: Serviço Autônomo Municipal de Terminais Rodoviários de Blumenau

Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: 02/07787328

Parecer nº: COG-477/03

Decisão nº: 3469/03 Sessão: 08.10.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 03/00632304

Parecer nº: COG-169/03

Decisão nº: 4128/03 Sessão: 08.12.2003

**1460.** A legislação que regula o sistema de previdência próprio do município deve estabelecer os casos e condições em que os servidores públicos efetivos poderão aproveitar tempo de serviço prestado à iniciativa privada para fins de aposentadoria, comprovada a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS mediante certidão emitida pelo Instituto, e observadas as normas da Constituição Federal, podendo o município pleitear a compensação financeira junto àquela autarquia federal.

Para fins previdenciários, é caracterizado como serviço privado o tempo de serviço prestado à ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, não integrante da Administração Pública estadual, cujos empregados eram vinculados ao regime geral da previdência social.

Origem: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/05773305  
Parecer nº: COG-502/03  
Decisão nº: 3472/03  
Sessão: 08.10.2003

.....

**1461.** O cargo de Assistente Social deve estar previsto no quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo, haja vista deter ele a competência para organizar a execução das ações governamentais voltadas à assistência social, atribuição esta não inclusa nas funções do Poder Legislativo, quais sejam de legislar, fiscalizar, assessorar o Poder Executivo e administrar seus próprios serviços.

Origem: Câmara Municipal de Santa Cecília  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: 03/06638738

Parecer nº: COG-493/03

Decisão nº: 3477/03

Sessão: 08.10.2003

.....

**1462.** A única forma autorizada pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração do subsídio dos Vereadores durante a legislatura é a revisão geral prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que deve ocorrer sempre na mesma data da revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, e sem distinção de índices, desde que a lei específica que instituir a revisão geral anual também contenha previsão de extensão aos agentes políticos.

Origem: Câmara Municipal de Santa Terezinha do Progresso  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/06238551  
Parecer nº: COG-505/03  
Decisão nº: 3512/03  
Sessão: 13.10.2003

.....

**1463.** A partir da edição da Medida Provisória nº 2.060, atual Medida Provisória nº 2.187-13, que inseriu o inciso X ao art. 1º da Lei Federal nº 9.717/98, não há possibilidade de lei municipal determinar a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, para efeito de cálculo e percepção de benefícios previdenciários, de parcela remuneratória decorrente do exercício de cargo em comissão e/ou função gratificada, portanto, as normas contidas nas legislações municipais que contenham tal comando foram tacitamente revogadas.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/05773224  
Parecer nº: COG-488/03  
Decisão nº: 3575/03  
Sessão: 15.10.2003

.....

**1464.** É regular a despesa do município com internação de criança ou adolescente em Centro de Tratamento de Dependentes Químicos, desde que fundamentada nas determinações dos arts. 227 da Constituição, Federal e 98, I, e 101, V e VI, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em especial quando no caso concreto decorra de decisão judicial que atribui ao Poder Público Municipal a responsabilidade pelas despesas.

Origem: Prefeitura Municipal de Videira  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/05773062  
Parecer nº: COG-537/03  
Decisão nº: 3576/03  
Sessão: 15.10.2003

.....

**1465.** O Banco do Estado de Santa Catarina - BESC constitui empresa estatal, desta forma, apesar de explorar atividade econômica como pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 173 da Constituição Federal, tem a natureza de serviço público, em sentido amplo. Assim sendo, o vínculo laboral entre o empregado público e o Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, até a federalização, pode ser qualificado como serviço público atinente à órbita da administração indireta estadual, razão pela qual o serviço prestado até 18 de abril de 1991 também pode ser averbado como tempo de serviço

válido, para os fins do art. 42 da Lei nº 6.745/85, em sua redação original.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/06711834  
Parecer nº: COG- 515/03  
Decisão nº: 3577/03  
Sessão: 15.10.2003

.....

**1466.** Os cargos públicos que vierem a vagar dentro do prazo de validade do concurso público podem ser providos pelos candidatos aprovados além do número de vagas inicialmente oferecidas, respeitada a ordem de aprovação dos candidatos

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/06719908  
Parecer nº: COG-521/03  
Decisão nº: 3614/03  
Sessão: 20.10.2003

.....

**1467.** A tarifa portuária prevista pela Lei Federal nº 8.630/93, por possuir natureza jurídica de preço público, não está adstrita aos Princípios que regem o Direito Tributário, assim, não pode ser aferida sob o aspecto da renúncia de receita, nos termos dos arts. 11 e 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00). Todavia, a fixação e os critérios de majoração ou de redução da tarifa dependem dos procedimentos previstos na referida lei, e somente poderá ser exigida após a homologação do Conselho de Autoridade Portuária.



Origem: Superintendência do Porto de Itajaí  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/06699443  
Parecer nº: COG-522/03  
Decisão nº: 3625/03  
Sessão: 20.10.2003

1468. A transferência de servidores do executivo municipal, ocupantes de cargos públicos diversos, para o quadro do magistério, através da investidura secundária em cargo de professor sem a realização de concurso público externo, de provas ou de provas e títulos, constitui ofensa ao art. 37, II, da Constituição Federal, o que torna o ato nulo de pleno direito, sujeitando, ainda, o agente público responsável, em razão da explícita má-fé objetiva, à responsabilização civil, criminal e administrativa, especialmente às penas da Lei de Improbidade Administrativa.

Origem: Prefeitura Municipal de Campo Erê  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/06645190  
Parecer nº: COG-506/03  
Decisão nº: 3725/03  
Sessão: 22.10.2003

1469. Quer seja antes quer seja depois da Emenda Constitucional nº 20/98, não é adequado fundir normas que tratem de diferentes modalidades de aposentadoria, como é o caso daquelas que regulam a aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição (art. 40, § 1º, III, letra a, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e a aposentadoria especial para professores (art. 40, § 1º, III, letra a, e § 5º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/

98), sendo vedada a aplicação de acréscimo percentual sobre período de tempo de serviço/contribuição em atividades de magistério, computado para a concessão de aposentadoria comum.

O cálculo dos proventos proporcionais relativos à aposentadoria definida no art. 40, § 1º, III, letra b, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/98, para o professor no exercício de atividades de magistério durante todo o período, deve levar em conta a redução definida no § 5º do mesmo artigo, ou seja, basear-se na proporção 1/25 (um vinte e cinco avos), se mulher, e 1/30 (um trinta avos), se homem. A mesma proporção é aplicável nos casos de aposentadoria por invalidez ou compulsória do professor em funções de magistério durante todo o tempo, previstas no art. 40, § 1º, I e II, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20/98.

Origem: Instituto de Previdência do Município de Lages  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/03351322  
Parecer nº: COG-376/03 e GCMB/2003/0547  
Decisão nº: 3772/03  
Sessão: 03.11.2003

1470. Para fins de verificação dos limites de que trata o art. 29, VI, da Constituição Federal, deve ser considerado como base de cálculo o valor do subsídio dos Deputados Estaduais, vigente à época da revisão geral anual dos servidores municipais.

Origem: Câmara Municipal de Joinville  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/07221792 Parecer nº: COG-555/03  
Decisão nº: 3778/03 Sessão: 03.11.2003

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1471.** A base de cálculo a que se refere o art. 29-A da Constituição Federal é formada pelas seguintes receitas: FPM (art. 159 da Constituição Federal), IRRF (art. 158, I, da Constituição Federal), ITR (art. 158, II, da Constituição Federal), IPI-Exportação (art. 159, II, da Constituição Federal), IOF-ouro (art. 153, §5º, II, da Constituição Federal), ICMS (art. 158, IV, da Constituição Federal), IPVA (art. 158, III, da Constituição Federal), Lei Complementar nº87/96 (art. 31, §1º, II), IPTU, ITBI, ISS, taxas e contribuições de melhoria, COSIP (art. 149-A da Constituição Federal), contribuições previdenciárias dos servidores, exclusivamente, e desde que existente regime próprio de previdência, instituído na forma prevista na Lei nº 9.717/98, e Dívida Ativa Tributária arrecadada, exceto, nesse caso, multas e juros.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/06753162  
Parecer nº: COG-532/03  
Decisão nº: 3779/03  
Sessão: 03.11.2003

.....

**1472.** 1. A proposta de emenda à Lei Orgânica deve obedecer aos parâmetros inscritos na própria Lei, que deve se conformar com o processo legislativo da Constituição Federal, de vez que se aplica o princípio da simetria legislativa.

2. A proposição de Emenda Aditiva é inadequada para iniciar o processo legislativo de alteração da Lei Orgânica Municipal, encontrando obstáculos na forma, pois as emendas aditivas se prestam a promover acréscimos em projeto de lei ou de emenda já em tramitação no Legislativo.

3. Em razão da natureza da matéria submetida ao processo legislativo e do princípio da simetria com a Constituição Federal, é inaplicável o regime de urgência para emendas à Lei Orgânica Municipal.

4. A iniciativa de lei em matéria tributária é de competência concorrente do Poder Executivo e do Poder Legislativo, sendo inconstitucional qualquer norma municipal restritiva dessa competência. Por dicção da Carta Magna e por interpretação do Supremo Tribunal Federal, não se aplica aos municípios o disposto na alínea “b” do inciso II do art. 61 da Constituição Federal, cuja norma se dirige exclusivamente aos Territórios Federais.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/05846124  
Parecer nº: COG-500/03  
Decisão nº: 3791/03  
Sessão: 03.11.2003

.....

**1473.** O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) permite que a receita de capital decorrente de alienação de bens e direitos seja destinada a despesas com os regimes de previdência social, geral e próprio, incluindo o pagamento de dívidas, desde que haja lei autorizativa prevendo tal vinculação, assim como seja observado o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Câmara Municipal de Jaguaruna  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/06384450  
Parecer nº: COG-510/03  
Decisão nº: 3792/03  
Sessão: 03.11.2003

**1474.** Por decisão do Poder Judiciário ou em razão de autorização legislativa, é admitida a indenização por férias e licenças-prêmio não gozadas por determinação da Administração, em razão de interesse público e necessidade do serviço, devidamente comprovado e formalizado, desde que o agente público deixe o cargo que ocupava, por aposentadoria, exoneração a pedido ou pela autoridade competente no caso de cargos de provimento em comissão, neste último caso, desde que o beneficiário não seja servidor público do ente.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
 Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
 Processo nº: 03/04332909  
 Parecer nº: COG-390/03  
 Decisão nº: 3878/03 Sessão: 05.11.2003

**1475. 1.** Para assumir as atribuições de conselheiro tutelar, o membro deve ser eleito, de acordo com as disposições constantes nos arts. 132 a 135 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Caso o membro eleito seja servidor ativo ocupante de cargo público, em razão do que dispõe o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República, deverá optar entre a remuneração de seu cargo e a de conselheiro, pois as atribuições do conselheiro tutelar são decorrentes de função pública.

Sendo eleito servidor inativo que tenha ocupado cargo (aposentadoria pelo regime estatutário - art. 40 da Constituição da República), também não poderá cumular os proventos decorrentes desta com a remuneração de conselheiro tutelar, devendo da mesma forma optar por uma das remunerações (art. 37, § 10, da Constituição Federal), pois as atribuições do conselheiro tutelar são decorrentes de função pública.

Os servidores ativos e inativos deverão declarar formalmente sua opção de remuneração (remuneração do cargo, da aposentadoria, ou de conselheiro tutelar), cabendo ao município arquivar o pedido na pasta funcional do servidor. Caso o servidor não atenda a essa determinação, o prefeito municipal deverá nomear a pessoa com maior número de votos na ordem subsequente.

2. O servidor ativo ou inativo que já tenha tomado posse como membro do conselho tutelar, e esteja acumulando as duas remunerações (remuneração do cargo, ou da aposentadoria, com de conselheiro tutelar), deverá ser exonerado do cargo de conselheiro tutelar ou ter a remuneração do cargo de servidor ativo ou proventos de aposentadoria suspensos, até adequar-se às determinações legais, devendo, ainda, devolver ao erário os valores que tiver recebido a maior de forma irregular, que devem ser apurados em competente procedimento de Tomada de Contas Especial a ser instaurado pelo município.

3. Tanto o servidor ativo ocupante de cargo, quanto o servidor inativo que tenha ocupado cargo (aposentadoria pelo regime estatutário - art. 40 da Constituição da República), e que esteja exercendo as funções de conselheiro tutelar, e opte pela remuneração da aposentadoria ou do cargo, não terá nenhuma suspensão dos benefícios concedidos aos servidores, tais como: revisão geral anual, aumentos, abonos, ou progressão funcional (servidor ativo).

Origem: Prefeitura Municipal de Ilhota  
 Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
 Processo nº: 03/06649853  
 Parecer nº: COG-528/03  
 Decisão nº: 3928/03  
 Sessão: 10.11.2003

1476. 1. Os recursos da arrecadação de multas por infração à legislação de trânsito não podem ser utilizados para construção, recuperação ou manutenção de obras viárias ou para aquisição de equipamentos para tal finalidade (à exceção das aplicações em sinalização de trânsito), por incompatibilidade com as determinações e objetivos do art. 320 do Código Brasileiro de Trânsito.

2. A remuneração dos membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIs pode ser paga com os recursos da arrecadação de multas por infração à legislação de trânsito. A forma, o valor e os limites da remuneração devem ser fixados em lei municipal, podendo ser estipulado valor por efetiva participação em sessões/reuniões da Junta, recomendando-se, nesta hipótese, o devido disciplinamento quanto à quantidade de sessões semanais ou mensais, à duração das sessões e à fixação de um limite máximo mensal, como medida para preservar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade.

3. Considerando que o membro de Junta Administrativa de Recurso de Infrações exerce função pública, o servidor público só pode ser nomeado para membro de JARI se exercer o cargo efetivo de professor e houver compatibilidade de horários, pois, de outra forma, haverá afronta ao inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Origem: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/06360942  
Parecer nº: COG-560/03  
Decisão nº: 3973/03      Sessão: 24.11.2003

.....

1477. 1. A natureza jurídica da licença-prêmio e da carga horária é estatutária, e será definida em lei

municipal, cuja iniciativa pertence ao chefe do Executivo municipal, em simetria com a disposição contida no art. 61, § 1º, II, “c”, da Constituição Federal.

Caso a legislação referente ao magistério, ao conceder a licença-prêmio, tenha como base o tempo de serviço público, o professor que cumprir os requisitos da lei fará jus à licença remunerada em relação ao cargo que ocupa, independentemente da modificação da carga horária.

No entanto, se o professor exerce dois cargos distintos, ou seja, cargos com diferentes atribuições e que exijam habilitações específicas, passíveis de cumulação, fará jus aos direitos estatutários correspondentes ao exercício de cada cargo. Assim sendo, se houver descompasso entre a investidura nos cargos, o servidor poderá usufruir a licença-prêmio com a remuneração correspondente, durante o horário do cargo respectivo, e trabalhar no outro, ou aguardar a aquisição em ambos para usufruir os períodos concomitantemente.

2. O estágio probatório, como requisito para a estabilidade, depende do efetivo exercício no cargo para o qual o servidor foi aprovado, não havendo possibilidade de utilização do estágio probatório de um cargo para a aquisição da estabilidade em outro.

Origem: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/07000788  
Parecer nº: COG-577/03  
Decisão nº: 3974/03  
Sessão: 24.11.2003

.....

1478. 1. Nos termos do art. 260 da Lei nº 9.503/97, os recursos decorrentes da arrecadação de multas impostas a condutores por infração à legislação de trânsito pertencem ao ente que detém a compe-

tência para impor a penalidade, conforme disciplinado na Resolução nº 66/98, do Conselho Nacional do Trânsito - CONTRAN, alterada pela Resolução nº 121/01, que instituiu a Tabela de Distribuição de Competência, Fiscalização de Trânsito, Aplicação das Medidas Administrativas, Penalidades Cabíveis e Arrecadação das Multas Aplicadas. 2. Os recursos recebidos pelo Estado de Santa Catarina, por intermédio do DETRAN, como transferência dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, em razão do convênio firmado entre estes Estados para autuação de veículos de um Estado cujos condutores cometam infrações de trânsito em vias municipais de outro Estado, podem ser repassados aos respectivos municípios onde houve a autuação, desde que a competência para a autuação seja do município e haja convênio estabelecendo a forma das transferências, as deduções em razão dos custos de processamento e dos repasses a serem feitos a outros Estados, e outras questões pertinentes.

Origem: Prefeitura Municipal de Araranguá  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/06681749  
Parecer nº: COG-558/03  
Decisão nº: 3975/03  
Sessão: 24.11.2003

1479. De acordo com o art. 17, I, "b", da Lei Federal nº 8666/93, o Chefe do Executivo Municipal pode realizar transferência (doação) de rodovia municipal para o Estado de Santa Catarina, desde que expressamente autorizado por lei municipal.

Em razão da falta de autorização legal por parte do Poder Legislativo do Município doador, deverá o Estado de Santa Catarina anular o ato que incorpora tal rodovia, devolvendo-a ao município.

Caso o Estado de Santa Catarina não declare o ato nulo, poderá o Município recorrer ao Poder Judiciário.

A declaração da anulação opera efeitos *ex tunc*, mas não atinge aos terceiros de boa-fé.

Como a rodovia continua sendo municipal, cabe ao município realizar sua conservação e manutenção, salvo se firmar convênio com o Estado para que este assuma a conservação.

Origem: Prefeitura Municipal de Palmitos  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/06752271  
Parecer nº: COG-563/03  
Decisão nº: 4030/03  
Sessão: 26.11.2003

1480. As despesas para aquisição de ambulâncias e sua manutenção, com recursos da arrecadação de multas por infração da legislação de trânsito, para utilização pelo Corpo de Bombeiros Militar para resgate de vítimas de acidentes de trânsito em vias municipais, podem ser consideradas compatíveis com os objetivos do art. 320 do Código Brasileiro de Trânsito.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/06934469  
Parecer nº: COG-561/03  
Decisão nº: 4034/03  
Sessão: 26.11.2003

1481. Na formalização dos Acordos Coletivos de Trabalho celebrados entre as empresas públicas e sociedades de economia mista e seus empregados, além das formalidades previstas na Consolidação

## Decisões em Consultas – Prejulgados

dação das Leis do Trabalho - CLT, deve-se obedecer às normas estaduais para que os empregados possam fazer jus aos direitos neles estabelecidos, principalmente o acompanhamento, coordenação e autorização do Conselho de Política Financeira - CPF e posterior homologação do Governador do Estado. Os Acordos Coletivos de Trabalho revestidos de todas as formalidades legais devem ser inteiramente respeitados e cumpridos pelas empresas públicas e sociedade de economia mista, assim como pelo empregado, todavia, aqueles que prescindiram de alguma formalidade deverão ser objeto de indagação na Justiça Trabalhista, com a suspensão das avenças neles inseridas.

O Administrador de empresa pública ou de sociedade de economia mista, no momento de assinar Acordo Coletivo de Trabalho, deve atentar para as formalidades exigidas pela CLT, assim como para as formalidades exigidas pela legislação estadual, sob pena de ser responsabilizado pela má gestão.

A cessão de servidores de empresas públicas ou de sociedades de economia mista para outros órgãos ou entidades da Administração Pública e para entidade de previdência complementar de seus empregados, de qualquer esfera administrativa, somente se deve operar com o compromisso da entidade cessionária em promover o ressarcimento à entidade cedente das despesas com remuneração e encargos sociais do servidor cedido, para não caracterizar desvio de finalidade para a qual foi criada a entidade e preservar os interesses dos acionistas minoritários.

Consoante norma expressa na Resolução nº 001/97, do Conselho de Política Financeira - CPF, o empregado da CELESC deve optar entre o Adicional de Atividades Relevantes - AAR e a Gratificação Variável - GV, sendo vedada a acumulação dos referidos adicionais.

É recomendável que o Poder Executivo Estadual edite norma contendo as diretrizes da política salarial aplicável nas empresas estatais, com a maior uniformidade possível, especialmente em relação às vantagens salariais diretas e indiretas por meio de gratificações, adicionais, auxílios e outras formas, observando, inclusive, as implicações econômicas e financeiras para as entidades e para o próprio Estado.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/06370824  
Parecer nº: COG-481/03  
Decisão nº: 4038/03  
Sessão: 26.11.2003

. . . . .

**1482.** 1. Compete ao Administrador a avaliação de pessoa que será contratada pelo Poder Público, na hipótese de dispensa de licitação pelo art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, levando em consideração aspectos prévios ao contrato, como estatuto social e a finalidade não-lucrativa, bem como, concomitantes à contratação, a reputação e a correlação entre o objeto contratual com os objetivos da contratante.

2. Os contratos sem definição clara e objetiva do objeto, tampouco da forma de execução e dos valores pagos pelo Poder Público, não encontram amparo em lei.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/07350339  
Parecer nº: COG-564/03  
Decisão nº: 4073/03  
Sessão: 01.12.2003



**1483. 1.** O Estado não pode utilizar os recursos provenientes dos convênios de trânsito firmados entre o Estado e Municípios para conservação e manutenção predial de Delegacias de Polícia, Delegacias Regionais de Polícia Civil e Comando da Polícia Militar.

2. Os recursos oriundos da arrecadação de multas podem ser utilizados para o desempenho das funções estabelecidas nos arts. 106, II e III, e 107, I, d, da Constituição Estadual, quando as atividades estejam relacionadas às ações previstas no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, cuja responsabilidade pela aprovação da correta aplicação dos recursos é da autoridade competente de cada órgão.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/07521320 Parecer nº: COG-594/03  
Decisão nº: 4074/03 Sessão: 01.12.2003

.....

**1484. 1.** O servidor público municipal contribuinte do Regime Próprio de Previdência não pode ser exonerado do serviço público pelo fato de ser aposentado por tempo de contribuição pelo Regime Geral de Previdência Social, eis que não abrangido pela vedação disposta no art. 37, § 10, da Constituição Federal.

2. As contribuições previdenciárias de servidor aposentado que reingressa no serviço público através de concurso público serão recolhidas ao Fundo Previdenciário Próprio se instituído; caso contrário, deve ser ao Regime Geral de Previdência Social.

Origem: Prefeitura Municipal de Forquilha  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/07350096  
Parecer nº: COG-574/03  
Decisão nº: 4075/03 Sessão: 01.12.2003

**1485. 1.** Em casos de impedimento ou suspeição dos profissionais advogados vinculados ao quadro de pessoal do órgão ou entidade para atuar em ações judiciais, e na impossibilidade de atuação da Procuradoria Geral do Estado em defesa das sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, como previsto na Lei Complementar nº226, de 14 de janeiro de 2002, devidamente formalizado e justificado, inviabilizando a atuação da assessoria própria, em caráter excepcional e demonstrada a urgência, é admissível a contratação de advogados para causas específicas, mediante justificativa circunstanciada consignando as razões para a contratação de serviços jurídicos externos de profissional ou escritório de advocacia, podendo ser exigida especialização na matéria como condição de habilitação e contratação, observadas as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que poderá ser viabilizada conforme as seguintes hipóteses:

- por dispensa de licitação, nos casos admitidos nos incisos II e IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93;
- mediante processo licitatório, nas modalidades previstas em lei, com seleção da melhor proposta;
- por meio de credenciamento de profissionais ou escritório de advocacia, aberto ao universo dos interessados, que atendam aos requisitos de habilitação definidos no edital do credenciamento, com definição, pela contratante, da retribuição pecuniária pelos serviços, hipótese em que fica caracterizada a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição (art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93).

2. Nos termos dos arts. 25, II, combinado com o art. 13, V, e 26 da Lei Federal nº 8.666/93, é admissível a contratação de serviços profissionais de notória es-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

pecialização, mediante processo de inexigibilidade de licitação, para a defesa de interesses da empresa em ações judiciais que, por sua natureza ou complexidade (objeto singular), não possam ser realizadas pela assessoria jurídica da entidade.

3. Considerando que os serviços jurídicos, incluída a defesa judicial ou extrajudicial dos interesses da entidade, possuem natureza de atividade administrativa permanente e contínua, em princípio devem ser executados por servidores efetivos no quadro de pessoal. Caso persista a inviabilidade da defesa da empresa em ações trabalhistas pelo seu corpo de advogados, recomenda-se que a atividade seja executada pela Procuradoria Geral do Estado, porquanto a entidade estatal não poderá manter a contratação de serviços jurídicos externos de modo permanente.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/07001407  
Parecer nº: COG-543/03 e GCWRW-2003/711  
Decisão nº: 4110/03  
Sessão: 03.12.2003

.....

**1486.** 1. A lei municipal que autoriza a doação de bem ao Estado poderá prever a utilização do mesmo exclusivamente no Município.

2. Nos termos do art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contribuição de municípios para o custeio de despesa de competência de outros entes depende de previsão na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, assim como de convênio.

3. O convênio é o instrumento adequado para os entes que, mediante trabalho conjunto, cooperação, transferência de recursos, materiais, equipamentos,

instalações, etc., uns para os outros, possam atingir um objetivo comum. O convênio, de forma equilibrada, estabelecerá as atribuições e responsabilidades de cada ente, não podendo servir o instrumento para eximir responsabilidades ou competências previstas na Constituição Estadual.

Origem: Câmara Municipal de Pinhalzinho  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: 03/06336057  
Parecer nº: COG-536/03  
Decisão nº: 4114/03  
Sessão: 03.12.2003

.....

**1487.** 1. As despesas para aquisição de ambulâncias e sua manutenção, com recursos de arrecadação de multas por infração da legislação de trânsito, para utilização pelo Corpo de Bombeiros Militar para resgate de vítimas de acidentes de trânsito em vias municipais, podem ser consideradas compatíveis com os objetivos do art. 320 do Código Brasileiro de Trânsito.

2. Não há viabilidade para definição prévia sobre todas as específicas despesas com materiais, bens e serviços que podem ser adquiridos ou contratados com recursos da arrecadação de multas por infração de trânsito, sendo imperiosa a comprovação de que foram ou estão sendo utilizados nas ações e atividades de fiscalização (incluindo policiamento), educação de trânsito, sinalização e engenharia de tráfego, cabendo a todas as partes observar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade, da legalidade e da economicidade na realização das despesas.

3. Em razão da especificidade, economia de escala e das questões de segurança a eles inerentes, os materiais e equipamentos de uso exclusivo dos policiais militares, como fardas, armamento, munição e

colete à prova de bala, devem ser adquiridos diretamente pelo órgão estadual, não podendo ser adquiridos pelos municípios.

Origem: Prefeitura Municipal de Gaspar  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/06360276  
Parecer nº: COG-562/03  
Decisão nº: 4117/03  
Sessão: 03.12.2003

.....

**1488.** De acordo com o inciso IV do art. 38 da Constituição Federal, as promoções por merecimento não podem compor os vencimentos do servidor que esteve afastado do cargo efetivo em decorrência do exercício de mandato eletivo.

Origem: Instituto de Previdência do Município de Lages  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: 03/07350177  
Parecer nº: COG-582/03  
Decisão nº: 4129/03  
Sessão: 08.12.2003

.....

**1489. 1.** A averbação de tempo de serviço em atividade rural pela administração pública, para efeito de aposentadoria, só pode se dar considerando o tempo de contribuição a ele relacionado. A reciprocidade do cômputo de tempo de serviço público e privado, de natureza urbana ou rural, se restringe ao tempo de contribuição, conforme prescreve o art. 201, § 9º, da Constituição Federal.

2. No que se refere ao cômputo como tempo de serviço, para fins de aposentadoria, do período em que o ato aposentatório é expedido e enquanto estiver sen-

do analisado pelo Tribunal de Contas, para fins de registro, esta Corte tem adotado dois entendimentos diferenciados, conforme o lapso temporal tenha ocorrido antes, ou depois de entrar em vigor a Emenda Constitucional nº 20/98, assim sendo, até 16 de dezembro de 1998, tal período valerá como tempo de serviço, independentemente de contribuição, a partir desta data; no entanto, haverá a obrigatoriedade de contribuição desde que o servidor inativo, à espera de registro, estivesse contribuindo para o regime na atividade.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/06710943  
Parecer nº: COG-516/03  
Decisão nº: 4131/03  
Sessão: 08.12.2003

.....

**1490. 1.** Em face de decisão judicial que não se manifesta, no mérito, quanto à legalidade de ato administrativo, determinando apenas a anulação de ato sancionador em razão de vício formal quanto ao devido processo legal, cabe à autoridade administrativa instaurar o adequado processo administrativo, com vistas à anulação do ato aposentatório lesivo ao erário (Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal), garantindo-se ao servidor a ampla defesa e o contraditório.

2. A autoridade administrativa que tenha conhecimento da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico e que não adote os atos de gestão necessários à regularização estará sujeita às sanções definidas no art. 67 e seguintes da Lei Orgânica desta Corte de Contas (Lei Complementar nº 202/2000), regulamentada pelo art. 107 e seguintes do Regimento Interno (Resolução nº TC-06/2001), além de outras previstas em lei.

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/06934620  
Parecer nº: COG-616/03  
Decisão nº: 4132/03  
Sessão: 08.12.2003

.....

**1491.** 1. A instauração do processo licitatório, condução dos procedimentos, julgamento, homologação e adjudicação do objeto podem ser realizados por órgão ou entidade da Administração Pública, assumindo todas as responsabilidades decorrentes da licitação, e a contratação, execução do contrato e os pagamentos podem ser realizados por outro órgão ou entidade da mesma esfera de governo, porque submetidos ao mesmo orçamento geral, desde que expressamente previsto no edital da licitação, inclusive com a indicação dos recursos orçamentários pelos quais correrão as despesas, que se responsabilizará pelo contrato administrativo. Não há autorização em lei para realização de parte dos procedimentos licitatórios por um ente público e parte por outro.

2. A realização, pelo Município, de obra de responsabilidade do Estado pode ser viabilizada mediante convênio de delegação de recursos e encargos firmado pelas partes, com transferência dos recursos financeiros pelo Estado, situação em que o Município assume todas as responsabilidades pela execução da obra (licitação, contratação e pagamentos).

Origem: Secretaria de Estado da Educação e Inovação  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: 03/07862151  
Parecer nº: COG-623/03  
Decisão nº: 4134/03  
Sessão: 08.12.2003

**1492.** O Chefe do Poder Executivo Municipal, ao remeter Projeto de Lei ao Poder Legislativo, que visa reduzir alíquota de ISS, deve comprovar documentalmente:

- a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além do atendimento à lei de diretrizes orçamentárias (art. 14, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000)
- que a renúncia fiscal foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias (art. 14, I, da Lei Complementar nº 101/2000), e que foram observados os requisitos contidos nos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14 da Lei Complementar nº 101/2000; e/ou
- as medidas de compensação adotadas no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 14, II, da Lei Complementar nº 101/2000).

Origem: Câmara Municipal de Itapema  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/07000435  
Parecer nº: COG-576/2003  
Decisão nº: 4154/03  
Sessão: 10.12.2003

.....

**1493.** Os acordos celebrados entre a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e as associações comerciais e industriais municipais ou regionais, visan-

do à desconcentração das atividades de competência da JUCESC, conforme definido em regulamento, podem ser formalizados por meios de convênios, consoante art. 7º da Lei nº 8.934/94, observados, no que couber, aos requisitos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 307, de 04 de junho de 2003, podendo os conveniados pactuarem o prazo de validade de 60 (sessenta) meses.

Origem: Junta Comercial do Estado de SC  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/07177106  
Parecer nº: COG-547/03  
Decisão nº: 4155/03  
Sessão: 10.12.2003

**1494.** 1. Quando a relação jurídica entre os servidores públicos ocupantes de cargos públicos, inclusive os cargos em comissão, e o Poder Público for de natureza estatutária, não são aplicáveis as regras da CLT e do FGTS, não sendo cabível anotação na CTPS.

2. A complementação de benefício previdenciário por parte da Câmara Municipal é condicionada ao atendimento dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF), e desde que haja previsão em lei municipal (Decisão nº 2986/2001 do Plenário do Tribunal de Contas, Processo nº CON-01/01465637, Parecer nº COG-654/2001).

Se o Município não possuir condições de atender à Lei Federal nº 9.717, de 1998, para instituir regime próprio de previdência conforme previsto no art. 40 da Constituição Federal, é admissível que crie sistema de previdência privada complementar estipulada pela Lei Complementar Federal nº 108, de 2001 (Decisão nº1791/2003 do Plenário do Tribunal de Contas, Processo nº CON-02/06805705, Parecer nº COG-158/2003).

3. A vinculação dos servidores comissionados ao Regime Geral da Previdência Social, com recolhimento de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, conforme determinado pelo § 13 do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, não implica na obrigação do ente público contratante promover recolhimento de contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS.

Nos termos da Lei Federal nº 8.036/90, os entes públicos estão sujeitos ao recolhimento de contribuição ao FGTS exclusivamente sobre a remuneração paga aos servidores admitidos sob o regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decisão nº 1913/2000 do Plenário do Tribunal de Contas, Processo nº CON-01/01873832, Parecer nº COG-456/2000).

4. Lei municipal deverá dispor sobre as hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a excepcional interesse público, inclusive quanto ao regime jurídico que regerá as relações desses servidores com a Administração.

Caso o regime adotado pela Lei Municipal seja o da CLT, todas as normas do referido estatuto jurídico se aplicam à contratação, incluindo a anotação na CTPS e o recolhimento de contribuição ao FGTS.

Origem: Câmara Municipal de Porto União  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/07521591  
Parecer nº: COG-589/03 e GCMB/2003/0781  
Decisão nº: 4192/03  
Sessão: 15.12.2003

**1495.** 1. Os Vereadores que ao serem investidos em mandato eletivo já eram aposentados, quer seja pelo regime geral, quer seja por regime pró-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

prio de providência, ao serem afastados para tratamento de saúde podem perceber os subsídios pagos pela Câmara dos Vereadores, até o 15º (décimo quinto) dia, nos termos do art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213/91.

A licença remunerada para tratamento de saúde caracteriza-se como ato de liberalidade, devendo ser prevista na Lei Orgânica Municipal, por iniciativa da Câmara Municipal, a possibilidade de concessão da referida licença a Vereador que receba proventos de aposentadoria, independente do vínculo anterior; ou seja, mesmo em relação ao vereador aposentado pelo regime próprio, não se constituindo essa licença de benefício de natureza previdenciária, ainda que seja decorrente da permissão contida no art. 63, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.

2. O mesmo entendimento do item anterior se aplica para o Vereador que mantém outra relação de emprego (ativa) sujeita ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

3. A partir do 16º (décimo sexto) dia os Vereadores que estiverem aposentados tanto pelo Regime Geral, quanto pelo Regime Próprio, não poderão receber o auxílio-doença, por disposição expressa do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91 combinado com o art. 5º da Lei nº 9.717/98, fazendo jus apenas aos proventos da inatividade decorrentes do vínculo laboral anterior. Tal entendimento também se aplica para o Vereador que mantém outro vínculo de emprego submetido ao RGPS, através do qual perceberá auxílio-doença.

Origem: Câmara Municipal de Içara  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: 03/06631806  
Parecer nº: COG-556/03 e GCMB/2003/0782  
Decisão nº: 4193/03  
Sessão: 15.12.2003

**1496.** Os recursos oriundos de multas por infração às normas de trânsito podem ser utilizados no pagamento de curso de pós-graduação em matéria de trânsito para servidor público municipal que exerça funções no departamento de trânsito.

Origem: Prefeitura Municipal de Mafra  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/07349918  
Parecer nº: COG-565/03  
Decisão nº: 4201/03  
Sessão: 15.12.2003

.....

**1497.** A despesa realizada pela Câmara Municipal para contratação de transporte com o fim de deslocar munícipes para acompanhar sessão legislativa, assim como a despesa realizada com lanches ou refeições dessas pessoas, extrapolam a competência do Poder Legislativo, podendo significar afronta ao princípio da moralidade administrativa.

Origem: Câmara Municipal de Içara  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/06751461  
Parecer nº: COG-549/03  
Decisão nº: 4327/03  
Sessão: 22.12.2003

.....

**1498. 1.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de cada esfera de governo poderá orientar formulação da Lei Orçamentária Anual - LOA no sentido de discriminar a despesa, no mínimo, em categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, conforme art. 6º da Portaria Interministerial nº 163/2001.



2. O detalhamento da despesa somente até a modalidade de aplicação é uma faculdade relacionada à Lei Orçamentária, devendo as despesas serem contabilizadas no decorrer do exercício financeiro até o Elemento de Despesa, conforme arts. 3º e 5º da Portaria Interministerial nº 163/2001.

3. É recomendável ao Município que optou por classificar a despesa até a Modalidade de Aplicação discriminar por Decreto os Elementos de Despesa logo após a publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Origem: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: 03/07424804  
Parecer nº: COG-578/03  
Decisão nº: 4328/03  
Sessão: 22.12.2003

.....

**1499.** A implementação da revisão geral anual, de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, deve ocorrer a partir da data em que se completar o período de abrangência, aplicando-se o percentual total apurado pelo índice adotado para a revisão.

Não é recomendável o parcelamento da revisão geral anual, pois pode implicar na responsabilidade da Administração Pública de pagar o valor das diferenças entre o montante total devido a partir do primeiro vencimento seguinte ao término do período de abrangência, acrescido de correção monetária e juros legais, gerando passivo, inclusive em razão de precatórios judiciais.

Origem: Câmara Municipal de Palhoça  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: 03/07436721  
Parecer nº: COG-586/03  
Decisão nº: 4345/03 Sessão: 22.12.2003

**1500.** O art. 40, *caput*, da Constituição Federal, assim como a Lei nº 9.717/98 e a Portaria MPAS nº 4.992/99, exigem que o regime próprio de previdência dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios observe critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, devendo tal tarefa ser atribuída à empresa ou profissional devidamente inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

A responsabilidade pelos estudos atuariais poderá ser atribuída ao contador do Instituto de Previdência, desde que este esteja devidamente inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Caso não seja possível atribuir a responsabilidade ao contador, poderá o Instituto criar cargo de provimento efetivo a ser preenchido através de concurso público ou, em última hipótese, contratar empresa ou profissional devidamente inscrita no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, desde que observada a Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: 03/07760405  
Parecer nº: COG-612/03  
Decisão nº: 4351/03 Sessão: 22.12.2003

.....

**1501. 1.** Compete privativamente à Câmara de Vereadores dispor sobre seu quadro de pessoal e criação, transformação e extinção dos cargos e funções por instrumento normativo previsto na Lei Orgânica ou no seu Regimento Interno. No entanto, a remuneração dos cargos e funções deve ser fixada e alterada por lei (com sanção do Prefeito) de iniciativa do Poder Legislativo, sempre com observância dos limites de despesas da Câmara e gastos com pessoal previstos nos arts. 29 e 29-A da Constituição da

## Decisões em Consultas – Prejulgados

República e 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias, existência de recursos na lei do orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento aos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os cargos da Câmara de Vereadores, cujas atividades sejam típicas, permanentes e contínuas, tais como de contador, advogado, analista (nível superior) e técnico legislativo (nível médio), devem ser ocupados por servidores efetivos e providos mediante concurso público.

Cargos comissionados são destinados exclusivamente ao desempenho de funções de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal) serão criados e extintos na quantidade necessária ao cumprimento das funções institucionais do Órgão, limitados ao mínimo possível, evitando-se a criação desmensurada e sem critérios técnicos, obedecendo-se também aos limites de gastos com pessoal previstos pela Lei Complementar nº 101/00.

Excepcionalmente é admissível a contratação de profissional habilitado em caráter temporário, em razão da inexistência de cargo efetivo, desde que autorizado por lei municipal, determinando o prazo máximo da contratação, até a criação e o provimento do cargo, em atendimento ao disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal.

2. De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, as decisões do Tribunal de Contas, em sede de consulta têm caráter normativo, podendo seu descumprimento ensejar aplicação de multa, nos termos do art. 109, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Caso o Tribunal de Contas do Estado já tenha notificado o Presidente da Câmara Municipal de decisão que determine a observância do art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, o

descumprimento por parte do administrador pode ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 109, III e § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina poderá comunicar os fatos ao Ministério Público para que este adote os procedimentos constantes da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa).

Origem: Câmara Municipal de Içara  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: 03/07349837  
Parecer nº: COG-583/03  
Decisão nº: 4355/03  
Sessão: 22.12.2003

.....

**1502.** É vedada a alteração do subsídio dos Vereadores no curso da legislatura, por aplicação dos preceitos dos arts. 29, inciso VI, da Constituição Federal e 111, inciso V, da Constituição Estadual, devendo ser obrigatoriamente fixada, pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente (princípio da anterioridade), observados aos critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica Municipal e os limites dos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A alteração da remuneração dos Vereadores no curso da legislatura implica na devolução de eventuais valores percebidos de forma indevida, com as correções correspondentes.

Origem: Câmara Municipal de Correia Pinto  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: 03/00824041  
Parecer nº: COG-633/03  
Decisão nº: 4359/03  
Sessão: 22.12.2003

Decisão Análoga:

Processo nº: 01/00946100

Parecer nº: COG-041/02

Decisão nº: 476/02

Sessão: 27.03.2002

.....

**1503.** A alienação de imóveis pertencentes à entidade pública criada para administrar o regime próprio de previdência dos servidores depende de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência (arts. 2º, 17 e 23, § 3º, da Lei nº 8.666/93), dispensada a licitação nos casos específicos do art. 17, I, da Lei nº 8.666/93, hipótese em que a receita pode ser aplicada em despesas correntes ou de capital para garantia dos benefícios do sistema próprio de previdência, nos termos da parte final do art. 44 da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: 03/07773485

Parecer nº: COG-625/03

Decisão nº: 4360/03

Sessão: 22.12.2003

.....

**1504.** É cabível o cômputo do tempo de serviço proporcional-fictício, instituído pelo art. 34 da Lei Federal nº 1.139/92, desde que esta proporcionalidade seja incidente sobre o tempo de serviço de magistério, exclusivamente prestado no exercício de atividade em sala de aula, anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, qual seja, prestado até a data de 15.12.1998.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e Inovação

Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco

Processo nº: 03/04726109

Parecer nº: COG-459/03

Decisão nº: 6/2004

Sessão: 04/02/2004

.....

**1505.** Não há vedação constitucional que lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, estabeleça a incorporação ao vencimento do cargo efetivo de vantagem pecuniária percebida pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança. É salutar, contudo, que a lei estabeleça um período de carência não inferior a 10 (dez) anos. De qualquer forma, em razão dos princípios da eficiência e da economicidade, tal medida tem se mostrado contrária à moderna política de administração de pessoal.

A Constituição Federal não proíbe a concessão de licença-prêmio ou promoções por merecimento e/ou tempo de serviço.

Origem: Prefeitura Municipal de Timbó Grande

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: 03/06961601

Parecer nº: COG-617/03

Decisão nº: 8/2004

Sessão: 04/02/2004

.....

**1506.** Decisão não publicada (Processo nº 03/07441210)

.....

**1507.** É viável ao Município a concessão de auxílio a produtor rural, sob a forma de auxílio em espécie (insumos, materiais ou serviços) ou financeiro, em valores e condições estabelecidos em legislação es-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

pecífica, desde que em cumprimento a programa governamental, com autorização em lei específica, previsão na Lei Orçamentária Anual - LOA, cujas condições devam estar consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inclusão no Plano Plurianual - PPA, em caso de duração continuada, e em atendimento às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, especialmente os arts. 15 a 17 e 26.

O empenhamento das despesas, de forma individual, por produtor rural, poderá efetivar-se sob a classificação 3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001.

Origem: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-03/07521249  
Parecer nº: COG-615/03 com acréscimos do voto do Relator  
Decisão nº: 91 Sessão: 11/02/2004

.....

**1508.** A decisão do Tribunal de Contas do Estado, exarada em processos de consulta, por força dos arts. 154 e 155 do Regimento Interno, possui caráter normativo, a ela se obrigando os entes e órgãos sujeitos ao controle externo.

Origem: Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: CON-03/08099591  
Parecer nº: COG-646/03  
Decisão nº: 159 Sessão: 01/03/2004

.....

**1509.** O poder público estadual não está autorizado, por norma legal, a conceder diárias a pessoas

estranhas ao quadro de pessoal, razão pela qual não poderá concedê-las a pessoas contratadas para prestação de serviços técnico-profissionais (art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93)

Tais profissionais estão vinculados a empresa privada contratada, que responderá pelos correspondentes encargos trabalhistas

O ente público só responderá pelos valores pactuados no contrato administrativo firmado, na forma da Lei de Licitações e Contratos, e dentro dos limites, quando for o caso, da proposta vencedora do certame licitatório.

Origem: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: CON-03/07754936  
Parecer nº: COG-624/03  
Decisão nº: 166  
Sessão: 01/03/2004

.....

**1510.** 1. A Constituição Federal não prevê a extensão do décimo terceiro subsídio aos agentes políticos ocupantes de cargos eletivos (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), automaticamente assegurado aos trabalhadores urbanos e servidores públicos. De outro lado, não há vedação constitucional impedindo que a legislação municipal institua décimo terceiro subsídio aos agentes políticos. No entanto, essa concessão, obrigatoriamente, deve atender ao princípio da anterioridade, ou seja, depende de previsão na lei que institui os subsídios de uma legislatura para a subsequente ou para o período do mandato, nos termos dos arts. 29, VI, da Constituição Federal e 111, V, da Constituição do Estado.

2. Em razão do exercício contínuo das atividades do Prefeito municipal, com dedicação exclusiva (ve-

dado o exercício de outra atividade laboral pública - CF, art. 38), equiparando-se a qualquer trabalhador urbano, a concessão de décimo terceiro subsídio, por lei local, é defensável do ponto de vista ético e moral.

3. Ao Vice-Prefeito que não executa função administrativa permanente junto à administração municipal - como ocupante de cargo de Secretário, por ex. - e não seja servidor público, a previsão de décimo terceiro subsídio na lei que institui os subsídios atende ao princípio da legalidade.

4. Sob o aspecto da estrita legalidade, nada obsta que a lei que institui os subsídios de uma legislatura para a subsequente contenha previsão de concessão de décimo terceiro subsídio aos Vereadores, respeitado o princípio da anterioridade (arts. 29, VI, CF e 111, V, CE).

5. Em razão da atividade contínua e dedicação exclusiva (vedado o exercício de outra atividade laboral pública - CF, art. 38), equiparando-se a qualquer trabalhador urbano, é admissível a concessão de adicional de férias para o Prefeito, desde que previsto na legislação municipal que institui os subsídios para o período do mandato (princípio da anterioridade - arts. 29, VI, CF e 111, V, CE).

6. É admissível a concessão de adicional de férias para o Vice-Prefeito quando este exerça função administrativa permanente junto à administração municipal e desde que previsto na legislação que institui os subsídios para o período do mandato (princípio da anterioridade - arts. 29, VI, CF e 111, V, CE).

7. Não é admissível a concessão de adicional de férias aos Vereadores, pois não exercem atividades administrativas contínuas, sendo-lhes permitida a acumulação com cargos, empregos e funções, gozarem de dois períodos de recessos anuais com remuneração normal, e permitida a percepção de remuneração adicional pela convocação de sessões extraordinárias no período de recesso, não se justificando do ponto de vista ético e moral a percepção de adicional de férias.

8. Aos Secretários Municipais é admitido o pagamento de décimo terceiro subsídio e adicional de férias, pois se lhes aplica o disposto no art. 39, § 3º, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: CON-03/00726970

Parecer nº: COG-030/04

Decisão nº: 225

Sessão: 03/03/2004

Decisão Análoga:

Processo nº: CON-03/02721819

Parecer nº: COG-033/04

Decisão nº: 787

Sessão: 28/04/2004

.....

1511. Não há impedimento legal para que o órgão público averbe tempo de serviço privado, devidamente comprovado mediante certidão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contudo, a determinação de efeitos futuros advindos de averbação, no que se refere ao ato de aposentadoria expedido, irá depender da análise de cada caso.

Origem: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-03/08099168

Parecer nº: COG-001/04

Decisão nº: 252

Sessão: 08/03/2004

.....

1512. Havendo autorização legislativa local para que o Chefe do Poder Executivo promova renegociação de dívidas do Município com entidade estatal concessionária de serviços públicos, é possível o pagamento

## Decisões em Consultas – Prejulgados

parcelado, incluindo os encargos financeiros correspondentes ao atraso e ao parcelamento, desde que em bases vantajosas ao erário.

Origem: Câmara Municipal de Urubici  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: CON-03/07879712  
Parecer nº: COG-647/03  
Decisão nº: 325  
Sessão: 15/03/2004

.....

**1513.** 1. Em razão do que dispõe o art. 54 da Orientação Normativa SPS nº 02/2003, a taxa de administração do regime próprio de previdência, não superior a 2%, não deve considerar a remuneração dos aposentados e pensionistas, incidindo somente sobre o total da remuneração dos servidores ativos do exercício anterior, vinculados ao regime próprio de previdência social.

2. A cessão de servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, para outro órgão da Administração Pública somente é possível quando as atribuições de ambos os cargos se equivalem, sob pena de caracterizar desvio de função.

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: CON-03/08099320  
Parecer nº: COG-005/04  
Decisão nº: 326  
Sessão: 15/03/2004

.....

**1514.** Caso a legislação municipal determine a perda da condição de dependente com o advento da maioria civil, sem referir-se a uma idade específica,

simplesmente, fazendo remissão à disposição contida no Código Civil Brasileiro, modificando-se este haverá a aplicação imediata do novo texto.

Assim sendo, o menor que completar 18 (dezoito) anos perderá a condição de dependente, sem que se possa afastar a aplicação da lei nova, já que não se pode contrapor nem o direito adquirido, nem o ato jurídico perfeito, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Carta Federal ou do art. 6º da Lei nº 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro); trata-se em verdade de mera expectativa de direito, originada no regime jurídico público, que pode ser alterado a qualquer tempo.

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: CON-03/08015240  
Parecer nº: COG-649/03  
Decisão nº: 329  
Sessão: 15/03/2004

.....

**1515.** É viável o empenho estimativo de despesas com diárias, dele se extraindo subempenhos correspondentes aos valores das ordens bancárias para depósito em conta corrente dos servidores.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-03/07860884  
Parecer nº: COG-051/04  
Decisão nº: 371 Sessão: 22/03/2004

.....

**1516.** 1. Visando atender à aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEF, conforme a Lei nº 9.424/96, e se ao final do terceiro trimestre verificar-se ten-



dência de saldo financeiro ao final do exercício em curso, é admissível a concessão de abono aos profissionais do ensino fundamental em efetivo exercício, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico.

2. Qualquer vantagem atribuída a detentores de cargos ou empregos públicos, tais como, gratificação, abono, aumento, reajuste, reestruturação de cargos e salários, etc., somente pode ser implementada após atendidos aos seguintes requisitos:

- a) autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 169, § 1º, da Constituição Federal);
- b) existência de dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual para o pagamento no exercício (art. 169, § 1º, da Constituição Federal);
- c) autorização em lei específica, observada a iniciativa em cada caso, que estabeleça condições e critérios para a concessão;
- d) observância das condições e limites de despesas com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial os arts. 15 a 17, 19, 21 e 23.

Origem: Prefeitura Municipal de Tubarão  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-03/07861180  
Parecer nº: COG-056/04  
Decisão nº: 397  
Sessão: 24/03/2004

**1517.** Nada obsta que a sociedade de economia mista ou empresa pública promova a implementação de programa de alfabetização de seus servidores, mesmo quando suportar integralmente os seus custos, desde que seja programa aprovado pela autoridade ou órgão competente da entidade ou do ente a que esti-

ver vinculada, se assim exigir as normas aplicáveis à entidade, pois além de colaborar com o esforço nacional de erradicação do analfabetismo, estará proporcionando a capacitação dos seus recursos humanos.

A execução do programa deverá obedecer às normas legais e regulamentares relativas ao ensino, inclusive por entidade contratada para essa finalidade, neste caso, observando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-04/00049376  
Parecer nº: COG-028/04  
Decisão nº: 398 Sessão: 24/03/2004

**1518.** Pode o erário arcar com o pagamento de curso de aperfeiçoamento em matéria de trânsito em benefício de servidor lotado no departamento desta área de atuação e exercendo as funções de sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, sendo de responsabilidade do Município, se for servidor municipal, e do Estado, se estadual.

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-04/00023571  
Parecer nº: COG-013/04 com acréscimos do Relator  
Decisão nº: 429 Sessão: 29/03/2004

**1519.** A prestação de contas dos recursos transferidos por órgão ou entidade públicos a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por meio de Ter-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

mo de Parceria, sem prejuízo da prestação de contas anual da entidade, nos termos da Lei nº 9.790/99, do Decreto Federal nº 3.100/99 e da Resolução nº TC-16/94, deve estar composta pela seguinte documentação:

- a) relatório detalhado sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- b) demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, de forma detalhada;
- c) extrato da execução físico-financeira, publicado no Diário Oficial da área de abrangência do projeto, conforme estabelecido no art. 12, inciso IV, do Decreto nº 3.100/99, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, gastos e receitas efetivamente realizados, e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria a seus diretores, empregados e consultores;
- d) parecer e relatório de auditoria, quando o repasse superar o montante de R\$ 600.000,00 para o Termo de Parceria;
- e) documento comprobatório do recolhimento de encargos sociais sobre a remuneração de diretores, empregados e consultores e de outros tributos incidentes;
- f) cópia dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, bilhetes de passagem, etc.), mencionando como destinatário, quando for o caso, a entidade privada recebedora dos recursos, devendo ficar em poder da organização privada parceira os documentos originais das despesas, pelo período mínimo de cinco anos;
- g) extratos bancários da conta especial, com a movimentação completa do período;

- h) guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso, acompanhado da nota de estorno da despesa ou do comprovante de ingresso na Receita Orçamentária da unidade repassadora;
- i) parecer do responsável pelo serviço de controle interno sobre a regularidade da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público recebedora dos recursos.

Origem: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-04/00083809

Parecer nº: COG-042/04

Decisão nº: 430

Sessão: 29/03/2004

. . . . .

1520. Por exigência dos arts. 167, VIII, da Constituição Federal e 26 da Lei Complementar nº 101/00, a destinação de recursos a entidades privadas dependerá de:

- a) específica autorização legislativa;
- b) atendimento às condições estabelecidas pela lei de diretrizes orçamentárias;
- c) previsão orçamentária ou através de créditos adicionais; e
- d) destinação para cobrir déficit da pessoa jurídica, além disso, também, deve estar caracterizado o interesse público envolvido na operação.

Origem: Fundação Turística de Joinville - PROMOTUR

Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini

Processo nº: CON-04/00016524

Parecer nº: COG-031/04

Decisão nº: 495

Sessão: 31/03/2004

**1521.** Não encontra amparo legal a contratação de entidade integrada por servidores estaduais para que estes, em seus horários de expediente, de forma onerosa ou gratuita, prestem serviços de capacitação de outros servidores públicos, em especial quando o Poder Público investiu na capacitação dos instrutores. A contratação de serviços de terceiros, qualquer que seja a espécie, submete-se às regras da Lei Federal nº 8.666/93. Nos termos do art. 85, inciso IV, da Lei nº 6.745/85 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado - pode ser concedida gratificação a servidores que ministram aulas em cursos de treinamento.

Origem: Secretaria de Estado da Administração - SEA  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-04/00049457  
Parecer nº: COG-025/04  
Decisão nº: 534  
Sessão: 05/04/2004

.....

**1522.** Os recursos orçamentários repassados pelo Estado às entidades civis privadas, sem fins lucrativos, denominadas de “Corpo de Bombeiros Voluntários”, por meio de convênio ou instrumento similar, devem ser classificados como “Transferências Correntes”, sob a rubrica “Transferências a Instituições Privadas” - “Contribuições Correntes”, aplicando-se a regra do art. 17 da Lei Federal nº 4.320/64, por força da Lei Complementar nº 253/03.

Em razão das entidades civis privadas, sem fins lucrativos, denominadas de “Corpo de Bombeiros Voluntários”, necessitem de pessoal permanente para o desempenho de suas atividades de defesa civil, em situações de calamidade pública ou de emergência, especialmente nas atividades administrativas, podem utilizar os recursos recebidos do Estado ou do Município para o pagamento de salários e

encargos sociais ao pessoal contratado, não configurando, nesta hipótese, contratação indireta com burla à regra do concurso público, visto que não invade a esfera de competência exclusiva do Corpo de Bombeiros Militar.

As entidades civis privadas, sem fins lucrativos, denominadas “Corpo de Bombeiros Voluntários”, poderão aplicar os recursos recebidos do Estado ou do Município para adquirir bens permanentes, cuja utilização esteja relacionada à execução de serviços sob a sua competência, porém, não poderá a entidade caracterizar os referidos bens com símbolos, emblemas, insígnias ou distintivos que ofereçam semelhança com os usados pelo Corpo de Bombeiros Militar, nem invadir a competência exclusiva de atribuição desta corporação militar, como o exercício do poder de polícia.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: CON-03/06361329  
Parecer nº: COG-642/03  
Decisão nº: 558  
Sessão: 07/04/2004

.....

**1523.** Integram o cálculo de apuração do percentual de aplicação em saúde (art. 77, ADCT da Constituição Federal) as despesas decorrentes da realização de projeto de saneamento básico que esteja associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde. As despesas promovidas com recursos de taxas, tarifas ou do Fundo de Erradicação da Pobreza não integram

## Decisões em Consultas – Prejulgados

os cálculos de gestão na saúde para fins de cumprimento ao art. 77 do ADCT da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Itá  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: CON-03/08099400  
Parecer nº: COG-004/04  
Decisão nº: 583  
Sessão: 07/04/2004

.....

**1524.** 1. Permanece em vigência a alínea “h” do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212/91, introduzida pela Lei Federal nº 9.506/97, art. 13, §1º, que tornou segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio, enquanto sua eficácia não for suspensa em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em controle difuso e após resolução do Senado Federal ou outra lei venha a revogar o dispositivo.

2. Os Vereadores não podem ser segurados de regime próprio de previdência, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, pois não são servidores titulares de cargos efetivos, não fazendo jus, portanto, aos benefícios por este concedidos aos seus segurados, inclusive o auxílio-doença.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: CON-04/00282240  
Parecer nº: COG-72/04  
Decisão nº: 636  
Sessão: 14/04/2004  
Decisão(ões) Análoga(s):

Processo nº: CON-04/00016443  
Parecer nº: COG-07/04  
Decisão nº: 635 Sessão: 14/04/2004

**1525.** Não constitui ilegalidade de despesa o pagamento de complementação de benefício previdenciário a fim de garantir a integralidade dos proventos dos servidores ocupantes de cargos efetivos do Município, que pode instituir sistema de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 108, de 30 de maio de 2001, visando ao custeio e à garantia de integralidade dos vencimentos dos servidores aposentados.

Origem: Prefeitura Municipal de Braço do Norte  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: CON-03/07784509  
Parecer nº: COG-627/03  
Decisão nº: 678  
Sessão: 19/04/2004

.....

**1526.** 1. A participação de cooperativas nas licitações promovidas pela Administração Pública não encontra impedimento na Lei Federal nº 8.666/93, estando esses entes obrigados a atender às exigências do ato convocatório.

Para que seja respeitado o princípio da isonomia entre as licitantes (art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93), a Administração fixará critérios no edital visando assegurar a igualdade entre as propostas, anulando os privilégios fiscais e quaisquer outros de que gozam as cooperativas.

2. Sempre que cooperativas apresentarem propostas em licitações, deve ser examinada a compatibilidade entre o objeto da licitação e o objeto social da cooperativa. Se incompatíveis, deve ocorrer a inabilitação da cooperativa.

A cooperativa deverá apresentar junto à proposta a relação dos associados que exercerão as atividades para atender ao objeto da licitação.

3. Os serviços a serem contratados não podem constituir atividade-fim da Administração nem as funções serem próprias de cargos do quadro de pessoal do contratante, sob pena de infração à norma do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

4. Para prevenir responsabilidade solidária da Administração na forma estabelecida pela Súmula nº 331-TST, item IV (art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93), no caso de a Justiça do Trabalho julgar fraudulenta cooperativa de trabalho, caracterizando-a como simples intermediadora de mão-de-obra, no ato da elaboração do edital deverá ser fixada claramente a forma como o trabalho será executado.

Se as atividades implicarem em subordinação, habitualidade e pessoalidade em sua execução, a participação de cooperativas não poderá ser admitida.

5. Recomenda-se que na realização das licitações que tenham por objeto a prestação de serviços discriminados no art. 138, §1º, da Lei Complementar nº 243, de 30/01/2003, com referência à participação de sociedades cooperativas, seja observado subsidiariamente o conteúdo do Termo de Conciliação Judicial ajustado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União em 05/06/2003.

6. Condicionar o pagamento da fatura mensal dos serviços à comprovação do pagamento dos associados da cooperativa que prestarem serviços relativos ao objeto do contrato no mês imediatamente anterior.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/00084104  
Parecer nº: GCMB/2004/0162  
Decisão nº: 687  
Sessão: 19/04/2004

1527. O prazo entre a divulgação do aviso da licitação e a entrega da documentação e proposta deve ser fixado no edital considerando os requisitos e prazos mínimos previstos no art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, as peculiaridades e complexidade do objeto licitado e a conveniência para a Administração, observado o interesse público, além das normas de organismos multilaterais quando se tratar de recursos de financiamentos externos.

Ao fixar as condições da contratação no ato convocatório da licitação, a Administração pode estabelecer que o instrumento contratual será assinado após celebrado contrato do empréstimo externo entre o Poder Público contratante e organismo internacional, ressalvando-se que após decorrido o prazo de 60 dias da apresentação da proposta, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, nos termos do § 3º do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-04/01337707  
Parecer nº: COG-088/04  
Decisão nº: 690  
Sessão: 19/04/2004

1528. Salvo no caso de extinção do contrato por decurso do prazo de vigência, a exoneração das obrigações pelas partes depende de rescisão, somente cabível nos casos e condições estabelecidos no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Na rescisão administrativa ou amigável de contrato administrativo, nos casos previstos no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, é obrigatória a autorização escrita e fundamentada da autoridade compe-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

tente (§ 1º do art. 79) nos autos do processo administrativo da contratação, além da oportunização do contraditório e ampla defesa ao contratado (parágrafo único do art. 78).

Em caso de suspensão da execução do contrato na hipótese do inciso XVI do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, por ato formal da autoridade competente, a retomada da execução do objeto pela Administração contratante depende do contrato ainda se encontrar vigente - pois contrato extinto não é passível de prorrogação - caso em que será devolvido ao contratado os prazos de execução do objeto (prazo do cronograma físico), como também, se necessário, a prorrogação do prazo de vigência do contrato.

Estando ainda em plena vigência, em decorrência do prazo original ou de aditivos, a retomada de contrato de execução de obra formalmente suspenso pela Administração, com fundamento do inciso XVI do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, requer aprovação da autoridade competente ante a demonstração do atendimento ao interesse público, notificação escrita do contratado e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se for o caso, tudo formalizado em termo aditivo.

Quando admitida e viável a retomada de contrato de execução de obra formalmente suspenso pela Administração, com fundamento do inciso XVI do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, o prazo faltante para conclusão do escopo (prazos do cronograma físico) deve ser objeto de prorrogação (devolução do prazo inicialmente avençado) pela Administração, que no caso de suspensão superior a 120 dias depende de anuência expressa do contratado, formalizado em termo aditivo.

Ressalva-se que a resposta à presente consulta não implica em autorização prévia ou posterior para a prorrogação de qualquer contrato.

Origem: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: CON-04/01056520  
Parecer nº: COG-071/04  
Decisão nº: 758  
Sessão: 26/04/2004

. . . . .

**1529.** Cabe ao Poder Público disciplinar as regras do concurso público para provimento de cargo efetivo, inclusive no aspecto relacionado aos exames médicos que serão exigidos dos candidatos, cabendo a estes arcar com os custos em caso de não haver previsão legal da respectiva despesa.

Origem: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01178803  
Parecer nº: COG-076/04  
Decisão nº: 785  
Sessão: 28/04/2004

. . . . .

**1530. 1.** Possuem direito à integralidade dos proventos, decorrentes de aposentadoria por invalidez:

- a) todos os servidores estaduais estatutários aposentados por invalidez permanente em decorrência de acidente em serviço ou acometidos de moléstia profissional;
- b) todos os servidores estaduais estatutários aposentados por invalidez permanente em decorrência de AIDS (Lei Estadual nº 7.590/89);
- c) todos os servidores estaduais estatutários aposentados por invalidez permanente após 16/12/98 (EC nº 20/98) em decorrência de doença grave, contagiosa ou incurável incapacitante, elencadas no art. 151 da Lei Federal nº 8.213/91.



2. Os demais servidores, aposentados por invalidez permanente, que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses acima, possuem o direito a proventos proporcionais.

3. Os atos administrativos concessivos de aposentadorias por invalidez permanente de servidores públicos estaduais com publicação após a da presente decisão terão registro neste Tribunal de Contas se estiverem de acordo com o entendimento contido nesta deliberação.

Origem: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/01320308  
Parecer nº: COG-085/04  
Decisão nº: 788  
Sessão: 28/04/2004

**1531.** 1. Cabe ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa de lei para a revisão geral anual de que trata o art. 37, X, in fine, da Constituição Federal, podendo nela ser incluídos os servidores do Programa de Saúde da Família - PSF, ainda que regidos por legislação própria, editada especificamente para o programa, prevendo a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

2. A designação de servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, para atuar no Programa de Saúde da Família - PSF somente é possível quando as atribuições do cargo efetivo forem equivalentes às atividades do Programa, sob pena de caracterizar desvio de função.

Origem: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Processo nº: CON-04/00932393

Parecer nº: COG-059/04

Decisão nº: 883

Sessão: 10/05/2004

**1532.** 1. É possível o Município repassar auxílios a sociedade desportiva e recreativa como forma de incentivo ao esporte local, pois, segundo o art. 217 da Constituição Federal, reprisado pelo art. 174 da Constituição Estadual, o Poder Público tem o dever na promoção de práticas esportivas, podendo, satisfeitas as necessidades e atendidas às metas dos programas de incentivo ao esporte, destinar recursos ao segmento como forma de promover o lazer e a cultura.

2. No caso do desporto profissional, para transferência de recursos públicos, devem ser observadas às normas da Lei Federal nº 9.615/98, alterada pelas Leis nºs. 9.981/00, 10.264/01 e 10.672/03.

3. Nos termos do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a destinação de recursos a pessoas físicas ou jurídicas deve ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento anual ou em seus créditos adicionais, dentro dos ditames da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente à forma contábil e orçamentária, bem como à necessidade de apresentação das respectivas prestações de contas e à observância das atividades dos entes beneficiados.

Origem: Câmara Municipal de Timbó  
Relator: Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall  
Processo nº: CON-04/01578810  
Parecer nº: COG-110/04  
Decisão nº: 884  
Sessão: 10/05/2004

**1533.** Na fixação de responsabilidade de quem seja ordenador de despesa nas diversas entidades do Poder Público Estadual e Municipal, deverá esta Corte, diante do ato de delegação de competência, proceder ao exame minucioso do referido ato, conforme disposições da Lei Complementar nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Do mencionado exame deverá constar a apreciação preliminar da competência para delegar, a qual se restringe, no âmbito da administração indireta estadual, pelas leis que autorizaram sua constituição e pelos respectivos estatutos ou contratos sociais, como por exemplo, nos termos do inciso III do § 3º do art. 58 da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, que estabeleceu a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

Em função dos requisitos de admissibilidade, a delegação administrativa deverá obedecer à forma escrita com a indicação dos agentes delegando e delegado e a discriminação da matéria.

Também em face dos pressupostos de admissibilidade, a autoridade deve ser legítima e deter a competência a ser transferida, o que implica que sejam verificados os limites de tal competência, de conformidade com os atos normativos que regulem o funcionamento das entidades.

A função administrativa é, por si, matéria de natureza delegável pelo que, em princípio, não se vislumbra impossibilidade jurídica a que o ordenador de despesa originário delegue atribuições inerentes à administração financeira, contábil, operacional e patrimonial da entidade pela qual responda ou órgão a ela subordinado.

Ao ato de delegação deverá ser dado publicidade para que possa a autoridade delegada, a partir daí, exercer as atribuições que lhe são transferidas.

No que concerne à responsabilidade administrativa, o ordenador de despesa original, assim definido em lei, responde pelos atos e fatos praticados em sua gestão.

Em casos de existência de ato de delegação regular, serão partes nos processos de prestação e de tomada de contas, de auditoria e outros de competência desta Corte, somente os ordenadores de despesa delegados.

Serão solidariamente responsáveis, e com isso também partes jurisdicionadas nos mesmos expedientes, os agentes delegantes, nos casos de delegação com reserva de poderes ou de comprovada participação na realização de atos dos quais provenham consequências antijurídicas ou mesmo em razão de culpa pela má escolha da autoridade delegada.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: CON-04/00311879  
Parecer nº: COG-052/04  
Decisão nº: 975  
Sessão: 12/05/2004

.....

**1534. 1.** O salário-maternidade é o benefício a que tem direito as seguradas empregada, empregada doméstica, contribuinte individual e facultativa, por ocasião do parto, da adoção ou da guarda judicial para fins de adoção.

2. Em função da alteração introduzida pela Lei nº 10.710, de 05/08/2003, o salário-maternidade da segurada empregada, desde 01/09/2003, deverá ser pago diretamente pela Empregadora, exceto nos casos em que o afastamento da segurada empregada seja em função de adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

3. O Poder Legislativo pode se valer dos institutos do Reembolso, Compensação e Restituição, para haver o retorno do numerário pago a título de salário-maternidade em benefício de servidora comissionada de seu quadro de pessoal. O Reembolso e a Compensação operam-se com a dedução do valor pago na própria guia de recolhimento de contribuições previdenciárias, enquanto que na Restituição o sujeito passivo é ressarcido.

4. A Compensação dos valores pagos a título de salário-maternidade pode ser efetuado na própria guia de recolhimento das contribuições previdenciárias, ainda que em competências subsequentes às dos pagamentos, cujo percentual de dedução ficará limitado a 30% do valor das contribuições devidas, em cada competência.

5. O pagamento de salário-maternidade e o seu Reembolso, Compensação ou Restituição, ainda que em exercícios seguintes aos dos pagamentos, podem ser contabilizados no Poder Legislativo se por este pago, debitando Realizável e creditando Disponibilidade, na primeira operação, e debitando Disponibilidade e creditando Realizável, na operação de retorno.

Origem: Câmara Municipal de Campo Alegre  
Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques  
Processo nº: CON-04/00312093  
Parecer nº: COG-041/04  
Decisão nº: 976  
Sessão: 12/05/2004

1535. O art. 150, III, da Constituição Federal, consagra o princípio da anterioridade tributária, sendo que qualquer alteração na base de cálculo, bem como na alíquota relativa ao tributo, deve obedecer ao referido comando constitucional.

Origem: Câmara Municipal de Balneário Camboriú  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01427447  
Parecer nº: COG-097/04  
Decisão nº: 982  
Sessão: 17/05/2004

1536. 1. Nos termos dos arts. 164, § 3º, da Constituição Federal e 43 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as disponibilidades de caixa do Município e seus órgãos serão depositadas em bancos oficiais, sendo admitido, na falta desses no território da municipalidade, ao Poder Público, valer-se de estabelecimento bancário da rede privada.

2. A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, equiparou as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, passando as mesmas a serem fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, conforme regulamentação da Resolução BCB 3106, alterada pela Resolução 3140 e Circulares 3201, 3214 e 3226, todas do Banco Central.

3. Não obstante as cooperativas de crédito serem equiparadas às instituições financeiras, as mesmas visam tão-somente à prestação de serviços pecuniários e de serviços aos seus associados, sem objetivos lucrativos, não estando os entes públicos autorizados a movimentar recursos financeiros nessas entidades.

Origem: Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/01314596  
Parecer nº: COG-084/04  
Decisão nº: 1079  
Sessão: 19/05/2004

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1537.** Para a transmissão radiofônica de sessões legislativas, além da contratação por meio de licitação, a Câmara de Vereadores pode realizar sistema de credenciamento de todas as emissoras de rádio interessadas, mesmo no caso de rádio comunitária, legalizada, quando não for a única a ser captada pelos habitantes do município.

É lícita a contratação mediante credenciamento, quando aberto a todos os interessados, desde que os requisitos, cláusulas e condições sejam preestabelecidos e uniformes, inclusive quanto à forma de remuneração fixada pela Câmara, vinculação ao termo que inexigiu a licitação, responsabilidade das partes, vigência e validade, casos de rescisão e penalidades e foro judicial, devendo haver publicação resumida da contratação.

O objeto de divulgação contratado deve ser distribuído de forma equânime e imparcial dentre as emissoras radiofônicas pré-qualificadas.

Origem: Câmara Municipal de Tijuca  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: CON-04/01531180  
Parecer nº: COG-107/04  
Decisão nº: 1136  
Sessão: 24/05/2004

.....

**1538. 1.** As atividades inerentes às etapas do procedimento de licenciamento ambiental (incluindo a emissão de parecer técnico conclusivo) são de caráter permanente e, como tal, devem ser atribuídas a cargos pertencentes à estrutura de cargos ou empregos da FATMA. Contudo, o ingresso em cargos e empregos na administração pública direta e indireta depende de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, consoante regra prescrita no artigo 37, II, da Constituição Federal.

2. Excepcionalmente, caso não existam cargos suficientes nos quadros de servidores efetivos, ou havendo vacância, podem ser tomadas as seguintes medidas, devidamente justificadas e em caráter temporário, até que se conclua, ato contínuo, os procedimentos de criação e provimento dos cargos indispensáveis à execução das atividades legalmente atribuídas ao órgão estadual do meio ambiente:

a) realização de licitação para a contratação de profissionais ou empresas especializadas para a execução de serviços de apoio técnico, acessórios ou instrumentais da outorga da licença ambiental, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Federal n. 8.666/93, desde que as empresas ou profissionais habilitados não tenham participado da elaboração dos estudos de impacto ambiental - EIA e dos Relatórios de Impacto ambiental - RIMA, de exclusiva responsabilidade dos empreendedores, e os laudos e pareceres emitidos sejam ratificados pelo corpo técnico do órgão estadual do meio ambiente;

b) contratação temporária de técnicos especializados fundada no art. 37, IX, da Constituição Federal, e em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Estadual nº 260/2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Origem: Fundação do Meio Ambiente - FATMA  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-03/03350946  
Parecer nº: COG-179/04  
Decisão nº: 1139  
Sessão: 24/05/2004

.....

**1539.** O Poder Público pode ceder servidor titular de cargo efetivo para exercer mandato classista em

sindicato representativo de sua categoria profissional, desde que expressamente autorizado por lei, vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário e de ocupantes de cargo em comissão.

A disposição de servidor para exercer mandato classista deve ainda obedecer aos requisitos do Prejulgado nº 115, desta Corte de Contas, com as necessárias adaptações.

Origem: Prefeitura Municipal de São José  
Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Processo nº: CON-04/01335593  
Parecer nº: COG-96/04  
Decisão nº: 1167  
Sessão: 26/05/2004

**1540.** 1. De acordo com os artigos 44 a 46 da Resolução nº TC-16/94, as entidades privadas beneficiadas com repasse de recursos públicos a título de subvenções, auxílios e contribuições devem prestar contas juntando as vias originais dos comprovantes das despesas efetuadas com esses recursos, não se admitindo documentos fotocopiados, ainda que autenticados.

2. Em casos excepcionais, apreciados no caso concreto ante as justificativas apresentadas, como os decorrentes de casos fortuitos ou de força maior ou quando a legislação específica determinar que a entidade privada mantenha em seu poder documento original comprobatório da despesa, tornando inviável a apresentação dos documentos originais, o Tribunal Pleno do Tribunal de Contas poderá aceitar documentos fotocopiados, autenticados sempre que seja materialmente possível, observado que:

- a) como situações de excepcionalidade podem ser consideradas aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior ou, ainda, quando a

legislação específica determinar que a entidade privada mantenha em seu poder os documentos originais comprobatórios, como no caso de certas obrigações fiscais e parafiscais;

- b) o caso fortuito e a força maior decorrem de eventos imprevistos que suplantam a vontade e a força humanas no sentido da possibilidade de evitá-los, aí se incluindo o acaso, a imprevisibilidade, o acidente, incêndio, os eventos da natureza (tal como inundação, raios etc), revolta popular; ou seja, eventos imprevisíveis ou irreconhecíveis com alguma diligência;
- c) para acolhimento da situação de excepcionalidade não basta a simples alegação; a inevitabilidade e irresistibilidade devem estar comprovadas por meio idôneo. No direito brasileiro, a prova da ocorrência de caso fortuito ou força maior deve ser feita por quem o alega, mediante a comprovação da existência de dois elementos: inevitabilidade do evento (elemento objetivo) e a ausência de culpa (elemento subjetivo).

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: CON-04/00049104  
Parecer nº: COG-044/04 com acréscimos do Relator - GCMB/2004/0232  
Decisão nº: 1184  
Sessão: 31/05/2004

**1541.** 1. De acordo com o art. 37, II, da Constituição Federal, toda e qualquer investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público, podendo o Poder Legislativo realizar o certame para os cargos vinculados a este Poder.

2. Compete de forma privativa à Câmara de Vereadores dispor sobre seu quadro de pessoal e criação, transformação e extinção dos cargos e funções por instrumento normativo previsto na Lei Orgânica ou no seu regimento interno.

3. A remuneração dos cargos e funções deve ser fixada e alterada por lei (com sanção do Prefeito) de iniciativa do Poder Legislativo, obedecidos os comandos dos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal, autorização da lei de diretrizes orçamentárias, existência de recursos na lei do orçamento (art. 169 da Constituição Federal) e atendimento dos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. Quando se tratar de ano de eleições municipais, deverão ser também obedecidos aos preceitos do art. 73 da Lei nº 9.504/97, que trata da legislação eleitoral, e art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00, este também aplicável ao final de mandato do titular de Poder, visto que a nomeação de candidatos aprovados em concurso público dentro dos últimos cento e oitenta dias de final de mandato do titular de Poder ou órgão somente é possível se as despesas decorrentes destas nomeações tiverem a proporcional compensação, relativamente ao aumento da receita corrente líquida ou à diminuição da despesa com pessoal, de forma que o percentual de comprometimento verificado no mês anterior ao início do 180º (centésimo octagésimo) dia não seja ultrapassado até o último dia do mandato.

5. A remuneração de Vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal deve ser compatível com a receita da municipalidade, de forma a permitir o cumprimento dos limites constitucionais e legais, bem como a admissão de pessoal em cargo efetivo para as funções essenciais e permanentes.

6. Quando as despesas com pessoal estiverem acima do limite legal, devem ser tomadas as providências para adequação, dentre elas as previstas no §3º do art. 169 da Constituição Federal e art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Origem: Câmara Municipal de Palmitos  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: CON-04/01530701  
Parecer nº: COG-115/04  
Decisão nº: 1187  
Sessão: 31/05/2004

. . . . .

**1542.** 1. É incabível a compensação de despesas relativas à remuneração e encargos sociais de servidores cedidos por órgão ou entidade públicos à entidade privada - quando admitida a cessão - por meio de permuta de pessoal empregado desta, recomendando-se o ressarcimento em espécie, pois a prestação de serviços à entidade estatal depende de concurso público (art. 37, XX, da Constituição Federal), salvo os cargos em comissão definidos nos estatutos da entidade.

2. Não estando a Fundação CASAN - FUCAS constituída como entidade de previdência complementar na forma estabelecida na Lei Complementar nº 108/01, hipótese em que a CASAN integraria como patrocinadora, é indevida a cessão de empregados da sociedade de economia mista para aquela Fundação, com ou sem ressarcimento, ainda que para o exercício de cargos de direção, pois caracterizaria cessão de servidores públicos para entidades privadas, com desvio de finalidade dos atos de gestão da entidade estatal e das funções para as quais os empregados foram contratados, afrontando, assim, os princípios da legalidade, da legitimidade e da



economicidade, caracterizando, ainda, prática de ato de liberalidade dos administradores às custas da companhia (art. 154, §2º, da Lei nº 6.404/76), com implicações nos interesses dos acionistas minoritários.

Origem: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-04/01178986

Parecer nº: COG-073/04

Decisão nº: 1195

Sessão: 31/05/2004

.....

**1543.** No que se refere aos direitos e obrigações trabalhistas, as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, por determinação do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal, assim sendo, o regime de trabalho de seus empregados, salvo as exceções definidas na própria Carta Federal, obedece às regras da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

O regime celetista não vincula a organização do quadro de pessoal das empresas privadas à lei em sentido formal, pelo contrário, tal prerrogativa encontra-se na órbita da autonomia de vontade; raciocínio idêntico deve ser observado pelas sociedades de economia mista até o ponto no qual não haja expressa proibição legal ou ofensa a interesse público indisponível.

A sociedade de economia mista pode estabelecer por ato administrativo interno, a ser elaborado por quem detenha a competência nos termos estatutários, o plano de carreira de seus empregados, respeitando-se, quanto às designações, conceitos e regras, os termos específicos definidos na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Origem: Câmara Municipal de Piratuba

Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

Processo nº: CON-04/00282402

Parecer nº: COG-100/04

Decisão nº: 1247

Sessão: 02/06/2004

.....

**1544.** 1. A revisão geral anual é preceito constitucional e se caracteriza pela recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida dentro de um período de 12 (doze) meses com a aplicação de um mesmo índice a todos que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mesmo mês.

2. Nos cento e oitenta dias que precedem o final do mandato do titular do Poder (art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00) a implementação da revisão geral anual aos servidores públicos requer:

- a) que se refira exclusivamente às perdas do poder aquisitivo nos últimos doze meses anteriores à data-base estabelecida no Município;
- b) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual (art. 169, §1º, da Constituição Federal);
- c) lei específica, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 37, X, da Constituição Federal);
- d) previsão de disponibilidade financeira para pagamento integral das despesas com pessoal até o final do exercício, inclusive do décimo terceiro salário, evitando a inscrição em Restos a Pagar e comprometer o orçamento do exercício seguinte; e
- e) adoção de medidas para retorno ao limite de despesa total com pessoal, no prazo de dois quadrimestres, caso ultrapassado o limite máximo (art. 23 da Lei Complementar n. 101/00).

## Decisões em Consultas – Prejulgados

Todavia, alerta-se para a regra do art. 73, VIII, da Lei nº 9.504/97, aplicável em período eleitoral, pela qual a revisão geral da remuneração não pode exceder a recomposição da perda do seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, tendo o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, na Decisão nº 21296, de 12/11/2002, relativa ao Processo de Consulta n. 782, manifestado o seguinte entendimento em relação ao referido dispositivo legal, ressaltando-se que é da Justiça Eleitoral a competência para aplicação das penalidades previstas naquela Lei:

“O ato de revisão geral de remuneração dos servidores públicos, a que se refere o art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, tem natureza legislativa, em fase da exigência contida no texto constitucional.

O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução/TSE nº 20.890, de 9.10.2001 (para as eleições de 2004 aplica-se a Resolução TSE n. 21.518, de 07.10.2003, cujo prazo para revisão foi fixado até 06 de abril de 2004).

A aprovação do projeto de lei que tiver encaminhado antes do período vedado pela lei eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral.

A revisão geral de remuneração deve ser entendida como sendo aumento concedido em razão do poder aquisitivo da moeda e que não tem por objetivo corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de carreiras específicas”.

Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-04/01529878

Parecer nº: COG-175/04

Decisão nº: 1258

Sessão: 02/06/2004

.....

1545. 1. Os consórcios intermunicipais se assemelham aos convênios, visando à realização de ações conjuntas na área da saúde, serviços públicos, obras públicas, meio ambiente, dentre outras, que se fossem produzidas pelos municípios, individualmente, não atingiriam os mesmos resultados ou utilizariam um volume maior de recursos.

Os consórcios são constituídos pela reunião dos municípios de uma região, através de protocolo de intenções ou de um fórum onde os municípios interessados discutem acerca do problema que aflige a região e planejam as soluções.

O consórcio é sempre despersonalizado, não podendo, por si, assumir direitos e obrigações. Para gerir as ações previstas para os consórcios, os entes participantes podem constituir entidade com personalidade jurídica, esta apta a assumir direitos e obrigações.

2. A constituição de entidade com personalidade jurídica para execução dos objetivos do consórcio constitui opção política dos partícipes. Não havendo necessidade ou não exercendo a opção, cabe aos municípios consorciados realizar as ações que lhes competir pelo acordo, assumindo integralmente as contratações (mediante licitação, quando for o caso) e a disponibilização de pessoal necessário, que devem se restringir a sua circunscrição territorial, podendo eleger um dos consorciantes para liderança do consórcio.

3. Os municípios consorciados podem optar por constituir pessoa jurídica intermunicipal para administração e execução do consórcio, tendo-se admitido as seguintes formas:

- a) empresa pública, constituída como sociedade anônima;

b) sociedade de economia mista, constituída como sociedade anônima, quando deve participar o capital privado em posição minoritária;

c) sociedade civil sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil quanto à constituição e registros.

4. Qualquer que seja a forma jurídica adotada para a entidade administradora do consórcio, fica ela subordinada ao regime publicista, pois mantida com recursos públicos, devendo observar os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública (art. 37 da CF) e os demais princípios de Direito Público, ficando ainda sujeita:

- a) à realização de concurso público para admissão de pessoal de seu quadro próprio;
- b) realização de licitação para contratação de obras e serviços e fornecimento de bens, observando integralmente a Lei Federal nº 8.666/93;
- c) prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, a exemplo das entidades da administração direta e indireta, devendo manter sistema de contabilidade disciplinado pela Lei nº 4.320/64 (contabilidade pública), ainda que concomitante com a contabilidade privada;
- d) consolidação dos dados e informações nas contas dos respectivos municípios, segundo a participação de cada ente no capital da entidade.

5. A constituição de tais entidades depende de autorização legislativa das respectivas Câmara Municipais, que além da autorização para criação, deve ainda a lei prever, dentre outros aspectos:

- a) os objetivos institucionais da entidade criada;
- b) a contraprestação econômica da cada município;
- c) os bens (móveis e imóveis) a serem integralizados no ente;
- d) o quadro de pessoal, subordinado ao regime celetista, com autorização para cessão de servidores do município, se for o caso;

e) autorização para participação nas despesas de manutenção da entidade (de gastos pessoal, materiais, equipamentos, despesas gerais etc.) especificando o percentual ou o quantum a ser despendido, visando, também, à inclusão no orçamento municipal das despesas que ficar incumbido cada ente instituidor, bem como para verificação das implicações dessa assunção frente aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. Os resultados da entidade criada devem ser considerados na consolidação das contas de cada ente, incluindo as despesas com pessoal, as quais devem estar incluídas na despesa total de cada ente, segundo a proporcionalidade na participação orçamentária e contribuição financeira para a manutenção da entidade, para fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101/00.

Origem: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
 Processo nº: CON-03/04884510  
 Parecer nº: COG-127/04  
 Decisão nº: 1285  
 Sessão: 07/06/2004

1546. A decisão judicial determinando a inclusão de parcelas ou dotações no orçamento do município deve ser atendida pelo Poder Executivo, mesmo se reportando a despesas oriundas do Poder Legislativo. A lei do orçamento anual, autorizada pela Lei de diretrizes orçamentárias, pode estabelecer que os créditos orçamentários para pagamento de precatórios relativos a despesas originadas do Poder Legislativo Municipal estejam contempladas no orçamento deste Poder, com os correspondentes recursos financeiros; ou seja, devem

## Decisões em Consultas – Prejulgados

ser suportadas com os respectivos recursos orçamentários recebidos do Tesouro Municipal. Todavia, a despesa com precatórios paga à conta de créditos fixados para o Poder Legislativo será considerada para fins do limite de gastos de que trata o art. 29-A da Constituição Federal.

A inclusão de créditos orçamentários específicos para atendimento de precatórios deve atentar para a classificação da despesa pública a ser observada nos âmbitos institucional, por funções de governo e por categorias econômicas.

Os créditos para pagamento dos precatórios podem ser centralizados no orçamento do Poder Executivo, podendo ser distinguidos entre os originários deste Poder e os oriundos de decisões judiciais contra atos ou omissões do Poder Legislativo Municipal. Nesta hipótese, desde que previsto na lei de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento anual, o Poder Executivo pode efetuar o controle e remessa dos recursos ao Poder Judiciário, deduzindo das transferências financeiras à Câmara os valores correspondentes aos precatórios do Legislativo, considerando tais valores como receita da Câmara para os fins do § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

As despesas de precatórios judiciais oriundos de decisões judiciais contra atos ou omissões do Poder Legislativo Municipal devem ser consideradas para fins dos limites das despesas de pessoal do ente e de cada um dos Poderes, observado o disposto no art. 19, § 1º, inc. IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: CON-04/01314324  
Parecer nº: COG-089/04  
Decisão nº: 1286  
Sessão: 07/06/2004

**1547.** Independente do objeto da aquisição, a dispensa de licitação em razão do valor, conforme previsto no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, só é admissível até o limite estabelecido no referido dispositivo legal. Em sendo determinação legal, os limites não comportam interpretação extensiva, ressaltando que o Tribunal de Contas não detém competência para o exercício da função legislativa nem exerce função autorizativa.

Origem: Secretaria de Estado da Educação e Inovação  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/01323234  
Parecer nº: COG-135/04  
Decisão nº: 1292  
Sessão: 07/06/2004

.....

**1548.** O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC não pode criar, aumentar ou estender benefício financeiro a pensionistas para aquisição de gêneros alimentícios, em razão da ausência de previsão constitucional e da fonte de custeio.

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01530450  
Parecer nº: COG-106/04  
Decisão nº: 1322  
Sessão: 14/06/2004

.....

**1549.** 1. O pagamento de valores indevidos aos Edis municipais a título indenizatório em razão de sessões extraordinárias realizadas fora do período de recesso parlamentar enseja a instauração de To-

mada de Contas Especial por parte da Câmara Municipal (art. 10, da Lei Complementar nº 202/2000), que deverá observar o princípio do contraditório e da ampla defesa, para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Instrução Normativa nº TC-01/2001.

2. A Tomada de Contas Especial ao ser recebida por esta Corte de Contas constitui processo, que será julgado em separado se alcançar o valor de alçada. Não atingindo o referido valor, a decisão será dada junto com as Contas Anuais do Administrador (Presidente da Câmara).

3. Independentemente do julgamento da Tomada de Contas Especial por parte do Tribunal de Contas do Estado, com base em regular procedimento de Tomada de Contas, cabe à Câmara Municipal encaminhar ao Poder Executivo os débitos apurados. Caso não haja o ressarcimento dentro do prazo estabelecido, a municipalidade através de seu executivo fiscal, inscreverá o débito em dívida ativa para posterior execução (art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80 c/c art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64).

4. Enquanto no exercício da vereança, o ressarcimento pode se dar por meio de desconto no subsídio mensal, se assim dispuser norma municipal ou norma interna da Câmara de Vereadores, ou por meio de depósito à conta do Tesouro Municipal. Não mais estando no exercício do cargo, o ex-Vereador deve promover o recolhimento ao Tesouro Municipal, competindo à Câmara promover a cobrança extrajudicial ou judicial, se for o caso.

5. A partir da instauração da Tomada de Contas Especial o crédito conhecido pode ser inscrito na conta "Responsabilidade Financeira" (Responsáveis) do Ativo Financeiro Realizável, integrante do Balanço Patrimonial do Município.

Origem: Câmara Municipal de São Ludgero

Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Processo nº: CON-03/06677474

Parecer nº: COG-542/04

Decisão nº: 1327 Sessão: 14/06/2004

.....

**1550.** A concessão de transporte especial para a locomoção de servidores da Administração Direta até o local de trabalho e vice-versa ofende os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade administrativa e a Lei Estadual nº 7.975/90, privilegiando apenas determinada classe de servidores públicos.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-04/01964370

Parecer nº: COG-155/04

Decisão nº: 1334

Sessão: 14/06/2004

.....

**1551.** Salvo situação excepcionalíssima, devidamente comprovada, é incabível a postergação da admissão de candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos, no quantitativo de vagas indicadas no edital do concurso, em substituição a cargos de provimento em comissão existentes de forma irregular no quadro de cargos do órgão, em especial sob alegação de dificuldades financeiras para exoneração dos comissionados, pois, em tese, não haveria dispêndios adicionais com a exoneração.

Origem: Câmara Municipal de Içara

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: CON-04/01727750

Parecer nº: COG-140/04

Decisão nº: 1336 Sessão: 14/06/2004

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1552.** Mediante lei autorizativa, é permitida a doação ou concessão do direito real de uso de bens imóveis públicos municipais dominicais ou de uso especial, estes quando sem utilização pelo Poder Público, para entidades comunitárias sem fins lucrativos.

Origem: Prefeitura Municipal de Palmitos  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: CON-04/01728056  
Parecer nº: COG-133/04 com acréscimos do Relator - GCLM-291/04  
Decisão nº: 1396  
Sessão: 16/06/2004

.....

**1553.** A cessão de uso é instituto admitido pela doutrina que consiste na transferência, gratuita ou onerosa, da utilização de bem de domínio de um ente ou entidade públicos para pessoa jurídica da Administração Pública direta ou indireta, para utilização de forma mais eficiente, conforme condições disciplinadas no termo de cessão, visando ao atendimento público específico relacionado com a atividade da cedente.

A cessão de uso de bens móveis só é admitida entre entes, órgãos ou entidades públicos da Administração Pública direta e indireta ou de órgãos da Administração Pública direta para concessionárias, permissionárias, autorizadas ou entidades de colaboração, não sendo cabível a cessão para pessoas físicas ou jurídicas de direito privado não integrantes da estrutura do Poder Público.

Origem: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-03/08014600

Parecer nº: COG-147/04

Decisão nº: 1399

Sessão: 016/06/2004

.....

**1554.** O recebimento, pelo Poder Público, de recursos a título de receita tributária sem prévia existência de fato gerador, em tese, caracteriza situação equiparada à operação de crédito vedada pelo inciso I do art. 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

Origem: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/01589501  
Parecer nº: COG-139/04  
Decisão nº: 1406  
Sessão: 016/06/2004

.....

**1555.** A responsabilidade pela ausência de sistema de controle interno é do Poder Legislativo se a rejeição do projeto de lei for desproporcional aos motivos da desaprovação, revelando omissão no dever de legislar sobre matéria exigida pelas Constituições Federal e Estadual.

Origem: Prefeitura Municipal de Matos Costa  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01578658  
Parecer nº: COG-151/04  
Decisão nº: 1465  
Sessão: 21/06/2004

.....

**1556.** É regular o pagamento pelo município de curso de especialização em gestão e segurança de trânsito em favor de servidor público municipal,



lotado em órgão cujas competências sejam afetas ao controle de trânsito, podendo a referida despesa ser considerada como educação de trânsito, nos termos permitidos pelo artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01727912  
Parecer nº: COG-145/04  
Decisão nº: 1466  
Sessão: 21/06/2004

.....

**1557.** 1. Os municípios podem instituir fundos visando melhor atender às necessidades da comunidade local. Para alguns fundos, há discricionariedade do Poder Público Municipal em sua criação, enquanto outros têm suas instituições determinadas por lei de esfera superior (estadual ou federal), ou exigidas pelos entes, órgãos ou entidades repassadores de recursos aos municípios, através de convênios, programas etc.

2. Nos termos dos arts. 33 da Lei Federal nº 8.080/90 e 4º da Lei Federal nº 8.142/90 e do item III, 1, do Capítulo III, da Norma de Assistência à Saúde, - NOAS/SUS 01/2002, devem os Municípios manter em atividade os Fundos Municipais de Saúde, com orçamento e contabilidade próprios, no intuito de receberem recursos repassados através do Sistema Único de Saúde - SUS.

Origem: Secretaria de Estado da Saúde - SES  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: CON-04/01964108  
Parecer nº: COG-152/04  
Decisão nº: 1471  
Sessão: 21/06/2004

**1558.** 1. É dever do Chefe do Poder Executivo determinar o repasse mensal ao Poder Legislativo dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias estabelecidas na Lei do Orçamento Anual e em créditos adicionais e de acordo com a programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso previstos no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00 porque o Orçamento decorre de lei. O Prefeito só poderá determinar repasse inferior ao previsto na Lei do Orçamento Anual se nela ou na lei de Diretrizes Orçamentárias houver autorização para essa providência, com definição dos critérios e parâmetros que permitam a utilização dessa medida.

2. O repasse de valores financeiros inferiores ao previsto na Lei Orçamentária, considerados os valores anuais, poderá caracterizar crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 29, § 2º, III, da Constituição Federal. Não caracteriza crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sendo dever daquela autoridade, a redução do repasse para adequação ao limite constitucional quando as transferências resultarem em extrapolamento do percentual indicado no art. 29-A, caput, sobre a efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apuradas no exercício anterior (art. 29-A, § 3º, I e III, da Constituição Federal). Em caso de eventual conflito de normas, prevalece a regra da limitação (inciso I do § 3º do art. 29-A da Constituição Federal).

3. Caso a arrecadação municipal, verificada a cada bimestre, impossibilite atingir a receita orçada e possa comprometer as metas fiscais, o Chefe do Poder Executivo também pode informar ao Poder Legislativo sobre o comportamento negativo da arrecadação e seus efeitos, solicitando o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Legislativo, por sua vez, cumprin-

## Decisões em Consultas – Prejulgados

do a determinação legal, deve informar ao Poder Executivo a limitação de empenho, que equivale à redução do Orçamento. Cumpridos esses requisitos, o Poder Executivo pode promover a transferência de recursos de acordo com a nova situação orçamentária, adequada ao nível das receitas municipais, sem que haja autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto em relação aos critérios para limitação de empenho, consoante art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

4. Os percentuais previstos no art. 29-A, caput, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, representam apenas o limite máximo de despesas do Poder Legislativo, não significando que a Câmara tenha direito a receitas correspondentes ao respectivo percentual.

5. Os limites previstos nos incisos do caput do art. 29-A da Constituição Federal têm por base de cálculo o montante da receita tributária e transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, não dizendo respeito ao orçamento da municipalidade.

Origem: Prefeitura Municipal de Três Barras  
Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini  
Processo nº: CON-04/02055764  
Parecer nº: COG-156/04  
Decisão nº: 1476  
Sessão: 021/06/2004

1559. 1. A aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho com a Administração Pública, tanto para cargos como para empregos públicos. A permanência do servidor público não gera direitos, haja vista a necessidade de prévio concurso público nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, cuja inobservância nu-

lifica a relação, consoante regra do §2º do art. 37 do mesmo diploma legal. O liame estabelecido gera apenas o direito do servidor receber os dias efetivamente trabalhados, de acordo com contraprestação pactuada, nos termos do Enunciado nº 363, do Tribunal Superior do Trabalho, e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

2. A servidores aposentados que permaneceram irregularmente prestando serviços é indevido o pagamento da multa rescisória de 40% sobre o FGTS.

Origem: Prefeitura Municipal de Armazém  
Relator: Conselheiro José Carlos Pacheco  
Processo nº: CON-01/00946011  
Parecer nº: APRE-03/2004  
Decisão nº: 1591  
Sessão: 05/07/2004

1560. 1. No âmbito da competência constitucional do Tribunal de Contas podem ser identificadas as funções opinativa (parecer prévio), julgadora (contas), homologatória (registros de atos de pessoal) e consultiva/orientativa (manifestação em tese em consulta), não se vislumbrando as funções legislativa (produção ou modificação de normas legais) ou autorizativa para procedimentos e atos afetos à competência decisória do administrador público, em especial quando se pretende autorização para procedimento que afronta a Constituição Federal (art. 225, IV) e esteja em desacordo com as Leis nacionais nº 8.666/93 e nº 6.938/81 e com a Lei Complementar Estadual nº 243/03 e outras normas legais e regulamentadoras da proteção ao meio ambiente, que exigem que os projetos básico e executivo de obras públicas contenham estudo de impacto ambiental e licença ambiental prévia dos órgãos competentes.

2. O estudo de impacto ambiental e a consequente licença ambiental prévia, bem como as licenças municipais, devem preceder a licitação, pois constituem fator decisivo na execução do projeto original e no dimensionamento do custo da obra (orçamento), que deve estar contemplado na proposta dos participantes da licitação, evitando efeitos nefastos, como profundas alterações no projeto, embargos na execução da obra, atrasos, custos adicionais, necessidades de revisões e repactuações dos contratos, estas quase sempre questionáveis e geradoras de superfaturamento e outras irregularidades.

Origem: Companhia de Gás de Santa Catarina  
Relator: Conselheiro Moacir Bertoli  
Processo nº: CON-04/01727408  
Parecer nº: COG-136/04  
Decisão nº: 1654  
Sessão: 12/07/2004

O município, com base em regular procedimento de Tomada de Contas Especial, independentemente de manifestação ou não do Tribunal de Contas, deve inscrever o débito em dívida ativa, promovendo, se for o caso, diretamente a execução judicial dos valores (art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80 combinado com 39, §2º, da Lei Federal nº 4.320/64).

A partir da instauração da Tomada de Contas Especial, o serviço de contabilidade municipal pode promover a inscrição do crédito conhecido na conta “Responsabilidade Financeira” (Responsáveis), do Ativo Financeiro Realizável, integrante do Balanço Patrimonial do município.

Origem: Prefeitura Municipal de Imbuia  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-03/06229560  
Parecer nº: COG-142/04  
Decisão nº: 1674 Sessão: 12/07/2004

.....

1561. O não-ajuizamento das competentes ações de execução fiscal de dívida ativa regularmente inscrita, decorrente de comprovada desídia do administrador, deixando-as prescrever, e conseqüentemente causando dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial por parte da municipalidade (art. 10 da Lei Complementar nº 202/2000), com posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Instrução Normativa nº TC-001/2001.

A Tomada de Contas Especial ao ser recebida por esta Corte de Contas constitui processo, que será julgado em separado se alcançar o valor de alçada. Não atingindo o referido valor, a decisão será dada junto com as Contas Anuais, ou com as Contas de Administrador.

1562. A efetivação de despesas com a realização de eventos pelo Poder Legislativo Municipal, relacionadas a seminários, cursos e fóruns, requer existência de interesse público ou relação com as funções próprias desse Poder e, ainda, créditos orçamentários e recursos financeiros suficientes ao seu atendimento, observância da Lei nº 8.666/93, para contratação de fornecimentos e serviços, e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/00, bem como estar adequada ao limite total de despesa para o referido Poder previsto no art. 29-A, “caput”, da Constituição Federal.

Origem: Câmara Municipal de Florianópolis  
Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
Processo nº: CON-04/02103831  
Parecer nº: COG-164/04 com acréscimos do Relator  
Decisão nº: 1673 Sessão: 12/07/2004

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1563.** 1. Cabe ao Poder Público disciplinar ou legislar sobre programas que objetivam a inserção de jovens no mercado de trabalho, seja através de políticas voltadas à instrução dos candidatos, seja através de incentivos fiscais às pessoas que se comprometerem para com o programa e desde que obedecidos os termos dos arts. 4º, § 2º, V, 5º, II, e 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Os servidores municipais, fiscais da fazenda, desincompatibilizados em razão do pleito eleitoral municipal, fazem jus à remuneração integral referente ao período mínimo de afastamento previsto no art. 1º, VII, “a”, combinado com o art. 1º, II, “I”, da Lei Complementar nº 64/90.

Origem: Prefeitura Municipal de Irani  
Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini  
Processo nº: CON-04/01727670  
Parecer nº: COG-144/04  
Decisão nº: 1697  
Sessão: 014/07/2004

.....

**1564.** Não é recomendável ao ente público celebrar contrato de comodato com entidade religiosa visando à construção de praça pública em imóvel particular, em razão da natureza jurídica dessa espécie de empréstimo. Na espécie cabe a doação ao Poder Público ou a desapropriação do imóvel.

Origem: Prefeitura Municipal de Sombrio  
Relator: Conselheiro Otávio Gilson dos Santos  
Processo nº: CON-04/01964027  
Parecer nº: COG-165/04  
Decisão nº: 1864  
Sessão: 26/07/2004

**1565.** 1. Segundo a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral - TSE em relação ao art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97 (Decisão nº 21296, de 12/11/2002 - Processo de Consulta nº 782), corroborada pela Resolução TSE nº 21.518, de 07/10/2003, e pela Resolução TSE nº 21.610, de 05/02/2004, a revisão geral anual da remuneração não pode exceder a recomposição da perda do seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, ou seja, no caso das eleições municipais de 2004, das perdas verificadas entre 1º de janeiro deste ano até a data da lei específica que conceda a revisão geral, caso aprovada após a data de 06 de abril de 2004. O agente público infrator fica sujeito às sanções de multa de cinco a cem mil UFIR (§ 4º do art. 73 da Lei nº 9.504/97), extensível aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem (§ 7º do art. 73 da Lei nº 9.504/97) e, caso considerado ato de improbidade administrativa, a que se refere o artigo 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 02/06/92, sujeito às cominações do art. 12, inciso III, da Lei de Improbidade Administrativa, que incluem: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos (§ 7º do art. 73 da Lei nº 9.504/97).

2. A revisão geral anual é preceito constitucional e se caracteriza pela recomposição da perda de poder aquisitivo pelo efeito da inflação ocorrida dentro de um período de doze meses com a aplicação de um mesmo índice a todos os que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mes-

mo mês. Observado o disposto no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, quando for o caso, nos cento e oitenta dias que precedem o final do mandato do titular do Poder (art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00) a implementação da revisão geral anual aos servidores públicos requer:

- a) que se refira exclusivamente às perdas do poder aquisitivo nos últimos doze meses anteriores à data-base estabelecida no Município;
- b) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual (art. 169, § 1º, da Constituição Federal);
- c) lei específica, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 37, X, da Constituição Federal);
- d) previsão de disponibilidade financeira para pagamento integral das despesas com pessoal até o final do exercício, inclusive do décimo terceiro salário, evitando a inscrição em Restos a Pagar e comprometer o orçamento do exercício seguinte;
- e) adoção de medidas para retorno ao limite de despesa total com pessoal, no prazo de dois quadrimestres, caso ultrapassado o limite máximo (art. 23 da Lei Complementar nº 101/00).

Origem: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Relator: Otávio Gilson dos Santos  
 Processo nº: CON-04/02055926  
 Parecer nº: COG-178/04  
 Decisão nº: 1865  
 Sessão: 26/07/2004

**1566.** Desde que a legislação municipal não vede, é admissível ao Município o recebimento de bens através de doação, todavia, deve o mesmo proceder à análise da conveniência, considerando-se a relação custo/benefício do bem doado. Caso não haja

disciplina na lei orgânica ou em legislação municipal, nada impede que a aceitação da doação, ainda que com encargo, seja efetivada através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Origem: Prefeitura Municipal de Barra Bonita  
 Relator: Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
 Processo nº: CON-04/02541944  
 Parecer nº: COG-185/04  
 Decisão nº: 1872  
 Sessão: 26/07/2004

**1567.** É admissível a contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional por dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, exclusivamente quando o objeto do contrato se referir a pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, e desde que atendidos aos demais requisitos prescritos naquele dispositivo legal. Em decorrência, não encontra amparo legal a contratação, por Câmara Municipal, por dispensa de licitação com fundamento no inciso XIII do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, de Fundações Universitárias para prestação de serviços de produção e finalização de vídeo para gravação de sessões plenárias, pois não se tratam de serviços diretamente relacionados às áreas de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional.

Origem: Câmara Municipal de Blumenau  
 Relator: Auditor Altair Debona Castelan  
 Processo nº: CON-04/02692560  
 Parecer nº: COG-194/04  
 Decisão nº: 1933  
 Sessão: 28/07/2004

## Decisões em Consultas – Prejulgados

**1568.** Os bens pertencentes às Associações de Pais e Professores - APPs e às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs não podem ser cadastrados ou inventariados pelo Município, haja vista que não possui este a propriedade dos mesmos, ainda que adquiridos com recursos transferidos pelo Poder Público àquelas entidades.

Origem: Federação Catarinense de Municípios - FECAM

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: CON-04/02467795

Parecer nº: COG-182/04

Decisão nº: 1876 Sessão: 26/07/2004

.....

**1569.** 1. A Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB deve contabilizar as despesas realizadas na promoção de mini Oktoberfest, ainda que promovida em outra cidade.

2. A licitação pública na modalidade Concorrência é a indicada para a permissão de uso de bem público por particular objetivando à:

- a) instalação de postos de vendas de alimentação e artigos turísticos;
- b) publicidade de marca empresarial em área pública, nos carros e ornamentos alegóricos; e
- c) utilização de camarotes (arts. 37, XXI, da Constituição Federal e 2º, 3º e 22, da Lei Federal nº 8.666/93).

3. Na hipótese da Concorrência mencionada no item anterior restar deserta, e persistindo a competitividade, cabe à Administração Pública adotar procedimento isonômico próprio para seleção e escolha dos particu-

lares que irão firmar termo de permissão de uso de bem público, se outra não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas as condições preestabelecidas (art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666/93).

4. A documentação a ser exigida pela Administração Pública para as contratações com particulares deve ser aquela necessária à segurança do negócio, não podendo, no entanto, haver a dispensa daquela relativa aos tributos devidos à seguridade social, em face do que preceitua o art. 195, § 3º, da Constituição da República.

Origem: Fundação Promotora de Exposições de Blumenau

Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques

Processo nº: CON-04/02467957

Parecer nº: COG-168/04

Decisão nº: 1988

Sessão: 04/08/2004

.....

**1570.** Nos termos do parágrafo único do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Anchieta, não poderá o Vice-Prefeito, enquanto detentor desse cargo, assumir cargo em comissão em outra esfera de Poder, sob pena de acúmulo vedado pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal.

Origem: Prefeitura Municipal de Anchieta

Relator: Auditor Clóvis Mattos Balsini

Processo nº: CON-04/03107105

Parecer nº: COG-208/04

Decisão nº: 2035/

Sessão: 09/08/2004





